



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2099

Segunda-feira - 10 de Outubro de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Grão Pará	202	Petrolândia	314
Alto Bela Vista.....	3	Guaraciaba	203	Pinheiro Preto	318
Antônio Carlos	4	Guaramirim	204	Planalto Alegre.....	319
Arabutã	5	Guarujá do Sul	206	Pomerode.....	321
Arroio Trinta.....	7	Herval d'Oeste	207	Ponte Serrada	322
Balneário Piçarras.....	8	Ibiam	208	Porto Belo.....	323
Barra Velha.....	9	Imbituba	218	Presidente Nereu.....	324
Biguaçu	10	Indaial.....	220	Princesa	338
Blumenau	61	Iomerê	226	Rio dos Cedros.....	340
Bom Jesus do Oeste	66	Ipumirim	227	Rio do Sul.....	339
Bom Retiro	68	Itá	233	Romelândia.....	351
Botuvera.....	70	Itapema	235	Salto Veloso.....	353
Braço do Trombudo	71	Itapiranga.....	237	Santiago do Sul.....	355
Brunópolis	95	Itapoá	238	São Bento do Sul.....	361
Brusque.....	96	Ituporanga	241	São Cristóvão do Sul.....	370
Caçador.....	116	Jacinto Machado	243	São Domingos.....	371
Camboriú.....	131	Jaraguá do Sul	244	São João do Sul	372
Campo Alegre	133	Joaçaba	260	São José.....	373
Campo Erê.....	137	Lages	268	São José do Cedro.....	382
Campos Novos.....	138	Laguna	269	São Lourenço do Oeste.....	383
Canoinhas.....	141	Lajeado Grande.....	272	São Miguel da Boa Vista	384
Capinzal	149	Mafra	274	São Miguel do Oeste.....	385
Catanduvas.....	154	Maravilha.....	280	São Pedro de Alcântara.....	387
Caxambu do Sul.....	156	Marema	281	Schroeder	388
Chapadão do Lageado	157	Massaranduba.....	285	Seara	392
Chapecó	158	Meleiro	286	Serra Alta	397
Cocal do Sul.....	161	Modelo	288	Sombrio.....	398
Concórdia	162	Mondaí.....	289	Sul Brasil	399
Cordilheira Alta	172	Monte Carlo	291	Timbó	400
Coronel Martins.....	173	Morro da Fumaça	292	Timbó Grande.....	423
Corupá	175	Navegantes.....	297	Três Barras	424
Curitibanos	176	Novo Horizonte	301	Treze Tílias	425
Faxinal dos Guedes.....	189	Ouro	302	Tunápolis	426
Flor do Sertão	190	Palhoça	304	União do Oeste	427
Forquilha.....	191	Papanduva.....	306	Videira.....	428
Fraiburgo.....	192	Passos Maia	308	Vitor Meireles.....	455
Garopaba.....	195	Paulo Lopes	309	Xanxerê.....	457
Garuva	197	Penha.....	310	Xaxim.....	461
Gaspar	200	Peritiba.....	311		

Consórcios

ARIS	462
CIGA	463
CIMVI.....	463
CIS/AMUREL	464
CODEPLAN.....	464
CIGAMERIOS	465

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

PORTARIA 243/2016

PORTARIA Nº 243/2016 – DE 07 DE OUTUBRO DE 2016

“CEDE PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, OS VEÍCULOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VALTER VALESTIN RAMPAZZO, Prefeito Municipal em Exercício do Município Água Doce, Estado de Santa Catarina; no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

ART. 1º: Determinar que os veículos, Microônibus placa MIS 1247 , ônibus placa MLF 3047 e Master placa QID 7862 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, ficarão a disposição da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda, no dia 08 de outubro de 2016 para transporte da 3ª Idade das comunidades do interior e centro da cidade para a Comunidade de Paiol de Telhas Município de Água Doce – SC.

ART. 2º: As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria serão por conta de dotações próprias do orçamento da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

ART. 3º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de outubro de 2016

VALTER VALENTIN RAMPAZZO

Prefeito Municipal em Exercício

Alto Bela Vista

PREFEITURA

PORTARIA Nº 122 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016

DECLARA A VACÂNCIA DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E ADOTA PROVIDÊNCIA CORRELATAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando o requerimento protocolado sob o nº 227/2016 de 05 de outubro de 2016 com documentação comprobatória de aposentadoria por invalidez.

RESOLVE:

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de MERENDEIRA de nível 01 a 05, padrão de vencimento por referências de A a F, do município de Alto Bela Vista, ocupado pela Sra. DULCI SCHNEIDER, matrícula 80, por motivo de aposentadoria, de acordo com o inciso V do art. 38 da Lei Complementar nº 11 de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações e Art. 37, Inciso XVI, alíneas "a", "b" e "c" e XVII da Constituição Federal.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista, em 7 de outubro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

Antônio Carlos

PREFEITURA

PORTARIA Nº 367/2016

PORTARIA Nº 367/2016.

Exonera servidor.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, a pedido, LUIZ CARLOS CRISTOVAO, do cargo de MOTORISTA, a partir de 03 de outubro de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 07 de outubro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 10 de outubro de 2016.

Arabutã

PREFEITURA

DECRETO Nº.1931/2016

DECRETO Nº 1931, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre crédito suplementar adicional por conta de anulações parciais de dotações orçamentária no valor de R\$ 24.000,00 e dá outras providências.

O PREFEITO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836 de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea "d" do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2016, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar adicional:

Órgão	12	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
Unidade	1	Gerência de Administração e Fazenda		
Projeto Atividade	2.004	Atividades Burocráticas, Administrativas e Finanças		
Modalidade	16	339000000000000000	Aplicações Diretas	20.000,00
Órgão	18	GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
Unidade	4	Fundo Municipal de Assistência Social - FUMAS		
Projeto Atividade	2.015	Ações de Assistência Social Geral		
Modalidade	159	339000000000000000	Aplicações Diretas	4.000,00
TOTAL				24.000,00

Art. 2º O crédito suplementar adicional constante do art. 1º do presente Decreto será aberto por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 12 DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
Unidade 1 Gerência de Administração e Fazenda	
Projeto Atividade 2.004 Atividades Burocráticas, Administrativas e Finanças	
Modalidade 15 319000000000000000 Aplicações Diretas 20.000,00	
Órgão 18 GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	
Unidade 4 Fundo Municipal de Assistência Social - FUMAS	
Projeto Atividade 2.015 Ações de Assistência Social Geral	
Modalidade 158 319000000000000000 Aplicações Diretas 4.000,00	
TOTAL 24.000,00	

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 06 de Outubro de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

Em 06 de Outubro 2016

Carla Sandra Cozer Morche
Responsável pelas Publicações

PORTARIA 224/2016

PORTARIA Nº 224/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor Dilmar Aloisio Schneider inscrito no CPF sob nº. 430.286.679-91, ocupante do cargo de Provimento temporário de Mecânico, férias referentes ao período aquisitivo de 04 de maio de 2015 a 03 de maio de 2016, para serem gozadas no período de 10 de outubro de 2016 a 11 de novembro de 2016.

Art.2º Fica reduzido em 12 (doze) dias, do período de férias do mesmo em função de autorização de afastamento anteriormente concedido para tratamento de assuntos de interesse particular devendo, portanto retornar a partir do dia 01/11/2016.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 06 de outubro de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Carla Sandra Cozer Morche
Responsável pela publicação

PORTARIA 225/2016

PORTARIA Nº 225/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor WILSON WASEM, inscrito no CPF sob nº. 469.214.279-00, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias, férias referentes ao período aquisitivo de 17 de maio de 2015 a 16 de maio de 2016, para serem gozadas no período de 10 de outubro de 2016 a 11 de novembro de 2016.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 06 de outubro de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Carla Sandra Cozer Morche
Responsável pela publicação

Arroio Trinta

PREFEITURA

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA

Os abaixo-assinados, Membros da Comissão Permanente de Fiscalização e acompanhamento das Obras Licitadas, conforme Decreto nº 1755/2016 de 08 de junho de 2016, designada pelo Excelentíssimo Senhor Alcidir Felchilcher, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina e o Representante da Empresa, CNPJ VITE SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA - ME, CNPJ 23.865.817/0001-28, Inscrição Estadual nº 257.844.538, Inscrição Municipal 2217821, após decorrência do prazo do recebimento provisório da obra EXECUÇÃO DE OBRA SOB O REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO-DE-OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE ARQUIBANCADA COBERTA JUNTO AO ESTÁDIO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA DE ORÇAMENTO, de acordo com as especificações pertinentes ao Processo Licitatório N° 0032/2016, Tomada de Preços N° 0003/2016, e formalizada pelo Termo de Contrato nº 0036/2016 de 16 de junho de 2016, obra localizada ao lado do Estádio Municipal Vergílio Biava, Centro no Município de Arroio Trinta – SC, tendo em vista que o objeto encontra-se concluído, conforme comunicação do contratado, declaram e atestam o que segue:

- 1) Que a Contratada, durante o período de observações entre o recebimento provisório e o presente Termo, atendeu às determinações que foram feitas, no sentido de realizar na obra objeto do presente termo e nas respectivas instalações, os reparos e consertos necessários, resultantes da execução da referida obra;
- 2) Que da vistoria realizada ficou comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais;
- 3) Que foram apresentados os comprovantes de pagamento dos empregados, do recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas e dos tributos, relativos ao contrato;
- 4) Que os responsáveis pela administração do objeto executado nada tem a declarar;
- 5) Que face ao exposto, os membros da Comissão Permanente de Fiscalização e acompanhamento das Obras Licitadas de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, concluem pela aceitação da obra em questão, de forma definitiva, iniciando-se a contagem do prazo previsto no Artigo 618 do Código Civil.

Arroio Trinta – SC, 29 de setembro de 2016.

Comissão de Fiscalização:

SINVAL LEGNANI

NESTOR MOZENA

SANTO CLAUDIR DA SILVA

VILMAR MIOTELLI

DARCI DA SOLER

FERNANDO ANDRÉ MANENTI

Representante da Contratante: ALCIDIR FELCHILCHER

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

CNPJ N° 82.826.462/0001-27

Prefeito Municipal

Contratante

Representante da Contratada: VITE SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA - ME

CNPJ 23.865.817/0001-28

IVAIR BIANCHIN

Sócio Administrador

Contratada

Balneário Piçarras

PREFEITURA

PORTARIA 332/2016

PORTARIA N.º 332/2016.

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria nº 186/2016 de 01 de julho de 2016, a conseguinte EXONERAÇÃO do cargo de CHEFE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, com as atribuições pertinentes à Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais, o senhor, EVANDRO ARNO DA SILVA, brasileiro, maior, solteiro, CPF nº 058.022.039-78, CI nº 3.820.3771 SESP-SC, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município, a partir da presente data.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Balneárias Piçarras (SC), 07 de outubro de 2016.
Leonel José Martins
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 333/2016

PORTARIA N.º 333/2016

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de CHEFE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, com as atribuições pertinentes à Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais, o senhor, ARNO DA SILVA, brasileiro, maior, casado, CPF nº 486.346.709-53, CI nº 1.433.463-1 SSP-SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Balneárias Piçarras (SC), 07 de outubro de 2016.
Leonel José Martins
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda,
Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2016 - FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2016 – FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2016 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº030/2016 – FMS

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço Global, para contratação de empresa para prestar serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos hospitalares gerados pelas Unidades de Saúde, Pronto- Atendimento, CAPS e NASF, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. Recebimento dos Envelopes até: 25/10/2016 às 14h. Data da Sessão Pública: 25/10/2016 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanoel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 05 de outubro de 2016. Dorval Vieira de Oliveira– Secretário de Saúde.

Barra Velha**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO CONTRATUAL - CONTRATO Nº 008/2016.**

CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA-SC
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº: 008/2016.

Licitação:

Fornecedor: TELE ALERME – SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA

CNPJ: 76.371.103/0001-20 – Filial : 76.371.103/0002-00

Data de Assinatura: 1º de setembro de 2016.

Vigência de: 1º de setembro de 2016 a 31 de janeiro de 2017

Valor: 216,00 (Duzentos e dezesseis reais) menais, Global R\$ 1.080,00 (Hum mil e oitenta reais)

Recursos: 2.001.3.3.90.00.00.00.00 (1)

Objeto: Monitoramento que se dará por meio de envio de sinal eletrônico dos equipamentos instalados nas dependências da nova sede da Câmara de Vereadores de Barra Velha, conforme especificado no termo de adesão.

Antonioni Lucas Costa Magalhães – Assessor Jurídico

Marciel Berlin – Presidente da Câmara de Vereadores

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2016 - PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Aquisição/fornecimento parcelado de combustível (gasolina comum) para uso no veículo oficial da Câmara de Vereadores de Barra Velha, ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 005/2016, segundo as conveniências da administração direta.

VALOR: R\$ 13.420,00 (Treze mil, quatrocentos e vinte reais).

RESUMO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	GASOLINA COMUM	LITRO	4.000	R\$ 3,355	R\$ 13.420,00
				TOTAL GERAL	R\$ 13.420,00

Barra Velha, 06 de outubro de 2016.

Marciel Berlin

Presidente

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2016 - PREGÃO PRESENCIAL

Tendo analisado o julgamento do Pregão nº 005/2016 e examinado todos os documentos integrantes das propostas apresentadas, constatei total regularidade no procedimento como nas decisões apresentadas. Isto posto, HOMOLOGO a Ata de Abertura e Julgamento, determinando que seja dado ciência aos participantes do Certame do Resultado da Licitação.

VENCEDOR: AUTO POSTO AVIZ III LTDA.

CNPJ: 14.397.810/0001-38

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R\$ 13.420,00 (Treze mil, quatrocentos e vinte reais) Estimado.

RESUMO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	GASOLINA COMUM	LITRO	4.000	R\$ 3,355	R\$ 13.420,00
				TOTAL GERAL	R\$ 13.420,00

Barra Velha, 06 de outubro de 2016.

Marciel Berlin

Presidente

Biguaçu

PREFEITURA

ERRATA Nº. 01 AO EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.035/2013 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA Nº. 01 AO EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.035/2013 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 34/2013

Onde se lê no Extrato do Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 10.035/2013 Processo: Dispensa de Licitação – DL Nº 34/2013 - FMS)

(...)Processo: Pregão Presencial – DL Nº 34/2013 – FMS(...)

Valor: R\$ 23.387,16 (vinte e três mil trezentos e oitenta e sete reais e dezesseis centavos), sendo pago mensalmente ao locador a importância de R\$ 1.700,00 (mil e setecentos reais) (...)

LEIA-SE no no Extrato do Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 10.035/2013 Processo: Dispensa de Licitação – DL Nº 34/2013 - FMS)

(...)Processo: Dispensa de Licitação – DL Nº 34/2013 – FMS(...)

Valor: R\$ 23.387,16 (vinte e três mil trezentos e oitenta e sete reais e dezesseis centavos), sendo pago mensalmente ao locador a importância de R\$ 1.948,93 (mil novecentos e quarenta e oito reais e noventa e três centavos).

As demais informações constantes no Aviso de Licitação e Edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 28 de setembro de 2016.

GABRIEL ARTHUR LOEFF

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO CONTRATO Nº 10.095/2016 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 44/2016 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.095/2016
Processo: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 44/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA OS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, CONFORME EMENDA PARLAMENTAR Nº 19730003.

Fornecedor: COMP1 INFORMÁTICA LTDA.

Valor: R\$ 4.450,00 (quatro mil quatrocentos e cinquenta reais).

Vigência: 09/09/2016 a 31/12/2016

GABRIEL ARTHUR LOEFF

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO CONTRATO Nº 10.096/2016 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 44/2016 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.096/2016
Processo: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 44/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA OS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, CONFORME EMENDA PARLAMENTAR Nº 19730003.

Fornecedor: JADSON CARDOSO MORAES 04035566942

Valor: R\$ 4.969,80 (quatro mil novecentos e sessenta e nove reais e oitenta centavos).

Vigência: 09/09/2016 a 31/12/2016

GABRIEL ARTHUR LOEFF

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO CONTRATO Nº 10.097/2016 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 44/2016 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.097/2016
Processo: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 44/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA OS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, CONFORME EMENDA PARLAMENTAR Nº 19730003.

Fornecedor: GISIANE MATILDE VIEIRA ME

Valor: R\$ 2.598,00 (dois mil quinhentos e noventa e oito reais).

Vigência: 09/09/2016 a 31/12/2016

GABRIEL ARTHUR LOEFF

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO CONTRATO Nº 10.098 /2016 - PROCESSO: - PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 43/2016 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.098 /2016
Processo: - Pregão Presencial - PP Nº 43/2016 – FMS

Objeto: QUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA OS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU CONFORME EMENDA PARLAMENTAR Nº 19730003.

Fornecedor: JADSON CARDOSO MORAES

Valor: R\$ 22.468,00 (vinte e dois mil quatrocentos e sessenta e oito reais).

Vigência: 09/09/2016 a 31/12/2016

GABRIEL ARTHUR LOEFF
Secretário Municipal de Saúde

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.099/2016 - PROCESSO: -
PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 43/2016 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.099/2016
Processo: - Pregão Presencial - PP Nº 43/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA OS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU CONFORME EMENDA PARLAMENTAR Nº 19730003.

Fornecedor: E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO EIRELLI EPP

Valor: R\$ 31.080,00 (trinta e um mil e oitenta reais).

Vigência: 12/09/2016 a 31/12/2016

GABRIEL ARTHUR LOEFF
Secretário Municipal de Saúde

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.101/2016 - PROCESSO: -
PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 43/2016 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.101/2016
Processo: - Pregão Presencial - PP Nº 43/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA OS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU CONFORME EMENDA PARLAMENTAR Nº 19730003.

Fornecedor: PAULINEA LOTTERMAN REIS - ME

Valor: R\$ 1.736,00 (mil setecentos e trinta e seis reais).

Vigência: 12/09/2016 a 31/12/2016

GABRIEL ARTHUR LOEFF
Secretário Municipal de Saúde

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.103/2016 - PROCESSO: -
PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 43/2016 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.103/2016
Processo: - Pregão Presencial - PP Nº 43/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA OS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU CONFORME EMENDA PARLAMENTAR Nº 19730003.

Fornecedor: METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Valor: R\$ 2.132,40 (dois mil cento e trinta e dois reais e quarenta centavos).

Vigência: 12/09/2016 a 31/12/2016

GABRIEL ARTHUR LOEFF
Secretário Municipal de Saúde

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.104/2016 - PROCESSO: -
PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 43/2016 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.104/2016
Processo: - Pregão Presencial - PP Nº 43/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA OS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU CONFORME EMENDA PARLAMENTAR Nº 19730003.

Fornecedor: ZIMBA COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME

Valor: R\$ 503,00 (quinhentos e três reais).

Vigência: 12/09/2016 a 31/12/2016

GABRIEL ARTHUR LOEFF
Secretário Municipal de Saúde

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.105/2016 - PROCESSO: -
PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 43/2016 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.104/2016
Processo: - Pregão Presencial - PP Nº 43/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA OS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU CONFORME EMENDA PARLAMENTAR Nº 19730003.

Fornecedor: ZIMBA COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME

Valor: R\$ 503,00 (quinhentos e três reais).

Vigência: 12/09/2016 a 31/12/2016

GABRIEL ARTHUR LOEFF
Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO CONTRATO Nº 10.106/2016 - PROCESSO: - PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 43/2016 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.106/2016
Processo: - Pregão Presencial - PP Nº 43/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA OS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU CONFORME EMENDA PARLAMENTAR Nº 19730003.

Fornecedor: GISIANE MATILDE VIEIRA ME

Valor: R\$ 10.382,00 (dez mil trezentos e oitenta e dois reais).

Vigência: 12/09/2016 a 31/12/2016

GABRIEL ARTHUR LOEFF
Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO CONTRATO Nº 10.107/2016 - PROCESSO: - PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 43/2016 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.107/2016
Processo: - Pregão Presencial - PP Nº 43/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA OS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU CONFORME EMENDA PARLAMENTAR Nº 19730003.

Fornecedor: CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA ME

Valor: R\$ 9.700,00 (nove mil e setecentos reais).

Vigência: 12/09/2016 a 31/12/2016

GABRIEL ARTHUR LOEFF
Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO CONTRATO Nº 10.108/2016 - PROCESSO: DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL Nº 55/2016 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.108/2016
Processo: DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL Nº 55/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE CABOS PARA APARELHO DE ELETROTERRAPIA DESTINADO À CLÍNICA DE FISIOTERAPIA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: FERNANDES EQUIPAMENTOS PARA FISIOTERAPIA LTDA EPP

Valor: R\$ 1.377,00 (mil trezentos e setenta e sete reais).

Vigência: 20/09/2016 a 31/12/2016

GABRIEL ARTHUR LOEFF
Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO CONTRATO Nº 10.110/2016 - PROCESSO: DISPENSA DE LICITAÇÃO – DL Nº 53/2016 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.093/2016
Processo: DISPENSA DE LICITAÇÃO – DL Nº 47/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO PARA USO NA REDE BÁSICA E UPA DOS MEDICAMENTOS NÃO COTADOS NO ÚLTIMO PREGÃO.

Fornecedor: CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$ 25.376,00 (vinte e cinco mil trezentos e setenta e seis reais).

Vigência: 29/08/2016 a 29/08/2017.

GABRIEL ARTHUR LOEFF
Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 3/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 3/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Empresa:
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 00.802.002/0001-02, endereço Estrada Boa Esperança, 2320,0 Fundo Canoas, Rio do Sul, SC, representada neste ato, por seu representante legal, Sr. Cleiton André Wagner, portador do RG nº 3.693.746, CPF nº 029.131.619-01.

Itens:

15 - DINITRATO DE ISOSSORBIDA 5 MG – 50.000 COMPRIMIDOS – VALOR UNITÁRIO R\$ 0,40
20 - GLICONATO DE CALCIO 100MG/ML – 100 AMPOLAS – VALOR UNITÁRIO R\$ 1,20
12 - CLOTRIMAZOL 10MG/G CREME /30G – 300 BISNAGAS – VALOR UNITÁRIO R\$ 3,0799
02 - AMINOFILINA 24 MG/ML 10 ML – 200 AMPOLAS - VALOR UNITÁRIO R\$ 0,9622

VALOR TOTAL : R\$ 21.236,41 (VINTE E UM MIL E DUZENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS)

VIGÊNCIA DE 12/09/2016 À 12/09/2017.

Biguaçu, 12 de setembro de 2016.

Gabriel Arthur Loeff
Secretário de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 4/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 4/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Empresa:

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 03.652.030/0001-70, endereço BR 470, 795, Barão de Cotegipe, RS, representada neste ato, por seu representante legal, Sr Edivar Szymanski, portador do RG nº5051132966, CPF nº670.481.290-34.

Itens:

07 - BROMETO DE N-BUTILESCOPOLAMINA+DIPIRONA SÓD. 6,67/333,4MG/ML – 600 FRASCOS – VALOR UNITÁRIO R\$ 6,99

VALOR TOTAL:

R\$ 4.194,00 (QUATRO MIL E CENTO E NOVENTA E QUATRO REAIS)

VIGÊNCIA DE 12/09/2016 À 12/09/2017.

Biguaçu, 16 de setembro de 2016.

Gabriel Arthur Loeff
Secretário de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 5/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 5/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Empresa:

PONTAMEDI FARMACEUTICA LTDA, CNPJ nº 02.816.696/0001-54, endereço Rua Franco Grilo, 374, Fundos, Col. Dona Luiza, Ponta Grossa, PR, representada neste ato, por seu representante legal, Sr PARUCKER DA SILVA, portador do RG nº2R.188527/SC, CPF nº248.710.109-10.

Itens:

6 - BESILATO DE ANLODIPINO 5MG – 300.000 COMPRIMIDOS – VALOR UNITÁRIO R\$ 0,0199

14 - COMPLEXO B GOTAS 20 ML – 500 FRASCOS – VALOR UNITÁRIO R\$ 1,76

18 - FENITOÍNA 100 MG – 40.000 COMPRIMIDOS – VALOR UNITÁRIO R\$ 0,214

VALOR TOTAL:

R\$ 15.410,00 (QUINZE MIL E QUATROCENTOS E DEZ REAIS)

VIGÊNCIA DE 12/09/2016 À 12/09/2017.

Biguaçu, 16 de setembro de 2016.

Gabriel Arthur Loeff
Secretário de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Empresa:

DIMASTER COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 02.520.829-0001-40, endereço Rodovia BR 480, 180, Barão de Cotegipe, RS, representada neste ato, por seu representante legal, Sr Suema Tussi Brunelo, portador do RG nº 1038690028, CPF nº448.443.280-34

Itens:

10 – CEFALOXINA 500 MG – 100.000 COMPRIMIDOS – VALOR UNITÁRIO R\$ 0,5849

VALOR TOTAL : R\$ 58.490,00 (CINQUENTA E OITO MIL E QUATROCENTOS E NOVENTA REAIS)

VIGÊNCIA DE 12/09/2016 À 12/09/2017.

Biguaçu, 16 de setembro de 2016.

Gabriel Arthur Loeff
Secretário de Saúde

PP135/2016-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 135/2016 PMB

OBJETO: Aquisição de bombonas de 20 litros de líquido gerador de espuma para o FUNREBOM

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 21/10/2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 21 outubro, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.atende.net

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 7 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RREO – Anexo 8 (LDB, art. 72)

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BÁSICO - MDEB.

REFERÊNCIA ATÉ AGOSTO DE 2016

1. Receita produto de Impostos.	59.701.146,62
1.1. Receita de Impostos	14.454.784,23
1.1. Receita de IPTU	4.431.974,20
1.2. Receita de ITBI	1.570.829,96
1.3. Receita de ISS	7.383.819,06
1.4. Receita de IRRF	1.042.852,51
1.5. Receita de Multas e Juros de Mora sobre os Impostos	161.797,40
1.6. Receita de Dívida Ativa de Impostos	646.828,28
1.7. Receita de Multas e Juros de Mora sobre a Dívida Ativa de Impostos	201.068,91
1.8. (-) Descontos e Renúncia de Receita	-984.386,09
1.2. Receita de Transferências Constitucionais e Legais	45.246.362,42
2.1. Cota-Parte do FPM – Parcela referente à CF, art. 159, alínea "b".	16.053.896,43
2.2. Cota-Parte do FPM – Parcela referente à CF, art. 159, alínea "d".	861.157,82
2.3. Cota-Parte do ITR	7.050,05
2.4. Cota-Parte do ICMS	23.970.120,23
2.5. ICMS – Desoneração – LC nº 87/1996	98.429,04
2.6. Cota-Parte do IPI Exportação	339.876,24
2.7. Cota-Parte do IPVA	3.915.832,61
2.8. Cota-Parte IOF - Ouro	0,00

2. Origem dos Recursos Vinculados à MDEB

CÓDIGO D.R.	ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS	VALOR
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB (28,05% do item 1, conforme LOA)	16.746.171,63
0.1.01.000000	Cancelamento de Restos a Pagar	7.912,47
0.1.06.000000	Transferências do Salário Educação	1.132.406,13
0.3.06.000000	Superávit Financeiro das Transferências do salário Educação	51.068,66
0.1.09.000000	Programa Nacional de Transportes Escolar – PNATE	21.136,94
0.3.09.000000	Superávit Financeiro PNATE	17.600,00
0.1.11.000000	Brasil Carinhoso	132.227,54
0.1.21.000000	Programa de Ações Articuladas	106.819,69
0.1.12.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB – 100,00%	10.563.280,39
0.1.70.000140	Convênio MEC-Ampliação da Rede Física de Ensino	11.758,82
0.1.71.000012	Convênio SDR – Transporte Escolar	697.078,61
0.3.71.000012	Superávit Financeiro Transporte Escolar	7.600,44
0.1.81.000001	Remuneração de Depósito Bancário – FUNDEB	9.647,83
0.3.81.000001	Superávit Financeiro RDB – FUNDEB	6.360,58
0.1.81.000002	RDB – Salário Educação	24.186,44
0.3.81.000002	Superávit Financeiro RDB – Salário Educação	9.537,40
0.1.81.000006	RDB – PNATE	876,35
0.3.81.000006	Superávit Financeiros RDB – PNATE	63,26
0.1.81.000011	RDB – Convênio SDR – Transporte Escolar.	2.399,49
0.3.81.000011	Superávit Financeiro RDB Convênio SDR – Transporte Escolar	2.015,43
0.1.85.000099	Veículos da Educação	5.100,00
	TOTAL	29.555.248,10

3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À MDEB

CÓDIGO DA F.R.	CÓDIGO SUB- FUNÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR DA EXIGÊNCIA LEGAL	DESPESA LIQUIDADADA ATÉ O MÊS	DIFERENÇA
3.1. Receita de Impostos			16.754.084,10	17.096.481,88	342.397,78
0.1.01.000000	361	Ensino Fundamental	4.014.541,25	4.351.312,42	336.771,17
0.1.01.000000	365	Educação Infantil	3.663.353,47	3.663.353,47	0,00



0.1.01.000000	366	Educação Jovens e Adultos	191.235,99	191.235,99	0,00		
0.1.01.000000	843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00		
0.1.01.000000		Retenção FUNDEB	8.877.040,92	8.890.580,00	13.539,08		
0.3.01.000000	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00		
0.3.01.000000	365	Educação Infantil	0,00	0,00	0,00		
(+) Cancelamento de Restos a Pagar			7.912,47	0,00	-7.912,47	0,00	0,00
(-) RP não Processado e Inscrito sem Cobertura Financeira			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Pagamento de RP Inscrito sem Cobertura Financeira			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2. Receita do Fundeb e de RDB			10.572.928,22	11.805.177,32	1.232.249,10		
0.1.12.000000	361	Ensino Fundamental	2.747.449,03	3.989.345,96	1.241.896,93		
0.1.12.000000	365	Educação Infantil	7.815.831,36	7.815.831,36	0,00		
0.1.81.000001	361	Ensino Fundamental	9.647,83	0,00	-9.647,83		
3.3. Recursos do SF do FUNDEB a ser Aplicado até março 2016			6.360,58	6.360,58	0,00		
0.3.13.000000	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00		
0.3.81.000001	361	Ensino Fundamental	6.360,58	6.360,58	0,00		
3.4. Receita de Outras Fontes			2.221.875,20	2.114.374,06	-107.501,14	-583.749,70	
0.1.06.000000	361	Ensino Fundamental	444.881,11	521.881,65	77.000,54		
0.1.06.000000	365	Educação Infantil	687.525,02	687.525,02	0,00		
0.3.06.000000	361	Ensino Fundamental	51.068,66	36.827,96	-14.240,70		
0.1.09.000000	361	Ensino Fundamental	21.136,94	19.825,00	-1.311,94		
0.3.09.000000	361	Ensino Fundamental	17.600,00	7.600,44	-9.999,56		
0.1.11.000000	365	Educação Infantil	132.227,54	79.218,45	-53.009,09		
0.1.21.000000	365	Ensino Infantil	106.819,69	81.803,50	-25.016,19		
0.1.70.000140	361	Ensino Fundamental	11.758,82	0,00	-11.758,82		
0.1.71.000012	361	Ensino Fundamental	697.078,61	642.985,38	-54.093,23		
0.3.71.000012	361	Ensino Fundamental	7.600,44	0,00	-7.600,44		
0.1.81.000002	361	Ensino Fundamental	24.186,44	26.526,23	2.339,79		
0.3.81.000002	361	Ensino Fundamental	9.537,40	7.687,63	-1.849,77		
0.1.81.000006	361	Ensino Fundamental	876,35	205,00	-671,35		
0.3.81.000006	361	Ensino Fundamental	63,26	63,26	0,00		
0.1.81.000011	361	Ensino Fundamental	2.399,49	928,56	-1.470,93		
0.3.81.000011	361	Ensino Fundamental	2.015,43	1.295,98	-719,45		
0.1.85.000099	361	Ensino Fundamental	5.100,00	0,00	-5.100,00		
TOTAL			29.555.248,10	31.022.393,84	1.467.145,74		
4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS			MÍNIMO	REALIZADO	DIFERENÇA		
4.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino			25% do item 1	28,64%	3,64%		
4.2. Remuneração dos Profissionais do Magistério			60% do Fundeb	111,65%	51,65%		
4.3. Aplicação dos recursos do FUNDEB no Exercício			95%	111,65%	16,65%		

5. MEMÓRIA DE CALCULO DOS % DE GASTOS MÍNIMOS REALIZADOS

4.1 = $17.096.481,88 \times 100 / 59.701.146,62 = 28,64\%$ 4.2 = $11.805.177,32 \times 100 / 10.572.928,22 = 111,65\%$ 4.3 = $11.805.177,32 \times 100 / 10.572.928,22 = 111,65\%$

Biguaçu, 28 de setembro de 2016.

RAMON WOLINGER	MARCIA RODRIGUES DE AZEVEDO	
Prefeito Municipal	Secretária Municipal da Educação	
PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO	CRYSTHIAN MARCOS DA SILVA	
Contadora – CRC/SC 028726/O-6	Secretário Municipal da Fazenda	

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

RREO – Anexo 12 (LC nº 141/2012, art. 35)

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS.
REFERÊNCIA ATÉ AGOSTO DE 2016

1. Receita produto de Impostos.		58.839.988,83
1.1. Receita de Impostos		14.454.784,23
1.1. Receita de IPTU		4.431.974,20
1.2. Receita de ITBI		1.570.829,96
1.3. Receita de ISS		7.383.819,06
1.4. Receita de IRRF		1.042.852,51
1.5. Receita de Multas e Juros de Mora sobre os Impostos		161.797,40
1.6. Receita de Dívida Ativa de Impostos		646.828,28
1.7. Receita de Multas e Juros de Mora sobre a Dívida Ativa de Impostos		201.068,91
1.8. (-) Descontos e Renúncia de Receita		-984.386,09
1.2. Receita de Transferências Constitucionais e Legais		44.385.204,60
2.1. Cota-Parte do FPM – Parcela referente à CF, art. 159, alínea “b”.		16.053.896,43
2.2. Cota-Parte do ITR		7.050,05
2.3. Cota-Parte do ICMS		23.970.120,23
2.4. ICMS – Desoneração – LC nº 87/1996		98.429,04
2.5. Cota-Parte do IPI Exportação		339.876,24
2.6. Cota-Parte do IPVA		3.915.832,61
2.7. Cota-Parte IOF - Ouro		0,00
2. Origem dos Recursos Vinculados a ASPS		
CÓDIGO D.R.	ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS	VALOR
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS (22,28% do item 1, conforme LOA)	13.109.549,51
0.2.20.000000	Recuperação de Despesas Pagas a Maior ao INSS	39.451,36
0.2.27.000000	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária/Outras Receitas Correntes	190.804,46
0.6.27.000000	Superávit Financeiro Tx.Visa/Outras Receitas	9.433,72
0.2.28.000015	Teto Municipal Rede de Urgência (UPA)	1.360.000,00
0.6.28.000015	Superávit Financeiro Teto Municipal Rede de Urgência (UPA)	1.175,99
0.2.28.000016	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	448.000,00
0.2.28.000042	Piso de Atenção Básica – PAB Fixo	1.164.852,00
0.2.28.000043	Piso Fixo de Vigilância Sanitária - PFVISA-Parte	26.683,42
0.6.28.000043	Superávit Financeiro Piso Fixo de Vig. San. – PFVISA – Parte do FNS	111.173,67
0.2.28.000044	Componente Básico de Assistência Farmacêutica	226.613,80
0.6.28.000044	Superávit Financeiro Componente Básico de Assistência Farmacêutica	35.731,10
0.2.28.000045	Piso Fixo de Vigilância Sanitária – Parte ANVISA	6.184,32
0.2.28.000107	Piso Fixo de Vigilância em Saúde	220.069,04
0.6.28.000107	Superávit Financeiro Piso Fixo de Vigilância em Saúde	39.796,19
0.2.28.000046	Agentes Comunitários de Saúde	784.836,00
0.6.28.000046	Superávit Financeiro Agentes Comunitários de Saúde	100,00
0.2.28.000047	Saúde da Família	963.610,00
0.6.28.000047	Superávit Financeiro Saúde da Família	58.364,83
0.2.28.000048	SAMU-Serviço Atendimento Médico de Urgência	175.352,00
0.6.28.000048	Superávit Financeiro - SAMU-Serviço Atendimento Médico de Urgência	311,41
0.2.28.000049	Centro de Especialidades Odontológicas – MAC/CEO	79.200,00
0.6.28.000049	Superávit Financeiro Centro de Espec. Odontológicas – MAC/CEO	287,95
0.2.28.000050	Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF	300.000,00
0.6.28.000050	Superávit Financeiro Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF	4.516,57
0.2.28.000056	Programa Nacional de Atenção Domiciliar – EMAD	100.000,00
0.2.28.000057	Programa Nacional de Equipes Multiprofissionais de Apoio – EMAP	12.000,00
0.6.28.000057	Superávit Financeiro Progr.Nacional Equipes Multip. de Apoio – EMAP	2.407,54
0.2.28.000104	Rede Brasil sem Miséria (Prótese dentária)	40.000,00

0.6.28.000104	Superávit Financeiro Rede Brasil sem Miséria (Prótese dentária)	1.540,00
0.2.28.000111	MAC-Hospital Regional de Biguaçu	9.987.154,56
0.6.28.000111	Superávit Financeiro- MAC-Hospital Regional de Biguaçu	2.496.788,64
0.2.28.000119	Teto Municipal MAC Ambulatorial e Hospitalar	1.200.391,88
0.6.28.000119	Superávit Financeiro Teto Municipal MAC Ambulatorial e Hospitalar	255.592,91
0.2.28.000120	Incentivo ao Programa Nacional de HIV/AIDS e Outra	64.499,94
0.6.28.000120	Superávit Financeiro - Incent ao Programa Nacional de HIV/AIDS e Outra	2.899,23
0.2.28.000179	Programa Melhoria do Acesso e da Qualidade – PMAQ	878.426,70
0.2.28.000184	Saúde Bucal	102.580,00
0.6.28.000184	Superávit Financeiro Saúde Bucal	10.000,00
0.2.28.000187	Rede Psico Social	226.440,00
0.6.28.000187	Superávit Financeiro Rede Psico Social	12.196,79
0.6.29.000051	Superávit Financeiro Vigilância Sanitária	26.439,04
0.2.29.000052	Programa de Assistência Farmacêutica Básica	191.306,06
0.2.29.000053	Centro Especialidades Odontológicas	38.055,00
0.6.29.000053	Superávit Financeiro Centro Especialidades Odontológicas	2.393,16
0.2.29.000054	Co-Financiamento – PAB	288.450,00
0.6.29.000054	Superávit Financeiro Co-Financiamento – PAB	242.838,88
0.6.29.000188	Superávit Financeiro Produção Hospitalar e Ambulatorial	118.910,91
0.6.70.000185	Superávit Financeiro- Conv MS – Aquisição de Eptos para o Hospital	1.005.209,36
0.6.70.000186	Superávit Financeiro- Aquisição de Eptos para UBS	223.032,13
0.2.81.000041	Receita de RDB de Recursos Vinculados à Saúde	412.128,60
0.6.81.000041	Superávit Financeiro de Receita de RDB Vinculados à Saúde	67.981,04
0.2.28.000207	Incentivo a Saúde no Sistema Penitenciário	102.529,00
0.6.28.000207	Superávit Financeiro- Incentivo a Saúde no Sistema Penitenciário	20.505,80
0.2.85.000101	Despesas de Capital em Saúde	1.100,00
	TOTAL	37.489.894,51

3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE							
CÓDIGO DA F.R.	CÓDIGO SUB- FUNÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	EXIGÊNCIA LEGAL	DESPESA LIQUIDADA ATÉ O MÊS	DIFERENÇA		
3.1. Receita de Impostos			13.109.549,51	14.563.104,90	1.453.555,39		
0.1.02.000000	301	Atenção Básica	8.592.765,31	10.046.320,70	1.453.555,39		
0.1.02.000000	302	Assistência Hosp. e Ambul.	4.212.178,27	4.212.178,27	0,00		
0.1.02.000000	304	Vigilância Sanitária	32.826,26	32.826,26	0,00		
0.1.02.000000	305	Vigilância Epidemiológica	271.779,67	271.779,67	0,00		
0.1.02.000000	306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00		
0.3.02.000000	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00		
(+) Cancelamento de Restos a Pagar			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RP não Processado e Inscrito sem Cobertura Financeira			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2. Receita de Outras Fontes			24.380.345,00	19.054.299,41	-5.326.045,59		
0.2.20.000000	301	Atenção Básica	39.451,36	0,00	-39.451,36		
0.2.27.000000	304	Vigilância Sanitária	190.804,46	188.843,56	-1.960,90		
0.6.27.000000	304	Vigilância Sanitária	9.433,72	18.761,93	9.328,21		
0.2.28.000015	301	Atenção Básica	1.360.000,00	1.230.358,02	-129.641,98		
0.6.28.000015	301	Atenção Básica	1.175,99	1.175,99	0,00		
0.2.28.000016	301	Atenção Básica	448.000,00	0,00	-448.000,00		
0.2.28.000042	301	Atenção Básica	1.164.852,00	776.566,00	-388.286,00		
0.2.28.000043	304	Vigilância Sanitária	26.683,42	5.585,00	-21.098,42		
0.6.28.000043	304	Vigilância Sanitária	111.173,67	32.806,36	-78.367,31		
0.2.28.000044	301	Atenção Básica	226.613,80	322.048,41	95.434,61		
0.6.28.000044	301	Atenção Básica	35.731,10	35.556,90	-174,20		
0.2.28.000045	304	Vigilância Sanitária	6.184,32	1.615,01	-4.569,31		
0.2.28.000107	305	Vigilância Epidemiológica	220.069,04	170.944,71	-49.124,33		

0.6.28.000107	305	Vigilância Epidemiológica	39.796,19	39.796,19	0,00		
0.2.28.000108	305	Vigilância Epidemiológica	0,00	8.554,99	8.554,99		
0.2.28.000109	305	Vigilância Epidemiológica	0,00	3.401,00	3.401,00		
0.2.28.000046	301	Atenção Básica	784.836,00	1.107.568,65	322.732,65		
0.6.28.000046	301	Atenção Básica	100,00	100,00	0,00		
0.2.28.000047	301	Atenção Básica	963.610,00	689.580,00	-274.030,00		
0.6.28.000047	301	Atenção Básica	58.364,83	0,00	-58.364,83		
0.2.28.000048	302	Assistência Hosp. e Ambul.	175.352,00	3.560,00	-171.792,00		
0.6.28.000048	302	Assistência Hosp. e Ambul	311,41	3.768,00	3.456,59		
0.2.28.000049	301	Atenção Básica	79.200,00	1.280,00	-77.920,00		
0.6.28.000049	301	Atenção Básica	287,95	179,45	-108,50		
0.2.28.000050	301	Atenção Básica	300.000,00	138.660,00	-161.340,00		
0.6.28.000050	301	Atenção Básica	4.516,57	0,00	-4.516,57		
0.2.28.000056	301	Atenção Básica	100.000,00	300.000,00	200.000,00		
0.2.28.000057	301	Atenção Básica	12.000,00	36.000,00	24.000,00		
0.6.28.000057	301	Atenção Básica	2.407,54	0,00	-2.407,54		
0.2.28.000104	301	Atenção Básica	40.000,00	16.806,00	-23.194,00		
0.6.28.000104	301	Atenção Básica	1.540,00	0,00	-1.540,00		
0.2.28.000111	301	Atenção Básica	9.987.154,56	8.738.760,24	-1.248.394,32		
0.6.28.000111	301	Atenção Básica	2.496.788,64	2.496.788,64	0,00		
0.2.28.000119	301	Atenção Básica	1.200.391,88	1.195.181,76	-5.210,12		
0.6.28.000119	301	Atenção Básica	255.592,91	77.955,90	-177.637,01		
0.2.28.000120	305	Vigilância Sanitária	64.499,94	8.527,66	-55.972,28		
0.6.28.000120	305	Vigilância Sanitária	2.899,23	0,00	-2.899,23		
0.2.28.000179	301	Atenção Básica	878.426,70	591.600,00	-286.826,70		
0.2.28.000184	301	Atenção Básica	102.580,00	46.830,00	-55.750,00		
0.6.28.000184	301	Atenção Básica	10.000,00	0,00	-10.000,00		
0.2.28.000187	301	Atenção Básica	226.440,00	114.479,81	-111.960,19		
0.6.28.000187	301	Atenção Básica	12.196,79	7.739,31	-4.457,48		
0.6.29.000051	304	Vigilância Sanitária	26.439,04	0,00	-26.439,04		
0.2.29.000052	301	Atenção Básica	191.306,06	177.773,16	-13.532,90		
0.2.29.000053	301	Atenção Básica	38.055,00	11.180,00	-26.875,00		
0.6.29.000053	301	Atenção Básica	2.393,16	0,00	-2.393,16		
0.2.29.000054	301	Atenção Básica	288.450,00	273.750,00	-14.700,00		
0.6.29.000054	301	Atenção Básica	242.838,88	0,00	-242.838,88		
0.2.29.000125	302	Assistência Hosp. e Ambul.	0,00	8.096,48	8.096,48		
0.6.29.000188	301	Atenção Básica	118.910,91	0,00	-118.910,91		
0.6.70.000185	301	Atenção Básica	1.005.209,36	25.600,00	-979.609,36		
0.6.70.000186	301	Atenção Básica	223.032,13	0,00	-223.032,13		
0.2.81.000041	301	Atenção Básica	412.128,60	78.539,24	-333.589,36		
0.6.81.000041	301	Atenção Básica	67.981,04	67.981,04	0,00		
0.2.28.000207	301	Atenção Básica	102.529,00	0,00	-102.529,00		
0.6.28.000207	301	Atenção Básica	20.505,80	0,00	-20.505,80		
0.2.85.000101	301	Atenção Básica	1.100,00	0,00	-1.100,00		
TOTAL			37.489.894,51	33.617.404,31	-3.872.490,20		

4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS	MÍNIMO	REALIZADO	DIFERENÇA
4.1. Manutenção das ASPS	15% do item 1	24,75%	9,75%

5. MEMÓRIA DE CALCULO DO % DE GASTOS MÍNIMOS REALIZADOS

4.1 = 14.563.104,90x100/58.839.988,83=24,75%

Biguaçu, 29 de setembro de 2016.

RAMON WOLINGER	Gabriel Artur Loeff	
Prefeito Municipal	Secretario Municipal de Saúde	
PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO	CRYSTHIAN MARCOS DA SILVA	
Contadora – CRC/SC 028726/O-6	Secretário Municipal da Fazenda	



RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU**

Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Despesa com Pessoal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Poder: Consolidado

Período de Referência: Setembro de 2015 a Agosto de 2016 / Bimestre Julho-Agosto

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	Liquidada	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	73.238.997,15	2.393,95
Pessoal Ativo	67.929.965,06	2.393,95
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.309.032,09	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc.(art.18,§1ºda LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1ºdo art.19 da LRF)(II)	7.037.614,06	0,00
Indeniza. por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	659.696,59	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	1.228.716,63	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.149.200,84	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	66.201.383,09	2.393,95
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	146.359.236,70	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	66.203.777,04	45,23
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60,00%	87.815.542,02	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57,00%	83.424.764,92	57,00
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54,00%	79.033.987,82	54,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Data Emissão: 30/set/2016 Hora de emissão: 17h e 42m

Notas:

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU**

Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2016 / Quadrimestre Maio-Agosto

RGF - ANEXO 2 (LRF, art 55, inciso I, alínea 'b')

DÍVIDA CONSOLIDADA	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2016		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC(I)	11.045.284,97	11.173.145,84	13.794.354,55	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	7.775.308,56	7.903.169,43	10.524.378,14	0,00
Interna	7.775.308,56	7.903.169,43	10.524.378,14	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	3.269.976,41	3.269.976,41	3.269.976,41	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)*	38.376.930,74	43.961.977,14	24.470.208,05	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	16.278.482,22	22.027.520,80	17.350.860,28	0,00
Demais Haveres Financeiros	29.481.450,60	22.983.682,88	7.988.892,47	0,00
(-) Restos a Pagar Processados(Exceto Precat.)	7.383.002,08	1.049.226,54	869.544,70	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(DCL)(III)=(I-II)	(27.331.645,77)	(32.788.831,30)	(10.675.853,50)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	128.920.050,87	138.321.019,56	146.359.236,70	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	8,57	8,08	9,42	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	(21,20)	(23,70)	(7,29)	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	154.704.061,04	165.985.223,47	175.631.084,04	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	139.233.654,94	149.386.701,12	158.067.975,64	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2016		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	7.775.308,56	7.903.169,43	10.524.378,14	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	7.299.931,51	6.199.931,51	6.199.931,51	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	7.299.931,51	6.199.931,51	6.199.931,51	0,00
Previdenciária	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	7.299.931,51	6.199.931,51	6.199.931,51	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	475.377,05	1.703.237,92	4.324.446,63	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	Saldo Exerc. Anterior	Saldo do Exercício de 2016		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	1.121.264,81	1.871.716,44	2.419.453,26	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERC. ANTERIORES	8.792.636,37	1.914.009,71	1.101.916,31	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA-ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	Saldo Exerc. Anterior	Saldo do Exercício de 2016		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	55.803.711,27	55.803.711,27	55.803.711,27	0,00
Passivo Atuarial	55.803.711,27	55.803.711,27	55.803.711,27	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X)*	66.683.251,90	73.237.408,84	77.667.002,69	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	527.284,89	859.880,89	1.024.441,43	0,00
Investimentos	66.156.007,01	72.377.527,95	76.642.561,26	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	40,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	25.436,72	13.314,46	13.314,46	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREV. (XI)=(IX - X)	(10.879.540,63)	(17.433.697,57)	(21.863.291,42)	0,00

FONTE: Sistema , Unidade Responsável

Data Emissão: 30/set/2016 **Hora de emissão:**

* Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha de "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Notas:

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU**

Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Operações de Crédito
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2016 / Quadrimestre Maio-Agosto

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Período	Até o Período
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	2.687.842,85	4.759.665,11
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	2.687.842,85	4.759.665,11
Interna	2.687.842,85	4.759.665,11
Abertura de Crédito	2.687.842,85	4.759.665,11
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, P 1º)	0,00	0,00
Outras operações de Crédito	0,00	0,00
Externas	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrim	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	146.359.236,70	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
Do Período de Referência (III)	0,00	0,00
De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV)= (Ia + III)	4.759.665,11	3,25
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	23.417.477,87	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%> (90% dos 16%)	21.075.730,08	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	10.245.146,57	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	4.759.665,11	3,25

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Data Emissão: 30/set/2016 **Hora de emissão:** 17h e 52m

Notas:

¹ Para fins de contratação de operações de crédito, verificadas pela STN/COPEM segundo o Manual para Instrução de Pleitos, serão consideradas no cálculo do limite as operações que pressupõem ingresso financeiro.

² < Medidas Corretivas >

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUACU

Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e Restos a Pagar
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Agosto / 2016



RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (f) = (a - (b+c+d+e))	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício	Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)				
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
02330270000 - Transferências de Convênios da União Destinados A:	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.485,14)	1.485,14	0,00	0,00	0,00
02330270172 - Construção de Unidade Básica de Saúde - Fundos	0,00	0,00	0,00	123.954,50	0,00	(123.954,50)	0,00	0,00	0,00
06670629000 - Transferências do Sus Estado Destinados A:	0,00	0,00	0,00	0,00	(127,34)	127,34	0,00	0,00	0,00
06670629051 - ASPS - Ações de Vigilância sanitária	26.439,04	0,00	0,00	0,00	0,00	26.439,04	0,00	0,00	0,00
06670629053 - ASPS - Centro de Especialidades Odontológicas - MAC/CEO	1.677,69	0,00	0,00	0,00	73,72	1.603,97	0,00	0,00	0,00
06670629054 - ASPS - Ações de Atenção Básica	123.509,70	0,00	0,00	0,00	0,00	123.509,70	242.838,88	0,00	0,00
06670629188 - ASPS - Atendimento Psico-Social	118.910,91	0,00	0,00	0,00	0,00	118.910,91	18.641,06	0,00	0,00
02380134000 - Transferências de Recursos do Sus Destinado A:	(60.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(60.000,00)	0,00	0,00	0,00
02380228016 - Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	448.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	448.000,00	392.000,00	0,00	0,00
02380228186 - Aquisição de Equipamentos p/UBS	0,00	0,00	0,00	0,00	68.808,33	(68.808,33)	0,00	0,00	0,00
02380779057 - Ações de Atenção Básica...	0,00	0,00	0,00	246,00	0,00	(246,00)	0,00	0,00	0,00
02380779104 - ASPS - Biguaçu sem Miséria	0,00	0,00	0,00	21.879,00	0,00	(21.879,00)	0,00	0,00	0,00
02380779108 - ASPS - Ações de Vigilância Sanitária	0,00	1.164,73	0,00	0,00	0,00	(1.164,73)	0,00	0,00	0,00
02380779119 - Manutenção das Ações de Média	(10.185,08)	5.562,44	0,00	12.462,13	479,92	(28.689,57)	0,00	0,00	0,00
02670229000 - Transferências do Sus Estado Destinados A:	0,00	0,00	0,00	0,00	(594,61)	594,61	0,00	0,00	0,00
02670229052 - ASPS - Ações de Assistência Farmacêutica Básica	35.644,05	0,00	0,00	103,00	0,00	35.541,05	2.883,10	0,00	0,00
02670229053 - ASPS - Centro de Especialidades Odontológicas - MAC/CEO	29.899,65	0,00	0,00	76,75	1.268,18	28.554,72	0,00	0,00	0,00
02670229054 - ASPS - Ações de Atenção Básica	103.281,36	0,00	0,00	18,95	0,00	103.262,41	131.250,00	0,00	0,00
02670229125 - ASPS - Manutenção do FMS	(39.993,70)	0,00	0,00	4.550,90	(1.439,06)	(43.105,54)	0,00	0,00	0,00
02670783041 - ASPS - Manutenção do FMS	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	(200,00)	0,00	0,00	0,00
02800241000 - Despesas com Recuperação de Créditos junto ao INSS	39.451,36	0,00	0,00	0,00	0,00	39.451,36	303.000,00	0,00	0,00
02880285101 - Despesas de Capital em Saúde	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00
03060333000 - Superavit Financeiro Manutenção do Funrebow	(39.056,71)	0,00	396,00	0,00	13,44	(39.466,15)	19.433,75	0,00	0,00
03070305000 - Superavit Financeiro Infra-estrutura em Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	815,99	0,00	0,00
03080304000 - Superavit Iluminação Pública	(1.658.380,33)	0,00	74.984,47	0,00	34.901,32	(1.768.266,12)	394,64	0,00	0,00
03100317000 - Superavit Financeiro Melhorias no Transito - Parte Polícia Militar	(7.844,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(7.844,00)	250,00	0,00	0,00
03100778000 - Superavit Financeiro Melhorias no Transito - Parte Polícia Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	(68,12)	68,12	0,00	0,00	0,00
03110316000 - Superavit Financeiro Melhorias no Transito - Parte Polícia Civil	(33.023,94)	0,00	0,00	0,00	0,00	(33.023,94)	72.180,12	0,00	0,00
03120318000 - Superavit Financeiro Melhorias no Transito - Parte Pmb	(8.566,29)	0,00	0,00	0,00	0,00	(8.566,29)	3.396,02	0,00	0,00
03340370140 - Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil - Saudade	(11.758,83)	0,00	0,00	0,00	0,00	(11.758,83)	0,00	0,00	0,00
03350337000 - Recursos do Fias Destinado a	0,00	0,00	0,00	0,00	(884,49)	884,49	0,00	0,00	0,00
03350337132 - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	(9.241,20)	0,00	0,00	0,00	0,00	(9.241,20)	0,00	0,00	0,00
03350337209 - Atendimento Integral da Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.715,04	0,00	0,00



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e Restos a Pagar
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
Período de Referência: Agosto / 2016

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (f) = (a - (b+c+d+e))	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício	Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)			
03350337211 - Proteção Especial de Média Complexidade	(5.619,21)	0,00	0,00	0,00	(5.619,21)	0,00	0,00
03350337212 - Proteção Especial de Média Complexidade	(6.600,00)	0,00	0,00	0,00	(6.600,00)	0,00	0,00
03350337213 - Proteção Especial de Média Complexidade	(10.000,00)	0,00	0,00	0,00	(10.000,00)	0,00	0,00
03360306000 - Superávit Financeiro Mdef	(35.449,96)	0,00	382,67	0,00	(35.832,63)	6,00	0,00
03360777000 - Superávit Financeiro Mdef	0,00	0,00	0,00	0,00	3.067,72	0,00	0,00
03370007000 - Superávit Financeiro Manutenção de Escolas	1.223,28	0,00	0,00	0,00	1.223,28	0,00	0,00
03370309000 - Superávit Financeiro Manutenção do Transporte Escolar	(7.476,92)	0,00	0,00	0,00	(7.476,92)	0,00	0,00
03370310000 - Superávit Financeiro Merenda Escolar Ensino Infantil	10.062,78	0,00	0,00	0,00	10.062,78	0,00	0,00
03370311000 - Superávit Financeiro Brasil Carinhoso	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00
03630697000 - Construção do Hospital de Biguaçu	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00
03640371157 - Aquisição de Equipamentos Rodoviários	(506.413,32)	0,00	0,00	0,00	(506.413,32)	0,00	0,00
03650338000 - Recursos do Feas Destinado A:	0,00	0,00	0,00	0,00	198,00	0,00	0,00
03650338135 - Proteção Social Básica - Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.171,41	0,00
03650338156 - Proteção Especial de Alta Complexidade	3.836,37	0,00	0,00	0,00	3.836,37	0,00	0,00
03650338173 - Co-Financiamento Proteção Especial Alta Complexidade - Inv	(41.580,00)	0,00	0,00	0,00	(41.580,00)	0,00	0,00
03650338175 - Proteção Especial de Média Complexidade	13.897,33	0,00	0,00	282,65	13.614,68	0,00	0,00
03650338210 - Atendimento Integral da Família	4.760,94	0,00	0,00	0,00	4.760,94	0,00	0,00
03830382000 - Operações de Crédito Destinados A:	0,00	0,00	0,00	0,00	523,23	0,00	0,00
03830382096 - Pavimentação de Ruas	33.849,90	0,00	0,00	235,50	33.614,40	0,00	0,00
03830382013 - Programa de Modernização Administrativa	260.754,87	0,00	0,00	0,00	260.754,87	0,00	0,00
03830382128 - Revitalização da Máquina Arrecadadora	1.642,59	0,00	0,00	0,00	1.642,59	30,13	0,00
09380779000 - Transferências de Recursos do Sus Destinado A:	(15.760,00)	0,00	0,00	0,00	(15.760,00)	0,00	0,00
09380779108 - ASPS - Vigilância Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	(49,14)	0,00	0,00
09380779187 - ASPS - Atendimento Psico-Social	0,00	0,00	0,00	0,00	15,92	0,00	0,00
01000143000 - Despesas com Concurso Público	(181.920,30)	0,00	0,00	0,00	(156.240,30)	543.759,70	0,00
01000182000 - Recursos de Operações de Crédito Destinados A:	(1.229.263,83)	0,00	0,00	0,00	(1.282.342,24)	0,00	0,00
01020102000 - Recursos de Impostos para Asp	2.797.273,54	4.254,51	1.754.959,22	736,37	139.394,43	687.608,31	0,00
01070105000 - Infra-estrutura em Transporte	53.449,92	0,00	6.973,25	0,00	45.979,92	44.011,77	0,00
01080104000 - Iluminação Pública	3.626.756,37	320.287,89	753.800,68	1.950,00	2.554.369,56	2.751.518,29	0,00
01100117000 - Melhorias no Transito - Parte Policia Militar	44.852,99	368,01	400,00	100,00	43.984,98	7.886,14	0,00
01110116000 - Melhorias no Transito - Parte Policia Civil	131.750,40	0,00	2.813,35	0,00	128.933,43	21.635,02	0,00
01120118000 - Melhorias no Transito - Parte Pmb	33.699,18	396,31	3.690,50	3.134,27	26.509,04	9.509,29	0,00
01180112000 - Remuneração Profissionais Magistério - Mínimo 60%	(6.986.293,64)	300,00	292.655,47	0,00	(7.490.230,19)	0,00	0,00



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e Restos a Pagar
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
Período de Referência: Agosto / 2016

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (f) = (a - (b+c+d+e))	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício	Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não Inscrições por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)			
01340140000 - Implantação da Rede de Água	0,00	64.343,16	0,00	0,00	(64.343,16)	0,00	0,00
01340170020 - Construção e Melhoria de Habitações Populares	10.002,52	9.587,99	0,00	360,00	(91,48)	0,00	0,00
01340170021 - Sinalização e Portal Turístico	(113.947,71)	14.748,26	0,00	39.366,11	(168.062,08)	13.858,74	0,00
01340170073 - Formação da Patrulha Agrícola	(38.020,90)	0,00	0,00	0,00	(38.020,90)	0,00	0,00
01340170090 - Construção de Equipamentos Esportivos	433.744,38	0,00	0,00	483.701,24	(49.956,86)	73.549,15	0,00
01340170094 - Pavimentação de Ruas	93.242,67	0,00	0,00	0,00	93.242,67	0,00	0,00
01340170097 - Drenagem Pluvial	353.755,84	286.044,50	0,00	0,00	67.711,34	4.846.179,34	0,00
01340170137 - Restauração Mercado Público e Concha Acústica	26.503,33	0,00	0,00	0,00	26.503,33	0,00	0,00
01340170140 - Ampliação da Rede Física de Ensino Infantil	587.940,88	0,00	0,00	0,00	588.709,24	0,00	0,00
01350137000 - Recursos do Fias Destinado A:	(217,14)	0,00	0,00	0,00	(217,14)	0,00	0,00
01350137061 - Proteção Especial de Alta Complexidade	33.576,24	0,00	0,00	0,00	33.576,24	19.889,68	0,00
01350137066 - Manutenção da Bolsa Família	7.472.446,60	0,00	0,00	0,00	7.472.446,60	0,00	0,00
01350137069 - Proteção Social Básica	70.183,79	0,00	6.550,00	0,00	63.633,79	30.450,38	0,00
01350137070 - Gestão da Política de Assistência Social	599,23	0,00	0,00	0,00	599,23	0,00	0,00
01350137072 - Proteção Especial de Média Complexidade	(33,80)	0,00	0,00	0,00	(33,80)	466,20	0,00
01350137132 - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	9.181,75	0,00	0,00	0,00	9.555,75	440,55	0,00
01350137141 - Proteção Especial de Média Complexidade	2.551,24	0,00	0,00	0,00	2.551,24	0,00	0,00
01350137198 - Gestão da Política de Assistência Social	7.984,42	0,00	0,00	0,00	8.305,94	0,00	0,00
01350137209 - Atendimento Integral da Família	13.369,78	0,00	2.155,08	0,00	11.214,70	4.697,80	0,00
01350137211 - Proteção Especial de Média Complexidade	(16.291,57)	0,00	0,00	0,00	(16.307,74)	0,00	0,00
01350137213 - Proteção Especial de Média Complexidade	25.320,01	0,00	0,00	0,00	25.320,01	0,00	0,00
01360106000 - Mdef	128.286,38	0,00	152.206,57	1.000,00	(24.757,97)	322.073,84	0,00
01370108000 - Merenda Escolar Ensino Fundamental	29.147,94	0,00	2.004,54	0,00	27.143,40	54.888,76	0,00
01370109000 - Manutenção do Transporte Escolar	11.922,32	0,00	2.165,00	0,00	9.757,32	3.298,00	0,00
01370110000 - Merenda Escolar Ensino Infantil	46.239,22	0,00	1.136,00	0,00	(25,56)	134.267,35	0,00
01370111000 - Brasil Carinhoso-merenda Infantil	53.009,09	0,00	0,00	0,00	53.009,09	31.092,50	0,00
01370121000 - Manutenção do Ensino Infantil	25.016,19	0,00	0,00	0,00	25.016,19	5.902,80	0,00
01370122000 - Merenda Escolar Pré-Escolar	2.820,28	0,00	1.136,00	0,00	1.684,28	10.113,36	0,00
01380109000 - Manutenção do Transporte Escolar	0,00	968,46	0,00	0,00	(968,46)	0,00	0,00
01640171012 - Manutenção do Transporte Escolar	(52.862,04)	0,00	20.977,30	2.553,58	(84.202,24)	167.514,13	0,00
01640171095 - Pavimentação de Ruas	1.229.342,59	0,00	0,00	0,00	1.229.342,59	0,00	0,00
01640171144 - Pavimentação de Ruas	(2.313,15)	0,00	23.400,83	0,00	1.689,56	734.943,26	0,00
01640171191 - Pavimentação de Ruas	(1.214.673,61)	0,00	76.041,80	0,00	(1.290.715,41)	571.588,33	0,00



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e Restos a Pagar
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Agosto / 2016

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (f) = (a - (b+c+d+e))	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício	Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)			
01640171215 - Aquisição de Draga de Sucção e Recalque	0,00	0,00	200.000,00	0,00	(200.000,00)	788.000,00	0,00
01640171216 - Recup. Pavimento Limp. de Vias e Esp. Pub.	(5.785,33)	0,00	172.434,97	0,00	(186.615,28)	784.819,42	0,00
01640171217 - Pavimentação de Ruas	0,00	0,00	823,50	0,00	(900,00)	39.063,91	0,00
01640171218 - Apoio ao Lazer Comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	147.236,31	0,00
01650138000 - Recursos do Feas Destinado A:	217,14	0,00	0,00	0,00	217,14	0,00	0,00
01650138156 - Proteção Especial de Alta Complexidade	36,26	0,00	0,00	0,00	36,26	0,00	0,00
01650138173 - Co-Financiamento Proteção Especial Média Complexidade - I	235,16	0,00	0,00	0,00	235,16	0,00	0,00
01650138174 - Co-Financiamento Proteção Especial Média Complexidade - II	74,49	0,00	0,00	0,00	74,49	0,00	0,00
01650138175 - Proteção Especial de Média Complexidade	13.872,25	0,00	0,00	0,00	13.872,25	0,00	0,00
01650138200 - Benefícios Eventuais	0,61	0,00	0,00	0,00	0,61	0,00	0,00
01650138210 - Atendimento Integral da Família	8.247,60	0,00	0,00	0,00	8.247,60	0,00	0,00
06000636000 - Superavit Financeiro Manutenção da Fundação Municipal de	(39.077,07)	0,00	698,85	0,00	(39.788,27)	5.300,15	0,00
06000636000 - Superavit Financeiro Asps - Serviços de Atendimento Móvel :	1.101,45	0,00	0,00	0,00	1.084,17	0,00	0,00
01800139000 - Despesas com Recuperação de Créditos junto ao INSS	116.136,93	0,00	116.136,93	0,00	0,00	493.171,75	0,00
01800181001 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico	16.008,41	0,00	0,00	0,00	16.008,41	0,00	0,00
01800181002 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	24.049,15	0,00	20.915,23	4.603,60	(1.469,68)	13.373,77	0,00
01800181003 - Infra-Estrutura em Transporte	2.961,12	0,00	0,00	0,00	2.961,12	551,56	0,00
01800181004 - Merenda Escolar - Ensino Fundamental	29.193,79	0,00	0,00	0,00	29.193,79	0,00	0,00
01800181005 - Merenda Escolar - Ensino Infantil	(1.387,05)	0,00	365,87	0,00	(1.752,92)	702,45	0,00
01800181006 - Transporte Escolar	769,56	0,00	0,00	98,21	671,35	0,00	0,00
01800181008 - Trânsito - Polícia Civil	23.714,41	0,00	0,00	0,00	23.714,41	0,00	0,00
01800181009 - Trânsito - Polícia Militar	2.635,78	0,00	0,00	0,00	2.635,78	0,00	0,00
01800181010 - Trânsito - Prefeitura	7.084,35	0,00	0,00	0,00	7.084,35	0,00	0,00
01800181011 - Transporte Escolar	2.934,57	0,00	0,00	0,00	2.934,57	0,00	0,00
01800181058 - Manutenção do Funrebow	7.497,17	0,00	0,00	0,00	7.497,17	0,00	0,00
01800181059 - Manutenção do FIA	10.251,42	0,00	0,00	0,00	10.251,42	0,00	0,00
01800181067 - Manutenção do FMAS	28.950,47	0,00	2.640,30	0,00	26.250,47	2.700,00	0,00
01800181118 - A classificar	1.101.344,46	0,00	0,00	0,00	1.101.344,46	0,00	0,00
01800737000 - Implantação de Rede de Água e Esgoto	64.343,16	0,00	0,00	0,00	64.343,16	0,00	0,00
01830182000 - Operações de Créditos Destinados A:	(1.942,67)	0,00	0,00	0,00	(1.942,67)	0,00	0,00
01830182096 - Pavimentação de Ruas	66.594,60	0,00	314.786,60	0,00	23.818,60	811.533,41	0,00
01830182128 - Revitalização de Máquina Arrecadadora	0,00	0,00	138,75	0,00	(138,75)	16.511,25	0,00
01830182170 - Pavimentação de Ruas	(108.191,74)	0,00	0,00	0,00	(108.191,74)	3.225.297,63	0,00



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e Restos a Pagar
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidação
Período de Referência: Agosto / 2016

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (f) = (a - (b+c+d+e))	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício	Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)				
01890185099 - Despesas de Capital da Educação	5.100,00	0,00	0,00	0,00	5.100,00	0,00	0,00
01890185100 - Despesas de Capital em Geral	11.900,00	0,00	0,00	0,00	11.900,00	0,00	0,00
02000236000 - Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente	0,00	1.941,25	0,00	0,00	(1.941,25)	0,00	0,00
06330670185 - Construção do Hospital Regional	(25.600,00)	0,00	0,00	0,00	(25.600,00)	0,00	0,00
02060153000 - Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente	3.680,85	0,00	0,00	0,00	3.680,85	0,00	0,00
02060227000 - Asps - Ações de Vigilância Sanitária	(147.329,23)	118,20	0,00	6.863,35	(157.968,45)	975,31	0,00
02060236000 - Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente	132.561,85	107,47	52,97	12.723,87	119.591,62	53.489,46	0,00
02060281000 - Recursos de Rendimentos de Aplicação Destinados A:	106,39	0,00	0,00	0,00	106,39	0,00	0,00
02060281041 - ASPS - Manutenção do FMS	474.091,67	0,00	9.155,98	8,14	463.966,40	17.497,95	0,00
06330628015 - ASPS - Manutenção da UPA	(1.175,99)	0,00	0,00	0,00	(1.175,99)	0,00	0,00
06330628043 - ASPS - Ações de Vigilância Sanitária	81.705,52	0,00	0,00	0,00	81.705,52	0,00	0,00
06330628044 - ASPS - Ações de Assistência Farmacêutica Básica	(34.480,80)	469,71	0,00	2.394,65	(35.365,80)	174,20	0,00
06330628046 - ASPS - Ações com Agentes Comunitários de Saúde - PABV/II	(100,00)	0,00	0,00	0,00	(100,00)	0,00	0,00
06330628047 - ASPS - Ações de Saúde da Família - PABV/ESF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.364,83	0,00
06330628048 - ASPS - Serviços de Atendimento Móvel às Urgências - MAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	311,41	0,00
06330628049 - ASPS - Centro de Especialidades Odontológicas - MAC/CEO	(179,45)	0,00	0,00	0,00	(179,45)	0,00	0,00
06330628050 - ASPS - Núcleos de Apoio a Saúde Familiar - NASF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.516,57	0,00
06330628057 - Programa Nacional de Equipes Multiprofissionais de Apoio - E	1.526,41	0,00	0,00	0,00	1.526,41	0,00	0,00
06330628107 - ASPS - Ações de Vigilância Epidemiológicas e Ambiental de	(38.813,32)	0,00	0,00	56,11	(39.765,88)	0,00	0,00
06330628111 - Manutenção do Hospital Regional de Biguaçu	(2.496.788,64)	0,00	0,00	0,00	(2.496.788,64)	0,00	0,00
06330628119 - ASPS - Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidad	(74.447,89)	0,00	0,00	3.508,01	(77.955,90)	166.688,04	0,00
06330628120 - ASPS - Ações de Prevenção e Tratamento de DST/HIV/AIDS	3.931,19	0,00	0,00	2.927,53	1.003,66	0,00	0,00
06330628184 - ASPS - Ações Saúde da Família/Saúde Bucal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
06330628187 - ASPS - Atendimento Psico-Social	(6.646,12)	0,00	637,62	0,00	(7.283,74)	4.420,69	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	5.530.336,62	710.662,89	4.018.501,30	713.748,46	(1.206.692,26)	18.945.677,08	0,00
02330270126 - Construção Unidade Básica de Saúde - Centro	651,43	0,00	0,00	0,00	(833,71)	0,00	0,00
02330270180 - Reforma e Ampliação de UBS	118.101,43	12.458,81	0,00	0,00	104.942,88	0,00	0,00
02330270185 - Construção do Hospital Regional	1.115.629,36	0,00	0,00	110.420,00	1.005.209,36	0,00	0,00
02330270186 - Aquisição de Equipamentos p/UBS	291.840,46	0,00	0,00	0,00	291.840,46	0,00	0,00
02330270208 - Implantação de Polos de Academia	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00
06670629032 - ASPS - Ações de Assistência Farmacêutica Básica	127,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06670629125 - ASPS - Manutenção do FMS	(70.618,24)	0,00	0,00	0,00	(70.618,24)	0,00	0,00
02330228000 - Transferências de Recursos do Sus Destinado A:	(604.675,32)	0,00	0,00	0,00	(309.758,04)	0,00	0,00
02330228015 - ASPS - Manutenção da UPA	377.874,60	4.489,55	53.138,54	5.098,04	146.817,97	447.788,31	0,00
02330228042 - ASPS - Ações de Atenção Básica - PAB Fixo	270.996,83	0,00	0,00	0,00	270.226,86	905.996,00	0,00
02330228043 - ASPS - Ações de Vigilância Sanitária	27.234,22	0,00	0,00	0,05	24.020,92	2.484,66	0,00



FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e Restos a Pagar
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Agosto / 2016

02380228044 - ASPS - Ações de Assistência Farmacêutica Básica	70.650,22	0,00	131.544,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.855,14	0,00
02380228045 - ASPS - Ações de Vigilância Sanitária	35.268,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.228,00	0,00
02380228046 - ASPS - Ações com Agentes Comunitários de Saúde - PABV/II	(638.798,96)	1.212,29	26.189,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(864.365,83)	0,00
02380228047 - ASPS - Ações de Saúde da Família - PABV/ESF	347.729,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.420,00	0,00
02380228048 - ASPS - Serviços de Atendimentos Móveis às Urgências - MAC	174.893,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	158.440,00	0,00
02380228049 - ASPS - Centro de Especialidades Odontológicas - MAC/CEO	86.887,53	246,58	1.280,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	640,00	0,00
02380228050 - ASPS - Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF	169.559,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	355.340,00	0,00
02380228051 - ASPS - Ações de Vigilância sanitária	1.843,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02380228056 - Programa Nacional de Atenção Domiciliar - EMAD	(200.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(200.000,00)	0,00
02380228057 - Programa Nacional de Equipes Multiprofissionais de Apoio - E	(22.872,87)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(22.872,87)	0,00
02380228104 - ASPS - Biquaçu sem Miséria	46.905,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.617,00	0,00
02380228107 - ASPS - Ações de Vigilância Epidemiológicas e Ambiental de	6.353,39	4.887,15	2.586,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.543,43	0,00
02380228108 - ASPS - Vigilância Ambiental	(12.304,59)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(12.304,59)	0,00
02380228109 - ASPS - Ações de Prevenção e Tratamento de DST/HIV/AIDS	(1.383,72)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.401,00)	0,00
02380228111 - Manutenção do Hospital Regional de Biguaçu	3.745.182,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.745.182,96	0,00
02380228119 - ASPS - Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidad	435.496,66	41.227,07	55.782,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	288.632,17	0,00
02380228120 - ASPS - Ações de Prevenção e Tratamento de DST/HIV/AIDS	64.366,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.871,51	0,00
02380228179 - ASPS - Ações de Atenção Básica - PMAQ	187.752,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	185.516,70	0,00
02380228184 - ASPS - Ações da Saúde Bucal	66.360,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.750,00	0,00
02380228187 - ASPS - Atendimento Psico-Social	113.643,85	0,00	9.306,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95.574,80	0,00
02380228193 - Saúde na Escola	1.188,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.188,30	0,00
02380228207 - Ações de Atenção Básica	123.034,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123.034,80	0,00
02670229062 - Ações Sócios Educativas	11.884,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.884,06	0,00
02670229171 - Construção do Centro Administrativo Municipal	594,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.485,14)	0,00
03000080000 - Recursos Ordinários	8.886,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.886,95	0,00
03000300000 - Recursos Ordinários	1.025.756,35	277,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.025.436,49	0,00
03000303000 - Superávit Financeiro Receita de Honorários de Advogados	(4.962,70)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(4.962,70)	0,00
03000320000 - Superávit Financeiro Eventos Festivos	23.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.500,00	0,00
03000334000 - Superávit Financeiro Recursos Ordinários Fmndr	148,05	0,00	325,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(176,95)	0,00
03000705000 - Recursos Ordinários	28.117,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.117,94	0,00
03010301000 - Superávit Financeiro Recursos de Impostos para Mdb	(995.642,38)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(995.642,38)	0,00
03350337032 - GD/SUAS	2.219,76	0,00	957,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.219,76	0,00
03350337061 - Proteção Especial de Alta Complexidade	(4.060,09)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(4.060,09)	0,00
03350337066 - Manutenção do Bolsa Família	(4.094,74)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(4.094,74)	0,00
03350337069 - Proteção Social Básica	(28.361,84)	0,00	4.697,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(33.422,64)	0,00
03350337070 - Gestão da Política de Assistência Social	55.137,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.137,62	0,00
03350337072 - Proteção Especial de Média Complexidade	321.099,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	321.099,71	0,00
03350337081 - Proteção Social Especial	1.194,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.194,07	0,00
03350337141 - Proteção Especial de Média Complexidade	(15.234,26)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(15.234,26)	0,00
03350337159 - Proteção Especial de Média Complexidade	2.027,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.027,21	0,00
03350337198 - Gestão da Política de Assistência Social	93.542,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	93.542,66	0,00
03640371012 - Manutenção do Transporte Escolar	330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	330,00	0,00



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

Relatório de Gestão Fiscal Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e Restos a Pagar Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Agosto / 2016

03640371095 - Pavimentação de Ruas	52.132,27	0,00	0,00	0,00	0,00	52.132,27	0,00	0,00	0,00
03800381001 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico	(6.360,58)	0,00	0,00	0,00	0,00	(6.360,58)	0,00	0,00	0,00
03800381002 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	979,66	0,00	0,00	0,00	0,00	979,66	991,58	0,00	0,00
03800381003 - Infra-Estrutura em Transporte	402,14	0,00	0,00	0,00	0,00	402,14	402,14	0,00	0,00
03800381005 - Merenda Escolar - Ensino Infantil	456,57	0,00	0,00	0,00	0,00	456,57	0,00	0,00	0,00
03800381008 - Trânsito - Polícia Civil	3.696,51	0,00	0,00	0,00	0,00	3.696,51	0,00	0,00	0,00
03800381009 - Trânsito - Polícia Militar	(731,85)	0,00	0,00	0,00	0,00	(731,85)	0,00	0,00	0,00
03800381010 - Trânsito - Prefeitura	1.249,61	0,00	0,00	0,00	0,00	1.249,61	0,00	0,00	0,00
03800381011 - Transporte Escolar	(1.358,64)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.358,64)	105,00	0,00	0,00
03800381058 - Manutenção do Funrebot	(3.889,44)	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.889,44)	0,00	0,00	0,00
03800381059 - Manutenção do FIA	624,55	0,00	0,00	0,00	0,00	624,55	0,00	0,00	0,00
03800381067 - Manutenção do FMAS	(7.913,79)	0,00	4.371,16	62,41	41,75	(12.389,11)	0,01	0,00	0,00



Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e Restos a Pagar
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Agosto / 2016

03800381080 - Manutenção do FMDR	114,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	114,48	0,00	0,00	0,00
03800381118 - A. classificar	164.749,80	123,98	433.595,79	0,00	0,00	0,00	0,00	(268.969,97)	0,00	0,00	0,00
03800381158 - Pavimentação de Ruas	2.152,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.152,46	0,00	0,00	0,00
038030382194 - Pavimentação de Ruas	272.639,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	272.639,42	0,00	0,00	0,00
03890385099 - Despesas de Capital da Educação	872,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	872,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	3.769,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.769,72	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	(240,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(240,00)	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					



FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e Restos a Pagar
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Agosto / 2016

01830182013 - Programa de Modernização Administrativa	36.926,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01930180000 - Recursos Ordinários	206.977,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06330670102 - Unidade de Pronto Atendimento - UPA - Ampliação	7.316,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06330670176 - Construção de Unidade Básica de Saúde - Prado	55.726,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06330670192 - Ampliação UBS - Progra Requalificação	8.570,37	5.951,36	0,00	0,00	0,00	206,89	0,00	0,00	0,00	0,00
06330670197 - Construção de Unidade Básica de Saúde - Prado	35.474,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02060281082 - Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente	16.409,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02060722000 - Asps - Ações de Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,07	0,00	0,00	0,00	0,00
06330628045 - ASPS - Ações de Vigilância Sanitária	(96.078,68)	150,00	0,00	0,00	1.300,63	225,00	(97.754,31)	0,00	0,00	0,00
06330628056 - Programa Nacional de Atenção Domiciliar - EMAD	1.801,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.801,34	0,00	0,00	0,00
06330628186 - Aquisição de Equipamentos p/UBS	665,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	665,69	0,00	0,00	0,00
06330628203 - ASPS - Ações de Atenção Básica	2.775,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.775,00	0,00	0,00	0,00
06330628206 - Construção e Cobertura de Quadra de Esportes	2.747,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.747,33	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	11.820.523,66	158.881,81	6.522.128,88	388.167,85	1.125.337,03	1.101.916,31	9.063.920,50	28.009.597,58	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	17.350.860,28	869.544,70	10.540.630,18	1.101.916,31	2.419.453,26	2.419.315,83	28.009.597,58	28.009.597,58	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	78.221.082,43	0,00	0,00	0,00	258,09	78.220.824,34	131.661,61	131.661,61	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Data de Emissão: 30/set/2016 **Hora de emissão:** 17h 56m

Nota: 'A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUACU

Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e Restos a Pagar
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidação

Período de Referência: Agosto / 2016



RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (f) = (a – (b+c+d+e))	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício	Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
02330270000 - Transferências de Convênios da União Destinados A:	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.485,14)	1.485,14	0,00	0,00
02330270172 - Construção de Unidade Básica de Saúde - Fundos	0,00	0,00	0,00	123.954,50	0,00	(123.954,50)	0,00	0,00
06670629000 - Transferências do Sus Estado Destinados A:	0,00	0,00	0,00	0,00	(127,34)	127,34	0,00	0,00
06670629051 - ASPS - Ações de Vigilância sanitária	26.439,04	0,00	0,00	0,00	0,00	26.439,04	0,00	0,00
06670629053 - ASPS - Centro de Especialidades Odontológicas - MAC/CEO	1.677,69	0,00	0,00	0,00	73,72	1.603,97	0,00	0,00
06670629054 - ASPS - Ações de Atenção Básica	123.509,70	0,00	0,00	0,00	0,00	123.509,70	242.838,88	0,00
06670629188 - ASPS - Atendimento Psico-Social	118.910,91	0,00	0,00	0,00	0,00	118.910,91	18.641,06	0,00
02380134000 - Transferências de Recursos do Sus Destinado A:	(60.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(60.000,00)	0,00	0,00
02380228016 - Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	448.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	448.000,00	392.000,00	0,00
02380228186 - Aquisição de Equipamentos p/UBS	0,00	0,00	0,00	0,00	68.808,33	(68.808,33)	0,00	0,00
02380779057 - Ações de Atenção Básica...	0,00	0,00	0,00	246,00	0,00	(246,00)	0,00	0,00
02380779104 - ASPS - Biguaçu sem Miséria	0,00	0,00	0,00	21.879,00	0,00	(21.879,00)	0,00	0,00
02380779108 - ASPS - Ações de Vigilância Sanitária	0,00	1.164,73	0,00	0,00	0,00	(1.164,73)	0,00	0,00
02380779119 - Manutenção das Ações de Média	(10.185,09)	5.562,44	0,00	12.462,13	479,92	(28.689,57)	0,00	0,00
02670229000 - Transferências do Sus Estado Destinados A:	0,00	0,00	0,00	0,00	(594,61)	594,61	0,00	0,00
02670229052 - ASPS - Ações de Assistência Farmacêutica Básica	35.644,05	0,00	0,00	103,00	0,00	35.541,05	2.883,10	0,00
02670229053 - ASPS - Centro de Especialidades Odontológicas - MAC/CEO	29.899,65	0,00	0,00	76,75	1.268,18	28.554,72	0,00	0,00
02670229054 - ASPS - Ações de Atenção Básica	103.281,36	0,00	0,00	18,95	0,00	103.262,41	131.250,00	0,00
02670229125 - ASPS - Manutenção do FMS	(39.993,70)	0,00	0,00	4.550,90	(1.439,06)	(43.105,54)	0,00	0,00
02670783041 - ASPS - Manutenção do FMS	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	(200,00)	0,00	0,00
02800241000 - Despesas com Recuperação de Créditos junto ao INSS	39.451,36	0,00	0,00	0,00	0,00	39.451,36	303.000,00	0,00
02880285101 - Despesas de Capital em Saúde	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00	0,00	0,00
03060333000 - Superavit Financeiro Manutenção do Funreborn	(39.056,71)	0,00	396,00	0,00	13,44	(39.466,15)	19.433,75	0,00
03070305000 - Superavit Financeiro Infra-estrutura em Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	815,99	0,00
03080304000 - Superavit Iluminação Pública	(1.658.380,33)	0,00	74.984,47	0,00	34.901,32	(1.768.266,12)	394,64	0,00
03100317000 - Superavit Financeiro Melhorias no Transito - Parte Polícia Militar	(7.844,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(7.844,00)	250,00	0,00
03100778000 - Superavit Financeiro Melhorias no Transito - Parte Polícia Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	(68,12)	68,12	0,00	0,00
03110316000 - Superavit Financeiro Melhorias no Transito - Parte Polícia Civil	(33.023,94)	0,00	0,00	0,00	0,00	(33.023,94)	72.180,12	0,00
03120318000 - Superavit Financeiro Melhorias no Transito - Parte Pmb	(8.566,29)	0,00	0,00	0,00	0,00	(8.566,29)	3.396,02	0,00
03340370140 - Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil - Saudade	(11.758,83)	0,00	0,00	0,00	0,00	(11.758,83)	0,00	0,00
03350337000 - Recursos do Fias Destinado a	0,00	0,00	0,00	0,00	(884,49)	884,49	0,00	0,00
03350337132 - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	(9.241,20)	0,00	0,00	0,00	0,00	(9.241,20)	0,00	0,00
03350337209 - Atendimento Integral da Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.715,04	0,00



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e Restos a Pagar
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Agosto / 2016

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (f) = (a - (b+c+d+e))	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício	Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)			
03350337211 - Proteção Especial de Média Complexidade	(5.619,21)	0,00	0,00	0,00	(5.619,21)	0,00	0,00
03350337212 - Proteção Especial de Média Complexidade	(6.600,00)	0,00	0,00	0,00	(6.600,00)	0,00	0,00
03350337213 - Proteção Especial de Média Complexidade	(10.000,00)	0,00	0,00	0,00	(10.000,00)	0,00	0,00
03360306000 - Superávit Financeiro Mdef	(35.449,96)	0,00	382,67	0,00	(35.832,63)	6,00	0,00
03360777000 - Superávit Financeiro Mdef	0,00	0,00	0,00	0,00	3.067,72	0,00	0,00
03370007000 - Superávit Financeiro Manutenção de Escolas	1.223,28	0,00	0,00	0,00	1.223,28	0,00	0,00
03370309000 - Superávit Financeiro Manutenção do Transporte Escolar	(7.476,92)	0,00	0,00	0,00	(7.476,92)	0,00	0,00
03370310000 - Superávit Financeiro Merenda Escolar Ensino Infantil	10.062,78	0,00	0,00	0,00	10.062,78	0,00	0,00
03370311000 - Superávit Financeiro Brasil Carinhoso	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00
03630697000 - Construção do Hospital de Biguaçu	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00
03640371157 - Aquisição de Equipamentos Rodoviários	(506.413,32)	0,00	0,00	0,00	(506.413,32)	0,00	0,00
03650338000 - Recursos do Feas Destinado A:	0,00	0,00	0,00	0,00	198,00	0,00	0,00
03650338135 - Proteção Social Básica - Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.171,41	0,00
03650338156 - Proteção Especial de Alta Complexidade	3.836,37	0,00	0,00	0,00	3.836,37	0,00	0,00
03650338173 - Co-Financiamento Proteção Especial Alta Complexidade - Inv	(41.580,00)	0,00	0,00	0,00	(41.580,00)	0,00	0,00
03650338175 - Proteção Especial de Média Complexidade	13.897,33	0,00	0,00	282,65	13.614,68	0,00	0,00
03650338210 - Atendimento Integral da Família	4.760,94	0,00	0,00	0,00	4.760,94	0,00	0,00
03830382000 - Operações de Crédito Destinados A:	0,00	0,00	0,00	0,00	523,23	0,00	0,00
03830382096 - Pavimentação de Ruas	33.849,90	0,00	0,00	235,50	33.614,40	0,00	0,00
03830382013 - Programa de Modernização Administrativa	260.754,87	0,00	0,00	0,00	260.754,87	0,00	0,00
03830382128 - Revitalização da Máquina Arrecadadora	1.642,59	0,00	0,00	0,00	1.642,59	30,13	0,00
09380779000 - Transferências de Recursos do Sus Destinado A:	(15.760,00)	0,00	0,00	0,00	(15.760,00)	0,00	0,00
09380779108 - ASPS - Vigilância Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	(49,14)	0,00	0,00
09380779187 - ASPS - Atendimento Psico-Social	0,00	0,00	0,00	0,00	15,92	0,00	0,00
01000143000 - Despesas com Concurso Público	(181.920,30)	0,00	0,00	0,00	(156.240,30)	543.759,70	0,00
01000182000 - Recursos de Operações de Crédito Destinados A:	(1.229.263,83)	0,00	0,00	0,00	(1.282.342,24)	0,00	0,00
01020102000 - Recursos de Impostos para Asp	2.797.273,54	4.254,51	1.754.959,22	736,37	139.394,43	687.608,31	0,00
01070105000 - Infra-estrutura em Transporte	53.449,92	0,00	6.973,25	0,00	45.979,92	44.011,77	0,00
01080104000 - Iluminação Pública	3.626.756,37	320.287,89	753.800,68	1.950,00	2.554.369,56	2.751.518,29	0,00
01100117000 - Melhoria no Transito - Parte Policia Militar	44.852,99	368,01	400,00	100,00	43.984,98	7.886,14	0,00
01110116000 - Melhoria no Transito - Parte Policia Civil	131.750,40	0,00	2.813,35	0,00	128.933,43	21.635,02	0,00
01120118000 - Melhoria no Transito - Parte Pmb	33.699,18	396,31	3.690,50	3.134,27	26.509,04	9.509,29	0,00
01180112000 - Remuneração Profissionais Magistério - Mínimo 60%	(6.986.293,64)	300,00	292.655,47	0,00	(7.490.230,19)	0,00	0,00



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e Restos a Pagar
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Agosto / 2016

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (f) = (a - (b+c+d+e))	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício	Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não Inscrições por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)			
01340140000 - Implantação da Rede de Água	0,00	64.343,16	0,00	0,00	(64.343,16)	0,00	0,00
01340170020 - Construção e Melhoria de Habitações Populares	10.002,52	9.587,99	0,00	360,00	(91,48)	0,00	0,00
01340170021 - Sinalização e Portal Turístico	(113.947,71)	14.748,26	0,00	39.366,11	(168.062,08)	13.858,74	0,00
01340170073 - Formação da Patrulha Agrícola	(38.020,90)	0,00	0,00	0,00	(38.020,90)	0,00	0,00
01340170090 - Construção de Equipamentos Esportivos	433.744,38	0,00	0,00	483.701,24	(49.956,86)	73.549,15	0,00
01340170094 - Pavimentação de Ruas	93.242,67	0,00	0,00	0,00	93.242,67	0,00	0,00
01340170097 - Drenagem Pluvial	353.755,84	286.044,50	0,00	0,00	67.711,34	4.846.179,34	0,00
01340170137 - Restauração Mercado Público e Concha Acústica	26.503,33	0,00	0,00	0,00	26.503,33	0,00	0,00
01340170140 - Ampliação da Rede Física de Ensino Infantil	587.940,88	0,00	0,00	0,00	588.709,24	0,00	0,00
01350137000 - Recursos do Fias Destinado A:	(217,14)	0,00	0,00	0,00	(217,14)	0,00	0,00
01350137061 - Proteção Especial de Alta Complexidade	33.576,24	0,00	0,00	0,00	33.576,24	19.889,68	0,00
01350137066 - Manutenção da Bolsa Família	7.472.446,60	0,00	0,00	0,00	7.472.446,60	0,00	0,00
01350137069 - Proteção Social Básica	70.183,79	0,00	6.550,00	0,00	63.633,79	30.450,38	0,00
01350137070 - Gestão da Política de Assistência Social	599,23	0,00	0,00	0,00	599,23	0,00	0,00
01350137072 - Proteção Especial de Média Complexidade	(33,80)	0,00	0,00	0,00	(33,80)	466,20	0,00
01350137132 - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	9.181,75	0,00	0,00	0,00	9.555,75	440,55	0,00
01350137141 - Proteção Especial de Média Complexidade	2.551,24	0,00	0,00	0,00	2.551,24	0,00	0,00
01350137198 - Gestão da Política de Assistência Social	7.984,42	0,00	0,00	0,00	8.305,94	0,00	0,00
01350137209 - Atendimento Integral da Família	13.369,78	0,00	2.155,08	0,00	11.214,70	4.697,80	0,00
01350137211 - Proteção Especial de Média Complexidade	(16.291,57)	0,00	0,00	0,00	(16.307,74)	0,00	0,00
01350137213 - Proteção Especial de Média Complexidade	25.320,01	0,00	0,00	0,00	25.320,01	0,00	0,00
01360106000 - Mdef	128.286,38	0,00	152.206,57	1.000,00	(24.757,97)	322.073,84	0,00
01370108000 - Merenda Escolar Ensino Fundamental	29.147,94	0,00	2.004,54	0,00	27.143,40	54.888,76	0,00
01370109000 - Manutenção do Transporte Escolar	11.922,32	0,00	2.165,00	0,00	9.757,32	3.298,00	0,00
01370110000 - Merenda Escolar Ensino Infantil	46.239,22	0,00	1.136,00	0,00	45.103,22	134.267,35	0,00
01370111000 - Brasil Carinhoso-merenda Infantil	53.009,09	0,00	0,00	0,00	53.009,09	31.092,50	0,00
01370121000 - Manutenção do Ensino Infantil	25.016,19	0,00	0,00	0,00	25.016,19	5.902,80	0,00
01370122000 - Merenda Escolar Pré-Escolar	2.820,28	0,00	1.136,00	0,00	1.684,28	10.113,36	0,00
01380109000 - Manutenção do Transporte Escolar	0,00	968,46	0,00	0,00	(968,46)	0,00	0,00
01640171012 - Manutenção do Transporte Escolar	(52.862,04)	0,00	20.977,30	2.553,58	(84.202,24)	167.514,13	0,00
01640171095 - Pavimentação de Ruas	1.229.342,59	0,00	0,00	0,00	1.229.342,59	0,00	0,00
01640171144 - Pavimentação de Ruas	(2.313,15)	0,00	23.400,83	0,00	1.689,56	734.943,26	0,00
01640171191 - Pavimentação de Ruas	(1.214.673,61)	0,00	76.041,80	0,00	(1.290.715,41)	571.588,33	0,00



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e Restos a Pagar
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
Período de Referência: Agosto / 2016

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (f) = (a - (b+c+d+e))	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício	Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)			
01640171215 - Aquisição de Draga de Sucção e Recalque	0,00	0,00	200.000,00	0,00	(200.000,00)	788.000,00	0,00
01640171216 - Recup. Pavimento Limp. de Vias e Esp. Pub.	(5.785,33)	0,00	172.434,97	0,00	(186.615,28)	784.819,42	0,00
01640171217 - Pavimentação de Ruas	0,00	0,00	823,50	0,00	(900,00)	39.063,91	0,00
01640171218 - Apoio ao Lazer Comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	147.236,31	0,00
01650138000 - Recursos do Feas Destinado A:	217,14	0,00	0,00	0,00	217,14	0,00	0,00
01650138156 - Proteção Especial de Alta Complexidade	36,26	0,00	0,00	0,00	36,26	0,00	0,00
01650138173 - Co-Financiamento Proteção Especial Média Complexidade - I	235,16	0,00	0,00	0,00	235,16	0,00	0,00
01650138174 - Co-Financiamento Proteção Especial Média Complexidade - II	74,49	0,00	0,00	0,00	74,49	0,00	0,00
01650138175 - Proteção Especial de Média Complexidade	13.872,25	0,00	0,00	0,00	13.872,25	0,00	0,00
01650138200 - Benefícios Eventuais	0,61	0,00	0,00	0,00	0,61	0,00	0,00
01650138210 - Atendimento Integral da Família	8.247,60	0,00	0,00	0,00	8.247,60	0,00	0,00
06000636000 - Superávit Financeiro Manutenção da Fundação Municipal de	(39.077,07)	0,00	698,85	0,00	(39.788,27)	5.300,15	0,00
06000630000 - Superávit Financeiro Asps - Serviços de Atendimento Móvel :	1.101,45	0,00	0,00	0,00	1.084,17	0,00	0,00
01800139000 - Despesas com Recuperação de Créditos junto ao INSS	116.136,93	0,00	116.136,93	0,00	0,00	493.171,75	0,00
01800181001 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico	16.008,41	0,00	0,00	0,00	16.008,41	0,00	0,00
01800181002 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	24.049,15	0,00	20.915,23	4.603,60	(1.469,68)	13.373,77	0,00
01800181003 - Infra-Estrutura em Transporte	2.961,12	0,00	0,00	0,00	2.961,12	551,56	0,00
01800181004 - Merenda Escolar - Ensino Fundamental	29.193,79	0,00	0,00	0,00	29.193,79	0,00	0,00
01800181005 - Merenda Escolar - Ensino Infantil	(1.387,05)	0,00	365,87	0,00	(1.752,92)	702,45	0,00
01800181006 - Transporte Escolar	769,56	0,00	0,00	98,21	671,35	0,00	0,00
01800181008 - Trânsito - Polícia Civil	23.714,41	0,00	0,00	0,00	23.714,41	0,00	0,00
01800181009 - Trânsito - Polícia Militar	2.635,78	0,00	0,00	0,00	2.635,78	0,00	0,00
01800181010 - Trânsito - Prefeitura	7.084,35	0,00	0,00	0,00	7.084,35	0,00	0,00
01800181011 - Transporte Escolar	2.934,57	0,00	0,00	0,00	2.934,57	0,00	0,00
01800181058 - Manutenção do Funrebow	7.497,17	0,00	0,00	0,00	7.497,17	0,00	0,00
01800181059 - Manutenção do FIA	10.251,42	0,00	0,00	0,00	10.251,42	0,00	0,00
01800181067 - Manutenção do FMAS	28.950,47	0,00	2.640,30	0,00	26.250,47	2.700,00	0,00
01800181118 - A classificar	1.101.344,46	0,00	0,00	0,00	1.101.344,46	0,00	0,00
018301737000 - Implantação de Rede de Água e Esgoto	64.343,16	0,00	0,00	0,00	64.343,16	0,00	0,00
01830182000 - Operações de Créditos Destinados A:	(1.942,67)	0,00	0,00	0,00	(1.942,67)	0,00	0,00
01830182096 - Pavimentação de Ruas	66.594,60	0,00	314.786,60	0,00	23.818,60	811.533,41	0,00
01830182128 - Revitalização de Máquina Arrecadadora	0,00	0,00	138,75	0,00	(138,75)	16.511,25	0,00
01830182170 - Pavimentação de Ruas	(108.191,74)	0,00	0,00	0,00	(108.191,74)	3.225.297,63	0,00



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

Relatório de Gestão Fiscal Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e Restos a Pagar Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidação
Período de Referência: Agosto / 2016

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (f) = (a - (b+c+d+e))	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício	Empenhos Não Liquidados Cancelados e Não inscritos por Insuficiência Financeira
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
01890185099 - Despesas de Capital da Educação	5.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.100,00	0,00	0,00
01890185100 - Despesas de Capital em Geral	11.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.900,00	0,00	0,00
02000236000 - Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente	0,00	1.941,25	0,00	0,00	0,00	(1.941,25)	0,00	0,00
06330670185 - Construção do Hospital Regional	(25.600,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(25.600,00)	0,00	0,00
02060153000 - Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente	3.680,85	0,00	0,00	0,00	0,00	3.680,85	0,00	0,00
02060227000 - Asps - Ações de Vigilância Sanitária	(147.329,23)	118,20	0,00	6.863,35	3.657,67	(157.968,45)	975,31	0,00
02060236000 - Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente	132.561,85	107,47	52,97	85,92	12.723,87	119.591,62	53.489,46	0,00
02060281000 - Recursos de Rendimentos de Aplicação Destinados A:	106,39	0,00	0,00	0,00	0,00	106,39	0,00	0,00
02060281041 - ASPS - Manutenção do FMS	474.091,67	0,00	9.155,98	8,14	981,15	463.966,40	17.497,95	0,00
06380628015 - ASPS - Manutenção da UPA	(1.175,99)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.175,99)	0,00	0,00
06380628043 - ASPS - Ações de Vigilância Sanitária	81.705,52	0,00	0,00	2.394,65	3.396,35	75.444,81	0,00	0,00
06380628044 - ASPS - Ações de Assistência Farmacêutica Básica	(34.480,80)	469,71	885,00	0,00	0,00	(35.365,80)	174,20	0,00
06380628046 - ASPS - Ações com Agentes Comunitários de Saúde - PABV/II	(100,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(100,00)	0,00	0,00
06380628047 - ASPS - Ações de Saúde da Família - PABV/ESF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.364,83	0,00
06380628048 - ASPS - Serviços de Atendimento Móvel às Urgências - MAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	311,41	0,00
06380628049 - ASPS - Centro de Especialidades Odontológicas - MAC/CEO	(179,45)	0,00	0,00	0,00	0,00	(179,45)	0,00	0,00
06380628050 - ASPS - Núcleos de Apoio a Saúde Familiar - NASF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.516,57	0,00
06380628057 - Programa Nacional de Equipes Multiprofissionais de Apoio - E	1.526,41	0,00	0,00	0,00	0,00	1.526,41	0,00	0,00
06380628107 - ASPS - Ações de Vigilância Epidemiológicas e Ambiental de	(38.813,32)	0,00	0,00	56,11	896,45	(39.765,88)	0,00	0,00
06380628111 - Manutenção do Hospital Regional de Biguaçu	(2.496.788,64)	0,00	0,00	0,00	0,00	(2.496.788,64)	0,00	0,00
06380628119 - ASPS - Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidad	(74.447,89)	0,00	0,00	0,00	3.508,01	(77.955,90)	166.688,04	0,00
06380628120 - ASPS - Ações de Prevenção e Tratamento de DST/HIV/AIDS	3.931,19	0,00	0,00	2.927,53	0,00	1.003,66	0,00	0,00
06380628184 - ASPS - Ações Saúde da Família/Saúde Bucal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
06380628187 - ASPS - Atendimento Psico-Social	(6.646,12)	0,00	637,62	0,00	0,00	(7.283,74)	4.420,69	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	5.530.336,62	710.662,89	4.018.501,30	713.748,46	1.294.116,23	(1.206.692,26)	18.945.677,08	0,00
02330270126 - Construção Unidade Básica de Saúde - Centro	651,43	0,00	0,00	0,00	1.485,14	(833,71)	0,00	0,00
02330270180 - Reforma e Ampliação de UBS	118.101,43	12.458,81	0,00	0,00	699,74	104.942,88	0,00	0,00
02330270185 - Construção do Hospital Regional	1.115.629,36	0,00	0,00	110.420,00	0,00	1.005.209,36	0,00	0,00
02330270186 - Aquisição de Equipamentos p/UBS	291.840,46	0,00	0,00	0,00	0,00	291.840,46	0,00	0,00
02330270208 - Implantação de Polos de Academia	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00
06670629032 - ASPS - Ações de Assistência Farmacêutica Básica	127,34	0,00	0,00	0,00	127,34	0,00	0,00	0,00
06670629125 - ASPS - Manutenção do FMS	(70.618,24)	0,00	0,00	0,00	0,00	(70.618,24)	0,00	0,00
02380228000 - Transferências de Recursos do Sus Destinado A:	(604.675,32)	0,00	0,00	0,00	(294.917,28)	(309.758,04)	0,00	0,00
02380228015 - ASPS - Manutenção da UPA	377.874,60	4.489,55	53.138,54	5.098,04	168.330,50	146.817,97	447.788,31	0,00
02380228042 - ASPS - Ações de Atenção Básica - PAB Fixo	270.996,83	0,00	0,00	0,00	769,97	270.226,86	905.996,00	0,00
02380228043 - ASPS - Ações de Vigilância Sanitária	27.234,22	0,00	0,00	0,05	3.213,25	24.020,92	2.484,66	0,00



FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e Restos a Pagar
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Agosto / 2016

02380228044 - ASPS - Ações de Assistência Farmacêutica Básica	70.650,22	0,00	131.544,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.855,14	0,00
02380228045 - ASPS - Ações de Vigilância Sanitária	35.268,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.228,00	0,00
02380228046 - ASPS - Ações com Agentes Comunitários de Saúde - PABV/II	(638.798,96)	1.212,29	26.189,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(864.365,83)	0,00
02380228047 - ASPS - Ações de Saúde da Família - PABV/ESF	347.729,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.420,00	0,00
02380228048 - ASPS - Serviços de Atendimentos Móveis às Urgências - MAC	174.893,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	158.440,00	0,00
02380228049 - ASPS - Centro de Especialidades Odontológicas - MAC/CEO	86.887,53	246,58	1.280,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	640,00	0,00
02380228050 - ASPS - Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF	169.559,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	355.340,00	0,00
02380228051 - ASPS - Ações de Vigilância sanitária	1.843,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02380228056 - Programa Nacional de Atenção Domiciliar - EMAD	(200.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(200.000,00)	0,00
02380228057 - Programa Nacional de Equipes Multiprofissionais de Apoio - E	(22.872,87)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(22.872,87)	0,00
02380228104 - ASPS - Biquaçu sem Miséria	46.905,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.617,00	0,00
02380228107 - ASPS - Ações de Vigilância Epidemiológicas e Ambiental de	6.353,39	4.887,15	2.586,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.543,43	0,00
02380228108 - ASPS - Vigilância Ambiental	(12.304,59)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(12.304,59)	0,00
02380228109 - ASPS - Ações de Prevenção e Tratamento de DST/HIV/AIDS	(1.383,72)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.401,00)	0,00
02380228111 - Manutenção do Hospital Regional de Biguaçu	3.745.182,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.745.182,96	0,00
02380228119 - ASPS - Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	435.496,66	41.227,07	55.782,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	288.632,17	0,00
02380228120 - ASPS - Ações de Prevenção e Tratamento de DST/HIV/AIDS	64.366,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.871,51	0,00
02380228179 - ASPS - Ações de Atenção Básica - PMAQ	187.752,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	185.516,70	0,00
02380228184 - ASPS - Ações da Saúde Bucal	66.360,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.750,00	0,00
02380228187 - ASPS - Atendimento Psico-Social	113.643,85	0,00	9.306,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95.574,80	0,00
02380228193 - Saúde na Escola	1.188,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.188,30	0,00
02380228207 - Ações de Atenção Básica	123.034,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123.034,80	0,00
02670229062 - Ações Sócios Educativas	11.884,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.884,06	0,00
02670229171 - Construção do Centro Administrativo Municipal	594,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.485,14)	0,00
03000080000 - Recursos Ordinários	8.886,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.886,95	0,00
03000300000 - Recursos Ordinários	1.025.756,35	277,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.025.436,49	0,00
03000303000 - Superávit Financeiro Receita de Honorários de Advogados	(4.962,70)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(4.962,70)	0,00
03000320000 - Superávit Financeiro Eventos Festivos	23.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.500,00	0,00
03000334000 - Superávit Financeiro Recursos Ordinários Fmndr	148,05	0,00	325,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(176,95)	0,00
03000705000 - Recursos Ordinários	28.117,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.117,94	0,00
03010301000 - Superávit Financeiro Recursos de Impostos para Mdb	(995.642,38)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(995.642,38)	0,00
03350337032 - GD/SUAS	2.219,76	0,00	957,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.219,76	0,00
03350337061 - Proteção Especial de Alta Complexidade	(4.060,09)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(4.060,09)	0,00
03350337066 - Manutenção do Bolsa Família	(4.094,74)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(4.094,74)	0,00
03350337069 - Proteção Social Básica	(28.361,84)	0,00	4.697,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(33.422,64)	0,00
03350337070 - Gestão da Política de Assistência Social	55.137,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.137,62	0,00
03350337072 - Proteção Especial de Média Complexidade	321.099,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	321.099,71	0,00
03350337081 - Proteção Social Especial	1.194,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.194,07	0,00
03350337141 - Proteção Especial de Média Complexidade	(15.234,26)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(15.234,26)	0,00
03350337159 - Proteção Especial de Média Complexidade	2.027,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.027,21	0,00
03350337198 - Gestão da Política de Assistência Social	93.542,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	93.542,66	0,00
03640371012 - Manutenção do Transporte Escolar	330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	330,00	0,00



FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e Restos a Pagar
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Agosto / 2016

03640371095 - Pavimentação de Ruas	52.132,27	0,00	0,00	0,00	0,00	52.132,27	0,00	0,00	0,00
03800381001 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico	(6.360,58)	0,00	0,00	0,00	0,00	(6.360,58)	0,00	0,00	0,00
03800381002 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	979,66	0,00	0,00	0,00	0,00	979,66	991,58	0,00	0,00
03800381003 - Infra-Estrutura em Transporte	402,14	0,00	0,00	0,00	0,00	402,14	402,14	0,00	0,00
03800381005 - Merenda Escolar - Ensino Infantil	456,57	0,00	0,00	0,00	0,00	456,57	0,00	0,00	0,00
03800381008 - Trânsito - Polícia Civil	3.696,51	0,00	0,00	0,00	0,00	3.696,51	0,00	0,00	0,00
03800381009 - Trânsito - Polícia Militar	(731,85)	0,00	0,00	0,00	0,00	(731,85)	0,00	0,00	0,00
03800381010 - Trânsito - Prefeitura	1.249,61	0,00	0,00	0,00	0,00	1.249,61	0,00	0,00	0,00
03800381011 - Transporte Escolar	(1.358,64)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.358,64)	105,00	0,00	0,00
03800381058 - Manutenção do Funrebow	(3.889,44)	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.889,44)	0,00	0,00	0,00
03800381059 - Manutenção do FIA	624,55	0,00	0,00	0,00	0,00	624,55	0,00	0,00	0,00
03800381067 - Manutenção do FMAS	(7.913,79)	0,00	4.371,16	62,41	41,75	(12.389,11)	0,01	0,00	0,00



Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e Restos a Pagar

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Agosto / 2016

033800381080 - Manutenção do FMDR	114,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	114,48	0,00	0,00	0,00
03800381118 - A classificar	123,98	123,98	433.595,79	0,00	0,00	0,00	(268.969,97)	0,00	0,00	0,00
03800381158 - Pavimentação de Ruas	2.152,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.152,46	0,00	0,00	0,00
03830382194 - Pavimentação de Ruas	272.639,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	272.639,42	0,00	0,00	0,00
03890385099 - Despesas de Capital da Educação	872,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	872,00	0,00	0,00	0,00
03890385100 - Despesas de Capital em Geral	3.769,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.769,72	0,00	0,00	0,00
09010726000 - Recursos Ordinários	94.657,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.657,89	0,00	0,00	0,00
09380779015 - ASPS - Manutenção da UPA	(240,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(240,00)	0,00	0,00	0,00
0101000000000 - Recursos Ordinários	137,94	137,94	22.519,67	0,00	0,00	0,00	10.383,67	2.168,07	0,00	0,00
010100034000 - Manutenção do Fmdr	271.891,81	0,00	2.503,85	0,00	0,00	0,00	269.387,96	0,00	0,00	0,00
010100099000 - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(420,00)	0,00	0,00	0,00
0101000100000 - Recursos Ordinários	83.865,72	83.865,72	5.155.363,99	109.812,88	0,00	0,00	908.055,41	4.336.627,28	0,00	0,00
0101000103000 - Receita de Honorários de Advogados	3.779,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.779,04	0,00	0,00	0,00
0101000182013 - Programa de Modernização Administrativa	1.229.263,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.229.263,83	0,00	0,00	0,00
0101000370021 - Sinalização e Portal Turístico	121.875,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.875,00	0,00	0,00	0,00
0101000370122 - Construção de Abrigos de Passageiros	405.500,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	405.500,83	0,00	0,00	0,00
0101000370140 - Ampliação da Rede Física de Ensino Infantil	66.252,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.252,32	0,00	0,00	0,00
0101000370206 - Construção e Cobertura de Quadra de Esportes	24.417,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.417,70	0,00	0,00	0,00
01000686101 - Despesas de Capital em Saúde	21.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.200,00	0,00	0,00	0,00
0101010101010101000 - Recursos de Impositos para Mdb	(8.554.566,49)	3.124,22	611.638,47	110,11	8,12	0,00	29.269,76	497.132,46	0,00	0,00
01060133000 - Manutenção do Furrebom	271.413,40	729,54	1.891,79	0,00	0,00	0,00	394,20	43.710,15	0,00	0,00
01090126000 - Manutenção da Fia	104.293,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.187,22	101.106,06	0,00	0,00
01190113000 - Mdeb - Máximo 40%	55.030,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.030,43	0,00	0,00
011340170134 - Festa de Aniversário de Biquaçu	22.587,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.587,20	0,00	0,00
01340170201 - Cobertura de Quadra em Escola	(140.506,24)	0,00	0,00	114,142,52	0,00	0,00	0,00	(254.648,76)	0,00	0,00
01350137032 - IGD/SUAS	22.527,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.527,50	0,00	0,00	0,00
01350137214 - Benefício de Prestação Continuado na Escola	3.778,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.778,48	0,00	0,00
01640171157 - Aquisição de Equipamentos Rodoviários	506.413,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	506.413,32	0,00	0,00
01650138135 - Proteção Social Básica - Investimento	19.410,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.410,37	0,00	0,00
06060620000 - Manutenção do Fms	47.687,64	0,00	174,92	0,00	0,00	0,00	0,00	47.512,72	289,90	0,00
06060627000 - Superavit Financeiro Asps - Vigilância Sanitária	23.591,27	0,00	4.280,10	0,00	0,00	0,00	0,00	19.331,17	0,00	0,00
06060681041 - ASPS - Manutenção do FMS	(65.732,42)	0,00	0,00	1.941,88	0,00	0,00	200,00	(67.874,30)	0,00	0,00
06060681204 - Atendimento Integral da Família	163,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	163,04	0,00	0,00
800181080 - Manutenção do FMDR	1.595,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.595,18	0,00	0,00



FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e Restos a Pagar
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Agosto / 2016

01830182013 - Programa de Modernização Administrativa	36.926,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01930180000 - Recursos Ordinários	206.977,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06330670102 - Unidade de Pronto Atendimento - UPA - Ampliação	7.316,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06330670176 - Construção de Unidade Básica de Saúde - Prado	55.726,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06330670192 - Ampliação UBS - Progra Requalificação	8.570,37	5.951,36	0,00	0,00	0,00	206,89	0,00	0,00	0,00	0,00
06330670197 - Construção de Unidade Básica de Saúde - Prado	35.474,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02060281082 - Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente	16.409,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02060722000 - Asps - Ações de Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,07	0,00	0,00	0,00	0,00
06330628045 - ASPS - Ações de Vigilância Sanitária	(96.078,68)	150,00	0,00	0,00	1.300,63	225,00	(97.754,31)	0,00	0,00	0,00
06330628056 - Programa Nacional de Atenção Domiciliar - EMAD	1.801,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.801,34	0,00	0,00	0,00
06330628186 - Aquisição de Equipamentos p/UBS	665,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	665,69	0,00	0,00	0,00
06330628203 - ASPS - Ações de Atenção Básica	2.775,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.775,00	0,00	0,00	0,00
06330628206 - Construção e Cobertura de Quadra de Esportes	2.747,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.747,33	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	11.820.523,66	158.881,81	6.522.128,88	388.167,85	1.125.337,03	1.101.916,31	9.063.920,50	28.009.597,58	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	17.350.860,28	869.544,70	10.540.630,18	1.101.916,31	2.419.453,26	2.419.315,83	28.009.597,58	28.009.597,58	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	78.221.082,43	0,00	0,00	0,00	258,09	78.220.824,34	131.661,61	131.661,61	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Data de Emissão: 30/set/2016 **Hora de emissão:** 17h 56m

Nota: 'A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU
 Relatório de Gestão Fiscal
 Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Agosto / 2016

LRF, art. 48 - Anexo 6

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita corrente líquida	146.359.236,70

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	66.203.777,04	45,23
Limite Máximo(Incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	87.815.542,02	60,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	83.424.764,92	57,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	(10.675.853,50)	(7,29)
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	175.631.084,04	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	4.759.665,11	3,25
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido no Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	23.417.477,87	16,00
Limite Def. pelo Senado Federal p/Oper. de Crédito/ Antecipação da Receita	10.245.146,57	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU**Data emissão:** 30/09/2016**Hora de emissão:** 18:01:01**Notas:**

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU**

Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2016 / Quadrimestre Maio-Agosto

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	Saldo do Exercício Anterior	Saldos do Exercício de 2016		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	128.920.050,87	138.321.019,56	146.359.236,70	0,00
% do Total das Garantias sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
Limite definido por resolução do Senado Federal 22%	28.362.411,19	30.430.624,30	32.199.032,07	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <19,80%>	25.526.170,07	27.387.561,87	28.979.128,87	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2016		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS (VII)=(V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Data Emissão: 30/set/2016 **Hora de emissão:** 17h e 50m

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Balanço Orçamentário
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2016 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Julho a Agosto (b)	%(b/a)	Até Agosto (c)	%(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	224.486.000,00	224.486.000,00	27.625.858,36	12,31	108.970.302,07	48,54	115.515.697,93
RECEITAS CORRENTES	182.066.000,00	182.066.000,00	25.482.958,53	14,00	103.197.103,73	56,68	78.868.896,27
RECEITA TRIBUTÁRIA	26.779.000,00	26.779.000,00	3.139.451,20	11,72	15.999.188,86	59,75	10.779.811,14
Impostos	23.901.000,00	23.901.000,00	2.572.517,67	10,76	13.544.597,94	56,67	10.356.402,06
Taxas	2.878.000,00	2.878.000,00	566.933,53	19,70	2.454.590,92	85,29	423.409,08
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	8.240.000,00	8.240.000,00	1.084.840,79	13,17	4.322.143,71	52,45	3.917.856,29
Contribuições Sociais	2.514.000,00	2.514.000,00	429.824,41	17,10	1.633.899,37	64,99	880.100,63
Contribuição de Intervenção no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	5.726.000,00	5.726.000,00	655.016,38	11,44	2.688.244,34	46,95	3.037.755,66
RECEITA PATRIMONIAL	10.088.000,00	10.088.000,00	2.129.664,59	21,11	9.772.753,13	96,88	315.246,87
Receitas Imobiliárias	10.000,00	10.000,00	1.425,12	14,25	6.224,56	62,25	3.775,44
Receitas de Valores Mobiliários	10.072.000,00	10.072.000,00	2.127.756,09	21,13	9.765.015,45	96,95	306.984,55
Receita de Concessões e Permissões	6.000,00	6.000,00	483,38	8,06	1.513,12	25,22	4.486,88
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	560.000,00	560.000,00	782.572,08	139,75	1.559.084,34	278,41	(999.084,34)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	133.236.000,00	133.236.000,00	17.328.320,88	13,01	68.924.623,72	51,73	64.311.376,28
Transferências Intergovernamentais	132.118.000,00	132.118.000,00	17.016.875,93	12,88	68.180.997,91	51,61	63.937.002,09
Transferências de Instituições Privadas	63.000,00	63.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.000,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	10.000,00	10.000,00	290,00	2,90	1.160,00	11,60	8.840,00
Transferências de Convênios	1.045.000,00	1.045.000,00	311.154,95	29,78	742.465,81	71,05	302.534,19
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.163.000,00	3.163.000,00	1.018.108,99	32,19	2.619.309,97	82,81	543.690,03
Multas e Juros de Mora	922.000,00	922.000,00	148.235,48	16,08	545.569,38	59,17	376.430,62
Indenizações e Restituições	210.000,00	210.000,00	688.912,34	328,05	1.038.801,05	494,67	(828.801,05)
Receita da Dívida Ativa	1.431.000,00	1.431.000,00	137.133,20	9,58	790.518,81	55,24	640.481,19
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	600.000,00	600.000,00	43.827,97	7,30	244.420,73	40,74	355.579,27
RECEITAS DE CAPITAL	42.420.000,00	42.420.000,00	2.142.899,33	5,05	5.773.198,34	13,61	36.646.801,66
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	17.550.000,00	17.550.000,00	2.027.026,13	11,55	4.759.665,11	27,12	12.790.334,89
Operações de Crédito Internas	17.550.000,00	17.550.000,00	2.027.026,13	11,55	4.759.665,11	27,12	12.790.334,89
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	18.100,00	20,11	71.900,00
Alienação de Bens Móveis	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	18.100,00	20,11	71.900,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	24.780.000,00	24.780.000,00	115.873,70	0,47	995.433,23	4,02	23.784.566,77
Transferências Intergovernamentais	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	23.780.000,00	23.780.000,00	115.873,70	0,49	995.433,23	4,19	22.784.566,77
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.338.000,00	6.338.000,00	1.001.297,18	15,80	3.797.851,37	59,92	2.540.148,63
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	230.824.000,00	230.824.000,00	28.627.155,54	12,40	112.768.153,44	48,85	118.055.846,56
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	230.824.000,00	230.824.000,00	28.627.155,54	12,40	112.768.153,44	48,85	118.055.846,56
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	230.824.000,00	230.824.000,00	28.627.155,54	12,40	112.768.153,44	48,85	118.055.846,56
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	8.961.974,51	0,00	0,00	5.993.360,78	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	8.961.974,51	0,00	0,00	5.993.360,78	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2016 / Bimestre Julho-Agosto

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesas Pagas Até Agosto (j)
			Julho à Agosto	Até Agosto (f)		Julho à Agosto	Até Agosto (h)		
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.) (VIII)	224.486.000,00	248.682.977,08	26.033.615,52	127.862.069,47	120.820.907,61	28.218.991,44	99.725.202,62	148.957.774,46	89.740.973,37
DESPESAS CORRENTES	159.376.000,00	170.509.166,47	24.441.885,16	105.749.291,54	64.759.874,93	24.813.349,32	90.568.512,77	79.940.653,70	81.571.490,52
Pessoal e Encargos Sociais	68.628.000,00	72.835.476,19	12.099.738,95	48.026.562,03	24.808.914,16	11.795.954,95	47.712.914,31	25.122.561,88	45.985.577,93
Juros e Encargos da Dívida	1.048.000,00	818.000,00	(4.000,00)	240.200,00	577.800,00	14.787,22	90.865,13	727.134,87	90.863,14
Outras Despesas Correntes	89.700.000,00	96.855.690,28	12.346.146,21	57.482.529,51	39.373.160,77	13.002.607,15	42.764.733,33	54.090.956,95	35.495.049,45
DESPESAS DE CAPITAL	49.401.000,00	63.544.810,61	1.591.730,36	22.112.777,93	41.432.032,68	3.405.642,12	9.156.689,85	54.388.120,76	8.169.482,85
Investimentos	47.383.000,00	61.206.810,61	1.453.004,80	20.194.050,69	41.012.759,92	2.965.973,87	7.567.183,41	53.639.627,20	6.579.976,41
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	2.018.000,00	2.338.000,00	138.725,56	1.918.727,24	419.272,76	439.668,25	1.589.506,44	748.493,56	1.589.506,44
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.709.000,00	14.629.000,00	0,00	0,00	14.629.000,00	0,00	0,00	14.629.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	6.338.000,00	6.337.790,74	974.149,59	3.937.630,67	2.400.160,07	974.309,65	3.933.238,33	2.404.552,41	3.376.837,40
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	230.824.000,00	255.020.767,82	27.007.765,11	131.799.700,14	123.221.067,68	29.193.301,09	103.658.440,95	151.362.326,87	93.117.810,77
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	230.824.000,00	255.020.767,82	27.007.765,11	131.799.700,14	123.221.067,68	29.193.301,09	103.658.440,95	151.362.326,87	93.117.810,77
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	9.109.712,49	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	230.824.000,00	255.020.767,82	27.007.765,11	131.799.700,14	123.221.067,68	29.193.301,09	112.768.153,44	142.252.614,38	93.117.810,77

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Julho à Agosto (b)	%(b/a)	Até Agosto (c)	%(c/a)	
RECEITAS CORRENTES	6.338.000,00	6.338.000,00	1.001.297,18	15,80	3.797.851,37	59,92	2.540.148,63
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.338.000,00	6.338.000,00	1.001.297,18	15,80	3.797.851,37	59,92	2.540.148,63
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	5.498.000,00	5.498.000,00	850.647,99	15,47	3.218.692,25	58,54	2.279.307,75
Contribuições Sociais	5.498.000,00	5.498.000,00	850.647,99	15,47	3.218.692,25	58,54	2.279.307,75
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	840.000,00	840.000,00	150.649,19	17,93	579.159,12	68,95	260.840,88
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	840.000,00	840.000,00	150.649,19	17,93	579.159,12	68,95	260.840,88
Decorrentes de Aportes Periódicos	840.000,00	840.000,00	150.649,19	17,93	579.159,12	68,95	260.840,88
TOTAL	6.338.000,00	6.338.000,00	1.001.297,18	15,80	3.797.851,37	59,92	2.540.148,63

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesas Pagas Até Agosto (j)
			Julho à Agosto	Até Agosto (f)		Julho à Agosto	Até Agosto (h)		
DESPESAS CORRENTES	6.338.000,00	6.337.790,74	974.149,59	3.937.630,67	2.400.160,07	974.309,65	3.933.238,33	2.404.552,41	3.376.837,40
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.498.000,00	5.497.790,74	823.500,40	3.358.471,55	2.139.319,19	823.660,46	3.354.079,21	2.143.711,53	2.797.678,28
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	840.000,00	840.000,00	150.649,19	579.159,12	260.840,88	150.649,19	579.159,12	260.840,88	579.159,12
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6.338.000,00	6.337.790,74	974.149,59	3.937.630,67	2.400.160,07	974.309,65	3.933.238,33	2.404.552,41	3.376.837,40

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Data Emissão: 30/set/2016

Hora de emissão: 17h e 07m

Notas:

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO
 Contadora
 CRC/SC 028726/O-6

RAMON WOLLINGER
 Prefeito

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo do Resultado Primário - Estados, Distrito Federal e Municípios
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2016 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 6 (LRF, art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até Agosto 2016	Até Agosto 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	178.332.000,00	97.200.396,17	82.780.313,28
Receitas Tributárias	26.779.000,00	15.999.188,86	15.345.439,72
IPTU	4.113.000,00	3.651.284,32	3.185.970,08
ISS	15.319.000,00	7.335.678,98	7.159.658,81
ITBI	2.405.000,00	1.514.782,13	1.767.168,47
IRRF	2.064.000,00	1.042.852,51	1.265.220,05
Outras Receitas Tributárias	2.878.000,00	2.454.590,92	1.967.422,31
Receitas de Contribuições	13.738.000,00	7.540.835,96	7.273.265,80
Receitas Previdenciárias	8.012.000,00	4.852.591,62	4.397.759,78
Outras Receitas de Contribuições	5.726.000,00	2.688.244,34	2.875.506,02
Receita Patrimonial Líquida	16.000,00	(21.805,80)	(1.234.530,73)
Receita Patrimonial	10.088.000,00	9.772.753,13	4.836.819,27
(-) Aplicações Financeiras	10.072.000,00	9.794.558,93	6.071.350,00
Transferências Correntes	133.236.000,00	68.924.623,72	58.519.950,32
FPM	21.891.000,00	12.829.989,32	13.025.182,45
ICMS	34.680.000,00	19.176.096,87	19.726.658,61
Convênios	1.045.000,00	742.465,81	648.712,58
Outras Transferências Correntes	75.620.000,00	36.176.071,72	25.119.396,68
Demais Receitas Correntes	4.563.000,00	4.757.553,43	2.876.188,17
Dívida Ativa	1.431.000,00	790.518,81	642.630,38
Diversas Receitas Correntes	3.132.000,00	3.967.034,62	2.233.557,79
RECEITAS DE CAPITAL (II)	42.420.000,00	5.773.198,34	11.371.938,83
Operações de Crédito (III)	17.550.000,00	4.759.665,11	55.614,56
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	90.000,00	18.100,00	0,00
Transferências de Capital	24.780.000,00	995.433,23	11.316.324,27
Convênios	23.780.000,00	995.433,23	6.281.355,87
Outras Transferências de Capital	1.000.000,00	0,00	5.034.968,40
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	24.780.000,00	995.433,23	11.316.324,27
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	203.112.000,00	98.195.829,40	94.096.637,55

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até Agosto 2016	Até Agosto 2015	Até Agosto 2016	Até Agosto 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	176.846.957,21	109.686.922,21	90.009.415,23	94.501.751,10	79.288.096,66
Pessoal e Encargos Sociais	78.333.266,93	51.385.033,58	43.136.881,80	51.066.993,52	42.942.061,11
Juros e Encargos da Dívida (IX)	818.000,00	240.200,00	168.358,65	90.865,13	141.764,62
Outras Despesas Correntes	97.695.690,28	58.061.688,63	46.704.174,78	43.343.892,45	36.204.270,93
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	176.028.957,21	109.446.722,21	89.841.056,58	94.410.885,97	79.146.332,04
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	63.544.810,61	22.112.777,93	25.384.609,15	9.156.689,85	11.314.663,67
Investimentos	61.206.810,61	20.194.050,69	21.773.927,00	7.567.183,41	8.193.004,34
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	2.338.000,00	1.918.727,24	3.610.682,15	1.589.506,44	3.121.659,33
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	61.206.810,61	20.194.050,69	21.773.927,00	7.567.183,41	8.193.004,34
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	14.629.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	251.864.767,82	129.640.772,90	111.614.983,58	101.978.069,38	87.339.336,38
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	(48.752.767,82)	(31.444.943,50)	(17.518.346,03)	(3.782.239,98)	6.757.301,17
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	5.993.360,78	-

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Data Emissão: 30/set/2016

Hora de emissão: 17h e 15m

Notas:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário - Estados, Distrito Federal e Municípios
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2016 / Bimestre Julho-Agosto

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO
Contadora
CRC/SC 028726/O-6

RAMON WOLLINGER
Prefeito

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de
 Previdência dos Servidores - Plano Previdenciário
 Orçamento da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2016 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Agosto 2016	Até Agosto 2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS(Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	11.480.000,00	11.480.000,00	10.544.715,81	5.532.810,77
RECEITAS CORRENTES	11.480.000,00	11.480.000,00	10.544.715,81	5.532.810,77
Receita de Contribuições dos Segurados	2.514.000,00	2.514.000,00	1.633.899,37	1.476.036,86
Pessoal Civil	2.514.000,00	2.514.000,00	1.633.899,37	1.476.036,86
Ativo	2.500.000,00	2.500.000,00	1.615.739,64	1.460.838,29
Inativo	14.000,00	14.000,00	18.159,73	15.198,57
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	8.811.000,00	8.811.000,00	8.492.948,21	3.801.514,62
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	8.811.000,00	8.811.000,00	8.492.948,21	3.801.514,62
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	155.000,00	155.000,00	417.868,23	255.259,29
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	155.000,00	155.000,00	417.868,23	255.259,29
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PREVIDENCIÁRIA - RPPS(Intra-Orçamentárias)(II)	6.338.000,00	6.338.000,00	3.797.851,37	3.414.216,83
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III)=(I+II)	17.818.000,00	17.818.000,00	14.342.567,18	8.947.027,60

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Agosto 2016	Até Agosto 2015	Até Agosto 2016	Até Agosto 2015
DESP. PREVID. - RPPS (Exeto Intra-Orçamentária) (IV)	4.738.000,00	4.928.000,00	3.861.682,38	3.160.624,17	3.730.020,77	3.070.090,85
ADMINISTRAÇÃO	4.738.000,00	4.928.000,00	394.268,92	283.896,05	262.607,31	193.362,73
Despesas Correntes	4.718.000,00	4.908.000,00	394.268,92	283.786,15	262.607,31	193.252,83
Despesas de Capital	20.000,00	20.000,00	0,00	109,90	0,00	109,90
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	3.467.413,46	2.876.728,12	3.467.413,46	2.876.728,12
Pessoal Civil	0,00	0,00	3.467.413,46	2.876.728,12	3.467.413,46	2.876.728,12
Aposentadorias	0,00	0,00	3.094.586,05	2.547.700,01	3.094.586,05	2.547.700,01
Pensões	0,00	0,00	372.827,41	329.028,11	372.827,41	329.028,11
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVID. - RPPS (Intra-Orçamentárias)(V)	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI)=(IV+V)	4.741.000,00	4.931.000,00	3.861.682,38	3.160.624,17	3.730.020,77	3.070.090,85
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	13.077.000,00	12.887.000,00	10.480.884,80	5.786.403,43	10.612.546,41	5.876.936,75

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	14.313.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de
 Previdência dos Servidores - Plano Previdenciário
 Orçamento da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2016 / Bimestre Julho-Agosto

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	1.024.441,43	527.284,89
INVESTIMENTOS	76.642.561,26	66.156.007,01
OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Agosto 2016	Até Agosto 2015
RECEITAS CORRENTES (VIII)	6.338.000,00	6.338.000,00	3.797.851,37	3.414.216,83
Receita de Contribuições	5.498.000,00	5.498.000,00	3.218.692,25	2.921.722,92
Patronal	5.498.000,00	5.498.000,00	3.218.692,25	2.921.722,92
Pessoal Civil	5.498.000,00	5.498.000,00	3.218.692,25	2.921.722,92
Ativo	5.498.000,00	5.498.000,00	3.218.692,25	2.921.722,92
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	840.000,00	840.000,00	579.159,12	492.493,91
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	6.338.000,00	6.338.000,00	3.797.851,37	3.414.216,83

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Agosto 2016	Até Agosto 2015	Até Agosto 2016	Até Agosto 2015
ADMINISTRAÇÃO (XII)	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII)=(XII)	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável INSTITUTO DE PREVIDENCIA

Data Emissão: 30/set/2016

Hora de emissão: 17h e 12m

Notas:

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo do Resultado Nominal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2016 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 5 (LRF, art. 53, inciso III)

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dezembro/2015 (a)	Em 30/Junho/2016 (b)	Em 31/Agosto/2016 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	11.045.284,97	11.833.962,56	13.794.354,55
DEDUÇÕES (II)	38.376.930,74	39.755.137,89	24.470.208,05
Disponibilidade de Caixa bruta	16.278.482,22	17.552.931,97	17.350.860,28
Demais Haveres Financeiros	29.481.450,60	23.054.529,39	7.988.892,47
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto precatórios)	7.383.002,08	852.323,47	869.544,70
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(27.331.645,77)	(27.921.175,33)	(10.675.853,50)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	(27.331.645,77)	(27.921.175,33)	(10.675.853,50)

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Julho à Agosto(c-b)	Até Agosto(c-a)
VALOR	17.245.321,83	16.655.792,27

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dezembro/2015 (a)	Em 30/Junho/2016 (b)	Em 31/Agosto/2016 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	55.803.711,27	55.803.711,27	55.803.711,27
Passivo Atuarial	55.803.711,27	55.803.711,27	55.803.711,27
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	66.683.251,90	75.173.523,09	77.667.002,69
Disponibilidade de Caixa Bruta	527.284,89	925.794,75	1.024.441,43
Investimentos	66.156.007,01	74.247.728,34	76.642.561,26
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	40,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX)=(VII-VIII)	(10.879.540,63)	(19.369.811,82)	(21.863.291,42)
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	(10.879.540,63)	(19.369.811,82)	(21.863.291,42)

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU**Data Emissão:** 30/set/2016**Hora de emissão:** 17h e 13m**Notas:**

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO
Contadora
CRC/SC 028726/O-6

RAMON WOLLINGER
Prefeito

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2016 / Bimestre Julho-Agosto

RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)		
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)							
Alienação de Bens Móveis		90.000,00		18.100,00		71.900,00	
Alienação de Bens Imóveis		90.000,00		18.100,00		71.900,00	
		0,00		0,00		0,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d - e)
	APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)						
	DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
	Investimentos	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
	Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	SALDO FINANCEIRO A APLICAR		2016 (i) = (Ib - (Ile + IfI))		SALDO ATUAL (j) = (IIIf + IIIfI)		
VALOR (III)		18.100,00		18.100,00			

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Data Emissão: 30/set/2016

Hora de emissão: 17h e 19m

Notas:

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2016 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

Poder/Orgão	RP Processados e Não Processados Liquidadas						RP Não Processados						Saldo Total (a + b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidadas	Pagos	Cancelados	Saldo (b)		
	Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2015				Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2015						
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I) Executivo SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE FUNDO MUNICIPAL DA AGRIC.DESENV. RURAL E AQUICULT. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE GABINETE DO PREFEITO INSTITUTO DE PREVID. SOC.DOS FUNCIONÁRIOS DA PMB SECRETARIA CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER SECRETARIA DA FAZENDA SECRETARIA DA PESCA E MARICULTURA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SECRETARIA DE AGRIC.DESENV. RURAL E AQUICULTURA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO SECRETARIA DE DESENV.ECONE RENOV.TECNOLÓGICA SECRETARIA DE DESENV.URBANO E TRANSPORTES SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SECRETARIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO SECRETARIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO Legislativo CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES FDO MUNICIPAL DA AGRICULTURAE PESCA E MARICUL TURA RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) Executivo FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE GABINETE DO PREFEITO SECRETARIA CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER	388.285,38 388.285,38 350.387,66 2.014,39 0,00 0,00 64,80 6.877,17 1.586,38 40,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 14.587,69 0,00 0,												



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2016 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

Poder/Orgão	RP Processados e Não Processados Liquidados					RP Não Processados						Saldo Total (a + b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2015				Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2015					
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	24.752,88	24.752,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	12.441,55	12.441,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE AGRIC.DESENV. RURAL E AQUICULTURA	0,00	8.377,79	8.377,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	0,00	12.366,38	11.983,63	0,00	382,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	382,75
SECRETARIA DE DESENV.URBANO E TRANSPORTES	0,00	3.851,57	3.851,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,00	159.360,87	159.360,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL	0,00	327,14	327,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA	0,00	15.369,47	15.369,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	0,00	10.065,58	10.065,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Legislativo	0,00	9.142,22	9.142,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	9.142,22	9.142,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	388.285,38	6.975.683,84	6.566.231,97	30.987,85	766.749,40	140.810,39	4.414.620,80	2.046.834,75	1.944.039,45	1.406.680,13	1.204.711,61	1.971.461,01

Fonte: Sistema Atende .Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Data Emissão: 30/set/2016

Hora de emissão: 17h e 16m

Notas:

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Data Emissão: 30/set/2016

Hora de emissão: 17h e 16m

Notas:

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO
Contadora
CRC/SC 028726/O-6

RAMON WOLLINGER
Prefeito

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2016 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
	Setembro/2015	Outubro/2015	Novembro/2015	Dezembro/2015	Janeiro/2016	Fevereiro/2016	Março/2016	Abril/2016	Maió/2016	Junho/2016	Julho/2016	Agosto/2016	
RECEITAS CORRENTES (I)	10.257.651,95	12.366.597,26	13.781.326,08	14.064.335,51	14.407.902,38	13.720.174,78	16.531.968,53	13.294.236,43	13.174.313,54	13.387.520,20	13.420.238,23	14.156.827,64	197.526.000,00
Receita Tributária	1.516.895,12	1.171.701,07	1.861.737,81	1.329.296,93	1.711.761,97	1.646.754,80	5.106.057,77	1.817.742,16	1.339.112,08	1.238.308,88	1.484.363,88	1.655.087,32	21.878.819,79
IPTU	77.348,27	61.070,84	69.862,78	97.156,53	93.858,98	385.043,35	2.691.456,64	219.303,12	60.570,20	63.429,38	73.140,05	64.182,60	4.113.000,00
ISS	932.601,61	640.495,37	1.184.572,64	687.185,21	1.085.579,64	757.765,99	1.348.899,53	1.005.959,53	805.459,75	595.682,62	917.471,09	817.860,83	15.319.000,00
ITBI	136.407,61	165.204,21	262.912,76	201.919,85	132.317,04	131.023,90	1.311.280,64	183.946,04	211.340,72	135.197,93	213.205,98	205.959,68	2.405.000,00
IRRF	160.551,40	139.305,45	177.503,01	206.139,64	111.648,28	117.651,93	158.652,39	153.909,17	111.684,39	106.689,91	94.232,71	186.464,73	2.064.000,00
Outras Receitas Tributárias	209.986,23	165.625,20	166.886,62	156.893,70	288.358,03	255.359,63	594.768,37	254.624,30	159.257,02	335.290,04	186.314,05	380.619,48	2.879.000,00
Receita de Contribuições	550.453,32	583.213,68	384.603,59	1.238.431,35	394.924,36	588.400,40	419.319,59	485.787,89	645.476,33	703.394,35	469.217,91	615.622,88	8.240.000,00
Receita Patrimonial	321.983,90	1.180.022,35	845.179,72	1.011.268,24	1.287.951,72	1.123.258,49	1.657.694,62	1.520.404,94	979.939,93	1.073.838,84	1.133.882,09	995.782,50	10.088.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	55.702,99	39.793,16	48.127,34	39.967,04	57.163,31	65.075,93	71.963,52	52.455,63	35.808,56	484.024,12	117.134,89	665.437,19	560.000,00
Transferências Correntes	7.630.783,99	9.189.948,11	10.469.800,46	10.125.571,67	10.388.198,30	10.069.020,20	9.040.865,70	9.209.395,08	9.995.481,15	9.889.817,07	10.012.086,01	9.410.340,21	148.696.000,00
Cota-Parte do FPM	1.486.160,57	1.691.497,59	1.909.940,66	3.229.294,70	2.086.884,35	2.612.477,49	1.586.867,44	1.886.444,59	2.508.515,95	2.072.440,55	2.285.945,97	1.863.362,48	29.777.000,00
Cota-Parte do ICMS	2.995.866,42	3.097.684,01	3.116.285,62	3.042.196,28	3.637.230,74	2.882.212,39	2.914.969,82	2.898.593,63	2.898.593,63	2.884.189,89	2.955.845,97	2.919.612,14	43.580.000,00
Cota-Parte do IPVA	484.521,46	389.589,17	296.780,87	185.656,61	315.086,54	397.665,73	527.124,19	482.457,42	523.270,75	546.900,95	556.023,37	567.303,66	5.680.000,00
Cota-Parte do ITR	4.394,13	37.757,28	625,01	1.532,03	881,71	1.457,37	1.378,95	663,74	450,41	547,61	580,63	1.089,63	37.000,00
Transferências de LC 87/1996	12.919,88	12.919,88	12.919,88	12.919,88	12.303,63	12.303,63	12.303,63	12.303,63	12.303,63	12.303,63	12.303,63	12.303,63	186.000,00
Transferências de LC 617/1969	36.352,89	42.166,39	36.417,32	37.934,76	55.449,52	42.623,84	41.809,58	42.900,14	48.716,56	28.988,58	39.387,41	38.800,61	684.000,00
Transferências do FUNDEB	1.134.274,00	1.203.485,05	1.188.688,38	1.229.738,70	1.447.883,51	1.317.064,31	1.269.304,85	1.319.881,22	1.360.126,37	1.302.783,08	1.254.658,70	1.291.588,35	18.480.000,00
Outras Transferências Correntes	1.476.294,84	2.714.538,74	3.906.132,72	2.386.094,71	2.892.478,30	2.802.995,44	2.687.107,24	2.467.678,69	2.643.103,85	2.861.662,78	2.895.224,91	2.715.309,70	50.522.000,00
Outras Receitas Correntes	181.832,53	192.218,87	191.907,16	319.800,28	561.882,72	227.667,96	238.067,33	208.450,53	178.995,50	188.136,94	203.551,45	814.557,54	3.163.000,00
DEDUÇÕES (II)	1.198.203,59	1.247.123,52	1.267.065,21	1.533.627,81	1.598.302,88	1.402.342,57	1.207.531,28	1.322.019,78	1.481.476,15	1.329.951,38	1.291.532,64	1.309.190,92	18.129.000,00
Contrib. p/ o Plano de Prev. do Servidor	187.228,93	185.274,81	184.776,39	363.970,48	185.349,95	187.342,61	190.640,75	215.993,40	212.164,95	212.593,30	214.429,91	215.394,50	2.514.000,00
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	5.415,71	5.415,71	5.415,71	72.554,20	211.312,24	25.212,07	0,00	21.659,54	70.596,49	12.294,08	63.729,44	13.064,37	155.000,00
Dedução de Rec. Formação do FUNDEB	1.005.558,95	1.056.433,00	1.076.893,11	1.097.293,13	1.201.640,89	1.189.787,89	1.016.890,53	1.084.368,84	1.198.714,71	1.105.074,00	1.013.373,29	1.080.732,05	15.460.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA(III)=(I)-(II)	9.059.448,26	11.109.473,74	12.514.270,87	12.530.707,70	12.803.599,50	12.317.836,21	15.324.437,25	11.972.216,65	11.693.337,39	12.057.568,82	12.128.703,59	12.847.636,72	179.397.000,00

FONTE: Sistema Alende Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Data Emissão: 30/set/2016 17:08

Notas:

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO
Contadora
CRC/SC 028726/O-6

RAMON WOLLINGER
Prefeito

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2016 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo 2(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas		Saldo (e) = (a-d)
			Julho à Agosto	Até Agosto (b)		Julho à Agosto	Até Agosto (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇ.)	224.486.000,00	248.682.977,08	26.033.615,52	127.862.069,47	120.820.907,61	28.212.991,44	99.725.202,62	148.957.774,46
Legislativa	6.530.000,00	6.530.000,00	912.229,01	4.439.730,97	2.090.269,03	1.012.263,75	4.141.828,23	2.388.171,77
Ação Legislativa	6.530.000,00	6.530.000,00	912.229,01	4.439.730,97	2.090.269,03	1.012.263,75	4.141.828,23	2.388.171,77
Administração	15.550.000,00	16.956.128,11	2.660.363,96	9.655.977,10	7.333.211,01	2.321.118,10	7.604.196,09	9.351.930,02
Planejamento e Orçamento	2.249.000,00	2.110.000,00	278.385,28	1.298.489,49	811.510,51	313.904,72	1.224.615,53	885.346,47
Administração Geral	6.475.000,00	7.915.962,70	1.931.508,01	5.387.031,65	2.528.931,05	1.173.744,49	3.779.963,04	4.135.999,66
Administração Financeira	3.369.000,00	3.482.540,79	382.740,60	2.405.698,92	1.076.841,87	640.188,73	2.066.119,00	1.416.421,79
Controle Interno	167.000,00	167.000,00	23.130,78	104.388,16	62.611,84	23.942,40	103.586,63	63.413,37
Tecnologia da Informação	1.450.000,00	1.508.824,62	0,00	43.737,38	1.465.087,24	2.691,00	25.346,00	1.483.478,62
Formação de Recursos Humanos	30.000,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
Administração de Receitas	720.000,00	656.800,00	0,00	16.800,00	640.000,00	5.596,00	9.796,00	647.004,00
Comunicação Social	1.090.000,00	1.090.000,00	34.599,29	399.771,50	690.228,50	161.040,76	394.735,89	695.264,11
Segurança Pública	6.239.000,00	7.402.756,41	29.213,67	1.256.941,58	6.145.814,83	235.033,91	405.505,33	6.997.251,08
Defesa Civil	6.239.000,00	7.402.756,41	29.213,67	1.256.941,58	6.145.814,83	235.033,91	405.505,33	6.997.251,08
Assistência Social	5.623.000,00	6.409.562,93	741.733,01	3.960.463,61	2.449.099,32	998.790,14	3.478.868,17	2.930.694,76
Assistência ao Idoso	835.000,00	675.000,00	54.854,95	447.324,42	227.675,58	150.704,58	382.340,83	292.659,17
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.154.000,00	2.750.794,83	321.434,77	1.459.345,10	1.291.449,73	386.723,09	1.383.111,95	1.367.682,88
Assistência Comunitária	2.634.000,00	2.983.768,10	365.443,29	2.053.794,09	929.974,01	462.362,47	1.713.415,39	1.270.352,71
Previdência Social	4.336.000,00	4.336.000,00	833.136,57	3.479.954,38	856.045,62	833.136,57	3.479.954,38	856.045,62
Previdência do Regime Estatutário	4.336.000,00	4.336.000,00	833.136,57	3.479.954,38	856.045,62	833.136,57	3.479.954,38	856.045,62
Saúde	66.383.000,00	74.463.587,34	11.227.149,52	38.766.373,48	35.677.213,86	7.631.388,72	32.623.877,54	41.839.709,80
Atenção Básica	24.752.000,00	27.367.501,38	5.180.404,85	17.916.041,59	9.451.459,79	2.006.890,69	13.858.075,07	13.509.426,31
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	42.276.000,00	45.425.809,96	5.927.856,18	20.032.387,59	25.393.422,27	5.475.294,64	18.022.614,34	27.403.195,52
Vigilância Sanitária	495.000,00	666.040,68	42.175,42	297.484,93	368.555,75	49.526,30	270.024,35	396.016,33
Vigilância Epidemiológica	766.000,00	908.695,42	57.368,07	521.114,37	387.581,05	82.881,09	456.357,78	452.337,64
Alimentação e Nutrição	94.000,00	95.540,00	19.345,00	19.345,00	76.195,00	16.806,00	16.806,00	78.734,00
Educação	39.963.000,00	41.398.122,62	4.969.104,75	24.478.340,01	16.919.782,61	6.101.495,59	22.901.604,96	18.496.517,66
Alimentação e Nutrição	2.864.000,00	194.770,00	3.049.626,64	2.309.626,64	739.373,36	539.306,35	1.776.643,00	1.272.357,00
Ensino Fundamental	17.000.000,00	17.590.449,83	2.002.868,88	9.778.075,83	7.812.374,00	2.460.268,94	9.135.078,36	8.455.371,47
Ensino Profissional	194.000,00	337.558,00	21.122,18	180.996,23	156.561,77	31.209,76	173.434,90	164.123,10
Educação Infantil	19.188.000,00	19.698.694,79	2.669.406,61	11.835.105,32	7.863.579,47	2.989.773,46	11.441.912,71	8.256.772,08
Educação de Jovens e Adultos	337.000,00	322.430,00	54.987,08	191.235,99	131.194,01	54.987,08	191.235,99	131.194,01
Educação Especial	400.000,00	400.000,00	25.950,00	183.300,00	216.700,00	25.950,00	183.300,00	216.700,00
Cultura	553.000,00	625.388,94	43.038,29	363.271,87	262.097,07	46.765,07	350.497,49	274.871,45
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	100.000,00	222.368,94	20.589,30	179.913,24	42.455,70	27.472,10	177.769,29	44.599,65
Diffusão Cultural	453.000,00	403.000,00	22.448,99	183.358,63	219.641,37	19.292,97	172.728,20	230.271,80
Direitos de Cidadania	74.000,00	74.000,00	7.981,64	39.026,24	34.973,76	7.981,64	39.026,24	34.973,76
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	74.000,00	74.000,00	7.981,64	39.026,24	34.973,76	7.981,64	39.026,24	34.973,76
Urbanismo	38.753.000,00	50.966.245,04	3.066.469,06	29.999.451,21	20.968.793,83	6.274.176,73	15.382.299,72	35.585.945,32
Infra-Estrutura Urbana	20.661.000,00	30.050.635,30	931.423,34	16.401.144,16	13.658.491,14	2.251.048,49	6.169.326,89	23.890.308,41
Serviços Urbanos	17.992.000,00	20.806.609,74	2.135.045,72	13.598.307,05	7.210.302,69	4.023.128,24	9.212.972,83	11.595.636,91
Transportes Coletivos Urbanos	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
Habituação	2.050.000,00	2.050.000,00	0,00	0,00	2.050.000,00	0,00	0,00	2.050.000,00
Habitacao Urbana	2.050.000,00	2.050.000,00	0,00	0,00	2.050.000,00	0,00	0,00	2.050.000,00
Saneamento	20.000,00	20.000,00	0,00	18.000,00	2.000,00	6.000,00	16.000,00	4.000,00
Saneamento Básico Urbano	20.000,00	20.000,00	0,00	18.000,00	2.000,00	6.000,00	16.000,00	4.000,00
Gestão Ambiental	872.000,00	953.392,29	162.225,26	705.918,32	247.473,97	171.613,97	644.960,64	308.431,65
Preservação e Conservação Ambiental	842.000,00	923.392,29	162.225,26	705.918,32	217.473,97	171.613,97	644.960,64	278.431,65
Recuperação de Áreas Degradadas	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2016 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo 2(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas		Saldo (e) = (a-d)
			Julho à Agosto	Até Agosto (b)		Julho à Agosto	Até Agosto (d)	
Agricultura	3.273.000,00	3.246.404,01	273.560,34	1.681.120,37	1.565.283,64	340.164,90	1.572.766,49	1.673.637,52
Extensão Rural	2.946.000,00	2.922.254,01	231.285,59	1.496.875,90	1.425.378,11	294.012,03	1.395.662,47	1.526.591,54
Promoção da Produção Agropecuária	327.000,00	324.150,00	42.274,75	184.244,47	139.905,53	46.152,87	177.104,02	147.045,98
Indústria	1.090.000,00	1.040.000,00	30.389,38	291.326,15	748.673,85	49.801,48	212.016,88	827.983,12
Promoção Industrial	1.090.000,00	1.040.000,00	30.389,38	291.326,15	748.673,85	49.801,48	212.016,88	827.983,12
Comércio e Serviços	307.000,00	270.034,23	5.000,00	171.264,14	98.770,09	59.562,00	153.764,29	116.269,94
Promoção Comercial	68.000,00	41.000,00	0,00	20.756,11	20.243,89	0,00	12.036,26	28.963,74
Turismo	239.000,00	229.034,23	5.000,00	150.508,03	78.526,20	59.562,00	141.728,03	87.306,20
Transporte	6.666.000,00	6.947.718,13	148.243,73	1.224.861,03	5.722.857,10	370.906,95	1.074.184,20	5.673.533,93
Transporte Rodoviário	6.666.000,00	6.947.718,13	148.243,73	1.224.861,03	5.722.857,10	370.906,95	1.074.184,20	5.673.533,93
Desporto e Lazer	3.376.000,00	3.283.931,97	409.137,56	1.421.305,65	1.862.626,32	288.103,72	1.081.383,50	2.202.548,47
Administração Geral	1.443.000,00	1.223.000,00	137.056,87	777.321,26	445.678,74	192.567,51	696.291,83	526.708,17
Desporto Comunitário	1.653.000,00	1.650.931,97	124.844,38	466.748,08	1.184.183,89	95.536,21	355.091,67	1.295.840,30
Lazer	280.000,00	410.000,00	147.236,31	177.236,31	232.763,69	0,00	30.000,00	380.000,00
Encargos Especiais	5.119.000,00	7.078.725,06	524.639,77	5.888.803,36	1.189.921,70	1.469.678,20	4.562.466,47	2.516.258,59
Serviço da Dívida Interna	2.986.000,00	2.986.000,00	134.725,56	2.060.200,00	925.800,00	439.469,52	1.519.278,82	1.366.721,18
Transferências	2.133.000,00	4.092.725,06	389.914,21	3.828.603,36	264.121,70	1.030.208,68	2.943.187,65	1.149.537,41
Reserva de Contingência	15.709.000,00	14.629.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.629.000,00
Reserva de contingência	15.709.000,00	14.629.000,00	0,00	0,00	14.629.000,00	0,00	0,00	14.629.000,00

Despesa Intra-Orçamentária



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2016 / Bimestre Julho-Agosto

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas		Saldo (e) = (a-d)
			Julho a Agosto	Até Agosto (b)		Julho a Agosto	Até Agosto (d)	
				%(b) / tot.(b)			%(d) / tot.(d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇ.) (II)	6.337.790,74	6.337.790,74	3.937.630,67	2,99	2.400.160,07	3.933.238,33	3,79	2.404.552,41
Legislativa	70.000,00	70.000,00	6.275,31	0,03	32.054,19	37.945,81	0,04	32.054,19
Ação Legislativa	70.000,00	70.000,00	6.275,31	0,03	32.054,19	37.945,81	0,04	32.054,19
Administração	1.618.000,00	1.618.000,00	274.244,48	0,80	598.045,21	1.049.954,79	1,01	598.045,21
Planejamento e Orçamento	144.000,00	144.000,00	20.943,72	0,06	60.903,11	83.096,89	0,08	60.903,11
Administração Geral	1.131.000,00	1.131.000,00	191.937,02	0,56	385.448,52	735.674,69	0,71	389.325,31
Administração Financeira	328.000,00	328.000,00	58.740,55	0,17	106.987,16	221.012,84	0,21	106.987,16
Controle Interno	7.000,00	7.000,00	1.045,44	0,00	2.897,53	1.059,78	0,00	3.413,08
Comunicação Social	8.000,00	8.000,00	1.577,75	0,00	1.808,89	2.375,84	0,01	1.808,89
Segurança Pública	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	202.000,00	182.928,74	27.413,10	0,08	74.333,05	108.595,69	0,10	74.333,05
Assistência ao Idoso	3.000,00	3.000,00	762,50	0,00	444,72	762,50	0,00	444,72
Assistência à Criança e ao Adolescente	79.000,00	66.928,74	9.301,50	0,03	32.136,78	9.301,50	0,03	32.136,78
Assistência Comunitária	120.000,00	113.000,00	17.349,10	0,05	41.751,55	17.349,10	0,07	41.751,55
Saúde	1.447.000,00	1.556.000,00	218.254,48	0,75	562.296,31	993.703,69	0,96	562.296,31
Atenção Básica	1.013.000,00	1.081.000,00	176.874,89	0,61	279.765,64	801.234,36	0,77	279.765,64
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	353.000,00	353.000,00	25.110,44	0,10	135.409,12	25.110,44	0,13	217.590,88
Vigilância Sanitária	13.000,00	54.000,00	6.704,32	0,01	35.031,24	6.704,32	0,02	35.031,24
Vigilância Epidemiológica	68.000,00	68.000,00	9.564,83	0,03	29.908,55	9.564,83	0,04	29.908,55
Educação	2.455.000,00	2.330.012,00	361.980,25	1,05	940.532,71	1.389.479,29	1,34	940.532,71
Alimentação e Nutrição	51.000,00	51.000,00	6.345,75	0,02	26.782,67	6.345,75	0,02	26.782,67
Educação Fundamental	888.000,00	808.000,00	129.417,23	0,36	330.232,31	129.417,23	0,46	330.232,31
Educação Profissional	3.000,00	3.442,00	248,07	0,00	1.766,82	248,07	0,00	1.766,82
Educação Infantil	1.512.000,00	1.462.000,00	225.969,20	0,67	576.180,91	225.969,20	0,85	576.180,91
Educação de Jovens e Adultos	1.000,00	5.570,00	0,00	0,00	5.570,00	0,00	0,00	5.570,00
Cultura	22.000,00	62.000,00	1.459,22	0,02	34.063,33	1.459,22	0,03	34.063,33
Diffusão Cultural	22.000,00	62.000,00	1.459,22	0,02	34.063,33	1.459,22	0,03	34.063,33
Direitos da Cidadania	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Urbanismo	207.000,00	207.000,00	32.294,16	0,09	84.154,50	32.294,16	0,12	84.154,50
Serviços Urbanos	207.000,00	207.000,00	32.294,16	0,09	84.154,50	32.294,16	0,12	84.154,50
Gestão Ambiental	61.000,00	61.000,00	12.026,45	0,04	13.638,25	12.026,45	0,05	13.638,25
Preservação e Conservação Ambiental	61.000,00	61.000,00	12.026,45	0,04	13.638,25	12.026,45	0,05	13.638,25
Agricultura	122.000,00	124.850,00	22.497,71	0,07	38.808,73	22.497,71	0,08	38.808,73
Extensão Rural	121.000,00	121.000,00	22.497,71	0,07	34.958,73	22.497,71	0,08	34.958,73
Promoção da Produção Agropecuária	1.000,00	3.850,00	0,00	0,00	3.850,00	0,00	0,00	3.850,00
Indústria	4.000,00	4.000,00	463,06	0,00	3.536,94	463,06	0,00	3.536,94
Promoção Industrial	4.000,00	4.000,00	463,06	0,00	3.536,94	463,06	0,00	3.536,94
Comércio e Serviços	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	69.000,00	69.000,00	9.473,90	0,03	29.449,19	9.473,90	0,04	29.449,19
Transporte Rodoviário	69.000,00	69.000,00	9.473,90	0,03	29.449,19	9.473,90	0,04	29.449,19
Desporto e Lazer	58.000,00	58.000,00	7.767,47	0,02	28.247,66	7.767,47	0,03	28.247,66
Administração Geral	58.000,00	58.000,00	7.767,47	0,02	28.247,66	7.767,47	0,03	28.247,66
TOTAL (III) = (I + II)	230.824.000,00	255.020.787,82	27.007.765,11	100,00	123.221.067,68	103.658.440,95	100,00	151.382.326,87

FONTE: Sistema Alerte.Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Data Emissão: 30/sep/2016 Hora de emissão: 17h e 05m





PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2016 / Bimestre Julho-Agosto

Notas:

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO
Contadora
CRC/SC 028726/O-6

RAMON WOLLINGER
Prefeito

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2016 / Bimestre Julho-Agosto

LRF, Art. 48 - Anexo 14

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS		Até Agosto
Previsão Inicial da Receita		230.824.000,00
Previsão Atualizada da Receita		230.824.000,00
Receitas Realizadas		112.768.153,44
Déficit Orçamentário		0,00
Saldos de Exercícios Anteriores		5.993.360,78

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS		Até Agosto
Dotação Inicial		230.824.000,00
Créditos Adicionais		24.196.767,82
Dotação Atualizada		255.020.767,82
Despesas Empenhadas		131.799.700,14
Despesas Liquidadas		103.658.440,95
Despesas Pagas Até Período		93.117.810,77
Superávit Orçamentário		9.109.712,49

DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até Agosto
Despesas Empenhadas		131.799.700,14
Despesas Liquidadas		103.658.440,95

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até Agosto
Receita Corrente Líquida		146.359.236,70

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até Agosto
Regime Geral de Previdência Social		0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)		0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores		0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		14.342.567,18
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		3.730.020,77
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		10.612.546,41

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado Até Agosto(b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	16.655.792,27	0,00
Resultado Primário	0,00	(3.782.239,98)	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Canc. Até Agosto	Pag. Até Agosto	Saldo a pagar
Por Poder e Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	7.363.969,22	30.987,85	6.566.231,97	766.749,40
Poder Executivo	7.337.967,69	30.987,85	6.540.230,44	766.749,40
Poder Legislativo	26.001,53	0,00	26.001,53	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	4.555.431,19	1.406.680,13	1.944.039,45	1.204.711,61
Poder Executivo	4.528.170,46	1.406.680,13	1.944.039,45	1.177.450,88
Poder Legislativo	27.260,73	0,00	0,00	27.260,73
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	11.919.400,41	1.437.667,98	8.510.271,42	1.971.461,01

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU**

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2016 / Bimestre Julho-Agosto

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado Até Agosto	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Agosto
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	18.115.043,91	25,00	30,39
Mín. Anual de 60% do FUNDEB na Rem. do Magis. com Educ. Infan. e Ens. Fundam.	11.805.177,32	60,00	111,50

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU**

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2016 / Bimestre Julho-Agosto

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL	Valor Apurado Até Agosto	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	4.759.665,11	12.790.334,89
Despesa de Capital Líquida	22.112.777,93	41.432.032,68

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DO RECURSOS	Valor Apurado Até Agosto	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	18.100,00	71.900,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	50.000,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIDORES PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Agosto	Limite Constitucional Anual	
		%Mínimo a Aplicar Exer.	% Aplicado Até Agosto
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	14.562.317,58	15,00	24,79

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Data Emissão: 30/set/2016 Hora de emissão: 17h e 24m

Notas:

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO
Contadora
CRC/SC 028726/O-6

RAMON WOLLINGER
Prefeito

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Agosto / 2016

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	17.550.000,00	4.759.665,11	12.790.334,89

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	63.544.810,61	22.112.777,93	9.156.689,85	41.432.032,68
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	63.544.810,61	22.112.777,93	9.156.689,85	41.432.032,68
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO(III)=(I-II)	(45.994.810,61)	(17.353.112,82)	-	(28.641.697,79)

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Data Emissão: 30/set/2016

Hora de emissão: 17h e 17m

Notas:

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO
Contadora
CRC/SC 028726/O-6

RAMON WOLLINGER
Prefeito

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.075/2016

DECRETO N. 11.075, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.
PRORROGA A VIGÊNCIA DO DECRETO N. 10.748, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015, QUE "REDUZ A GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO CONCEDIDA PELO DECRETO N. 9.903, DE 07 DE JANEIRO DE 2013, AOS OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO PODER EXECUTIVO E DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II e V, e na forma do art. 75, I, "b", todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

CONSIDERANDO o disposto no art. 91 da Lei Complementar n. 660, de 28 de novembro de 2007, que atribui ao Chefe do Poder Executivo a competência para fixar o valor da gratificação de representação até o máximo de 50% (cinquenta por cento) sobre o padrão de vencimento do cargo correspondente;

CONSIDERANDO a persistência dos motivos que determinaram a edição do Decreto n. 10.748, de 14 de outubro de 2015,

CONSIDERANDO ser fundamental prosseguir nos esforços de contenção das despesas de pessoal para a manutenção regular das ações e serviços públicos municipais,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada, até 31 de dezembro de 2016, a vigência do Decreto n. 10.748, de 14 de outubro de 2015, que reduz de 30% (trinta por cento) para 17% (dezessete por cento) a gratificação de representação concedida pelo Decreto n. 9.903, de 07 de janeiro de 2013, incidente sobre o valor do vencimento dos ocupantes dos cargos de provimento em comissão, símbolo CC-2 (Intendente Distrital, Assessor Especial, Diretor e Diretor-Geral) e símbolo CC-3 (Gerente), do Poder Executivo e de suas Autarquias e Fundações Públicas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01 de outubro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de outubro de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.081/2016

PORTARIA Nº 20.081, DE 19 DE SETEMBRO DE 2016.
NOMEIA MEMBRO PARA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações posteriores e conforme Memorando GAB SEMUDES nº 137/2016, de 14/09/2016, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações posteriores e no Decreto nº 7.556, de 24 de novembro

de 2003, para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

IRISLEINE ADRIANA CORRÊA, representante titular da Associação Blumenauense de Amparo aos Menores – ABAM, em substituição a MARIA IDEVALDE SILVA DE MELO, nomeada pela Portaria nº 19.290, de 04 de dezembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de setembro de 2016.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY
Prefeito Municipal em exercício
REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 20.115/2016

PORTARIA Nº 20.115, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.
NOMEIA JOSÉ WEEGE DOS SANTOS PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE ADMINISTRATIVO, NO GABINETE DO VICE-PREFEITO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR

JOSÉ WEEGE DOS SANTOS, para o exercício do cargo em comissão de Gerente Administrativo, símbolo CC-3, no Gabinete do Vice-Prefeito, a contar de 03 de outubro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de outubro de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.129/2016

PORTARIA Nº 20.129, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.
EXONERA EDER ANTÔNIO BORON DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DO GABINETE DO PREFEITO, NO GABINETE DO PREFEITO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR

EDER ANTÔNIO BORON, do cargo em comissão de Chefe do Gabinete do Prefeito, símbolo CC-1, no Gabinete do Prefeito - GAPREF, nomeado pela Portaria nº 19.977, de 12 de agosto de 2016, no dia 10 de outubro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de outubro de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.130/2016

PORTARIA Nº 20.130, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

NOMEIA EDER ANTÔNIO BORON PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR GERAL NO GABINETE DO PREFEITO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

EDER ANTÔNIO BORON, para o exercício do cargo em comissão de Diretor Geral, símbolo CC-2, no Gabinete do Prefeito, no dia 11 de outubro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.131/2016

PORTARIA Nº 20.131, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

NOMEIA MARCO ANTÔNIO GONÇALVES MENDES WANROWSKY PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DO GABINETE DO PREFEITO - GAPREF.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

MARCO ANTÔNIO GONÇALVES MENDES WANROWSKY, para o exercício do cargo em comissão de Chefe do Gabinete do Prefeito, símbolo CC-1, a contar de 11 de outubro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

9º EXTRATO ADITIVOS CONTRATOS FMAC EDITAL Nº 003/2015 - FUNDAÇÃO CULTURAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU
FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À CULTURA
 EDITAL Nº 003/2015



A Fundação Cultural de Blumenau, por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura (FMAC), através de seu Presidente, Rodrigo Rogério Ramos, no uso de suas atribuições, torna pública a formalização dos aditivos aos contratos de Apoio Financeiro referentes ao Edital 003/2015 do FMAC, celebrados entre a contratante, Fundação Cultural de Blumenau (FCB) e contratados (proponentes) que tiveram seus projetos culturais aprovados e homologados. As partes contratantes terão deveres e responsabilidades no cumprimento do disposto nos Contratos de Apoio Financeiro firmados. O prazo para prestação de contas dos recursos financeiros repassados será de até 30 dias após a finalização da execução do projeto cultural, conforme datas apazadas constantes nos respectivos Contratos assinados pelas partes.

Edital FMAC	Número do Contrato	Contratante	Contratado	Título do Projeto Cultural	Objeto	Objeto do Aditivo	Valor (R\$)	Data da assinatura do Contrato	Data da assinatura do Aditivo	Prazo de Execução
003/2015	128	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Rodrigo Antonio da Silva	Música em Cores	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 032/2015, Área: Artes visuais, Design e Moda, Modalidade: Produção, Intitulado "Música em Cores", de responsabilidade do contratado nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 3º TERMO ADITIVO em comum acordo, alterando a <u>Clausa Sexta, inciso I, letras "d".</u>	23.195,70	23/05/2016	27/09/2016	17/06/2016 Até 28/02/2017

Blumenau, 07 de outubro de 2016.

Rodrigo Rogério Ramos
 Presidente
 Fundação Cultural de Blumenau

EXTRATO Nº 347/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 347/2016

Dispensa de Licitação nº. 267/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a aquisição de materiais farmacológicos e médico-hospitalares para diversos setores da Universidade. Contratada: Asamed Distribuidora e Importadora de Produtos Médico-Farmacêuticos Ltda. (CNPJ 07.281.329/0001-17), Olimed Material Hospitalar Ltda (CNPJ 03.033.589/0001-12). Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega dos materiais, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 2.936,65 (dois mil novecentos e trinta e seis reais e sessenta e cinco centavos)/01.14.12.364.0076.2014 (Centro de Ciências da Saúde)/3.3.90.30.00.

Blumenau, 30 de setembro de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

EXTRATO Nº 349/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 349/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Sercompe Computadores Ltda

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de switches de distribuição (camada 3), com instalação, treinamento, garantia e suporte técnico, para atender às necessidades da rede de computadores da Universidade (RedeFURB).

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 097/2016 e Ata nº. 162/2016 firmado em 06 de Outubro de 2016.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	36564	5	Peça	Switch de distribuição, com serviço de garantia lifetime padrão (conforme condições do fabricante) e suporte técnico de 1 (um) ano do fabricante. Marca: Hewlett Packard Enterprise Modelo: JG311A –HP HI 5500-24G-4SFP w/2 intf SIts Switch	20.588,86	102.944,30
2	37924	4	Peça	Módulo Mini-GBIC de 10Gbps 10Km Marca: Hewlett Packard Enterprise Modelo:JD094B HPE X130 10G SFP + LC LR Transceiver	2.340,91	9.363,64
3	37925	8	Peça	Módulo Mini-GBIC de 1Gbps 10Km Marca: Hewlett Packard Enterprise Modelo: JD119B HP X120 1G SFP LC LX Transceiver	564,28	4.514,24
4	36572	2	Peça	Módulo Mini-GBIC de 1Gbps 40Km Marca: Hewlett Packard Enterprise Modelo: JDO61A HP X125 1G SFP LC LH40 1310nm XCVR	1.174,87	2.349,74
5	36573	5	Metro	Cabo stack para switch de acesso (curto) Marca: Hewlett Packard Enterprise Modelo: JDO95C HP X240 10G SFP + SFP + 0.65m DAC Cable.	735,57	3.677,85
6	36993	1	Serviço	Serviços de treinamento local de 16 (dezesesseis) horas para instalação e configuração dos equipamentos Marca: Sercompe Modelo: Sercompe	4.151,07	4,151,07
Garantia (em meses)				12 (doze) meses		
Preço Global (em R\$)				127.000,84		
Preço Global (em reais, por extenso)				Cento e vinte e sete mil e oitenta e quatro centavos.		

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga, instalação e quando for o caso, treinamento de usuários) dos equipamentos, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos

bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 07/10/2016.

EXTRATO Nº 357/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 357/2016

Dispensa de Licitação nº. 265/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a contratação de serviços de calibração de densímetro de vidro para o Laboratório de Combustíveis (LC) da Universidade. Contratada: Visomes Comercial Metrológica LTDA. – EPP (CNPJ nº. 00.567.892/0001-07). Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a prestação dos serviços, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais)/01.19.12.364.0076.2019 (Centro de Ciências Tecnológicas)/3.3.90.39.00.

Blumenau, 7 de outubro de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

EXTRATO Nº 358/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 358/2016

Dispensa de Licitação nº. 258/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a aquisição de dez unidades do manual ABERC de “práticas de elaboração e serviço de refeições para coletividades” para a Biblioteca Universitária (BU). Contratada: Editora Metha LTDA. – ME (CNPJ nº. 47.672.399/0001-10). Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega dos materiais, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 938,00 (novecentos e trinta e oito reais)/01.05.12.364.0076.2005 (Biblioteca Central)/3.3.90.30.00.

Blumenau, 7 de outubro de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

EXTRATO Nº 359/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 359/2016

Inexigibilidade de Licitação nº. 015/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigiu o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, I, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a aquisição de licenças adicionais e renovação do suporte anual das existentes para uso do programa Automatos Software Manager (ASM) Cloud Service, módulo Service Desk pela Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) da Universidade. Contratada: Automatos S.A. (CNPJ nº. 13.965.155/0001-04). Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva disponibilização das licenças adicionais e início do suporte, desde que as mesmas estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovadas pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhadas da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elementos de Despesa: R\$ 22.750,00 (vinte e dois mil, setecentos e cinquenta reais)/01.09.12.364.0076.2009 (Pró Reitoria de Administração)/3.3.90.39 e 4.4.90.39.

Blumenau, 7 de outubro de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº. 1026/16 DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

LEI MUNICIPAL Nº. 1026/16 DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Institui o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, nas modalidades de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à comunidade, (PSC) destinado a Adolescentes em conflito com a Lei no Município de Bom Jesus do Oeste – SIMASE, e dá outras providências.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orgânica, FAZ SABER a todos que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono promulgo a seguinte Lei:

Art.1º Fica instituído o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, nas modalidades de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade.

Parágrafo único. Entende-se por SIMASE, o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas no Município de Bom Jesus do Oeste, de acordo com a Lei nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.

Art.2º O Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, possui os seguintes objetivos:

I – Prestar atendimento ao adolescente autor de ato infracional, em meio aberto por Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, nos moldes estabelecidos no Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (Lei nº 12.594/2012 SINASE), no Plano Estadual de Medidas Socioeducativas e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90);

II – A responsabilização do adolescente quanto as consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;

III – a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento do seu Plano Individual de Atendimento – PIA;

IV – criar condições para inserção, reinserção e permanência do adolescente no sistema de ensino;

Art. 3º O Plano Individual de Atendimento – PIA, será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento, com a participação efetiva do adolescente e de sua família, representada por seus pais e responsáveis, no prazo de até 15 (quinze) dias do ingresso do adolescente e deverá conter:

-I - os resultados da avaliação interdisciplinar;

II - os objetivos declarados pelo adolescente;

III - a previsão de suas atividades de integração social e/ou capacitação profissional;

IV - atividades de integração e apoio à família;

V - formas de participação da família para efetivo cumprimento do plano individual de atendimento;

VI - as medidas específicas de atenção à sua saúde.

Art.4º O acesso ao Plano Individual de Atendimento – PIA será restrito aos servidores do respectivo programa de atendimento, ao adolescente e aos seus pais ou responsável, ao Ministério Público e ao defensor, exceto expressa autorização judicial.

Art.5º O SIMASE será organizado por meio de programas de atendimento, sob responsabilidade do Município de Bom Jesus do Oeste por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social podendo ser executado em parceria com as entidades de atendimento socioeducativo de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade do Município.

Art.6º O SIMASE consiste em:

I – Atender os adolescentes do Município envolvidos em Ato Infracional, que tenham cometido delitos de pequeno potencial ofensivo, encaminhados pela Vara da Infância e Juventude da Comarca;

II – realizar atividades que promovem aprendizado nas mais diversas áreas de saúde, educação, cidadania, esportivas, artísticas, culturais, sociais, etc.

III- implementar parcerias com entes públicos e iniciativa privada buscando capacitação e inclusão dos adolescentes atendidos pelo programa no Mercado de Trabalho;

Art.7º O Município poderá instituir consórcios ou convênios com entidades de direito público ou privado, bem como firmar parcerias com empresas particulares visando o desenvolvimento das atividades relativas a execução das medidas socioeducativas conforme a lei.

Parágrafo Único. Fica autorizado o aporte de recursos de instituições públicas ou privadas, interessadas em financiar o SIMASE.

Art. 8º Fica a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social o estabelecimento de normas e procedimentos para a implantação, acompanhamento, controle e fiscalização do SIMASE.

Art. 9º As despesas oriundas da execução do SIMASE, ocorrerão por conta de dotações orçamentárias vigentes do Município.

Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 11º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito de Bom Jesus do Oeste, aos 06 de outubro de 2016

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito

PORTARIA Nº 176/2016 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 176/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento ao Servidor Municipal Sr. IRINEO CESCHINI, matrícula nº 697-1, portador do CIC sob. nº 430.110.479-87, lotado na Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem, ocupante do cargo de Secretário Municipal, período aquisitivo de 11 de fevereiro de 2015 a 10 de fevereiro de 2016, período de concessão de 10 de outubro de 2016 a 08 de novembro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 07 de outubro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 177/2016 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 177/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTERA LOTAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR LOTAÇÃO de Servidores Municipais, para a partir de 10/10/2016 desempenhar suas funções conforme nova lotação:

Servidor	Matricula	Função	Lotação atual	Nova Lotação
Darci Scapin	71-0	Motorista	Educação, Cultura e Esportes	Estradas e Rodagem
Elisandro Vargas	736-6	Motorista	Estradas e Rodagem	Educação, Cultura e Esportes

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 07 de outubro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 178/2016 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 178/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

REVOGAM-SE OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 167/2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. FICAM REVOGADOS os efeitos da portaria nº 167/2016 de 29/09/2016, que concedia férias ao Servidor Municipal Sr. Gilson Mene-gotte, conforme solicitação dos mesmo e deferimento da Administração, voltando o servidor as suas atividades normais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 07 de outubro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

889.10.16 - P. LIC. LUTO CARLOS A. CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 889/16 de 06.10.16

Concede Licença Motivo Luto

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 94 Inciso III da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o requerimento protocolado sob Nº 80/16 de 06 de outubro de 2016 – 08 (oito) dias de Licença de Luto por falecimento seu pai Lauro Manoel da Cruz, a contar do dia 02 de outubro de 2016 com término no dia 09 de outubro de 2016 ao funcionário Carlos Alberto da Cruz, Ocupante do cargo de Operador de Trator Agrícola – Nível 05, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

06 de outubro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. Adm. Fazenda

890.10.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ZILMARA G. ROSAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 890/16 de 07.10.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 02 e 03 de outubro de 2016, a funcionária Zilmara Gorges Rosar, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

07 de outubro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. Adm. Fazenda

891.10.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE FRANCIELI C. SCHUTZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 891/16 de 07.10.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (quinze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 04 de outubro com término no dia 18 de outubro de 2016, a funcionária Francieli da Cruz Schutz, Ocupante do cargo de Profissional de Enfermagem, Padrão I – Nível 9, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde – ESF Bairro São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

07 de outubro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. Adm. Fazenda

892.10.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE SILVANA C. ALANO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 892/16 de 07.10.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 05, 06 e 07 de outubro de 2016, a funcionária Silvana Cristina Alano, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

07 de outubro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. Adm. Fazenda

EXTRATO CONTRATOS 170 A 176/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 170/2016 Pregão Presencial 25/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Agroindustrial Freitas Eireli ME.

Objeto: Aquisição de implementos agrícolas.

Valor Total: R\$ 22.880,00 (vinte e dois mil oitocentos e oitenta reais)

Extrato Contrato 171/2016 Pregão Presencial 25/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Altair Fabro & Cia Ltda. EPP

Objeto: Aquisição de implementos agrícolas.

Valor Total: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).

Extrato Contrato 172/2016 Pregão Presencial 25/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Folmaq Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda. ME

Objeto: Aquisição de implementos agrícolas.

Valor Total: R\$ 10.960,00 (dez mil novecentos e sessenta reais).

Extrato Contrato 173/2016 Pregão Presencial 25/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Collina Máquinas Agrícolas Ltda. EPP

Objeto: Aquisição de implementos agrícolas.

Valor Total: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

Extrato Contrato 174/2016 Pregão Presencial 25/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Jhonny Máquinas e Implementos Eireli.

Objeto: Aquisição de implementos agrícolas.

Valor Total: R\$ 27.980,00 (vinte e sete mil e novecentos e oitenta reais).

Extrato Contrato 175/2016 Pregão Presencial 25/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Nilo Meurer EPP.

Objeto: Aquisição de implementos agrícolas.

Valor Total: R\$ 3.970,00 (três mil novecentos e setenta reais).

Extrato Contrato 176/2016 Tomada de Preços 03/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Ismail Zouhair Haidar ME.

Objeto: Aquisição e implantação de torres de telecomunicações, com fornecimento de equipamentos e serviços de instalação.

Valor Total: R\$ 386.645,62 (trezentos e oitenta e seis mil seiscientos e quarenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

Bom Retiro, 10 de outubro de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA 04/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

MINUTA EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2016

O Município de Bom Retiro torna público Edital de Concorrência Pública 04/2016 para concessão de serviço de remoção, guarda e depósito de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação nas vias públicas do município, objetos de infração do Código de Trânsito Brasileiro. Abertura Concorrência Pública: dia 10/11/16 às 10h00min, na Prefeitura de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro. Maiores informações pelo Fone/Fax: (049) 32770183. Edital disponível no website: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 10 de outubro de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

EDITAL Nº 003/2016

EDITAL 003/2016 CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições e de acordo com disposição legal pertinente, torna público que fará realizar Audiência Pública para apresentação da LDO (Lei das Diretrizes Orçamentárias) para o ano de 2017.

Local: Plenário da Câmara Municipal de Botuverá.
Rua João Morelli, 66. Centro.

Data: 11/10/2016.
Horário: 18:00 horas.

Botuverá, 07 de outubro de 2016.
JOSÉ LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0102

PORTARIA Nº 102/2016

"Contrata Servidor Temporário para Município de Botuverá e Dá Outras Providências"

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal n. 502/89 e na Lei n. 1197//2013 e suas alterações:

Considerando:

1- A classificação do processo seletivo 01/2016 em 15 de Abril 2016;

2- O disposto na Lei Federal n.9.504 art.73, V, (c.d), (Lei Eleitoral),

Art. 1º- Contratar a (o) 4º colocado (a) Sr(a). LUIZANE PIQUETTI CAPPELLARI, brasileira, para o cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, 40h, pelo regime Celetista.

Art. 2º- Fica o servidor contratado através da presente portaria, lotado na Secretaria de Saúde do Município de Botuverá.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação gerando efeito retroativo 27/09/2016

Botuverá (SC), 03 de Outubro de 2016.
JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0103

PORTARIA Nº 0103/2016

"Altera carga horária de Servidor Público Municipal da Secretaria da Educação do Poder Executivo do Município de Botuverá."

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal e no Art. 29 § 2º da Lei 1073/2009,

Resolve:

Art. 1º- Diminuir para 20 horas semanais, a carga horária do Servidor Público Municipal LUZIA HORN DALABENETA, ocupante do cargo de Servente Escolar.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo em 30 de Setembro de 2016.

Botuverá (SC), 30 setembro de 2016.
JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2015 PMBT

Página: 1/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2015

Número do Registro de Preços: 32/2015 **Data do Registro:** 08/10/2015 **Válido até:** 08/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para manutenção da ETA Braço Novo e Semi, do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	LUVA PBA 110X100MM (6915)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	31,4200	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	26,9500	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	39,8000	3
2	Luva PBA 85x75 mm. (10645)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	16,5900	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	20,5000	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	24,2500	3
3	Luvas Soldavel 85 mm (14391)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	6,9000	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	15,0500	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	19,0000	3
4	LUVA PBA 60 MM (7359)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	7,6400	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	10,4800	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	16,7000	3
5	LUVA SOLDABEL 60MM (6919)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	2,5600	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	5,5400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2015

Página: 2/24

Número do Registro de Preços: 32/2015		Data do Registro: 08/10/2015		Válido até: 08/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para manutenção da ETA Braço Novo e Semil, do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Luvas Correr 40mm. (14388)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	6,8000	3
		UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	4,1000	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	8,7300	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	13,0000	3
7	Luva soldável 40mm. (7244)		LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	0,8800	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	1,5100	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,6000	3
8	Luvas correr 32 MM (14382)		LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	2,3200	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	5,4500	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	12,7000	3
9	LUVA SOLDÁVEL 32MM (6922)		LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	0,8200	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	0,9600	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,5000	3
10	Luva soldável 25mm (7243)		LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	0,4900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2015

Página: 3/24

Número do Registro de Preços: 32/2015		Data do Registro: 08/10/2015		Válido até: 08/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para manutenção da ETA Braço Novo e Semil, do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	0,3000	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,9000	3
11	Curva PBA 90° 110mm (7979)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	59,3057	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	73,5000	2
12	CURVA 45° PBA 110MM (6963)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	42,3498	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	64,7500	2
13	Curva PBA 90° 85mm (7980)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	36,1713	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	41,9000	2
14	CURVA 45° PBA 85MM (6964)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	25,8138	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	37,3000	2
15	Curva soldável 90° 85mm (7981)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	22,8245	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	33,2000	2
16	Curva soldável 45° 85mm (7982)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	19,0854	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2015

Página: 4/24

Número do Registro de Preços: 32/2015		Data do Registro: 08/10/2015		Válido até: 08/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para manutenção da ETA Braço Novo e Semil, do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	Curva PBA 60 mm 90 ° (16838)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	52,4000	2
18	Joelho soldável 85 mm. (10646)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	10,6774	1
19	Joelho soldável 90° 60mm (7984)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	18,7000	2
20	Joelho soldável 45° 60mm (7985)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	12,3506	1
21	Joelho soldável 40mm (7986)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	46,7000	2
22	Joelho soldável 32mm (7987)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	5,0262	1
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	10,2000	2
		UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	3,3275	1
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	9,4500	2
		UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	1,4189	1
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	3,3500	2
		UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	0,8194	1
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,7500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2015

Página: 5/24

Número do Registro de Preços: 32/2015 Data do Registro: 08/10/2015 Válido até: 08/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para manutenção da ETA Braço Novo e Semil, do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	TEE PBA 85MM (6924)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	31,5480	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	30,2300	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	47,9000	3
24	TEE PBA 85X60MM (6925)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	26,6525	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	30,1600	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	45,4000	3
25	TEE PBA 60MM (6926)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	12,7416	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	17,6000	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	22,9500	3
26	Tee soldável 85mm (7988)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	22,4053	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	34,5500	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	44,3900	3
27	Tee soldável 60mm (7989)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	5,6463	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	12,1800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2015

Página: 6/24

Número do Registro de Preços: 32/2015 Data do Registro: 08/10/2015 Válido até: 08/10/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para manutenção da ETA Braço Novo e Serril, do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	16,7000
28	Tee soldável 40mm. (7251)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	1,9287
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	4,1800
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	5,2000
29	TEE SOLDÁVEL 32MM (6928)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	1,2192
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	1,8400
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	3,2700
30	REDUÇÃO PBA 110X85MM (6929)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	23,1380
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	19,7500
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	25,7000
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	25,7000
31	Redução 85 x 60 MM (14383)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	10,6944
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	11,2500

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2015

Página: 7/24

Número do Registro de Preços: 32/2015		Data do Registro: 08/10/2015		Válido até: 08/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para manutenção da ETA Braço Novo e Serril, do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

32	Redução 60 x 40 mm (10636)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	12,7000	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	12,7000	4
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	1,2893	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	2,7900	2
33	REDUÇÃO 60X32MM (6933)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	5,8200	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	5,8200	4
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	1,1794	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	2,5700	2
34	REDUÇÃO 40X32MM (6934)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	5,5000	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	5,5000	4
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	0,3398	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	0,4500	2
35	REDUÇÃO 40X32MM (6934)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,3500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2015

Página: 8/24

Número do Registro de Preços: 32/2015 Data do Registro: 08/10/2015 Válido até: 08/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para manutenção da ETA Braço Novo e Semil, do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,3500	4
35	CAP 110MM (6935)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	16,3024	1
			HIDROLLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	25,1300	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	34,1500	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	34,1500	4
36	CAP 85MM (6936)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	6,7386	1
			HIDROLLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	10,4000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	26,7500	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	26,7500	4
37	CAP 60MM (6937)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	2,1064	1
			HIDROLLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	4,1800	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	5,6500	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	5,6500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2015

Página: 9/24

Número do Registro de Preços: 32/2015		Data do Registro: 08/10/2015		Válido até: 08/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para manutenção da ETA Braço Novo e Serril, do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
38	CAP 40MM (5366)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	0,5990	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	1,3200	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,8200	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,8200	4
39	CAP 32 MM (5367)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	0,4093	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	0,6900	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,7700	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,7700	4
40	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 110 x 3/4 (6166)	PC	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	5,7590	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	7,4600	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	0	16,8000	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	16,8000	4
41	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 85X3/4 (6940)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	4,8395	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2015

Página: 10/24

Número do Registro de Preços: 32/2015 Data do Registro: 08/10/2015 Válido até: 08/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para manutenção da ETA Braço Novo e Semil, do Município de Braço do Trombudo.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	6,3000
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	0	13,4500
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	13,4500
42	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 60X3/4 (6941)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	4,0196
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	5,2100
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	0	9,4500
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	9,4500
43	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 40X3/4 (6942)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	3,0997
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	3,3100
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	8,9500
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	0	8,9500
44	Colar tomada PVC com travas 32 c 3/4 (16844)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	2,9697
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	3,2800

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2015

Página: 11/24

Número do Registro de Preços: 32/2015		Data do Registro: 08/10/2015		Válido até: 08/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para manutenção da ETA Braço Novo e Senil, do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	0	8,7000	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	8,7000	4
45	FLANGE PVC 85MM (6538)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	117,8168	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	147,0000	2
46	Flange 2" ½ 75 mm . (10623)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	94,5740	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	118,0000	2
47	Flange 3"X 1/2 100 MM (14390)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	229,1817	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	285,9500	2
48	Adaptador p/ mangueira 20mm c/ registro 3/4 (7990)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	9,8734	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	0	10,4542	2
49	ADAPTADOR P/MANGUEIRA 20 MMX3/4" (5381)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	8,9550	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	0	9,4818	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2015

Página: 12/24

Número do Registro de Preços: 32/2015		Data do Registro: 08/10/2015		Válido até: 08/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para manutenção da ETA Braço Novo e Senil, do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
50	EMENDA P/ MANG. C/ REGISTRO 20MM (6164)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	9,8735	1
51	Adesivo 175gr (7994)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	0	10,4543	2
52	Adesivo 75gr (7995)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	11,2512	1
53	Solução preparadora para PVC 200 ml. (10641)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	11,9130	2
54	Adaptador p/ caixa d'água com Registro 32 MM (14385)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	5,0516	1
55	Emenda para mangueira ¾. (10616)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	5,3487	2
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	12,3993	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	13,1286	2
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	39,4480	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	41,7685	2
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLASFAN	0	1,6073	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,7019	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2015

Página: 13/24

Número do Registro de Preços: 32/2015 **Data do Registro: 08/10/2015** **Válido até: 08/10/2016**

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para manutenção da ETA Braço Novo e Semil, do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
56	Abraçadeira 3/4. (10617)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	INCA	0	1,6992	1
57	Abraçadeira 75 mm inox. (10625)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	0	1,7991	2
58	Abraçadeira 100 mm inox. (10626)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MOTO BOMB	0	27,5539	1
59	Adaptador 3/4 25 mm (16840)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	0	29,1747	2
60	Registro Bortolota 3/4. (10638)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MOTO BOMB	0	42,7086	1
61	Registro PVC 110mm (7996)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	0	45,2208	2
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,7635	1
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,8672	2
		UND	HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	TIGRE	0	3,9400	1
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	13,5000	2
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	13,5000	3
		UND	HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CROVAL	0	242,8700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2015

Página: 14/24

Número do Registro de Preços: 32/2015 Data do Registro: 08/10/2015 Válido até: 08/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para manutenção da ETA Braço Novo e Serril, do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
62	Registro PVC 85mm (7997)		WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DURIN	0	385,9500	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	385,9500	3
		UND	HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CROVAL	0	88,8100	1
63	Registro PVC 60mm (7998)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	213,0000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	VIQUA	0	213,0000	3
		UND	HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	27,6400	1
64	Registro PVC 40 mm. (10639)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	30,1500	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	30,1500	3
		UND	HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	13,9600	1
65	REGISTRO PVC 32MM (1791)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	17,3000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	17,3000	3
		UND	HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	10,0700	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	17,4500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2015

Página: 15/24

Número do Registro de Preços: 32/2015 Data do Registro: 08/10/2015 Válido até: 08/10/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para manutenção da ETA Braço Novo e Serril, do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	17,4500
66	Fita veda rosca 18x10 (7280)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,5870
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	2,6349
67	Mangueria ramal predial 20mm. (7992)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	0	4,7435
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	4,8308
68	Mangueria transparente 3/4 (8838)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	4,0727
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MANTAC	0	4,1477
69	Bóia elétrica 15 ampere. (10642)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KITS BRASIL	0	35,4084
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PR BOMBAS	0	36,0602
70	Bomba subérça 3/4 875 WTS (16839)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BOMBAS PR	0	220,4041
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PR BOMBAS	0	224,9492
71	Mangueria 3/4. (10615)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CARPES	0	1,1020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2015

Página: 16/24

Número do Registro de Preços: 32/2015		Data do Registro: 08/10/2015		Válido até: 08/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para manutenção da ETA Braço Novo e Serril, do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CARPES	0	1,1223	2
72	Tubo PBA 110mm (8000)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	126,7977	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	119,1279	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTIUT	0	200,0000	3
73	Tubo PBA 85mm (8001)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	76,2991	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	73,0296	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTIUT	0	120,0000	3
74	TUBO PBA 60MM (6956)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	38,6210	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	35,6256	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTIUT	0	82,9500	3
75	TUBO SOLDÁVEL 40MM (6957)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	20,5729	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	23,3455	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTIUT	0	41,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2015

Página: 17/24

Número do Registro de Preços: 32/2015 Data do Registro: 08/10/2015 Válido até: 08/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para manutenção da ETA Braço Novo e Semil, do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
76	TUBO SOLDÁVEL 32MM (6956)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	14,3387	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	17,4103	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTIUT	0	28,6000	3
77	Tubo soldável 25mm (7254)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	9,0630	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	CORR	0	8,9503	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTIUT	0	14,6500	3
78	Anel PBA DN 50 de 60 mm. (10610)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	1,1689	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	VN	0	0,4464	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTIUT	0	2,5500	3
79	Anel PBA DN 75 de 85 mm. (10611)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	3,4522	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	VN	0	1,2953	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTIUT	0	4,0000	3
80	Anel PBA DN 100 de 110 mm. (10612)	UND	LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	3,4834	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	VN	0	1,0904	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2015

Página: 18/24

Número do Registro de Preços: 32/2015 Data do Registro: 08/10/2015 Válido até: 08/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para manutenção da ETA Braço Novo e Semil, do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTITUT	0	5,5000	3
81	Kil cavalete 3/4 código 2798004+0 (7993)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	57,5695	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	0	59,4496	2
82	Tampa de ferro fundido Te. (10609)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SULAR	0	132,7606	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SULAR E AGL	0	137,0961	2
83	Caixa d'água 500 litros (7139)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FORTLEV	0	190,1682	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FIBROESTE	0	196,9599	2
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	FORTLEV	0	210,0000	3
84	Mangote 75 mm. (10619)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MOTO BOMB	0	41,4243	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SULAR E AGL	0	42,7770	2
85	Mangote 100 mm. (10620)	M	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MOTO BOMB	0	76,8066	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SULAR E AGL	0	79,3138	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2015

Página: 19/24

Número do Registro de Preços: 32/2015		Data do Registro: 08/10/2015		Válido até: 08/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para manutenção da ETA Braço Novo e Serril, do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
86	Válvula de fundo 2" X 1/2 metal amarelo. (10621)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MOTO BOMB	0	265,1983	1
87	Válvula de Fundo 3" x 1/2 Metal Amarelo (14389)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SULAR E AGL	0	257,2339	2
88	Furadeira para ligações ramal predial PE (10608)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MOTO BOMB	0	351,9678	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SULAR E AGL	0	352,5056	2
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	345,9500	1
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	TIGRE	0	347,1100	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	0	466,0000	3
89	Chave de fenda (10025)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DISMA	0	15,9738	1
90	Arco para serra. (10628)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DISMA	0	23,4116	1
91	Serra para cortar ferro (7189)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	6,4894	1
92	Grossa. (10629)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAMA STIL	0	19,9672	1
93	Alicate universal (7185)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DISMA	0	31,9476	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2015

Página: 20/24

Número do Registro de Preços: 32/2015 Data do Registro: 08/10/2015 Válido até: 08/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para manutenção da ETA Braço Novo e Semil, do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
94	Martelo (14386)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PROFEX	0	22,4631	1
95	Chave de cano 14. (10630)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DISMA	0	72,6308	1
96	Chave de cano nº 24 (9878)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FAMASTIL	0	91,8493	1
97	Pá de cavar com cabo (7202)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	0	22,4132	1
98	Pá de ajuntar com cabo (7201)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	0	22,4132	1
99	Enxada com Cabo (14387)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	0	21,9140	1
100	Enxada com cabo. (10631)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PANDOLFO	0	40,9328	1
101	Picareta com cabo. (10632)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PANDOLFO	0	45,8747	1
102	Botas cano longo . (10618)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ITABOTAS	0	42,1816	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SANDRI	0	44,9000	2
103	Luvas de couro. (10633)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DEPECIL	0	23,9092	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2015

Página: 21/24

Número do Registro de Preços: 32/2015		Data do Registro: 08/10/2015		Válido até: 08/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para manutenção da ETA Braço Novo e Semil, do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

104	Flange pvc 60mm (16710)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SANDRI	0	25,4500	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	17,4321	1
105	União PVC 60 mm (16841)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	21,7000	2
			HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	TIGRE	0	18,9500	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	22,8100	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	35,3000	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	35,3000	4
106	União PVC 85 mm (16842)	PC	HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	TIGRE	0	56,9800	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	78,5400	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	126,2500	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	126,2500	4
107	União PVC 110 mm (16843)	PC	HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO (8312)	TIGRE	0	128,3400	1
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	TIGRE	0	215,0500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2015

Página: 22/24

Número do Registro de Preços: 32/2015		Data do Registro: 08/10/2015		Válido até: 08/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para manutenção da ETA Braço Novo e Semil, do Município de Braço do Trombudo.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
108	CAIXA DAGUA 1000 L (2453)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVA	0	247,5000	3			
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	247,5000	4			
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FORTLEV	0	319,6636	1			
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FIBROESTE	0	331,0802	2			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2015

Página: 23/24

Número do Registro de Preços: 32/2015		Data do Registro: 08/10/2015		Válido até: 08/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para manutenção da ETA Braço Novo e Semil, do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS (9120)	FORTLEV	0	353,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2015

Página: 24/24

Número do Registro de Preços: 32/2015		Data do Registro: 08/10/2015		Válido até: 08/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para manutenção da ETA Braço Novo e Sertão, do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2015

PROCESSO Nº 54/2015

(8293) - GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME

(8312) - HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO

(8457) - WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

(9120) - LEA LOUREIRO - HIDROVALVULAS

Braço do Trombudo, 8 de Outubro de 2015.

Brunópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 74/2016

DECRETO Nº 74, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016.

NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL GESTORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, no uso das atribuições e na forma da lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica Nomeada a Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação, composta pelos seguintes membros:

I – Adriana Izabel Longhi Moscon, portadora do CPF 017.724.249-35. Presidente;

II – Claudia Zanella, portadora do CPF 032.731.339-02. Vice-Presidente;

III – Maria Angelita da Silva, portadora do CPF 063.698.329-36. Secretária;

IV – Alexandre Audalio Unzanaro, portador do CPF 056.847.989-00. Representante da Câmara Municipal de Vereadores;

V – Mario Penteado, portador do CPF 679.833.839-91. Representante do Setor Jurídico do Município;

VI – Maria Gorete do Nascimento, portadora do CPF 062.823.509-01. Representante do Setor Contábil;

VII – Marcia Mello, portadora do CPF 024.946.529-95. Diretora de Escola;

VIII – Elizeu Antunes, portador do CPF 055.751.749-48. Conselheiro Tutelar;

IX – Andreia Aparecida Fontana Demeneck, portador do CPF 914.154.209-63. Representantes de Pais de Alunos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Brunópolis - SC, 30 de setembro de 2016.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

PREFEITO MUNICIPAL

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
PLANEJAMENTO E FAZENDA

REGISTRADO E PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NO DOM.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 2308/2016

PORTARIA Nº 2308/2016

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Acidente de Trabalho – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. WANDERSON JOSE CUNHA DOS SANTOS, matrícula nº 4116704-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado médico do dia 06/10/2016 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 21/10/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de outubro de 2016.
Rogério Adilson Lana
Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 11.352/2016

PORTARIA nº 11.352, DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Altino Maçaneiro para ocupar o cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de outubro de 2016.
JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI
Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.353/2016

PORTARIA nº 11.353, DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear César Moritz para ocupar o cargo em comissão de Diretor-Geral, Padrão CC-III, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de outubro de 2016.
JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI
Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.354/2016

PORTARIA nº 11.354, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Roberto Morsch do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.
JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI
Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.355/2016

PORTARIA nº 11.355, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Valdir Barni do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Fundação Ecológica e Zootécnica de Brusque.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.356/2016

PORTARIA nº 11.356, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Ananda Cristina Voltolini do cargo em comissão de Coordenadora, Padrão CC-V, lotada na Secretaria de Trânsito e Mobilidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.358/2016

PORTARIA nº 11.358, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Cláudio Eduardo Santana do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.361/2016

PORTARIA nº 11.361, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Priscila Cavedon Fotnana do cargo em comissão de Médico Regulador, Padrão CC-I, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.363/2016

PORTARIA nº 11.363, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Anderson Merlo do cargo em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Procuradoria-Geral do Município/PROCON.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.365/2016

PORTARIA nº 11.365, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Irineo Augusto Pereira do cargo em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.369/2016

PORTARIA nº 11.369, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Rafael Lopes de Lima do cargo em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.371/2016

PORTARIA nº 11.371, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Claudemir José da Silva do cargo em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.374/2016

PORTARIA nº 11.374, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Isair dos Santos do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.375/2016

PORTARIA nº 11.375, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Jorge Pereira do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.377/2016

PORTARIA nº 11.377, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Luís Fernando Koschnik Bunn do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.378/2016

PORTARIA nº 11.378, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Marcos Vinícius Martins do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.379/2016

PORTARIA nº 11.379, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Marina Burger Beuting do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.381/2016

PORTARIA nº 11.381, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Pedro Testoni do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.382/2016

PORTARIA nº 11.382, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Renato Bianchi do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria da Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.386/2016

PORTARIA nº 11.386, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Sílvio Rode do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.388/2016

PORTARIA nº 11.388, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Vílson Frena do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.391/2016

PORTARIA nº 11.391, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Gustavo Adolfo Pereira do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.392/2016

PORTARIA nº 11.392, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Ivo Horner do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.393/2016

PORTARIA nº 11.393, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Karlos Victor Zancanaro Oppermann Moura do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.394/2016

PORTARIA nº 11.394, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Laurentino Schmitz do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.396/2016

PORTARIA nº 11.396, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Letícia Murceski do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.398/2016

PORTARIA nº 11.398, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Matheus Gervasi do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.399/2016

PORTARIA nº 11.399, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Taciano Albino do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.402/2016

PORTARIA nº 11.402, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 144/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Heloísa Fernandes Almeida do cargo em comissão de Coordenadora, Símbolo CC-5, lotada no Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.404/2016

PORTARIA nº 11.404, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Carlos Henrique Beuting do cargo em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.408/2016

PORTARIA nº 11.408, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 144/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Jiane Mara de Melo Heil do cargo em comissão de Diretora-Geral, Símbolo CC-3, lotada no Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.410/2016

PORTARIA nº 11.410, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Tafaél de Souza do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.411/2016

PORTARIA nº 11.411, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Pedro Paulo Furtado do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.412/2016

PORTARIA nº 11.412, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar João Pedro da Silva do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.415/2016

PORTARIA nº 11.415, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Valmor Pinot do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.419/2016

PORTARIA nº 11.419, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Julio Cesar de Marchi do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.420/2016

PORTARIA nº 11.420, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Bruno Rodrigo Lyra do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.423/2016

PORTARIA nº 11.423, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Ariberto Gallassini do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.424/2016

PORTARIA nº 11.424, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Natasha Fernanda Moraes Feliciano do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotada na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.427/2016

PORTARIA nº 11.427, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Afonso Sartori do cargo em comissão de Diretora, Padrão CC-IV, lotado na Fundação Ecológica e Zootécnica de Brusque.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº. 7.881/2016

DECRETO Nº. 7.881, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.948 de 18.12.15, a Lei nº 3.910 de 04.09.15, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, no valor de R\$ 629.250,00 (Seiscentos e vinte e nove mil, duzentos e cinquenta reais), para atender a programação abaixo especificada:

09.00 Secretaria Municipal de Educação

09.001 Secretaria Municipal de Educação

0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.37.08 Rec. Educação/FNDE – Apoio as Creches – Brasil Carinhoso

VALOR R\$ 20.000,00

0012.0306.0040.2049 Manutenção Prog. Alimentação Escolar

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.37.02 Outras Transferências FNDE- PNAE/AEE

VALOR R\$ 4.250,00

14.00 Encargos Gerais do Município

14.001 Encargos Gerais do Município

0028.0843.0180.2078 Pagamento de Precatórios – EC 62/2009

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 500.000,00

21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade

21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade

0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transportes Urbanos

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.12.00 Convênio de Trânsito - Prefeitura

VALOR R\$ 100.000,00

23.00 Secretaria da Fazenda

23.001 Secretaria da Fazenda

0004.0129.001.2014 Manutenção do Depto. de Tributação e Fiscalização

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 5.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

14.00 Encargos Gerais do Município

14.001 Encargos Gerais do Município

0028.0843.0180.2078 Pagamento de Precatórios – EC 62/2009

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 500.000,00

21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade

21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade

0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transportes Urbanos

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos

0.1.12.00 Convênio de Trânsito - Prefeitura

VALOR R\$ 100.000,00

23.00 Secretaria da Fazenda

23.001 Secretaria da Fazenda

0004.0129.001.2014 Manutenção do Depto. de Tributação e Fiscalização

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 5.000,00

II – Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.37.08	Rec. Educação/FNDE – Apoio as Creches – Brasil Carinhoso
Valor Orçado	R\$ 0,00
Valor arrecadado até a data de 31/08/2016.	R\$ 128.842,23
Excesso de arrecadação até a data de 31/08/2016.	R\$ 128.842,23
Valor Utilizado Decreto nº 7860/2016	R\$ 20.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 7869/2016	R\$ 37.000,00
Valor a Utilizar	R\$ 71.842,23

0.1.37.02	Outras Transferências FNDE- PNAE/AEE
Valor Orçado	R\$ 20.310,00
Valor arrecadado até a data de 30/09/2016.	R\$ 24.560,00
Excesso de arrecadação até a data de 30/09/2016.	R\$ 4.250,00
Valor a Utilizar	R\$ 4.250,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 07/10/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 07 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora Geral do Município

ROGÉRIO ADILSON LANA

Secretario de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO 119/2016 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 119/2016

ESPÉCIE: aquisição de conexões em FoFo. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 054/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.1192.44905199.6 00000; VIGÊNCIA: 90 dias. DATA DA ASSINATURA: 07/10/2016; VALOR: R\$ 1.960,00. CONTRATADA: INASA – Indústria Nacional De Saneamento Ltda. Diretora do SAMAE.

Brusque, 07 de outubro de 2016.

PUBLIQUE-SE

Fabiana Amália Dalcastagné

Diretora Presidente

SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO 120/2016 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 120/2016

ESPÉCIE: aquisição de tubos em PVC. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 054/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.1192.44905199.6000 00; VIGÊNCIA: 90 dias. DATA DA ASSINATURA: 07/10/2016; VALOR: R\$ 42.795,00. CONTRATADA: Mexichem Brasil Ind. De Transf. Plastica Ltda. Diretora do SAMAE.

Brusque, 07 de outubro de 2016.

PUBLIQUE-SE

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO 121/2016 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 121/2016

ESPÉCIE: aquisição de tubos em PVC. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 054/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.1192.44905199.6000 00; VIGÊNCIA: 90 dias. DATA DA ASSINATURA: 07/10/2016; VALOR: R\$ 181.994,40. CONTRATADA: Multilit Industrial E Comércio Ltda. Diretora do SAMAE.

Brusque, 07 de outubro de 2016.

PUBLIQUE-SE

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO 122/2016 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 122/2016

ESPÉCIE: aquisição de conexões em FoFo. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 054/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.1192.44905199.600000; VIGÊNCIA: 90 dias. DATA DA ASSINATURA: 07/10/2016; VALOR: R\$ 1.664,64. CONTRATADA: Fernandes E Maná Materiais E Equipamentos. Diretora do SAMAE.

Brusque, 07 de outubro de 2016.

PUBLIQUE-SE

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO 123/2016 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 123/2016

ESPÉCIE: aquisição de tubos e conexões em FoFo. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 054/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.1192.44905199.600000; VIGÊNCIA: 90 dias. DATA DA ASSINATURA: 07/10/2016; VALOR: R\$ 45.490,00. CONTRATADA: Lucas Calixto

Boletini De Souza Eireli - Me. Diretora do SAMAE.

Brusque, 07 de outubro de 2016.

PUBLIQUE-SE

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO 124/2016 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 124/2016

ESPÉCIE: aquisição de reagentes e materiais para laboratório. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 054/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.2293.3390303500.60000; VIGÊNCIA: 60 dias. DATA DA ASSINATURA: 07/10/2016; VALOR: R\$ 29.970,00. CONTRATADA: Hexis Cientifica Ltda. Diretora do SAMAE.

Brusque, 07 de outubro de 2016.

PUBLIQUE-SE

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO 125/2016 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 125/2016

ESPÉCIE: aquisição de reagentes e materiais para laboratório. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 054/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.2293.3390303500.60000; VIGÊNCIA: 60 dias. DATA DA ASSINATURA: 07/10/2016; VALOR: R\$ 2.814,06. CONTRATADA: Pro-Analise Quimica E Diagnostica Ltda. Diretora do SAMAE.

Brusque, 07 de outubro de 2016.

PUBLIQUE-SE

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO 126/2016 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 126/2016

ESPÉCIE: aquisição de reagentes e materiais para laboratório. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 054/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.2293.3390303500.60000; VIGÊNCIA: 60 dias. DATA DA ASSINATURA: 07/10/2016; VALOR: R\$ 1.040,00. CONTRATADA: Metrológica Equipamentos E Produtos Para Laboratorios Ltda. - Epp. Diretora do SAMAE.

Brusque, 07 de outubro de 2016.

PUBLIQUE-SE

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidente
SAMAE - Brusque

PORTARIA Nº 11.359/2016

PORTARIA nº 11.359, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Dario Hoefelmann do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.360/2016

PORTARIA nº 11.360, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Nathalia Schauemberg de Campos do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotada na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.364/2016

PORTARIA nº 11.364, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Henrique Avila de Souza do cargo em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.366/2016

PORTARIA nº 11.366, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Ivo Marchi do cargo em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.367/2016

PORTARIA nº 11.367, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Marcelo Foppa do cargo em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.370/2016

PORTARIA nº 11.370, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Robison Luís Koschnick do cargo em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão/ Diretoria de Patrimônio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.372/2016

PORTARIA nº 11.372, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Adilson Bunn do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Procuradoria-Geral do Município/ PROCON.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.373/2016

PORTARIA nº 11.373, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Claudio Roberto Puhler do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.376/2016

PORTARIA nº 11.376, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Lidiane Suavi do cargo em comissão de Coordenadora, Padrão CC-V, lotada na Fundação Cultural de Brusque.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.380/2016

PORTARIA nº 11.380, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Osmar Duarte do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.383/2016

PORTARIA nº 11.383, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Ronaldo Oliveira dos Santos do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.384/2016

PORTARIA nº 11.384, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Sandra da Conceição Bossa do cargo em comissão de Coordenadora, Padrão CC-V, lotada na Fundação Cultural de Brusque.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.385/2016

PORTARIA nº 11.385, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Sebastião José Hang do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.387/2016

PORTARIA nº 11.387, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Tiago da Silva do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.390/2016

PORTARIA nº 11.390, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Darci Romeio Reale Junior do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.395/2016

PORTARIA nº 11.395, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Andressa Zanca do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.401/2016

PORTARIA nº 11.401, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 144/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Célio Clemer do cargo em comissão de Coordenador, Símbolo CC-5, lotado no Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.403/2016

PORTARIA nº 11.403, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 145/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Alencar José Wilbert do cargo em comissão de Coordenador, Símbolo CC-5, lotado na Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.405/2016

PORTARIA nº 11.405, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Cristiano Cunha do cargo em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.406/2016

PORTARIA nº 11.406, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 144/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Valério de Moraes Kosel do cargo em comissão de Diretor, Símbolo CC-5, lotado no Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.407/2016

PORTARIA nº 11.407, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Ivanete Pestun Raupp do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotada no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.413/2016

PORTARIA nº 11.413, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Alecio Weber do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.414/2016

PORTARIA nº 11.414, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Gabriel Acácio Coutinho do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.417/2016

PORTARIA nº 11.417, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Hilário Reis do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.425/2016

PORTARIA nº 11.425, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar João Pedro Antunes do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotada na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito MunicipalSONIA KNIHS CRESPI
Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito**PORTARIA Nº 11.426/2016**

PORTARIA nº 11.426, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Jussara Dell'Agnolo do cargo em comissão de Diretora, Padrão CC-IV, lotada na Secretaria de Obras e Serviços Públicos/DGI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito MunicipalSONIA KNIHS CRESPI
Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito**PORTARIA Nº 11.428/2016**

PORTARIA nº 11.428, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Mariana Martins Resende da Silva do cargo em comissão de Diretora, Padrão CC-IV, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito MunicipalSONIA KNIHS CRESPI
Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito**PORTARIA Nº 11.429/2016**

PORTARIA nº 11.429, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Nomeia servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Jussara Dell'Agnolo para ocupar o cargo em comissão de Coordenadora, Padrão CC-V, lotada na Secretaria de Obras e Serviços Públicos/DGI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito MunicipalSONIA KNIHS CRESPI
Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.430/2016

PORTARIA nº 11.430, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo II-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Afonso Sartori para ocupar o cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Fundação Ecológica e Zoológica de Brusque.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.431/2016

PORTARIA nº 11.431, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Nomeia servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Mariana Martins Resende da Silva para ocupar o cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 164/2016 SAMAE

PORTARIA Nº 164/2016

A Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 97 da Lei Complementar 147/2009 do ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

1) Designar o servidor DJANGO DEUCHER, ocupante do cargo de auxiliar de Operações, para exercer função de confiança gratificada no percentual de 20%.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 01/10/2016

Brusque, 07 de outubro de 2016.

FABIANA AMÁLIA DALCASTAGNÉ

Diretora Presidente

SAMAE

RESOLUÇÃO Nº 03/2016 - COMED

RESOLUÇÃO 03/2016/COMED de 13 de setembro de 2016

Dispõe sobre as câmaras de trabalho.

O Conselho Municipal de Educação de Brusque, em reunião ordinária realizada no dia 13 de setembro de 2016, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Lei nº. 2312/98, na Lei nº. 2420/2000 e Lei nº. 3048/2007 que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino.

CONSIDERANDO:

A Lei nº 2.312/1998, 2.424/2000 e nº 3.114/2008 Art. 5º 1 - Câmara de Educação Infantil; 2 - Câmara de Ensino Fundamental (1º ao 9º ano); (Redação dada pela Lei nº 3114/2008); 3 - Câmara de Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos. (Redação dada pela Lei nº2424/2000)

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros das câmaras de trabalho, conforme abaixo:

- 1 - Câmara de Educação Infantil;
- Valenska Suavi;
 - Emmy Venturelli Nascimento;
 - Aline Maria Heil;
 - Monica Soares;
 - Ivani Noldin;
 - Débora Regina Benvenuti;
 - Aline Djulei Monguilhot Machado;

2 - Câmara de Ensino Fundamental (1º ao 9º ano);

- Luciene Mara do Nascimento Ribeiro;
- Solange Aparecida Zancanaro Opermann Moura;
- Kelle Cristina Leite Henschel;
- Ana Carolina da Conceição;
- Otto Hermann Grimm;
- Luciene Amparo de Souza;
- Clarice Kohler;

3 - Câmara de Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos. (Redação dada pela Lei nº2424/2000).

- Clarice Kohler;
- Ana Maria Rodrigues Heckert;
- Ivani Noldin;
- Débora Regina Benvenuti ;

Brusque, 13 de setembro de 2016

MONICA SOARES

Presidente Conselho Municipal De Educação

Caçador

PREFEITURA

13º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 87 – 2013 – PREFEITURA

13º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 87 – 2013 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2013, TRANSPORTE ESCOLAR, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, CONTRATADA: AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.060.327/0001-86, com sede na Rua Capitulino de Moraes, nº 110, nesta cidade de Caçador/ SC, Este aditivo contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato Administrativo nº 87/2013, datado em 23 de Outubro de 2013, O presente Aditivo tem o prazo de validade para o período de 12 (doze) meses, contados a partir data de assinatura, ou seja, 24 de outubro de 2016 e findando dia 25 de outubro de 2017, As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

1º ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49 – 2016 – PREFEITURA

1º ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49 – 2016 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016, RECOMPOSIÇÃO DE PREÇOS, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS, PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENTIDADES FILANTRÓPICAS, empresa CLAUDIO TRIBESS - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.395.380/0001-60, com sede na cidade de Caçador, SC, O preço certo e ajustado para o Item 01 – BANANA CATURA, passa a ser R\$ 2,20 (dois reais e vinte centavos) por KG, correspondente à recomposição de 222,23%, aplicando-se sobre o saldo remanescente, As demais cláusulas constantes na Ata principal, geradora desta, permanecem inalteradas e continuam vigendo em sua integralidade

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12 – 2016 - PREFEITURA

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12 – 2016 - PREFEITURA
PROCESSO LICITATÓRIO - TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2016, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE ACESSO AO LOTEAMENTO NOSSA SENHORA SALETE COM ÁREA DE 2.243,00M², PRORROGA PRAZO POR 90 DIAS, CONTRATADA: QUALIDADE CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.820.854/0001-14, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 12/2016 datado de 25 de fevereiro de 2016, O prazo de vigência do Aditivo para a execução dos serviços, que passa a vigorar é de 90 (noventa) dias, iniciando em 01 de setembro de 2016 e findando em 02 de dezembro de 2016, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 31 – 2011 – PREFEITURA

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 31 – 2011 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2011 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2011, PRORROGAÇÃO DE PRAZO – TRÊS MESES, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE DATA CENTER, ACESSO REMOTO DE TERMINAL SERVICE COM HOSPEDAGEM DE ARQUIVOS, CONTRATADA: HBINFO PROVEDOR LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.629.567/0001-45, com sede no Município de Fraiburgo, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 31/2011, O preço certo para a totalidade do presente contrato é de R\$ 37.263,60 (trinta e sete mil, duzentos e sessenta e três reais e sessenta centavos), O prazo de vigência do presente instrumento é de 03 (três) meses contados do dia 02 de agosto de 2016 e findando no dia 01 de novembro de 2016, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade, inclusive quanto ao valor a ser pago mensalmente.

6º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 88 – 2013 – PREFEITURA

6º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 88 – 2013 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2013, TRANSPORTE ESCOLAR, PRORROGAÇÃO DE PRAZO, CONTRATADA: ALAIANE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.484.188/0001-04, com sede na cidade de Macieira/SC, Este aditivo contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato Administrativo nº 88/2013, datado em 23 de Outubro de 2013, O presente Aditivo tem o prazo de validade para o período de 12 (doze) meses, contados a partir data de assinatura, ou seja, 24 de outubro de 2016 e findando dia 25 de outubro de 2017, O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Aditivo será de R\$ 81.849,65 (oitenta e um mil, oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta e cinco centavos, As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08 – 2016 – FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08 – 2016 – FMAS, PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA COMPOR KIT DE HIGIENE DESTINADOS A CASA DE PASAGEM, empresa SUPERMERCADOS CEREAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.054.924/0001-06, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	63409 - Escova dental adulto, cerdas em nylon, media / macia, com 4 fileiras de tufo, contendo 34 tufo de cerdas, aparadas uniformemente e arredondadas na mesma altura; cabo reto, anatômico, resistente medindo aprox. 17 cm, com empunhadura, com embalagem. JADEFROG	UN	250	1,87	467,50
2	63410 - Creme dental com flúor e cálcio, contendo 50g. FREEDENT	UN	250	2,30	575,00
3	63411 - Fio dental em poliamida com 25 metros, cera e aroma.	UN	250	2,25	562,50
4	63412 - Sabonete, em tablete uso adulto, de fragrância suave, embalado individualmente. O sabonete deverá possuir grande poder espumante, ser cremoso o suficiente para não desenvolver rachaduras ao longo do tempo de sua utilização, formar o mínimo de massa gelatinosa que leva ao seu amolecimento precoce e não causar irritabilidade dérmica. Embalagem: pacote com 01 unidade de 20g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde. SENSUS	UN	500	0,81	405,00
5	63413 - Haste flexível (cotonetes) em propileno, com algodão hidrófilo nas extremidades, cx c/ 75 unidades. MILI	UN	250	2,86	715,00
6	63414 - Pente em plástico rígido para cabelo, dentes largos, tamanho 20 cm, com cabo.	UN	200	4,15	830,00
7	63415 - Cortador de unha tipo profissional, em metal aço inoxidável 122x93x10cm aproximadamente. TRIM	UN	100	11,26	1.126,00
8	63416 - Desodorante anti transpirante, com aproximadamente 55gramas, neutro, em creme, sem perfume composto por: água desmineralizada, propilenoglicol, triclosan, metilparabeno, propilparabeno, álcool cetílico, álcool cetosteárilico etoxilado, monoestearato de glicerila e cloridroxido de alumínio. SUAVE	UN	100	6,20	620,00
9	63417 - Mini Lixa descartável para unhas, confeccionada em madeira e revestida com papel com grãos de quartzo abrasivo e adesivo anti-mofo PVA, com dois tipos de grana: grossa para desgaste e fina para acabamento. SM	UN	250	0,33	82,50
TOTAL					5.383,5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 77 - 2016 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 77 - 2016 – PREFEITURA, PROCESSO 86/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2016, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEDRAS E TUBOS DE CONCRETO DESTINADOS A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, empresa KERBER PRÉ MOLDADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.938.670/0001-30, com sede na cidade de Porto União, SC, O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
2	8	63422 - Tubos de concreto de Ø 0,30cm x 1,00m PS1 sem armação de ferro KERBER	UN	3.000	28,50	85.500,00
4	10	63424 - Tubos Ø 0,60 cm x 1,00PS1 sem armação de ferro	UN	1.000	67,449	67.449,00
						152.949,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 78 – 2016 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 78 – 2016 – PREFEITURA, PROCESSO 86/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2016, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEDRAS E TUBOS DE CONCRETO DESTINADOS A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, empresa ELIMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA- ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.077.085/0001-80, com sede na cidade de Rio das Antas, SC, O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Data Adjudicação	Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
15/09/2016	3	9	63423 - Tubos Ø 0,40 cm x 1,00m PS1 sem armação de ferro	UN	3.000	39,966	119.898,00
Total							119.898,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79 – 2016 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79 – 2016 – PREFEITURA, PROCESSO 86/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2016, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEDRAS E TUBOS DE CONCRETO DESTINADOS A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, empresa MINEROCHA CATARINENSE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o 02.720.984/0001-00, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	1	60934 - PEDRA BRITA Nº 1 MINEROCHA	TN	20.000	41,90	838.000,00
1	2	63421 - Pedra brita nº2 MINEROCHA	TN	17.000	34,90	593.300,00
1	3	2995 - PO DE PEDRA MINEROCHA	TON	15.000	47,90	718.500,00
1	4	39190 - PEDRISCO. MINEROCHA	TON	15.000	41,90	628.500,00
1	5	38666 - PEDRA PULMÃO. MINEROCHA	TON	11.000	34,90	383.900,00
1	6	38957 - BRITA GRADUADA. MINEROCHA	TON	11.000	47,90	526.900,00
1	7	40036 - BICA CORRIDA MINEROCHA	TON	20.000	34,90	698.000,00
TOTAL						4.387.100,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 80 – 2016 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 80 – 2016 – PREFEITURA, PROCESSO 86/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2016, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEDRAS E TUBOS DE CONCRETO DESTINADOS A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, empresa DERIVADOS DE CIMENTO PATO BRANCO LTDA- EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o 79.847.687/000155, com sede na cidade de Pato Branco, PR, O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
5	11	63425 - Tubos Ø 0,80 cm x 1,00 PS1 sem armação de ferro DERIVADOS PB	UN	1.000	194,00	194.000,00
6	12	63426 - Tubos Ø 100 cm s 1,00m PA1 com armação de ferro DERIVADOS PB	UN	1.000	303,00	303.000,00
7	13	63427 - Tubos 1,5 metros c/ 02 malhas x 1,00m PA2 com armação de ferro DERIVADOS PB	UN	150	560,00	84.000,00
8	14	63428 - Tubos Ø 2,0 metros com telas dupla feita com malhas de ferro DERIVADOS PB	UN	200	1.395,00	279.000,00
TOTAL						860.000,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81 – 2016 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81 – 2016 – PREFEITURA, PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2016, PROCESSO LICITATÓRIO 89/2016, REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA USINA DE ASFALTO E BRITADOR DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, empresa OD BRITADORES E TECNICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 95.863.999/0001-09, com sede na cidade de Lages, SC O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, com quantitativos e especificações técnicas estabelecidos nos termos do presente Edital;

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Desconto
1	1	63433 - MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA USINA DE ASFALTO E BRITADOR, (MECÂNICA, PINTURA, FUNELARIA, ELÉTRICA, ETC.). COM DESCONTO MÍNIMO DE 5%. VALOR MÍNIMO DE 353,33/HR	%	8%
1	2	63434 - FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS PARA USINA DE ASFALTO CIBER (MODELO UA 2 80/100, SÉRIE Nº 439,380 WOLTS) E BRITADORES PRIMÁRIO 75/45 E SECUNDÁRIO 80/20, MARCA PLANGG. COM DESCONTO MÍNIMO DE 5%	%	8%

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 22 – 2016 – FMS

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 22 – 2016 – FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016, REGISTRO DE PREÇO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA NOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E AQUISIÇÃO DE PEÇAS, empresa PEZZITRON EQUIPAMENTOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.544.507/0001-22, com sede na cidade de Videira, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Item	Material/Serviço - Marca	Unid. medida	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	52358 - PENEIRA DO SUGADOR - EQUIP. - OLSEN OLSEN	UND	20	39,21	784,20
2	45179 - CONECTOR DO SUGADOR - EQUIP. OLSEN OLSEN	UN]	10	15,54	155,40
3	45184 - SUPORTE DE PONTAS-EQUIP- OLSEN OLSEN	UN]	10	91,53	915,30
4	45189 - PALHETAS DO SUPORTE- EQUIP.-OLSEN OLSEN	UN]	10	6,07	60,70
5	45197 - VALVULA DO SUPORTE- EQUIP. OLSEN OLSEN	UN]	15	36,00	540,00
6	45204 - BORDEN COM REGISTRO- EQUIP. OLSEN OLSEN	UN]	15	77,67	1.165,05
7	63397 - TAMPA BOCAL PARA RESERVATÓRIO PET -OLSEN OLSEN	UN	15	42,47	637,05
8	45224 - MANGUEIRA CORRUGADA 1.3/4 -EQUIP-OLSEN OLSEN	MT	15	35,53	532,95
9	45225 - VALVULA DE SPRAY- EQUIP- OLSEN OLSEN	UN]	15	105,60	1.584,00
10	63398 - PROTETOR REFLETOR - EUIP. OLSEN OLSEN	UN	10	87,85	878,50
11	45174 - PENEIRA DO SUGADOR - EQUIP KAVO Kavo	UN]	20	28,70	574,00
12	45182 - CONECTOR DO SUGADOR - EQUIP. KAVO Kavo	UN]	10	26,73	267,30
13	45198 - VALVULA DO SUPORTE- EQUIP. KAVO Kavo	UN]	15	29,60	444,00
14	63399 - PROTETOR REFLETOR -EQUI. KAVO Kavo	UN	10	78,00	780,00
15	45177 - PENEIRA DO SUGADOR- EQUIP. -GNATUS GNATUS	UN]	15	24,50	367,50
16	63400 - EJETOR DO SUGADOR - EQUI. GNATUS GNATUS	UN	6	34,43	206,58
17	45180 - CONECTOR DO SUGADOR - EQUIP. GNATUS GNATUS	UN]	10	5,50	55,00
18	45187 - SUPORTE DE PONTAS-EQUIP- GNATUS GNATUS	UN]	18	9,72	174,96
19	45199 - VALVULA DO SUPORTE- EQUIP. GNATUS GNATUS	UN]	15	40,00	600,00
20	45206 - BORDEN COM REGISTRO- EQUIP. GNATUS GNATUS	UN]	15	64,00	960,00
21	45222 - MANGUEIRA CORRUGADA 1,1/2 -EQUIP-GNATUS GNATUS	MT	15	36,70	550,50
22	63401 - PROTETOR REFLETOR - EQUI. GNATUS GNATUS	UN	10	71,60	716,00
23	45209 - PEDAL PROGRESIVO KASTEC	UN]	6	132,00	792,00
24	45214 - ESPELHO DO REFLETOR KASTEC	UN]	5	254,30	1.271,50
25	45215 - RESERVATORIO PET KASTEC	UN]	20	14,35	287,00
26	45194 - LAMPADA 12V/55W OSRAM	UN]	10	26,70	267,00
27	45195 - LAMPADA 24V/150W OSRAM	UN]	10	28,16	281,60
28	45196 - LAMPADA 12V/75W OSRAM	UN]	10	78,60	786,00
29	45236 - CIRCUITO ELETRÔNICO-EQUIP-VITALE VITALE	UN]	4	603,30	2.413,20
30	45237 - RESISTÊNCIA 21L -EQUIP-VITALE VITALE	UN]	8	168,30	1.346,40
31	45238 - SENSOR-EQUIP-VITALE VITALE	UN]	5	147,70	738,50
32	45239 - MANOMETRO- EQUIP-VITALE VITALE	UN]	3	197,57	592,71

33	45240 - ANEL DE SILICONE-EQUIP.-VITALE VITALE	UN]	5	154,13	770,65
34	45673 - BOBINA SOLENOIDE VITALE	UN	6	101,95	611,70
35	45242 - VALVULA COMPLETA- EQUIP.-VITALE VITALE	UN]	6	302,64	1.815,84
36	45243 - TECLADO DE MEMBRANA-EQUIP.-VITALE VITALE	UN]	15	82,50	1.237,50
37	45244 - SELO DE SEGURANÇA-EQUIP.-VITALE VITALE	UN]	15	20,00	300,00
38	45245 - PINO DE SEGURANÇA- EQUIP.-VITALE VITALE	UN]	20	6,00	120,00
39	45246 - PINO ANTI VACOU- EQUIP.-VITALE VITALE	UN]	6	10,00	60,00
40	63403 - TERMOSTATO EQUI. VITALE VITALE	UN	10	175,98	1.759,80
41	45251 - CUBA DE ALUMÍNIO 21 LITROS -EQUIP.-VITALE VITALE	UN]	3	1.464,80	4.394,40
42	45681 - ANEL DA PORTE- EQUI. VITALE VITALE	UN	5	154,20	771,00
43	45682 - RESISTENCIA 12 LITROS - EQUI. VITALE VITALE	UN	8	131,10	1.048,80
44	45683 - MANIPULO DA PORTA- EQUI. VITALE VITALE	UN	5	192,47	962,35
45	45684 - CUBA ALUMINIO 12 LITROS - EQUI. VITALE VITALE	UN	3	1.055,00	3.165,00
46	45685 - ANEL VEDAÇÃO PLENA 21 LITROS VITALE	UN	15	154,20	2.313,00
47	45175 - PENEIRA DO SUGADOR - EQUIP DABIATLANTE DABI	UN]	20	20,60	412,00
48	45181 - CONECTOR DO SUGADOR - EQUIP. DABIATLANTE DABI	UN]	10	18,48	184,80
49	45186 - SUPORTE DE PONTAS-EQUIP- DABIATLANTE DABI	UN]	10	71,06	710,60
50	45201 - VALVULA DO SUPORTE- EQUIP. DABIATLANTE DABI	UN]	15	25,10	376,50
51	45690 - TAMPA BOCAL PARA RESERVATÓRIO PET -EQUI. DABIATLANTE DABI	UN	15	31,50	472,50
52	45208 - BORDEN COM REGISTRO- EQUIP. ODONTOMEDIC ODONTOMEDIC	UN]	15	64,00	960,00
53	45330 - VALVULA DE CONTROLE DE PRESSÃO STERMAX	UND	15	14,90	223,50
54	63404 - RESISTENCIA - EQUIP. STERMAX STERMAX	UN	6	132,15	792,90
55	63405 - PROTETOR REFLETOR - EQUI. DABI DABI	UN	10	30,80	308,00
56	45695 - KIT VALVULA SOLENOIDE 220 V-EQUIP. DANFOSS DANFOSS	UN	4	285,95	1.143,80
57	45696 - PLACA DE VALVULA COMPRESSOR GENERICO CLAUMAR	UN]	10	115,50	1.155,00
58	45697 - JOGO DE ANEIS GENERICO CLAUMAR	UN	6	61,10	366,60
59	45698 - KIT JUNTAS GENERICO CLAUMAR	UN	6	34,80	208,80
60	45171 - MANGUEIRA SILICONADA DUPLA P/ PEDAL MANGUEIRA SILICONADD DUPLA P/ PEDAL KASTEC	MT	30	11,15	334,50
61	45172 - MANGUEIRA SILICONADA TRIPLA P/ PONTAS KASTEC	MT	50	16,10	805,00
62	45173 - MANGUEIRA SILICONADA P/ SUGADOR KASTEC	MT	50	8,50	425,00
63	45702 - FILTRO DE AR-EQUIP. PNEUTECH PNEUTECH	UN	8	283,70	2.269,60

64	45703 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, A VISITA SE DARÁ UMA VEZ POR MÊS EM TODAS AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CEO E DEVERÁ ATENDER AS CHAMADAS DE URGÊNCIA.	MES	12	3.420,00	41.040,00
TOTAL					93.244,04

AVISO DE SUSPENSÃO DA ABERTURA DA PROPOSTA COMERCIAL CC 03-2015 – PREFEITURA CAÇADOR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

AVISO DE SUSPENSÃO DA ABERTURA DA PROPOSTA COMERCIAL CC 03-2015 – PREFEITURA CAÇADOR

POCESSO DE LICITAÇÃO Nº 17/2015, EDITAL: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2015, OBJETO: OUTORGA DA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, NO PERÍMETRO URBANO E DISTRITO DE TAQUARA VERDE, NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR – SC, COM BASE NO PARECER JURIDICO Nº 254/2016, A COMISSÃO ESPECIAL ATRAVES DE SEU PRESIDENTE RESOLVE SUSPENDER A ABERTURA DA PROPOSTA COMERCIAL (ENVELOPE Nº 2), E ABRE PRAZO PARA RECURSOS DE 5 (CINCO) DIAS UTEIS - Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou por e-mail: pregoeiro@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 07 de outubro de 2016.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 62 – 2016 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 62 – 2016 – PREFEITURA, PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2016, PROCESSO LICITATÓRIO 93/2016, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO DESTINADA A REALIZAÇÃO DOS JOGUINHOS ABERTOS DE SANTA CATARINA, CONTRATADA: PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 95.754.859/0010-93, com sede na cidade de Caçador/SC, O presente Contrato tem o prazo de vigência pelo período de 120 (cento e vinte) dias, conforme segue:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	63629 - Nega Maluca Recheada	UN	1	60,00	60,00
2	55802 - TOALHA FELPUDA (BOLO)	KG	1	60,00	60,00
3	63630 - Sonhos de Goiaba e Doce de Leite	UN	100	0,75	75,00
4	63631 - Cuca Requeijão	UN	1	60,00	60,00
5	63632 - Bolo Quindim	UN	1	60,00	60,00
6	63633 - Folheados de Baunilha	UN	100	0,80	80,00
7	63634 - Barquetinhas de Legumes, Ricota, Bacon	UN	100	0,75	75,00
8	63635 - Carolinas com Patê Peito de Peru	UN	100	0,75	75,00
9	63636 - Esfihas de Carne	UN	100	0,70	70,00
10	63637 - Pastéis Assados de Palmito	UN	100	0,70	70,00
11	63638 - Mini Sanduíches Chester com Queijo Minas	UN	100	0,90	90,00
12	63639 - Quiches Palmito	UN	100	0,75	75,00
13	63640 - Sanduíches (pão, margarina, presunto e queijo)	UN	900	2,75	2.475,00
14	63641 - Caixinhas de Suco	UN	900	2,50	2.250,00
15	61939 - AÇUCAR PCT C/ 5KG	PCT	15	13,00	195,00
16	63642 - Pacotes de bolacha (diversas)	UN	100	2,40	240,00
17	59940 - CAFE EM PO, EMB. COM 500 GR	PCT	10	11,50	115,00
18	59116 - ALMOÇO COM REFRIGERANTE	UN	320	20,00	6.400,00
19	63643 - Croquetes de Presunto e Queijo	UN	80	0,60	48,00
20	63644 - Pastéis Fritos de Carne	UN	100	0,60	60,00
21	63645 - Carolinas de Frango	UN	100	0,75	75,00
22	63646 - Croissant com Salpicão	UN	100	0,90	90,00
23	63647 - Carolinas de Baunilha e Doce de Leite	UN	70	0,75	52,50
24	63648 - Sonhos de Nata	UN	70	0,75	52,50
25	63649 - Caixas de Sucos Diversos Sabores	UN	12	6,00	72,00
TOTAL					12.975,00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 63 – 2016 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 63 – 2016 – PREFEITURA, PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2016, PROCESSO LICITATÓRIO 94/2016, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO DESTINADO A REALIZAÇÃO DOS JOGUINHOS ABERTOS DE SANTA CATARINA

CONTRATADA: VINICIUS RONCAGLIO-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.654.822/0001-29, com sede na cidade de Palmas/PR, O presente Contrato tem o prazo de vigência pelo período de 120 (cento e vinte) dias, iniciando com a assinatura e findando em 23 de dezembro de 2016, conforme segue:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
6	63625 - Pastas colorido, papel triplex 300g com arte final	UN	500	1,66	830,00
7	63626 - Pastas colorido papel triplex 300g com arte final	UN	300	2,14	642,00
TOTAL					1.472,00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 64 – 2016 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 64 – 2016 – PREFEITURA, PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2016, PROCESSO LICITATÓRIO 94/2016, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO DESTINADO A REALIZAÇÃO DOS JOGUINHOS ABERTOS DE SANTA CATARINA

CONTRATADA: S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA -ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.727.612/0001-34, com sede na cidade de Caçador/SC, O presente Contrato tem o prazo de vigência pelo período de 120 (cento e vinte) dias, iniciando com a assinatura e findando em 23 de dezembro de 2016, conforme segue:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	63620 - Adesivo para pôdio 35x48cm	UN	5	15,90	79,50
2	63621 - Adesivo para pôdio 66x68cm	UN	5	40,00	200,00
3	63622 - Adesivo para pôdio 64x52cm	UN	5	31,00	155,00
4	63623 - Placas em PVC 16x18cm, com furo, dois jogos de 01 a 150 com cinta	UN	300	4,50	1.350,00
5	63624 - Lonas com número 20x20cm, dois jogos de 01 a 150	UN	300	3,80	1.140,00
8	63627 - Banner em lona 4x4mts	UN	1	1.440,00	1.440,00
9	63628 - Placa 45x32 em PVC	UN	1	28,90	28,90
TOTAL					4.393,40

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 65 - 2016 - PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 65 - 2016 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO 83/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2016, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇO DE TROCA DE TELHAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL NO GINÁSIO DE ESPORTES DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO BÁSICO TABAJARA, CONTRATADA: OTIMIZZARE ENGENHARIA INDUSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.295.741/0001-59, com sede na cidade de Caçador/SC, O presente Contrato tem o prazo de vigência pelo período de 06 (seis) meses, iniciando com a assinatura e findando em 28 de março de 2017, conforme segue:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant.	Valor total (R\$)
1	62621 - Mão de Obra para troca de telhado e fornecimento de material: Telha Fiberglass 1,20mm-09 pçs c/10m Material de fixação e vedação-OTMX	M²	1	6.499,80

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 66 – 2016 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 66 – 2016 – PREFEITURA, AQUISIÇÃO DE MESAS DE TÊNIS DE MESA. DESTINADOS AOS JOGUINHOS ABERTOS DE SANTA CATARINA 2016 – A REALIZAR-SE DE 08 A 16 DE OUTUBRO 2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2016, CONTRATADA: L.A CN INFORMÁTICA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.924.851/0001-47, com sede na cidade de Campos Novos/SC, O presente Contrato tem o prazo de validade para o exercício de 2016, contados da data de assinatura do presente instrumento e findando dia 31 de dezembro de 2016, sendo:

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
7	25	63619 - Aquisição de Mesa para tênis de mesa modelo Tempest 30mm em MDF, ca-valetes de madeira sem rodas. Tâmpas independentes dentro das normas técnicas da Federação Internacional de Tênis de Mesa - ITTF. HOBBYTT	UN	5	1.298,00	6.490,00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 67 – 2016 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 67 – 2016 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2016, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SOLENIDADE DE ABERTURA DOS JOGUINHOS; LOCAÇÃO DE ARQUIBANCADAS, TENDAS, SOM, LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE GINÁSTICA E AQUISIÇÃO DE MESAS DE TÊNIS DE MESA. DESTINADOS AOS JOGUINHOS ABERTOS DE SANTA CATARINA 2016 – A REALIZAR-SE DE 08 A 16 DE OUTUBRO 2016, CONTRATADA: HB SONORIZAÇÃO E EVENTOS EIRELI- ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.448.705/0001-34, com sede na cidade de Gaspar/SC, O presente Contrato tem o prazo de validade para o exercício de 2016, contados da data de assinatura do presente instrumento e findando dia 31 de dezembro de 2016, sendo:

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	1	63594 - Solenidade de Abertura dos Juguinhos:- Som Profissional;	UN	1	8.174,375	8.174,38
1	2	63595 - Solenidade de Abertura dos Juguinhos: - Iluminação: 06 movies, 12 lâmpadas pares, 02 canhões seguidores, 1 máq. Fumaça, iluminação especial na pira olímpica;	UN	1	8.274,0625	8.274,06
1	3	63596 - Solenidade de Abertura dos Juguinhos: - Letras Indoor: "JOGUINHOS ABERTOS" com 50 cm de altura, tempo 30 segundos;	UN	1	2.990,625	2.990,62
1	4	63607 - Solenidade de Abertura dos Juguinhos:- Rastilhos Indoor: roquetes prateados com apito (next fx);	UN	1	2.990,625	2.990,62
1	5	63597 - Solenidade de Abertura dos Juguinhos: - Pira Olímpica Indoor: Gerbs 12x12" prata;	DIA	1	2.392,50	2.392,50
1	6	63598 - Solenidade de Abertura dos Juguinhos: - Tocha Olímpica: acendimento especial com rastilho e vaso de fogos;	UN	1	3.289,6875	3.289,69
1	7	63599 - Solenidade de Abertura dos Juguinhos: - Declaração de Abertura: Silver Jet 1/2 x 20;	UN	1	2.990,625	2.990,62
1	8	63600 - Solenidade de Abertura dos Juguinhos: - Telão: Telão com data show.	UN	1	797,50	797,50
5	14	63606 - Locação de Banheiro Químico com limpeza: 04 atletismo, 02 ciclismo, 02 tênis Baú.	UN	8	745,00	5.960,00
TOTAL						37.859,99

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 68 – 2016 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 68 – 2016 – PREFEITURA, LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE GINÁSTICA DESTINADOS AOS JOGUINHOS ABERTOS DE SANTA CATARINA 2016 – A REALIZAR-SE DE 08 A 16 DE OUTUBRO 2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2016, CONTRATADA: LEGO FEIRAS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.645.469/0001-00, com sede na cidade de Presidente Getúlio/SC, O presente Contrato tem o prazo de validade para o exercício de 2016, contados da data de assinatura do presente instrumento e findando dia 31 de dezembro de 2016, sendo:

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
6	15	63608 - Locação de Equipamentos de Ginástica - Solo (pista completa com medidas oficiais)	UN	1	2.000,00	2.000,00
6	16	63609 - Locação de Equipamentos de Ginástica - Cavalo com alças e com jogo oficial de colchões	UN	1	2.000,00	2.000,00
6	17	63611 - Locação de equipamentos de ginástica -Magnésio para uso na competição	UN	1	2.000,00	2.000,00
6	18	63612 - Locação de equipamentos de ginástica - Argolas com pórtico e jogo de colchões	UN	1	2.000,00	2.000,00
6	19	63613 - Locação de equipamentos de ginástica - Barra Paralela simétrica (masc.) com jogo de colchões e trampolim	UN	1	2.000,00	2.000,00
6	20	63614 - Locação de equipamentos de ginástica - Barra fixa com jogo de colchões	UN	1	2.000,00	2.000,00
6	21	63615 - Locação de equipamentos de ginástica - Trave de equilíbrio com jogo oficial de colchões de proteção, entrada e saída	UN	1	2.000,00	2.000,00
6	22	63616 - Locação de equipamentos de ginástica - Barra Paralela assimétrica (fem.) com jogo de colchões e trampolim	UN	1	2.000,00	2.000,00
6	23	63617 - Locação de equipamentos de ginástica - Mesa de salto com jogo oficial de colchões de segurança e pista de corrida	UN	1	2.000,00	2.000,00
6	24	63618 - Locação de equipamentos de ginástica - Trampolim avulso	UN	5	2.000,00	10.000,00
TOTAL						28.000,00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 69 – 2016 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 69 – 2016 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2016, LOCAÇÃO DE SOM DESTINADOS AOS JOGUINHOS ABERTOS DE SANTA CATARINA 2016, – A REALIZAR-SE DE 08 A 16 DE OUTUBRO 2016, CONTRATADA: COMUNICASOM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.799.602/0001-15, com sede na cidade de Presidente Caçador/SC, O presente Contrato tem o prazo de validade para o exercício de 2016, contados da data de assinatura do presente instrumento e findando dia 31 de dezembro de 2016, sendo:

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
4	13	63605 - Locação de Som de pequeno porte para avisos e premiações em 04 (quatro) locais de competição. COMUNICASOM	UN	8	1.856,25	14.850,00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 70 – 2016 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 70 – 2016 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2016, LOCAÇÃO DE ARQUIBANCADAS DESTINADAS AOS JOGUINHOS ABERTOS DE SANTA CATARINA 2016 – A REALIZAR-SE DE 08 A 16 DE OUTUBRO 2016, CONTRATADA: MOREIRA EVENTOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.508.406/0001-50, com sede na cidade de Presidente Palhoça/SC, O presente Contrato tem o prazo de validade para o exercício de 2016, contados da data de assinatura do presente instrumento e findando dia 31 de dezembro de 2016, sendo:

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
2	9	63601 - Locação de Arquibancadas, sendo: - Atletismo – lado 1 – 01 arquibancada coberta de 25m com 05 (cinco) degraus; PROJETO ALUMÍNIO SC	UN	1	14.950,00	14.950,00
2	10	63602 - Locação de Arquibancadas, sendo: - Atletismo – lado 2 – 01 arquibancada coberta de 25m com 05 (cinco) degraus; PROJETO ALUMÍNIO SC	UN	1	14.950,00	14.950,00
2	11	63603 - Locação de Arquibancadas, sendo:- Vôlei de areia – Quadra 1 – 01 arquibancada coberta de 12m com 05 (cinco) degraus.	UN	1	6.940,00	6.940,00
3	12	63604 - Locação de Tendões Piramidais brancas em lona, tamanho de 5m x 5m. UNILONAS	UN	8	932,50	7.460,00
TOTAL						44.300,00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 71 – 2016 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 71 – 2016 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/2016 - DISPENSA Nº 09/2016, O objeto do presente instrumento é a locação das estruturas do Clube Caçadores de Bochas, localizada na Rua São Francisco de Assis nº 45, compreendendo toda a estrutura do referido local: ginásio de esportes, cancha de bochas, pista de bolão, salão nobre, salão de festas para uso exclusivo da Contratante, destinadas a realização das competições dos Jogos Abertos de Santa Catarina no período de oito de outubro de 2016 a dezesseis de outubro de 2016, CONTRATADA/LOCADORA: CLUBE CAÇADORENSE DE BOCHAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.059.808/0001-71, com sede na rua São Francisco de Assis, nº 45, centro, na cidade de Caçador/ O preço certo e ajustado entre as partes é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para totalidade do presente contrato, O presente contrato tem vigência a partir da assinatura e findando dia 31 de outubro de 2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 72 – 2016 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 72 – 2016 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/2016 - DISPENSA Nº 09/2016, LOCAÇÃO DE ESTRUTURA DESTINADA A REALIZAÇÃO DAS COMPETIÇÕES DA MODALIDADE DE TÊNIS DOS JOGUINHOS ABERTOS DE SANTA CATARINA, CONTRATADA/LOCADORA: BAÚ EMPREENDIMENTOS ESPORTIVOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.812.935/0001-06, com sede na rua Ônio Pedrassani, nº333, centro, na cidade de Caçador, O objeto do presente instrumento é a locação das quadras de Tênis aberta e coberta da empresa Baú Empreendimentos Esportivos Ltda, localizado na Rua Ônio Pedrassani, nº 333, para uso exclusivo da Contratante, para a realização das competições dos Jogos Abertos de Santa Catarina no período de 08/10/2016 a 16/10/2016. O preço certo e ajustado entre as partes é de R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais) para totalidade do presente contrato. O presente contrato tem vigência a partir da assinatura e findando dia 31 de outubro de 2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 73 – 2016 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 73 – 2016 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2016 - INEXIGIBILIDADE Nº 09/2016, CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA PARA SOLENIDADE DE ABERTURA DOS JOGUINHOS ABERTOS DE SANTA CATARINA, CONTRATADA: DS EVENTOS E PROMOÇÕES LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 37.537.230/0001-02, com sede na cidade de Dourados/MS O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA PARA SOLENIDADE DE ABERTURA DOS JOGUINHOS ABERTOS DE SANTA CATARINA a realizar-se no período de 08/10/2016 a 16/10/2016. O preço certo e ajustado entre as partes é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) para totalidade do presente contrato. O presente contrato tem prazo, com vigência a partir da assinatura do contrato de 2016 e findando dia 31 de outubro de 2016

DECRETO Nº 6.917

DECRETO Nº 6.917, de 07 de outubro de 2016.

Suplementa dotação orçamentária, por conta de remanejamento entre despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 3.280, de 18/12/2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2016, na importância de R\$ 11.800,00 (onze mil e oitocentos reais):

5.001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

8.244.5.2.191 – BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

4.4.90.00.00 0.1.35 – Outras Transferências de Recursos FNAS - 54 (247).....R\$ 11.800,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas, no valor de R\$ 11.800,00 (onze mil e oitocentos reais), conforme segue:

5.001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

8.244.5.2.191 – BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

3.3.90.00.00 0.1.35 – Outras Transferências de Recursos FNAS - 54 (245).....R\$ 11.800,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 07 de outubro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 311

LEI COMPLEMENTAR Nº 311, de 22 de setembro de 2016.

Altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 11 de 2000, que autoriza a criação do Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Caçador – FAMPEC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º A Lei Complementar nº 11, de 16 de dezembro de 2000, que autoriza a criação do Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Caçador – FAMPEC, e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Fica criado o FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR - FAMPEC, destinado ao atendimento médico, hospitalar e laboratorial dos servidores públicos efetivos da administração direta e indireta do Município de Caçador, regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e pelo Estatuto do Magistério Público Municipal.” (NR)

“Art. 2º

I – promover o bem-estar físico de seus participantes e beneficiários;” (NR)

“Art. 6º

§ 2º A co-participação para tais dependentes será de 40% (quarenta por cento) das despesas realizadas com seus atendimentos, conforme tabela adotada pelo FAMPEC.” (NR)

“Art. 10.

§ 3º Os casos não previstos nesta Lei serão avaliados pelo Conselho Diretor, por meio de requerimento devidamente protocolizado, que será respondido no prazo de dez dias úteis, podendo ser prorrogado por igual prazo.” (NR)

“Art. 12.

I -

VI - alimentação de acompanhante.” (NR)

“Art. 15. O usuário participante ou dependente terá direito a 01 (uma) consulta mensal. (NR)

§ 1º Revogado.”

“Art. 16. Durante o período de gestação, a participante ou dependente, poderá realizar um exame ultrassonográfico ou outro especializado, excetuando-se os casos de comprovada gravidade, justificada por laudo circunstanciado, quando o FAMPEC autorizará exames adicionais. (NR)

“Art. 17. Revogado.

I – revogado;
II – revogado;
III – revogado.”

“Art. 18. Nos serviços prestados pelo FAMPEC, o usuário cooperará com 40% (quarenta por cento) sobre o valor total das despesas realizadas, sendo autorizada a cobrança integral dos atendimentos realizados além dos números estabelecidos em lei.” (NR)

“Art. 19.

§ 1º Em caso afirmativo, o Departamento de Recursos Humanos procederá o desconto do valor total do débito na rescisão, revertendo o respectivo valor para a conta do FAMPEC. Quando houver débito remanescente, o servidor desligado ou seus herdeiros deverão complementar o valor, podendo, o valor excedente ser parcelado, e, no caso de pensionistas, será descontado de sua remuneração mensal, no mesmo percentual de 20% (vinte por cento) do total da remuneração, até a liquidação total do débito. Não havendo a quitação do débito por parte dos herdeiros, o valor será inscrito em dívida ativa no Município, e, se necessário, em caso de falecimento, o FAMPEC poderá se habilitar no inventário.” (NR)

“Art. 20. Os recursos financeiros para a concessão dos benefícios previstos nesta Lei, serão provenientes das contribuições obrigatórias, dos servidores que optarem, calculadas sobre as remunerações constantes nas respectivas folhas de pagamento dos titulares, inclusive após a aposentadoria, no percentual de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para o titular, acrescido de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) para cada dependente.” (NR)

“Art. 23. O FAMPEC destina-se à cobertura de despesas provenientes da assistência médica, hospitalar e laboratorial dos participantes e de seus respectivos dependentes.” (NR)

“Art. 42. O Conselho Diretor reunir-se-á ordinariamente uma vez por bimestre, e, extraordinariamente, sempre que convocado.” (NR)

“Art. 43. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros e seus respectivos suplentes, eleitos pelos Servidores Públicos Municipais, participantes do FAMPEC, em Assembleia convocada pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, que regulamentará a forma de votação e escolha e comunicará ao FAMPEC os membros eleitos.” (NR)

“Art. 44. O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição e recondução por tão somente igual período.

Parágrafo único. As reuniões do Conselho Fiscal serão promovidas bimestralmente.” (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a contar de 1º de setembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de setembro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.316

PORTARIA Nº 27.316, de 30 de setembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, e art. 60, I, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, ocupantes de cargos efetivos, de contrato temporário e emprego público, lotados nas diversas Secretarias Municipais, licença para tratamento de saúde, especificando código, nome do servidor, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

I – LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EFETIVOS:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Período – A Contar de:
620	Ana Lucia Abdalla Ricardo	Psicólogo 20hs	12 dias	08/09/2016 a 19/09/2016
5063	Andre Augusto Carneiro	Operador Usina Asfalto	15 dias	19/09/2016 a 03/10/2016
2506	Celso Oliveira da Silva	Auxiliar Serv. Agrícolas e Flor.	60 dias	01/09/2016 a 30/10/2016
831	Clarice Abrão	Atendente de Enfermagem	30 dias	15/09/2016 a 14/10/2016
364	Delma Leticia Dri Ficagna	Auxiliar de Enfermagem	14 dias	24/09/2016 a 07/10/2016
9384	Dinamar Aparecida Gomes	Enfermeiro 35 hs	Indeterminado ou até perícia médica	15/09/2016
10448	Edite da Silva Bigas	Merendeira Escolar	07 dias	01/09/2016 a 07/09/2016
14087	Jaisson Augusto Cruz Martins	Operador de Estação Aeronáutica	30 dias	02/09/2016 a 01/10/2016
3276	Joceli Cristiane Martins	Operador Auditoria de Contas Públicas	28 dias	02/09/2016 a 29/09/2016
10806	Joseleia Ribeiro	Auxiliar de Administração	04 dias	20/09/2016 a 23/09/2016
12845	Laisa Regina Chaves Schmitt dos Santos	Psicólogo 35hs	15 dias	26/09/2016 a 10/10/2016
1307	Laura Henrique de Andrade	Auxiliar de Serviços Gerais	18 dias	12/09/2016 a 29/09/2016
5635	Luciane Caregnato	Odontólogo	11 dias	12/09/2016 a 22/09/2016
624	Mardionice Helena Paris	Auxiliar de Secretário	60 dias	09/09/2016 a 07/11/2016
3273	Maria Estela Cavichioli	Auxiliar de Enfermagem	120 dias	02/09/2016 a 30/12/2016
1318	Maria Geni Huçulak	Servente Educação	05 dias	01/09/2016 a 05/09/2016
9615	Marilene Lima Fagundes	Auxiliar de Serviços Gerais	36 dias	01/09/2016 a 06/10/2016
10765	Marinez Aparecida Bertotto	Auxiliar de Serviços Gerais	90 dias	01/09/2016 a 29/11/2016
10816	Marjuri Paula Sgarbossa Bon	Enfermeiro 35 hs	05 dias	08/09/2016; 14/09/2016; 16/09/2016; 27/09/2016; 29/09/2016
247	Orlando Nivaldo da Silva	Auxiliar Serviços Gerais	04 dias	20/09/2016 a 23/09/2016
1101	Rejane Mara Sorgatto	Odontólogo	04 dias	08/09/2016; 12/09/2016 a 14/09/2016
1293	Rosani de Fatima Sabini	Auxiliar de Serviços Gerais	60 dias	01/09/2016 a 30/10/2016
918	Samuel Flores Alves	Encanador	90 dias	01/09/2016 a 29/11/2016
9197	Simone Aparecida Gonçalves Correa	Auxiliar de Serviços Gerais	22 dias	05/09/2016 a 26/09/2016
3265	Valdicleia Aparecida Ferreira	Psicólogo 35hs	180 dias	01/09/2016 a 27/02/2017
8586	Valdomiro Rodrigues de Oliveira	Auxiliar Serviços Obras Públicas	35 dias	15/09/2016 a 28/09/2016; 29/09/2016 a 20/10/2016
103	João Basilio Cordeiro	Operador de Fábrica de Tubos - Fundema	04 dias	30/09/2016 a 03/10/2016
34	Lais Souza de Moraes	Professor Educação Física 40 hs - FMEC	15 dias	01/09/2016 a 15/09/2016
7668	Lilian Eger Pontes	Monitor Instrumental – FMC	45 dias	10/09/2016 a 24/10/2016

II – LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ACTs, EMPREGO PÚBLICO:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Período – A Contar de:
14035	Andreia Schuler da Silva	Agente Comunitário de Saúde	04 dias	06/09/2016; 09/09/2016; 20/09/2016; 26/09/2016
13524	Franciele Carline Zenaro	Enfermeiro – ESF	09 dias	05/09/2016 a 06/09/2016; 08/09/2016 a 09/09/2016; 26/09/2016 a 30/09/2016
13585	Susileide Daniele Rodrigues Putti	Odontólogo – ESF	04 dias	14/09/2016 a 15/09/2016; 19/09/2016 a 20/09/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de setembro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.322

PORTARIA Nº 27.322, de 30 de setembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados nas diversas Secretarias/Órgãos Municipais, ascensão de nível por tempo de serviço, dentro do plano de carreira, especificando código, nome, cargo e nível ascendido, a ser pago a partir do mês de setembro de 2016:

Código	Nome	Cargo	Nível Ascendido
8628	Angela Knebel	Agente Mun. Segurança e Trânsito	Nível IV
1206	Davi Ribeiro	Auxiliar Serviços Agric. Florestais	Nível IX
10766	Edina Ferreira Lopes	Auxiliar de Enfermagem	Nível II
874	Elizabete de Liz Leite	Auxiliar de Serviços Gerais	Nível VIII
15	Emerson Schmidt	Engenheiro Civil	Nível VI
7740	Eunice Linhares Fleck	Assistente Social	Nível IV
12763	Gecione Correa Garcia	Fiscal Tributalista	Nível I
3277	Gizele A. Bonassa Mandelli	Fiscal de Obras e Posturas	Nível VII
10461	Miriam Ficagna	Auxiliar em Saúde Bucal	Nível II
9487	Nilso José Godinho	Auxiliar de Serviços Gerais	Nível II
3381	Odair Rebelo do Nascimento	Eletricista	Nível VI
1993	Parcival Antonio Pinzigher	Motorista Caminhão	Nível VIII

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de setembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.322

PORTARIA Nº 27.322, de 30 de setembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados nas diversas Secretarias/Órgãos Municipais, ascensão de nível por tempo de serviço, dentro do plano de carreira, especificando código, nome, cargo e nível ascendido, a ser pago a partir do mês de setembro de 2016:

Código	Nome	Cargo	Nível Ascendido
8628	Angela Knebel	Agente Mun. Segurança e Trânsito	Nível IV
1206	Davi Ribeiro	Auxiliar Serviços Agric. Florestais	Nível IX
10766	Edina Ferreira Lopes	Auxiliar de Enfermagem	Nível II
874	Elizabete de Liz Leite	Auxiliar de Serviços Gerais	Nível VIII
15	Emerson Schmidt	Engenheiro Civil	Nível VI
7740	Eunice Linhares Fleck	Assistente Social	Nível IV
12763	Gecione Correa Garcia	Fiscal Tributalista	Nível I
3277	Gizele A. Bonassa Mandelli	Fiscal de Obras e Posturas	Nível VII
10461	Miriam Ficagna	Auxiliar em Saúde Bucal	Nível II
9487	Nilso José Godinho	Auxiliar de Serviços Gerais	Nível II
3381	Odair Rebelo do Nascimento	Eletricista	Nível VI
1993	Parcival Antonio Pinzigher	Motorista Caminhão	Nível VIII

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de setembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.333

PORTARIA Nº 27.333, de 03 de outubro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na alínea "b", inciso III, do art. 73, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, Licença para ausentar-se do serviço (nojo), pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e data do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias Afastamento	Data do Óbito
10477	Viviane Kuster	Auxiliar em Saúde Bucal	08	26/09/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de outubro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.340

PORTARIA Nº 27.340, de 07 de outubro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública,

RESOLVE:

NOMEAR o cidadão OCIMAR CALISTO DE OLIVEIRA, para o cargo em comissão de Assessor para Assuntos Administrativos, do Grupo de Cargos em Comissão, referência CC-4, da Secretaria Municipal da Saúde, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a partir de 07 de outubro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 07 de outubro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.341

PORTARIA Nº 27.341, de 07 de outubro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública,

RESOLVE:

NOMEAR a cidadã FABIANA LIMA DOS SANTOS MATTIA, para o cargo em comissão de Assessor do Secretário da Administração, do Grupo de Cargos em Comissão, referência CC-4, do Poder Executivo Municipal, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a partir de 07 de outubro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 07 de outubro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.342

PORTARIA Nº 27.342, de 07 de outubro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, Licença Prêmio a que faz jus, especificando código, nome, cargo, secretaria/órgão de lotação, período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Órgão	Período de Aquisição	Período de gozo
1793	Cicero Brasil Moreira	Motorista Caminhão	Fundema	03/05/2005 a 03/05/2010	05/10/2016 a 03/11/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 07 de outubro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

RESOLUÇÃO 17 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 17/2016, de 27 de setembro de 2016.

Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno da Casa Lar São José.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.869, de 22 de dezembro de 2011, nos Artigos. 1º e 4º, e em consonância com a Lei federal nº 8.742/93 e suas alterações;

CONSIDERANDO cópia recebida do Regimento Interno Casa Lar São José, Setembro/2016.

CONSIDERANDO o Parecer 03/2016 da comissão de legislação do CMAS.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária do CMAS, realizada no dia vinte e sete de setembro de 2016, Ata nº 270.

Resolve:

Art. 1º. Aprovar o Regimento Interno da Casa Lar São José.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 27 de setembro de 2016.

Arlete Torrezan

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

RESOLUÇÃO 18 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 18/2016, de 27 de setembro de 2016.

Dispõe sobre a adesão/solicitação de implantação SIPIA SINASE- Meio Aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade).

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.869, de 22 de dezembro de 2011, nos Artigos. 1º e 4º, e em consonância com a Lei federal nº 8.742/93 e suas alterações;

CONSIDERANDO o e-mail recebido em 13 de setembro de 2016 da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação/SIPIA SINASE Meio Aberto.

CONSIDERANDO o instrumental de adesão/solicitação de implantação SIPIA SINASE- Meio Aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade).

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária do CMAS, realizada no dia vinte e sete de setembro de 2016, Ata nº 270.

Resolve:

Art. 1º. Aprovar a adesão/solicitação de implantação SIPIA SINASE- Meio Aberto (Liberdade Assistida- LA e Prestação de Serviço à Comunidade- PSC).

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 27 de setembro de 2016.

Arlete Torrezan

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 075, DE 05 DE OUTUBRO DE 2016

PORTARIA nº 075, de 05 de outubro de 2016.

Contrata temporariamente Analista de RH, Licitações e Compras da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 45, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 16, VIII do Regimento Interno da Câmara Municipal

RESOLVE:

Art. 1º Contratar temporariamente VANDERLEY JOSE BOLFE, para o cargo de provimento efetivo de Analista de RH, Licitações e Compras da Câmara Municipal de Caçador, Nível CPES 1040, com carga horária de 35 horas semanais e vencimentos no valor de R\$ R\$5.823,74 (cinco mil, oitocentos e vinte e três reais e setenta e quatro centavos), conforme Anexo I da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 05 de outubro de 2016.

Valmor de Paula,
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,
VICE-PRESIDENTE

Glaci Ap. Cardoso dos Santos
1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira
2º SECRETÁRIO.

PORTARIA Nº 76, DE 05 DE OUTUBRO DE 2016

PORTARIA nº 76, de 05 de outubro de 2016.

Atribui função de confiança gratificada a servidor integrante do quadro efetivo da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 45, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e com fundamento nos arts. 11, 12, 13 e 33, IV da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, CONSIDERANDO que além dos serviços de assistência legislativa inerentes ao cargo ocupado pelo servidor o mesmo vem atuando como assistente nas atividades próprias dos setores de RH e Licitação.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR ao servidor DANIEL HEBERLE, ocupante do cargo de Assistente Legislativo da Câmara Municipal de Caçador, Nível CPEA 3020, conforme Anexos I e I-A do Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos da Câmara Municipal de Caçador para, além das funções do seu cargo, assumir como assistente nos setores de RH e Licitação da Câmara Municipal de Caçador.

Art. 2º ATRIBUIR função de confiança gratificada no percentual de 30% (trinta por cento) sobre os vencimentos do servidor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, em 05 de outubro de 2016.

Valmor de Paula,
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida Cardoso dos Santos
1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira
2º SECRETÁRIO.

Camboriú

PREFEITURA

DECRETO N.º 3.144/2016

DECRETO N.º 3.144/2016

Dispõe sobre a adoção de medidas administrativas para contenção de despesas do Município de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Federal n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), estabelece o princípio do equilíbrio das contas públicas;

CONSIDERANDO que o término do mandato da Chefe do Poder Executivo ocorrerá no dia 31/12/2016 e, para tanto, é necessário o encerramento das contas públicas;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar as despesas do Município de Camboriú à programação financeira de entrada de receitas para o corrente exercício;

CONSIDERANDO ser imperativo estabelecer medidas visando à redução do custo administrativo, assegurando, todavia, o funcionamento contínuo dos serviços essenciais do Município;

CONSIDERANDO ser imperioso assegurar a boa gestão dos recursos públicos municipais;

CONSIDERANDO o constante atraso nos repasses referentes à distribuição de valores pelo Governo Federal e Estadual;

CONSIDERANDO a significativa queda de arrecadação do Município de Camboriú no exercício de 2016;

CONSIDERANDO que a adoção de novo horário, em turno único, contribui para a redução das despesas com a manutenção e o custeio dos serviços realizados pelo Município, sem perda de produtividade;

CONSIDERANDO que ainda existem órgãos públicos exercendo suas atividades em dois turnos;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido novo horário de funcionamento das repartições públicas da administração direta e indireta do Município de Camboriú a partir do dia 10 de outubro de 2016, em turno único, que será das 12h (doze horas) às 18h (dezoito horas), de segunda-feira a sexta-feira.

Parágrafo único. Ficam excluídos do novo horário estabelecido no artigo 1º deste Decreto, em razão da natureza dos serviços prestados, os seguintes órgãos e serviços municipais:

I - Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Saneamento Básico - SESB, que funcionarão das 07h (sete horas) às 13h (treze horas);

II - Unidades de Saúde, que funcionarão em dois turnos, das 07h30min (sete horas e trinta minutos) às 12h (doze horas) e das 13h30min (treze horas e trinta minutos) às 17h (dezessete horas);

III - Policlínica Central, que funcionará em turno único, das 07h (sete horas) às 00h (zero hora);

IV - Unidade de Saúde do Bairro Tabuleiro, das 07h30min (sete horas e trinta minutos) às 12h (doze horas), das 13h30min (treze horas e trinta minutos) às 23h (vinte e três horas);

V - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, que funcionará em sistema de plantão de 24h (vinte e quatro horas), junto à Unidade de Saúde do Bairro Tabuleiro;

VI - Centro de Fisioterapia - CERFIS, Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, bem como agendamento de consultas e exames, que funcionarão em turno único, das 07h (sete horas) às 19h (dezenove horas);

VII - Centro de Diagnóstico e Tratamento - CEDIT, que funcionará das 12h (doze horas) às 18h (dezoito horas);

VIII - Escolas Básicas Municipais, que funcionarão em dois turnos, das 07h45min (sete horas e quarenta e cinco minutos) às 11h45min (onze horas e quarenta e cinco minutos) e das 13h15min (treze horas e quinze minutos) às 17h15min (dezessete horas e quinze minutos);

IX - Centros de Educação Infantil Municipal, que funcionarão em turno único, das 07h (sete horas) às 19h (dezenove horas).

Art. 2º Ficam determinadas as seguintes ações para a contenção de despesas de custeio do Município de Camboriú:

I - proibição de realização de horas-extras, com exceção dos serviços de urgência e emergência desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde;

II - redução das funções gratificadas;

III - exoneração de parte dos servidores ocupantes de cargos comissionados;

IV - rescisão de parte dos contratos de estágio.

§ 1º O não cumprimento das ações elencadas no presente artigo acarretará na responsabilidade pessoal do titular do órgão responsável pelo ato.

§ 2º Não serão aplicadas as ações deste artigo para as despesas oriundas de recursos vinculados.

Art. 3º Fica revogado o Decreto Municipal n.º 2.083/2015.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 06 de outubro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Igor de Oliveira Pinho
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 3.145/2016

DECRETO N.º 3.145/2016

Institui a Comissão de Transição de Governo do Município de Camboriú.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pelo artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO que o término do mandato da Chefe do Poder Executivo ocorrerá no dia 31/12/2016;

CONSIDERANDO a necessidade e o interesse público em realizar a transição de governo da atual Administração para a próxima equipe de governo que assumirá as atividades no dia 1º/01/2017;

CONSIDERANDO que a transição de governo é o processo institucionalizado que importa na passagem do comando político de um mandatário para outro, com objetivo de assegurar a este o recebimento de informações e dados necessários ao exercício da função ao tomar posse;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Transição de Governo do Município de Camboriú, a qual será composta pelos seguintes membros:

I - Felipe Bittencourt Wolfram – Presidente;

II - Kaita Helen Testoni;

III - Jucélia Terezinha Coppi;

IV - Renata Pereira;

V - Gilmar da Silva;

VI - Maria Gorete da Costa Assi.

Parágrafo único. Os integrantes da Comissão de que trata este Decreto exercerão suas atividades sem remuneração, sendo os serviços prestados considerados de interesse público.

Art. 2º A Comissão de Transição de Governo se reunirá na sala de licitações do Paço Municipal, localizado na Rua Getúlio Vargas, n.º 77, Centro, Camboriú/SC, no período de 12/12/2016 a 15/12/2016, das 14h (catorze horas) às 17h (dezessete horas), com o objetivo de transferir informações indispensáveis à preparação dos atos de administração do novo Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 06 de outubro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Igor de Oliveira Pinho
Secretário M. de Administração

Campo Alegre

PREFEITURA

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 051/2016

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 051/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADO: DOUGLAS HENRIQUE GOLOX, no Cargo Público de Médico IV exercendo a Função de Médico Plantonista, portador do CPF/MF nº 581.546.559-34, residente domiciliado na Rua José de Alencar, nº 1214, Alto da Rua XV, Município de Curitiba/PR.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII e IX Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002. Contratação Temporária devido à substituição da Servidora Pública Municipal ocupante do Cargo Público exercendo a Função de Médico IV – Plantonista Juliana Süssembach Krauss, Matrícula Funcional nº 000849, Registro de Sistema sob nº 955548, que se encontra em licença maternidade conforme ofício expedido pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social nº 164/2016.

PRAZO: Início: 10 de outubro de 2016;
Término: 26 de dezembro de 2016.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 43,33 (quarenta e três reais, trinta e três centavos) por hora, além de 50% (cincoenta por cento) = R\$ 21,66 (vinte e um reais, sessenta e seis reais) a título de Gratificação Especial Médica, adicional noturno por hora efetiva mais 25% (vinte e cinco por cento), pagamento de 100% (cem por cento) de Gratificação Médica Especial para os finais de semana e feriados efetivamente trabalhados.

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 12 (doze) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste

contrato.

Assim, por estarem às partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 10 de outubro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	DOUGLAS HENRIQUE GOLOX Contratado
--	--------------------------------------

Testemunhas:

1. _____

2. _____

DECRETO Nº 10.020 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 10.020 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta: Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 374,00 (trezentos e setenta e quatro reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.107 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
309000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 374,00

Art.2º) O crédito a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.107 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
309000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339014.00.896 -	Diárias – Pessoal	R\$ 374,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
06 de outubro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 07/10/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.021 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.021 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE CHEFE DO SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Exonerar CLAUDIO DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000254, Registro no Sistema sob nº 313130, do Cargo de Chefe do Serviço de Saneamento Ambiental, Função Gratificada FG-1, a partir de 07 de outubro de 2016.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de outubro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/10/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.022 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.022 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Art. 126-A da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 067 de 24 de julho de 2009; Decreta:

Art.1º) Conceder ao Servidor Público Municipal CLAUDIO DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000254, Registro no Sistema sob nº 313130, ocupante do Cargo Público e na Função de Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, receber a Gratificação Especial do Serviço de Abastecimento de Água e Tratamento de Esgoto Sanitário, valor correspondente à 50% (cincoenta por cento) da Função Gratificada FG-1, que corresponde a R\$ 750,51 (setecentos e cinquenta reais e cinquenta e um centavos) mensais, a partir de 07 de outubro de 2016.

Parágrafo único: A Gratificação de que trata o Caput deste Artigo, será concedida durante o período em que o Servidor Público Municipal estiver exercendo suas Funções no Sistema de Abastecimento de Água e Tratamento de Esgoto Sanitário, em Regime de Sobre Aviso, sendo vedada a percepção de horas extras no período de Sobre Aviso.

Art.2º) O pagamento desta Gratificação não se incorporará à remuneração do Servidor Público Municipal e tão pouco configurará como base de incidência da alíquota de contribuição para o IPRE-CAL, sendo sua natureza transitória, devida apenas no exercício da Função Gratificada Especial.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de outubro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de outubro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/10/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.023 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.023 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CHEFE DO SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71, inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Nomear o Servidor Público Municipal ANTONIO MARCOS FRANCO, Matrícula Funcional nº 000775, Registro no Sistema sob o nº 955394, ocupante do Cargo Público e na Função de Agente Operacional IV, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, para exercer o Cargo de Chefe do Serviço de Saneamento Ambiental, percebendo o valor pecuniário de 1.501,03 (um mil, quinhentos e um reais, três centavos) mensal, Código nº 17, Função Gratificada FG-1 constante do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 067 de 24 de julho de 2009, com as atribuições definidas no Anexo IV, do Estatuto do Servidor Público Municipal, a partir de 07 de outubro de 2016.

Art.2º) O pagamento desta Função Gratificação não se incorporará à remuneração do Servidor Público Municipal e tão pouco configurará como base de incidência da alíquota de contribuição para o IPRECAL, sendo sua natureza transitória, devida apenas no exercício da Função Gratificada.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 07 de outubro de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/10/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO 117/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 117/2016

Objeto: Aquisição de 394,941 (trezentos e noventa e quatro vírgula novecentos e quarenta e um) litros de gasolina comum para os veículos da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, conforme descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial, nº 105/2015.

Dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	08.00	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras
Unidade	08.02	Serviço de Transporte e Frota
Função	26	Transporte
Subfunção	782	Transporte Rodoviário
Programa	47	Frota Municipal
Projeto	2.112	Manutenção da Frota Municipal
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo

Vigência: 07/10/2016 a 31/12/2016.

Do valor total: R\$ 1.413,89 (mil quatrocentos e treze reais e oitenta e nove centavos).

Contratada: POSTO PLANALTO LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DO CONTRATO Nº 051/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 051/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CONTRATADO: DOUGLAS HENRIQUE GOLOX

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 10 de outubro de 2016 a 26 de dezembro de 2016

AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006, de 19 de setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: MÉDICO IV - PLANTONISTA

CARGA HORÁRIA: 12 Horas Semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 43,33 (quarenta e três reais, trinta e três centavos) por hora, além de 50% (cincoenta por cento) = R\$ 21,66 (vinte e um reais, sessenta e seis reais) a título de Gratificação Especial Médica, adicional noturno por hora efetiva mais 25% (vinte e cinco por cento), pagamento de 100% (cem por cento) de Gratificação Médica Especial para os finais de semana e feriados efetivamente trabalhados.

CAMPO ALEGRE/SC., 10 de outubro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

PREGÃO 79/2016

DECISÃO EM RECURSO

(Processo Licitatório n.º 79/2016 – Pregão eletrônico)

RECORRENTE: MM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA.

RECORRIDO: Decisão da Pregoeira Municipal

Ilustríssima Secretária Municipal,

No dia 15/09/2016, esta Pregoeira proferiu o julgamento acerca das propostas apresentadas no certame acima epígrafado, tendo na oportunidade a Fernando Bacchin Agropecuária Ltda Epp, ora recorrente, manifestado em ata sua intenção de recorrer da decisão referida, alegando que a marca do larvicida apresentado não atende a formulação exigida, e tempestivamente, apresentou recurso alegando que o produto THURIMAX não atende o Edital no que se refere à CEPA SA3A ou CEPA AM65-52 que exige a descrição e requer que seja reconsiderada a decisão da pregoeira, desclassificando a empresa licitante Fernando Bacchin Agropecuária Ltda Epp.

A licitante Fernando Bacchin Agropecuária Ltda Epp apresentou as contrarrazões alegando que não há justificativa técnica para exigência da CEPA SA3A ou CEPA AM65-52, solicita a manutenção de sua proposta no Pregão Eletrônico 79/2016

O processo foi encaminhado à assessoria jurídica para análise do recurso e contrarrazões, que foi analisado, conforme abaixo transcrito:

Em face do processo licitatório sob n. 79/2016 – Pregão Eletrônico n. 79/2016, para aquisição de larvicida biológico, a empresa MM Distribuidora de Produtos Veterinários Ltda. interpôs recurso para impugnar a habilitação da empresa Fernando Bacchin Agropecuária Ltda. EPP, o que se passa ao exame em questão:

2. A empresa MM Distribuidora de Produtos Veterinários Ltda. interpôs recurso administrativo alegando, em suma, que o edital prevê a aquisição de larvicida biológico feito a partir de cristais protéicos produzidos pela bactéria BTI, bacillus thuringiensis variedade israelense, concentração de 1,2%, potência 1200 Bt UTI/MG, suspensão aquosa concentrada CEPA SA3A ou CEP AM 65-52, sendo que, quando do encerramento do pregão eletrônico, verificou que a empresa vencedora Fernando Bacchin Agropecuária Ltda. EPP ofereceu o produto Thurmax, fabricado pela empresa Vectorcontrol, que não atende às especificações técnicas do edital, vez que não especifica a CEPA do produto ofertado, requerendo, ao final, a desclassificação da proposta apresentada e, por consequência, declarar vencedora a empresa MM Distribuidora de Produtos Veterinários Ltda.

3. A empresa FBA – Fernando Bacchin Agropecuária Ltda. EPP, por sua vez, apresentou contrarrazões sustentando que não há justificativa técnica para exigência da CEPA AM 65-52 ou SA3A, sendo que o produto foi autorizado pela ANVISA e sua composição é suficiente para atender ao edital licitado. Afirma que o mesmo órgão autorizou o uso do Bti para a finalidade exigida no edital, não se podendo restringir o caráter competitivo da licitação, sob pena de direcionar o certame ao se exigir a CEPA. Destacou, ainda, que a eficácia do bacillus thuringiensis var. israelensis no controle de larvas de mosquito independe da CEPA, requerendo, por fim, que seja negado provimento ao recurso apresentado, mantendo-se a decisão prolatada.

4. O edital ora em análise, de acordo com o Anexo I, tem como objeto a aquisição de larvicida biológico com as seguintes características: Larvicida biológico feito a partir dos cristais protéicos produzidos pela bactéria BTI bacillus thuringiensis variedade israelensis, concentração de 1,2%, potência 1200 Bt UTI/MG, suspensão aquosa concentrada. CEPA SA3A ou CEPA AM65-52, Galão com 10 litros. Validade mínima de 18 meses. Com registro na ANVISA.

5. Conforme alegações apresentadas pela empresa FBA-Fernando

Bacchin Agropecuária Ltda. EPP, seu produto tem registro na AN-VISA e tem como composição: *Bacillus thuringiensis* var. *israelensis* – 1,6% (Soro-tipo H-14 com 30000 UAA), potência larvicida: 1.200 Unidades Tóxicas Internacionais (U.T.I.)/mg.

6. No entanto, não cumpre com o especificado em edital, que deixa claro a exigência de apresentar produto com CEPA AS3A ou CEPA AM65-52 para a real eficácia do produto para a finalidade que se destina.

7. Neste íterim, vale destacar o descrito no art. 40 da Lei 8.666/93, senão veja-se:

Art. 40. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;

8. Como se pode verificar, o objeto especificado está claro e não suscita dúvidas quanto às especificações a serem cumpridas pelos interessados.

9. Ademais, a própria Administração não pode descumprir as condições por ela mesma definidas no edital, de acordo com o art. 41 da Lei de Licitações:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

10. Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica opina pelo acolhimento do recurso proposto no sentido de desclassificar a empresa FBA-Fernando Bacchin Agropecuária Ltda. EPP por não cumprir com o disposto no edital.

11. Eis o nosso entendimento.

Caroline da Costa Silvério Kamaroski

OAB/PR 34.229

Assessoria Jurídica

Sendo assim, esta Pregoeira, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei n.º 10.520/2002, por todo o exposto DECIDE RECONSIDERAR sua decisão prolatada na sessão de julgamento do dia 15/09/2016, DESCLASSIFICANDO a proposta da licitante Fernando Bacchin Agropecuária Ltda Epp e JULGO VENCEDORA do presente certame a licitante MM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA com o valor unitário de R\$ 869,50 (oitocentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos).

Estando devidamente prestadas as informações, subam os autos à apreciação e julgamento pela autoridade superior, em homenagem ao §4º do Artigo 109 da Lei n.º 8.666/93, para que o recurso interposto seja conhecido e, no mérito, desprovido.

Campo Alegre/SC, 05 de outubro de 2016.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira Municipal

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO
(Processo Licitatório n.º 79/2016)

Face o exposto, DECIDO acolher o explicitado na análise da Sra. Pregoeira Municipal — que utilizo como minhas próprias razões de decidir — para conhecer do recurso interposto pela licitante MM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA e, no mérito, DAR-LHE PROVIMENTO, DESCLASSIFICANDO a proposta da licitante Fernando Bacchin Agropecuária Ltda Epp e JULGO VENCEDORA do presente certame a licitante MM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA.

Intime-se e publique-se.

Campo Alegre/SC, 05 de outubro de 2016.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Campo Erê

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS 12/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1910/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 12/2016

O Município de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO, no dia 26 de Outubro de 2016, com a entrega das propostas até às 08:30 e abertura às 09:00 do mesmo dia, para SELEÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA REALIZAÇÃO DE LEILÃO DE BENS PUBLICO ATRAVES DE SISTEMA ELETRONICO. Será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17/07/02, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/07/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis. O Edital completo e demais informações poderão ser obtidas junto ao setor de compras e licitações da Prefeitura/ telefone 0xx49 3655 3035 e no site www.campoere.sc.gov.br - Campo Erê (SC), em, 07 de Outubro de 2016. Rudimar Borcioni - PREFEITO MUNICIPAL.

Campos Novos

PREFEITURA

PREGÃO 05/2016 FUNREBOM

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE COMPRA Nº 07/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 24 de outubro de 2016 às 16:00 horas Pregão Presencial do tipo Menor Preço Por Item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE VEICULO TIPO CAMIONETE PICK UP 4X4 DIESEL CABINE DUPLA PARA USO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h30min às 18h30min diariamente.

Campos Novos, 10 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PREGÃO 42/2016

AVISO DE LICITAÇÃO.
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2016.

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 26 de outubro de 2016 às 15.00 HORAS, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL tendo como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXA E DETERGENTES PARA MANUTENÇÃO E LIMPEZA DA FROTA DE VEICULOS DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30min às 18h30 horas, diariamente.

Campos Novos, 10 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 32/2016

Portaria Nº 32/2016
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA JOELMA FRANCISCA FAÉ.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ...

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade à servidora JOELMA

FRANCISCA FAÉ, brasileira, solteira, portadora do CI nº 4.005.498 - SSP/SC, CPF nº 029.423.659-78, afastando-a do cargo efetivo de Assessora Contábil - AP - 01 da Câmara Municipal de Vereadores, a partir desta data, pelo prazo 120 (cento e vinte) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 05 de Outubro de 2016.

José Tadeu Guzatti
Presidente da Mesa

SAMAE - CAMPOS NOVOS

CONTRATO CNO Nº 42/2016

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA
CONTRATO CNO – 42/2016
TERMO DE CONTRATO

DATA DE ASSINATURA: 03 de Outubro de 2016.

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para construção de todos os elementos pertinentes ao pleno funcionamento do emissário na colonia Savóia no distrito de barra do leão.

CONTRATADA: Comercio e Transportes Bresola - EPP.

VALOR: R\$58.742,60(Cinquenta e oito mil setecentos e quarenta e dois reais e secenta centavos).

VIGENCIA: 90 dias

Campos Novos – SC, 03 de Outubro de 2016.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

LICITAÇÃO DESERTA PP 35/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA SAMAE CAMPOS NOVOS CNPJ: 83.158.105/0001-09 RUA CAETANO CARLOS, 466 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 35/2016 - PR	
	Processo Administrativo:	50/2016
	Processo de Licitação:	50/2016
	Data do Processo:	23/09/2016
		Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 20/2016 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

AQUISIÇÃO DE 01 (UM) DISPARADOR DE SOBRE CORRENTE ELETRONICO 3VT4 SIEMENS, COM REGULAGEM DE 315A À 800A A SER SUBSTITUIDO NO DISJUNTOR GERAL DA MARCA SIEMENS INSTALADO NOS 03 (TRÊS) CONJUNTOS MOTOR BOMBAS, INSTALADAS NA CAPTAÇÃO DE ÁGUA BRUTA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.

ABERTA A SESSÃO NA DATA E HORÁRIO PREVISTOS NO EDITAL E NÃO HAVENDO A PARTICIPAÇÃO DE NENHUMA LICITANTE, A COMISSÃO ENCERRA A SESSÃO COMO DESERTA.

Campos Novos, 7 de Outubro de 2016

COMISSÃO:

NEUSA APARECIDA DE LIMA	- - Pregoeiro(a)
ALEXANDRE JOSÉ BIOLCHI	- - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA	- - AUXILIAR ADMINISTRATIVO
VILMA APARECIDA CAMARGO SUSIN	- - ASSISTENTE ADMINISTRATIVA

Disponível em www.campsnovos.sc.gov.br ou www.samaecn.com.br

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2016 - ATA DE LICITAÇÃO DESERTA

ESTADO DE SANTA CATARINA SAMAE CAMPOS NOVOS CNPJ: 83.158.105/0001-09 RUA CAETANO CARLOS, 466 C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 32/2016 - PR
	Processo Administrativo: 46/2016 Processo de Licitação: 46/2016 Data do Processo: 14/09/2016

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 19/2016 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PRODUTOS, REAGENTES A SEREM UTILIZADOS NO LABORATÓRIO DA ETA DO SAMAE E BOMBAS PARA RESERVA NOS DISTRITOS DE CAMPOS NOVOS-SC.

ABERTA A SESSÃO NA DATA E HORÁRIO PREVISTOS NO EDITAL E NÃO HAVENDO A PARTICIPAÇÃO DE NENHUMA LICITANTE, A COMISSÃO ENCERRA A SESSÃO COMO DESERTA.

Campos Novos, 27 de Setembro de 2016

COMISSÃO:

NEUSA APARECIDA DE LIMA	- - Pregoeiro(a)
ALEXANDRE JOSÉ BIOLCHI	- - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA	- - AUXILIAR ADMINISTRATIVO
VILMA APARECIDA CAMARGO SUSIN	- - ASSISTENTE ADMINISTRATIVA

Disponível em www.camposnovos.sc.gov.br ou www.samaecn.com.br

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº. 259/2016

DECRETO Nº. 259/2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 da Lei 5.749 de 17/12/2015 – LOA:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2016, no valor de R\$ 7.066,37 (sete mil e sessenta e seis reais e trinta e sete centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Função 28: Encargos Especiais

Subfunção 846: Outros Encargos Especiais

Programa 3: Modernização Administrativa

Proj/Ativ. 0.003 – Precatórios e Sentenças Judiciais

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 7.066,37

Recursos 30000 – Recursos ordinários – Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 7.066,37 (sete mil e sessenta e seis reais e trinta e sete centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30000	Recursos ordinários – Superávit	7.066,37
TOTAL		7.066,37

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 20 de setembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 20/09/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 261/2016

DECRETO Nº. 261/2016

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 756,75 m² (Setecentos e cinquenta e seis metros e setenta e cinco decímetros quadrados), procedido por PEDRO PAULO RISKE, situado na Rua Feres Coury, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 1.736 e ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 20 com área de 200,00 m² e lote nº 22 com área de 556,75 m², ambos pertencentes à quadra nº 1264, conforme requerimento protocolado sob nº. 5806/2016.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de setembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/09/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 868/2016

PORTARIA Nº. 868/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora ELIZETE APARECIDA KADANAS GEVIESKI, efetiva no cargo de Pedagogo Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 27/09/2016 a 06/10/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de setembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/09/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 869/2016

PORTARIA Nº. 869/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias à servidora MARCELA DE FÁTIMA PIOTROWSKI, efetiva no cargo de Auxiliar de Gestão, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 21/09/2016 a 05/10/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de setembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/09/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 871/2016

PORTARIA Nº. 871/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora CLAUDETE APARECIDA FRANCISCO, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Saúde, no período de 05/08/2016 à 19/08/2016 e no período de 19/09/2016 à 17/11/2016, conforme Comunicação Interna nº 465/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de setembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/09/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 872/2016

PORTARIA Nº. 872/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica Prorrogado o Auxílio Doença da servidora pública municipal ANGELICA KRAILING SAMPAIO, efetiva no cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 21/09/2016 à 20/10/2016, conforme Comunicação Interna nº 466/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de setembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/09/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 874/2016

PORTARIA Nº. 874/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora ROSILENE NOGATH, efetiva no cargo de Enfermeiro, junto à Secretaria Municipal de Saúde, no período de 19/09/2016 à 25/10/2016, conforme Comunicação Interna nº 467/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de setembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/09/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 875/2016

PORTARIA Nº. 875/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora BEATRIZ DE FÁTIMA PONTES, efetiva no cargo de Educador Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 03/10/2016 a 01/11/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora EDUARDA DE MIRANDA BRANDES CARVALHO, efetiva no cargo de Psicólogo, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 03/10/2016 a 01/11/2016, conforme Requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de setembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/09/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 876/2016

PORTARIA Nº. 876/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido SUZANA SAMPAIO, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 27/09/2016, por motivo de Aposentadoria Junto ao INSS, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de setembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/09/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 877/2016

PORTARIA Nº. 877/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerado a pedido AVELINO VIEIRA JUNIOR, efetivo no cargo de Carpinteiro, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 27/09/2016, por motivo de Aposentadoria por Invalidez Junto ao INSS, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de setembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/09/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 878/2016

PORTARIA Nº. 878/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o Retorno às Atividades Funcionais da profissional DANIELE BILITZKI, contratada no cargo de Monitor de Educação Especial, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 28/09/2016, conforme Comunicação Interna nº 471/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de setembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal da Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/09/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 879/2016

PORTARIA Nº. 879/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificado o artigo 4º da Portaria nº. 320/2016, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 4º - Fica contratada a profissional CARINE BATISTA MOREIRA DOS ANJOS, na função de Professor de Anos Finais, na disciplina de Geografia, MAG I, 20 horas, 15% de regência, para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 04/04/2016 a 22/12/2016. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da Professora de Geografia Beatriz Leite Borges de Lima, a qual está em Licença Maternidade, conforme Comunicação Interna nº 090/SME/2016."

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de setembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/09/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 880/2016

PORTARIA Nº. 880/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei nº 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias ao servidor SAUL DAVID VAILATE, efetivo no cargo de Fiscal I, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 27/09/2016 a 11/10/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de setembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/09/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 881/2016

PORTARIA Nº. 881/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

EXONERAR

Art. 1º - Fica exonerado JOSÉ MARCOS CARVALHO, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 18/09/2016, por motivo de seu falecimento, conforme Comunicação Interna nº 473/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de setembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/09/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 882/2016

PORTARIA Nº. 882/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; Resolve:

CONCEDER AUXÍLIO FUNERAL

Art. 1º - Fica concedido Auxílio Funeral a Sra. DINACIR CARVALHO, pelo falecimento de seu esposo Sr. JOSÉ MARCOS CARVALHO, servidor público municipal efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, ocorrido no dia 18 de setembro de 2016, conforme Comunicação Interna nº473/DP/2016.

Parágrafo Único: O Auxílio Funeral corresponde à remuneração de 01 (um) mês, nos casos de falecimento de cônjuge, filhos, enteado ou que mantinha sob a sua guarda e por pais, quando seus dependentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de setembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/09/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 883/2016

PORTARIA Nº. 883/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o Retorno às Atividades Funcionais da profissional MARCIA MARIA MAZURKIEVICZ SCHPANSKI, efetiva no cargo de Monitor, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 29/09/2016, conforme Comunicação Interna nº 474/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de setembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/09/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 900/2016

PORTARIA Nº. 900/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

Art. 1º - Fica autorizada a averbação nos assentamentos funcionais da servidora JOVINA MARIA DOS SANTOS PACHECO CAETANO, detentora da matrícula nº 431 e do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO junto à Secretaria Municipal de Educação, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20022150.1.00031/16-0, da qual se extraiu o período de 20 (vinte) anos, 03 (três) meses e 17 (dezesete) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 901/2016

PORTARIA Nº. 901/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, no artigo 22, §1º da Lei Complementar Municipal nº 54/2016; resolve:

EXONERAR

Art. 1º - Fica exonerado JONAS DOS SANTOS LIMA, do cargo de Diretor Executivo do INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA – ICPREV, a partir de 07/10/2016, conforme Comunicação Interna nº 517/SMAFO/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 902/2016

PORTARIA Nº. 902/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, no artigo 22, §1º da Lei Complementar Municipal nº 54/2016, resolve:

**NOMEAR DIRETOR EXECUTIVO
DO INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA – ICPREV**

Art. 1º - Fica nomeado o servidor efetivo, LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO, para exercer o cargo de Diretor Executivo do INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA – ICPREV, nos termos do artigo 22, §1º da Lei Complementar Municipal nº 54/2016, a partir de 07/10/2016, conforme Comunicação Interna nº 518/SMAFO/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Fica revogada a Portaria nº645/2016 a partir da presente data.

Canoinhas/SC, 07 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 903/2016

PORTARIA Nº. 903/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei Municipal nº 2.305/1990, da Lei Municipal nº 2.830/1997 e Lei Municipal nº 3.795/2005; resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE
PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Fica nomeado JONAS DOS SANTOS LIMA, para atuar como Chefe de Gabinete, a partir de 10/10/2016, junto ao Gabinete, conforme Comunicação Interna nº 519/SMAFO/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 904/2016

PORTARIA Nº. 904/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 3.817/2005; resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE
PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Fica nomeado WANDERLEI JOSÉ DOMBROSKI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Supervisor III, a partir de 10/10/2016, exercendo as suas funções junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme Comunicação Interna nº 515/SMAFO/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA ATA DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 11/2016 (DESERTA)

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2016, MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11/2016, QUE TEM POR OBJETO CONCESSÃO DE USO REMUNERADO, POR TEMPO DETERMINADO, DE 02 (DUAS) SALAS COMERCIAIS, LOCALIZADAS NA RUA PAUL HARRYS, CENTRO - CANOINHAS, ANEXO AO TERMINAL RODOVIÁRIO, PARA IMPLANTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE RESTAURANTES OU LANCHONETES, DO TIPO MAIOR OFERTA POR ITEM.

Ao 07 (sete) dias, do mês de outubro do ano de 2016, às 14h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo César Safanelli, Sr. Cláudio H. Mathias, Cibele Nendorff Batista, nomeados pela Portaria nº 764/2016, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame, conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos, verificou-se que nenhuma empresa resolveu participar do certame, caracterizando licitação deserta. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação.

Paulo César Safanelli
Presidente

Cláudio H. Mathias
Secretário

Cibele Neudorff Batista
Membro

PUBLICAÇÃO DA ATA DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 12/2016 (DESERTA)

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2016, MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 12/2016, QUE TEM POR OBJETO CONCORRÊNCIA PARA DOAÇÃO DE ÁREA DE TERRAS, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, SITUADA NO BAIRRO PIEDADE, COM 15.000,00 M², PARA INSTALAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE INDÚSTRIA.

Ao 07 (sete) dias, do mês de outubro do ano de 2016, às 09h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo César Safanelli, Sr. Cláudio H. Mathias, Cibele Nendorff Batista, nomeados pela Portaria nº 764/2016, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame, conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos, verificou-se que nenhuma empresa resolveu participar do certame, caracterizando licitação deserta. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação.

Paulo César Safanelli
Presidente

Cláudio H. Mathias
Secretário

Cibele Neudorff Batista
Membro

**PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº
PMC 115/2016 (PRESENCIAL)**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 170/16

HOMOLOGAÇÃO: 06/10/16

CONTRATADO: IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA CONTRATAN-
TE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE METRO QUADRADO DE PIN-
TURA EM SUPERFÍCIE METÁLICA, COM FORNECIMENTO DE TODO
MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, DESTINADOS AS SE-
CRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILI-
TAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 22.995,00 (vinte e dois mil novecentos e
noventa e cinco reais)

DATA: 07/10/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

Página: 1/1

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		170/2016	Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores:			22.995,00
Licitação.....:		115/2016 - PR						
Modalidade....:		PREGÃO PRESENCIAL						
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇOS DE METRO QUADRADO DE PINTURA EM SUPERFÍCIE METÁLICA, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 1	- 311042250	- PINTURA EM SUPERFICIE METÁLICA - Unidade: M2			
12994		IRINEU COMERCIO DE TINTAS LTDA	1.500,000	0,0000	15.3300
16633		ABC & MAO DE OBRA COMERCIO DE VIDROS, CALHAS, E AC	1.500,000	0,0000	16.5000
					22.995,00
					24.750,00
					Venceu
					Perdeu
					1 *****
					2

Canoinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a) -
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	SUPLENTE -
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	MEMBRO SUPLENTE -
MARCIANO FERNANDES CORREA -	MEMBRO SUPLENTE -
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC -
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0 -

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO Nº 124/2016

DECRETO No 124, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.196, de 7 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-056	Aplicações Diretas	1058	00	R\$	50.000,00
	Total			R\$	50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na forma do quadro a seguir.

0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-053	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	50.000,00
	Total			R\$	50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 27 de setembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário Interino da Administração e Finanças

DECRETO Nº 126/2016

DECRETO No 126, DE 3 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 314.611,75 (trezentos e quatorze mil, seiscentos e onze reais e setenta e cinco centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.196, de 7 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 314.611,75 (trezentos e quatorze mil, seiscentos e onze reais e setenta e cinco centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0501.12.361.0065.2036	CONST. MANUT. CONS. AMPL. INST FÍS. ESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-198	Aplicações Diretas	1022	54	R\$	314.611,75
	Total	1022	54	R\$	314.611,75

Art. 2º Servirá de recursos para abertura do crédito de que trata o art. 1º do presente Decreto, na forma do disposto no inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei federal no 4.320, de 1964, o excesso provável de arrecadação nos meses de janeiro a dezembro do corrente exercício, no valor de R\$ 314.611,75 (trezentos e quatorze mil, seiscentos e onze reais e setenta e cinco centavos), na fonte de recursos 1.22 "Transferências de Convênios - Educação", na destinação 54 "Transferências de Convênios União" da unidade gestora Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do demonstrativo em anexo e quadro a seguir.

Demonstrativo do Excesso de Arrecadação

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Excesso de Arrecadação – Transferências de Convênios – Educação	1022	54	R\$	314.611,75
Total	1022	54	R\$	314.611,75

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 3 de outubro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário Interino da Administração e Finanças

DECRETO Nº 130/2016

DECRETO No 130 DE 7 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 8,45 (oito reais e quarenta e cinco centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.196, de 7 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 8,45 (oito reais e quarenta e cinco centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

1001.08.243.0175.2101	MANUT SERV CONVIVENCIA E FORTAL DE VINC	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-045	Aplicações Diretas	3053	00	R\$	8,45
	Total	3053	00	R\$	8,45

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, no valor de R\$ 8,45 (oito reais e quarenta e cinco centavos), na forma do quadro a seguir.

1001.08.243.0175.2101	MANUT SERV CONVIVENCIA E FORTAL DE VINC	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-046	Aplicações Diretas	3053	00	R\$	8,45
	Total	3053	00	R\$	8,45

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 7 de outubro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário Interino da Administração e Finanças

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0103/2016 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0027/2016

Processo Licitatório Nº 0103/2016

Dispensa de Licitação Nº 0027/2016

ISRAEL BONIEK GONÇALVES, Secretário de Educação, Cultura e Esportes, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de 103/2016 conforme segue:

OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos Termos da Lei 11.947/2009 a serem adquiridos dos fornecedores individuais, grupos informais e grupos formais de agricultores Familiares, destinados à elaboração da Alimentação Escolar para os alunos dos Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas Municipais do Município de Capinzal/SC, com verba FNDE/PNAE, durante o ano 2016, na forma, condições e cronograma estabelecidos no Edital de Chamamento Público Nº 003/2016.

FORNECEDOR

Item	Qdade	Un	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	300,00	KG	Aipim descascado congelado, limpo, sem sujidades, embalados em sacos plásticos de 1kg e 5kg, validade mínima de três meses e registro no órgão competente.	COPER-NOSTRA	4,54	1.362,00
2	200,00	KG	Bolacha caseira com glacê. O produto deve apresentar-se integro bem assado, com sabor e odor agradável. Embalagem com 1kg. Embalagens com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade.	COPER-NOSTRA	18,48	3.696,00

3	200,00	KG	Bolacha caseira de fubá. O produto deve apresentar-se integro bem assado, com sabor e odor agradável. Embalagem com 1kg. Embalagens com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade.	COPER-NOSTRA	14,65	2.930,00
4	200,00	KG	Bolacha caseira de manteiga. O produto deve apresentar-se integro bem assado, com sabor e odor agradável. Embalagem com 1kg. Embalagens com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade.	COPER-NOSTRA	17,98	3.596,00
5	200,00	KG	Bolacha caseira de mel e açúcar mascavo. O produto deve apresentar-se integro bem assado, com sabor e odor agradável. Embalagem com 1kg. Embalagens com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade.	COPER-NOSTRA	16,18	3.236,00
6	100,00	KG	Cuca caseira fresca sem recheio, embaladas em sacos plásticos. Embalagens com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Data de fabricação recente.	COPER-NOSTRA	9,74	974,00
7	150,00	KG	Doce de cana de açúcar, produto produzido a partir da cana de açúcar, embalagem com 750g, acondicionados em potes plásticos ou em vidros com tampa. Data de fabricação recente.	COPER-NOSTRA	8,73	1.309,50
8	400,00	KG	Farinha de milho, safra corrente. Produto obtido do grão de milho, deverão ser fabricada a partir de matérias primas são e limpas, isentas de matérias terrosas e parasitas. Não poderão estar úmidas ou rançosas, prazo de validade mínima de 90 dias. Pacote de 2 kg.	COPER-NOSTRA	3,66	1.464,00
9	286,00	LT	Iogurte sabor morango, acondicionado em sacos de 1 litro. Deverá constar na embalagem do produto, tabela de Informações Nutricionais, data de fabricação e prazo de validade. Validade mínima de 15 dias. Produto deverá estar resfriado.	COPER-NOSTRA	5,59	1.598,74
10	1.000,00	KG	Laranja Valência, de primeira, in natura, apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo; isenta de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte	COPER-NOSTRA	1,61	1.610,00
11	400,00	KG	Macarrão caseiro, tipo espaguete, integral, com ovos embalados em sacos plásticos que apresentem identificação do produto, data de fabricação e validade. Embalagens com 500g.	COPER-NOSTRA	9,67	3.868,00
12	500,00	DZ	Ovos de galinha, vermelhos, tipo 1, grandes, frescos, sem rachaduras e limpos. Embalagem fechada, com data de validade recente e aviário de origem, com registro no SIM, SIF ou CISPOA.	COPER-NOSTRA	5,69	2.845,00
13	500,00	KG	Queijo Colonial, peças com até 01 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Data de fabricação recente.	COPER-NOSTRA	23,00	11.500,00
Total						39.989,24

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
COOPERATIVA REGIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES ...	01,02,03,04,05,06,07,08,09,10,11,12 e 13.
39.989,24(trinta e nove mil novecentos e oitenta e nove reais e vinte e quatro centavos)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 11.947/2009.

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 49 - Manutenção da Merenda Escolar

Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 1 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição

Programa: 90 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Projeto/Atividade: 2.047 - Manutenção da Merenda Escolar

Elemento: 33903007000000 - Aplicacoes Diretas

Recurso: 60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 10 de outubro de 2016

ISRAEL BONIEK GONÇALVES

Secretario de Educação, Cultura e Esportes, do Município de Capinzal,

PORTARIA 868/2016

PORTARIA Nº 868, DE 04 DE OUTUBRO DE 2016

Concede Progressão por Merecimento a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Juciane Leticia Sernajotto Urbano de Moraes, matrícula nº 330663/02.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista, nível 190, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 190, referência B do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 04 de outubro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 869/2016

PORTARIA Nº 869, DE 04 DE OUTUBRO DE 2016

Concede Progressão por Merecimento a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Paulo Joaquim Gralha Bragatto, matrícula nº 406660/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutico Bioquímico, nível 156, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 156, referência E do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 04 de outubro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 870/2016

PORTARIA Nº 870, DE 04 DE OUTUBRO DE 2016

Concede Progressão por Merecimento a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Maria Cristiane Wunder, matrícula nº 171115/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 372, referência B do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 04 de outubro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 871/2016

PORTARIA Nº 871, DE 04 DE OUTUBRO DE 2016

Concede Progressão por Merecimento a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Evania Bernart Pilatti, matrícula nº 328421/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor/Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência D, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 04 de outubro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 873/2016

PORTARIA Nº 873, DE 04 DE OUTUBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 715/2016, que designou Edson Francisco Ribeiro, matrícula nº 327972/01 para responder pelo Setor de Conservação de Cemitérios e concedeu FC - 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de outubro de 2016.

Capinzal - SC, em 04 de outubro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 874/2016

PORTARIA Nº 874, DE 04 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 874/2016, Graciana Baretta, matrícula nº 310395/01, ocupante do cargo de Datilógrafo, nível 112, referência I, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de outubro de 2016

Capinzal – SC, em 04 de outubro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 875/2016

PORTARIA Nº 875, DE 05 DE OUTUBRO DE 2016

Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 129 de 12 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Noemar Gerson Luiz Valduga, matrícula nº 397571/02, no cargo de provimento em comissão de Chefe da Divisão de Controle de Estoques, nível CC – 2, conforme o anexo III-A da Lei Complementar nº 146/2012, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991, a contar de 06 de janeiro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de outubro de 2016

Capinzal – SC, em 05 de outubro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Gerson Luiz Valduga

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. Gerson Luiz Valduga, matrícula nº 397571/02, a fim de tomar posse no cargo de provimento em comissão de Chefe da Divisão de Controle de Estoques, nomeado pela Portaria nº 875, de 05 de outubro de 2016.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 05 de outubro de 2016

Empossado

Prefeito Municipal

PORTARIA 877/2016

PORTARIA Nº 877, DE 05 DE OUTUBRO DE 2016

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2808/2016, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por curso de formação educacional à servidora Jucilei Tenutti, matrícula nº 177849/01.

Art. 2º A servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 372, referência D.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em agosto de 2016.

Capinzal – SC, em 05 de outubro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

Catanduvas

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.192 DE 16 DE SETEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 2.192/2016 DE 16 DE SETEMBRO DE 2016.

“AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO CONSOLIDADO DE RECURSOS PRÓPRIOS E COSIP APURADO EM 2015 NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-Sc, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.520/15 de 08 de Dezembro de 2015, em seu Artigo 4º Inciso I e Lei Federal nº 4.320/64, (Art. 7º, I e 43, § 1º, II e § 3º).

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 229.000,00 (Duzentos e vinte e nove mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E TURISMO		
UNID. ORÇ.	0403	DIVISÃO DO ENSINO SUPERIOR		
	364	ENSINO SUPERIOR		
		Apoio ao Ensino Superior		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390)Rec. Próprios	R\$	38.000,00

ÓRGÃO	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA		
UNID. ORÇ.	0601	SERVIÇOS URBANOS		
	452	SERVIÇOS URBANOS		
		Iluminação Pública COSIP		
	108	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390)Rec. COSIP	R\$	60.000,00

ÓRGÃO	07	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
UNID. ORÇ.	0701	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
	181	POLICIAMENTO		
		Manutenção da Polícia Civil		
	100	OUT. DESPESAS CORRENTES (3390)Rec. próprios	R\$	6.000,00

ÓRGÃO	09	FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL		
UNID. ORÇ.	0901	FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL		
	482	HABITAÇÃO URBANA		
		Aquisição de Terreno e Construção de Casas Populares		
	100	DESPESAS DE CAPITAL (4490)Rec. próprios	R\$	80.000,00

ÓRGÃO	30	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNID. ORÇ.	3001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
	244	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
		Manutenção da Assistência Social Geral		
	100	DESPESAS CORRENTES (3190)Rec. próprios	R\$	45.000,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de Recursos Próprios e Cosip, resultantes do Superávit Financeiro Consolidado de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 16 de setembro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO
Resp. pela Secretaria de Administração

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 16/09/2016.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N. PL/95/2016 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA Nº PL/95/2016 de 07 de outubro de 2016.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA ESTATUTÁRIA SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI.

MONALISA RUARO, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Catanduvas, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias à Servidora Simone Vieira dos Santos De Martini, ocupante do Cargo de Técnico em Contabilidade, lotada na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores, nos dias 10/10/2016 a 24/10/2016, referente ao período aquisitivo de 16/04/2013 a 15/04/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Catanduvas (SC), 07 de outubro de 2016.

MONALISA RUARO

Presidente

Registra-se e Publica-se em 07.10.2016

Monalisa Ruaro

Presidente

Cheila Adriana Guerra Fabris

1ª Secretária

Caxambu do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 18/2016

PORTARIA N.º 018/2016.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR DA CÂMARA DE VEREADORES DE CAXAMBU DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA.

A Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO estar ao Servidor abaixo relacionado com período de férias vencida, adquirida no período:

ADILSO GARGHETTI, ocupante do cargo de Contador, com período aquisitivo:

01/11/2014 à 31/10/2015.

RESOLVE:

Art. 1.º - Conceder período de dez dias de férias ao Sr. ADILSO GARGHETTI, Servidor da Câmara Municipal de Vereadores, para gozo no período de 10/10/2016 à 19/10/2016, referente ao período respectivo.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul SC, 07 de outubro de 2016.

ELISANDRA LUCATELLI SANTIN

Presidente da Câmara

ANTONIO PRIMO ZILIOOTTO

Secretário Geral

Registra-se e publica-se

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria 368/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 368/2016

- CONSIDERANDO, apresentação do atestado Médico para Gestante;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto no art. 65 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99 e c/c o art. 2º § 1º do Decreto nº. 03/2011 de 12.01.2011,

RESOLVE

Art.1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias a Licença Maternidade da Servidora Pública, DEBORA GRACH, ocupante do cargo ACT de Professora nível I, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 07.010.2016 a 06.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 07 de outubro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria 369/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 369/2016

- CONSIDERANDO a Prorrogação da Licença Maternidade da Servidora Pública, DEBORA GRCH, através da Portaria nº. 368/2016;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado e a Lei Complementar nº. 026, de 04.05.06;

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar os efeitos da Portaria nº 271/2016, de 29.06.2016, que admite em caráter temporário DANIELA DA CRUZ, para exercer as funções do Cargo de Professora ACT – 10 horas, Nível I, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes – Divisão de Ensino, para atuar na disciplina de Artes na turma do 5º ano, no Centro Educacional de Ensino Fundamental Professor Verny Passig e nas turmas do Pré Escolar, na Unidade de Educação Infantil Maria Fuck Kreusch pelo período de 07.010.2016 a 06.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 07 de outubro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria 370/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 370/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar nº 008/99;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 2015/2016, a IZOLENE BATISTA CORREA, matriculada sob o nº 1727/01, ocupante do cargo efetivo de Agente de serviços gerais, na Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 10.10.2016 a 08.11.2016, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 07 de outubro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Chapecó

PREFEITURA

EDITAL Nº 003, DE 05 DE OUTUBRO 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Secretaria de Fazenda

Gerência de Tributos Mobiliários

EDITAL Nº 003, de 05 de outubro 2016.

O MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, SC, representado pelo Secretário de Fazenda Senhor Geralci João Ampolini, dando cumprimento ao disposto na Lei municipal n. 170/83 (Código Tributário Municipal), artigos 213, 236, 237, 250, 271, 284, 285 e 286, Lei Complementar municipal n. 113, de 18/12/2000 e regulamentos, com o fim de constituição de créditos tributários de Imposto Municipal sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN - Lei municipal n. 170/83), Taxa de Atos da Vigilância Sanitária Municipal (TAVS - Leis municipais números 3.819/98, 3.496/92 e 170/1983), Taxa de Licença para Localização e Permanência (TLLP - Lei municipal n. 170/83), Multas Fiscais (MULTA - artigos 169, I, e 169-A, I, da Lei municipal n. 170/83), Imposto sobre a Propriedade Territorial e Urbana (IPTU - Lei municipal n. 170/83 e alterações) e respectiva Taxa de Coleta de Lixo (Lei Municipal 170/83 e alterações) faz saber que os contribuintes abaixo identificados, os quais se encontram em local incerto e não sabido, são sujeitos passivos de créditos fiscais em fase de lançamento, conforme especificado abaixo:

JULCIMARA MODESTI PETRIKO-VSKI PANISSON	CNPJ: 10.171.834/0001-13. Notificação Fiscal – NF N. 6557/2015-L (ISS), do Cadastro Econômico n. 34414-1. Representante Legal: Julcimara Modesti Petrikovski Panisson, CPF 458.673.480-91.
ADRIELI ALINE BERLE	CPF: 014.218.480-23. Notificação Fiscal – NF N. 2670/2016-L (TLLP), NF N. 2669/2016-L (ISS), do Cadastro Econômico n. 49621-9.
TEREZINHA FREITAS TEIXEIRA WISOSKI	CNPJ: 12.581.452/0001-93. Notificação Fiscal – NF N. 6592/2015-L (TLLP), NF N. 6593/2015-L (TAVS) do Cadastro Econômico n. 39083-6. Representante Legal: Terezinha Freitas Teixeira Wisoski, CPF 618.863.789-91.
BAZAR ALVINO E JOSIELE LTDA ME	CNPJ: 07.646.298/0001-50. Notificação Fiscal – NF N. 1066/2016-L (TLLP), NF N. 1067/2016-L (TAVS) do Cadastro Econômico n. 33612-2. Representante Legal: Alvino de Souza, CPF: 892.520.989-68.
BRASINTAS COMERCIO DE TINTAS LTDA ME	CNPJ: 06.177.036/0001-21. Notificação Fiscal – NF N. 1224/2016-L (TLLP), NF N. 1225/2016-L (TAVS) do Cadastro Econômico n. 44231-3. Representante Legal: Vanderlei Vicente Zeni, CPF: 607.110.199-91.
TC COMUNICAÇÕES LTDA EPP	CNPJ: 85.210.482/0001-67. Notificação Fiscal – NF N. 2676/2016-L (ISS), do Cadastro Econômico n. 14243-3. Representante Legal: Rogerio de Sant'Ana, CPF: 605.250.379-34.
SPOLTI COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	CNPJ: 08.484.343/0002-61. Notificação Fiscal – NF N. 1063/2016-L (TLLP) do Cadastro Econômico n. 35126-1. Representante Legal: Lauri Saugo. CPF: 840.837.009-04.
orides ferreira pinto me	CNPJ: 07.240.028/0001-45. Notificação Fiscal – NF N. 64/2015-DA (TAVS), NF N. 642/2015-L (TLLP), NF N. 643/2015-L (TAVS) do Cadastro Econômico n. 32105-2. Representante Legal: Orides Ferreira Pinto. CPF: 767.680.319-53.
IMOBILIÁRIA BRUM EIRELI	CNPJ: 20.596.808/0001-90. Notificação Fiscal – NF N. 2224/2016-L (TLLP), NF N. 2225/2016-L (TLLP) do Cadastro Econômico n. 45586-5. Representante Legal: Adriane da Costa Brum. CPF: 032.553.579-50
BRITEZ INCORPORADORA LTDA EPP	CNPJ: 19.056.923/0001-93. Notificação Fiscal – NF N. 2195/2016-L (TLLP), NF N. 2196/2016-L (TLLP), NF N. 2197/2016-L (TLLP) do Cadastro Econômico n.43595-3. Representante Legal: Thalita Taiane da Rosa Britez, CPF: 048.393.201-95.
ATELIER E GALERIA LAVORO D ARTE LTDA	CNPJ: 04.061.135/0001-18. Notificação Fiscal – NF N. 5661/2015-L (TLLP) do Cadastro Econômico n. 24849-5. Representante Legal: Valquiria Casagrande Dal Bello. CPF: 501.432.129-15.
hcs empreendimentos imobiliários ltda	CNPJ: 17.623.401/0001-09. Notificação Fiscal – NF N. 2135/2016-L (IPTU) do Cadastro Imobiliário n. 98537. Representante Legal: Humberto Ciro Scopel. CPF: 526.303.829-15.
HB CHAPEAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME	CNPJ: 03.663.258/0001-66. Notificação Fiscal – NF N. 5659/2015-L (TLLP), NF N. 5660/2015-L (TAVS) do Cadastro Econômico n. 24118-0. Representante Legal: Marinho Hoss. CPF: 942.319.409-59.
DEJAIR AUGUSTO TIEZERINI ME	CNPJ: 79.815.254/0001-18. Notificação Fiscal – NF N. 5631/2015-L (TLLP) do Cadastro Econômico n. 6191-3. Representante Legal: Dejair Augusto Tiezerini. CPF: 179.196.730-20.
DILSE ZAMBON ME	CNPJ: 81.798.795/0001-27. Notificação Fiscal – NF N. 5637/2015-L (TLLP), NF N. 5638/2015-L (TAVS) do Cadastro Econômico n. 12096-0. Representante Legal: Dilse Zambon. CPF: 285.000.089-20
J. A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA	CNPJ: 02.412.264/0001-88. Notificação Fiscal – NF N. 6383/2015-L (ISS) do Cadastro Econômico n. 21940-1. Representante Legal: Loreno Grando. CPF: 307.888.110-53.
INDÚSTRIA DE MÓVEIS ORMAGEU LTDA ME	CNPJ: 02.241.323/0001-00. Notificação Fiscal – NF N. 3185/2016-L (TAVS), NF N. 3184/2016-L (TLLP) do Cadastro Econômico n. 21539-2. Representante Legal: Terezinha Scheneider Todeschini. CPF: 944.510.799-34.
RELOJOARIA E JOAL BONFANTE LTDA ME	CNPJ: 03.585.936/0001-10. Notificação Fiscal – NF N. 5658/2015-L (TLLP) do Cadastro Econômico n. 24117-2. Representante Legal: Rodney Schwartz Sihe. CPF: 406.132.400-49.
TUCUMÃ CONSTRUTORA LTDA	CNPJ: 20.130.745/0001-82. Notificação Fiscal – NF N. 2215/2016-L (VIVGS), NF N. 2216/2016-L (TLLP), NF N. 2217/2016-L (TAVS), NF N. 2218/2016-L (TLLP), NF N. 2219/2016-L (TAVS) do Cadastro Econômico n. 44810-9. Representante Legal: Rivelino da Silva. CPF: 935.536.179-34.
ELIANE GIARETON CARNIELETTO	CPF: 032.349.369-60. Notificação Fiscal – NF N. 5731/2015-L (TLLP), NF N. 5733/2015-L (ISS), NF N. 5734/2015-L (TAVS), NF N. 5735/2015-L (ISS), NF N. 5736/2015-L (TAVS), NF N. 5737/2015-L (ISS), NF N. 481/2016-L (TLLP), NF N. 482/2016-L (TLLP), NF N. 483/2016-L (TLLP), NF N. 484/2016-L (TLLP), NF N. 485/2016-L (ISS), NF N. 490/2016-L (ISS) do Cadastro Econômico n. 35240-3.

DIOGO BERTELLI	CPF: 960.222.720-68. Ref. Protocolo n. 18152/2015.
ZOLET IMOVEIS LTDA	CNPJ: 11.256.159/0001-98. Notificação Fiscal – NF N. 6467/2015- L (TLLP), NF N. 6468/2015-L (TLLP), NF N. 6469/2015-L (TLLP) do Cadastro Econômico n. 36347-2. Representante Legal: Marcelo Zolet. CPF: 553.391.159-68.
MARCIA CRISTINA LUNARDELLI	CNPJ: 14.591.811/0001-19. Notificação Fiscal – NF N. 6767/2015-L (TLLP), NF N. 6768/2015-L (TAVS) do Cadastro Econômico n. 40231-1. Representante Legal: Marcia Cristina Lunardelli. CPF: 682.778.659-53.
mestra construtora e incorporadora ltda me	CNPJ: 10.863.464/0001-85. Notificação Fiscal – NF N. 6397/2015-L (TLLP), NF N. 6398/2015-L (TLLP), NF N. 6399/2015-L (TLLP), NF N. 6401/2015-L (TLLP) do Cadastro Econômico n. 35683-2. Representante Legal: Joelson Lenger. CPF: 786.052.539-91.
IVONARA CARLA BORTOLETTI BELLEI	CNPJ: 20.285.283/0001-72. Ref. Protocolo n. 16541/2015.
CHEILA MARIA PEDROSO CARNIEL	CPF:862.363.269-91. T.C.F. N. 74/2015. Notificação Fiscal – NF N. 689/2016-L (ISS), NF N. 690/2016-L (TLLP), NF N. 691/2016-L (MULTA ACESSÓRIA), NF N. 692/2016-L (MULTA ACESSÓRIA), NF N. 693/2016-L (MULTA ACESSÓRIA), NF N. 694/2016-L (MULTA ACESSÓRIA) do Cadastro Econômico n. 49591-3.
KATIA MELISSA BALLESTRERI	CPF: 024.637.239-71. Notificação Fiscal – NF N. 566/2016-L (ISS), NF N. 569/2016-L (TLLP) do Cadastro Econômico n. 49852-1.
NERY DOS SANTOS BAR ME	CNPJ: 86.789.146/0001-83. Notificação Fiscal – NF N. 2687/2016-L (TLLP), NF N. 2688/2016-L (TAVS), NF N. 2689/2016-L (TLLP), NF N. 2690/2016-L (TAVS), NF N. 2691/2016-L (TLLP), NF N. 2692/2016-L (TAVS), NF N. 2693/2016-L (TLLP), NF N. 2694/2016-L (TAVS) do Cadastro Econômico n. 16995-1. Representante Legal: Nery dos Santos. CPF: 182.125.739-15.
CLAUDIA KALINCA RECHE	CPF: 022.845.499-93. Notificação Fiscal – NF N. 1950/2016-L (ISS), NF N. 1951/2016-L (TLLP) do Cadastro Econômico n. 30465-4.
BASTIÃO DOS SANTOS	CPF: 422.294.729-68. Notificação Fiscal – NF N. 3652/2014-L (IPTU) do Cadastro Imobiliário n. 53232.
DILSONIA SALETE DE ALMEIDA BARP	CNPJ: 17.256.707/0001-66. Notificação Fiscal – NF N. 6095/2014-L (TLLP), NF N. 6096/2014-L (TAVS) do Cadastro Econômico n. 41857-9.
IVONEI MICHELS	CNPJ: 18.452.662/0001-68. Notificação Fiscal – NF N. 1718/2015-L (TLLP) do Cadastro Econômico n. 43048-0. Representante Legal: Ivonei Michels. CPF: 023.788.439-92.
top ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA	CNPJ: 18.402.286/0001-05. Notificação Fiscal – NF N. 6079/2014-L (TLLP) do Cadastro Econômico n. 42949-0. Representante Legal: Solano da Rocha. CPF: 001.090.380-10.
soRVEPANE COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE SORVETE EIRELI	CNPJ: 19.038.285/0001-88. Notificação Fiscal – NF N. 6094/2014-L (TAVS) do Cadastro Econômico n.43703-4. Representante Legal: Osvete Lucia Lunardi. CPF: 549.800.979-87.

Chapecó, SC, 05 de outubro 2016.

Geralci João Ampolini
Secretário de Fazenda

EDITAL SEDUC Nº 021/2016

EDITAL SEDUC Nº 021/2016

Convoca candidatos interessados para inscrição e respectiva escolha de vagas visando à contratação de pessoal em caráter temporário para o Magistério Público Municipal no ano letivo de 2016 e apresenta correspondente Quadro de Vagas mediante Chamada Pública, conforme Edital SEDUC Nº 005/2016.

IGOR ANTONIO GIROTTO, Secretário de Educação do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014, em razão de esgotada a listagem de candidatos classificados, por área de atuação e/ou disciplina, no Processo Seletivo Público n. 002/2015, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO E ESCOLHA DE VAGAS: ficam convocados os candidatos interessados (pessoalmente ou mediante procuração por instrumento público ou particular contendo poder específico para o ato, sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante, com a devida apresentação de documento de identidade original daquele que efetuar a inscrição e escolha - candidato ou procurador) para inscrever-se na Chamada Pública e realizar a respectiva escolha de vagas, nos termos do Edital SEDUC Nº 005/2016, mediante apresentação na Secretaria de Educação do Município (SEDUC), situada na Rua Jonas Rauhen, nº 53 E, Centro, Chapecó/SC, munidos da documentação estabelecida em item 5 do instrumento editalício mencionado (originais e cópia simples legível para conferência ou somente cópia autenticada em cartório de: Cédula de Identidade e CPF; Comprovante da habilitação; Comprovante de Tempo de Serviço no Magistério computado até 18 de dezembro de 2015, observado o disposto em subitem 3.1 do Edital SEDUC 005/2016 quanto à reserva de vagas para pessoas com deficiência), conforme Cronograma a seguir:

DATA	HORÁRIO DE INÍCIO	ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA
11/10/2016	13:30h	Língua Portuguesa
	14:15h	Arte
	14:45h	Geografia
	15:15h	Língua Estrangeira - Inglês

2. DO QUADRO DE VAGAS:

ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	TURNO	UNIDADE ESCOLAR	PRAZO CONTRATAÇÃO
Língua Portuguesa	10	MAT	EBM SEVERIANO ROLIN DE MOURA	17/10 a 20/12/2016
	20	MAT	EBM VICTOR MEIRELLES/EBM ANDRÉ ANTONIO MARAFON	13/10 a 27/11/2016
	20	MAT	EBM JARDIM DO LAGO	18/10 a 10/11/2016
Arte	20	MAT	EBM ALÍPIO JOSÉ DA ROSA	13/10 a 11/11/2016
	30	MAT/VESP	EBM VICTOR MEIRELLES	13/10 a 20/12/2016
Geografia	20	MAT	EBM ALÍPIO JOSÉ DA ROSA	13/10 a 05/11/2016
Língua Estrangeira – Inglês	20	MAT	EBM MARIA BORDIGNON DESTRI	17/10 a 20/12/2016

2.1. As vagas apresentadas na referida Chamada Pública motivam-se pelo disposto em art. 2º, inciso II da Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014.

2.2. O candidato inscrito para a disciplina de Língua Estrangeira – Inglês deverá comprovar domínio da respectiva Língua.

Município de Chapecó, 10 de outubro de 2016.

IGOR ANTONIO GIROTTO

Secretário de Educação

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 20/FMS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 20/2016.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11/FMS/2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/FMS/2016.

Objeto: Registro de Preços de materiais e equipamentos de enfermagem, no atendimento ao município de Cocal do Sul- SC.

Assinatura: 27/09/2016

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 27.739,30 (vinte e sete mil e setecentos e trinta e nove reais e trinta centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

Concórdia

PREFEITURA

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 3/2016-FIA

Contrato Nº : 3/2016
Aditivo Nº : 1 TA Ctr 3/2016/2016
Tipo Aditivo : Normal
Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA
Contratada : VANIA PERUZZO 02261481900
Licitação : Pregão Presencial 2/2016
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de esquetes teatrais, a serem apresentadas nas escolas do Município de Concórdia, tendo como público alvo alunos do 5º e 6º ano, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 08/09/2016 Término: 31/12/2016
Assinatura : 08/09/2016
Valor R\$: 420,00 (Quatrocentos e Vinte Reais)

Dotação : 385 - 14.001.2152.333903999000000.03000001

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 59/2016-FMS

Contrato Nº : 59/2016
Aditivo Nº : 1 TA/2016
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : IMOBILIÁRIA CONCÓRDIA LTDA
Licitação : Dispensa de Licitação 14/2016
Objeto : Locação de imóvel localizado na Rua Tancredo de Almeida Neves, nº 2860, Bairro São Cristóvão, neste Município, para a instalação do Almojarifado do Fundo Municipal de Saúde.
Vigência : Início: 16/09/2016 Término: 21/09/2016
Assinatura : 16/09/2016
Valor R\$: 3.344,00 (Três Mil e Trezentos e Quarenta e Quatro Reais)

Dotação : 211 - 13.001.2102.333903615000000.01380002

Dotação : 228 - 13.001.2104.333903615000000.02000000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 113/2016-FMS

Contrato Nº : 113/2016
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP
Licitação : Pregão Presencial 20/2016
Objeto : Aquisição de equipamentos diversos para equipar a Estratégia da Saúde da Família Novo Horizonte e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.
Vigência : Início: 15/09/2016 Término: 03/10/2019
Assinatura : 15/09/2016
Valor R\$: 3.920,00 (Três Mil e Novecentos e Vinte Reais)

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905208000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905235000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905242000000.03890000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2016-FMC

Contrato Nº : 15/2016
Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA
Contratada : OESTE MANUTENCAO E REPARACAO EM ELETROS LTDA ME
Licitação : Pregão Presencial 4/2016
Objeto : Contratação de empresa para execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC, dos aparelhos condicionadores de ar, instalados na Fundação Municipal de Cultura e na Galeria Municipal de artes, neste município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 01/10/2016 Término: 30/09/2017
Assinatura : 05/09/2016
Valor R\$: 7.080,00 (Sete Mil e Oitenta Reais)

Dotação : 398 - 16.001.2401.333903917000000.03000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 242/2016-PMC

Contrato Nº : 242/2016
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : SANTASUL - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 14/2016
Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para execução de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial na Rua Barra Bonita, localizada na área urbana da localidade de mesmo nome, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.
Vigência : Início: 15/09/2016 Término: 14/03/2017
Assinatura : 15/09/2016
Valor R\$: 473.395,09 (Quatrocentos e Setenta e Três Mil, Trezentos e Noventa e Cinco Reais e Nove Centavos)

Dotação : 116 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 250/2016-PMC

Contrato Nº : 250/2016
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 16/2016
Objeto : Contratação de empresa do ramo de estruturas metálicas, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para execução de reforço estrutural na EBM João Theobaldo Magarinos, situada neste Município, com recurso federal (FUN-DEB), de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.
Vigência : Início: 27/09/2016 Término: 26/12/2016
Assinatura : 27/09/2016
Valor R\$: 169.301,36 (Cento e Sessenta e Nove Mil, Trezentos e Um Reais e Trinta e Seis Centavos)

Dotação : 51 - 06.002.2013.344905198000000.01190000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 252/2016-PMC

Contrato Nº : 252/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : LABORATÓRIO DE PATOLOGIA CONCÓRDIA LTDA EPP

Licitação : Inexigibilidade 37/2016

Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.

Vigência : Início: 28/09/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 28/09/2016

Valor R\$: 10.000,00 (Dez Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 108/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 108/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 8ª parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Pré Escola, no valor de R\$ 18.370,00 (dezoito mil e trezentos e setenta reais).

Concórdia SC, 07 de Outubro de 2016.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 109/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 109/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 8ª parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Creche, no valor de R\$ 40.020,00 (quarenta mil e vinte reais).

Concórdia SC, 07 de Outubro de 2016.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 110/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 110/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 8ª parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 33.150,00 (trinta e três mil e cento e cinquenta reais).

Concórdia SC, 07 de Outubro de 2016.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 111/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 111/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 8ª parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - EJA, no valor de R\$ 162,00 (cento e sessenta e dois reais).

Concórdia SC, 07 de Outubro de 2016.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 112/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 112/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 8ª parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Atendimento Educacional Especializado, no valor de R\$ 1.030,00 (um mil e trinta reais).

Concórdia SC, 07 de Outubro de 2016.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 113/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 113/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 8ª parcela proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Médio, no valor de R\$ 4.952,19 (quatro mil e novecentos e cinquenta e dois reais e dezenove centavos).

Concórdia SC, 07 de Outubro de 2016.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 114/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 114/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 8ª parcela do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 11.479,51 (onze mil e quatrocentos e setenta e nove reais e cinquenta e um centavos).

Concórdia SC, 07 de Outubro de 2016.

JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 115/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 115/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 8ª parcela do proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Educação Infantil, no valor de R\$ 1.310,50 (um mil e trezentos e dez reais e cinquenta centavos).

Concórdia SC, 07 de Outubro de 2016.
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 1/2016-FMS

Contrato Nº : 1/2016
Aditivo Nº : 2 TA/2016
Tipo Aditivo : Normal
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL
Licitação : Inexigibilidade 2/2016
Objeto : Credenciamento de Prestadores de Serviços para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.
Vigência : Início: 13/09/2016 Término: 31/12/2016
Assinatura : 13/09/2016
Valor R\$: 46.363,00 (Quarenta e Seis Mil e Trezentos e Sessenta e Três Reais)

Dotação : 222 - 13.001.2103.3339039500000000.01020000

Dotação : 224 - 13.001.2103.3339039500000000.01380003

Dotação : 370 - 13.001.2103.3339039500000000.03020000

Dotação : 380 - 13.001.2103.3339039500000000.03380003

Dotação : 421 - 13.001.2103.3339039500000000.01390002

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 13/2016-FMS

Contrato Nº : 13/2016
Aditivo Nº : 1 TA/2016
Tipo Aditivo : Normal
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : CLÍNICA DO APARELHO DIGESTIVO RODRIGUES E KOEFENDER
Licitação : Inexigibilidade 3/2016
Objeto : Credenciamento de Prestadores de Serviços para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.
Vigência : Início: 09/09/2016 Término: 31/12/2016
Assinatura : 09/09/2016
Valor R\$: 3.573,75 (Três Mil, Quinhentos e Setenta e Três Reais e Setenta e Cinco Centavos)

Dotação : 222 - 13.001.2103.3339039500000000.01020000

Dotação : 224 - 13.001.2103.3339039500000000.01380003

Dotação : 370 - 13.001.2103.3339039500000000.03020000

Dotação : 380 - 13.001.2103.3339039500000000.03380003

Dotação : 421 - 13.001.2103.3339039500000000.01390002

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 14/2016-FMS

Contrato Nº : 14/2016
Aditivo Nº : 1 TA/2016
Tipo Aditivo : Normal
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : CENTRO CLINICO E DIAGNÓSTICO DO APARELHO DIGESTIVO
Licitação : Inexigibilidade 3/2016
Objeto : Credenciamento de Prestadores de Serviços para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.
Vigência : Início: 09/09/2016 Término: 31/12/2016
Assinatura : 09/09/2016
Valor R\$: 2.996,00 (Dois Mil e Novecentos e Noventa e Seis Reais)

Dotação : 222 - 13.001.2103.3339039500000000.01020000

Dotação : 224 - 13.001.2103.3339039500000000.01380003

Dotação : 370 - 13.001.2103.3339039500000000.03020000

Dotação : 380 - 13.001.2103.3339039500000000.03380003

Dotação : 421 - 13.001.2103.3339039500000000.01390002

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 16/2016-FMC

Contrato Nº : 16/2016
Aditivo Nº : 1TA Ctr 16/2016/2016
Tipo Aditivo : Normal
Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA
Contratada : JONAS FERNANDO RIFFEL 08555612977
Licitação : Pregão Presencial 5/2016
Objeto : Aquisição de troféus para premiação aos candidatos vencedores da 7ª Edição do Festival Concórdia em Dança 2016, a ser realizado nos dias 14 e 15 de outubro de 2016, no Centro de Eventos Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 27/09/2016 Término: 21/11/2016
Assinatura : 27/09/2016
Valor R\$: 1.560,00 (Um Mil e Quinhentos e Sessenta Reais)

Dotação : 286 - 16.001.2403.3339031010000000.01000001

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 2/2016-FMS

Contrato Nº : 2/2016
Aditivo Nº : 1 TA/2016
Tipo Aditivo : Normal
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : CLINICA BERNARDI S S
Licitação : Inexigibilidade 2/2016
Objeto : Credenciamento de Prestadores de Serviços para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.
Vigência : Início: 09/09/2016 Término: 31/12/2016
Assinatura : 09/09/2016
Valor R\$: 11.250,05 (Onze Mil, Duzentos e Cinquenta Reais e Cinco Centavos)

Dotação : 222 - 13.001.2103.3339039500000000.01020000

Dotação : 224 - 13.001.2103.3339039500000000.01380003

Dotação : 370 - 13.001.2103.3339039500000000.03020000

Dotação : 380 - 13.001.2103.3339039500000000.03380003

Dotação : 421 - 13.001.2103.3339039500000000.01390002

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 7/2016-FMS

Contrato Nº : 7/2016

Aditivo Nº : 1 TA/2016

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CARDIODONTO - SERVIÇOS DE CARDIOLOGIA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 3/2016

Objeto : Credenciamento de Prestadores de Serviços para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.

Vigência : Início: 09/09/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 09/09/2016

Valor R\$: 7.964,45 (Sete Mil, Novecentos e Sessenta e Quatro Reais e Quarenta e Cinco Centavos)

Dotação : 222 - 13.001.2103.333903950000000.01020000

Dotação : 224 - 13.001.2103.333903950000000.01380003

Dotação : 370 - 13.001.2103.333903950000000.03020000

Dotação : 380 - 13.001.2103.333903950000000.03380003

Dotação : 421 - 13.001.2103.333903950000000.01390002

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 99/2016-FMS

Contrato Nº : 99/2016

Aditivo Nº : 1 TA/2016

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : ANGELO LUIS RENOSTRO & CIA LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 19/2016

Objeto : Contratação de empresa especializada para o fornecimento e a instalação de grades de ferro para portas e janelas nas edificações utilizadas pela Estratégia Saúde da Família Jacob Biezu, Estratégia Saúde da Família Salete, Estratégia Saúde da Família Novo Horizonte e Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde.

Vigência : Início: 15/09/2016 Término: 03/10/2019

Assinatura : 15/09/2016

Valor R\$: 1.066,60 (Um Mil, Sessenta e Seis Reais e Sessenta Centavos)

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905192000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905251000000.03890000

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 80/2015-FMS

Contrato Nº : 80/2015

Aditivo Nº : 2 TA/2016

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : ALTO URUGUAI GASES INDUSTRIAIS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 19/2015

Objeto : Aquisição de gás oxigênio medicinal para pacientes do SUS do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 18/09/2016 Término: 18/09/2017

Assinatura : 15/09/2016

Valor R\$: 287.044,25 (Duzentos e Oitenta e Sete Mil, Quarenta e Quatro Reais e Vinte e Cinco Centavos)

Dotação : 224 - 13.001.2103.333903004000000.01380003

Dotação : 222 - 13.001.2103.333903004000000.01020000

Dotação : 421 - 13.001.2103.333903004000000.01390002

Dotação : 427 - 13.001.2103.333903004000000.03390002

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 233/2015-PMC

Contrato Nº : 233/2015

Aditivo Nº : 5TA Ctr 233/2015/2016

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 4/2015

Objeto : contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), de duplicação da Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, localizada neste Município, com recursos oriundos do Convênio nº 800158/2013, através do Processo nº 1013907-59/2013, celebrado com a Caixa Econômica Federal e contrapartida municipal.

Vigência : Início: 15/09/2016 Término: 09/02/2018

Assinatura : 15/09/2016

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 116 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

EXTRATO DO 1º TA CONTRATO Nº 201/2016-PMC

Contrato Nº : 201/2016

Aditivo Nº : 1TA Ctr 201/2016/2016

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : INDUSTRIA DE MOVEIS E ARTEFATOS M. A LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 83/2016

Objeto : Contratação de empresa(s) para fornecimento de mobiliários e quadros escolares a serem utilizados nas Unidades Escolares e CMEIs da Rede Municipal de Ensino, com Recursos Federais - Salário Educação - FUNDEB e municipais, conforme especificações constantes nos anexos A e B deste edital.

Vigência : Início: 08/09/2016 Término: 11/07/2017

Assinatura : 08/09/2016

Valor R\$: 940,80 (Novecentos e Quarenta Reais e Oitenta Centavos)

Dotação : 51 - 06.002.2013.344905242000000.01190000

Dotação : 343 - 06.002.1004.344905242000000.03360000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 110/2016-FMS

Contrato Nº : 110/2016

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : EXCELSA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA ME

Licitação : Inexigibilidade 9/2016

Objeto : Credenciamento de empresa/farmácia de manipulação para fornecimento de medicamentos e/ou produtos MANIPULADOS, QUE NÃO POSSUAM EQUIVALENTES NO MERCADO FARMACÊUTICO, regulamentados conforme as normas legais da ANVISA, para atendimento de determinações judiciais, Lar Anjo Gabriel, Conselho Tutelar, Recanto do Idoso, Presídio Regional e

excepcionalidades, mediante necessidade do Fundo Municipal de Saúde.

Vigência : Início: 05/09/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 05/09/2016

Valor R\$: 15.000,00 (Quinze Mil Reais)

Dotação : 421 - 13.001.2103.333903009000000.01390002

Dotação : 229 - 13.001.2105.333903009000000.01020000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 111/2016-FMS

Contrato Nº : 111/2016

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : DENTAL GORGES LTDA

Licitação : Pregão Presencial 20/2016

Objeto : Aquisição de equipamentos diversos para equipar a Estratégia da Saúde da Família Novo Horizonte e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 15/09/2016 Término: 03/10/2019

Assinatura : 15/09/2016

Valor R\$: 31.700,00 (Trinta e Um Mil e Setecentos Reais)

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905208000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905235000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905242000000.03890000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 112/2016-FMS

Contrato Nº : 112/2016

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ES-CRITÓRIO LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 20/2016

Objeto : Aquisição de equipamentos diversos para equipar a Estratégia da Saúde da Família Novo Horizonte e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 15/09/2016 Término: 03/10/2019

Assinatura : 15/09/2016

Valor R\$: 27.270,00 (Vinte e Sete Mil e Duzentos e Setenta Reais)

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905208000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905235000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905242000000.03890000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 114/2016-FMS

Contrato Nº : 114/2016

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

Licitação : Pregão Presencial 20/2016

Objeto : Aquisição de equipamentos diversos para equipar a Estratégia da Saúde da Família Novo Horizonte e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes

nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 15/09/2016 Término: 03/10/2019

Assinatura : 15/09/2016

Valor R\$: 30.418,00 (Trinta Mil e Quatrocentos e Dezoito Reais)

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905208000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905235000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905242000000.03890000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 115/2016-FMS

Contrato Nº : 115/2016

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : INDUSTRIA DE MOVEIS E ARTEFATOS M. A LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 20/2016

Objeto : Aquisição de equipamentos diversos para equipar a Estratégia da Saúde da Família Novo Horizonte e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 15/09/2016 Término: 03/10/2019

Assinatura : 15/09/2016

Valor R\$: 9.740,00 (Nove Mil e Setecentos e Quarenta Reais)

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905208000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905235000000.03890000

Dotação : 379 - 13.001.2102.344905242000000.03890000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2016-FMEC

Contrato Nº : 13/2016

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contratada : TASCA ESPORTES LTDA

Licitação : Pregão Presencial 9/2016

Objeto : A aquisição de equipamentos e material esportivo para serem instalados nas quadras poliesportivas, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 13/09/2016 Término: 12/12/2016

Assinatura : 13/09/2016

Valor R\$: 5.681,20 (Cinco Mil, Seiscentos e Oitenta e Um Reais e Vinte Centavos)

Dotação : 290 - 17.001.1451.344905210000000.01000001

Dotação : 300 - 17.001.2453.333903014000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2016-FMC

Contrato Nº : 16/2016

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : JONAS FERNANDO RIFFEL 08555612977

Licitação : Pregão Presencial 5/2016

Objeto : Aquisição de troféus para premiação aos candidatos vencedores da 7ª Edição do Festival Concórdia em Dança 2016, a ser realizado nos dias 14 e 15 de outubro de 2016, no Centro de Eventos Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 22/09/2016 Término: 21/11/2016

Assinatura : 22/09/2016
Valor R\$: 6.240,00 (Seis Mil e Duzentos e Quarenta Reais)

Dotação : 286 - 16.001.2403.333903101000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2016-FMC

Contrato Nº : 17/2016
Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA
Contratada : TEJO TEATRO DE JOAÇABA
Licitação : Pregão Presencial 6/2016
Objeto : Contratação de empresa para coordenação de jurados a fim de avaliar os candidatos e realizar oficinas, durante a 7ª Edição do Festival Concórdia em Dança, nos dias 14 e 15 de outubro de 2016, no Centro de eventos de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 23/09/2016 Término: 22/11/2016
Assinatura : 23/09/2016
Valor R\$: 8.900,00 (Oito Mil e Novecentos Reais)

Dotação : 286 - 16.001.2403.333903999000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 235/2016-PMC

Contrato Nº : 235/2016
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : PISO CLIMA CLIMATIZAÇÃO LTDA - EPP
Licitação : Pregão Eletrônico 12/2016
Objeto : Aquisição de equipamentos diversos (informática e comunicação), utensílios domésticos e mobiliário em geral, visando ao atendimento de diversas unidades administrativas, com recursos próprios e oriundos de convênios com os Governos do Estado e Federal.
Vigência : Início: 08/09/2016 Término: 07/09/2017
Assinatura : 08/09/2016
Valor R\$: 39.500,00 (Trinta e Nove Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 6 - 02.001.1001.344905234000000.01000001

Dotação : 18 - 04.001.1002.344905206000000.01000001

Dotação : 18 - 04.001.1002.344905235000000.01000001

Dotação : 18 - 04.001.1002.344905242000000.01000001

Dotação : 30 - 04.003.1351.344905235000000.01000003

Dotação : 243 - 15.001.2201.344905233000000.01350005

Dotação : 258 - 15.001.2202.344905206000000.01350009

Dotação : 258 - 15.001.2202.344905212000000.01350009

Dotação : 258 - 15.001.2202.344905242000000.01350009

Dotação : 259 - 15.001.2202.344905212000000.01610002

Dotação : 259 - 15.001.2202.344905236000000.01610002

Dotação : 259 - 15.001.2202.344905242000000.01610002

Dotação : 269 - 15.001.2203.344905206000000.01610003

Dotação : 276 - 15.001.2204.344905206000000.01610004

Dotação : 338 - 15.001.2203.344905206000000.03610003

Dotação : 338 - 15.001.2203.344905242000000.03610003

Dotação : 350 - 15.001.2201.344905212000000.03350005

Dotação : 350 - 15.001.2201.344905236000000.03350005

Dotação : 358 - 15.001.2202.344905206000000.03350009

Dotação : 358 - 15.001.2202.344905212000000.03350009

Dotação : 358 - 15.001.2202.344905233000000.03350009

Dotação : 358 - 15.001.2202.344905236000000.03350009

Dotação : 358 - 15.001.2202.344905242000000.03350009

Dotação : 359 - 15.001.2202.344905212000000.03610002

Dotação : 359 - 15.001.2202.344905233000000.03610002

Dotação : 359 - 15.001.2202.344905242000000.03610002

Dotação : 366 - 15.001.2204.344905206000000.03610004

EXTRATO DO CONTRATO Nº 240/2016-PMC

Contrato Nº : 240/2016
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS MORI LTDA - ME
Licitação : Inexigibilidade 36/2016
Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.
Vigência : Início: 14/09/2016 Término: 31/12/2016
Assinatura : 14/09/2016
Valor R\$: 20.000,00 (Vinte Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 241/2016-PMC

Contrato Nº : 241/2016
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : L. E. G. M. SERVIÇOS MÉDICOS S/S
Licitação : Inexigibilidade 36/2016
Objeto : Credenciamento de empresas, conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) e suas atualizações.
Vigência : Início: 14/09/2016 Término: 31/12/2016
Assinatura : 14/09/2016
Valor R\$: 12.000,00 (Doze Mil Reais)

Dotação : 32 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 243/2016-PMC

Contrato Nº : 243/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : VIRTUAL AUTOMACAO LTDA

Licitação : Pregão Presencial 100/2016

Objeto : Aquisição, de licenças dos softwares Autodesk Revit 2017 e Autodesk Architecture Engineering and Construction Collection 2017 na modalidade de assinatura para 02 anos, em sua última versão, para desenho de edificações, construções, rodovias, passeios e obras públicas em geral, incluindo instalação e treinamento conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 19/09/2016 Término: 18/11/2016

Assinatura : 19/09/2016

Valor R\$: 43.000,00 (Quarenta e Três Mil Reais)

Dotação : 126 - 08.001.2029.333903911000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 244/2016-PMC

Contrato Nº : 244/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 19/2016

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para execução dos serviços de pavimentação asfáltica na Rua Mato Grosso do Sul, no Bairro dos Estados e na Rua Deputado Carlos Buchele, no Bairro Vista Alegre, neste Município, contemplando os serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica, serviços complementares e sinalização viária, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 26/09/2016 Término: 24/01/2017

Assinatura : 26/09/2016

Valor R\$: 177.588,64 (Cento e Setenta e Sete Mil, Quinhentos e Oitenta e Oito Reais e Sessenta e Quatro Centavos)

Dotação : 429 - 08.001.1009.344905198000000.03390001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 245/2016-PMC

Contrato Nº : 245/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 18/2016

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material, mão de obra e equipamentos), para execução de obra de recapeamento asfáltico com CBUQ, de diversas ruas localizadas neste município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 26/09/2016 Término: 25/11/2016

Assinatura : 26/09/2016

Valor R\$: 235.777,02 (Duzentos e Trinta e Cinco Mil, Setecentos e Setenta e Sete Reais e Dois Centavos)

Dotação : 116 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 246/2016-PMC

Contrato Nº : 246/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SANTASUL - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 13/2016

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para execução de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial da Rua Antônio Perusin (trecho 1 e 2) e Rua José Albiero (trecho 2), neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 27/09/2016 Término: 15/04/2017

Assinatura : 27/09/2016

Valor R\$: 496.586,20 (Quatrocentos e Noventa e Seis Mil, Quinhentos e Oitenta e Seis Reais e Vinte Centavos)

Dotação : 406 - 08.001.1009.344905198000000.03390002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 248/2016-PMC

Contrato Nº : 248/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : GABRIELA STAPELBROEK ME

Licitação : Pregão Presencial 103/2016

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de fotografias, impressão de fotos e fornecimento de arquivo digitalizado das fotos, aquisição de kits personalizados e embalagens para presente, para o evento de homenagem aos servidores por tempo de serviço (20, 25, 30 e 35 anos) a ser realizado no dia 26 de outubro de 2016, no Espaço Multiuso do Parque de Exposições, neste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 27/09/2016 Término: 26/11/2016

Assinatura : 27/09/2016

Valor R\$: 5.257,20 (Cinco Mil, Duzentos e Cinquenta e Sete Reais e Vinte Centavos)

Dotação : 23 - 04.001.2008.333903015000000.01000001

Dotação : 23 - 04.001.2008.333903019000000.01000001

Dotação : 23 - 04.001.2008.333903959000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 249/2016-PMC

Contrato Nº : 249/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : LIOCOLOR ESTÚDIO FOTOGRÁFICO LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 103/2016

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de fotografias, impressão de fotos e fornecimento de arquivo digitalizado das fotos, aquisição de kits personalizados e embalagens para presente, para o evento de homenagem aos servidores por tempo de serviço (20, 25, 30 e 35 anos) a ser realizado no dia 26 de outubro de 2016, no Espaço Multiuso do Parque de Exposições, neste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 27/09/2016 Término: 26/11/2016

Assinatura : 27/09/2016

Valor R\$: 650,00 (Seiscentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 23 - 04.001.2008.333903015000000.01000001

Dotação : 23 - 04.001.2008.333903019000000.01000001

Dotação : 23 - 04.001.2008.333903959000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 251/2016-PMC

Contrato Nº : 251/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Contratação de Serviços 2/2016
Objeto : Contratação de empresa especializada em engenharia de software para prestação de serviços para elaborar projeto e construção de um software para gerenciamento de atividades e de conversão de dados, customização, migração, implantação, treinamento e fornecimento mediante locação/licenciamento, atualização, manutenção, acompanhamento e suporte técnico de sistemas, específicos para o gerenciamento de dados e emissão de relatórios para a Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, INCLUINDO A LICENÇA DE DIREITO DE USO, CUSTOMIZAÇÃO, MIGRAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO/MANUTENÇÃO, de acordo com o Termo de Referência constante no Anexo "A" do Edital.

Vigência : Início: 28/09/2016 Término: 27/09/2017

Assinatura : 28/09/2016

Valor R\$: 9.000,00 (Nove Mil Reais)

Dotação : 94 - 07.001.2022.333903911000000.01000001

Dotação : 94 - 07.001.2022.333903957000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 253/2016-PMC

Contrato Nº : 253/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : LNC COMUNICAÇÕES S/A

Licitação : Inexigibilidade 38/2016

Objeto : Prestação de serviço de publicações legais, em jornal de circulação diária com abrangência estadual.

Vigência : Início: 01/10/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 30/09/2016

Valor R\$: 42.890,96 (Quarenta e Dois Mil, Oitocentos e Noventa Reais e Noventa e Seis Centavos)

Dotação : 21 - 04.001.2007.333903990000000.01000001

Dotação : 94 - 07.001.2022.333903990000000.01000001

Dotação : 126 - 08.001.2029.333903990000000.01000001

Dotação : 138 - 09.001.2032.333903990000000.01000001

Dotação : 156 - 10.001.2036.333903990000000.01000001

Dotação : 179 - 11.001.2041.333903990000000.01000001

Dotação : 210 - 13.001.2102.333903990000000.01020000

Dotação : 240 - 15.001.2201.333903990000000.01000001

Dotação : 312 - 18.001.2501.333903990000000.01000001

Dotação : 393 - 06.001.2012.333903990000000.03010000

Dotação : 398 - 16.001.2401.333903990000000.03000001

EXTRATO RESCISÃO CONTRATO Nº 2/2013-PMC

Contrato Nº : 2/2013/2013

Aditivo Nº : 01/2016

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A.

Licitação : Pregão Presencial 117/2012

Objeto : Contratação de empresa do ramo editorial jornalístico, para prestação de serviço de publicações legais, em jornal de circulação diária com abrangência estadual, durante o exercício de 2013.

Vigência : Início: 02/01/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura : 30/09/2016

Valor R\$: 147.840,00 (Cento e Quarenta e Sete Mil e Oitocentos e Quarenta Reais)

Dotação : 21 - 04.001.2007.333903990000000.01000001

Dotação : 39 - 06.001.2012.333903990000000.01010000

Dotação : 94 - 07.001.2022.333903990000000.01000001

Dotação : 122 - 08.001.2027.333903990000000.01000001

Dotação : 138 - 09.001.2032.333903990000000.01000001

Dotação : 156 - 10.001.2036.333903990000000.01000001

Dotação : 177 - 11.001.2040.333903990000000.01000001

Dotação : 211 - 13.001.2102.333903990000000.01380002

Dotação : 224 - 13.001.2103.333903990000000.01380003

Dotação : 240 - 15.001.2201.333903990000000.01000001

Dotação : 281 - 16.001.2401.333903990000000.01000001

Dotação : 295 - 17.001.2451.333903990000000.01000001

Dotação : 312 - 18.001.2501.333903990000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 247/2016-PMC

Contrato Nº : 247/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ALEXSANDRE LIZ DE MOURA - ME

Licitação : Dispensa de Licitação 76/2016

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção da bomba de combustível da Secretaria Municipal de Transporte - SEMUT.

Vigência : Início: 27/09/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 27/09/2016

Valor R\$: 1.419,60 (Um Mil, Quatrocentos e Dezenove Reais e Sessenta Centavos)

Dotação : 179 - 11.001.2041.333903917000000.01000001

BALANCETE FINANCEIRO SETEMBRO DE 2016-IPRECON**IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

Prestação de Contas

Balancete Financeiro

Período de Referência: Agosto / 2016

Pág 1 / 2



BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS			
	Nota	Exercício Atual	
Receita Orçamentária (I)		2.722.229,67	
Ordinária		0,00	
Vinculada		2.722.229,67	
Transferências Financeiras Recebidas (II)		0,00	
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00	
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	
Recebimentos Extraorçamentários (III)		118.822,05	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		(26.197,92)	
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		145.019,97	
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		117.344.032,92	
Caixa e Equivalentes de Caixa		38.686,47	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		13.596,81	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		117.291.749,64	
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		120.185.084,64	
DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	
Despesa Orçamentária (VI)		778.134,85	
Ordinária		0,00	
Vinculada		778.134,85	
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		154.581,21	
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00	
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		141.729,88	
Outros Pagamentos Extraorçamentários		12.851,33	
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		119.252.368,58	
Caixa e Equivalentes de Caixa		17.327,21	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		13.596,81	

Identificador: WPR1491102-1735-MELJ-213548611 - Emitido por: ONEIDE BERTOLINI

07/10/2016 14:03

IPM Sistemas Ltda

DISPÊNDIOS		
	Nota	Exercício Atual
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		119.221.444,56
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		120.185.084,64

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, Data Emissão 07/10/2016, Hora emissão 14:03:30

Notas:

ONEIDE BERTOLINI
Contadora
CRC/SC 027.452/O-5

LUCILENE L. LAZZAROTTI
Diretora-Presidente

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 539/2016

DECRETO Nº 539/2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Conceder 03 (três) dias, de licença para tratamento de saúde a Servidora Municipal, Sra. VANIA PEDERSSETTI GRACIANI, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, 40 (quarenta) horas semanal, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 05 de Outubro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

EXTRATO AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 75/2016 - PPRP 32/2016 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS, MOBILIÁRIOS E OUTROS

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo sistema REGISTRO DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 75/2016

Pregão Presencial Para Registro de Preço n. 32/2016

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, CAMAS ELÁSTICAS, BOLAS DE VINIL, UTENSÍLIOS DE COZINHA E MOBILIÁRIO EM GERAL, PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PROVENIENTE DO RECURSO SALÁRIO EDUCAÇÃO.

Entrega dos Envelopes: até às 08:00 horas do dia 24/10/2016.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 24/10/2016.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, 07 de Outubro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

ANEXO TC - 07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO Nº 022/2016 DE 20 DE SETEMBRO DE 2016.

ANEXO TC - 07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO Nº 022/2016 DE 20 DE SETEMBRO DE 2016.

MÊS/ANO: SETEMBRO/2016 NÚMERO CONTRATO: 022/2016

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 20/09/2016

CLÁUSULA PRIMEIRA:

A Entidade Contratante autoriza a Cooperativa Financeira a receber valores oriundos de contas, faturas e demais receitas devidas por qualquer modalidade pela qual se processe o pagamento, nos termos deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

O presente Contrato terá prazo de vigência 365 dias, podendo, entretanto, ser rescindido a qualquer tempo por qualquer das partes, sem que tenham direito a quaisquer indenizações ou compensações, mediante denúncia escrita com 30 (trinta) dias de antecedência, contados a partir da data do recebimento da referida comunicação pela outra parte.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

Fica eleito o Foro da Sede da Comarca de Domicílio da Cooperativa Financeira como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente Contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO DE PESSOA (2/1): 2 CNPJ: 81.292.278/0001-81
CONTRATADO: COOPERATIVA DE CRÉDITO NOROESTE – SICOOB NOROESTE

DECRETO Nº. 172 DE 05 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº. 172 DE 05 DE OUTUBRO DE 2016

FIXA HORÁRIO DE ATENDIMENTO E FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS EM TURNO ÚNICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Dirceu Favretto, Prefeito do Município de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando o interesse público e o atendimento dos princípios que regem a Administração Municipal contemplados no artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando o Princípio da Economicidade contemplado no artigo 70 da Constituição Federal;

Considerando a necessidade do efetivo enquadramento das despesas à previsão de receita, objetivando cumprir as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);

Considerando que o atendimento em turno único promove a redução de despesas de custeio e de manutenção, em função da otimização e racionalização dos serviços;

DECRETA:

Art. 1º A partir do dia 06 de outubro de 2016, as repartições públicas municipais abaixo discriminadas passarão a funcionar e promover o atendimento ao público em turno único, das 07:00 (sete) às 13:00 (treze) horas:

- Gabinete do Prefeito;
- Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças;
- Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;
- Biblioteca Pública Municipal e Telecentro;

Parágrafo Primeiro. O Posto de Atendimento dos Correios de Coronel Martins permanecerá a funcionar e promover o atendimento ao público em turno único, das 09:00 (nove) às 15:00 (quinze), em virtude da chegada dos malotes.

Parágrafo Segundo. No CRAS e nas Secretarias Municipais de Saúde e de Educação, o horário de atendimento permanecerá inalterado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, em 05 de outubro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KÁTIA RAMOS DE AMARAL
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 173, DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 173, DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo item VI e XL do artigo 94 da Lei Orgânica do Município de 28/10/1994, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todas as repartições públicas municipais, com exceção da Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 10 de outubro de 2016 a 11 de outubro de 2016 em virtude do feriado do Dia das Crianças no dia 12 de outubro de 2016.

§ 1º Na Secretaria Municipal de Saúde fica estabelecido Ponto Facultativo a partir do dia 10 de outubro de 2016 até o dia 11 de outubro de 2016, devendo realizar regime de plantão/sobreaviso durante este período, inclusive no feriado do dia 12 de outubro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,
em 05 de outubro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

KATIA RAMOS DE AMARAL
Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 1117/16

DECRETO Nº 1117/16

DISPÕE SOBRE MEDIDAS PARA GESTÃO DAS DESPESAS E CONTROLE DE GASTOS COM PESSOAL E DE CUSTEIO, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS e DETERMINA HORÁRIO ESPECIAL AOS SERVIDORES.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base no item VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de redução de despesas com folha de pagamento e custos do serviço público.

DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto estabelece medidas para contenção de despesas de custeio e de pessoal, para o exercício de 2016, que deverão ser observadas e efetivadas pelos órgãos da Administração Pública do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - Fica suspensa a realização de serviço extraordinário (hora extraordinária) no serviço público municipal, exceto para os servidores que exerçam funções de motorista da área da saúde, motorista de ônibus da área de educação, motorista à disposição do Conselho Tutelar e vigias.

Parágrafo Único: Em havendo caso de extrema necessidade da realização de hora extraordinária essa somente poderá ser realizada pelo servidor mediante prévia autorização do Secretário da pasta e ciência e anuência do Prefeito Municipal.

Art. 3º - Fica estabelecido novo horário de atendimento ao público que deverá ser cumprido das 07h às 13h, ininterruptamente, exceto nos setores:

I – Toda a estrutura da Secretaria de Educação e Cultura;

II – Toda a estrutura da Secretaria de Saúde;

III – Que, na Secretaria de Administração e Fazenda, executam atividades relacionadas a licitações, patrimônio e gestão de convênios;

IV – Que, na Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer, executam projetos com horários preestabelecidos e que não coincidam com o especificado no caput;

V – Controle Interno;

VI – Conselho tutelar;

VII – Em que, por determinação do secretário da pasta, as atividades são relacionadas a outro horário específico.

Parágrafo Único – Cada Secretaria deverá encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos, a listagem dos servidores com os horários de trabalho estabelecidos, nos moldes deste Decreto.

Art. 4º - O presente Decreto e as medidas administrativas que dispõe, vigorará de 10 de outubro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, findo os quais serão restabelecidas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
07 de outubro de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 2226/2016

LEI Nº 2226/2016

AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL A CONCEDER PERMISSÃO PARA DESMEMBRAMENTO A SRA MARIA DE LOURDES KASZUBOWSKI, A FIM DE DESMEMBRAR O IMÓVEL DE SUA PROPRIEDADE SITO A RUA ALMIRANTE BARROSO COM A RUA DUQUE DE CAXIAS NESTE MUNICÍPIO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de Corupá, aprovou e ele sanciona a presente Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder permissão para desmembramento a Sra. Maria de Lourdes Kaszubowski, a fim de desmembrar o imóvel sito a Rua Almirante Barroso em formato em L com a Rua Duque de Caxias, neste Município.

Art. 2º A área acima mencionada cujo total soma 786 m2 em formato de esquadro matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jaraguá do Sul (SC) sob nº 46.146, situa-se ao lado par da Rua 09 – Almirante Barroso e Rua 03 – Duque de Caxias, perímetro urbano neste Município de Corupá (SC) fazendo frente em 10,80m, coincidindo com o alinhamento predial, da Rua 09 – Almirante Barroso, travessão dos fundos com 36,00m em terras de Kátia Maria Dias Costa, estremando no lado direito em três linhas, sendo a 1ª, iniciando na frente, com 22,00m, a 2ª com 25,00m ambas em terras de Mauro Garcia e a 3ª com 14,90m, coincidindo com o alinhamento predial, no lado ímpar da Rua 03 – Duque de Caxias e no lado esquerdo com 37,00m em terras de Ivanira Dana Melchert e Francisco Carlos Fodi.

Art. 3º O imóvel matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jaraguá do Sul (SC) sob a matrícula nº 46.146, será desmembrado em duas parcelas distintas, sendo a de nº 01 com área de 380,00 m2, fazendo frente em 14,90m com o lado ímpar da Rua 03 – Duque de Caxias, coincidindo com o alinhamento e a parcela remanescente com área de 406,00m, fazendo frente em 10,80m com o lado par da Rua 09 – Almirante Barroso, coincidindo com o alinhamento predial.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Corupá (SC), 06 de outubro de 2016

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos seis dias do mês de outubro de 2016.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 12/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL CULTURA-CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 12/2016

Contrato Nº.: 12/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL CULTURA - CURITIBANOS

Contratada...: THERMAS SUL TRANSPORTES COLETIVOS LTDA. - ME

Valor : 12.000,00 (doze mil reais)

Vigência : Início: 02/09/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2016

Recursos : Dotação: 2.074.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo: 39.048,00

Objeto : LOCAÇÃO DE ÔNIBUS ADAPTADO TIPO JARDINEIRA, PARA USO NAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO NATAL, PELO PERÍODO DE 09 A 20 DE DEZEMBRO/2016 (12 DIAS), CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 103/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 103/2016

Contrato Nº.: 103/2016

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada...: CLAIR CLOSS DE SOUZA

Valor : 1.680,00 (um mil seiscentos e oitenta reais)

Vigência : Início: 08/09/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 26/2016

Recursos : Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (22), 2.088.3.3.90.00.00.00.00.00 (30), 2.088.3.3.90.00.00.00.00.00 (41)

Objeto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OFICINEIROS NAS MODALIDADES ARTESANATO GERAL - PATCHWORK, HORTICULTURA E MUSICALIZAÇÃO VIOLÃO, CONFORME CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO 002/2015, NA FORMA DO ARTIGO 25, INCISO II, DA LEI 8.666/93.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 104/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 104/2016

Contrato Nº.: 104/2016

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada...: EMANUEL AGUIAR RAFAELI

Valor : 2.080,00 (dois mil e oitenta reais)

Vigência : Início: 08/09/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 26/2016

Recursos : Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (22), 2.088.3.3.90.00.00.00.00.00 (30), 2.088.3.3.90.00.00.00.00.00 (41)

Objeto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OFICINEIROS NAS MODALIDADES ARTESANATO GERAL - PATCHWORK, HORTICULTURA E MUSICALIZAÇÃO VIOLÃO, CONFORME CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO 002/2015, NA FORMA DO ARTIGO 25, INCISO II, DA LEI 8.666/93.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 105/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 105/2016

Contrato Nº.: 105/2016

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada...: PAULO BAI FILHO

Valor : 2.496,00 (dois mil quatrocentos e noventa e seis reais)

Vigência : Início: 08/09/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 26/2016

Recursos : Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (22), 2.088.3.3.90.00.00.00.00.00 (30), 2.088.3.3.90.00.00.00.00.00 (41)

Objeto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OFICINEIROS NAS MODALIDADES ARTESANATO GERAL - PATCHWORK, HORTICULTURA E MUSICALIZAÇÃO VIOLÃO, CONFORME CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO 002/2015, NA FORMA DO ARTIGO 25, INCISO II, DA LEI 8.666/93.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 106/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 106/2016

Aditivo Nº : 106/2016 - Contrato Nº: 157/2015
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: I. TRAPP CIA LTDA
Valor : 35,10 (trinta e cinco reais e dez centavos)
Vigência : Início: 12/09/2016 Término: 07/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 199/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8),
2.091.3.3.90.00.00.00.00.00 (44)

Objeto : ADITIVO DE VALOR TENDO EM VISTA O REAJUSTE DO GOVERNO FEDERAL PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL DE CARGA E BOTIJÃO DE GÁS P 13 E P 45 PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 107/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 107/2016

Contrato Nº.: 107/2016
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: ESCRIMATE COM E SERVICOS DE INFORMATICA - EIRELI
Valor : 1.410,00 (um mil quatrocentos e dez reais)
Vigência : Início: 14/09/2016 Término: 17/03/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8),
2.083.3.3.90.00.00.00.00.00 (36)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, SECRETARIA DE ESPORTES, AÇÃO SOCIAL, SAÚDE, HABITAÇÃO, EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 108/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 108/2016

Aditivo Nº : 108/2016 - Contrato Nº: 37/2016
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA
Valor : 46,09 (quarenta e seis reais e nove centavos)
Vigência : Início: 27/09/2016 Término: 06/04/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 38/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (38),
2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (42), 2.091.3.3.90.00.00.00.00.00 (44)

Objeto : ADITIVO DE VALOR PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL, TENDO EM VISTA A TRANSFERÊNCIA DE SALDO DA ENTIDADE PREFEITURA.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 193/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 193/2016

Aditivo Nº : 193/2016 - Contrato Nº: 255/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: SUPER VAREJAO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME
Valor : 289,00 (duzentos e oitenta e nove reais)
Vigência : Início: 08/09/2016 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 225/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : TERMO DE SUPRESSÃO DE R\$ 289,00 REFERENTE A TRANSFERÊNCIA DOS ITENS Nº 1 PARA O 2º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORANDO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 194/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 194/2016

Aditivo Nº : 194/2016 - Contrato Nº: 246/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
Valor : 792,00 (setecentos e noventa e dois reais)
Vigência : Início: 08/09/2016 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 189/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : TERMO DE SUPRESSÃO DE R\$ 792,00 REFERENTE A TRANSFERÊNCIA DOS ITENS Nº 15, 66, 75 E 96 PARA O 2º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORANDO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 195/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 195/2016

Aditivo Nº : 195/2016 - Contrato Nº: 245/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
Valor : 569,00 (quinhentos e sessenta e nove reais)
Vigência : Início: 08/09/2016 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 189/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : TERMO DE SUPRESSÃO DE R\$ 569,00, REFERENTE A TRANSFERÊNCIA DOS ITENS Nº 33 E 123 PARA O 2º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORANDO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 196/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 196/2016

Aditivo Nº : 196/2016 - Contrato Nº: 250/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA - EPP
Valor : 2.066,00 (dois mil e sessenta e seis reais)
Vigência : Início: 08/09/2016 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 189/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : TERMO DE SUPRESSÃO DE R\$ 2.066,00, REFERENTE A TRANSFERÊNCIA DOS ITENS Nº 62 E 71 PARA O 2º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORANDO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 197/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 197/2016

Aditivo Nº : 197/2016 - Contrato Nº: 249/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: SUPER VAREJAO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME
Valor : 61,00 (sessenta e um reais)
Vigência : Início: 08/09/2016 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 189/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : TERMO DE SUPRESSÃO DE R\$ 61,00 REFERENTE A TRANSFERÊNCIA DOS ITENS Nº 69 E 130 PARA O 2º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS, CONFORME MEMORANDO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 198/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 198/2016

Aditivo Nº : 198/2016 - Contrato Nº: 175/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
Valor : 472,80 (quatrocentos e setenta e dois reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 08/09/2016 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 144/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : TERMO DE SUPRESSÃO DE R\$ 472,80, REFERENTE

A TRANSFERÊNCIA DO ITEM Nº 1 PARA O 2º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORANDO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 199/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 199/2016

Aditivo Nº : 199/2016 - Contrato Nº: 254/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
Valor : 68,40 (sessenta e oito reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 08/09/2016 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 225/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : TERMO DE SUPRESSÃO DE R\$ 68,40 REFERENTE A TRANSFERÊNCIA DO ITEM Nº 13 PARA O 2º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORANDO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 200/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 200/2016

Aditivo Nº : 200/2016 - Contrato Nº: 146/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇOES E EMPREITEIRA DE OB
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 09/09/2016 Término: 11/12/2016
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 17/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : Aditivo de prazo para construção nova da Escola Núcleo Municipal Rotary conforme descrição detalhada no memorial descritivo e demais condições previstas neste edital e em seus anexos.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 201/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 201/2016

Aditivo Nº : 201/2016 - Contrato Nº: 218/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: I. TRAPP CIA LTDA
Valor : 4.508,26 (quatro mil quinhentos e oito reais e vinte e seis centavos)
Vigência : Início: 12/09/2016 Término: 07/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 199/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 1.009.4.4.90.00.00.00.00.00 (14), 1.011.4.4.90.00.00.00.00.00 (24), 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (42)

Objeto : ADITIVO DE VALOR, TENDO EM VISTA O REAJUSTE CONCEDIDO PELO GOVERNO FEDERAL PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL DE CARGA E BOTIJÃO DE GÁS P 13 E P 45 PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 202/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 202/2016

Contrato Nº.: 202/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: IRE IND E COM MOVEIS E TRANSPORTES LTDA - ME
Valor : 36.300,00 (trinta e seis mil e trezentos reais)
Vigência : Início: 13/09/2016 Término: 13/06/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2016
Recursos : Dotação: 1.009.4.4.90.00.00.00.00.00 (14), 1.011.4.4.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO DESTINADO AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 203/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 203/2016

Contrato Nº.: 203/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: FINALIZZARE DECORAÇÕES LTDA - ME
Valor : 46.807,89 (quarenta e seis mil oitocentos e sete reais e oitenta e nove centavos)
Vigência : Início: 15/09/2016 Término: 15/11/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 38/2016
Recursos : Dotação: 1.009.4.4.90.00.00.00.00.00 (14), 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (66)

Objeto : AQUISIÇÃO DE CORTINAS E ACESSÓRIOS QUE SERÃO UTILIZADOS NOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE ENSINO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 204/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 204/2016

Aditivo Nº : 204/2016 - Contrato Nº: 94/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: LNC COMUNICAÇÕES S.A
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 15/09/2016 Término: 12/02/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31) Saldo: 352.966,27

Objeto : PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, NA IMPRENSA ESCRITA COM VEICULAÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 205/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 205/2016

Contrato Nº.: 205/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: ENGEMO CONSTRUÇÕES LTDA.
Valor : 1.538.734,40 (um milhão quinhentos e trinta e oito mil setecentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 26/09/2016 Término: 26/03/2017
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 33/2016
Recursos : Dotação: 1.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (19), 1.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (20), 1.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (22), 1.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (72)

Objeto : Construção de Centro de Educação Infantil Nova Alvorada, na Rua Juvenal Bráulio Bacelar, São Luiz, em Curitiba, conforme descrição detalhada no memorial descritivo e demais condições previstas neste edital e em seus anexos.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 308/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 308/2016

Contrato Nº.: 308/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AUTO MECANICA LTDA - EPP
Valor : 11.462,70 (onze mil quatrocentos e sessenta e dois reais e setenta centavos)
Vigência : Início: 01/09/2016 Término: 01/11/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 162/2016
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (85), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (127)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E VICINAIS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 309/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 309/2016

Contrato Nº.: 309/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: GRAPHEL GRAFICA E EDITORA LAGES LTDA EPP
Valor : 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 02/09/2016 Término: 02/09/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 163/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA USO

NAS DIVERSAS ATIVIDADES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 310/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 310/2016

Contrato Nº.: 310/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: AGROINDUSTRIAL FREITAS EIRELI - ME
Valor : 10.685,00 (dez mil seiscentos e oitenta e cinco reais)
Vigência : Início: 05/09/2016 Término: 05/09/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 158/2016
Recursos : Dotação: 1.030.4.4.90.00.00.00.00.00 (53), 1.030.4.4.90.00.00.00.00.00 (113)

Objeto : AQUISIÇÃO DE TRATOR, CARRETA BASCULANTE E GRADE ARADORA, PARA USO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N. 795580/2013 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO PROCESSO 2622.1011600-28 E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 311/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 311/2016

Contrato Nº.: 311/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: AGROPRA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. - EPP
Valor : 21.000,00 (vinte e um mil reais)
Vigência : Início: 05/09/2016 Término: 05/09/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 158/2016
Recursos : Dotação: 1.030.4.4.90.00.00.00.00.00 (53), 1.030.4.4.90.00.00.00.00.00 (113)

Objeto : AQUISIÇÃO DE TRATOR, CARRETA BASCULANTE E GRADE ARADORA, PARA USO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N. 795580/2013 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO PROCESSO 2622.1011600-28 E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 312/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 312/2016

Contrato Nº.: 312/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: AUTO MECANICA GERAL LTDA
Valor : 746,00 (setecentos e quarenta e seis reais)
Vigência : Início: 05/09/2016 Término: 05/11/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 169/2016
Recursos : Dotação: 2.081.3.3.90.00.00.00.00.00 (48)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO S10 PLACA MLU 9556, TENDO EM VISTA QUE O VEÍCULO ESTÁ DENTRO DO PRAZO DE GARANTIA, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII DA LEI 8.666/93.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 313/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 313/2016

Aditivo Nº : 313/2016 - Contrato Nº: 583/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S.A.
Valor : 9.375,00 (nove mil trezentos e setenta e cinco reais)
Vigência : Início: 06/09/2016 Término: 09/02/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 276/2014
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (28)

Objeto : Aditivo de prazo e valor para locação de equipamentos novos de primeiro uso para execução de digitalização de documentos e do software de controle e gerenciamento de processos e documentos, através da interface web, Incluída a instalação de hardware e software, bem como a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, manutenção e suporte técnico nas dependências da Prefeitura Municipal de Curitiba e demais secretarias.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 314/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 314/2016

Aditivo Nº : 314/2016 - Contrato Nº: 289/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: FRIMAC REFRIGERACAO EIRELI - ME
Valor : 1.670,00 (um mil seiscentos e setenta reais)
Vigência : Início: 08/09/2016 Término: 17/11/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 156/2016
Recursos : Dotação: 2.010.4.4.90.00.00.00.00 (39),
2.010.3.3.90.00.00.00.00 (118)

Objeto : ADITIVO DE VALOR PARA AQUISIÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO INSTALADO PARA USO NA 24ª CIRETRAN, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 315/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 315/2016

Aditivo Nº : 315/2016 - Contrato Nº: 275/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
Valor : 472,80 (quatrocentos e setenta e dois reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 08/09/2016 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 144/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : TERMO ADITIVO DE R\$ 472,80, REFERENTE A TRANSFERÊNCIA DO ITEM Nº 1 DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O 2º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORANDO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 316/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 316/2016

Aditivo Nº : 316/2016 - Contrato Nº: 820/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
Valor : 68,40 (sessenta e oito reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 08/09/2016 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 225/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : TERMO ADITIVO DE R\$ 68,40 REFERENTE A TRANSFERÊNCIA DO ITEM Nº 13 DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O 2º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORANDO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 317/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 317/2016

Aditivo Nº : 317/2016 - Contrato Nº: 816/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SUPER VAREJAO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME
Valor : 289,00 (duzentos e oitenta e nove reais)
Vigência : Início: 08/09/2016 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 225/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : TERMO ADITIVO DE R\$ 289,00, REFERENTE A TRANSFERÊNCIA DO ITEM Nº 1 DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O 2º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORANDO EM ANEXO

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 318/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 318/2016

Aditivo Nº : 318/2016 - Contrato Nº: 810/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
Valor : 792,00 (setecentos e noventa e dois reais)
Vigência : Início: 08/09/2016 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 189/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : TERMO ADITIVO DE R\$ 792,00 REFERENTE A TRANSFERÊNCIA DOS ITENS Nº 15, 66, 75 E 96 DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O 2º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORANDO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 319/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 319/2016

Aditivo Nº : 319/2016 - Contrato Nº: 809/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD

Valor : 569,00 (quinhentos e sessenta e nove reais)
Vigência : Início: 08/09/2016 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 189/2015
Recursos : Dotação:

Objeto :

TERMO ADITIVO DE R\$ 569,00 REFERENTE A TRANSFERÊNCIA DOS ITENS Nº 33 E 123 DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O 2º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORANDO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 320/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 320/2016

Aditivo Nº : 320/2016 - Contrato Nº: 814/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA - EPP
Valor : 2.066,00 (dois mil e sessenta e seis reais)
Vigência : Início: 08/09/2016 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 189/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : TERMO ADITIVO DE R\$ 2.066,00 REFERENTE A TRANSFERÊNCIA DOS ITENS Nº 62 E 72 DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O 2º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORANDO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 321/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 321/2016

Aditivo Nº : 321/2016 - Contrato Nº: 813/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SUPER VAREJO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME
Valor : 61,00 (sessenta e um reais)
Vigência : Início: 08/09/2016 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 189/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : TERMO ADITIVO DE R\$ 61,00 REFERENTE A TRANSFERÊNCIA DOS ITENS Nº 69 E 130 DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O 2º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORANDO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 322/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 322/2016

Aditivo Nº : 322/2016 - Contrato Nº: 760/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: A.C.M.M SERVIÇOS DE ENERGIA ELETRICA LTDA - EPP
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 08/09/2016 Término: 08/10/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 211/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DA REDE ELÉTRICA DA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 323/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 323/2016

Aditivo Nº : 323/2016 - Contrato Nº: 47/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 09/09/2016 Término: 09/11/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 11/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS: SANTO DOMINGO OGLIARI, ROSSA FOGAÇA E RICARDO LENZER, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 804216/2014 PROCESSO Nº 2622.1017172-86/2014, MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 324/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 324/2016

Contrato Nº.: 324/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: DA CAZ AUTO PECAS LTDA - EPP
 Valor : 5.615,00 (cinco mil seiscentos e quinze reais)
 Vigência : Início: 12/09/2016 Término: 12/11/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 165/2016
 Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (122)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto E MANUTENÇÃO DA VIATURA NISSAN/FRONTIER PLACA JIG0591 DE USO DA UNIDADE DE POLÍCIA MILITAR DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 325/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 325/2016

Aditivo Nº : 325/2016 - Contrato Nº: 767/2015
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: I. TRAPP CIA LTDA
 Valor : 105,30 (cento e cinco reais e trinta centavos)
 Vigência : Início: 12/09/2016 Término: 07/12/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 199/2015
 Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (28),
 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (41), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00
 (42), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (64),
 2.071.4.4.90.00.00.00.00.00 (65), 1.019.4.4.90.00.00.00.00.00
 (79), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (85),
 2.065.3.3.90.00.00.00.00.00 (100), 2.065.4.4.90.00.00.00.00.00
 (101), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (112)

Objeto : ADITIVO DE VALOR PARA REAJUSTE NA AQUISIÇÃO EVENTUAL DE CARGA E BOTTÃO DE GÁS P 13 E P 45 PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 326/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 326/2016

Contrato Nº.: 326/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP
 Valor : 545.770,17 (quinhentos e quarenta e cinco mil setecentos e setenta reais e dezessete centavos)
 Vigência : Início: 13/09/2016 Término: 13/02/2017
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 160/2016
 Recursos : Dotação: 1.016.4.4.90.00.00.00.00.00 (69),

1.016.4.4.90.00.00.00.00.00 (115)

Objeto : PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBUQ) NA RUA PAULO BERNARDONI, COM INÍCIO NA RUA LUIZA DACOL E TÉRMINO NA RUA LEOPOLDO ARUDA NO BAIRRO SANTO ANTONIO. CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 829680/2016, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 327/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 327/2016

Aditivo Nº : 327/2016 - Contrato Nº: 52/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: LNC COMUNICACOES SA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 15/09/2016 Término: 12/02/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2016
 Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (28)

Objeto : PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, NA IMPRENSA ESCRITA COM VEICULAÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 328/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 328/2016

Contrato Nº.: 328/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: ESCRIMATE COM E SERVICOS DE INFORMATICA - EIRELI
 Valor : 329,00 (trezentos e vinte e nove reais)
 Vigência : Início: 15/09/2016 Término: 17/03/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2016
 Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4),
 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (28), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00
 (64), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (85),
 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (92), 2.065.3.3.90.00.00.00.00.00
 (100), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (112)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, SECRETARIA DE ESPORTES, AÇÃO SOCIAL, SAÚDE, HABITAÇÃO, EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 329/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 329/2016

Aditivo Nº : 329/2016 - Contrato Nº: 25/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI - M
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 16/09/2016 Término: 19/10/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 244/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE ROTATÓRIAS NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 330/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 330/2016

Contrato Nº...: 330/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: NETDONIL INFORMATICA E MATERIAIS ELETRICOS LTDA -
Valor : 4.064,00 (quatro mil e sessenta e quatro reais)
Vigência : Início: 19/09/2016 Término: 19/09/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 166/2016
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (122), 2.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (123)

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS PARA USO NA UNIDADE DA POLÍCIA MILITAR DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 331/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 331/2016

Contrato Nº...: 331/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: JOAO LUIZ BARONI - EPP

Valor : 3.200,00 (três mil e duzentos reais)
Vigência : Início: 19/09/2016 Término: 19/09/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 166/2016
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (122), 2.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (123)

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS PARA USO NA UNIDADE DA POLÍCIA MILITAR DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 332/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 332/2016

Aditivo Nº : 332/2016 - Contrato Nº: 296/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: NETDONIL INFORMATICA E MATERIAIS ELETRICOS LTDA -
Valor : 966,00 (novecentos e sessenta e seis reais)
Vigência : Início: 20/09/2016 Término: 24/08/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 151/2016
Recursos : Dotação: 2.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (39), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (118)

Objeto : AQUISIÇÃO DE CÂMERA E EQUIPAMENTO DE VIGILÂNCIA E GRAVAÇÃO DE IMAGENS DE SEGURANÇA PARA USO NO PRÉDIO DA 24ª CIRETRAN, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 333/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 333/2016

Contrato Nº...: 333/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: ESCRIMATE COM E SERVICOS DE INFORMATICA - EIRELI
Valor : 940,00 (novecentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 20/09/2016 Término: 17/03/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2016
Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (28), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (64), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (85), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (92), 2.065.3.3.90.00.00.00.00.00 (100), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (112)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, SECRETARIA DE ESPORTES,

AÇÃO SOCIAL, SAÚDE, HABITAÇÃO, EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 334/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 334/2016

Aditivo Nº : 334/2016 - Contrato Nº: 24/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: A.C.M.M SERVIÇOS DE ENERGIA ELETRICA LTDA - EPP
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 20/09/2016 Término: 20/10/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 222/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE ROTATÓRIAS NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 335/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 335/2016

Contrato Nº...: 335/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CASA DA SEGURANÇA CURITIBANOS LTDA - ME
Valor : 1.261,00 (um mil duzentos e sessenta e um reais)
Vigência : Início: 20/09/2016 Término: 20/11/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 161/2016
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (85), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (90)

Objeto : AQUISIÇÃO DE EXTINTORES VEICULARES PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E ESTRADAS VICINAIS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 336/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 336/2016

Contrato Nº...: 336/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: MANTOMAC COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
Valor : 7.178,12 (sete mil cento e setenta e oito reais e doze centavos)
Vigência : Início: 21/09/2016 Término: 21/11/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 176/2016
Recursos : Dotação: 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (127)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto de MOTONIVELADORAS DE USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS NO SETOR DE ESTRADAS VICINAIS. TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE INTERESSADOS NO PREGÃO Nº 164/2016, EM CONFORMIDADE COM O ART. 24 INCISO V DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTOS EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 337/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 337/2016

Contrato Nº...: 337/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: LINCK MAQUINAS SA
Valor : 1.833,87 (um mil oitocentos e trinta e três reais e oitenta e sete centavos)
Vigência : Início: 21/09/2016 Término: 21/09/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 176/2016
Recursos : Dotação: 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (127)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto de MOTONIVELADORAS DE USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS NO SETOR DE ESTRADAS VICINAIS. TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE INTERESSADOS NO PREGÃO Nº 164/2016, EM CONFORMIDADE COM O ART. 24 INCISO V DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTOS EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 338/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 338/2016

Contrato Nº...: 338/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: ACN COMERCIO DE PRODUTOS DE TRÂNSITO LTDA
Valor : 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais)
Vigência : Início: 23/09/2016 Término: 23/11/2016

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 179/2016
 Recursos : Dotação: 2.010.4.4.90.00.00.00.00 (123)

Objeto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE SUPORTE KIT PARA TABLETS E IMPRESSORAS PARA USO NAS VIATURAS DA UNIDADE DE POLICIA MILITAR DE CURITIBANOS. EM CONFORMIDADE COM O ART. 25 INCISO I DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTOS EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 339/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 339/2016

Contrato Nº.: 339/2016
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: ESCRIMATE COM E SERVICOS DE INFORMATICA - EIRELI

Valor : 470,00 (quatrocentos e setenta reais)
 Vigência : Início: 27/09/2016 Término: 17/03/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2016
 Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (4),
 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (28), 2.071.3.3.90.00.00.00.00 (64),
 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (85),
 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (92), 2.065.3.3.90.00.00.00.00 (100),
 2.073.3.3.90.00.00.00.00 (112)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, SECRETARIA DE ESPORTES, AÇÃO SOCIAL, SAÚDE, HABITAÇÃO, EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 340/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 340/2016

Contrato Nº.: 340/2016
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: FRIMAC REFRIGERACAO EIRELI - ME
 Valor : 2.668,00 (dois mil seiscentos e sessenta e oito reais)
 Vigência : Início: 27/09/2016 Término: 27/09/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 172/2016
 Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA USO NA POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 341/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 341/2016

Aditivo Nº : 341/2016 - Contrato Nº: 112/2016
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA
 Valor : 46,09 (quarenta e seis reais e nove centavos)
 Vigência : Início: 27/09/2016 Término: 06/04/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 38/2016
 Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (28),
 2.009.3.3.90.00.00.00.00 (33), 2.010.3.3.90.00.00.00.00 (37),
 2.011.3.3.90.00.00.00.00 (41),
 2.062.3.3.90.00.00.00.00 (56), 2.071.3.3.90.00.00.00.00 (64),
 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (85),
 2.065.3.3.90.00.00.00.00 (100), 2.075.3.3.90.00.00.00.00 (105),
 2.073.3.3.90.00.00.00.00 (112),
 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (116)

Objeto : ADITIVO DE SUPRESSÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL, TENDO EM VISTA A TRANSFERÊNCIA DE SALDO PARA A ENTIDADE ASSISTENCIA SOCIAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 342/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 342/2016

Contrato Nº.: 342/2016
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: SPERANDIO MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
 Valor : 762,30 (setecentos e sessenta e dois reais e trinta centavos)
 Vigência : Início: 28/09/2016 Término: 28/11/2016
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 182/2016
 Recursos : Dotação: 2.072.3.3.90.00.00.00.00 (90)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE VIDRO TRASEIRO PARA MANUTENÇÃO DE TRATOR MASSEY FERGUSON MF 4292/4 ANO 2016, CONFORME ART. 24 INCISO XVII DA LEI 8.666/93.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 343/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 343/2016

Contrato Nº.: 343/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: NETDONIL INFORMATICA E MATERIAIS ELETRICOS LTDA -
Valor : 1.300,00 (um mil e trezentos reais)
Vigência : Início: 28/09/2016 Término: 28/11/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 173/2016
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (122)

Objeto : AQUISIÇÃO DE LÂMPADAS PARA PROJETO EPSON PARA SUBSTITUIÇÃO NO EQUIPAMENTO UTILIZADO PELA POLÍCIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 344/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 344/2016

Contrato Nº.: 344/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AZIMUTE ENGENHARIA LTDA - ME
Valor : 18.000,00 (dezoito mil reais)
Vigência : Início: 29/09/2016 Término: 29/09/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 174/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONDAGEM DE SIMPLES RECONHECIMENTO STP NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 345/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 345/2016

Aditivo Nº : 345/2016 - Contrato Nº.: 247/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 29/09/2016 Término: 29/12/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 126/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE DA RUA JUVENAL CAETANO TRECHO 3, CONFORME CONVÊNIO Nº 2016TR 001103, FIRMADO ENTRE A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CURITIBANOS E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, E DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 346/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 346/2016

Contrato Nº.: 346/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: M Mobile Eireli
Valor : 9.150,00 (nove mil cento e cinquenta reais)
Vigência : Início: 30/09/2016 Término: 30/09/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 175/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS PARA USO NA 24ª CIRETRAN DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 347/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC SETEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 347/2016

Aditivo Nº : 347/2016 - Contrato Nº.: 122/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA
Valor : 15.028,32 (quinze mil e vinte e oito reais e trinta e dois centavos)
Vigência : Início: 30/09/2016 Término: 08/10/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 59/2016
Recursos : Dotação: 1.013.4.4.90.00.00.00.00.00 (119)

Objeto : ADITIVO DE VALOR PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RODOVIA BR 470 KM 247,6 A 251,1 CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

ADITIVO 4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO
QUARTO TERMO ADITIVO

Contratante: Município de Faxinal dos Guedes

Contratado: GI Transportes escolares Ltda

Objeto: Contratação de prestadores de serviço de transporte escolar dos alunos da rede municipal de ensino de Faxinal dos Guedes para 200 (duzentos) dias letivos.

Número do Contrato: 0014/2013

Termo Aditivo: Aditivo de KM e alteração de linhas

Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0010/2013 na Modalidade Pregão Presencial nº 0004/2013 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 07 de outubro de 2016

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 207/2016

	PORTARIA Nº 207/2016
	INTERROMPE FÉRIAS REGULAMENTAR DE SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria INTERROMPIDO O PERÍODO DE FÉRIAS REGULAMENTAR concedido à servidora Municipal ALINE MARA ENGEL, ocupante do Cargo de Auxiliar de Administração, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, retornando as atividades em 10/10/2016, conforme solicitação do Secretário Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 10 dias do mês de Outubro de 2016.

ROGÉRIO PERIN

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 22/PMF/2016-PREGÃO PRESENCIAL Nº. 142/PMF/2016

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 22/PMF/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 142/PMF/2016

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para aquisição de galerias de concreto armado para atender as necessidades do Município de Forquilha/SC.

MOTIVO: Abertos os trabalhos pela pregoeira, a Sra. Érika de Luca Tiscoski, no dia sete do mês de outubro de dois mil e dezesseis, às nove horas, a comissão decidiu por revogar o processo de pregão presencial nº. 142/2016 em função do único participante não atender as exigências do edital e consequentemente não haver propostas validas para o processo.

Forquilha/SC, 07 de outubro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 0027/2016

Aviso de Licitação – Tomada de Preços nº 0027/2016 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 0027/2016

Processo Administrativo Licitatório nº 0268/2016 – PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de regularização dos níveis do canteiro da Rua José Francisco dos Santos com a SC 355 no Bairro Portal, nesta cidade de Fraiburgo, com fornecimento do material e mão de obra, e acordo com o projeto e memoriais descritivo e quantitativo (ANEXOS AO PAL). Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço Global; Julgamento: Menor Preço UNITARIO; RECURSOS: Próprios. Entrega e Protocolo dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 27.10.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: Junto ao Setor de Compras, até às 14:15 horas do mesmo dia. Abertura: As 14:15 horas do mesmo dia. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo na Av. Rio das Antas, nº 185 ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), mediante comprovante de pagamento através do DAM (Documento de Arrecadação Municipal) ou pelo site: www.fraiburgo.sc.gov.br sem ônus. Fraiburgo(SC), 07 de outubro de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito.

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0139/2016-PMF RP 0089

Aviso do Pregão Presencial nº 0139/2016 – PMF

Registro de Preços Nº 0089/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de serviços de recapagem e vulcanizações de pneus da frota do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo), durante os meses de outubro de 2016 a março de 2017. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até às 14:00 horas do dia 25.10.2016, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 07 de outubro de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

DECRETO Nº 245/2016

DECRETO Nº 245, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo, crédito adicional suplementar para o exercício de 2016, no valor de R\$ 1.770,00 (um mil, setecentos e setenta reais), nas seguintes dotações orçamentária

02.00 – Gabinete do Prefeito		
02.03 – Cultura		
13.392.0008.2.004 – Manutenção das Atividades Culturais		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (12)	R\$	1.770,00
TOTAL		
	R\$	1.770,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.00 – Gabinete do Prefeito		
02.03 – Cultura		
13.392.0008.2.004 – Manutenção das Atividades Culturais		
3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos – Recurso 0.1.0200 (11)	R\$	1.770,00
TOTAL		
	R\$	1.770,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 07 DE OUTUBRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 246/2016

DECRETO Nº 246, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), nas seguintes dotações:

02.00 – Gabinete do Prefeito		
02.03 – Cultura		
13.392.0008.2.004 – Manutenção das Atividades Culturais		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (12)	R\$	10.000,00
10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura		

15.451.0017.2.040 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (111)	R\$	20.000,00
Total	R\$	30.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41721010200 – Cota Parte do F.P.M.	R\$	30.000,00
TOTAL	R\$	30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 07 DE OUTUBRO DE 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1790/2016

PORTARIA Nº 1790, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

Nomeia Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear GRAZIELE MATTEUCCI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 090.598.189-89, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 07 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de outubro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1791/2016

PORTARIA Nº 1791, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1258/2016 da Secretaria de Educação Cultura e Esporte;

Considerando que está substituindo por 20 horas semanais a

professora efetiva ELIANE TERESINHA DE SOUZA ANTON que assumiu a turma da professora NILVA DE FATIMA ZANON que encontra-se afastada por motivo de doença;

Considerando que está substituindo por 20 horas semanais a professora VIVIANE MARIA DE NARDI que encontra-se em tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOEDNA APARECIDA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 046.608.489-73, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de outubro de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de outubro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1792/2016

PORTARIA Nº 1792, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 1257/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

Considerando que está substituindo por 20 horas semanais a professora NILVA DE FATIMA ZANON, que encontra-se afastada por motivos de doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ELIANE TERESINHA DE SOUZA ANTON, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 737.633.659-15, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 14 de outubro de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de outubro de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1793/2016

PORTARIA Nº 1793, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

Revoga Portaria 1530/2016.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0109, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 1773 de 04 de outubro de 2016, que rescindiu o contrato do servidor, JOSÉ INÁCIO DE SOUZA DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 030.989.029-22, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com 40 horas semanais, a partir de 07 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de outubro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RECURSOS FEDERAIS 04.10.2016

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
04/10/2016	SUS	FARMÁCIA BÁSICA	15.499,33
04/10/2016	SUS	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	9.124,15
04/10/2016	SUS	SAMU	12.500,00
04/10/2016	SUS	SAMU	9.419,00
07/10/2016	SUS	MAC	3.285,00

Secretaria de Finanças

RECURSOS FEDERAIS 04.10.2016

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
04/10/2016	SUS	PACS	55.770,00
04/10/2016	SUS	PSF	53.475,00
04/10/2016	SUS	NASF	20.000,00
04/10/2016	SUS	Saúde Bucal	6.690,00
07/10/2016	SUS	PAB	75.391,33

Secretaria de Finanças

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PE046/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 046/2016

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARTICIPAÇÃO ME/EPP

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de materiais de fisioterapia, agulhas para acupuntura, órteses simples ou pré-fabricadas e meios Auxiliares de locomoção utilizada nos serviços de fisioterapia e acupuntura na Policlínica Municipal oferecidos pela Secretária de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 21/10/2016. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 21/10/2016, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 07 de outubro de 2016.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PE047/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 047/2016

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição parcelada, conforme a necessidade, Materiais elétricos para uso na manutenção da iluminação pública no município de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 14h40min do dia 21/10/2016. A sessão pública será realizada a partir das 14h50min do dia 21/10/2016, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 07 de outubro de 2016.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 165/2016

DECRETO N.º 165, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

ANULA SALDO DE EMPENHO, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA,

Art. 1º. Fica determinada, a anulação do saldo do empenho a pagar do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA, abaixo relacionado:

Nº EMPE-NHO	CREDOR	VALOR
831/2015	SILVEIRA MARTINS CONSTRUÇÕES LTDA EPP	R\$ 9.280,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de outubro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 10/10/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 166/2016

DECRETO Nº 166, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

Designa membros para formarem o Conselho Municipal DA PESSOA IDOSA DE Garopaba e dá outras providências.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 617 de 16/06/1998 e demais legislação vigente.

Art. 1º. Ficam designados os membros eleitos, abaixo relacionados, para integrarem o Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Garopaba, Gestão 2016-2018:

1-ORGANIZAÇÃO GOVERNAMENTAL

a) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Titular: Beatriz de Souza Salvador

Suplente: Karyni Cardoso Teixeira

b) Secretaria de Assistência Social

Titular: Ruth Miqueleto Honorato Batista

Suplente: Tatiana Ribeiro de Royra

c) Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Vera Lucia Fraga

Suplente: Karen Lloyd Alves Moreira

d) Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Titular: Sandra Aparecida do Amaral

Suplente: Roseli Alexandrino

e) Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento

Titular: Rosana Gonçalves Florêncio

Suplente: Nilton Cesar Rodrigues

2- ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL**a) Rede Feminina de Combate ao Câncer de Garopaba**

Titular: Maura de Abreu Luiz

Suplente: Ana Lucia de Jesus Crispim

b) Ação Social São Joaquim de Garopaba

Titular: Iara Rosana Vargas

Suplente: Denoli dos Santos Roque

c) Associação dos Aposentados e Pensionistas de Garopaba

Titular: Luiz Carlos Pinto Gil

Suplente: Balbino Furtado

d) Grupo de Convivência e Fortalecimento de Vínculos dos Idosos do Município de Garopaba

Titular: Otilia Ribeiro Rodrigues

Suplente: Marlene R. de Carvalho

e) Grupo de Convivência e Fortalecimento de Vínculos dos Idosos do Município de Garopaba

Titular: Ana Maria Pereira Lopes

Suplente: Albertina da Silva Pires

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de outubro de 2016

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 10/10/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

PORTARIA N.º 923/2016 (REPUBLICAR POR ERRO DE DIGITAÇÃO)

PORTARIA N.º 923, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 06/10/2016, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora MARIA NADIR DE ARAÚJO SOUZA, Matrícula Funcional n.º 3115, concedidas através da Portaria n.º 880/2016, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de outubro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 07/10/2016, de acordo com a

Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 925/2016

PORTARIA N.º 925, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e considerando o Ofício n.º 004/2016, da Comissão de Sindicância Administrativa, referente a Portaria n.º 779/2016:

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do parágrafo único, do artigo n.º 179, da Lei Municipal n.º 1000/2005, fica prorrogado por 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato, o prazo de conclusão da SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, referente à Portaria n.º 779/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de outubro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 10/10/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 926/2016.

PORTARIA N.º 926, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

PRORROGA POR 30 (TRINTA) DIAS OS EFEITOS DA PORTARIA N.º 761/2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente e,

RESOLVE,

Art. 1º. PRORROGAR por 30 (trinta) dias, em atenção à parte inicial do §2º do Art. 18 da Lei 1000/2005, os efeitos da Portaria n.º 761, de 30/08/2016, que "dispõe sobre a nomeação de candidato aprovado e classificado no concurso público municipal n.º 001/2015 e dá outras providências", referente à candidata HELEN ALBRECHT.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 29/09/2016,

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Garopaba, 07 de outubro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 10/10/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 150/2016

DECRETO Nº 150 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”.

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso II, da Lei nº 1917, de 09/12/2015.

DECRETA:

Art. 1º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

12.001.18.541.1042.2081 Man. do Setor de Meio Ambiente	3190	01.00.00	R\$	30.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

12.001.18.541.1042.2081 Man. do Setor de Meio Ambiente	3390	01.00.00	R\$	30.000,00

Art. 3º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Agricultura de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

13.001.20.606.1036.1024 Aq. de im./constr.do Centro de Conv/Feira Livre	4490	01.00.00	R\$	2.000,00

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o. serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

13.001.20.606.1036.1024 Aq. de im./constr.do Centro de Conv/Feira Livre	3390	01.00.00	R\$	2.000,00
---	------	----------	-----	----------

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

José Chaves
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 151/2016

DECRETO Nº. 151 de 07 de outubro de 2016

“Dispõe sobre a designação da servidora Ariane Leandro, Diretora de Saúde, para responder pela Secretaria Municipal de Saúde.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica designada a servidora ARIANE LEANDRO, Diretora de Saúde – CC2, para responder pela Secretaria Municipal de Saúde, subordinada ao Gabinete do Prefeito.

ART. 2o - Este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de outubro de 2016.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 152/2016

DECRETO Nº 152, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, I, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

Art. 1º - Designar a Sra. ARIANE LEANDRO, responsável pela Secretaria Municipal de Saúde, para responder como gestora do Fundo Municipal da Saúde.

Art. 2º - Fica revogado o Decreto 139 de 23 de setembro de 2016.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de outubro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 153/2016

DECRETO Nº 153 de 07 de outubro de 2016

"DISPÕE SOBRE A MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, I, f, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam autorizados o Prefeito Municipal senhor José Chaves, o Secretário de Administração, Planejamento e Finanças senhor Iolando de Assis, e a gestora do Fundo Municipal de Saúde, senhora Ariane Leandro, a efetuar as operações bancárias, nas contas 7434-9, 58040-6, 91046-5, 114674-2 de titularidade do Fundo Municipal de Saúde sob CNPJ nº 83.102.848/0001-59, como também nas contas bancárias do Fundo Municipal de Saúde sob CNPJ nº 11.303.923/0001-39 conforme abaixo:

- 1 - Emitir Cheques
- 2 - Abrir Contas de Depósito
- 3 - Autorizar Cobrança
- 4 - Solicitar Saldos e Extratos
- 5 - Requisitar Talonários de Cheques
- 6 - Autorizar Débito em Conta Relativo a Operações
- 7 - Sustar/Contra-Ordenar Cheques
- 8 - Cancelar Cheques
- 9 - Baixar Cheques
- 10 - Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras
- 11 - Cadastrar, Alterar e Desbloquear Senhas
- 12 - Efetuar Pagamentos por Meio Eletrônico
- 13 - Efetuar Transferências por Meio Eletrônico
- 14 - Efetuar Movimentação Financeira pelo Gerenciador Financeiro
- 15 - Consultar Contas/Aplicações de Programas e Repasses de Recursos Federais
- 16 - Liberar Arquivos de Pagamentos
- 17 - Solicitar Saldos/Extratos de Investimentos
- 18 - Solicitar Saldos/Extratos de Operações de Crédito
- 19 - Emitir Comprovantes
- 20 - Efetuar Transferência para mesma Titularidade
- 21 - Encerrar Contas de Depósito

Art. 2º - As operações serão realizadas sempre em conjunto, com duas assinaturas, sendo uma obrigatoriamente do gestor do Fundo.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 141 de 23 de setembro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 149/2016

PORTARIA Nº. 149, de 07 de outubro de 2016.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 135/2016, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Agente Administrativo, o Senhor Leonardo Davi Souza de Pasquale, CPF nº 044.163.869-40, RG nº 8.077.619-5 - SSP/PR, com lotação destinada à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças por 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo Único - O servidor acima empossado terá como base salarial o início da Carreira Professor, Classe II, Referência "A".

Art. 2o. O servidor ora empossado, passa a ser regido em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 07 de outubro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 150/2016

PORTARIA Nº 150, de 07 de outubro de 2016.

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA PORTARIA Nº 134/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

CONSIDERANDO o Decreto nº 148/2016 que dispõe sobre a exoneração da Sra Vanessa Marilyng Backes Nagel do cargo de Secretária Municipal de Saúde,

RESOLVE:

ART. 1º. Alterar o art. 3º da Portaria nº 134 de 16 de setembro de 2016, a qual passa a vigor nos seguintes termos:

"Art. 3o. A comissão será composta pelos servidores públicos municipais: Ariane Leandro, Karine Helouisa Eberhardt Zehnpfennig e Andréia Luzia Barroso sendo presidida pela primeira".

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 07 de outubro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 151/2016

PORTARIA Nº 151, de 07 de outubro de 2016.

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA PORTARIA Nº 139/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

CONSIDERANDO o Decreto nº 148/2016 que dispõe sobre a exoneração da Sra Vanessa Marilyn Backes Nagel do cargo de Secretária

Municipal de Saúde,

RESOLVE:

ART. 1º. Alterar o art. 3º da Portaria nº 139 de 23 de setembro de 2016, a qual passa a vigor nos seguintes termos:

"Art. 3º. A comissão será composta pelos servidores públicos municipais: Ariane Leandro, Renan Marcus de Santana e Karine Helouisa Eberhardt Zehnpfennig, sendo presidida pela primeira."

ART. 2º. Esta Portaria entra em vigor a contar de 07 de outubro de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 23/2016

Resolução nº 0023/2016

Dispõe sobre carga horária de servidor Ernandes Mendonça Fürbringer.

Considerando Lei Complementar 86/2015;

Considerando que as reuniões das Comissões não são mais realizadas nas quartas-feiras;

Considerando que as reuniões das Comissões não estão sendo transmitidas através da web;

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial ao artigo 50, parágrafo 3º, inciso II do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - Revoga a Resolução 19/2015, de 01 de Julho de 2015.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 07 de outubro de 2016

Reginaldo Mews Rosa

Presidente da Mesa Diretora

Gaspar

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE Nº 225/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 225/2016

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os servidores do Município de Gaspar, lotados na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. CONTRATADO: VIAÇÃO PIRACICABANA (54.360.623/0047-87); Valor Total Julgado: R\$ 640,00 (seiscentos e quarenta reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93. Gaspar (SC), 30 de setembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 226/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

INEXIGIBILIDADE Nº 226/2016

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os servidores e/ou funcionários das Secretarias do Município de Gaspar. CONTRATADO: ANDRÉ MURCHESCKI – COLETIVO CATURANI (CNPJ nº 13.679.560/0001-66). Valor Total Julgado: R\$ 43.581,00 (quarenta e três mil, quinhentos e oitenta e um reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 05 de outubro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 227/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 227/2016

OBJETO: Contratação de apresentação artística da atriz Daniele Pamplona: "FADA FLORA E O MUNDO DAS HISTÓRIAS", para o evento "4º Festival Literário Cidade de Gaspar" a realizar-se no dia 27 de outubro de 2016, às 09 horas e às 14:00 horas na Biblioteca Pública Municipal Dom Daniel Hostin, Centro de Gaspar. CONTRATADO: DANIELE APARECIDA MULLER PAMPLONA SOARES. CPF (009.016.709-01). Valor Total Julgado: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso III, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 05 de outubro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 228/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 228/2016

OBJETO: A contratação do ESPETÁCULO DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA "Uma História": Que Presente Saboroso!, para o evento "4º Festival Literário Cidade de Gaspar" a realizar-se no dia 26 de outubro de 2016, às 09 horas e às 14:00 horas na Biblioteca Pública Municipal Dom Daniel Hostin, Centro de Gaspar. CONTRATADO: Emiliano Daniel de Souza; CPF (887.313.169-72). VALOR TOTAL JULGADO: R\$1.300,00 (um mil e trezentos reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso III, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 05 de outubro de 2016

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 229/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade nº 229/2016

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para as crianças e adolescentes que frequentam o Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Maria Hendricks. CONTRATADO: ANDRÉ MURCHESCKI – COLETIVO CATURANI (CNPJ nº 13.679.560/0001-66). VALOR TOTAL JULGADO: R\$ 1.464,00 (um mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 05 de outubro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

PORTARIA Nº 5.039, DE 04 DE OUTUBRO DE 2016

PORTARIA Nº 5.039, DE 04 DE OUTUBRO DE 2016.

NOMEIA SERVIDORA PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei 1.347, de 24 de abril de 1992,

RESOLVE:

Art. 1º Nomeia a servidora abaixo relacionada conforme classificação no Edital do Processo Seletivo nº 015/2015 da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

Nome	Admissão	Cargo
WANDERLEIA MARISA ISENSE STEFAN	07/03/2016	PROFESSORA DOC III-8

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 07 de março de 2016.

Gaspar, 04 de outubro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

RESOLUÇÃO Nº 010/2016 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 010/2016.

Aprova os relatórios da prestação de contas do co-financiamento do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS referente o exercício de 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal, nº 1.648, de 16 de janeiro de 1997, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Gaspar – CMAS e,

CONSIDERANDO:

Decreto nº 3.316, de 17 de junho de 2010. Dispõe sobre a prestação de contas de recursos financeiros transferidos do Fundo

Estadual de Assistência Social aos Fundos Municipais de Assistência Social - FEAS/FMAS;

- Considerando o Decreto nº 1.968, de 17 de janeiro de 2014. Altera e revoga dispositivos do Decreto nº 3.316, de 2010, que dispõe sobre a prestação de contas de recursos financeiros transferidos do Fundo Estadual de Assistência Social aos Fundos Municipais de Assistência Social (FEAS/FMAS), e estabelece outras providências;

- Ata da reunião ordinária do CMAS nº 009/2016, de 03 de agosto de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o Parecer deste Conselho sobre o Relatório de Recursos Analíticos das Operações realizadas no ano de 2015, constante no Anexo Único, do Decreto Estadual nº 1.968 de 17 de janeiro de 2014, referente aos recursos recebidos em 2015 do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS pelo Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gaspar, 05 de agosto de 2016

SANTIAGO MARTIN NAVIA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Grão Pará

PREFEITURA

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA (PAULO PEDRO GESSER)

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do Artigo 5º, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Paulo Pedro Gesser ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015, condicionando o fornecimento de produtos, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: PAULO PEDRO GESSER ME
Restos a Pagar: 1416, 1426, 1455, 1480, 1481.
Ordem de Pagamento: 0234, 0275, 0278, 0314, 0370, 0371, 0475.

Valor: R\$ 1.630,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 07 de outubro de 2016.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA (QUIMIGRAP)

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que Quimigrap Comércio e Representação de Produtos de Limpeza Ltda possui valores em haver do Município de Grão-Pará que se enquadram dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos; e que a aquisição de que trata a Ordem de Pagamento abaixo descrita vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: QUIMIGRAP COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
Ordens de Pagamento: 1825, 1658, 1865, 1986, 1987, 1988, 1989, 2089, 2064, 2369 e 2370.

Valor: R\$ 1.862,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 10 de junho de 2016.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA (QUIMIGRAP)2

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que Quimigrap Comércio e Representação de Produtos de Limpeza Ltda possui valores em haver do Município de Grão-Pará que se enquadram dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos; e que a aquisição de que trata a Ordem de Pagamento abaixo descrita vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: QUIMIGRAP COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
Ordens de Pagamento: 2734, 2741, 2742, 2743, 2744, 2745, 3198, 3786, 3774, 3792, 3793, 3794, 3844, 4018, 4114, 4115, 4116, 4297, 4315, 4316, 4344, 4345..

Valor: R\$ 3.436,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 07 de outubro de 2016.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

AD02.16 CONTRATO 123.2014 IMPACTO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA ME

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N° : Ad02/16Con123/14 - Contrato N°: 123/2014

Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada...: IMPACTO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA

Valor : 4.320,00 (quatro mil trezentos e vinte reais)

Vigência : Início: 07/10/2016 Término: 10/10/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 121/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA
AREA DE INFORMATICA, PARA LICENÇA DE USO DE SOFTWARE
PARA GESTÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, BEM COMO
SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO DOS USUÁRIOS NO
REFERIDO SISTEMA.

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 019/2016 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 019/2016 – FMAS

Objeto: Contratação de instituições de longa permanência de idosos para os graus 1 e 3 para o município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Inexigibilidade.

Fundamento Legal: Art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, através do seu Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ nº 13.884.310/0001-68, situada na Rua Irineu Vilela Veiga, nº 22, Centro, em Guaramirim (SC).

Entrega dos envelopes a partir do dia 13 de agosto de 2016 até o dia 12 de agosto de 2017.

O Edital poderá ser adquirido no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, no Setor de Licitações, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 14h, ou pelo site <https://guaramirim.atende.net> ou pelo telefone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 7 de outubro de 2016.

Lauro Fröhlich
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO 150/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Eletrônico 150/2016

Processo Licitatório: 150/2016

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Entrega das propostas: a partir de 10/10/2016 às 08h00 no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Abertura das Propostas: 25/10/2016 às 09:00hrs (horário de Brasília) no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Cópias do Edital contendo detalhes poderão ser obtidas nos sites: www.portaldecompraspublicas.com.br e www.guaramirim.sc.gov.br. Maiores informações pelo fone (47) 3373-0247, no horário das 08:00 hrs às 14:00hrs.

Guaramirim (SC), 07 de outubro de 2016.

LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO 154/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 154/2016

Processo Licitatório: 154/2016

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS PUBLICAÇÕES DE ATOS LEGAIS EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO ESTADUAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: 24/10/2016 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 24/10/2016 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 14:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 07 de outubro de 2016.

LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2016 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2016 – FMAS

Objeto: Manutenção emergencial da geladeira do Lar da Criança Marcos Valdir Moroso de Guaramirim (SC).

Modalidade da Licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Art. 24, Incisos II e IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, através do seu Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ sob o nº 13.884.310/0001-68, situado na Rua Irineu Vilela Veiga, nº 222, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina. Contratada: Arfrio Refrigeração & Climatizações Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 18.948.104/0001-98, situada na Rua Athanasio Rosa, nº 1161, bairro Amizade, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina. ContrCon

Valor: R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais).

Guaramirim (SC), 7 de outubro de 2016.

Lauro Fröhlich
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 156/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 156/2016 – PMG

Objeto: Aquisição emergencial de facas e kits de porca, parafuso e arruela para as enxadas rotativas da Secretaria Municipal de Agricultura de Guaramirim (SC).

Modalidade da Licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situada na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratada: Tranorte Sistemas Mecanizados Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 04.308.019/0003-12, situada na Rodovia BR 280, km 55, nº 11394, bairro Amizade, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina. ContrCon

Valor: R\$ 1.591,92 (mil quinhentos e noventa e um reais e noventa e dois centavos).

Guaramirim (SC), 7 de outubro de 2016.
Lauro Fröhlich
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 564/2016

PORTARIA Nº. 564/2016

Exonera Eleni Maria Meister.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Eleni Maria Meister, da função de Técnica de Enfermagem, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 05 de outubro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 07 de outubro de 2016.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 565/2016

PORTARIA Nº. 565/2016

Exonera Maico Sergio Ventorini.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Maico Sergio Ventorini, da função de Encarregado,

vinculado à Secretaria de Esporte e Lazer, a partir de 06 de outubro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 07 de outubro de 2016.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 566/2016

PORTARIA Nº. 566/2016

Aplica Penalidade ao servidor A. J. B.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, tendo em vista o disposto no art. 74, da Lei Complementar nº. 007/2001, bem como o julgamento constante do Processo Administrativo Disciplinar nº. 01/2016, instaurado pela Portaria nº. 140/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Aplicar a penalidade de exoneração ao servidor A. J. B, na função de Professor de Esportes II, matrícula nº. 61050, por ter infringido o disposto no art. 49, incisos I, IX e XI, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2001.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 07 de outubro de 2016.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

168/2016

DECRETO Nº 168/2016
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.455/15 de 26 de novembro de 2015.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.300,00 quatro mil e trezentos reais), no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Guarujá do Sul, no exercício de 2016, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

02- Coordenação de Programas:

Atividade: 1202.08.244.0006.2.056

4.4.90.00-00.00.0230- Aplicações Diretas R\$ 4.300,00

Soma R\$ 4.300,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, fica utilizado o recurso do excesso de arrecadação do exercício de 2016, referente recursos do IGDBF, no valor de R\$ 4.300,00.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,

06 de outubro de 2016.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Claudio Inácio Weschenfelder

Secretário Administração e Fazenda

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL - PREF 44/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO LICITATORIO Nº. 44/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2016

O município de Guarujá do Sul, comunica a alteração do edital, bem como a mudança da data de abertura para 24/10/2016 do Processo Licitatório para Aquisição de Equipamentos Agrícolas para ser utilizada pela Secretaria Municipal de Agricultura, em execução ao Contrato de Repasse nº. 830783/2016 / MDA / CAIXA (Processo nº. 2623.1031581-41/2016) - Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Caixa Econômica Federal e o município de Guarujá do Sul, conforme Alteração de Edital 01.

A Alteração está à disposição dos interessados, no horário da 07:00 as 13:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal, no site www.guarujadosul.sc.gov.br ou informações pelo fone 49 36420122.

Guarujá do Sul, SC, 07 de outubro de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO - FMAS 17, 18 E 19

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 17/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 07/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATADO: BOSA & BOSA LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender ao CRAS (Centro de Referencia da Assistência Social), Centro de Convivência do Idosos, e Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 3.823,08

VIGENCIA: 31/12/2016

Guarujá do Sul, SC, 07 de outubro de 2016.

Adelise de Oliveira,

Responsável FMAS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 18/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 07/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATADO: A.E.M. OESTE COMERCIAL LTDA ME

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender ao CRAS (Centro de Referencia da Assistência Social), Centro de Convivência do Idosos, e Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 4.678,37

VIGENCIA: 31/12/2016

Guarujá do Sul, SC, 07 de outubro de 2016.

Adelise de Oliveira,

Responsável FMAS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 19/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 07/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATADO: SUPERMERCADO E TRANSPORTES GALLERT LTDA ME

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender ao CRAS (Centro de Referencia da Assistência Social), Centro de Convivência do Idosos, e Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 7.297,74

VIGENCIA: 31/12/2016

Guarujá do Sul, SC, 07 de outubro de 2016.

Adelise de Oliveira,

Responsável FMAS.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1122/2016

PORTARIA Nº 1122/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora ADRIANE BERNARDO (Matr. 597), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/B, Anexo XI da LC Nº. 316/2016, 40 horas semanais, para responder pela função de Diretor de Escola, Nível - DAS-1, junto a EBM Cruz e Sousa, a partir de 06 de outubro de 2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Outubro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1123/2016

PORTARIA Nº 1123/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Avaliação de Desempenho, à Servidora Patrícia de Sordi (Matr. 2563), nascida aos 02/10/1983, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/A, anexo XI, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível/Referência - 7/B, anexo XI, a partir de 03 de outubro de 2016, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de Outubro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1124/2016

PORTARIA Nº 1124/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Avaliação de Desempenho, à Servidora Margarete Volpato

Proner (Matr. 1013), nascida aos 05/10/1966, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/E, anexo XI, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível/Referência - 8/A, anexo XI, a partir de 05 de outubro de 2016, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de Outubro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1125/2016

PORTARIA Nº 1125/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

INCORPORAR o Adicional por Tempo de Serviço, à servidora Regina Augusta Steffani Parize (Matr. 90), nascida aos 06/10/1958, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 9/B, Anexo XI, 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do artigo 90, seus parágrafos e conforme o previsto no Anexo II da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre Agosto de 2011 e Agosto de 2016, num percentual acumulado de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o Salário Base.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de Outubro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam**PREFEITURA****CONTRATO 061/2016**

CONTRATO 061-2016

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 047/2016

PREGÃO PRESENCIAL No 027/2016

Sistema de Registro de Preços - SRP nº 015/2016

Que entre si fazem o Município de Ibiam-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiam - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. GILMAR FONTANA, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 422.402.559-00 e portador da Carteira de Identidade nº 1.300.506, de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, VIDETER TERRAPLENAGENS LTDA EPP, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 01.323.668/0001-32, com sede na Rua Luiz Carlos Carlos Machienavie, nº 70, na cidade de Videira - SC, CEP: 89.560-000 neste ato representado por sua Gerente a Srª. Rosina Machienavie, inscrita no CPF:844.856.719-68, CI: 1.332.845, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 047/2016 e Pregão Presencial nº 027/2016, SRP 015/2016, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS- Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto a aquisição de horas de trator de esteira, conforme tabela abaixo:

Item	Quantidade estimada	Unidade	Descrição	Valor máximo por hora trabalhada
1	100	Hora	Horas de Trator de Esteira peso operacional mínimo 14 toneladas, máquina em bom estado de conservação, ano de fabricação mínimo 2008, custos com transporte da máquina, combustível, e Operador sob responsabilidade da empresa vencedora da licitação. As horas serão utilizadas para atendimento ao produtor rural, através do Programa de incentivo conforme lei Municipal 439/10, onde 50% do valor dos serviços prestados são pagos pelo agricultor, 50% pagos pelo Município de Ibiam.	R\$ 218,00

CLÁUSULA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE ENTREGA

Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 24(vinte e quatro) horas, para prestar os serviços, conforme AF. Para cada dia de atraso na prestação dos serviços, poderá o Município cobrar multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 10(dez) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta, de recursos próprios do Município de Ibiam.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão próprios do Município do orçamento do exercício financeiro em vigor, conforme segue:

Reduzido	Unidades	Destinação	Complemento do Detalhamento
34	20.21	MANUT. DAS ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	3390399900000
55	20.23	MANUTENÇÃO SEC. INFRAESTRUTURA TRANSP. E OBRAS.	3390399900000

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor total do presente contrato é de R\$ 21.800,00 o pagamento, referente às horas licitadas para a Secretaria de Agricultura e Secretaria de Obras, será efetuado conforme Lei Municipal N.º 439, de 07 de Maio de 2010, e conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2.880/2016. Para ambos os casos, o pagamento será efetuado, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de relatório das horas executadas em cada propriedade, assinado pelo secretário de Agricultura e pelo proprietário do terreno. As horas executadas para a Secretaria de Obras, o relatório será assinado pelo Secretário de Obras e pelo fornecedor, em ambos os casos, mediante apresentação

da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br.

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE

Não haverá reajuste, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

É assegurado à CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro (Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II – Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada assinar aditivo de redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

CLÁUSULA OITAVA: VIGÊNCIA

O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura, com vigência até 30 de Dezembro do exercício em vigor.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 027/2016, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais. E demais sanções, conforme previsto no edital e ata de registro de preços, parte integrante deste processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Secretário de Agricultura, conforme portaria 185/2011, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 027/2016, Processo Licitatório nº 047/2016, SRP: 015/2016, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, e demais legislação vigente e pertinente. A administração providenciara a publicação do extrato do presente contrato, até o dia 5 do mês subsequente, constados da data de assinatura do presente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiam/SC, 23 de Setembro 2016

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

VIDETER TERRAPLENAGENS LTDA

CNPJ: 01.323.668/0001-32

Gerente: Rosina Machienavie

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

José Luiz Lizot

CPF: 568.246.299-87

Olivo Ceron

CPF: 304.876.849-15

Henrique Grassi Rossato

Procurador Geral – OAB/SC 34.173

CONTRATO 062/2016**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Contrato n.º062-2016

Pelo presente instrumento de Contrato de Prestação de Serviços, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, decorrente da ratificação por lei pelos entes consorciados, do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio, de um lado, o MUNICÍPIO DE IBIAM, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.745/0001-74, com sede na Trav. Leoniza Carvalho Agostini, 20, na cidade de Ibiam, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Gilmar Fontana, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Ibiam, SC., doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua Nereu Ramos, 761, 1º andar, Sala 01, Centro, no Município de Fraiburgo, SC., neste ato representado por seu Diretor Executivo, Elói Rönna, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal n. 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações, do Contrato de Consórcio Público do CIMCATARINA, as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Aplicam-se ao Contrato de Prestação de Serviços as disposições da legislação federal de licitações, Lei nº 8.666/93, e de consórcios públicos, Lei nº 11.107/05, do Decreto nº 6.017/07, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Lei n. 546/2014.

1.2. O presente contrato é celebrado por dispensa de licitação, por se tratar de município consorciado ao CIMCATARINA, nos termos do artigo 24, XXVI, da Lei Federal n. 8666/93 c/c artigo 2º, § 1º, inciso III e artigo 17, ambos da Lei Federal n. 11.107/05 e artigo 18, do Decreto Federal n. 6017/07.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - O contrato presente tem por objeto a elaboração de Diagnóstico Socioambiental no Perímetro Urbano do município, visando nortear as políticas urbanas a partir da identificação de áreas urbanas consolidadas, áreas de interesse ecológico relevante e áreas de risco. O referido estudo vai apresentar os principais elementos da área de interesse, de modo a subsidiar as ações para o desenvolvimento urbano e regional, em consonância com as Leis Municipais; nos termos da Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009; Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009; da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e sob as orientações do Parecer Técnico do Ministério Público de Santa Catarina no 34/2014/GAM/CIP.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES

3.1 - O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 24.700,00 (vinte quatro mil e setecentos reais).

3.2 – O valor está em conformidade com a “Tabela de valores para realização dos serviços de Diagnóstico Socioambiental em áreas urbanas consolidadas dos municípios não participantes do Programa Integrado de Ações de Proteção e Gestão do Meio Ambiente – PROAMA” aprovada em assembleia geral ordinária em 04 de maio de 2016.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 – O CONTRATADO emitirá os respectivos Recibos, através de Boleto Bancário ou depósito em conta. O pagamento deverá ser realizado em 2 (duas) parcelas, sendo a 1ª (primeira) parcela no valor de R\$ 12.350,00 (doze mil trezentos e cinquenta reais) em até 10 dias após a assinatura do contrato e a 2ª (segunda) parcela no valor de R\$ 12.350,00 (doze mil trezentos e cinquenta reais) em até 10 dias após a entrega do diagnóstico socioambiental.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 - O Diagnóstico Socioambiental será elaborado por profissionais devidamente qualificados, composto pela equipe técnica do CIMCATARINA aliada a equipe técnica do próprio Município.

5.2 - A equipe técnica envolvida na elaboração do Diagnóstico Socioambiental terá caráter multidisciplinar.

CLÁUSULA SEXTA – DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

6.1 - A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público.

6.2 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do CONTRATADO, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município Contratante e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

6.3 – O CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle ou pela sociedade civil.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

7.1 - São direitos do CONTRATANTE:

- a) Acompanhar e receber informações sobre a elaboração do Diagnóstico Socioambiental;
- b) Participar e ser informado sobre os resultados das reuniões de trabalho;
- c) Propor inclusão de itens e materiais considerados importantes para melhoria dos estudos;
- d) Exigir alterações no material elaborado conforme novas informações relevantes;
- e) Ter acesso a todo o material produzido, inclusive os mapas, em arquivos desbloqueados, conforme o formato solicitado.

7.2 - São deveres do CONTRATANTE:

- a) Participar da elaboração do Diagnóstico Socioambiental com equipe técnica do próprio Município;
- b) Participar da elaboração do Diagnóstico Socioambiental com servidores do próprio Município, de áreas ambientais e correlatas que detenham informações e ou conhecimentos sobre os itens abordados nos estudos;
- c) Fornecer informações necessárias para a elaboração do Diagnóstico Socioambiental;
- d) Designar um servidor que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da elaboração do Diagnóstico Socioambiental;
- e) Emitir aprovação do Diagnóstico Socioambiental após conclusão dos trabalhos da equipe multidisciplinar;
- f) Transferir os recursos financeiros decorrentes dos serviços contratados;
- g) Acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes do presente contrato terá a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo

Unidade: 04 – Sec. De Agricultura e Meio Ambiente

Funcional:- 20.606.2001

Dotação: 34 – Manutenção Atividade de Apoio ao Agricultor

Elemento: 3.3.90.39.05 – Serviços Técnicos Profissionais

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1. O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até a conclusão e entrega da elaboração do Diagnóstico Socioambiental, que ocorrerá em até 12 meses, podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA NONA – DA INADIMPLÊNCIA

10.1. O CONTRATANTE inadimplente com o CONTRATADO será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, sendo suspensos os serviços do CIMCATARINA ao respectivo Município contratante até a regularização da dívida.

10.2. Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o Município contratante poderá ser excluído do CIMCATARINA, mediante deliberação da Assembleia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 – O presente contrato poderá ser rescindido por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente inexecutável;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, obrigando-se pelos serviços já prestados.
- d) ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- e) os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo que ensejou a contratação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- f) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

13.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Fraiburgo, do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que foi devidamente aprovado pela Assembleia Geral do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA.

Ibiam (SC), 27 de setembro de 2016.

Município de Ibiam GILMAR FONTANA Prefeito Municipal	CIMCATARINA ELÓI RÖNNAU Diretor Executivo
--	---

Testemunhas: Assessoria Jurídica:

1ª – Olivo Ceron – CPF 304.876.849-15
2ª – José Luiz Lizot – CPF 568.246.299-87

Henrique Grassi Rossato- OAB 34.173

CONTRATO 063/2016

CONTRATO 063/2016

Processo 065/2016

Que entre si fazem o Município de Ibiam, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, centro em Ibiam – SC, representado pelo Prefeito Municipal, GILMAR FONTANA, CPF nº 422.402.559-00, residente e domiciliado em Ibiam – SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, de outro lado, a empresa HARMONIZE INDÚSTRIA E COMERCIO TEXIL LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 04.489.202/0001-08, sediado Rua Emilio Vescovi, 153, bairro Santa Tereza, na cidade de Videira - SC, CEP 89.650-000 neste ato representado por seu Sócio Administrador o Sr. Paulo Junior Alves, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, ajustam o presente termo Contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

O presente Contrato rege-se ainda, pelas disposições Lei Federal Nº 8.666/93 Art. 24 Inciso II com suas alterações posteriores e é celebrado com base nos seguintes documentos, os quais independem de transcrição, e passam a fazer parte integrante deste Instrumento Contratual.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DO CONTRATO

Aquisição de camisetas para serem utilizada na pratica esportiva do Clube de Idosos.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ENTREGA

2. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 10(dez) dias, para fornecimento dos itens, conforme AF.

CLÁUSULA TERCEIRA: PREÇO, PAGAMENTO

3.1. O preço total do fornecimento do Objeto é de R\$ 1.620,00 (mil seiscentos e vinte reais). A ser pago após, a entrega dos itens e documento fiscal.

3.2. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2880/2015, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de nota fiscal impressa e devidamente liquidada pelo secretário competente. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br, ou protocolo@ibiam.sc.gov.br. .

CLÁUSULA QUARTA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Red. 95

Detalhamento complemento: 33903299 – Manutenção do Fundo do Idoso.

4.2. Os recursos financeiros serão próprios do Município, do orçamento do exercício financeiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA: RESCISÃO CONTRATUAL

5.1. Poderá ocorrer pelas causas e na forma previstas nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93. Parágrafo Único – O descumprimento das obrigações assumidas neste contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o prazo de 05 (cinco) dias para alegar o que entender de direito.

CLÁUSULA SEXTA: DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES.

6.1. É direito da CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas. É direito da CONTRATADA receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

6.2. É obrigação da CONTRATANTE, efetuar o pagamento ajustado e dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato. É obrigação da CONTRATADA fornecer os produtos na forma ajustada, cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares legais, assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato.

CLÁUSULA SETIMA: DAS PENALIDADES E MULTAS

7.1. Pelo atraso injustificado na entrega das mercadorias, solicitadas pela administração, fica a CONTRATADA sujeita às seguintes penalidades, previstas no caput do art. 86 da Lei federal 8.666/93, na seguinte conformidade:

a) Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

b) Em caso de atraso de pagamento por parte do comprador, pagará este ao vendedor, juros de 1% (um por cento) ao mês, mais correção monetária pelo IGPM /FGV, sobre o valor em atraso.

c) Outras penalidades: em função da natureza da infração, o Município aplicará as demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93.

7.2. Todas as despesas decorrentes da contratação, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução

do contrato, ficarão exclusivamente a cargo da contratada.

CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. Este contrato terá sua vigência até o fornecimento total dos itens solicitados.

CLÁUSULA NONA: DO FORO

9.1 As partes elegem, de comum acordo, o Foro da Comarca de Tangará – SC, para dirimir eventuais controvérsias emergentes da aplicação deste contrato.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento, em 03 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Ibiam – SC, 27 de Setembro de 2016.

MUNICIPIO DE IBIAM

GILMAR FONTANA

PREFEITO municipal

HARMONIZE INDÚSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA EPP

CNPJ: 04.489.202/0001-08

Testemunhas:

José Luiz Lizot

CPF nº 568.246.299-87

Olivo Ceron

CPF nº 304.876.849-15

Henrique Grassi Rossato

Procurador Geral- OAB 34.173

CONTRATO 064/2016

CONTRATO 064/2016

Processo 066/2016

Que entre si fazem o Município de Ibiam, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, centro em Ibiam – SC, representado pelo Prefeito Municipal, GILMAR FONTANA, CPF nº 422.402.559-00, residente e domiciliado em Ibiam – SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, de outro lado, a empresa WLPN TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 00.553.801/0001-84, sediado Rua João Foresti, 12, bairro Bom Jesus, na cidade de Caçador - SC, CEP 89.500-000 neste ato representado por seu Sócio Administrador o Sr. Leoni Terezinha Nhoatto, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, ajustam o presente termo Contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

O presente Contrato rege-se ainda, pelas disposições Lei Federal Nº 8.666/93 Art. 24 Inciso II com suas alterações posteriores e é celebrado com base nos seguintes documentos, os quais independem de transcrição, e passam a fazer parte integrante deste Instrumento Contratual.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DO CONTRATO

Contratação de empresa especializada na realização de limpeza das vias públicas do município de Ibiam.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ENTREGA

2. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 5(cinco) dias, para fornecimento dos serviços, conforme AF.

CLÁUSULA TERCEIRA: PREÇO, PAGAMENTO

3.1. O preço total do fornecimento do Objeto é de R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais). A ser pago após, a conclusão dos serviços prestados e documento fiscal.

3.2. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2880/2015, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de nota fiscal impressa e devidamente liquidada pelo secretário competente. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br, ou protocolo@ibiam.sc.gov.br. .

CLÁUSULA QUARTA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Red. 55

Detalhamento complemento: 33903978 – Manutenção Secretaria Infraestrutura Transportes e Obras.

4.2. Os recursos financeiros serão próprios do Município, do orçamento do exercício financeiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA: RESCISÃO CONTRATUAL

5.1. Poderá ocorrer pelas causas e na forma previstas nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93. Parágrafo Único – O descumprimento das obrigações assumidas neste contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o prazo de 05 (cinco) dias para alegar o que entender de direito.

CLÁUSULA SEXTA: DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES.

6.1. É direito da CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas. É direito da CONTRATADA receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

6.2. É obrigação da CONTRATANTE, efetuar o pagamento ajustado e dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato. É obrigação da CONTRATADA fornecer os produtos na forma ajustada, cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares legais, assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato.

CLÁUSULA SETIMA: DAS PENALIDADES E MULTAS

7.1. Pelo atraso injustificado na entrega das mercadorias, solicitadas pela administração, fica a CONTRATADA sujeita às seguintes penalidades,

previstas no caput do art. 86 da Lei federal 8.666/93, na seguinte conformidade:

- a) Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
- b) Em caso de atraso de pagamento por parte do comprador, pagará este ao vendedor, juros de 1% (um por cento) ao mês, mais correção monetária pelo IGPM /FGV, sobre o valor em atraso.
- c) Outras penalidades: em função da natureza da infração, o Município aplicará as demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93.

7.2. Todas as despesas decorrentes da contratação, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, ficarão exclusivamente a cargo da contratada.

CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. Este contrato terá sua vigência até a prestação total dos serviços.

CLÁUSULA NONA: DO FORO

9.1 As partes elegem, de comum acordo, o Foro da Comarca de Tangará – SC, para dirimir eventuais controvérsias emergentes da aplicação deste contrato.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento, em 03 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Ibiam – SC, 27 de Setembro de 2016.

MUNICIPIO DE IBIAM

GILMAR FONTANA

PREFEITO municipal

WLPN TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA - ME

CNPJ: 00.553.801/0001-84

Testemunhas:

José Luiz Lizot
CPF nº 568.246.299-87

Olivo Ceron
CPF nº 304.876.849-15

Henrique Grassi Rossato
Procurador Geral- OAB 34.173

CONTRATO 065/2016

CONTRATO 065/2016

Processo 067/2016

Que entre si fazem o Município de Ibiam, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, centro em Ibiam – SC, representado pelo Prefeito Municipal, GILMAR FONTANA, CPF nº 422.402.559-00, residente e domiciliado em Ibiam – SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, de outro lado, a empresa BRITAGEM GASPAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 01.924.996/0003-56, sediado Estrada Iomere/Treze Tílias Km02, na cidade de Iomere - SC, CEP 89.558-000 neste ato representado por seu Sócio Administrador o Sr. Gerson de Borba Dias, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, ajustam o presente termo Contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

O presente Contrato rege-se ainda, pelas disposições Lei Federal Nº 8.666/93 Art. 24 Inciso II com suas alterações posteriores e é celebrado com base nos seguintes documentos, os quais independem de transcrição, e passam a fazer parte integrante deste Instrumento Contratual.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DO CONTRATO

Aquisição de massa asfáltica CAUQ convencional para manutenção da vias publicas do município.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ENTREGA

2. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 05(cinco) dias, para fornecimento dos itens, conforme AF.

CLÁUSULA TERCEIRA: PREÇO, PAGAMENTO

3.1. O preço total do fornecimento do Objeto é de R\$ 4.425,00 (quatro mil quatrocentos e vinte cinco reais). A ser pago após, a entrega dos itens e documento fiscal.

3.2. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2880/2015, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de nota fiscal impressa e devidamente liquidada pelo secretário competente. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br, ou protocolo@ibiam.sc.gov.br. .

CLÁUSULA QUARTA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Red. 55

Detalhamento complemento: 33903921 – Manutenção Sec. Infraestrutura Transportes e Obras.

4.2. Os recursos financeiros serão próprios do Município, do orçamento do exercício financeiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA: RESCISÃO CONTRATUAL

5.1. Poderá ocorrer pelas causas e na forma previstas nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93. Parágrafo Único – O descumprimento das obrigações assumidas neste contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o prazo de 05 (cinco) dias para alegar o que entender de direito.

CLÁUSULA SEXTA: DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES.

6.1. É direito da CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas. É direito da CONTRATADA receber o valor

ajustado na forma e no prazo convencionados.

6.2. É obrigação da CONTRATANTE, efetuar o pagamento ajustado e dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato. É obrigação da CONTRATADA fornecer os produtos na forma ajustada, cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares legais, assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato.

CLÁUSULA SETIMA: DAS PENALIDADES E MULTAS

7.1. Pelo atraso injustificado na entrega das mercadorias, solicitadas pela administração, fica a CONTRATADA sujeita às seguintes penalidades, previstas no caput do art. 86 da Lei federal 8.666/93, na seguinte conformidade:

a) Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

b) Em caso de atraso de pagamento por parte do comprador, pagará este ao vendedor, juros de 1% (um por cento) ao mês, mais correção monetária pelo IGPM /FGV, sobre o valor em atraso.

c) Outras penalidades: em função da natureza da infração, o Município aplicará as demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93.

7.2. Todas as despesas decorrentes da contratação, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, ficarão exclusivamente a cargo da contratada.

CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. Este contrato terá sua vigência até o fornecimento total dos itens solicitados.

CLÁUSULA NONA: DO FORO

9.1 As partes elegem, de comum acordo, o Foro da Comarca de Tangará – SC, para dirimir eventuais controvérsias emergentes da aplicação deste contrato.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento, em 03 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Ibiam – SC, 27 de Setembro de 2016.

MUNICIPIO DE IBIAM

GILMAR FONTANA

PREFEITO municipal

BRITAGEM GASPAR LTDA

CNPJ: 01.924.996/0003-56

Testemunhas:

José Luiz Lizot
CPF nº 568.246.299-87

Olivo Ceron
CPF nº 304.876.849-15

Henrique Grassi Rossato
Procurador Geral- OAB 34.173

CONTRATO 066/2016

CONTRATO 066/2016

Processo 068/2016

Que entre si fazem o Município de Ibiam, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, centro em Ibiam – SC, representado pelo Prefeito Municipal, GILMAR FONTANA, CPF nº 422.402.559-00, residente e domiciliado em Ibiam – SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, de outro lado, a empresa JEFERSON GOTTESELG - MEI, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 14.165.178/0001-05, sediado Rua Saul Brandalise nº 190, sala 304A, centro na cidade de Videira - SC, CEP 89.560-000 neste ato representado por seu Sócio Administrador o Sr. Jeferson Gotteselig, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, ajustam o presente termo Contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas: O presente Contrato rege-se ainda, pelas disposições Lei Federal Nº 8.666/93 Art. 24 Inciso II com suas alterações posteriores e é celebrado com base nos seguintes documentos, os quais independem de transcrição, e passam a fazer parte integrante deste Instrumento Contratual.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DO CONTRATO

Contratação de empresa especializada na instalação da rede lógica da Prefeitura Municipal de Ibiam.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ENTREGA

2. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 05(cinco) dias, para fornecimento dos itens e serviços conforme AF.

CLÁUSULA TERCEIRA: PREÇO, PAGAMENTO

3.1. O preço total do fornecimento do Objeto é de R\$ 7829,80 (sete mil oitocentos e vinte nove reais e oitenta centavos). A ser pago após, a entrega dos itens e prestação dos serviços e documento fiscal.

3.2. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2880/2015, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de nota fiscal impressa e devidamente liquidada pelo secretário competente. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br, ou protocolo@ibiam.sc.gov.br. .

CLÁUSULA QUARTA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Red. 117

Detalhamento complemento: 44905191 – Manutenção das Atividades Administrativas.

4.2. Os recursos financeiros serão próprios do Município, do orçamento do exercício financeiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA: RESCISÃO CONTRATUAL

5.1. Poderá ocorrer pelas causas e na forma previstas nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93. Parágrafo Único – O descumprimento das obrigações assumidas neste contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o prazo de 05 (cinco) dias para alegar o que entender de direito.

CLÁUSULA SEXTA: DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES.

6.1. É direito da CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas. É direito da CONTRATADA receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

6.2. É obrigação da CONTRATANTE, efetuar o pagamento ajustado e dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato. É obrigação da CONTRATADA fornecer os produtos na forma ajustada, cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares legais, assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato.

CLÁUSULA SETIMA: DAS PENALIDADES E MULTAS

7.1. Pelo atraso injustificado na entrega das mercadorias, solicitadas pela administração, fica a CONTRATADA sujeita às seguintes penalidades, previstas no caput do art. 86 da Lei federal 8.666/93, na seguinte conformidade:

a) Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

b) Em caso de atraso de pagamento por parte do comprador, pagará este ao vendedor, juros de 1% (um por cento) ao mês, mais correção monetária pelo IGPM /FGV, sobre o valor em atraso.

c) Outras penalidades: em função da natureza da infração, o Município aplicará as demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93.

7.2. Todas as despesas decorrentes da contratação, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, ficarão exclusivamente a cargo da contratada.

CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. Este contrato terá sua vigência até o fornecimento total dos itens solicitados.

CLÁUSULA NONA: DO FORO

9.1 As partes elegem, de comum acordo, o Foro da Comarca de Tangará – SC, para dirimir eventuais controvérsias emergentes da aplicação deste contrato.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento, em 03 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Ibiam – SC, 29 de Setembro de 2016.

MUNICIPIO DE IBIAM

GILMAR FONTANA

PREFEITO municipal

JEFERSON GOTTESELG - MEI

CNPJ: 14.165.178/0001-05

Testemunhas:

José Luiz Lizot
CPF nº 568.246.299-87

Olivo Ceron
CPF nº 304.876.849-15

Henrique Grassi Rossato
Procurador Geral- OAB 34.173

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE REABERTURA DO PROCESSO Nº 92/2016 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI

PROCESSO Nº 92/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2016

O Pregoeiro Oficial do Município de Imbituba, torna público, o fim da suspensão do processo licitatório nº 92/2016, que tem como objeto a "aquisição de saibro quartzoso para SEAPI e suas respectivas superintendências (SDR Norte, SDR Sul e SDR Oeste) ".

A sessão pública para recebimento dos envelopes, referente ao objeto supracitado realizar-se-á em 21 de outubro de 2016, às 14:00 horas, na Diretoria de Licitações.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 10 de outubro de 2016.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

EXTRATO: PMI 2015/117 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI 2015/117 A02

Contratada: FUNDAÇÃO DE EST. E PESQ. SOCIO. ECONÔMICO- FEPES

C.N.P.J: 83.566.299/0001-73

Objeto: Acréscimo de 25%(vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato original.

Valor: R\$239,009,96 Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº. 56/2015 Dispensa 08/2015

Imbituba, 15 de Setembro de 2016

Andreia Aguiar

Chefe de Gabinete Interino da Prefeitura

Municipal de Imbituba

Contratante

Fundação de Est. e Pesq. Socio

Economico-fepese

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEAST 2016/12 – A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEAST 2016/12 – A/00

Contratada: EDUARDO ELIAS

CPF 029.546.089-87

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DA CASA LAR.

Valor: R\$ 5.400,00 Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº 25/2016 Dispensa: 05/2016

Imbituba, 04 de Outubro de 2016.

Viviane Marques Bezerra

Secretária Municipal Interina da Seast

Locatário

Eduardo Elias

Representante Legal

Locador

PORTARIA PMI/GGP Nº 565/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 565, de 07 de outubro de 2016.

Dispõe sobre a Demissão de Farmacêutica, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 08/2013, admitida em 08 de outubro de 2014 através da PORTARIA PMI/DGP Nº 468/2014, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Isadora Domingos Nunes	Farmacêutica 40h	068.863.099-51	07/10/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 07 de outubro de 2016.

Gladis Farias Cândido
Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Layra Fernandes
Superintendente de Gestão Pessoal e Inovação

PORTARIA PMI/GGP Nº 566/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 566, de 07 de outubro de 2016.

Dispõe sobre a revogação da PORTARIA PMI/GGP Nº 554, de 03 de outubro de 2016, e considerar a Admissão de Psicóloga - ACESSUAS, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Revogar, a PORTARIA PMI/GGP Nº 554, de 03 de outubro de 2016, e considerar a admissão da abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado EDITAL PMI/CERSP/PSS/Nº 18/2014, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Márcia Martins dos Passos	Psicóloga - ACESSUAS 20h	003.941.809-09	03/10/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 07 de outubro de 2016.

Gladis Farias Cândido
Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Layra Fernandes
Superintendente de Gestão Pessoal e Inovação

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 2144/16

. DECRETO Nº 2144/16

. De 07 de outubro de 2016

Cancelamento de restos a pagar

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito no Exercício do cargo de Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA

Art. 1º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Município, não realizadas e/ou não pagas, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

ENTIDADE	Nº EMPENHO	ESPÉCIE	CREDOR	VALOR EMPENHADO	VALOR A CANCELAR	MOTIVO
MUNICÍPIO DE INDAIAL	4892-0/2014	GLOBAL	BLOCO PAV PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA EPP	R\$ 1.342.517,92	R\$ 3.407,93	SALDO NÃO SERÁ UTILIZADO NO EXERCÍCIO DE 2016

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através da sua reinscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 7 de outubro de 2016.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 067/2016

TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 067/2016

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, AL CERTA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.479.726/0001-75, com sede na Rua 25 de Julho, nº 188, bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Richard Esteves, brasileiro, solteiro, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob nº 005.308.419-59 e Cédula de Identidade nº 3.977.991-2 SESP/SC, doravante simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a construção de cobertura com estrutura e telhas metálicas em uma academia de saúde, com área total de 94,48 m², conforme anexos VI, VII e VIII do edital mencionado na Cláusula Primeira, passa vigorar da seguinte forma;

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO



5.1. O prazo de execução das obras é de 12 de setembro de 2016 até 11 de outubro de 2016, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 09 de setembro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FUNDO MUN. DE SAÚDE DE INDAIAL Adriane Machado Ferrari Contratante
AL CERTA CONST. E INCORPORADORA LTDA EPP Richard Esteves Contratada	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Tânia Lúcia Petters Assessora Jurídica OAB/SC nº 5.824

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº 067/2016

TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº 067/2016

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, AL CERTA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.479.726/0001-75, com sede na Rua 25 de Julho, nº 188, bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Richard Esteves, brasileiro, solteiro, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob nº 005.308.419-59 e Cédula de Identidade nº 3.977.991-2 SESP/SC, doravante simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a construção de cobertura com estrutura e telhas metálicas em uma academia de saúde, com área total de 94,48 m2, conforme anexos VI, VII e VIII do edital mencionado na Cláusula Primeira, passa vigorar da seguinte forma;

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo de execução das obras é de 12 de outubro de 2016 até 10 de novembro de 2016, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 05 de outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FUNDO MUN. DE SAÚDE DE INDAIAL Adriane Machado Ferrari Contratante
AL CERTA CONST. E INCORPORADORA LTDA EPP Richard Esteves Contratada	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 009 AO CONTRATO Nº 198/2016

TERMO ADITIVO Nº 009 AO CONTRATO Nº 198/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – SECRETARIA DE OBRAS – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO – SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE – GABINETE DO PREFEITO – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH – FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS – FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL – FUNDEC – INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL – INDAPREV – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL – FASSPI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, IPM INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.258.027/0001-41, com sede na Avenida Trompowski, nº 354, 7º Andar, bairro Centro, na cidade de Florianópolis – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Aldo Luiz Mees, brasileiro, administrador, inscrito no CPF sob nº 292.867.519/15 e Cédula de Identidade nº 7R/865.793, residente na Rua Desembargador Arno Hoeschi, nº 361, Apto 1.301, bairro Centro, na cidade de Florianópolis – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, visa o reajuste de valores com validade a partir de setembro/2016. Sendo que a cláusula quarta, itens 4.1.; 4.1.4., letras e 4.1.5, letra “a”, do contrato original, que tem como objeto o fornecimento de licença de uso em caráter permanente de software de gestão, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUARTA: VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total previsto do presente contrato é de R\$2.459.353,62 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, trezentos e cinquenta e três reais e sessenta e dois centavos), subdivididos nos seguintes itens (totalização dos valores descritos nos itens 4.1.1 à 4.1.5 e/ou 4.1.9):

4.1.4. Suporte Técnico, no período de 48 (quarenta e oito meses): R\$1.767.118,44 (um milhão, setecentos e sessenta e sete mil, cento e dezoito reais e quarenta e quatro centavos centavos), composto da seguinte forma:

- a) - Município de Indaial, no valor mensal de R\$ 34.730,15 (trinta e quatro mil, setecentos e trinta reais e quinze centavos);
- b) - Fundação Municipal de Esportes Vereador Maro Marcos Hadlich, no valor mensal de R\$ 1.049,43 (um mil, quarenta e nove reais e quarenta e três centavos);
- c) - FIC – Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Petters, no valor mensal de R\$ 1.049,43 (um mil, quarenta e nove reais e quarenta e três centavos);

d) - INDAPREV – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos do Município de Indaial, no valor mensal de R\$ 1.049,43 (um mil, quarenta e nove reais e quarenta e três centavos);
 f) - Fundo Municipal de Saúde de Indaial, no valor mensal de R\$ 1.457,55 (um mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos);
 g) - Fundo Municipal de Assistência Social de Indaial, no valor mensal de R\$ 792,91 (setecentos e noventa e dois reais e noventa e um centavos);

h) - Fundo de Assistência a Saúde dos Servidores Públicos do Município de Indaial, no valor mensal de R\$ 513,06 (quinhentos e treze reais e seis centavos); e,

i) - Fundo Municipal da Infância e Adolescência, no valor mensal de R\$ 513,06 (quinhentos e treze reais e seis centavos).

4.1.5. Provisão de Data-Center, no período de 48 (quarenta e oito meses): R\$ 138.676,08 (cento e trinta e oito mil, seiscentos e setenta e seis reais e oito centavos), composto da seguinte forma:

a) - Município de Indaial, no valor mensal de R\$ 3.089,48 (três mil, oitenta e nove reais e quarenta e oito centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 20 de setembro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	IPM INFORMÁTICA LTDA Aldo Luiz Mees Contratada
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Márcio Antônio Ferrari Secretário Municipal	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Huebes Nicolletti Secretária Municipal
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO Remir José de Faveri Secretário Municipal	SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal	SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Paulo Roberto Ledra Secretário Interino
GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe Gabinete	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Osair Reginaldo Anacleto Responsável pela Secretaria
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAL Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Ademir Packer Diretor Executivo
FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL Nivald Reichel	FUNDAÇÃO IDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Rogério Wilson Theiss Responsável Pela Diretora Executiva
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Tânia Lúcia Petters Assessora Jurídica OAB/SC 5.824	

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 45/2016**

Portaria Nº 45/16

Concede licença-prêmio por assiduidade / Jefferson José Carlini

Vereador Anderson Luz dos Santos, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 50, da Lei Orgânica Municipal, inciso VII, do artigo 21, do Regimento Interno,

RESOLVE:

Conceder, a requerimento, 90 (noventa) dias de licença-prêmio por assiduidade, correspondente ao período aquisitivo 2011/2016, convertida em pecúnia, de acordo com artigo 88, da Lei Complementar 105/2010, de 01 de dezembro de 2010 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Indaial), ao servidor JEFFERSON JOSÉ CARLINI, ocupante do cargo de Contador da Câmara Municipal de Indaial.

Indaial, 07 de Outubro de 2016.

Anderson Luz dos Santos
Presidente da Mesa

Oswaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

PORTARIA 46/2016

Portaria Nº 46/16

Férias / Sidnei Vieira

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições, de acordo com artigo 50, inciso VII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/2010 (Estatuto Servidores Públicos do Município de Indaial), e demais disposições legais em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Ao servidor SIDNEI VIEIRA, fica convertido 10 (dez) dias em abono pecuniário, relativo ao período aquisitivo de férias de 2015/2016.

Art. 2º - Fica autorizado pagamento relativo a 1/3 (um terço) devido, conforme legislação vigente.

Art. 3º - O servidor usufruirá posteriormente 20 (vinte) dias de férias, de acordo com a conveniência administrativa ou acordo entre as partes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 07 de Outubro de 2016.

Anderson Luz dos Santos
Presidente da Mesa

Oswaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

PORTARIA 47/2016

Portaria Nº 47/16

Férias / Maria Helena Theiss

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições, de acordo com artigo 50, inciso VII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/2010 (Estatuto Servidores Públicos do Município de Indaial), e demais disposições legais em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Ao servidor MARIA HELENA THEISS, fica convertido 10 (dez) dias em abono pecuniário, relativo ao período aquisitivo de férias de 2015/2016.

Art. 2º - Fica autorizado pagamento relativo a 1/3 (um terço) devido, conforme legislação vigente.

Art. 3º - O servidor usufruirá posteriormente 20 (vinte) dias de férias, de acordo com a conveniência administrativa ou acordo entre as partes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 07 de Outubro de 2016.

Anderson Luz dos Santos
Presidente da Mesa

Oswaldo Metzner	José Klock
-----------------	------------

Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

PORTARIA 48/2016

Portaria Nº 48/16

Concede Férias/Ditmar Schwarzwald

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições, de acordo com artigo 50, inciso VII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/2010 (Estatuto Servidores Públicos do Município de Indaial), e demais disposições legais em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Ao servidor Ditmar Schwarzwald, ocupante do cargo de Assessor de Gabinete, do quadro de servidores da Câmara Municipal de Indaial, fica convertido 10 (dez) dias em abono pecuniário, relativo ao período aquisitivo de férias de 2015/2016.

Art. 2º - Fica autoriza pagamento relativo a 1/3 (um terço) devido, conforme legislação vigente.

Art. 3º - Com a presente Portaria o servidor Ditmar Schwarzwald zera o saldo de férias do período aquisitivo 2015/2016.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 07 de Outubro de 2016.

Anderson Luz dos Santos
Presidente da Mesa

Oswaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

PORTARIA 49/2016

Portaria Nº 49/16

Férias / Arlete Torette

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições, de acordo com artigo 50, inciso VII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/2010 (Estatuto Servidores Públicos do Município de Indaial), e demais disposições legais em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - À servidora Arlete Torette, ocupante do cargo de Assessora de Gabinete, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Indaial, fica convertido 10 (dez) dias em abono pecuniário, relativo ao período aquisitivo de férias de 2015/2016.

Art. 2º - Fica autorizado pagamento relativo a 1/3 (um terço)

devido, conforme legislação vigente.

Art. 3º - Com a presente Portaria, a servidora Arlete Torette zera o saldo de férias relativas ao período aquisitivo 2015/2016.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 07 de Outubro de 2016.

Anderson Luz dos Santos
Presidente da Mesa

Oswaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

PORTARIA 50/2016

Portaria Nº 50/16

Férias / Jefferson José Carlini

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições, de acordo com artigo 50, inciso VII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/2010 (Estatuto Servidores Públicos do Município de Indaial), e demais disposições legais em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Ao servidor Jefferson José Carlini fica convertido 10 (dez) dias em abono pecuniário, relativo ao período aquisitivo de férias de 2015/2016.

Art. 2º - Fica autorizado pagamento relativo a 1/3 (um terço) devido, conforme legislação vigente.

Art. 3º - O servidor usufruirá posteriormente 20 (vinte) dias de férias, de acordo com a conveniência administrativa ou acordo entre as partes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 07 de Outubro de 2016.

Anderson Luz dos Santos
Presidente da Mesa

Oswaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

Iomerê

PREFEITURA

TERMO ADITIVO TAACT16/03

TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO N. CTACT16/26

TA 03/2016

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, no município de Iomerê, SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Luciano Paganini, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, MARGARETE SERIGHELLI TASCA, brasileira, professora, inscrita no CPF sob nº 049.409.219-05 e RG 4.499.696, residente na Linha Sipp , Interior, Iomere -SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo aditar o contrato CTACT16/26 que fazem nos seguintes termos:

Art. 1. As partes firmaram contrato de prestação de serviços temporários na data de 10 de maio de 2016, para o cargo de Professor Auxiliar.

Art. 2. As partes, de comum acordo resolvem aditar o contrato temporário de Professor Auxiliar, aumentando sua carga horária para 40hs semanais, para substituir a servidora Vera Lucia Gelain Vigolo que encontra-se afastada por problemas de saúde.

Art. 3 - O presente aditivo passa a vigorar na data de 15 de setembro de 2016 e tendo seu término previsto no retorno da servidora Vera Lucia Gelain Vigolo.

Art. 4. Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CTACT16/26.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Iomerê, 15 de setembro de 2016.

LUCIANO PAGANINI
CONTRATANTE

MARGARETE SERIGHELLI TASCA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Paula Pasqual
Assessor Jurídico
OAB/SC 16164

Ipumirim

PREFEITURA

EXTRATOS DAS ATAS DE REG. DE PREÇOS DO PL 51, PP 27-ELERODOMÉSTICOS NÚCLEOS/PM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO 51/2016

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2016, do PROCESSO Nº 51/2016, homologado aos 06 de outubro de 2016, cujo objeto: é aquisição de eletrodomésticos, destinado aos Núcleos Educacionais, conforme descrições anexo ao edital, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016.51.6461
de 07 de outubro de 2016

FORNECEDOR: BONI COMERCIAL LTDA-ME, situada na RUA ANTONIO JOSE TECHIO,503, MUNICÍPIO DE IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ sob n. 85.352.995/0001-02 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 252.504.968, representado pela Senhora SIMONE DOLORES BUS-SOLARO BONISSONI, CPF:016.025.549-00.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Refrigerador frost-freee- 2 portas- na cor branca	UN	1,00	CONSUL/CRM35	1.830,00	1.830,00
11	prato fundo em porcelana branca	UN	150,00	OXFORD/PRATO FUNDO	6,50	975,00
Valor Total Registrado					2.805,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016.51.7693
de 07 de outubro de 2016

FORNECEDOR: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA, situada na AVENIDA XV DE NOVEMBRO,818, MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 85.248.680/0001-10 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 252.436.903, representado pelo Senhor ROBERTO ANTONIO TESSARO, CPF:518.086.929-34.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	Freezer vertical frost-free, capacidade mínima 218 litros	UN	1,00	ELETROLUX FE26	2.350,00	2.350,00
3	Freezer horizontal capacidade mínima 305 litros, cor branca	UN	1,00	CONSUL CHA31C	1.700,00	1.700,00
4	Lavadora de roupa turbo capacidade. mínima 13 kg UN 1,00 ELETROLUX LTD1322006				1.685,00 1.685,00	
7	liquidificador capacidade mínima de 2 litros, baixa rotação,	UN	1,00	SPOLUS SPL022	650,00	650,00
12	caldeirão em alumínio espessura 2,3mm, 60 litros	UN	1,00	EIRILAR 358	348,00	348,00
13	caldeirão em alumínio espessura 2,3mm, 36 litros	UN	2,00	EIRILAR 356	208,00	416,00
Valor Total Registrado					7.149,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016.51.9946
de 07 de outubro de 2016

FORNECEDOR: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA, situada na RUA FELIPE SCHMIDT Nº 265, BAIRRO: CENTRO, CEP: 89.620-000, Município de Joaçaba-SC, inscrita no CNPJ sob n. 23.518.341/0001-59 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 257.794.280, representado pelo Senhor LUCIANO PILATTI, CPF: 021.948.939-46.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
8	faca de mesa em aço inox, temperado com espessura 3,0mm	UN	150,00	STARTTOOLS	6,80	1.020,00
9	colher de mesa em aço inox temperado com espessura 1,50mm	UN	150,00	STARTTOOLS	3,60	540,00

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
10	Garfo em aço inox temperado com espessura de 1,50mm	UN	150,00	STARTTOOLS	3,60	540,00
Valor Total Registrado					2.100,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016.51.9950
de 07 de outubro de 2016

FORNECEDOR: GESUL COMERCIO LTDA ME, situada na AVENIDA SETE DE SETEMBRO, Nº 662, BAIRRO: CENTRO, CEP: 89.874-000, Município de MARAVILHA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 14.711.959/0001-40 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n.256.587.876, representado pelo Senhor GEISLA ANTONELLI RAYSER FLACH, CPF: 023.355.239-10.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
5	Fogão industrial 6 bocas, grelha de 30x30 3 bocas duplas	UN	1,00	Cemaf/6b	725,00	725,00
6	Coifa com exaustor de 30cm, galvanizada para fogão 6 bocas	UN	1,00	Dreyer/mf	1.640,00	1.640,00
14	extrator de sucos com motor de 0,50 cv, potência de 500 wats	UN	1,00	Cemaf/cmf01	385,00	385,00
Valor Total Registrado					2.750,00	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

MINUTA DE CHAMAMENTO PÚBLICO 03-2016-CREDENCIAMENTO/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM-SC
MODALIDADE: CREDENCIAMENTO -
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 03/2016

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que está aberto a partir do dia 25 de outubro de 2016, as inscrições para Credenciamento de instituições financeiras para prestação de serviços de recebimento de documentos de arrecadação dos tributos e demais receitas municipais, adequadas ao padrão da FEBRABAN e tratamento, na forma prevista no termo de referência constante no Anexo I do presente edital. Cópia do edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura, no horário de expediente, pelo telefone (0XX49) 3438-3429, ou (0XX49) 3438-3422 ou pelo e-mail compras@ipumirim.sc.gov.br ou no Site do Município www.ipumirim.sc.gov.br.

Ipumirim-SC, em 06 de outubro de 2016
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
Prefeito Municipal em Exercício

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL Nº 51, PP Nº 27-2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 27/2016 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 51/2016 Data do Processo: 19/09/2016
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

aquisição de eletrodomésticos,destinado aos Núcleos Educacionais, conforme descrições anexo ao edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 34/2016 (Sequência: 2)

Ao(s) 5 de Outubro de 2016, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 51/2016, Licitação nº 27/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos cinco dias do mês de outubro do ano de 2016, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio, Presidente da Comissão e a servidora Municipal Jucilene Goldoni Caliani, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deu abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: BONI COMERCIO LTDA ME, GESUL COMERCIO LTDA ME, ROBERTO TESSARO E CIA LTDA E MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem os envelopes de proposta e documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4 e seus subitens, do Edital. Assim o fez, o Sr. ROBERTO TESSARO sócio proprietário da empresa ROBERTO TESSARO E CIA LTDA, o Sr. LUIZ CARLOS MARTINS procurador da empresa MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA, a Sr. SIMONE DOLORES BUSSULARO BONISSONI sócia proprietária da empresa BONI COMERCIO LTDA ME e o Sr. ANDRÉ LUIZ LANSING SCHNORRENBURGER representante credenciado da empresa GESUL COMERCIO LTDA ME. Indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de microempresa, todas as empresas acima citadas se credenciam como microempresa ou empresa de Pequeno Porte. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, todas as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexo ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

Participante: 6461 - BONI COMERCIAL LTDA-ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Refrigerador frost-free- 2 portas- na cor branca, capacidade mínima refrigerador 332 litros capacidade mínima freezer- 109 litros	UN	1,00	CONSUL/CRM	0,0000	1.830,00	1.830,00
11	prato fundo em porcelana branca	UN	150,00	OXFORD/PRA FUNDO	0,0000	6,50	975,00
Total do Participante ———>							2.805,00

Participante: 7693 - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Freezer vertical frost-free, capacidade mínima 218 litros, na cor branca com mínimo 6 gavetas	UN	1,00	ELETROLUX FE26	0,0000	2.350,00	2.350,00
3	Freezer horizontal capacidade mínima 305 litros, cor branca	UN	1,00	CONSUL CHA31C	0,0000	1.700,00	1.700,00
4	Lavadora de roupa turbo capacidade. mínima 13 kg. 4 níveis de água na cor branca	UN	1,00	ELETROLUX LTD1322006	0,0000	1.685,00	1.685,00
7	liquidificador capacidade mínima de 2 litros, baixa rotação, copo em inox, função ligar e pulsar	UN	1,00	SPOLUS SPL022	0,0000	650,00	650,00
12	caldeirão em alumínio espessura 2,3mm, 60 litros	UN	1,00	EIRILAR 358	0,0000	348,00	348,00
13	caldeirão em alumínio espessura 2,3mm, 36 litros	UN	2,00	EIRILAR 356	0,0000	208,00	416,00
Total do Participante ———>							7.149,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 27/2016 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: **51/2016**
 Data do Processo: **19/09/2016**

Folha: 2/2

Participante: 9946 - MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	faca de mesa em aço inox, temperado com espesura 3,0mm	UN	150,00	STARTTOOLS	0,0000	6,80	1.020,00
9	colher de mesa em aço inox temperado com espesura 1,50mm	UN	150,00	STARTTOOLS	0,0000	3,60	540,00
10	Garfo em aço inox temperado com espessura de 1,50mm	UN	150,00	STARTTOOLS	0,0000	3,60	540,00

Total do Participante ———> 2.100,00

Participante: 9950 - GESUL COMERCIO LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	Fogão industrial 6 bocas, grelha de 30x30 3 bocas duplas 3 simples perfil 7 baixa pressão. mediadas. altura 080 x prof. 082 x largura 108	UN	1,00	Cemaf/6b	0,0000	725,00	725,00
6	Coifa com axaustor de 30cm, galvanizada para fogão 6 bocas , com medidas minimas 0,90 de profundidade e 1,15 de largura	UN	1,00	Dreyer/mf	0,0000	1.640,00	1.640,00
14	extrator de sucos com motor de 0,50 cv, potencia de 500 wats, com produção minima de 60kg/hora, corpo confeccionado em metal nobres	UN	1,00	Cemaf/cmf01	0,0000	385,00	385,00

Total do Participante ———> 2.750,00

Total Geral —————> 14.804,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 5 de Outubro de 2016

COMISSÃO:

LAUDECIRO FRANCIO - - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI - - Equipe de Apoio

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 51, PP Nº 27-2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 27/2016 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 51/2016 Data do Processo: 19/09/2016
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal Em Exercício, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 51/2016
b) Licitação Nr.: 27/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 06/10/2016
e) Objeto da Licitação aquisição de eletrodomésticos, destinado aos Núcleos Educacionais, conforme descrições anexo ao edital.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

BONI COMERCIAL LTDA-ME (6461)

1 Refrigerador frost-free- 2 portas- na cor branca. capacidade mínima refrigerador 332 litros capacidade mínima freezer- 109 litros - Marca: CONSUL/CRM35	UN	1,00	0,0000	1.830,00	1.830,00
11 prato fundo em porcelana branca - Marca: OXFORD/PRATO FUNDO	UN	150,00	0,0000	6,50	975,00
Total do Fornecedor:					2.805,00

GESUL COMERCIO LTDA ME (9950)

5 Fogão industrial 6 bocas, grelha de 30x30 3 bocas duplas 3 simples perfil 7 baixa pressão. mediadas. altura 080 x prof. 082 x largura 108 - Marca: Cernaf/6b	UN	1,00	0,0000	725,00	725,00
6 Coifa com axaustor de 30cm, galvanizada para fogão 6 bocas , com medidas mínimas 0,90 de profundidade e 1,15 de largura - Marca: Dreyer/mf	UN	1,00	0,0000	1.640,00	1.640,00
14 extrator de sucos com motor de 0,50 cv, potencia de 500 wats, com produção mínima de 60kg/hora, corpo confeccionado em metal nobres - Marca: Cernaf/cmf01	UN	1,00	0,0000	385,00	385,00
Total do Fornecedor:					2.750,00

Ipumirim, 6 de Outubro de 2016.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 27/2016 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 51/2016
 Data do Processo: 19/09/2016

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA (9946)

8	faca de mesa em aço inox, temperado com espesura 3,0mm - Marca: STARTOOLS	UN	150,00	0,0000	6,80	1.020,00
9	colher de mesa em aço inox temperado com espesura 1,50mm - Marca: STARTOOLS	UN	150,00	0,0000	3,60	540,00
10	Garfo em aço inox temperado com espesura de 1,50mm - Marca: STARTOOLS	UN	150,00	0,0000	3,60	540,00
Total do Fornecedor:						2.100,00

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (7693)

2	Freezer vertical frost-free, capacidade mínima 218 litros, na cor branca com mínimo 6 gavetas - Marca: ELETROLUX FE26	UN	1,00	0,0000	2.350,00	2.350,00
3	Freezer horizontal capacidade mínima 305 litros, cor branca - Marca: CONSUL CHA31C	UN	1,00	0,0000	1.700,00	1.700,00
4	Lavadora de roupa turbo capacidade, mínima 13 kg, 4 níveis de água na cor branca - Marca: ELETROLUX LTD1322006	UN	1,00	0,0000	1.685,00	1.685,00
7	liquidificador capacidade mínima de 2 litros, baixa rotação, copo em inox, função ligar e pulsar - Marca: SPOLUS SPL022	UN	1,00	0,0000	650,00	650,00
12	caldeirão em alumínio espesura 2,3mm, 60 litros - Marca: EIRILAR 358	UN	1,00	0,0000	348,00	348,00
13	caldeirão em alumínio espesura 2,3mm, 36 litros - Marca: EIRILAR 356	UN	2,00	0,0000	208,00	416,00
Total do Fornecedor:						7.149,00
Total Geral:						14.804,00

Ipumirim, 6 de Outubro de 2016.

 VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
 PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Itá

PREFEITURA

ATA DE ANALISE PROPOSTAS, PL 054/2016, TP 011/2016

ATA DE ABERTURA E ANALISE DA PROPOSTA REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2016 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 011/2016, DO MUNICIPIO DE ITÁ. Às 08h30min do dia sete do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 004 de 21 de janeiro de 2016, sob a Presidência do Senhor Delso Minski estando presentes os membros Senhoras Silvine Carla Mertins e Franciele Dall Bello para o ato de abertura e análise dos envelopes de propostas de preços das empresas SERGIO CONRADO CASASOLA CIA LTDA, LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA, PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA, ELETRO INSTALADORA FRANCESCHINA EIRELLI ME e J. DOS SANTOS EPP, habilitadas no certame licitatório. O Senhor Presidente, em prosseguimento, verificou a inviolabilidade dos envelopes de proposta passando vistas aos licitantes presentes, passando para à abertura dos mesmos, cujos documentos foram numerados e rubricados pela comissão e examinados pelos licitantes presentes. Compareceram na sessão os representantes das empresas SERGIO CONRADO CASASOLA E CIA LTDA, J DOS SANTOS EPP e ELETRO INSTALADORA FRANCESCHINA EIRELLI ME. Da análise das propostas ficaram classificadas conforme segue: para o Lote 01, a) em primeiro lugar a empresa SERGIO CONRADO CASASOLA CIA LTDA, com o preço total de R\$ 167.041,17 (cento e sessenta e sete mil, quarenta e um reais e dezessete centavos), sendo R\$ 116.928,82 (cento e dezesseis mil, novecentos e vinte e oito reais e oitenta e dois centavos) referente a materiais e R\$ 50.112,35 (cinquenta mil cento e doze reais e trinta e cinco centavos) referente a mão de obra; b) em segundo lugar a empresa J DOS SANTOS EPP, com o preço total de R\$ 173.384,40 (cento e setenta e três mil trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos), sendo R\$ 112.686,80 (cento e doze mil seiscentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos) referente a materiais e R\$ 60.697,60 (sessenta mil seiscentos e noventa e sete reais e sessenta centavos) referente a mão de obra; c) em terceiro lugar a empresa PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA, com o preço total de R\$ 184.533,00 (cento e oitenta e quatro mil, quinhentos e trinta e três reais), sendo R\$ 147.626,40 (cento e quarenta e sete mil seiscentos e vinte e seis reais e quarenta centavos), referente a materiais e R\$ 36.906,60 (trinta e seis mil novecentos e seis reais e sessenta centavos) referente a mão de obra; para o Lote 02, a) em primeiro lugar a empresa SERGIO CONRADO CASASOLA E CIA LTDA, com o preço total de R\$ 244.037,66 (duzentos e quarenta e quatro mil trinta e sete reais e sessenta e seis centavos), sendo R\$ 170.826,36 (cento e setenta mil oitocentos e vinte e seis reais e trinta e seis centavos) referente a materiais e R\$ 73.211,30 (setenta e três mil duzentos e onze reais e trinta centavos) referente a mão de obra; b) em segundo lugar a empresa J. DOS SANTOS EPP, com o preço total de R\$ 272.222,58 (duzentos e setenta e dois mil duzentos e vinte e dois reais e cinquenta e oito centavos), sendo R\$ 180.784,84 (cento e oitenta mil setecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos) referente a materiais e R\$ 91.437,64 (noventa e um mil quatrocentos e trinta e sete reais e sessenta e quatro centavos) referente a mão de obra; para o Lote 03, a) em primeiro lugar a empresa PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA, com o preço total de R\$ 98.416,00 (noventa e oito mil quatrocentos e dezesseis reais), sendo R\$ 78.732,80 (setenta e oito mil setecentos e trinta e dois reais e oitenta centavos) referente a materiais e R\$ 19.683,20 (dezenove mil seiscentos e oitenta e três reais e vinte centavos) referente a mão de obra; b) em segundo lugar a empresa J. DOS SANTOS EPP, com o preço total de R\$ 109.545,99

(cento e nove mil quinhentos e quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos), sendo R\$ 28.626,99 (vinte e oito mil seiscentos e vinte e seis reais e noventa e nove centavos) referente a materiais e R\$ 80.919,00 (oitenta mil novecentos e dezenove reais) referente a mão de obra. Ficam DESCLASSIFICADAS as empresas: ELETRO INSTALADORA FRANCESCHINA EIRELLI ME no lote 03, por deixar de apresentar cronograma físico financeiro, declaração que aceita e se submete as condições do edital e declaração informando o CNAE da empresa, não apresentou o valor total da mão de obra e dos materiais; a empresa LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA nos lotes um e três, por apresentar em suas propostas itens com valor unitário acima dos 10% previstos no edital. Os representantes das empresas presentes retiraram-se da sessão antes do término da lavratura desta Ata. Diante do fato abre-se o prazo de cinco dias uteis para recursos, transcorrido o prazo de recursos ou julgados estes será homologado o presente edital. Intima-se os participantes da decisão. Em nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo presidente e pelos membros da Comissão. Esta ata será publicada no mural público do Município de Itá, na página do Município na internet www.ita.sc.gov.br.

Delso Minski Silvine Carla Mertins
Presidente Membro

Franciele Dall Bello
Membro

ATA DE RECEBIMENTO RECURSO EMPRESA HIDROANI, TP 011/2016

ATA DE RECEBIMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2016 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 011/2016, DO MUNICIPIO DE ITÁ. Às 16h00min do dia seis do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 004 de 21 de janeiro de 2016, sob a Presidência do Senhor Delso Minski estando presentes os membros Senhoras Silvine Carla Mertins e Franciele Dall Bello para o ato de recebimento de recurso da empresa HIDROANI POÇOS ARTESIANOS LTDA, protocolada no dia seis de outubro de dois mil e dezesseis, sob o número 107; portanto intempestivo. Em nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão. A presente Ata será publicada no Mural Público da Prefeitura Municipal de Itá Santa Catarina e na página do Município, na internet www.ita.sc.gov.br.

Delso Minski Silvine Carla Mertins
Presidente Membro

Franciele Dall Bello
Membro

DECRETO N. 087/2016

DECRETO Nº 087 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

“Decreta ponto facultativo nas repartições públicas municipais e dá outras providências”.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso VII do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado no território do Município de Itá, Ponto Facultativo nos dias 31 de Outubro, segunda-feira e 01 de Novembro, terça-feira, considerando o Dia do Servidor Público, em 28 de Outubro, e o Feriado de Finados na data de 02 de Novembro, quarta-feira.

Parágrafo único. Ficam mantidos os serviços considerados essenciais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá, SC 07 de Outubro de 2016

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

ELTON JOSÉ THOMAS

Responsável pela Secretaria de Administração e Fazenda

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.										
					Município de Itapema, 04 de outubro de 2016.					
				RODRIGO COSTA						
				Prefeito Municipal						

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 174, DE 5 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 174, de 5 de outubro de 2016.

Altera o inciso II do art. 2º do Decreto nº 96, de 5 de julho de 2016.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a rescisão contratual do assessor jurídico;

Decreta:

Art. 1º Fica alterado o inciso II do art. 2º do Decreto nº 96, de 5 de julho de 2016, que compõe o Comitê de Coordenação, Acompanhamento e Fiscalização dos trabalhos de execução do estudo ambiental para a regularização fundiária da área urbana de Itapiranga SC, atingida pela área de preservação permanente do Rio Uruguai, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º ...

I – ...

II – Cristiano Bielochoubeck, Procurador do Município;

III – ...

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 5 de outubro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antônio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 155/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 155/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços Nº 155/2016, cujo objeto é a contratação de empresas para realização de transporte de atletas e outros, conforme autoriza a Lei Municipal nº 2.497/2008. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 21 de outubro de 2016. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga – SC., 07 de outubro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

ERRATA DO PROCESSO DE TRANSFERENCIA EDITAL Nº.033/2016

ERRATA DO PROCESSO DE TRANSFERENCIA EDITAL Nº.033/2016

4.DA CLASSIFICAÇÃO:

Onde consta:

Os requerimentos dos profissionais efetivos da Administração e Finanças e Procuradoria jurídica interessados na remoção....

Lê-se:

Os requerimentos dos profissionais efetivos interessados na remoção....

Onde consta:

I – maior habilitação na área de atuação, sendo 0,1 (um décimo) ponto para cada 40 (quarenta) horas de curso de aperfeiçoamento e ou atualização frequente na área; 0,5 (meio) ponto para graduação de cada especialização a nível de pós graduação; 1,0 (um) ponto para Mestrado e 1,5 (um e meio) ponto para Doutorado.

Lê-se:

I – maior habilitação na área de atuação.

Anexo I

QUADRO DE VAGAS PARA REMOÇÃO E LOTAÇÃO

Onde Consta:

Local : Controle Interno

Lê-se

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA – EDITAL Nº 033/2016

VAGAS EXCEDENTES SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, TURISMO E CULTURA, SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DE SAÚDE E GABINETE DO PREFEITO.

Sergio Ferreira de Aguiar, prefeito, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na seção IX em seu artigo 26, § 1º da Lei Municipal nº 044 de 12 de setembro de 2014, torna público, pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão o Processo de Transferência de Servidor Público Municipal de sua Lotação para outra de Vagas Excedentes:

1. DAS INSCRIÇÕES

As inscrições para remoção deverão ser realizadas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, até dia 13 de outubro de 2016, no horário das 08:00 às 13:00 horas, conforme quadro de vagas em anexo I.

2. DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

No ato da inscrição os candidatos deverão entregar os documentos abaixo relacionados, em um envelope lacrado, com identificação do candidato. Ex: Nome, CPF, Cargo e Telefone para Contato.

- Requerimento, conforme anexo II, devidamente preenchido e assinado;
- Cópia da Portaria de Lotação em vigor, para os que já possuem;
- Cópia dos Certificados de aperfeiçoamento ou atualização na área;
- Comprovante de tempo de serviço público municipal em dias, através de declarações de prefeituras.

3. DO QUADRO DE VAGAS

3.1 O Servidor Público Municipal que não se manifestar no período determinado para a escolha da vaga do processo de remoção perderá o direito sobre a escolha;

3.2 A escolha da vaga deverá ser pessoal e não poderá ser realizada através de procuração particular ou pública.

4. DA CLASSIFICAÇÃO

Os requerimentos dos profissionais efetivos dos interessados na remoção serão analisados e atendidos de acordo com os critérios da Lei 044/2014, como segue abaixo:

I – maior habilitação na área de atuação.

II – maior tempo de Serviço Público Municipal em dias;

III – sorteio com a presença dos candidatos inscritos na(s) vaga(s).

5. DA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A listagem classificatória será publicada no site da Prefeitura no endereço eletrônico www.itapoa.sc.gov.br no dia 18 de outubro de 2016.

5.2 A interposição de recursos poderá ser feita no Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no dia 19 de outubro de 2016, das 08:00 às 13:00 horas. Somente serão analisados os recursos protocolados no dia estabelecido para tanto.

5.3 Após a Classificação Final, no dia 21 de outubro de 2016, o profissional requerente será lotado (a) na Divisão requerida, através do ato do Chefe do Poder Executivo, a ser publicado em Edital no Setor de Recursos Humanos e passará a atuar a partir da sua lotação.

5.4 O Setor de Recursos Humanos deverá enviar ao profissional uma via original da Portaria de Lotação até o mês subsequente.

5.5 No caso do não recebimento da Portaria de Lotação, o servidor poderá procurar o Setor de Recursos Humanos para retirada da mesma.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

6.1 O (a) Requerente deverá revisar o requerimento de remoção e lotação e verificar a exatidão das informações nele contidas, tornando-se após a assinatura, responsável pela mesma.

6.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processos de Transferências.

6.3 Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 06 de outubro de 2016.

Maria Izabel Blanski
Diretora de Finanças

Luis Carlos Zagonel
Diretor de Gabinete

Wilmara Jaqueline Madeira Pitta
Contadora

ANEXO I**QUADRO DE VAGAS PARA REMOÇÃO E LOTAÇÃO**

ÁREA	VAGA	C.H.	LOCAL
Agente Administrativo	1	40 horas	Secretaria de Saúde.
Agente Administrativo	1	40 horas	Secretaria de Obras
Agente Administrativo	1	40 horas	Gabinete do Prefeito
Agente Administrativo	1	40 horas	Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura.

ANEXO II**EDITAL 033/2016**

Eu, _____
Matrícula _____, lotado (a) e em exercício no (a) _____, no cargo de: _____ com carga horária de _____ horas semanais, venho por meio deste,

REQUERER,

A Transferência de Lotação para a vaga de _____, no (a) _____, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Edital de Processo de Transferência de Servidor Público Municipal nº 033/2016 de 06 outubro de 2016.

Nestes termos, pede deferimento.

Assinatura

Itapoá, _____ de _____ de 2016.

EXTRATO DE EDITAL PREGÃO Nº 50/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2016

PROCESSO Nº 68/2016

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, que será redigida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h30min do dia 24 de outubro de 2016, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Aquisição de gêneros alimentícios para preparação da Alimentação Escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, e poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças – Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 07 de outubro de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA JACINTO

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO- PREGÃO Nº56-16- PROC.Nº74/16- AQUISIÇÃO ELETRODOMESTICOS E EQUIP.ELETRÔNICOS POSTO PAESE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº56/2016

PROCESSO Nº74/2016

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço POR ITEM, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 147/2014 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 21 de outubro de 2016, na sala do Setor de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS PARA USO NA UNIDADE DE SAÚDE DO PAESE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças Licitações e Contratos das 08h:00m às 14h:00m.

Itapoá, 07 de outubro de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Município de Itapoá/SC

Prefeito Municipal

ANTÔNIO PAULO TERCZIANY

Secretário de Saúde

Ituporanga

PREFEITURA

Decreto nº 589 de 07 de outubro de 2016

DECRETO Nº 589, de 07 de outubro de 2016.

"Declara Revogada a Licitação nº 64, de 16 de setembro de 2016, na modalidade de Tomada de Preços nº 08/2016".

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga-SC, com observância ao disposto no art. 42 da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e considerando a falta de interesse público que justifique a continuidade do procedimento licitatório;

DECRETA:

Art. 1º- Fica REVOGADA a Licitação nº 64, de 16 de setembro de 2016, na modalidade de Tomada de Preços nº 08/2016, da contratação de empresa para construção de passarelas para pedestres na ponte Irineu Bornhausen que liga o centro ao bairro Seminário no Município de Ituporanga e conseqüentemente todos os atos e efeitos do citado Processo Licitatório.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA, 07 de outubro de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município de Ituporanga

Decreto nº 590 de 07 de outubro de 2016

DECRETO Nº 590, de 07 de outubro de 2016.

"Declara Revogada a Licitação nº 67, de 04 de outubro de 2016 na modalidade de Pregão Presencial nº 46/2016".

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga-SC, com observância ao disposto no art. 42 da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e considerando a falta de interesse público que justifique a continuidade do procedimento licitatório;

DECRETA:

Art. 1º- Fica REVOGADA a Licitação nº 67, de 04 de outubro de 2016, na modalidade de Pregão Presencial nº 46/2016, da contratação de empresa para fornecimento de material para construção de Banheiro e Trocador infantil do CEI – Matilde Sens no Município de Ituporanga e conseqüentemente todos os atos e efeitos do citado Processo Licitatório.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA, 07 de outubro de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município de Ituporanga

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016/FMS AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO HOSPITAL PARA SUPRIR NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA/SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº14/2016

Processo: 14/2016/FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO HOSPITAL PARA SUPRIR NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA - SC. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 24 de outubro de 2016 até as 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 24 de outubro de 2016 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 11 de outubro de 2016

Walter Reichmuth Day - Secretário da Saúde

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2016 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA ILUMINAÇÃO DA REVITALIZAÇÃO DA GRUTA NOSSA SENHOR DE LURDES

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº45/2016

Processo: 66/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA ILUMINAÇÃO DA REVITALIZAÇÃO DA GRUTA NOSSA SENHOR DE LURDES: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 21 de outubro de 2016 até as 09:00 horas no setor de protocolos. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 21 de outubro de 2016 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 10 de outubro de 2016

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria 411/2016**

PORTARIA Nº 411, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Ituporanga, no uso de suas atribuições legais, e considerando que a decisão liminar proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 0001540-76.2016.8.24.0035, determinou tão somente o imediato afastamento dos servidores lá citados, RESOLVE:

REVOGAR a Portaria de Exoneração nº 408/2016 e AFASTAR o servidor MARCOS ALENCAR WIGGERS do exercício das funções do cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico da Mesa Diretora enquanto persistir a decisão judicial que determinou o seu afastamento, sem direito a perceber remuneração nesse período.

Ituporanga – SC, 06 de outubro de 2016.

José Gervásio Tholl

Presidente da Câmara de Vereadores de Ituporanga

Portaria 412/2016

PORTARIA Nº 412, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Ituporanga, no uso de suas atribuições legais, e considerando que a decisão liminar proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 0001540-76.2016.8.24.0035, determinou tão somente o imediato afastamento dos servidores lá citados, RESOLVE:

REVOGAR a Portaria de Exoneração nº 409/2016 e AFASTAR o servidor ANTÔNIO DILSON MEES do exercício das funções do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo enquanto persistir a decisão judicial que determinou o seu afastamento, sem direito a perceber remuneração nesse período.

Ituporanga – SC, 06 de outubro de 2016.

José Gervásio Tholl

Presidente da Câmara de Vereadores de Ituporanga

Portaria 413/2016

PORTARIA Nº 413, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Ituporanga, no uso de suas atribuições legais, e considerando que a decisão liminar proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 0001540-76.2016.8.24.0035, determinou tão somente o imediato afastamento dos servidores lá citados, RESOLVE:

REVOGAR a Portaria de Exoneração nº 410/2016 e AFASTAR o servidor ADRIANO VELHO do exercício das funções do cargo de provimento em comissão de Diretor Financeiro e Orçamentário enquanto persistir a decisão judicial que determinou o seu afastamento, sem direito a perceber remuneração nesse período.

Ituporanga – SC, 06 de outubro de 2016.

José Gervásio Tholl

Presidente da Câmara de Vereadores de Ituporanga

Jacinto Machado

PREFEITURA

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 007/2016

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 007/2016

O Prefeito Municipal de Jacinto Machado – SC, Antonio João de Fáveri, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo e em parceria com o Conselho Municipal de Turismo, convidam a população de Jacinto Machado, entidades governamentais, sociedade civil organizada, a participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA para apresentação e validação do Plano Municipal de Turismo. Objetivando a discussão e aprovação por consulta pública do Plano Municipal de Turismo de Jacinto Machado, de forma a garantir a ampla participação da sociedade na consolidação das diretrizes adotadas. Os documentos pertinentes ao Plano Municipal de Turismo serão disponibilizados aos interessados para Consulta Pública, pelo prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data de publicação do presente Edital, no site do município.

Todas as sugestões e manifestações relativas ao Plano Municipal de Turismo serão recebidas, por escrito e oralmente, durante a Audiência Pública e período de Consulta Pública.

Data: 07 de Novembro de 2016.

Horário: 20:00 horas

Local: Plenário Vereador Bonifácio Bratti – Câmara Municipal de Jacinto Machado

Endereço: Avenida Padre Herval Fontanella, nº. 886 – Centro - Jacinto Machado-SC

Período de Consulta Pública: de 07 de outubro a 07 de Novembro de 2016.

Jacinto Machado – (SC), 07 de outubro de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 10 AO CONTRATO 127/2014/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

TERMO ADITIVO 10 AO CONTRATO 127/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: CONFER – CONSTRUTORA FERNANDES LTDA

Vigência: Início: 23/09/2016 Término: 23/12/2016

Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 005/2014/PMJM

Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, COM NOVO VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 23/12/2016.

Jacinto Machado – SC, 23 de Setembro de 2016.

Antonio João de Fáveri

Prefeito Municipal

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.050/2016

D E C R E T O Nº 11.050/2016

Aprova o Loteamento Residencial OLINDO GADOTTI.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos das Leis Federal Nº 6.766/1979, de 19/12/1979; Estadual Nº 6.063/1982, de 24/05/1982; e Municipal Nº 1.767/1993, de 09/12/1993;

DECRETA :

Art.1º Fica aprovado o Loteamento Residencial OLINDO GADOTTI, com área de 78.267,27m², parte da MI 73.400 com área total de 81.480,38m², de propriedade de Empreendimentos Imobiliários Marcatto Ltda., situado às Ruas 250 - Carlos Hardt, 703 - André Voltolini - Pioneiro, 1294 - João José Bertoli, 1295 - Gilmar Luís Zanella, 1296 - Eugênio Mathedi, e 1298 - Hilário Murara, bairro Nereu Ramos, área urbana, conforme plantas e documentação anexas ao Processo PMJS 42.923/2015.

Art.2º O loteamento é composto de 03 (três) lotes destinados ao Uso Público Especial (A.U.P.E.), sendo a A.U.P.E. 01 com 4.064,91m², a A.U.P.E. 02 com 660,70m² e a A.U.P.E. 03 com 25,00m² totalizando a área de 4.750,61m²; 04 (quatro) lotes destinados a Área Verde, sendo a Área Verde 01 com 2.260,36m², a Área Verde 02 com 1.968,95m², a Área Verde 03 com 5.998,31m² (C. F. Mínima) e a Área Verde 04 com 4.173,80m² (C. F. Mínima) compreendendo 14.401,42m²; 106 (cento e seis) lotes comercializáveis, do 01 ao 106, totalizando a área de 46.828,38m², e 12.286,86m² de área de arruamento, compreendendo leitos carroçáveis e passeios. A área remanescente compreende 3.238,11m².

§1º As Ruas "A" e "B" passam a receber, respectivamente, os números 1472 e 1473 e as Ruas "C", "D", "E" e "F" passam a serem identificadas, respectivamente, como Ruas 1294 - João José Bertoli, 1295 - Gilmar Luís Zanella, 1296 - Eugênio Mathedi e 1298 - Hilário Murara.

§2º Sobre os lotes 4, 5, 6 e 11 e a A.U.P.E. 02 está gravada a faixa non aedificandi de 15,00m a partir da faixa de Domínio da BR 280 - Rod. Fed. Pref. Engelbert Oechsler.

§3º Sobre a A.U.P.E. 02 está gravada a faixa de Domínio de 25,00m a partir do eixo da BR 280 - Rod. Fed. Pref. Engelbert Oechsler.

§4º Sobre a A.U.P.E. 02 está gravada a Rua 250 - Carlos Hardt (Projetada).

§5º Sobre os lotes 21 a 39, A.U.P.E. 01, Área Verde 01, Área Verde 03 e Área Verde 04, está gravada a linha de talude.

§6º Sobre a Área Remanescente está gravada a faixa non aedificandi de 3,00m para ambos os lados da tubulação de drenagem pluvial (0,80m de diâmetro).

§7º A A.U.P.E. 03 destina-se a instalação futura de booster.

§8º A A.U.P.E. 02 destina-se ao arruamento futuro da Rua 250 - Carlos Hardt (Projetada).

§9º O lote 105 destina-se a unificação com o imóvel da MI 9.763 de Osmair Luiz Gadotti, conforme Lei Municipal Nº 1.767/1993.

§10. O lote 106 destina-se a unificação com o imóvel da MI 21.410

de Osmair Gadotti, conforme Lei Municipal Nº 1.767/1993.

§11. As Diretrizes Básicas de Projeto de Loteamento foram protocoladas no Processo PMJS 19.564/2008, de 14/08/2008.

§12. O loteamento possui licenciamento ambiental na LAO Nº 068/2016/Fujama/JGS, de 26/08/2016.

§13. Todos os lotes possuem suas linha limítrofes que extremam com vias públicas oficiais coincidentes com o alinhamento predial, com exceção para a A.U.P.E. 02.

Art.3º O registro do loteamento em pauta em cartório competente deverá ser efetuado no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, sob pena da caducidade da aprovação.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 04 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

RONIS ROBERTO BOSSE

Secretário Municipal do Urbanismo

DECRETO Nº 11.051/2016

D E C R E T O Nº 11.051/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 201/2016/Semob, de 04/10/2016, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal LUÍS CARLOS WINTER, Subgerente de Obras e Serviços Públicos - Área 01, matrícula 1390-1, para compor a COMISSÃO da TOMADA DE PREÇOS Nº 088/2016, constituída pelo Decreto Municipal Nº 11.035/2016, de 23/09/2016, em substituição a Antônio Carlos da Luz.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 04 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

DECRETO Nº 11.052/2016

D E C R E T O Nº 11.052/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 202/2016/Semob, de 04/10/2016, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal LUÍS CARLOS WINTER, Subgerente de Obras e Serviços Públicos - Área 01, matrícula 1390-1, para compor a COMISSÃO da TOMADA DE PREÇOS Nº 082/2016, constituída pelo Decreto Municipal Nº 11.033/2016, de 23/09/2016, em substituição a Antônio Carlos da Luz.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 04 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

E D I T A L TOMADA DE PREÇOS Nº 78/2016

E D I T A L

TOMADA DE PREÇOS Nº 78/2016

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

EXCLUSIVO PARA ME/EPP

TIPO: Menor Preço Global

O Município de Jaraguá do Sul, através do Presidente da Comissão Especial, designado pelo Decreto nº 11.016/2016, comunica aos participantes da Tomada de Preços nº 78/2016, que em função da falta de sucesso na confirmação de leitura pela empresa GLOBOSUL SERVICE GROUP LTDA EPP no recebimento da Ata de Julgamento das Propostas Comerciais encaminhado via e-mail nos endereços globosul@globosul.com.br, iago@globosul.com.br no dia 03/10/2016, está promovendo a publicação no D.O.M - Diário Oficial dos Municípios, para contagem do prazo recursal em atendimento a Lei Federal nº 8.666/93, compreendendo o período de 11/10/2016 com término em 18/10/2016.

Jaraguá do Sul (SC), 07 de outubro de 2016.

Humberto José Travi

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto nº 11.016/2016

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2016-FMS

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2016-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TIPO: Menor Preço Por Item

COMUNICADO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

O Município de Jaraguá do Sul, através do Pregoeiro Substituto, designado pelo Decreto nº 9.071/2013 e alterado pelo Decreto nº 10.054/2014, comunica aos participantes do Pregão Presencial nº 16/2016-FMS, que a empresa LICIMED DISTRIBUIDORA DE MED. COR. E PROD. MEDICOS HOSPITALARES LTDA protocolou tempestivamente no dia 27/09/2016, sob o protocolo nº 31217/2016, RECURSO ADMINISTRATIVO referente à sua manifestação em ata.

Desta forma, por força do disposto no inciso XVII do artigo 4º da Lei Federal n.º 10.520/2002, ficam as demais licitantes cientificadas de que poderão apresentar contra-razões ao recurso administrativo apresentado, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do dia 11/10/2016 encerrando em 14/10/2016.

Jaraguá do Sul (SC), 07 de outubro de 2016.

Rodrigo José Branco de Moraes

Pregoeiro Substituto

Decreto nº 9.071/2013

alterado pelo Decreto nº 10.054/2014

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2016-FMS

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2016-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TIPO: Menor Preço Por Item

EXCLUSIVO ME/EPP

RESULTADO DA APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA

Item 02 – Papel Toalha

O Município de Jaraguá do Sul, através da Pregoeira e sua Equipe de Apoio comunicam aos participantes do Pregão Presencial acima, que conforme transcrito no Laudo de análise da amostra apresentada (anexo) fica classificado o item 02 (papel toalha interfolhado 2 dobras

tamanho 20 x 21cm - código 34619) para a empresa BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME.

Desta forma, abre-se prazo recursal de 03 (três) dias úteis aos participantes do certame, a contar do primeiro dia útil após o recebimento deste ofício ou a publicação do mesmo no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.
Jaraguá do Sul (SC), 06 de outubro de 2016.

Rosinei A.G.Dias	
Rodrigo José Branco de Moraes	
Sidnei Correa de Almeida	
De acordo:	
Reginaldo Panstein	
Dalton Fernando Fischer	

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 259/2016 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 357/2015

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 259/2016 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 357/2015

PROCESSO: Inexigibilidade 43/2015-FMS ao CREDENCIAMENTO 59/2014 – FMS.

FUNDAMENTO: artigo 57 inciso II da Lei nº 8.666/93.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CRO – CENTRO DE RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA S/S LTDA.

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas, para a prestação de serviços especializados no Grupo 03 - Consulta médica especializada em: Anestesiologia, Angiologia, Cirurgia Geral de Média Complexidade, Cardiologia, Cardio Pediatria, Dermatologia, Endocrinologia e Metabologia, Gastroenterologia, Oftalmologia, Ortopedia, Psiquiatria, Proctologia, Reumatologia, Neurologia, Urologia e Grupo 02 – Procedimento com finalidade Diagnóstica; todos da Tabela Unificada de Procedimentos e Valores do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme Tabela de Preços, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde, ao regulamento do sistema de credenciamento, em especial o Edital e demais anexos que são partes integrantes do procedimento instaurado pelo Edital de Credenciamento nº 59/2014-FMS.

DO PRAZO: Com fundamento do artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuados no item 14.1 da cláusula décima quarta do Termo de Credenciamento original, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 15/09/2016 com término em 14/09/2017. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do presente termo aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor (R\$)
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal média e alta complexidade-amb. e hospitalar	3.3.90 – Aplicações Diretas	56	Próprios	541,80
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal média e alta complexidade-amb. e hospitalar	3.3.90 – Aplicações Diretas	57	MAC	1.258,20

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 09/09/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Camila Machado de Souza Fortkamp.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 257/2016 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 352/2014

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 257/2016 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 352/2014

PROCESSO: Inexigibilidade 057/2014-FMS ao CREDENCIAMENTO 023/2014 – FMS.

FUNDAMENTO: artigo 57 inciso II da Lei nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: LABORATÓRIO SANTA HELENA LTDA EPP.

OBJETO: É objeto do presente Termo de Credenciamento, a prestação de serviços técnicos laboratoriais visando a realização de todo o rol de ambas as Tabelas de exames de análises clínicas contido no Anexo VIII, parte integrante deste Termo de Credenciamento, de caráter urgente e inadiável, aos pacientes do SUS, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde, nas condições e prazos estipulados no Edital de Credenciamento nº 023/2014.

DO PRAZO: Com fundamento do artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuados no item 13.1 da cláusula décima terceira do Termo de Credenciamento original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 319/2015, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 25/08/2016 com término em 24/08/2017. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do presente termo aditivo correrão por conta da seguinte dotação

orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor (R\$)
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal média e alta complexidade-amb. e hospitalar	3.3.90 – Aplicações Diretas	56	Próprios	13.000,00
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal média e alta complexidade-amb. e hospitalar	3.3.90 – Aplicações Diretas	57	MAC	410.715,00

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 06/09/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Amilchar Junkes.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

FC - DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processos:

27834/2016 – Ticket Mais Eventos Ltda. - ME - Recurso em 1ª Instância

28873/2016 – Loop Assessoria em eventos Ltda. - Recurso em 1ª Instância (contrarrrazões)

Assunto: Pregão Presencial nº 37/2016-FC, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de gestão financeira de bilheteria e de tiro ao alvo, com fornecimento de mão de obra, software e equipamentos necessários para gerenciamento financeiro, destinados à 28ª Schützenfest, no período de 10 a 20 de novembro de 2016.

O Relatório:

Trata-se de recurso impetrado pela empresa TICKET MAIS EVENTOS LTDA. ME, CNPJ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 15.097.979/0001-35, com sede na Rua Augusto Hulse, nº 456, bairro Humaitá, CEP 88.708-100, em Tubarão-SC, contra a decisão que concluiu pela habilitação da licitante LOPP ASSESSORIA EM EVENTOS LTDA. ME, ocorrida em certame no dia vinte e dois de agosto de dois mil e dezesseis, com início às treze horas e quarenta e cinco minutos, realizou-se, na sala de reuniões da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul, em seu prédio-sede na Avenida Getúlio Vargas, 405, centro, alegando em síntese que o item 5.9 exigido no edital – Balanço patrimonial, apresentado pela licitante, deveria ser registrado na Junta Comercial, conforme Artigo 31, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Em 29 de agosto de 2016, a empresa TICKET MAIS EVENTOS LTDA. ME, protocolou junto ao setor de protocolo na Prefeitura, Recurso em 1ª Instância, sob o nº 27834/2016. O Processo seguiu tramite e chegou a Fundação Cultural em 1 de setembro de 2016.

No dia 06 de setembro de 2016, a empresa LOOP ASSESSORIA EM EVENTOS LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 07.644.357/0001-51, com sede na Rua Suíça, 555, Bairro das Nações, município de Balneário Camboriu – SC, protocolou junto ao setor de Protocolo na Prefeitura Municipal, a interposição das contrarrrazões apresentadas pela empresa Ticket Mais Eventos Ltda. - ME, sob o nº 28873/2016, o processo seguiu o trâmite e chegou a Fundação Cultural dia 08 de setembro de 2016. Alegando em síntese que trata-se do recurso que foi interposto intempestivamente pela empresa recorrente e que não houve violação ao edital, especificadamente ao item 5.9 exigido no edital – balanço patrimonial o qual a empresa recorrente faz menção.

No dia 08 de setembro de 2016, o processo foi encaminhado a Comissão Permanente de Licitação na Modalidade Pregão, que por sua vez encaminhou e solicitou análise e parecer jurídico para andamento do processo.

A decisão

Após análise da documentação, conforme Ofício 1414/2016/PGM – DCA, de 23 de setembro de 2016, a Procuradoria evidenciou que o recurso interposto foi tempestivamente protocolado, conforme o prazo concedido pelo sr. Pregoeiro na ata de abertura e julgamento realizada em 22 de agosto de 2016.

Que o certame era de participação exclusiva para ME e EPP, a qual indica exclusividade de participação no presente certame às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e que levou-se em consideração as determinações estabelecidas pela Lei Complementar 147/2014, que acabaram por alterar a Lei Complementar 123/2006. E ao analisar a referida lei e a ata de abertura e julgamento do certame realizado em 22 de agosto de 2016, observou-se que apenas duas empresas enquadradas como ME e EPP se fizeram presentes ao certame: e a interpretação da lei é clara, se faz necessária a presença de três empresas enquadradas como Microempresas e empresas de Pequeno Porte para dar sequência ao certame, portanto, verificou-se a existência de um vício no certame em questão.

Assim sendo, o certame 37/2016-FC, fica declarado fracassado, sendo lançado um novo certame com disputa ampla em data a ser divulgada.

Jaraguá do Sul, 03 de outubro de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente da Fundação Cultural

ORDEM DE PARALISAÇÃO – Nº 06/2016

ORDEM DE PARALISAÇÃO – nº 06/2016

Determinamos por meio desta, a empresa CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, a paralisação dos serviços referentes a prestação de serviços de engenharia, para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização na Rua 287 – Adão Noroschny, no Bairro Vila Lenzi, com extensão total de 90,00m (noventa metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, objeto do Edital de Tomada de Preços nº 53/2016, e formalizada pelo Contrato nº 205/2016, a partir da data do recebimento desta Ordem, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, devido ao atraso no repasse de recurso (Insuficiência financeira – exceção do parágrafo único do artigo 8º da lei 8.666/93).

Jaraguá do Sul, 03 de Outubro de 2016.

FELIPE EMMENDÖRFER SCHEUER
Engenheiro Civil – Fiscal Designado

Recebi em, ____/____/____

CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA
CNPJ/MF 82.130.170/0001-55

OBS:- Será lavrada em 5 (cinco) vias: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Arquivo no Setor responsável pelas obras; e) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos;
- REINÍCIO DOS SERVIÇOS deverá ser também autorizado, expressamente pelo contratante.

RATIFICAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Conforme o art. 26 da Lei 8.666/93, face a presente Ordem de Paralisação, fica ratificada pela autoridade superior, nos termos propostos.

Jaraguá do Sul, 04 de Outubro de 2016.

IVAN ANDREIAS WOLTER Secretário Municipal de Obras	DIETER JANSSEN Prefeito
---	----------------------------

RESOLUÇÃO Nº 077/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 077/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre a Composição da Comissão de Análise Técnica do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, Gestão 2016/2018 – do Município de Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 24 de agosto de 2016.

CONSIDERANDO as alterações de conselheiros na composição do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, Gestão 2016/2018.
RESOLVE:

Art. 1º – Compor a COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO E NORMAS do COMPHAAN, para o mandato que encerrar-se-à em 26 de julho de 2018, com os seguintes conselheiros:

- Carlos Baratto
- Fábio Roberto Ribeiro da Silva
- Juliana Reu Junqueira
- Jurandyr Hilário Bertoldi

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 078/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 078/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 10432/2016 – Cadastro: 25.711, Outros requerimentos (Impugnação de Multa), tendo como requerente, Zenaide Leonor Pereira Nagel, Eloise Nagel Cabral, Roberto Nagel, Erol Nagel e Uilson Nagel do imóvel situado na rua 42 – Maria Umbelina da Silva, 465 – bairro: Chico de Paulo – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultura, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 24 de agosto de 2016.

CONSIDERANDO o Recurso em 1ª Instância, encaminhado à Fundação Cultural de Jaraguá do Sul, pelos proprietários do imóvel em questão, contestando a Autuação nº 1.406, de 22 de fevereiro de 2016, e a consequente multa de R\$ 283.897,02 (duzentos e oitenta e três mil e oitocentos e noventa e sete reais e dois centavos).

CONSIDERANDO o Parecer Administrativo nº 130/2016, do Setor de Patrimônio Histórico Cultural, que se pronuncia pelo não acolhimento da Impugnação nos seguintes termos:

- a) Pelo não reconhecimento da nulidade do Auto de Infração nº 1.406, por este ter observado os ditames legais.
- b) Pela não suspensão do processo administrativo, visto que a apuração da responsabilidade criminal, nada tem a ver com responsabilidade civil de proprietários de um bem cultural edificado.
- c) Que não cabe a revisão da multa, considerando-se apenas o valor do bem cultural edificado.

CONSIDERANDO as deliberações do COMPHAAN nas Plenárias de 15 de junho, 27 de julho e 24 de agosto de 2016.

CONSIDERANDO o despacho da Procuradoria Geral do Município ao analisar o processo, manifesta: “cabe ao Conselho deliberar sobre seu seguimento ou não”.

RESOLVE:

Art. 1º – Concordar com o Parecer Administrativo nº 130/2016 do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural, não acatando o recurso impetrado pelos proprietários, e reitera a manutenção da aplicação da multa.

Art. 2º – Que os impetrantes sejam comunicados da decisão pela Fundação Cultural, em conformidade com os procedimentos administrativos adotados pela Administração Municipal de Jaraguá do Sul.

Art. 3º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 079/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 079/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 12343/2016 – Cadastro: 11.315, Alvará de demolição, tendo como requerente, Maria Cecília Uber do imóvel situado na Rua 269 – Alwin Enke, nº 115 – bairro: Água Verde – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 24 de agosto de 2016.

CONSIDERANDO que a edificação de madeira do ano de 1976, com área de 95,80 m², constante da M.I. 3.522, já foi demolida.

CONSIDERANDO que a edificação, não estava cadastrada como patrimônio cultural edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de demolição solicitado, concordando com o Parecer nº 073/2016/COMPHAAN/JS da Comissão de Análise Técnica do Comphaan, que concorda com o Parecer Administrativo nº 375/2016 do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural de Jaraguá do Sul.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 080/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 080/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 11173/2016 – Cadastro: 1.138, Alvará de demolição, tendo como requerente, Luiz Carlos Hoshler e Anelore Hoshler do imóvel situado na rua 15 – Rudolfo Hufenüessler, nº 77 – Centro– Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 24 de agosto de 2016.

CONSIDERANDO que a edificação de madeira do ano de 1959, com área de 153,82 m², constante da M.I. 52.423, já foi demolida.

CONSIDERANDO que a edificação não estava cadastrada como patrimônio cultural edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de demolição solicitado, concordando com o Parecer nº 074/2016/COMPHAAN/JS da Comissão de Análise Técnica do Comphaan, que concorda com o Parecer Administrativo nº 370/2016 do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural de Jaraguá do Sul.

Art. 3º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 081/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 081/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 22745/2016 – Cadastro: 6.542, Alvará de demolição, tendo como requerente, Tânia Döering Galeão Coutinho e Outros, do imóvel situado na Rua 6 – Cel. Procópio Gomes de Oliveira, nº 566– Centro– Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 24 de agosto de 2016.

CONSIDERANDO que as edificações de alvenaria dos anos de 1962 – 1963, averbadas na MI 60.289, e Cadastro 6542, não são de interesse em preservar como patrimônio cultural edificado.

CONSIDERANDO que as edificações se localizam em área que interfere diretamente em patrimônio cultural edificado na vizinhança conforme a Lei Municipal Nº 1854/94, Artigo 27.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de demolição solicitado, concordando com o Parecer nº 075/2016/COMPHAAN/JS da Comissão de Análise Técnica do Comphaan, que concorda com o Parecer Administrativo nº 369/2016 do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural de Jaraguá do Sul.

Art. 2º – Concordar com o afastamento indicado pelo Setor de Patrimônio Histórico Cultural no Parecer Técnico nº 001/2016, na divisa da servidão, necessário à manutenção da visibilidade do Imóvel Tombado.

Art. 3º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 082/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 082/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 21551/2016 – Cadastro: 31.200, Alvará de demolição, tendo como requerente Agostinho Kuskowski e Regina Kuskowski, do imóvel situado na rua 6 – Cel. Procópio Gomes de Oliveira, nº 1300 – Centro – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 24 de agosto de 2016.

CONSIDERANDO que a edificação de alvenaria do ano de 1967, com área de 361,71 m², constante da M.I. 41.751, é uma edificação originalmente de uso misto, comercial e residencial, de Adolfo Rangel, que mantinha um comércio funcionando como bar, restaurante e comércio de carnes, conhecido por “Bar Capilé”.

CONSIDERANDO que a edificação sofreu várias intervenções ao longo do tempo principalmente na parte interna com a derrubada de paredes, resultando em significativa descaracterização do imóvel.

CONSIDERANDO que a edificação após a implantação asfáltica na rua Cel. Procópio Gomes de Oliveira, ficou 50 cm aproximadamente abaixo do nível, sofrendo alagamentos pluviais internos.

CONSIDERANDO que a edificação não faz parte do Inventário do Patrimônio Cultural Edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de demolição

solicitado, concordando com o Parecer Administrativo nº 379/2016 do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural de Jaraguá do Sul.
Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 083/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 083/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 22093/2016 – Cadastro: 39.589, Consulta de viabilidade para construção, tendo como requerente Oladir Vieira, do imóvel situado na rua 12 – Av. Prefeito Waldemar Grubba, nº 4841 – bairro: Vieira – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 24 de agosto de 2016.

CONSIDERANDO que a edificação de alvenaria do ano de 1958, constante da M.I. 49.524, já foi demolida.

CONSIDERANDO que a edificação não estava cadastrada como patrimônio cultural edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à Consulta de viabilidade para construção, concordando com o Parecer Administrativo nº 371/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural, concedendo também anuência ao alvará de demolição.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 084/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 084/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 25016/2016 – Cadastro: 4.704, Consulta de viabilidade para construção, tendo como requerente Moacir José Gabardo, do imóvel situado na Rua 506 – Feliciano Bortolini – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 24 de agosto de 2016.

CONSIDERANDO que a edificação de madeira, constante da M.I. 162, já foi demolida.

CONSIDERANDO que a edificação não estava cadastrada como patrimônio cultural edificado, e não é de interesse de preservação.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à Consulta de viabilidade para construção, concordando com o Parecer nº 078/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda Parecer Administrativo nº 378/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural, concedendo também anuência ao alvará de demolição.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 085/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 085/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 33362/2015 - Cadastro: 33.700, Consulta de viabilidade para construção, tendo como requerente Tayze L. M. Buzarello, do imóvel situado na rua 887 - Domingos Anacleto Garcia - bairro: Três Rios do Norte – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 24 de agosto de 2016.

CONSIDERANDO a Resolução nº 032/2016/COMPHAAN/JS que Indeferiu a consulta de viabilidade para construção, concordando com o Parecer nº 031/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, e solicita esclarecimentos sobre a demolição do imóvel na técnica enxaimel averbado na MI 57.476 e indicado como patrimônio histórico com interesse em preservação pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

CONSIDERANDO que o conforme Parecer Administrativo nº 380/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural, os esclarecimentos foram fornecidos e a edificação na técnica enxaimel foi demolida devido à abertura de via pública, tendo atualização cadastral, que na época era 30.839 (cadastro original), onde consta o registro de concessão de alvará de demolição nº 6.792/92 da edificação enxaimel.

CONSIDERANDO que o alvará de demolição é anterior à Lei Municipal nº 1.854/94.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à Consulta de viabilidade para construção, concordando com o Parecer nº 079/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda Parecer Administrativo nº 380/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2016.
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 086/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 086/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 29812/2016 – Cadastro: 14.389, Outros requerimentos, tendo como requerente, Blásio Mannes, do imóvel situado na Rua 6 – Procópio Gomes de Oliveira, nº 584 – Centro – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 21 de setembro de 2016.

CONSIDERANDO que a edificação em alvenaria do ano de 1937 com 119,52 m², averbada na MI 12.787, é tombada pelo Decreto nº 9.017/2012, de 05 de dezembro de 2012.

CONSIDERANDO que o novo projeto do muro proposto mantém a base do muro original construído na mesma época da construção da edificação e retira o elemento vazado que foi colocado posteriormente.

CONSIDERANDO que o novo projeto do muro proposto conforme apresentado em croqui, apesar da retirada dos elementos vazados, ainda mantém as características de forma aceitável e compatível com a preservação do mesmo.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à nova proposta de restauração do muro, com a supressão do elemento vazado que foi colocado posteriormente, e mantém a base do muro construído na mesma época da edificação.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de setembro de 2016.

Cláudia Brandão Eing Flesch
Vice-Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 087/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 087/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 22119/2016 – Cadastro: 1.361, Alvará de demolição, tendo como requerente Jaime Osmar Mann e Outros, do imóvel situado na Rua 15 – Rodolfo Hufenuessler, nº 162 – Centro – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 21 de setembro de 2016.

CONSIDERANDO que a edificação em alvenaria do ano de 1955, com área total de 186,31 m² e área de 41,51 (a demolir) totalizando no final 144,80 m², averbada na MI 74.982, é tombada pelo Decreto nº 910.622/2015, de novembro de 2015.

CONSIDERANDO que a área de 41,51 m² da qual se solicita a demolição, trata-se de um anexo posterior e que está integrada e computada dentro da área tombada equivocadamente.

CONSIDERANDO que foi verificado que o anexo nos fundos do imóvel, foi construído posteriormente e sem interesse de preservação.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à ao alvará de demolição do anexo com 41,51m² nos fundos do imóvel, concordando com o Parecer nº 080/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda Parecer Administrativo nº 356/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de setembro de 2016.

Cláudia Brandão Eing Flesch
Vice-Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 088/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 088/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 16334/2016 – Cadastro: 29.533, Alvará de demolição, tendo como requerente Ademar Nicoluzzi, do imóvel situado na Rua 473 – José Picolli – bairro: Estrada Nova – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que

lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 21 de setembro de 2016.

CONSIDERANDO após análise do terreno com 64.500,00m², constante do Cadastro Técnico 29.533 e MI 5.724, constatou-se uma edificação enxaimel do ano aproximado de 1904, com área total de 63,36 m².

CONSIDERANDO que a edificação enxaimel pertenceu a Elias Nicoluzzi, filho de imigrantes de origem trentina, Giovanni Nicoluzzi e Maria Novello, que vieram da Europa para o Brasil nos fins do século XIX. Elias Nicoluzzi nasceu em Rio dos Cedros em 2 de junho de 1988 e veio com a família para a então Colônia Jaraguá quando ainda era criança. A casa é ocupada até os dias atuais pelo neto de Elias, o Senhor Ademar Nicoluzzi e esposa.

CONSIDERANDO que a edificação enxaimel é testemunho histórico relevante no município, e possui característica arquitetônica enxaimel.

CONSIDERANDO que a edificação encontra-se preservada em suas características originais, embora necessite de restauração.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é não é favorável ao alvará de demolição, concordando com o Parecer nº 082/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda Parecer Técnico nº 002/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural.

Art. 2º – Decidir pelo Tombamento Municipal da edificação em Nível de Preservação NP1 A.

Art. 3º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de setembro de 2016.

Cláudia Brandão Eing Flesch
Vice-Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 089/2016/COMPHAAN/JS

RESOLUÇÃO Nº 089/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 20033/2016 – Cadastro: 30.127, Alvará de demolição, tendo como requerente Dilmar Luiz Tissi e Outros, do imóvel situado na Rua 831 – Paulo Voltolini – bairro: Ribeirão Cavallo – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 21 de setembro de 2016.

CONSIDERANDO que a edificação de madeira em análise, constante da MI 48.035, com área de 63,00 m², do ano de 1965, não mais existe, e que a mesma não era de representatividade arquitetônica para a preservação como patrimônio Cultural edificado.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de demolição solicitado, concordando com o Parecer nº 083/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo nº 410/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural.

Art. 3º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de setembro de 2016.

Cláudia Brandão Eing Flesch
Vice-Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 090/2016/COMPHAAN/JS
RESOLUÇÃO Nº 090/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o processo 26062/2014 – Cadastro: 34.366, Consulta de viabilidade para construção, tendo como requerente Irineu Luiz Uber, do imóvel situado na rua 840 – Lino Piazero, nº 7181 – bairro: Santo Antônio – Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 21 de setembro de 2016.

CONSIDERANDO que a edificação de alvenaria em análise, constante da MI 19.633, com área de 96,00 m² e um rancho com área de 65,00 m², do ano de 1965, não são de interesse em preservar como patrimônio Cultural edificado.

CONSIDERANDO que o imóvel está localizado no Eixo Histórico 2, no entorno de bens inventariados, porém afastados aproximadamente 195,00 metros de seus raios de abrangência que é de 50 metros.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à Consulta de viabilidade para construção, concordando com o Parecer nº 084/2016 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo nº 412/2016/SPHC do Setor de Patrimônio Histórico e Cultural.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de setembro de 2016.

Cláudia Brandão Eing Flesch
Vice-Presidente do COMPHAAN

RESOLUÇÃO Nº 091/2016/COMPHAAN/JS
RESOLUÇÃO Nº 091/2016/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o Termo de Referência para a contratação de elaboração de projeto para a área Tombada do Conjunto Rural do Rio da Luz e áreas de entorno.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 21 de setembro de 2016.

CONSIDERANDO a paisagem cultural singular do Conjunto Rural do Rio da Luz e áreas de entorno, que preserva características paisagísticas e culturais dos imigrantes europeus que se estabeleceram originariamente em pequenas propriedades rurais, e o seu reconhecimento através do Tombamento, Processo nº 1.548-0t-07.

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas mitigadoras e compensatórias, que objetivam amenizar e compensar os impactos causados pela execução de obras edílicas e de infraestrutura, sem prévia análise e autorização do Instituto do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, dentro da área referida e de seu entorno, e que acarretaram danos ao patrimônio tombado, torna-se imprescindível a execução de um projeto de qualificação urbana e paisagística da região, em especial das ruas Erwin Rux e Eurico Duwe, conforme acordado entre a Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, o Iphan e o Ministério Público Federal, através do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC Rio da Luz.

CONSIDERANDO o custeio desta contratação no valor de R\$ 237.030,56 (duzentos e trinta e sete mil e trinta reais e cinquenta centavos) com recursos a serem repassados ao Fundo Municipal do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – FUMPHAM, para este fim.

CONSIDERANDO a Lei nº 5.419/2009 em seu Art. 2º, fica instituído, no âmbito do Município de Jaraguá do Sul, na forma de Fundo Especial, o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – FUMPHAM, vinculado à Fundação Cultural de Jaraguá do Sul, com o objetivo de possibilitar a captação e a destinação de recursos financeiros para a preservação, restauração, revitalização e reconstrução de bens de valor histórico cultural do Município, representativos da cultura jaraguense em suas diversas manifestações, contextos e épocas.

CONSIDERANDO que o custeio desta contratação ocorrerá com a captação de recursos pela Administração Municipal.

CONSIDERANDO a Lei nº 5.419/2009 em seu Art. 5º § 1º, os recursos do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – FUMPHAM serão aplicados em conformidade com as deliberações do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, para bens materiais notificados ou já tombados.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o Termo de Referência para a contratação de elaboração de projeto para a área Tombada do Conjunto Rural do Rio da Luz e áreas de entorno, concordando com a destinação do valor de R\$ 237.030,56 (duzentos e trinta e sete mil e trinta reais e cinquenta centavos) do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – FUMPHAM, para este fim.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de setembro de 2016.

Cláudia Brandão Eing Flesch
Vice-Presidente do COMPHAAN

SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 247/2016

PORTARIA SAMAEJSU Nº 247/2016
Constitui Comissão Especial de Licitação

A DIRETORA PRESIDENTE INTERINA DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições previstas no artigo 4º da Lei Complementar nº 123/2012 e suas alterações e,

CONSIDERANDO os termos do memorando 584/2016 de 28/09/2016;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 38, inciso III da c/c artigo 51 e parágrafos, todos da Lei nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência;

CONSIDERANDO a necessidade de constituir uma Comissão Especial de Licitação com capacidade e qualificação técnica, com a função de receber, abrir, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos referentes à Tomada de Preços nº 148/2016;

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, os servidores Enio Evandro Luchtenberg matrícula 493-6, Letícia França Andrade matrícula 491-0, Leonardo Tasso matrícula 585-1, Roberto Luís Pacheco matrícula 642-4, sob a presidência do primeiro, para comporem a Comissão Especial de Licitação.

Art. 2º Compete a Comissão Especial de Licitação proceder à abertura, o recebimento e exame dos documentos, das propostas e o julgamento do processo licitatório, que tem por objeto a Contratação de empresa para Obras de Engenharia para estabilização e contenção de erosão na margem do Rio Jaraguá, em frente ETE São Luís.

Art. 3º A presente Portaria terá validade de 06 (seis) meses.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de Setembro de 2016.
Ana Carolina B. Silveira Figur
Diretora Presidente Interina

SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 248/2016

PORTARIA SAMAEJSU Nº. – 248/2016

A DIRETORA PRESIDENTE INTERINA DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Licença Prêmio

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a partir de 03/10/2016, 15 (quinze) dias de gozo de Licença Prêmio ao servidor público municipal, JUREMIR DE OLIVEIRA FERNANDES, cargo de Motorista, matrícula 273.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de Setembro de 2016.
Ana Carolina B. Silveira Figur
Diretora Presidente Interina

SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 249/2016

PORTARIA SAMAEJSU Nº 249/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 123/2012 de 30/03/2012, e suas alterações;

CONSIDERANDO o teor do memorando 599/2016 de 03/10/2016

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR, a partir de 03/10/2016, a servidora ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR, matrícula 497, do cargo em provimento de comissão de Diretor de Obras.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de outubro de 2016.
Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 250/2016

PORTARIA SAMAEJSU Nº 250/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 123/2012 de 30/03/2012, e suas alterações;

CONSIDERANDO o teor do memorando 599/2016 de 03/10/2016.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 04/10/2016, a servidora pública municipal, ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR, cargo de escriturário, matrícula 497, para exercer a função gratificada de ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de outubro de 2016.
Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA SAMAEJSU Nº 251/2016

PORTARIA SAMAEJSU Nº 251/2016

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012 de 30/03/2012, e suas alterações;

CONSIDERANDO, os termos do memorando 599/2016 de 03/10/2016.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 04/10/2016, EVÂNIA APARECIDA DUARTE LIEBL, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE OBRAS.


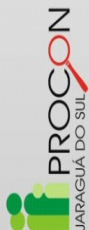
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de Outubro de 2016.
Ademir Izidoro
Diretor Presidente

PROCON - PESQUISA - CESTA BÁSICA - OUTUBRO 2016

**PREFEITURA DE
JARAGUÁ DO SUL**



CESTA BÁSICA - Pesquisa realizada nos dias 05 e 06 de OUTUBRO de 2016.

[illegible]

Mais barato X Mais caro			
Out/2016	Out/2016	%	
+barato	+caro	Aumento	
R\$ 2,49	R\$ 3,20	28,51%	
R\$ 2,15	R\$ 3,40	58,14%	
R\$ 1,86	R\$ 5,27	183,33%	
R\$ 1,29	R\$ 3,89	201,55%	
R\$ 5,39	R\$ 8,25	53,06%	
R\$ 17,98	R\$ 23,69	31,76%	
R\$ 1,89	R\$ 2,99	58,20%	
R\$ 5,49	R\$ 6,99	27,32%	
R\$ 1,87	R\$ 2,99	59,89%	
R\$ 4,48	R\$ 8,99	100,67%	
R\$ 2,69	R\$ 3,29	22,30%	
R\$ 4,99	R\$ 8,99	80,16%	
R\$ 3,25	R\$ 5,37	65,23%	
R\$ 55,82	R\$ 87,31	56,41%	

Setembro/16 X Outubro/16			
Set/2016	Out/2016		%
	+barato	+barato	
	R\$ 2,49	R\$ 2,49	0,00%
	R\$ 2,29	R\$ 2,15	-6,11%
	R\$ 1,98	R\$ 1,86	-6,06%
	R\$ 1,29	R\$ 1,29	0,00%
	R\$ 4,99	R\$ 5,39	8,02%
	R\$ 15,98	R\$ 17,98	12,52%
	R\$ 1,89	R\$ 1,89	0,00%
	R\$ 5,69	R\$ 5,49	-3,51%
	R\$ 1,99	R\$ 1,87	-6,03%
	R\$ 4,30	R\$ 4,48	4,19%
	R\$ 2,69	R\$ 2,75	2,23%
	R\$ 4,99	R\$ 4,99	0,00%
	R\$ 1,98	R\$ 3,25	64,14%
	R\$ 52,55	R\$ 55,88	6,34%

Os preços informados referem-se ao produto mais barato encontrado no estabelecimento no dia da pesquisa, sem considerar a marca, correspondendo ao preço praticado à vista.

As redes Cooper e Brásão praticam os mesmos preços em todas as suas lojas na cidade de Jaraguá do Sul.

** Valor correspondente à soma dos produtos mais baratos nos estabelecimentos pesquisados.

*** O Angeloni comercializa apenas a batata lavada.

*** O Santa Luzia comercializa apenas o leite "longa vida"

E-MAIL: procon@jaraguadosul.com.br - Rua Donaldson Gehring, 175 - Centro - Jaraguá do Sul/SC - 89251-170 (47) 3275-1425 ou 151 - Horário de Atendimento: 09:00h as 16h30h - Sem fechar para almoço



E-MAIL: procon@jaraquadosul.com.br - Rua Angelo Schiochet, nº 100 - Centro - Jaraquá do Sul/SC - 89251-170 (47) 3275-1425 ou 3275-3237 - Horário de Atendimento: 07:30hs as 11:30 e 13:00hs as 16:00hs.

PROCON - PESQUISA - COMBUSTÍVEIS - OUTUBRO 2016**PESQUISA DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS – OUTUBRO 2016**

Nome	Bandeira	Bairro	Gasolina comum	Gasolina aditivada	Álcool comum	Diesel S10	GNV	Gás GLP 13kg
Fênix	Ipiranga	Centenário	3,458	3,498	2,998	2,998	-	-
Zandoná	Ipiranga	Centenário	3,447	3,597	2,897	3,127	2,079	-
Poffo	Branca	Vila Baependi	3,438	3,438	2,988	2,998	-	-
Delta	Branca	Vila Baependi	3,449	3,449	2,999	2,799	-	-
Emmendorfer	shell	Centro	3,549	3,759	-	3,109	-	-
Maiochi	Ipiranga	Centro	3,499	3,649	3,099	3,099	-	-
Marechal	Ipiranga	Centro	3,495	3,545	2,995	3,095	-	-
Amizade	Branca	Jaraguá Esquerdo	3,489	3,589	2,979	3,089	-	-
Rudnick	Dibrape	Amizade	3,479	3,479	2,899	2,999	-	-
Marcolla	Shell	Chico de Paulo	3,459	3,599	2,999	3,209	-	54,90
Salomon	Branca	Chico de Paulo	3,498	3,548	2,999	2,968	-	-
Cezario	Dibrape	Santa Luzia	3,569	3,569	-	3,099	-	-
Vicenzi	Branca	Santo Antônio	3,458	3,549	2,999	2,959	-	55,00
Flex (416)	Branca	Rio Cerro I	3,399	-	2,799	2,749	-	-
Rio da Luz	Branca	Rio da Luz	3,459	3,637	2,967	2,948	-	-
Km 7	Branca	Barra do Rio Cerro	3,588	3,658	-	3,029	-	-
Rio Cerro	Shell	Rio Cerro II	3,459	3,559	-	-	-	54,90
GRID	Branca	Centro	3,499	3,559	2,899	2,999	-	-
Garibaldi	Branca	Garibaldi	3,529	-	-	2,999	-	-
Pérola	Branca	Ilha da Figueira	3,446	3,596	2,899	3,059	-	-
Pérola	Shell	Centro	3,446	3,596	2,899	3,059	-	-
Cidade	Br	Barra do Rio Molha	3,498	3,638	2,938	3,058	-	52,90
Cidade	Br	Barra do Rio Cerro	3,498	3,638	2,938	3,058	-	52,90
Cidade	Br	Rau	3,498	3,638	2,938	3,058	-	52,90
Cidade	Br	Centro	3,498	3,638	2,938	3,058	-	52,90
Cidade	Br	Vila Lenzi	3,498	3,638	2,938	3,058	-	52,90
Cidade	Br	Czerniewicz	3,498	3,638	2,938	3,058	-	52,90
Behling	shell	Centro	3,459	3,599	-	-	-	-
Mime	shell	Vila Nova	3,459	3,599	2,999	3,209	2,099	54,90
Zuza	shell	Centro (Reinoldo)	3,529	3,649	-	3,029	-	-
Mime	shell	Centro (Epitácio)	3,459	3,599	-	3,209	-	-
Mime	shell	Vila Lalau	3,459	3,599	2,999	3,209	-	-
Mime	Br	Vila Baependi	3,459	3,599	-	3,209	2,099	54,90
Mime	shell	Tifa Martins	3,459	3,599	2,999	-	-	54,90
Mime	shell	Nereu Ramos	3,459	3,599	-	3,209	-	-
Mime	shell	Barra do Rio Cerro	3,459	3,599	2,999	-	-	-
Mime	shell	Vieira	3,459	3,599	-	3,209	-	54,90
Mime	shell	Ilha da Figueira	3,459	3,589	-	3,049	-	-
Valor Médio			3,479	3,593	2,489	3,0609	2,092	53,98
Menor preço			3,399	3,438	2,799	2,749	2,079	52,90

Obs:

1) Os preços acima refletem os praticados para vendas à vista, nos dias 05 e 06 de OUTUBRO de 2016, nos 38 postos de Jaraguá do Sul.

2) Nos postos de bandeira branca, consultar a distribuidora de origem junto aos postos, que são obrigados a identificar nas bombas qual a distribuidora de origem do combustível, conforme a Portaria 116/00 da ANP.



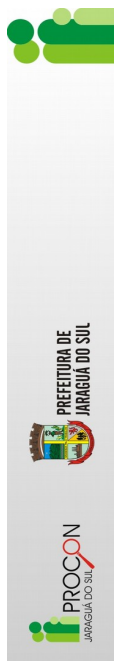
Combustível	Média SETEMBRO//16	Média OUTUBRO/16	Variação mês anterior
Gasolina Com.	R\$ 3,494	R\$ 3,479	-0,43%
Gasolina Adit.	R\$ 3,615	R\$ 3,593	-0,61%
Álcool comum	R\$ 2,489	R\$ 2,489	0,00%
Diesel comum	R\$ 3,0638	R\$ 3,0609	-0,09%
GNV	R\$ 2,092	R\$ 2,092	0,00%
Gás GLP 13kg	R\$ 49,76	R\$ 53,98	8,48%

Combustível	Média OUTUBRO/15	Média OUTUBRO/16	Variação anual
Gasolina Com.	R\$ 3,440	R\$ 3,479	1,13%
Gasolina Adit.	R\$ 3,566	R\$ 3,593	0,76%
Álcool comum	R\$ 2,489	R\$ 2,489	0,00%
Diesel comum	R\$ 2,9447	R\$ 3,0609	3,95%
GNV	R\$ 2,199	R\$ 2,092	-4,87%
Gás GLP 13kg	R\$ 49,75	R\$ 53,98	8,50%

E-MAIL: procon@jaraguadosul.com.br

Rua Angelo Schiochet, nº 100, sala 01 – Centro – Jaraguá do Sul/SC – 89251-170 – Tel: (47) 3275-1425 / 3275-3237
Horário de Atendimento: 07:30hs às 11:00hs / 13:00hs às 16:00 - Agora com horário marcado.

PROCON - PESQUISA - HIGIENE E LIMPEZA - OUTUBRO 2016



LIMPEZA – OUTUBRO DE 2016

Pesquisa de preços realizada nos dias 05 e 06 de SETEMBRO de 2016									
Estabelecimento	Quant./Unid.	Angeloni *	Cooper *	Brasão *	Gunz *	Bertoli	Rancho Bom	Santa Luzia	Fort
PRODUTOS		3275-7900	3274-7500	3371-9229	3376-1031	3276-0143	3371-0700	3274-8051	3501-3200
Detergente	500ml	0,99	R\$ 1,48	R\$ 1,69	1,39	R\$ 1,39	R\$ 1,39	R\$ 1,19	0,99
Espuma de aço	pcde 60g	2,99	R\$ 1,65	R\$ 1,99	2,66	R\$ 0,99	R\$ 1,25	R\$ 1,39	0,49
Sabão em pedra	unid.	2,29	R\$ 1,29	R\$ 1,99	1,41	R\$ 1,25	R\$ 2,38	R\$ 1,69	1,69
Sabão em pó	1kg	3,99	R\$ 4,39	R\$ 4,48	5,59	R\$ 5,19	R\$ 3,25	R\$ 3,25	3,49
Desinfetante	500ml	3,95	R\$ 1,99	R\$ 2,39	3,26	R\$ 2,25	R\$ 2,99	R\$ 1,89	2,49
Água sanitária	1 lt	1,89	R\$ 1,95	R\$ 2,79	2,66	R\$ 1,86	R\$ 2,39	R\$ 2,49	1,89
Amaciante	2 lt	3,57	R\$ 4,75	R\$ 3,99	4,46	R\$ 3,92	R\$ 3,89	R\$ 4,29	3,58
Alcool líquido	1 lt	5,79	R\$ 4,99	R\$ 7,69	3,95	R\$ 4,55	R\$ 6,49	R\$ 4,29	4,99
Limpa vidros	500ml	9,55	R\$ 2,75	R\$ 3,59	4,43	R\$ 3,99	R\$ 6,49	R\$ 4,19	4,79
Lustra móveis	200ml	4,47	R\$ 3,98	R\$ 4,99	5,87	R\$ 4,15	R\$ 5,49	R\$ 3,89	4,19
Espuma p/louça	unid.	1,79	R\$ 0,95	R\$ 1,50	1,1	R\$ 0,69	R\$ 0,99	R\$ 1,77	0,49

HIGIENE PESSOAL – OUTUBRO DE 2016

Estabelecimento	Quant./Unid.	Angeloni *	Cooper *	Brasão *	Gunz *	Bertoli	Rancho Bom	Santa Luzia	Fort
PRODUTOS		3275-7900	3274-7500	3371-9229	3376-1031	3276-0143	3371-0700	3274-8051	3501-3200
Alcool Gel	500g	4,39	R\$ 4,99	R\$ 5,99	7,94	R\$ 5,32	R\$ 4,99	R\$ 6,65	5,4
Sabonete	90g	1,15	R\$ 0,99	R\$ 1,29	1,44	R\$ 1,10	R\$ 1,05	R\$ 1,19	0,95
Creme dental	90g	1,99	R\$ 2,18	R\$ 2,99	2,76	R\$ 2,69	R\$ 2,39	R\$ 2,39	1,75
Shampoo	350ml	3,65	R\$ 4,95	R\$ 5,99	4,99	R\$ 5,45	R\$ 3,97	R\$ 4,77	3,65
Condicionador	350ml	2,17	R\$ 4,88	R\$ 7,59	6,68	R\$ 6,99	R\$ 6,45	R\$ 6,19	4,49
Cotonetes	Cx 75 unid.	4,97	R\$ 1,45	R\$ 1,49	1,63	R\$ 1,29	R\$ 1,89	R\$ 1,99	1,9
Papel Higiênico	4x30m	3,29	R\$ 4,25	R\$ 2,99	3,46	R\$ 1,75	R\$ 3,79	R\$ 1,89	1,89
Escova de dente	Adulto,média	8,99	R\$ 1,95	R\$ 2,99	2,4	R\$ 1,99	R\$ 2,79	R\$ 2,99	2,15
Desodorante	rollon 50ml	8,25	R\$ 6,25	R\$ 6,99	10,15	R\$ 6,80	R\$ 5,99	R\$ 4,99	4,79
Fio dental	25-50m	8,99	R\$ 5,35	R\$ 4,99	5,88	R\$ 2,89	R\$ 7,69	R\$ 2,99	5,1
Apar. barbeador	2 unid.	8,99	R\$ 2,15	R\$ 2,20	4,88	R\$ 2,10	R\$ 2,89	R\$ 1,99	1,79
Absorvente	pcde.8-10 un.	2,99	R\$ 2,15	R\$ 3,39	2,99	R\$ 2,35	R\$ 2,39	R\$ 2,99	2,39

Os mais Baratos				Os mais Baratos				O mais barato e o mais caro			
Sel/16	Out/16	%	Diferença	Sel/16	Out/16	%	Diferença	Out/16 +barato	Out/16 +caro	%	Diferença
R\$ 0,99	R\$ 0,99	0,00%		R\$ 4,39	R\$ 4,39	0,00%		R\$ 4,39	R\$ 7,94	80,87%	
R\$ 0,49	R\$ 0,49	0,00%		R\$ 0,89	R\$ 0,95	6,74%		R\$ 0,95	R\$ 1,44	51,58%	
R\$ 1,25	R\$ 1,69	35,20%		R\$ 1,45	R\$ 1,75	20,69%		R\$ 1,75	R\$ 2,99	70,86%	
R\$ 3,49	R\$ 3,25	-6,88%		R\$ 3,65	R\$ 3,65	0,00%		R\$ 3,65	R\$ 5,99	64,11%	
R\$ 1,95	R\$ 1,89	-3,08%		R\$ 4,49	R\$ 4,49	0,00%		R\$ 4,49	R\$ 7,59	69,04%	
R\$ 1,89	R\$ 1,86	-1,59%		R\$ 0,99	R\$ 1,45	46,46%		R\$ 1,45	R\$ 2,17	49,66%	
R\$ 3,28	R\$ 3,57	8,84%		R\$ 1,75	R\$ 1,75	0,00%		R\$ 1,75	R\$ 4,97	184,00%	
R\$ 4,55	R\$ 3,95	-13,19%		R\$ 1,99	R\$ 1,95	-2,01%		R\$ 1,95	R\$ 3,29	68,72%	
R\$ 2,75	R\$ 2,75	0,00%		R\$ 4,79	R\$ 4,79	0,00%		R\$ 4,79	R\$ 8,99	87,68%	
R\$ 3,49	R\$ 3,89	11,46%		R\$ 2,89	R\$ 2,89	0,00%		R\$ 2,89	R\$ 8,25	185,47%	
R\$ 0,49	R\$ 0,49	0,00%		R\$ 1,79	R\$ 1,79	0,00%		R\$ 1,79	R\$ 8,99	402,23%	
				R\$ 2,35	R\$ 2,15	-8,51%		R\$ 2,15	R\$ 3,39	57,67%	

Obs: Os preços informados referem-se ao produto mais barato encontrado no estabelecimento no dia da pesquisa, sem considerar a marca, correspondendo ao preço praticado à vista.

* As redes Angeloni, Cooper e Brasão praticam os mesmos preços em todas as suas lojas na cidade de Jaraguá do Sul.

E-mail: procon@jaraguadosul.com.br - Rua Donald Gehring, 175 – Centro – Jaraguá do Sul/SC – 89251-470 – Fone: 47-3275-3237 ou 3275-1425 – Horário de atendimento: 07:30hs às 11:30hs e 13:00hs às 16:00hs.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 112/2016**

PORTARIA Nº 112/2016

Nomeia Chefe de Gabinete.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 7.071/2015 de 13 de julho de 2015, a SRA. ALAIS OLSKA, para o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 06 de outubro de 2016.

JOSE OZORIO DE AVILA

Presidente

PORTARIA Nº 113/2016

PORTARIA Nº 113/2016

Nomeia Assessora Parlamentar.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 7.071/2015 de 13 de julho de 2015, a SRA. FRANCISCA EMILIA SARAIVA TERTO, para o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 06 de outubro de 2016.

JOSE OZORIO DE AVILA

Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.002 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.002 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 14, II DA LEI MUNICIPAL 4.664 DE 21/12/15 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 41.160,00 (quarenta e um mil, cento e sessenta reais), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO 19: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

Unidade: 01 – FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

Proj./Atividade 2.006: MANUTENÇÃO DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0329 – 3

Valor: R\$ 6.160,00

ÓRGÃO 19: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

Unidade: 01 – FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

Proj./Atividade 2.006: MANUTENÇÃO DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0329 – 4

Valor: R\$ 35.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações apontadas no artigo 1º, são provenientes da anulação da seguinte dotação:

ÓRGÃO 19: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

Unidade: 01 – FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

Proj./Atividade 2.006: MANUTENÇÃO DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0329 – 6

Valor: R\$ 41.160,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 07 de outubro de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

AVISO PL 71/2016/PMJ - TP 19/2016/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2016/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 19/2016/PMJ

Informamos a todos os interessados que, referente ao processo licitatório nº 71/2016/PMJ – tomada de preço nº 19/2016/PMJ, cujo objeto é "Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação em concreto armado da Rua Augusto Arbuseri, bairro Monte Belo, no Município de Joaçaba, SC.",

a ata da sessão realizada hoje, de julgamento das propostas está disponível no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br). Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br. Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 07 de outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Comissão de Licitação

DECRETO Nº 5.003 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.003 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 16, DA LEI MUNICIPAL 4.664 DE 21/12/15 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Joaçaba(SC), no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 107.536,48 (cento e sete mil, quinhentos e trinta e seis reais e quarenta e oito centavos), destinados à suplementação da dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.124 – BLMAC – BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

(18) Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002

Valor: R\$ 107.536,48

Art. 2º O recurso para suplementar à dotação de que trata o artigo 1º, é oriunda da anulação da dotação abaixo indicada:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.124 – BLMAC – BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

(22) Modalidade Aplicação: 3.3. 90.00.00.00.00.00.00.01.0002

Valor: R\$ 107.536,48

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 07 de outubro de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA**EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Rafael Laske, e pela Gerente de Cultura, Sra. Fatima Prando, convida a todos os munícipes para participarem da Audiência Pública para a Eleição do Conselho Municipal de Políticas Culturais do Município de Joaçaba, conforme a Lei nº 3960 de 15 de Março de 2010, que acontecerá no dia 21 de outubro de 2016, às 10:00horas, nas dependências do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) de Joaçaba, localizado na Av. XV de Novembro, Centro nº100 Térreo.

Joaçaba, 07 de outubro de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Fátima Prando

Gerente de Cultura

HOMOLOG PL 76/2016 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 76/2016/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2016/PMJ

A Secretaria municipal de Educação, Marilde Terezinha Bittencourt, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 76/2016/PMJ.

- Modalidade: PP 43/2016/PMJ.

Objeto: o Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de extintores, recarga/teste de extintores, mangueiras e luminárias de emergência para as unidades escolares municipais.

-Empresas Vencedoras:

ADELVO BASQUERA & CIA LTDA-EPP

VALOR : 7.930,00

JM EXTINTORES CAÇADOR EIRELI-ME

VALOR R\$ 17.145,00

FISCAL: ADELAIDE NETA MENDES DA SILVA E CHEILA SACCHETTI.

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 06 de outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Secretaria Municipal de Educação

Marilde Terezinha Bittencourt

22/2016 PMJ

Página: 1/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2016

Número do Registro de Preços: 22/2016		Data do Registro: 06/10/2016		Válido até: 06/10/2017			
Objeto da Compra :O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de extintores, recarga/teste de extintores, mangueiras e luminárias de emergência para as unidades escolares municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	Extintor de incêndio AGP 10 litros - novo - instalado	UN	JM EXTINTORES CACADOR EIRELI - ME (11655)	MOCELIN	0	70.0000	1
			ADELVO BASQUERA & CIA LTDA - EPP (11654)		0	75.0000	2
2	Extintor de incêndio CO2 04 quilos - novo - instalado	UN	JM EXTINTORES CACADOR EIRELI - ME (11655)	MOCELIN	0	305.0000	1
			ADELVO BASQUERA & CIA LTDA - EPP (11654)		0	309.0000	2
3	Extintor de incêndio CO2 06 quilos - novo - instalado	UN	JM EXTINTORES CACADOR EIRELI - ME (11655)	MOCELIN	0	320.0000	1
			ADELVO BASQUERA & CIA LTDA - EPP (11654)		0	330.0000	2
4	Extintor de incêndio PQSP 04 quilos - novo - instalado	UN	ADELVO BASQUERA & CIA LTDA - EPP (11654)	EXTINSUL	0	69.0000	1
			JM EXTINTORES CACADOR EIRELI - ME (11655)		0	70.0000	2
5	Extintor de incêndio PQSP 06 quilos - novo - instalado	UN	JM EXTINTORES CACADOR EIRELI - ME (11655)	MOCELIN	0	80.0000	1
			ADELVO BASQUERA & CIA LTDA - EPP (11654)		0	84.0000	2
6	Extintor de incêndio PQSP 04 quilos ABC 05 anos - veicular - novo - instalado	UN	ADELVO BASQUERA & CIA LTDA - EPP (11654)	EXTINSUL	0	120.0000	1
			JM EXTINTORES CACADOR EIRELI - ME (11655)		0	130.0000	2
7	Luminária de emergência, 30 led's, bi volt automático (instalada)	UN	JM EXTINTORES CACADOR EIRELI - ME (11655)	EMPALUX	0	27.0000	1

Página: 2/5

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2016

Número do Registro de Preços: 22/2016			Data do Registro: 06/10/2016			Válido até: 06/10/2017		
Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de extintores, recarga/teste de extintores, mangueiras e luminárias de emergência para as unidades escolares municipais.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
			ADELVO BASQUERA & CIA LTDA - EPP (11654)		0	28,0000	2	
8	Luminária de emergência 04 faróis de led (instalada) - garantia mínima: 02 anos	UN	JM EXTINTORES CACADOR EIRELI - ME (11655)	LUXPRYME	0	400,0000	1	
9	Mangueira de incêndio 1.1/2 - 15 metros - tipo predial - instalada.	UN	ADELVO BASQUERA & CIA LTDA - EPP (11654)	EXTINBRAS	0	200,0000	1	
			JM EXTINTORES CACADOR EIRELI - ME (11655)		0	260,0000	2	
10	Mangueira de incêndio 1.1/2 - 15 metros - tipo industrial - instalada.	UN	ADELVO BASQUERA & CIA LTDA - EPP (11654)	EXTINBRAS	0	290,0000	1	
			JM EXTINTORES CACADOR EIRELI - ME (11655)		0	300,0000	2	
11	Placa padrão SAÍDA fotoluminescente	UN	JM EXTINTORES CACADOR EIRELI - ME (11655)	SCALA	0	13,0000	1	
			ADELVO BASQUERA & CIA LTDA - EPP (11654)		0	14,0000	2	
12	Placa padrão CENTRAL DE GÁS	UN	JM EXTINTORES CACADOR EIRELI - ME (11655)	CREATIVE	0	15,0000	1	
			ADELVO BASQUERA & CIA LTDA - EPP (11654)		0	16,0000	2	
13	Recarga e teste de extintor AGP 10 litros	SERV	JM EXTINTORES CACADOR EIRELI - ME (11655)	PREVENCHAMA	0	20,0000	1	
			ADELVO BASQUERA & CIA LTDA - EPP (11654)		0	25,0000	2	
14	Recarga e teste de extintor CO2 04 quilos	SERV	JM EXTINTORES CACADOR EIRELI - ME (11655)	PREVENCHAMA	0	40,0000	1	

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2016

Página: 3/5

Número do Registro de Preços: 22/2016 Data do Registro: 06/10/2016 Válido até: 06/10/2017

Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de extintores, recarga/teste de extintores, mangueiras e luminárias de emergência para as unidades escolares municipais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	Recarga e teste de extintor CO2 06 quilos		ADELVO BASQUERA & CIA LTDA - EPP (11654)		0	45,0000	2
		SERV	JM EXTINTORES CACADOR EIRELI - ME (11655)	PREVENCHAMA	0	50,0000	1
			ADELVO BASQUERA & CIA LTDA - EPP (11654)		0	55,0000	2
16	Recarga e teste de extintor PQSP 04 quilos		SERV JM EXTINTORES CACADOR EIRELI - ME (11655)	PREVENCHAMA	0	20,0000	1
			ADELVO BASQUERA & CIA LTDA - EPP (11654)		0	23,0000	2
17	Recarga e teste de extintor PQSP 06 quilos		SERV JM EXTINTORES CACADOR EIRELI - ME (11655)	PREVENCHAMA	0	25,0000	1
			ADELVO BASQUERA & CIA LTDA - EPP (11654)		0	29,0000	2
18	Recarga e teste de extintor PQSP 04 quilos - ABC		SERV ADELVO BASQUERA & CIA LTDA - EPP (11654)	SERV	0	30,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

Página: 4/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2016

Número do Registro de Preços: 22/2016		Data do Registro: 06/10/2016		Válido até: 06/10/2017			
Objeto da Compra:O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de extintores, recarga/teste de extintores, mangueiras e luminárias de emergência para as unidades escolares municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JM EXTINTORES CACADOR EIRELI - ME (11655)		0	34.0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2016

Página: 5/5

Número do Registro de Preços: 22/2016		Data do Registro: 06/10/2016		Válido até: 06/10/2017			
Objeto da Compra:O Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de extintores, recarga/teste de extintores, mangueiras e luminárias de emergência para as unidades escolares municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2016

PROCESSO Nº 76/2016

(11654) - ADELVO BASQUERA & CIA LTDA - EPP

(11655) - JM EXTINTORES CACADOR EIRELI - ME

Joaçaba, 6 de Outubro de 2016.

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 282/2016**

PORTARIA SIMAE JHL – 282/2016 DE 06/10/2016

ALUIR FLEMMING, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Com fundamento no artigo 147, da Lei Complementar n. 76/2003 e diante dos termos da Portaria JHL n. 255/2016 de 23 de agosto de 2016, resolve PRORROGAR, por 15 (quinze) dias, a validade da Portaria n. 255/2016, a partir de 08 de outubro de 2016, sendo a validade prorrogada até 22 de outubro de 2016.

Joaçaba-SC, 06 de outubro de 2016.

Aluir Flemming
Diretor Presidente

Lages

PREFEITURA

ERRATA PUBLICAÇÃO PROCESSO SELETIVO 01 E 02-2016

ERRATA PUBLICAÇÃO

EDITAL PROCESSO SELETIVO 01 e 02/2016

A Prefeitura do Município de Lages, juntamente com as Secretarias Municipais de Educação e Saúde, tornam público que as inscrições para os processos seletivos serão efetuadas em modo presencial ou via internet, no endereço eletrônico <http://lagesseletivoeduca.fepese.org.br//>, entre os dias 07/10 à 01/11/2016.

Lages, 07 de outubro de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário da Administração

EXTRATO ERRATA CONTRATO 55/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: ERRATA - CONTRATO, N.º 55/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CCL CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 78.355.104/0001-06, estabelecida a Rodovia BR 282, n.º 46 – Bairro São Sebastião – Lages/SC, Fone (49) 3251-15515 – cc@cclconstrutora.srv.br

Tomada de Preços nº 14/2016 , do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 29/06/2016 e homologada em 18/07/2016

ONDE SE LÊ:

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.18 Entregar a ART do Responsável Técnico, validada pelo CREA, em até 10 (dez) dias contados da assinatura da Ordem de Serviço, na Secretaria de Agricultura;

LEIA-SE:

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.18 Entregar a ART do Responsável Técnico, validada pelo CREA, em até 10 (dez) dias contados da assinatura da Ordem de Serviço, na Secretaria de Infraestrutura

Lages, 07 de outubro de 2016.

Fernanda Cristina Torres

Setor de Licitações e Contratos

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.724/16

DECRETO Nº 4.724 DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.

"FACULTA O PONTO NAS REPARTIÇÕES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL NOS DIAS 13 E 14 DE OUTUBRO DE 2016".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 68, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Laguna e,

Considerando o feriado nacional de 12 de outubro próximo, Dia de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil;

Considerando a solicitação do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Laguna, para antecipar o ponto facultativo do dia 28 de outubro, conhecido como Dia do Servidor Público,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ponto facultativo nas Repartições Públicas Municipais de Laguna nos dias 13 e 14 de outubro do corrente ano, este último em decorrência de antecipação do Dia do Servidor Público.

Art. 2º A declaração de ponto facultativo de que trata o artigo 1º não se aplica aos serviços considerados essenciais, tais como de Ambulância, Unidades de Saúde, Policlínica, Secretaria Municipal de Saúde, Coleta de Lixo e Limpeza Pública e, também ao Centro de Informações Turísticas, Museu Anita Garibaldi e Casa de Anita.

Parágrafo único. As Escolas e Creches Municipais somente farão ponto facultativo no dia 14 de outubro, em razão do calendário escolar.

Art. 3º Em razão da antecipação de que trata o art. 1º, não será realizado ponto facultativo no dia 28 de outubro, salvo para os servidores das Unidades de Saúde, Policlínica e Secretaria Municipal de Saúde, aqui fixado.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.725/16

DECRETO Nº 4.725 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

"DÁ NOVA FORMAÇÃO, POR SUBSTITUIÇÃO, À COMISSÃO INTERSETORIAL MUNICIPAL DO SINASE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no exercício de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 12.594/2012 e, no art. 68 da Lei Orgânica do Município de Laguna e,

Considerando o requerimento objeto do PA nº 0125.0004074/2016, onde a Presidente da Comissão Intersetorial do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo - SINASE, solicita a alteração do Decreto nº 4.546/15 e dos membros da Comissão,

DECRETA:

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 4.216, de 10 de novembro de 2014

passa a vigorar, com a seguinte redação:

"Art. 2º A Comissão Intersetorial do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo - SINASE será composta por representantes dos Órgãos do Governo Municipal em caráter permanente, e de representantes de Conselhos Municipais do Município de Laguna.

"§ 1º Compõem a Comissão Intersetorial Municipal do SINASE, em caráter permanente, os representantes dos seguintes órgãos:

- I – Secretaria de Municipal Assistência Social e Habitação;
- II – Secretaria Municipal de Saúde;
- III – Secretaria Municipal de Educação e Esportes;
- IV - Secretaria de Turismo, Lazer e Comunicação;
- V – Conselho Tutelar;
- VI - Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes;
- VII - Conselho Municipal de Assistência Social;
- VIII - CUFA - Central Única das Favelas".

§ 2º Cada um dos Órgãos, Conselho e Entidade, mencionados no parágrafo primeiro, terá um representante titular e, o seu respectivo suplente.

§ 3º Os membros da Comissão são indicados pelos dirigentes dos Órgãos mencionados no parágrafo anterior".

Art. 2º A Comissão Intersetorial do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo - SINASE de que trata o art. 1º deste Decreto, fica assim constituída:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:

- a) Titular: Simone M. P. Arantes
- b) Suplente: Adriana Maciel Machado

II – Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

- a) Titular: Milene Gomes Alves
- b) Suplente: Ketlyn Sônia de Mello

III – Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Esportes:

- a) Titular: Carlos Felipe Schimidt
- b) Suplente: Sérgio Matias Pereira

IV- Representantes da Secretaria Municipal de Turismo, Lazer e Comunicação:

- a) Titular: Leonardo Antunes Dias
- b) Suplente: Não indicado

V – Representantes do Conselho Tutelar:

- a) Titular: Adriana de Amorim Luiz
- b) Suplente: Ynnis Zin

VI - Representantes do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes:

- a) Titular: Renata Faísca Nunes
- b) Suplente: Júlio César da Silva

VII- Representantes do Conselho Municipal de Assistência Social:

- a) Titular: Marielva da Silva Custódio Melo
- b) Suplente: Ketlin Patrício

VIII- Representantes da CUFA:

a) Titular: Vinícius Laufer dos Santos

b) Suplente: Rodrigo Laufer

Parágrafo único. A Comissão de que trata este artigo, será Presidida pela representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.726/16

DECRETO Nº 4.726 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

"DELEGA COMPETÊNCIA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, na forma do disposto na Lei Orgânica do Município e,

Considerando a conveniência na delegação de poderes e ou de competência a seus auxiliares;

Considerando que a competência é o ato complexo de atribuições e acuidades que a Lei outorga aos agentes ou órgãos da Pessoa Jurídica de Direito Público para a prática de determinados atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada ao servidor LEANDRO VIEIRA MAXIMIANO, ocupante do cargo efetivo de Guarda Municipal, matrícula 535901 a competência para na condição de autoridade de trânsito no Município, realizar os procedimentos em primeira instância, inclusive de julgamento, relativos ao auto de infração de trânsito, bem como, planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres, animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas.

Parágrafo único. Durante o período em que vigorar a delegação prevista neste Decreto, o GM Leandro Vieira Maximiano estará impedido de realizar autuações de trânsito, por incompatibilidade com a função delegada.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.727/16

DECRETO Nº 4.727 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

"ALTERA A REDAÇÃO DO CAPUT ART. 2º E DO ART. 3º DO DECRETO Nº 4.724/16".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 68, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Laguna,

DECRETA:

Art. 1º O caput do artigo 2º e o art. 3º do Decreto nº 4.724/16 passam a vigorar, respectivamente, com a seguinte redação:

Art. 2º A declaração de ponto facultativo de que trata o artigo 1º não se aplica aos serviços considerados essenciais, tais como de

Ambulância, SAMU, Coleta de Lixo e Limpeza Pública e, também ao Centro de Informações Turísticas, Museu Anita Garibaldi e Casa de Anita.

Art. 3º Em razão da antecipação de que trata o art. 1º, não será realizado ponto facultativo no dia 28 de outubro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.728/16

DECRETO Nº 4.728 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 68 da Lei Orgânica do Município e, no art. 51 da Lei 8.666/93 e,

Considerando que o servidor André Nandi Antunes, Presidente da Comissão Permanente de Licitação se encontra no gozo regular de suas férias;

DECRETA:

Art. 1º Durante as férias do servidor André Nandi Antunes, presidirá a Comissão Permanente de Licitação – CPL o servidor Lucas Veras Spillere da Silva, matrícula 578303.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.729/16

DECRETO Nº 4.729 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

"CONSTITUI A COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais, com base na Lei Federal 13.005/2014, na Lei Municipal 1.811/2015 e, no art. 68 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída para fins do disposto no art. 6º da Lei 1.811/15, a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Laguna, na forma que segue:

I - Representantes do Fórum Municipal de Educação:

Titular: Steffy Kaleine de Souza Marcos

Suplente: Renne Lopes Kfourri Ribeiro

II - Representantes do Conselho Municipal de Educação - COMED:

Titular: Juliana Fagundes de Carvalho

Suplente: Ivonete Caetano

III - Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Andrea Teresinha Adriano Farias

Suplente: Lucília Ribeiro Matias dos Santos

IV - Representantes da Câmara Municipal de Vereadores:

Titular: Andrey Pestana de Farias
Suplente: Orlando Rodrigues

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.730/16

DECRETO Nº 4.730 DE 07 DE JUNHO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO IRMÃ VERA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente da Fundação Irmã Vera, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) na seguinte dotação:

Órgão: 17 - Fundação Irmã Vera
Unidade: 01 - Fundação Irmã Vera
Proj/Atividade: 2.500 – Manutenção da Gestão Administrativa Superior da Fundação Irmã Vera
Elemento da Despesa: 7 – 3.1.90.14.00.00.00.00.0080 - Diária Civil
..... R\$ 1.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 17 - Fundação Irmã Vera
Unidade: 01 - Fundação Irmã Vera
Proj/Atividade: 2.500 – Manutenção da Gestão Administrativa Superior da Fundação Irmã Vera
Elemento da Despesa: 8 – 3.3.90.30.00.00.00.00.0080 - Material de Consumo R\$ 1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Lajeado Grande

PREFEITURA

DECRETO Nº 040/2016 DE 06/10/2016 HOMOLOGA O PARECER DE ARQUIVAMENTO DOS AUTOS DE AVERIGUAÇÃO PRÉVIA DETERMINADA PELA PORTARIA 188/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Decreto nº. 040/2016
De 06/10/2016

"HOMOLOGA O PARECER DE ARQUIVAMENTO DOS AUTOS DE AVERIGUAÇÃO PRÉVIA DETERMINADA PELA PORTARIA 188/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO os autos da averiguação prévia determinado pelo portaria n. 188/2016
DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o arquivamento dos autos de averiguação prévia determinado pela portaria de n. 188/2016 nos termos do parecer jurídico datado de 26/09/2016 e que faz parte do processo.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Lajeado Grande, 06 de outubro de 2016.
VALMIR LOCATELLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 200/2016 DE 07/10/2016 EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NEOCIR ROSEN, EM VIRTUDE DA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PELO INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA Nº 200/2016
DE 07/10/2016

"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NEOCIR ROSEN, EM VIRTUDE DA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PELO INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente com o art. 33 inciso IV da Lei Complementar n. 15/01 de 26/11/2001 e CONSIDERANDO o pedido do servidor e a concessão da aposentadoria pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social – nº do Benefício 167.239.149-8 espécie 42.

DECIDE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o servidor público municipal NEOCIR ROSEN em virtude da concessão de aposentadoria por tempo de contribuição concedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro

Social.

Art. 2º - O pagamento do benefício ficará a cargo do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, conforme nº do benefício 167.239.149-8 espécie 42.

Art.3º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 07 de outubro de 2016.
Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 201/2016 DE 07/10/2016 HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADRIANO LUIZ SANTIN ZMIJEVSKI RELATIVO AO PERÍODO DE 11/03/2016 A 10/09/2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA Nº 201/2016
DE 07/10/2016

"HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADRIANO LUIZ SANTIN ZMIJEVSKI RELATIVO AO PERÍODO DE 11/03/2016 A 10/09/2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o Artigo 19 § 3º da Lei Municipal Complementar nº. 15/2001 de 26/11/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;
E CONSIDERANDO o boletim de avaliação do estágio probatório

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a avaliação do Servidor Público Municipal ADRIANO LUIZ SANTIN ZMIJEVSKI, relativo ao período 11/03/2016 A 10/09/2016, APROVADO no segundo semestre do estágio probatório.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 07 de outubro de 2016.
Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

PORTARIA Nº 202/2016 DE 07/10/2016 HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RODRIGO PEDROSO RELATIVO AO PERÍODO DE 02/03/2016 A 01/09/2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA Nº 202/2016

DE 07/10/2016

“HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RODRIGO PEDROSO RELATIVO AO PERÍODO DE 02/03/2016 A 01/09/2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o Artigo 19 § 3º da Lei Municipal Complementar nº. 15/2001 de 26/11/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

E CONSIDERANDO o boletim de avaliação do estágio probatório

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a avaliação do Servidor Público Municipal RODRIGO PEDROSO, relativo ao período 02/03/2016 A 01/09/2016, APROVADO no terceiro semestre do estágio probatório.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 07 de outubro de 2016.

Valmir Locatelli

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 133/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 133/2016

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para contratação de serviços de mão de obra mecânica, elétrica e funilaria, destinados a manutenção da frota de veículos da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 28/10/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3642-4009 ou 4060.

Mafra (SC), 06 de outubro de 2016.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2016

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Óleos Lubrificantes e Filtros para manutenção dos veículos pertencentes à Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 31/10/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3642-4009 ou 4060.

Mafra (SC), 06 de outubro de 2016.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 212/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 212/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP CNPJ Nº 04.217.590/0001-60

Valor Registrado: R\$ 31.350,00 (trinta e um mil trezentos e cinquenta reais)

Objeto: Aquisição de medicamentos, destinados a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 464/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 113/2016.

Data de Assinatura: 26 de setembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 26 de setembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 213/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 213/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ Nº 09.944.371/0001-04

Valor Registrado: R\$ 88.909,00 (oitocentos e oitenta mil reais noventa e nove reais) Objeto: Aquisição de medicamentos, destinados a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 464/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 113/2016.

Data de Assinatura: 26 de setembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 26 de setembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 214/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 214/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME CNPJ Nº 20.590.555/0001-48

Valor Registrado: R\$ 140.910,00 (cento e quarenta mil novecentos e dez reais) Objeto: Aquisição de medicamentos, destinados a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 464/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 113/2016. Data de Assinatura: 26 de setembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 26 de setembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 215/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 215/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
CNPJ Nº 67.729.178/0004-91

Valor Registrado: R\$ 82.906,00 (oitenta e dois mil novecentos e seis reais)

Objeto: Aquisição de medicamentos, destinados a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 464/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 113 /2016.

Data de Assinatura: 26 de setembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 26 de setembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

Origem: Processo nº 464/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 113 /2016.

Data de Assinatura: 26 de setembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 26 de setembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 216/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 216/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: LIFE CENTER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ Nº 21.227.039/0001-16

Valor Registrado: R\$ 13.107,00 (treze mil cento e sete reais)

Objeto: Aquisição de medicamentos, destinados a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 464/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 113 /2016.

Data de Assinatura: 26 de setembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 26 de setembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 219/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 219/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI CNPJ Nº 09.676.256/0001-98

Valor Registrado: R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais)

Objeto: Aquisição de medicamentos, destinados a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 464/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 113 /2016.

Data de Assinatura: 26 de setembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 26 de setembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 220/201

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 220/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

CNPJ Nº 02.816.696/0001-54

Valor Registrado: R\$ 47.738,30 (quarenta e sete mil setecentos e trinta e oito mil e trinta centavos)

Objeto: Aquisição de medicamentos, destinados a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde

Origem: Processo nº 464/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 113 /2016.

Data de Assinatura: 26 de setembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 26 de setembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 217/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 217/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: DIMASTER COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA CNPJ Nº 02.520.829/0001-40

Valor Registrado: R\$ 164.200,00 (cento e sessenta e quatro mil e duzentos reais) Objeto: Aquisição de medicamentos, destinados a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 464/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 113 /2016.

Data de Assinatura: 26 de setembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 26 de setembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 221/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 221/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA

CNPJ Nº 05.531.725/0001-20

Valor Registrado: R\$ 389.840,00 (trezentos e oitenta e nove mil reais oitocentos e quarenta reais)

Objeto: Aquisição de medicamentos, destinados a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde

Origem: Processo nº 464/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 113 /2016.

Data de Assinatura: 26 de setembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 26 de setembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 218/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 218/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ Nº 12.889.035/0001-02

Valor Registrado: R\$ 47.640,00 (quarenta e sete mil seiscentos e quarenta reais) Objeto: Aquisição de medicamentos, destinados a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 222/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 222/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ Nº 94.516.671/0002-34

Valor Registrado: R\$ 39.140,00 (trinta e nove mil cento e quarenta reais)

Objeto: Aquisição de medicamentos, destinados a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde

Origem: Processo nº 464/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 113 /2016.

Data de Assinatura: 26 de setembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 26 de setembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 223/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 223/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: S & R DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ Nº 04.889.315/0001-92

Valor Registrado: R\$ 88.200,00 (oitenta e oito mil e duzentos reais)

Objeto: Aquisição de medicamentos, destinados a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde

Origem: Processo nº 464/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 113 /2016.

Data de Assinatura: 26 de setembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 26 de setembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 224/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 224/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA .

CNPJ Nº 75.014.167/0001-00 Valor Registrado: R\$ 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais)

Objeto: Aquisição de medicamentos, destinados a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde

Origem: Processo nº 464/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 113 /2016.

Data de Assinatura: 26 de setembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 26 de setembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 225/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 225/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

CNPJ Nº 81.706.251/0001-98

Valor Registrado: R\$ 456.425,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil reais quatrocentos e vinte e cinco reais)

Objeto: Aquisição de medicamentos, destinados a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde

Origem: Processo nº 464/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 113 /2016.

Data de Assinatura: 26 de setembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 26 de setembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 226/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 226/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSP. LTDA

CNPJ Nº 00.802.002/0001-02

Valor Registrado: R\$ 156.128,00 (cento e cinquenta e seis mil reais cento e vinte e oito reais)

Objeto: Aquisição de medicamentos, destinados a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde

Origem: Processo nº 464/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 113 /2016.

Data de Assinatura: 26 de setembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 26 de setembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 227/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 227/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: CIAMED – DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ Nº 05.782.733/0001-49

Valor Registrado: R\$ 93.994,00 (noventa e três mil novecentos e noventa e quatro reais)

Objeto: Aquisição de medicamentos, destinados a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde

Origem: Processo nº 464/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 113 /2016.

Data de Assinatura: 26 de setembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 26 de setembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 228/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 228/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: DIMAVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP

CNPJ Nº 76.386.283/0001-13

Valor Registrado: R\$ 127.950,00 (cento e vinte e sete mil novecentos e cinquenta reais)

Objeto: Aquisição de medicamentos, destinados a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde

Origem: Processo nº 464/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 113 /2016.

Data de Assinatura: 26 de setembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 26 de setembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 229/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 229/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP

CNPJ Nº 11.145.401/0001-56

Valor Registrado: R\$ 285.940,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais, novecentos e quarenta reais)

Objeto: Aquisição de medicamentos, destinados a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde

Origem: Processo nº 464/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 113 /2016.

Data de Assinatura: 26 de setembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 26 de setembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

Data de Assinatura: 28 de setembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 28 de setembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 237/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 237/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: BRUNATTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI - EPP

CNPJ Nº 04.435.876/0001-11

Valor Registrado: R\$ 277.095,40 (duzentos e setenta e sete mil noventa e cinco reais e quarenta centavos).

Objeto: aquisição de materiais de construção, ferramentas e de materiais elétricos, destinados a Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Secretaria de Cultura Esporte e Turismo.

Origem: Processo nº 405/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 101 /2016.

Data de Assinatura: 28 de setembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 28 de setembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 234/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 234/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: RD COMÉRCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI-ME

CNPJ Nº 23.037.457/0001-76

Valor Registrado: R\$ 29.140,00 (vinte nove mil, cento e quarenta reais).

Objeto: aquisição de materiais de construção, ferramentas e de materiais elétricos, destinados a Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Secretaria de Cultura Esporte e Turismo.

Origem: Processo nº 405/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 101 /2016.

Data de Assinatura: 28 de setembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 28 de setembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 094/2015

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 094/2015

Contrato nº: 094/2015

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: LN CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 10.834.999/0001-28

Modalidade Processo Licitatório n.º 321/2015 Tomada de Preço n.º 005/2015.

Data Assinatura do termo aditivo: 05 de setembro de 2016.

Prazo: com vigência até 31 de dezembro de 2016.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 235/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 235/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: FOOT COMERCIAL LTDA ME

CNPJ Nº 11.397.879/0001-73

Valor Registrado: R\$ 12.680,00 (doze mil seiscentos e oitenta reais).

Objeto: aquisição de materiais de construção, ferramentas e de materiais elétricos, destinados a Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Secretaria de Cultura Esporte e Turismo.

Origem: Processo nº 405/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 101 /2016.

Data de Assinatura: 28 de setembro de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 28 de setembro de 2017.

Foro: Comarca de Mafra.

LEI MUNICIPAL Nº 4230

LEI Nº. 4.230

DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E DO AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o "Dia Municipal do Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Combate a Endemias", a ser comemorado no dia 04 de outubro de cada ano.

Art. 2º O Poder Executivo poderá promover a divulgação do "Dia Municipal do Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Combate a Endemias", realizando eventos tais como: palestras, seminários, painéis e quaisquer outros que tenham por objetivo ressaltar a figura do homenageado".

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação,

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 236/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 236/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: DANNA COMERCIAL EIRELI-ME

CNPJ Nº 13.550.358/0001-30

Valor Registrado: R\$ 9.940,00 (nove mil novecentos e quarenta reais).

Objeto: aquisição de materiais de construção, ferramentas e de materiais elétricos, destinados a Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Secretaria de Cultura Esporte e Turismo.

Origem: Processo nº 405/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 101 /2016.

revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 07 de outubro de 2016.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4231

Lei nº. 4.231

DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

altera DISPOSITIVOS da LEI Nº. 3.964, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013, RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES FIRMADO ENTRE OS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA - CIMU.

O Prefeito do Município de Mafrá, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº. 3.964, de 04 de dezembro de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Fica ratificado o protocolo de intenções do CIMU, firmado pelos Prefeitos dos Municípios consorciados, previsto no Anexo Único, parte integrante da presente Lei.”

Art. 2º O cabeçalho do Anexo Único da Lei nº. 3.964, de 04 de dezembro de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO ÚNICO DA LEI Nº. 3.964, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA PROTOCOLO DE INTENÇÕES - CIMU

Os Municípios de Mafrá-SC e Rio Negro-PR, através de seus Prefeitos Municipais, reunidos na cidade de Mafrá, no Estado de Santa Catarina, resolvem formalizar o presente Protocolo de Intenções com o objetivo de constituir consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, objetivando a instituição de entidade destinada a integração do sistema de transporte público coletivo interestadual de passageiros, bem como outras atribuições relativas ao transporte público conferidas por meio de convênios de cooperação técnica e administrativa, na forma e nos limites da delegação que vier a ser firmada pela União.”

Art. 3º O art. 5º do Anexo Único da Lei nº. 3.964, de 04 de dezembro de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O Consórcio terá prazo indeterminado de vigência.”

Art. 4º O parágrafo único do art. 6º do Anexo Único da Lei nº. 3.964, de 04 de dezembro de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. Para execução do serviço fica autorizada a opção pela concessão da prestação do serviço, em conformidade ao disposto nas Leis Federais nº. 8.977/95 e nº. 8.666/93.”

Art. 5º O caput do art. 7º do Anexo Único da Lei nº. 3.964, de 04 de dezembro de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º São objetivos do Consórcio Público, com personalidade jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, objetivando a instituição de entidade destinada a integração do sistema de transporte público coletivo interestadual de passageiros, bem como outras atribuições relativas ao transporte público conferidas por meio de convênios de cooperação técnica e administrativa,

na forma e nos limites da delegação que vier a ser firmada pela União:”

Art. 6º O inciso II do art. 7º do Anexo Único da Lei nº. 3.964, de 04 de dezembro de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

II - executar por intermédio de permissão o serviço de transporte coletivo interestadual;

Art. 7º O parágrafo único do art. 7º do Anexo Único da Lei nº. 3.964, de 04 de dezembro de 2013 passa a vigorar como § 1º, com a seguinte redação:

“Art. 7º

§ 1º Para cumprir seus objetivos o Consórcio poderá:”

Art. 8º O inciso IV do § 1º do art. 7º do Anexo Único da Lei nº. 3.964, de 04 de dezembro de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

§ 1º

IV - contratar, mediante licitação a prestação de serviços para a execução de seus objetivos.”

Art. 9º Fica incluído o § 2º ao art. 7º do Anexo Único da Lei nº. 3.964, de 04 de dezembro de 2013, com a seguinte redação:

“Art. 7º

§ 2º O Consórcio buscará firmar convênio com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, como o objetivo de obter a delegação daquela entidade autárquica para organizar, gerenciar e prestar o serviço de transporte público coletivo interestadual de caráter urbano havido entre os Municípios de Rio Negro (PR) e Mafrá (SC), como autoriza o artigo 16, §2º, da Lei nº. 12.587, de 2012.”

Art. 10. O inciso I do art. 8º do Anexo Único da Lei nº. 3.964, de 04 de dezembro de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

I - planejar a integração do sistema de transporte coletivo interestadual e dos sistemas coletivos locais de passageiros dos municípios integrantes do CIMU.”

Art. 11. O inciso IV do art. 8º do Anexo Único da Lei nº. 3.964, de 04 de dezembro de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

IV - firmar contratos de permissão;”

Art. 12. O inciso VIII do art. 8º do Anexo Único da Lei nº. 3.964, de 04 de dezembro de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

VIII - requisitar à Administração e ao prestador dos serviços públicos, as informações convenientes e necessárias ao exercício das suas funções, bem como determinar diligências que se façam necessárias ao exercício de suas atribuições;”

Art. 13. O inciso XIII do art. 8º do Anexo Único da Lei nº. 3.964, de 04 de dezembro de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

XIII - analisar e conceder a revisão e o reajuste das tarifas, mediante estudos apresentados pelas prestadoras de serviços, bem como autorizar o aditamento dos contratos de prestação de serviços;”

Art. 14. Inclui-se o inciso XI ao § 1º do art. 12 do Anexo Único

da Lei nº. 3.964, de 04 de dezembro de 2013, com a seguinte redação:

“Art. 12

§ 1º

XI - Aprovar o convênio de cooperação técnica a ser celebrado com a ANTT.”

Art. 15. O caput do art. 13 do Anexo Único da Lei nº. 3.964, de 04 de dezembro de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. Os entes consorciados deverão ceder agentes públicos, tantos quantos necessários na forma e condição de cada município;”

Art. 16. O § 4º do art. 13 do Anexo Único da Lei nº. 3.964, de 04 de dezembro de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13

§ 4º Os servidores do consórcio serão selecionados entre os servidores públicos dos entes consorciados ou por servidores contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;”

Art. 17. O art. 15 do Anexo Único da Lei nº. 3.964, de 04 de dezembro de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. As atividades de regulação e fiscalização da prestação dos serviços públicos serão realizadas de acordo com as disposições legais vigentes, bem como aquelas estabelecidas no contrato de permissão.”

Art. 18. O art. 20 do Anexo Único da Lei nº. 3.964, de 04 de dezembro de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20. As infrações e respectivas punições em relação aos prestadores de serviço público seguirão a disposições da Lei nº. 8.666/93 e Lei nº. 8.977/95, não obstante as decisões da Assembleia Geral.”

Art. 19. O caput do art. 22 do Anexo Único da Lei nº. 3.964, de 04 de dezembro de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. As contratações de bens, obras e serviços realizadas pelo consórcio observarão as normas de licitações públicas e contratos administrativos, inclusive a concessão da prestação do serviço, em conformidade ao disposto nas Leis Federais nº. 8.977/95 e nº. 8.666/93.”

Art. 20. Fica revogado o art. 29 do Anexo Único da Lei nº. 3.964, de 04 de dezembro de 2013.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 07 de outubro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

Maravilha

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 104/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 104/2016 – Modalidade de Concorrência Pública n. 005/2016.

Valor orçado da obra: R\$ 1.315.139,38.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações do Município de Maravilha, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Concorrência Pública, a contratação de empresa especializada para execução do Quartel da 3ª Companhia de Bombeiros Militar, com área de 1.337,75 m², tipo menor preço global, em regime de empreitada global, cujo processo licitatório é regido pela Lei 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 19 horas do dia 29/11/2016, procedendo a partir da 14 horas do dia 30/11/2016 com a abertura dos envelopes de habilitação e propostas. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 13 às 19 horas. Maravilha - SC, 07 de outubro de 2016.

ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

Marema

PREFEITURA

PORTARIA Nº 110/2016

Portaria nº 110/2016
De 03/10/2016

DISPENDAR A SERVIDORA ANY FRANCINY SCHMITT DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PSICOLOGA 20 HR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995. CONSIDERANDO Portaria 046/2015.

D E C I D E

Art. 1º - Dispensar a pedido a servidora publica municipal ANY FRANCINY SCHMITT do exercício da função – de PSICOLOGA com regime de trabalho de 20 horas semanais.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 03 de outubro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº099/2016

Portaria nº099/2016
De 22/09/2016

DISPENSAR A SERVIDORA TATIANE ECCO FAVETTI DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORA 20 HR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995. CONSIDERANDO Portaria 122/2015.

D E C I D E

Art. 1º - Dispensar a pedido a servidora publica municipal TATIANE ECO FAVETTI do exercício da função – de PROFESSORA ACT com regime de trabalho de 20 horas semanais.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 22 de setembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº100/2016

Portaria nº100/2016
De 23/08/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALBINO GASPAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal ALBINO GASPAR, por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias por um período de 10 dias a contar de 26/09/201 a 05/10/2016.

- Gozo de férias por um período de 10 dias para uma data futura a ser marcada em consenso com o departamento de Recursos Humanos.

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 09/01/2016 A 08/01/2017.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 23 de setembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº101/2016

Portaria nº101/2016
De 27/09/2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EDEMIR TOMÉ DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal, Art. 126 do Estatuto dos Servidores Municipais. CONSIDERANDO requerimento efetuado pelo servidor.

D E C I D E

Art. 1º - Conceder licença Prêmio ao Servidor Público Municipal EDEMIR TOMÉ por um período de 30 (trinta) dias a contar a partir de 03 outubro de 2016 a 01 de novembro de 2016.

Parágrafo Único: O período de aquisição da licença prêmio é de 02/01/2007 a 01/01/2011.

Art. 2º - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 27 de setembro de 2016.
MARCOS PEDRO BATISTELL
Prefeito Municipal
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Setor Recursos Humanos

PORTARIA Nº102/2016

Portaria nº102/2016

De 27/09/2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JULINDA FORT GONÇALVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 da Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO o atestado médico do Dr. MANUEL HOMERO DE OLIVEIRA CBM/SC 00296F dando conta na necessidade do afastamento da referida servidora.

D E C I D E

Art. 1º - Concede licença para tratamento de saúde por um período de 04 dias a Servidora Pública Municipal JULINDA FORT GONÇALVES, a contar a partir de 26 de setembro de 2016 a 29 de setembro de 2016.

Parágrafo Único – O prazo de licença poderá sofrer alteração, de acordo com avaliação do INSS.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 27 de setembro de 2016.
MARCOS PEDRO BATISTELL
Prefeito Municipal
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Servidor Designado

PORTARIA Nº103/2016

Portaria nº103/2016

De 27/09/2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA PEROTTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 da Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO o atestado médico dando conta na necessidade do afastamento da referida servidora, por motivos de saúde de seu filho.

D E C I D E

Art. 1º - Concede licença para tratamento de saúde por um período de 10 dias a Servidora Pública Municipal MARIA PEROTTO, a contar a partir de 21 de setembro de 2016 a 30 de setembro de 2016.

Parágrafo Único – O prazo de licença poderá sofrer alteração, de

acordo com avaliação do INSS.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação. A contar a partir de 21 de setembro de 2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 27 de setembro de 2016.
MARCOS PEDRO BATISTELL
Prefeito Municipal
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº104/2016

Portaria nº104/2016

De 29/09/2016

DISPENSA DO SERVIÇO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DENILSON BRANCALIONE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente o art. 98 da Lei n. 9.504 de 30/09/97

CONSIDERANDO a certidão fornecida pelo juízo da 48ª Zona Eleitoral da Comarca de Xaxim, dando conta que o respectivo servidor prestou serviço eleitoral no 1º e 2º Turno das Eleições estaduais e federais;

CONSIDERANDO o art. 98 da Lei n. 9.504 de 30/09/1997, dispõe sobre a dispensa ao serviço em dobro dos dias de serviços prestados, além do abono da falta no dia dos trabalhos eleitorais;

DETERMINA

Art. 1º - A dispensa do serviço do Servidor Público Municipal DENILSON BRANCALIONE, nos dias 08 e 09/09/2016, 28 e 29/09/2016 e 03/04/10/2016 nos termos acima mencionado.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 29 de outubro de 2016.
MARCOS PEDRO BATISTELL
Prefeito Municipal
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº105/2016

Portaria nº105/2016

De 30/09/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLAUDECIR ZANCHIN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal CLAUDECIR ZANCHIN, por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias por um período de 30 dias a contar de 03/10/2016 A 01/11/2016.

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 07/05/2015 A 06/05/2016.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 30 de setembro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº106/2016

Portaria nº106/2016

De 03/10/2016

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL IDIANE BETTU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 da Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO o atestado medico do Dr. ALEX MAGADIEL KLAUS CRM/SC 11945 dando conta na necessidade do afastamento da referida servidora. CONSIDERANDO requerimento de pedido pe prorrogação de pericia medica do INSS beneficio nº. 6142939560

D E C I D E

Art. 1º - Prorrogar licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal IDIANE BETTU, de 03 de maio de 2016 a 03 de agosto de 2016, para 03de maio de 2016 a 19 de outubro de 2016.

Parágrafo Único – O prazo de licença poderá sofrer alteração, de acordo com avaliação do INSS.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 03 de outubro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº107/2016

Portaria nº107/2016

De 03/10/2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL MARIA DA GLORIA PADOAN DUZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 da Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO o atestado medico DR GUSTAVO A C GUERREIRO CRM/SC 11453 dando conta na necessidade do afastamento da referida servidora.

D E C I D E

Art. 1º - Concede licença para tratamento de saúde por um período de 30 dias a Servidora Pública Municipal MARIA DA GLORIA PADOAN DUZ, a contar a partir de 03 de outubro de 2016 a 01 de novembro de 2016

Parágrafo Único – O prazo de licença poderá sofrer alteração, de acordo com avaliação do INSS.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 03 de outubro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº108/2016

Portaria nº108/2016

De 03/10/2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL VOLMIR SIMONETTI DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal, Art. 126 do Estatuto dos Servidores Municipais. CONSIDERANDO requerimento efetuado pelo servidor.

D E C I D E

Art. 1º - Conceder licença Prêmio ao Servidor Público Municipal VOLMIR SIMONETTI por um período de 30 (trinta) dias a contar a partir de 03 outubro de 2016 a 01 de novembro de 2016.

Parágrafo Único: O período de aquisição da licença prêmio é de 02/12/2010 a 01/12/2015

Art. 2º - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 03 de outubro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Setor Recursos Humanos

PORTARIA Nº109/2016

Portaria nº109/2016

De 03/10/2016

CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CLAUDECIR ZANCHIN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 118 do Estatuto dos Funcionários Público Municipal. CONSIDERANDO o Certidão de nascimento de WELINTON RIVIERA ZANCHIN, arquivado em sua pasta funcional;

RESOLVE

Art. 1º - Conceder licença Paternidade ao Servidor Público Municipal CLAUDECIR ZANCHIN, pelo período de 05 dias, de 22 de SETEMBRO de 2016 a 26 de SETEMBRO de 2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 03 de outubro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº111/2016

Portaria nº111/2016

De 03/10/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SANDRA LUNARDI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal SANDRA LUNARDI, por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias por um período de 22 dias a contar de 05/10/2016 A 27/10/2016.

- gozo de férias por um período de 8 dias, para uma data futura a ser marcada em consenso com departamento de recursos humanos.

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 15/01/2016 a 14/01/2017.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 03 de outubro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº112/2016

Portaria nº112/2016

De 03/10/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EMERSON BODANESE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal EMERSON BODANESE, por um período de 30 dias. Sendo o gozo de:

- Gozo de férias por um período de 17 dias a contar de 05/10/2016 A 22/10/2016.

- gozo de férias por um período de 8 dias, para uma data futura a ser marcada em consenso com departamento de recursos humanos.

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 01/03/2016 A 28/02/2017.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 03 de outubro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Servidor Designado

PORTARIA Nº113/2016

Portaria nº113/2016

De 05/10/2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSANGELA APARECIDA VIEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 da Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO o atestado medico DR JEAN CLEBER TISSIANI CRM/SC 11665 dando conta na necessidade do afastamento da referida servidora.

D E C I D E

Art. 1º - Concede licença para tratamento de saúde por um período de 15 dias a Servidora Pública Municipal ROSANGELA APARECIDA VIEIRA, a contar a partir de 05 de outubro de 2016 a 19 de outubro de 2016

Parágrafo Único – O prazo de licença poderá sofrer alteração, de acordo com avaliação do INSS.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 05 de outubro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Servidor Designado

Massaranduba

PREFEITURA

PMM LIC 108.2016 TP 07.2016 - PAVIMENTAÇÃO RUA OTTO BAUER E SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2016
TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, objetivando a EXECUÇÃO (COM MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS) DA PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA OTTO BAUER (TRECHO I E II) E RUA SANTA CATARINA (TRECHO I) DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC)

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 25/10/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 25/10/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 10 de outubro de 2016.

VANDERLEI SASSE – Prefeito Interino

PMM LIC 119.2016 PP 78.2016 - AQUISIÇÃO DE COPOS DESCARTAVEIS E PANOS DE PRATO

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a AQUISIÇÃO DE COPOS DESCARTÁVEIS E PANOS DE PRATO PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS FUNDOS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC)

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 24/10/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 24/10/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 10 de outubro de 2016.

VANDERLEI SASSE – Prefeito Interino

PMM LIC 120.2016 PP 79.2016 - MATERIAL DE EXPEDIENTE -ITENS DESERTOS DA LICITAÇÃO 85.2016

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS FUNDOS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC)

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 24/10/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 14h00min do dia 24/10/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 10 de outubro de 2016.

VANDERLEI SASSE – Prefeito Interino

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO Nº 002-2016 AO CONTRATO Nº 013-2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 002/2016 (Acréscimo de valor)

Contrato n.º. 013/2015

Contratante: SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO

Contratado: SANDRINI & BOTEGA LTDA ME

Objeto: contratação de empresa especializada para executar a operação e manutenção do sistema comercial do SAMAE de Meleiro, através de empresa do ramo pertinente, obedecendo integralmente às especificações contidas no termo de referência anexo ao edital.

Valor acrescido: R\$ 10.869,90

Data da assinatura: 06 de outubro de 2016.

PORTARIA Nº490-2016

PORTARIA n.º 490/2016
DISPÕE SOBRE O REINGRESSO DE MOTORISTA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000, resolve:

R E I N G R E S S A R

Artigo 1.º O servidor público municipal JOELCIO FERNANDES, por término de licença para atividade política ou classista, concedida pela Portaria nº 298/2016, de 30 de Junho de 2016.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 298/2016, de 30 de Junho de 2016.

Meleiro, 07 de Outubro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº491-2016

PORTARIA n.º 491/2016
DISPÕE SOBRE O REINGRESSO DE MOTORISTA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000, resolve:

R E I N G R E S S A R

Artigo 1.º O servidor público municipal JOSE FRANCISCO MERENCIO, por término de licença para atividade política ou classista, concedida pela Portaria nº 297/2016, de 30 de Junho de 2016.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 297/2016, de 30 de Junho de 2016.

Meleiro, 07 de Outubro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 073/2016

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 073/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

CONTRATADO: RINOVI CONSTRUTORA LTDA.

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luiz Maldaner, torna público que formalizou termo aditivo ao Contrato nº073/2016 com RINOVI CONSTRUTORA LTDA, objetivando A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA SEGUNDA E TERCEIRA DO CONTRATO SUPRA CITADO, NOS TERMOS DA JUSTIFICATIVA APRESENTADA, CONFORME LEI N°8.666/93.

Modelo (SC), 10 de Outubro 2016.

Ricardo Luiz Maldaner – Prefeito Municipal

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº. 049/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 049/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: L E Z COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA

OBJETO: Contratação, em regime de empreitada global, para a execução de ampliação do sistema de iluminação pública em diversas ruas da cidade de Mondaí - SC, conforme especificações constantes na relação dos itens da licitação e de acordo com os projetos, memoriais descritivos, cronograma e planilhas orçamentárias, que fazem parte do presente Edital.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 019/2016.

VALOR: R\$ 54.879,13 (cinquenta e quatro mil, oitocentos e setenta e nove reais e treze centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 07 de outubro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

HABILITADOS CREDENCIAMENTO Nº 2/2016

MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Departamento de Compras e Licitações

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO – INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO N. 002/2016 – A Comissão Permanente de Licitações do Município de Mondaí, designada pela Portaria n. 319/2016, de 20 de junho de 2016, após análise da documentação, torna público o resultado do julgamento de habilitação do CREDENCIAMENTO n. 002/2016, cujo objeto é o chamamento público para credenciamento de pessoas jurídicas, privadas ou públicas, lucrativas ou não, para a prestação de serviços de acolhimento para idosos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, afastados do convívio familiar por meio de aplicação de medida protetiva de abrigo, incluindo assistência, cuidados, alimentação, higiene pessoal e todo e qualquer atendimento necessário e digno para o bem estar durante sua permanência.

Após a análise, segue a lista de empresa(s) habilitada(s):

- Eloide Aparecida Ody ME.

Para apresentação de recurso a estes resultados, considerar-se-á o prazo de 5 (cinco) dias úteis (art. 109, inciso I, alínea "a", da Lei n. 8.666/93). Os autos do processo encontram-se com vista franqueada aos interessados junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Mondaí, na Avenida Laju, 420, Centro, Mondaí/SC.

Mondaí – SC, 07 de outubro de 2016.

Ivanir José Führ

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 19/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAÍ CNPJ: 83.028.415/0001-09 AV. LAJU, 420 C.E.P.: 89893-000 - Mondai - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 19/2016 - TP Processo Administrativo: 104/2016 Processo de Licitação: 104/2016 Data do Processo: 13/09/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Lenoir da Rocha, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 104/2016
b) Licitação Nr.: 19/2016-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 07/10/2016
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação O objeto do presente processo licitatório é a contratação, em regime de empreitada global, para a execução de ampliação do sistema de iluminação pública em diversas ruas da cidade de Mondai - SC, conforme especificações constantes na relação dos itens da licitação (Anexo I) e de acordo com os projetos, memoriais descritivos, cronograma e planilhas orçamentárias, que fazem parte do presente Edital.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto.(%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

L E Z COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA (11735)

1 EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. Contratação, em regime de empreitada global, para a execução de ampliação do sistema de iluminação pública em diversas ruas da cidade de Mondai - SC, conforme especificações constantes na relação dos itens da licitação (Anexo I) e de acordo com os projetos, memoriais descritivos, cronograma e planilhas orçamentárias, que fazem parte do presente Edital.	EMP	1,00	0,0000	54.879,13	54.879,13
--	-----	------	--------	-----------	-----------

Total do Fornecedor: 54.879,13

Total Geral: 54.879,13

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.029.4.4.90.00.00.00.00 (184)

Lenoir da Rocha
Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO N° 050/2016, 04 DE OUTUBRO DE 2016. "ALTERA O HORÁRIO DE EXPEDIENTE

DECRETO N° 050/2016, 04 de OUTUBRO de 2016.

"ALTERA O HORÁRIO DE EXPEDIENTE

OSMAR MARQUES DA SILVA, Prefeito em Exercício de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 104, inciso IV da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o horário de expediente no âmbito da administração municipal, a partir do dia 10 de outubro de 2016, sendo o novo horário das 7:00 às 13:00 hs, de Segunda a Sexta feira.

Art. 2º. Excecuam-se deste decreto a Secretaria Educação, Secretaria de Saúde, Dmae pelo motivo de prestarem serviços essenciais de Saúde e Educação a comunidade.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Monte Carlo, 05 de outubro de 2016.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

OSMAR MARQUES DA SILVA
PREFEITO EM EXERCICIO

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 067/2016

DECRETO Nº 067/2016, em 07 de Outubro de 2016.

“NOMEIA A COMISSÃO PARA REALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE INVENTÁRIO DOS BENS PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA.”

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão para realização e acompanhamento de Inventário de Bens Patrimoniais do Município, ficando designadas para sua composição as seguintes pessoas:

1. Priscila Guollo Recco
2. Flavia Maria Jung Fogaça
3. Analice Nunes Ghisi
4. Marcelo Sotero Garcia

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data ficando revogada toda e qualquer disposição em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 07 de Outubro de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

CONTRATOS SET/2016 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA		Folha: 1/1
CNPJ: 01.456.013/0001-32 RUA 20 DE MAIO, 100 C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC		<u>Mês/Ano da Assinatura:</u> Setembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: MARLENE PACAGNAN ZOMER
C.P.F.: 981.115.159-87
Modalidade:
Número da Licitação:
Número do Contrato ou Aditivo: 13/2016
Fundamento Legal:
Objeto: O objeto do presente Contrato é a Locação de uma Casa com 89m² (oitenta e nove metros quadrados) a qual o Locador coloca a disposição do Locatário, sita a Rua Padre Francisco Corner - 481, Bairro Jussara em Morro da Fumaça/SC, para abrigar família desalojada em virtude de desmoronamentos de encosta no ano de 2011.

Número do Processo:
Outra Entidade: Não

Data da Assinatura: 01/09/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/10/2016
Vigência: 01/09/2016 a 31/12/2016
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 2.460,00

Forma de Pagamento: À Vista

CONTRATOS SET/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA		Folha: 1/1
CNPJ: 10.598.648/0001-65 RUA 20 DE MAIO, 100 C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC		<u>Mês/Ano da Assinatura:</u> Setembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado:	A.E.E.M. COMERCIO E EQUIPAMENTOS TERAPEUTICOS LTDA		
CNPJ:	06.345.984/0001-29		
Modalidade:	Outras Modalidades		
Número da Licitação:	11/2016	Número do Processo:	11/2016
Número do Contrato ou Aditivo:	28/2016	Outra Entidade:	Não
Fundamento Legal:			
Objeto:	CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS E PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS CONFORME ANEXO:		

Data da Assinatura:	08/09/2016
Data da Publicação no Diário Oficial:	10/10/2016
Vigência:	08/09/2016 a 31/12/2016
Programa de Trabalho:	
Unidade Gestora / Número:	
Gestão / Número:	
Número do Empenho:	
Valor:	18.900,00
Forma de Pagamento:	À Vista

CONTRATOS SET/2016 PMMF

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA

Folha: 1/2

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Setembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** BANCO BRADESCO SA**CNPJ:** 60.746.948/0001-12**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 71/2016**Número do Processo:** 71/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 72/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** Contratação de Instituição Financeira para Movimentos Financeiros**Data da Assinatura:** 02/09/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/10/2016**Vigência:** 02/09/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 405.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** SERRARIA BERTAN LTDA.**CNPJ:** 82.976.234/0001-33**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 82/2016**Número do Processo:** 82/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 73/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE MADEIRAS BRUTAS, conforme anexo**Data da Assinatura:** 06/09/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 06/09/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 24.101,50**Forma de Pagamento:** PARCELADO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 2/2

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Setembro/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: BRANCO PEDRAS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP
CNPJ: 04.834.318/0001-29
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 83/2016 **Número do Processo:** 83/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 74/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO ATRAVÉS DE EMPREITADA GLOBAL PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS DA RUA HUMBERTO SALVAN, CONFORME PROJETO.

Data da Assinatura: 26/09/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/10/2016
Vigência: 26/09/2016 a 31/12/2016
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 147.548,26 **Forma de Pagamento:** À Vista

Contratado: JAZIDA AGUAS CLARAS LTDA ME
CNPJ: 15.238.155/0001-38
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 87/2016 **Número do Processo:** 87/2016 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 75/2016
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE HORAS/MÁQUINAS PARA DESASSOREAMENTO DE RIOS CÓRREGOS E CANAIS, conforme projeto.

Data da Assinatura: 27/09/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/10/2016
Vigência: 27/09/2016 a 31/12/2016
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 74.970,00 **Forma de Pagamento:** PARCELADO

Navegantes

PREFEITURA

ATA PREGÃO 15/2016 FUNREBOM - PARECER DA COMISSÃO

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016 FUNREBOM

ABERTO O CERTAME NO DIA 07 DE OUTUBRO DE 2016, COM A PARTICIPAÇÃO NENHUMA EMPRESA PRESENTE, APENAS COM O ENVELOPE QUE FOI ENTREGUE PELO CORREIO DA LICITANTE SERMEDICALL. DEVIDAMENTE CREDENCIADA E ENQUADRADA COMO ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM VISTADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO.

APÓS FOI ABERTO O ENVELOPE RELATIVO À PROPOSTA E SE VERIFICOU QUE A EMPRESA CREDENCIADA CUMPRIU COM OS REQUISITOS SOLICITADOS NO EDITAL (COM A PRESENÇA E AVAL DO CABO SCHLICKMANN).

ITENS 1, 5 E 7 FRACASSADOS.

APÓS FORAM VERIFICADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL SE VERIFICOU QUE A EMPRESA VENCEDORA CUMPRIU COM A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL.

SENDO DE TOTAL RESPONSABILIDADE DE QUEM FOR RECEBER E ATESTAR A QUALIDADE DOS EQUIPAMENTOS CONFORME O DESCRITIVO DO ITEM NO EDITAL.

NÃO HAVENDO MENSÃO DE RECURSOS, MOMENTO EM QUE SE ENCERRA O CERTAME E ENCAMINHA À AUTORIDADE COMPETENTE PARA A DEVIDA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ATA PREGÃO 34/2016 FMS - PARECER DA COMISSÃO

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016 FMS

ABERTO O CERTAME NO DIA 06 DE OUTUBRO DE 2016, COM A PARTICIPAÇÃO APENAS DE UMA LICITANTE LC TRADE & CONSULTING DO BRASIL LTDA - ME (16685). DEVIDAMENTE CREDENCIADA E ENQUADRADA COMO ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE OS REPRESENTANTES VISTARAM OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO.

APÓS FORAM ABERTOS O ENVELOPE RELATIVO A PROPOSTA E VERIFICOU QUE A EMPRESA CREDENCIADA CUMPRIU COM OS REQUISITOS SOLICITADOS NO EDITAL.

ITEM 2 FRACASSADO.

APÓS A SESSÃO DE LANCES FORAM VERIFICADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL SE VERIFICOU QUE A EMPRESA VENCEDORA CUMPRIU COM A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL.

SENDO DE TOTAL RESPONSABILIDADE DE QUEM FOR RECEBER E ATESTAR A QUALIDADE DO VEÍCULO CONFORME O DESCRITIVO DO ITEM NO EDITAL.

NÃO HAVENDO MENSÃO DE RECURSOS. MOMENTO EM QUE SE ENCERRA O CERTAME E ENCAMINHA A AUTORIDADE COMPETENTE PARA DEVIDA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ATA PREGÃO 98/2016 PMN - PARECER DA COMISSÃO

ATA PREGÃO PRESENCIAL 98/2016 PMN- PARECER DA COMISSÃO

ABERTO O CERTAME NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2016, COM A PRESENÇA DA EMPRESA M. SCHMITT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LT (16680) - TECNOVILLE. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, A COMISSÃO ABRIU O ENVELOPE DE PROPOSTA DA EMPRESA HABILITADA. LOGO APÓS A CONCLUSÃO DA FASE DE PROPOSTAS FOMOS PARA ETAPA DOS LANCES. APÓS A SESSÃO DE LANCES FOI VERIFICADO O DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO, ONDE SE VERIFICOU QUE A EMPRESA VENCEDORA

CUMPRIU COM A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL. TODOS OS DOCUMENTOS FORAM DEVIDAMENTE VISTADOS POR TODOS. NÃO HOUVE MENSÃO DE RECURSO, MOMENTO EM QUE SE ENCERRA O CERTAME E ENCAMINHA À AUTORIDADE COMPETENTE PARA A DEVIDA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO. COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

DECRETO Nº 160 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO N º 160 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 3057 de 07/12/2015 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 34.650,00 (trinta e quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) da seguinte dotação, na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários

02 – GABINETE DO PREFEITO

01 – Gabinete do Prefeito

04.122.0002 – 2.002 - Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito

04 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas R\$ 34.650,00

Total R\$ 34.650,00

Art. 2º Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários

02 – GABINETE DO PREFEITO

01 – Gabinete do Prefeito

04.122.0002 – 2.002 - Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito

03 – 3.3.50.00.00.00 – Transferências a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 34.650,00

Total R\$ 34.650,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE OUTUBRO DE 2016.

Roberto Carlos dos Souza

Prefeito

Este Decreto foi Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, nesta data.

Prefeitura de Navegantes - SC, 07 de Outubro de 2016.

Nádia Bráz Bins

Secretária da Administração e Logística

DECRETO Nº 161 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ: 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 161 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2015 PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 18, da Lei nº 3057 de 07/12/2015: DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do superávit financeiro do exercício de 2015, até o valor de R\$ 18.302,24 (Dezoito Mil, Trezentos e Dois Reais e Vinte e Quatro Centavos) da fonte de recursos abaixo discriminada, para a seguintes dotação:

Fonte de Recursos: 36400 – Sup. Financeiro/2015/BB-27.977-3
17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
03 – Diretoria de Pavimentações
26.782.0019 – 2.063 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Pavimentações
254– 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas
R\$ 18.302,24

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE OUTUBRO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 07 de Outubro de 2016.

Nádia Brás Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO DA ATA Nº 29/2016 FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2016 FMS
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 29/2016, relativa ao Pregão Presencial nº 29/2016 FMS - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:
Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA ATENDER AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 29/2016 FMS.

Fornecedor: Agil Distribuidora de Medicamentos Ltda
Valor: R\$ 27.294,00
Fornecedor: Altermed Mat. Med. Hospitalar
Valor: R\$ 3.562,84
Fornecedor: Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares
Valor: R\$ 10.607,20
Fornecedor: Comercial Cirurgica Rioclarense
Valor: R\$ 24.140,00
Fornecedor: Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares
Valor: R\$ 8.197,00

Fornecedor: M. M. Mauro Marciano Garcia de Freitas
Valor: R\$ 2.426,00
Fornecedor: Pontamed Farmacêutica Ltda
Valor: R\$ 5.345,40
Fornecedor: Promefarma Representações comerciais
Valor: R\$ 38.700,00
Vigência: 31/12/2016
A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.
Navegantes, 07 de outubro de 2016.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE PMN 114/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
INEXIGIBILIDADE PMN 114/2016.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.
Objeto: INEXIGIBILIDADE VISANDO A AQUISIÇÃO DE PASSES DE ÔNIBUS ESCOLAR (VALE TRANSPORTE), PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.
CONTRATADA: VIAÇÃO NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES
CNPJ: 00.070.408/0001-30.
Valor: R\$ 247.500,00
Recursos: 2.052 / 2.053 / 2.026 3.3.90.00.00.00.
Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.
Navegantes, 06 de outubro de 2016.

PORTARIA 2105/2016 INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA Nº 2105 DE 6 DE OUTUBRO DE 2016
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde -, Alessandra Regina Lucas – Agente de Serviços Gerais -, Douglas Lemos – Monitor de Educação Infantil - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA para apurar possível extravio de portaria de nomeação por concurso público do servidor J.C.F. e responsabilidade a quem deu causa.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE OUTUBRO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de outubro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de outubro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2106/2016 INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N.º 2106 DE 6 DE OUTUBRO DE 2016
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde -, Alessandra Regina Lucas – Agente de Serviços Gerais -, Douglas Lemos – Monitor de Educação Infantil - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA para apurar possível descaso com as crianças no C.M.E.I. Profª Regina Marly da Costa, por parte do poder público.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE OUTUBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

RESULTADO AMOSTRAS PREGÃO 96 2016 PMN FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE NAVEGANTES SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Rua Aníbal Gaya, nº938, Centro – Navegantes CEP 88375-000 Fone: (47) 3342 3580.

CI SAS n.º 321/2016 Em, 28 de setembro de 2016.

Secretária de administração

Departamento de Compras e Licitações

Assunto: Aprovação das amostras - Processo Licitatório nº96/2016 – Aquisição de gêneros alimentícios destinados ao CRAS, CREAS, PETI e Instituição de Acolhimento Municipal.

Prezadas,

Pela presente, em razão da necessidade de avaliação dos itens/especificações apresentados para os alimentos que se pretende adquirir através do processo licitatório supracitado, venho manifestar concordância EM TOTALIDADE com as amostras apresentadas pela empresa TECNOAL COMERCIAL DISTRIBUIDORA LTDA –EPP, bem como COMERCIAL STORINNY LTDA.- EPP, nos itens dos quais ficaram como segundos colocados.

Certa de suas providências, agradeço penhorada, ao tempo em que renovo protestos de estima e apreço.

Iuli da Cunha Ceschin

Secretária de Assistência Social

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N.º 021 DE 06 DE MAIO DE 2015

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N.º 021 DE 06 DE MAIO DE 2015.

Na Portaria nº 021 de 06 de maio de 2015, publicada no DOM/SC em 06 de maio de 2015, na edição 1736. CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, EM CARÁTER PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Onde se lê:

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 6-A da EC nº 41/2003 redação da EC nº 70/2012, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a lei complementar municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

Leia -se;

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a lei complementar municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 10 DE OUTUBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza Jan Ullrich

PREFEITO DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 10 de Outubro de 2016.

Jan Ullrich

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N ° 033 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N ° 033 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015.

3

Na Portaria n° 033 de 03 de setembro de 2015, publicada no DOM/SC em 03 de setembro de 2015, na edição 1820.

Onde se lê:

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

I CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40 §1º, III, "b" da CFRB/1988, com redação da EC nº 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a lei complementar municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

Leia -se;

I CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a lei complementar municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 10 DE OUTUBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza Jan Ullrich

PREFEITO DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 10 de Outubro de 2016.

Jan Ullrich

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL FMS Nº 005/16

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº005/2016

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 004/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 002/2016

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 07/10/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.

CONTRATADO: NOAL & TREVISOL LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 343,00 (Trezentos e quarenta três reais).

DATA: 07/10/2016 - DIRCEU MEZOMO - Secretario De Saude E Promoção Social/gestor Fms.

Ouro

PREFEITURA

DECRETO 383

DECRETO Nº 383, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016.

Nomeia os Membros do Conselho Escolar da Escola Municipal Felisberto Vilarino Dutra.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados, para comporem o Conselho Escolar da Escola Municipal Felisberto Vilarino Dutra:

PRESIDENTE:

Membro Titular: Edinéia Rech Schlindwein
Membro Suplente: Andreia Zanini
Secretária: Simone Mantovani Grezele

I - Representantes da Equipe Técnica Administrativa:

Membro Titular: Maritânia Longo
Membro Suplente: Daiane Maciel Pissoli

II - Representantes do Corpo Discente:

Membro Titular: Samanta Zapotoski Andrioni
Membro Suplente: Fernanda Kelly Mauli Zanaro

III – Representante de Pais ou Responsáveis:

Membro Titular: Simone Zapotoski Andrioni
Membro Suplente: Paulo Roberto Gilioli

IV – Representante da Comunidade Local:

Membro Titular: Daniela Fernanda Andreis

Art. 2º A posse dos membros do Conselho deverá ocorrer em 20 (vinte) dias, a contar da publicação deste Decreto, sendo o mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período,

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
30 de setembro de 2016.
Vitor João Faccin
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO 384

DECRETO Nº 384, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016.

Nomeia os Membros do Conselho Escolar da Escola Municipal Professor Guerino Riquetti.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados, para comporem o Conselho Escolar da Escola Municipal Professor Guerino Riquetti:

PRESIDENTE:

Membro Titular: Leila Roberta Baretta
Membro Suplente: Roseli Campioni Riga
Secretária Titular Corpo Docente: Eliziane de Souza Almeida
Secretária Suplente Corpo Docente: Fernanda Cristina Serena Chiamulera

I - Representantes da Equipe de Profissionais:

Membro Titular: Derci Muller Premieri
Membro Suplente: Giovana Aparecida Basquera Michelotto

II - Representantes do Corpo Discente:

Membro Titular: Manuela Rizzi Masson
Membro Suplente: Eduarda Stephany Borin

III – Representante de Pais e Comunidade:

Membro Titular: Simone Michelotto
Membro Suplente: Maria Rosana de Andrade

Art. 2º A posse dos membros do Conselho deverá ocorrer em 20 (vinte) dias, a contar da publicação deste Decreto, sendo o mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período,

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
30 de setembro de 2016.
Vitor João Faccin
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO 387

DECRETO MUNICIPAL N° 387, DE 08 DE OUTUBRO 2016.

Institui Turno Único no Serviço Público Municipal e da Outras Providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,
Considerando, a necessidade de racionamento de gastos, compatibilizando as despesas em relação à receita;

Considerando, a grande demanda de serviços distribuídos nas diversas Secretarias e principalmente os elevados gastos com a manutenção do patrimônio público;

Considerando, a necessidade de atendimento e manutenção do equilíbrio financeiro entre as receitas e as despesas, como condição básica para a regularidade da gestão fiscal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido turno único contínuo de 06 (seis) horas diárias de expediente no Serviço Público Municipal, no âmbito da Secretaria de Administração e Fazenda, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação Cultura e Desporto, Secretaria da Saúde, Secretaria de Urbanismo Transporte e Obras e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, para atendimento ao público no período das 07hs às 13hs, de segunda a sexta feira.

Art. 2º - O turno único instituído no artigo 1º deste Decreto vigorará a partir de 10/10/2016 e se estenderá até a data de 31/12/2016.

Parágrafo Único: O Poder Executivo poderá, caso entenda conveniente, prorrogar o turno único.

Art. 3º - O turno único se aplica exclusivamente às atividades dos setores indicados no art. 1º do presente Decreto, não se aplicando aos servidores da Rede Municipal de Ensino (Creches, Escolas do Ensino Fundamental e Médio), aos zeladores destas unidades e dos ginásios municipais, bem como aos servidores responsáveis pelo transporte dos mesmos, servidores diretamente responsáveis pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, os motoristas responsáveis pelo transporte coletivo público, que manterão o seu funcionamento nos moldes atuais.

Parágrafo Único: A critério da Administração Municipal, outras atividades poderão ser incluídas no turno único, desde que essa decisão seja tomada de forma justificada.

Art. 4º - Cessado o TURNO ÚNICO, os servidores retomarão ao cumprimento da jornada de trabalho especificada em Lei para seus cargos, cujo cumprimento ficará apenas suspenso temporariamente em decorrência deste Decreto.

Art. 5º - Fica vetada, na vigência do TURNO ÚNICO, a convocação para prestação de serviços extraordinários, ressalvado os cargos de situação de emergência, pagando-se, nessa hipótese, apenas as horas excedentes à jornada de trabalho estabelecida para os cargos e, em sobreaviso para as equipes de Transportes e Obras.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais a partir de 10 de outubro de 2016.

Ouro-SC, 07 de outubro de 2016.

Vitor João Faccin
Prefeito de Ouro

Rafael Bof
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

Palhoça

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2016

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 25 de outubro de 2016, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 130/2016, que tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios para os programas da Secretaria de Assistência Social, através de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net.. Palhoça, 07 de outubro de 2016. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 25.2016

RESOLUÇÃO Nº25/2016.

Altera o Regimento Interno desta Casa Legislativa (Resolução nº04/93).

Art. 1º. O Parágrafo segundo do artigo 10 do Regimento Interno desta Casa Legislativa passa a vigorar com a seguinte redação:

“ART.10 (...).

§2º O vereador ocupante de cargo da Mesa Diretora do Poder Legislativo, poderá se licenciar somente deste cargo, e continuar exercendo exclusivamente a função de vereador, por um período máximo de 120 (cento e vinte) dias, por sessão legislativa, para tratar de assuntos de interesse particular”.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 06 de Outubro de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretária da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezesseis.

Resolução originada do Projeto de Resolução nº 14/2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO N° 057/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO DE RESCISÃO N° 057/2016 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 131/2015 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA. OBJETO: – Fica rescindido amigavelmente o item 156 (Metronidazol 4% suspensão, frasco com 100 ml) e o item 165 (Nistatina creme vaginal 25.000UI, 50 gramas, com 07 aplicadores), da Ata de Registro de Preços n° 131/2015 do Pregão Presencial n° 33/2015, nos termos do art. 78, inciso XVII da Lei 8.666/93.

Data da assinatura: 23/09/2016.

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO N° 058/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO DE RESCISÃO N° 058/2016 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 141/2015 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: – Fica rescindido amigavelmente o item 70 (Colchicina 0,5mg) da Ata de Registro de Preços n° 141/2015 do Pregão Presencial n° 33/2015, nos termos do Art. 79, inciso II da Lei 8.666/93.

Data da assinatura: 23/09/2016.

Papanduva

PREFEITURA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 039/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 039/2016

TERMO ADITIVO AO CONTRATO 039/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA E A EMPRESA EVALDO PEREIRA GREINERT – ME

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva estado de Santa Catarina. Inscrita no CNPJ 83.102.533/0001-01, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski e de outro lado a empresa EVALDO PEREIRA GREINERT – ME, empresário individual, Inscrita no CNPJ sob nº 79.494.167/0001-06, com sede na Rua Nereu Ramos, 2157 – centro – Papanduva, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 039/2016, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO PRINCIPAL

Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 039/2016, datado de 08 de julho de 2016, referente ao processo licitatório na modalidade de Inexigibilidade de Licitação 069/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato 039/2016 objeto do Processo Licitatório na modalidade Inexigibilidade de Licitação 069/2016; Considerando a necessidade da continuidade destes serviços; Considerando o princípio da economicidade; Considerando que o inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93 em vigor admite prorrogações, adita-se este contrato que passa a vigorar até a data de 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 65 inciso § 1º da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULA CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, permanecem vigendo em sua integralidade.

E, por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Papanduva (SC), 04 de outubro de 2016

Dario Schicovski	Evaldo Pereira Greinert
PELA CONTRATANTE	PELA CONTRATADA

Testemunhas :

Otavio Hunka	Marcio Wisniewski
Matricula: 611	Matricula: 50

De Acordo:

Visto e aprovado pela Procuradoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira
Procurador Jurídico
OAB/SC 14035B

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 038/2016

TERMO ADITIVO AO CONTRATO 038/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA E A EMPRESA DERPA USINA DE ASFALTO LTDA EPP

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva estado de Santa Catarina. Inscrita no CNPJ 83.102.533/0001-01, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski e de outro lado a empresa DERPA USINA DE ASFALTO LTDA EPP, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob Nº 10.752.454/0001-72, com sede na Rodovia BR 476 Km 354, s/n – Colônia Rio Vermelho - Invernadinha – União da Vitória/PR, neste ato representado pelo Sr. Decio Pacheco Junior, residente e domiciliado em União da Vitória/PR, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 038/2016, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO PRINCIPAL

Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 038/2016, datado de 21 de junho de 2016, referente ao processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 055/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato 038/2016 objeto do Processo Licitatório na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 055/2016; Considerando a necessidade da continuidade destes serviços; Considerando o princípio da economicidade; Considerando que o inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93 em vigor admite prorrogações, adita-se este contrato que passa a vigorar até a data de 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 65 inciso § 1º da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULA CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, permanecem vigendo em sua integralidade.

E, por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Papanduva (SC), 22 de setembro de 2016

Dario Schicovski	Decio Pacheco Junior
PELA CONTRATANTE	PELA CONTRATADA

Testemunhas :

Ricardo Zenfe	Marcio Wisniewski
Matricula: 2675	Matricula: 50

De Acordo:

Visto e aprovado pela Procuradoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira
Procurador Jurídico
OAB/SC 14035B

Passos Maia

PREFEITURA

ATA N. 0043/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0043/2016

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0063/2016

PREGÃO PRESENCIAL n. 0035/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: ESQUADRIDAD INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços a Contratação de empresa especializada para a aquisição de materiais utilizados na construção civil, itens; 05, 06, 07, 10, 12, 17, 18, 20, 21, 22, 23 e 24, conforme especificados no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial n. 0035/2016, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante.

Valor: O valor do presente contrato é de R\$ 95.940,00 (noventa e cinco mil, novecentos e quarenta reais).

Vigência: – O presente contrato vigera até a data de 12 (doze) meses.

Passos Maia, SC, 05 de outubro de 2016.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

ATA N. 0045/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0045/2016

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0063/2016

PREGÃO PRESENCIAL n. 0035/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: PRE MOLDADOS OESTE

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços a Contratação de empresa especializada para a aquisição de materiais utilizados na construção civil, itens; 08, 09, 11, 13, 14, 15 e 16, conforme especificado no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial n. 0035/2016, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante.

Valor: O valor do presente contrato é de R\$ 14.310,00 (quatorze mil, trezentos e dez reais).

Vigência: – O presente contrato vigera até a data de 12 (doze) meses.

Passos Maia, SC, 05 de outubro de 2016.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

ATA N. 0044/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0044/2016

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0063/2016

PREGÃO PRESENCIAL n. 0035/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: SBM- SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços a Contratação de empresa especializada para a aquisição de materiais utilizados na construção civil, item; 04, conforme especificado no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial n. 0035/2016, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante.

Valor: O valor do presente contrato é de R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais).

Vigência: – O presente contrato vigera até a data de 12 (doze) meses.

Passos Maia, SC, 05 de outubro de 2016.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

ATA N. 0046/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0046/2016

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0063/2016

PREGÃO PRESENCIAL n. 0035/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços a Contratação de empresa especializada para a aquisição de materiais utilizados na construção civil, itens; 01, 02 e 03, conforme especificado no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial n. 0035/2016, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante.

Valor: O valor do presente contrato é de R\$ 26.700,00 (vinte e seis mil e setecentos reais).

Vigência: – O presente contrato vigera até a data de 12 (doze) meses.

Passos Maia, SC, 05 de outubro de 2016.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PE Nº 09/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 09/2016

O Município de Paulo Lopes, através do Fundo Municipal de Saúde Paulo Lopes, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a contratação de empresa para fornecimento parcelado de materiais de enfermagem para atender demanda das unidades básicas de saúde do município de Paulo Lopes. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sitio www.portaldecompraspublicas.com.br até as 08h00min do dia 24/10/2016. A sessão pública será realizada a partir das 08h10min do dia 24/10/2016, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.paulolopes.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Paulo Lopes, 07 de outubro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Penha

PREFEITURA

385

PORTARIA Nº 385/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

Art. 1º - SUSPENDER: por tempo indeterminado o prazo para a Conclusão de todos os Processos Administrativos e Sindicâncias em tramitação.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 03 de outubro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº 01/2016 - FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01/2016 – FMAS AO CONVÊNIO Nº 01/2015 – FMAS

CONVENIADA: CASA DA AMIZADE DE PENHA

OBJETO: O prazo previsto na Cláusula Décima do Convênio nº 001/2015 – FMAS fica prorrogado para até 31 de dezembro de 2016.

Penha, 06 de outubro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - PELA PREFEITURA

TERMO DE RESCISÃO CONVÊNIO 01/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO CONVÊNIO Nº 01/2016 – FMS

CONVENIADA: INSTITUTO ADONHIRAN

OBJETO: Extinguem-se, a partir desta data, os efeitos do Convênio nº01/2016 - FMS supra mencionada cujo objeto era Repasse financeiro ao INSTITUTO ADONHIRAN

Penha, 05 de outubro de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes - PELA PREFEITURA

Peritiba

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PL 49 2016 PP 26 2016

Registro de preço PL 49/2016 - PP 26/2016 - Aquisição de materiais diversos para ornamentação natalina e materiais elétricos que serão utilizados para decoração Natalina do Município de Peritiba, incluindo as escolas municipais, departamento de cultura e turismo, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde.

Órgão Gestor:			MUNICÍPIO DE PERITIBA - CNPJ 82.815.085/0001-20				
Vigência:			07/10/2016 à 06/10/2017				
Pagamento:			Em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo da mercadoria.				
Local de entrega:			Conforme Edital de licitação.				
Prazo de entrega:			Em até 10 (Dez) dias corridos após o emissão/envio da Autorização de Fornecimento (AF).				
Item	Qtd	Und	Descrição do produto	Marca	R\$ unt	R\$ total	Empresas Detentoras
7	6	Und	Cascata/cortina iluminada em Led – alto brilho; Com controle eletrônico 8 funções; com plug; na cor Branco morno; tensão: Bivolt ou 220v; com no mínimo 100 lâmpadas; para uso externo; Isolação dos fios na cor branca; medidas: Comprimento aproximado 3,5m (+0,75m de cabo de força); altura: cordões alternados, sendo: 1,0 m cordão maior; 50 cm cordão menor; com espaçamento máximo de 15 cm entre o cordão maior e o menor. (ref. Taschibra ou equivalente).	Taschibra	79,00	474,00	SORDI & CIA LTDA EPP
8	15	Und	Cascata/cortina iluminada em Led – alto brilho; estático; com plug; na cor Branco morno; tensão: Bivolt ou 220v; com no mínimo 100 lâmpadas; para uso externo; Isolação dos fios na cor branca; medidas: Comprimento aproximado 3,5m (+0,75m de cabo de força); altura: cordões alternados, sendo: 1,0 m cordão maior; 50 cm cordão menor; com espaçamento máximo de 15 cm entre o cordão maior e o menor. (ref. Taschibra ou equivalente).	Taschibra	74,00	1.110,00	SORDI & CIA LTDA EPP
9	5	Und	Cordão luminoso de Led com controle eletrônico 8 funções, colorido: conjunto decorativo natalino LED (cordão com Leds) com no mínimo 90 Leds de alto brilho. Comprimento aproximado 5m (+0,75m de cabo de força). Potência □10W. Ligação paralela a três fios anti-chama (duas séries de lâmpadas), de tal forma que a queima de uma lâmpada as outras permaneçam acesas. Isolação dos fios em material cristal, plug macho/fêmea (alto travante). Tensão Bivolt ou 220V. Para uso em ambiente externo. Produto dever possuir certificado pelo INMETRO impresso na embalagem ou no produto. (ref. Taschibra ou equivalente).	Taschibra	41,00	205,00	SORDI & CIA LTDA EPP
17	25	M	Fio de cobre rígido 1,5mm, com cobertura PVC.	Corfio	0,74	18,50	SORDI & CIA LTDA EPP
23	6	und	Isolador olhal 5/16 pimentão. Confeccionado em Porcelana + pino de aço.		5,00	30,00	SORDI & CIA LTDA EPP
5	25	Und	Capa de terminação para mangueira de Led 13mm, tampinha para fechar pontas.	Taschibra	0,45	11,25	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP
6	60	Und	Emenda/Conector de interconexão para mangueira de Led 13mm	Taschibra	1,45	87,00	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP

10	5	Und	Cordão luminoso de Led com controle eletrônico 8 funções, cor branco: conjunto decorativo natalino LED (cordão com Led's) com no mínimo 90 Leds de alto brilho. Comprimento aproximado 5m (+0,75m de cabo de força). Potência □10W. Ligação paralela a três fios anti-chama (duas séries de lâmpadas), de tal forma que a queima de uma lâmpada as outras permaneçam acesas. Isolação dos fios em material cristal, plug macho/fêmea (alto travante). Tensão Bivolt ou 220V. Para uso em ambiente externo. Produto dever possuir certificado pelo INMETRO impresso na embalagem ou no produto. (ref. Taschibra ou equivalente).	Taschibra	40,00	200,00	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP
11	5	Und	Cordão luminoso de Led estático, colorido: conjunto decorativo natalino LED (cordão com Led's) com no mínimo 90 Leds de alto brilho. Comprimento aproximado 5m (+0,75m de cabo de força). Potência □10W. Ligação paralela a três fios anti-chama (duas séries de lâmpadas), de tal forma que a queima de uma lâmpada as outras permaneçam acesas. Isolação dos fios em material cristal, plug macho/fêmea (alto travante). Tensão Bivolt ou 220V. Para uso em ambiente externo. Produto dever possuir certificado pelo INMETRO impresso na embalagem ou no produto. (ref. Taschibra ou equivalente).	Taschibra	38,30	191,50	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP
12	15	Und	Cordão luminoso de Led estático, cor branco: conjunto decorativo natalino LED (cordão com Led's) com no mínimo 90 Leds de alto brilho. Comprimento aproximado 5m (+0,75m de cabo de força). Potência □10W. Ligação paralela a três fios anti-chama (duas séries de lâmpadas), de tal forma que a queima de uma lâmpada as outras permaneçam acesas. Isolação dos fios em material cristal, plug macho/fêmea (alto travante). Tensão Bivolt ou 220V. Para uso em ambiente externo. Produto dever possuir certificado pelo INMETRO impresso na embalagem ou no produto. (ref. Taschibra ou equivalente).	Taschibra	38,00	570,00	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP
13	8	Und	Lâmpada fluorescente compacta econômica 25w com no mínimo as seguintes especificações: Coloridas Amarela, Azul, Verde e Vermelha, espiral, voltagem bivolt ou 220v, vida útil de no mínimo 6.000 horas. Produto dever possuir certificado pelo INMETRO impresso na embalagem ou no produto. (ref. Taschibra ou equivalente).	Taschibra	22,50	180,00	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP
14	7	Und	Lâmpada LED Par38 Verde 15w, voltagem bivolt ou 220v, para soquete E-27. Vida útil □25.000 horas. Produto dever possuir certificado pelo INMETRO impresso na embalagem ou no produto. (ref. Taschibra ou equivalente).	Taschibra	51,50	360,50	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP
16	60	M	Cabo de cobre flexível, têmpera mole, encordoamento classes 5, Bitola (2,50mm²). Cobertura PVC, isolamento 750V.	Corfio	0,98	58,80	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP
19	15	Und	Fita Isolante rolo com 20m x 19mm.	Soprano	4,40	66,00	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP
24	30	Kit	Plug/tomada macho e fêmea 2P + T, para extensão, em conformidade com a NBR 14136	Pezzi	8,50	255,00	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP
25	25	Und	Adaptador de tomada universal com 3 saídas (benjamim – T) - Tensão: Bivolt 127/220V; Corrente: 10A; Entrada: 2 Pinos AC; Saída: 3 saídas com diversos padrões.	Pezzi	5,90	147,50	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA EPP

1	100	M	Mangueira/Corda luminosa luz LED, Colorida (cores a escolher), alto brilho uniforme em torno do seu corpo (360º) e em toda sua extensão (sem sombra), seção circular, diâmetro da mangueira/corda de 13mm, flexível, com aproximadamente 30 led's por metro linear, fios em cobre isolamento PVC transparente. Caso queime uma lâmpada as outras devem funcionar normalmente. Tensão Bivolt ou 220V. Própria para uso externo. Produto dever possuir certificado pelo INMETRO impresso na embalagem ou no produto. (ref. Taschibra ou equivalente).	Chibrali	9,69	969,00	COMERCIAL DGX LTDA ME
2	450	M	Mangueira/Corda luminosa luz LED, cor branca 100% cristalina, alto brilho uniforme em torno do seu corpo (360º) e em toda sua extensão (sem sombra), seção circular, diâmetro da mangueira/corda de 13mm, flexível, com aproximadamente 30 led's por metro linear, fios em cobre isolamento PVC transparente. Caso queime uma lâmpada as outras devem funcionar normalmente. Tensão Bivolt ou 220V. Própria para uso externo. Produto dever possuir certificado pelo INMETRO impresso na embalagem ou no produto. (ref. Taschibra ou equivalente).	Chibrali	9,65	4.342,50	COMERCIAL DGX LTDA ME
3	35	Und	Cabo de energia com conector para Mangueira Led 13mm, Bivolt ou 220w. (ref. Taschibra ou equivalente).	Chibrali	18,00	630,00	COMERCIAL DGX LTDA ME
15	7	Und	Espeto de jardim repuxado; para lâmpada par 20 ou 38; soquete e-27 em base articulável; com pintura epóxi; com borracha externa de vedação.	G20	27,00	189,00	COMERCIAL DGX LTDA ME
18	4	Und	Fita Isolante AUTO-FUSÃO; 19 mm x 10 m; espessura 0,76mm.	Lorenzetti	26,00	104,00	COMERCIAL DGX LTDA ME
20	15	Pct.	Cinta/abraçadeira plástica flexível autotravante medindo no mínimo 3x250mm, pacote com 100 und.	JNG	14,00	210,00	COMERCIAL DGX LTDA ME
21	15	Pct.	Cinta/abraçadeira plástica flexível autotravante medindo 3x150mm, pacote com 100 und.	JNG	13,50	202,50	COMERCIAL DGX LTDA ME

AVISO DE LICITAÇÃO 20/2016 - PREGÃO ELETRÔNICO 04/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 20/2016 – Pregão Eletrônico 04/2016.

Objeto: Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o Posto de Saúde, para atender as necessidades da Secretária Municipal de Saúde de Peritiba, Ministério da Saúde proposta nº 11391.279000/1140-01.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 10:00 horas do dia 10/10/2016 até às 09:00 horas do dia 24/10/2016.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09:01 horas do dia 24/10/2016.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:30 horas do dia 24/10/2016.

LOCAL: Awww.bll.org.br "Acesso Identificado"

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br>, www.bll.org.br e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

ELIANI MORTARI

Secretária Municipal de Saúde de Peritiba

Petrolândia

PREFEITURA

DECRETO Nº. 067/2016

DECRETO Nº. 067, de 12 de Setembro de 2016.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1636 de 15 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 11 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Unidade 01 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Proj./Atividade – 2.019 – Construção de Casas Populares

Elemento de Despesa – 4.4.90.00.00.00.00 – (5) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0091 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º a importância de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 11 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Unidade 01 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Proj./Atividade – 2.019 – Construção de Casas Populares

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00 – (1) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0091 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 12 de Setembro de 2016.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 068/2016

DECRETO Nº. 068, de 15 de Setembro de 2016.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1636 de 15 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 3.3.50.00.00.00.00 – (8) Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Recursos - 0.1.0134 – Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º a importância de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00 – (3) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0134 – Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 15 de Setembro de 2016.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 069/2016

DECRETO Nº. 069, de 20 de Setembro de 2016.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1636 de 15 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Proj./Atividade – 2.013 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00 – (17) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0154 – Recursos CRAS R\$ 5.000,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º a importância de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
 Proj./Atividade – 2.013 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
 Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00 – (9) Aplicações Diretas
 Recursos - 0.1.0154 – Recursos CRAS
 R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 20 de Setembro de 2016.
 JOEL LONGEN
 PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 070/2016

DECRETO Nº. 070, de 20 de Setembro de 2016.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1636 de 15 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 101.000,00 (Cento e um mil reais) das seguintes dotações do orçamento vigente:

Órgão 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 Unidade 01 – SECRETARIA TRANSPORTES E OBRAS
 Proj./Atividade – 2.047 – Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
 Elemento de Despesa – 3.3.93.00.00.00.00 – (147) Aplicações Diretas Decorrentes de Op. Entre Órgãos
 Recursos - 0.1.0032 – Recursos Ordinários
 R\$ 43.000,00

Órgão 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 Unidade 01 – SECRETARIA TRANSPORTES E OBRAS
 Proj./Atividade – 2.047 – Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
 Elemento de Despesa – 4.4.90.00.00.00.00 – (150) Aplicações Diretas
 Recursos - 0.1.0032 – Recursos Ordinários
 R\$ 20.000,00

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde
 Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00 – (21) Aplicações Diretas
 Recursos - 0.1.0160 – Recursos Transferências SUS - MAC
 R\$ 8.000,00

Órgão 13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Unidade 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
 Proj./Atividade – 2.013 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
 Elemento de Despesa – 3.3.50.00.00.00.00 – (4) Transferências a Instituições Privativas Sem Fins Lucrativos
 Recursos - 0.1.0080 – Recursos Ordinário
 R\$ 30.000,00

..... R\$ 30.000,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º. a importância de R\$ 101.000,00 (Cento e um mil reais) nas seguintes dotações do orçamento vigente:

Órgão 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 Unidade 01 – SECRETARIA TRANSPORTES E OBRAS
 Proj./Atividade – 2.047 – Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
 Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00 – (145) Aplicações Diretas
 Recursos - 0.1.0032 – Recursos Ordinários
 R\$ 63.000,00

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde
 Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 Elemento de Despesa – 3.3.93.00.00.00.00 – (27) Aplicações Diretas
 Recursos - 0.1.0160 – Recursos Transferências SUS - MAC
 R\$ 8.000,00

Órgão 13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Unidade 01 – Fundo Municipal de Assistência Social
 Proj./Atividade – 2.013 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
 Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00 – (2) Aplicações Diretas
 Recursos - 0.1.0080 – Recursos Ordinário
 R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 20 de Setembro de 2016.
 JOEL LONGEN
 PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 071/2016

DECRETO Nº. 071, de 20 de Setembro de 2016.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1636 de 15 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) das seguintes dotações do orçamento vigente:

Órgão 09 – FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA
 Unidade 01 – FUNDO DA AGRICULTURA
 Proj./Atividade – 2.031 – Manutenção do Fundo da Agricultura
 Elemento de Despesa – 3.3.50.00.00.00.00 – (2) Transferência a Instituições Privada sem Fins Lucrativos
 Recursos - 0.1.0080 – Recursos Ordinários
 R\$ 10.000,00

Órgão 09 – FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA
 Unidade 01 – FUNDO DA AGRICULTURA

Proj./Atividade – 2.031 – Manutenção do Fundo da Agricultura
 Elemento de Despesa – 4.4.90.00.00.00.00.00 – (7) Aplicações Diretas
 Recursos - 0.1.0080 – Recursos Ordinários
 R\$ 10.000,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º. a importância de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 09 – FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA
 Unidade 01 – FUNDO DA AGRICULTURA
 Proj./Atividade – 2.031 – Manutenção do Fundo da Agricultura
 Elemento de Despesa – 3.3.50.00.00.00.00.00 – (2) Transferência a Instituições Privada sem Fins Lucrativos
 Recursos - 0.1.0080 – Recursos Ordinários
 R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 20 de Setembro de 2016.
 JOEL LONGEN
 PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 072/2016

DECRETO Nº. 072, de 20 de Setembro de 2016.
 ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1636 de 15 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 70.200,00 (setenta mil e duzentos reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde
 Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 Elemento de Despesa – 4.4.90.00.00.00.00.00 – (30) Aplicações Diretas
 Recursos - 0.1.0134 – Recursos Ordinários
 R\$ 70.200,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º. a importância de R\$ 70.200,00 (Setenta mil e duzentos reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde
 Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00.00 – (3) Aplicações Diretas
 Recursos - 0.1.0134 – Recursos Ordinários
 R\$ 70.200,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 20 de Setembro de 2016.
 JOEL LONGEN
 PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 073/2016

DECRETO Nº. 073, de 20 de Setembro de 2016.
 ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1636 de 15 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde
 Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (22) Aplicações Diretas
 Recursos - 0.1.0608 – Recursos NASF UNIÃO
 R\$ 10.000,00

Artigo 2º - Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º. a importância de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde
 Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00.00 – (7) Aplicações Diretas
 Recursos - 0.1.0608 – Recursos NASF UNIÃO
 R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 22 de Setembro de 2016.
 JOEL LONGEN
 PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 074/2016

DECRETO Nº. 074, de 27 de Setembro de 2016.
 CRIA CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE PETROLÂNDIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade a Lei Municipal nº. 1.636/2015, de 15 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 29.551,43 (Vinte e nove mil, quinhentos e cinquenta e um reais e quarenta e três centavos) com a seguinte classificação no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde
 Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (23) Aplicações Diretas

Recursos - 00.03.0241 – Recursos Outros Convênios com a União – EA R\$ 17.157,25

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Especial acima, utilizar-se-á recursos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior verificado na Fonte de Recurso 03.0241 – Recursos Outros convênios com a União - Exercício Anterior, constante do Balanço do Fundo Municipal do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$ 17.157,25 (Dezessete mil, cento e cinquenta e sete reais e vinte e cinco centavos).

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj.Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (24) Aplicações Diretas

Recursos - 00.03.0246 – Recursos Bolsa Família – EA
..... R\$ 12.394,18

Art. 3º. Para cobertura do Crédito Especial acima, utilizar-se-á recursos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior verificado na Fonte de Recurso 03.0246 – Recursos Bolsa Família - Exercício Anterior, constante do Balanço do Fundo Municipal do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$ 12.394,18 (Doze mil, trezentos e noventa e quatro reais e dezoito centavos).

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 27 de Setembro de 2016.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 075/2016

DECRETO Nº. 075, de 05 de Outubro de 2016.

INSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com amparo no Inciso VII do Art. 85 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a legislação pertinente;

DECRETA:

Art. 1º. Institui e nomeia a Equipe Técnica para Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME do município de Petrolândia/SC, responsável por subsidiar a Comissão Coordenadora em todo o processo de monitoramento, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação - PME, decênio 2015-2024.

Art. 2º. São atribuições da Equipe Técnica de Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação do Plano Municipal de Educação - PME:

- I. Coletar dados, anualmente, em fontes de pesquisas oficiais relativos à educação em âmbito municipal;
- II. Relacionar metas e estratégias de forma cronológica;
- III. Analisar os relatórios anuais de monitoramento;
- IV. Apresentar e encaminhar as fichas de monitoramento à Comissão Coordenadora do PME;
- V. Divulgar anualmente os resultados do monitoramento e das

avaliações, do cumprimento das metas e estratégias do PME, nos respectivos sítios institucionais da internet e em outros meios de divulgação que a Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação e Comissão Coordenadora do PME entender;

VI. Verificar previsões orçamentárias;

VII. Verificar prazos e o período de avaliação (bianaual);

VIII. Verificar e analisar a evolução dos indicadores que foram definidos;

IX. Verificar se os indicadores estão apropriados para aferir a meta.

Art. 3º. Ficam nomeados os seguintes membros para compor a Equipe Técnica de Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME:

Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Titular: SANDRA REGINA DEUTTNER MONTEIRO

Suplente: JEANETE EGER VELTER

Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Titular: FÁBIO TELLES

Suplente: CLAUDETE SCHÜTZ HINGHAUS

Representantes da Coordenação Pedagógica:

Titular: SÍLVIA ALICE SCHEIDT

Suplente: LUCIANA APARECIDA CALBUSCH HILLESHEIM

Representantes dos Gestores Escolares:

Titular: PATRÍCIA VANROO WEBER

Titular: SIMONE KRAUSE KLAUBERG

Titular: MARIA DE LOURDES GOEDERT DOS SANTOS

Titular: JOELMA LUCKMANN PICKLER

Titular: AMARILDO CUSTÓDIO

Representantes dos Professores Escolares:

Titular: VALDIRENE MARIA FORTKAMP

Suplente: LUZIA LOPES

Representantes do Conselho Municipal de Educação:

Titular: MARIA DE LURDES KREUSH WILLEMANN

Suplente: LUCIANA MELLO PADILHA

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, em 05 de Outubro de 2016.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

ROSEMERE SCHEIDT SCHMITT

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Pinheiro Preto

PREFEITURA

PORTARIA Nº 494, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 494, DE 06 DE outubro DE 2016.

NOMEIA Marisa Aparecida Neis PARA o exercício do cargo efetivo de auxiliar administrativo - CRAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a aprovação no Concurso Público 001/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Marisa Aparecida Neis, brasileira, solteira, inscrita no CPF nº 087.375.719-07, para o cargo de provimento efetivo de auxiliar administrativo - CRAS, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, com vencimento previsto em lei, a partir de 06 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 06 de outubro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº.493, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016

PORTARIA Nº.493, DE 06 DE Outubro DE 2016.

EXONERA DÉBORA KAHER PEGORARO Do cargo de provimento em comissão de assistente de coordenação de serviços administrativos.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1.º Exonerar a pedido, DÉBORA KAHER PEGORARO, brasileira, solteira, inscrita no CPF n.º 063.034.379-90, do cargo de provimento em comissão de "assistente de coordenação de serviços administrativos", lotada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, nomeada através da Portaria 194, de 06 de maio de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 06 de outubro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 055/2016

TERMO ADITIVO 055/2016

CONTRATO ADITADO N.º 156/2016

Primeiro Termo aditivo ao Contrato de FORNECIMENTO DE GÁS DE COZINHA GLP, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa ADEMILSON CHIOSSI, autorizado através do Processo nº 081/2016, Licitação n. 024/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: ADEMILSON CHIOSSI

CNPJ-MF n. º. 21.772.915/0001-95

Endereço: Avenida Marechal Castelo Branco nº 1628

Representada por: ADEMILSON CHIOSSI

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

O contrato tem por objeto o fornecimento de gás de cozinha glp.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1 Devido à grande instabilidade econômica e inflação em alta, as companhias de distribuição de gás GLP, estipularam aumento de 10% em média, reajuste esse repassado para o consumidor final em setembro de 2016. Sendo assim, fica o contrato aditado nos seguintes valores:

Descrição	Valor Aditado
Gás de cozinha Botijão com 13 kg	R\$ 61,60
Gás de cozinha Botijão com 45 kg	R\$ 267,30

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As demais cláusulas do contrato nº 156/2016 continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

3.2 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º).

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 03 de setembro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

ADEMILSON CHIOSSI

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

Planalto Alegre

PREFEITURA

DECRETO 4603/2016

DECRETO Nº 4603/2016, DE 05 DE OUTUBRO DE 2016

DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, REDUÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Municipal nº 760/2015, etc;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para as dotações orçamentárias constantes do Anexo I deste Decreto.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, serão anulados dentro das categorias de programação de despesa do orçamento vigente, no valor correspondente, nas dotações constantes do Anexo I deste decreto.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 05 de outubro de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

ANEXO I							
DECRETO Nº 4603/2016							
SUPLEMENTAÇÕES							
Entidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
Data da Suplementação	Mov.	Tipo Movimento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
05/10/2016	1	Adicionar	20.000,00	11	2	33900000000000	1064 - PAB FIXO ATENÇÃO BÁSICA
05/10/2016	2	Subtrair	20.000,00	7	2	31900000000000	1164 - ESF - ATENÇÃO BÁSICA
TOTAL DA ENTIDADE			20.000,00				

Planalto Alegre/SC, em 05 de outubro de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 91/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 091/2016

CONCEDE LICENÇA REMUNERADA POR MOTIVO DE DOENÇA DE PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PLINIO DALLACORTE, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 71 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001.

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos 15 (quinze) dias de licença por motivo de doença de pessoa da família ao (s) Servidor (es) Público (s) Municipal,

MARILCE MAESTRI FELIPPI, Professora de Ensino Fundamental, lotado (s) na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de 28/09/2016 a 12/10/2016, conforme atestado médico apresentado.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 07 de Outubro de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 92/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 092/2016

CONCEDE LICENÇA REMUNERADA POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PLINIO DALLACORTE, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 76 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001.

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos 10 (dez) dias de licença por motivo de doença ao (s) Servidor (es) Público (s) Municipal, IVONE DALLACORTE, Assistente Administrativo, lotado (s) na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de 04/10/2016 a 13/10/2016, conforme atestado médico apresentado.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 07 de Outubro de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 93/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 093/2016

CONCEDE LICENÇA REMUNERADA POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PLINIO DALLACORTE, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 76 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001.

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos 60 (sessenta) dias de licença por motivo de doença ao (s) Servidor (es) Público (s) Municipal, MARCIA GUIMARAES DE QUADROS BET, Auxiliar Administrativo, lotado (s) na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de 03 de Outubro de 2016 a 01 de Dezembro de 2016, conforme atestado médico apresentado.

Art. 2º De conformidade com o atestado médico apresentado, a referida servidora a partir do dia 18 de Outubro, ficará em benefício de auxílio doença no Instituto Nacional de Seguro Social - INSS até a data da alta concedida pela perícia médica do próprio INSS.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 07 de Outubro de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Pomerode

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 039 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 039 / 2016

Processo Administrativo n.º 071 / 2016.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A POLÍCIA MILITAR DE POMERODE, VISANDO QUALIFICAR E AGILIZAR OS SERVIÇOS QUE OFERECEM À POPULAÇÃO, EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO N.º 025/2015 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE POMERODE E A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 11h00min. do dia 27/10/2016.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 11h00min.do dia 27/10/2016.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h00min. às 13h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode / SC, 07 de Outubro de 2016.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 040 / 2016 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 040 / 2016 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 072 / 2016.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL E LIMPEZA PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 28/10/2016.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min.do dia 28/10/2016.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h00min. às 13h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode / SC, 07 de Outubro de 2016.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO 21/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 21/2016FMS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 15/2016FMS

O Município de

Ponte Serrada, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, AQUISIÇÃO PARCELADA DE LIVROS EDUCATIVOS, PARA MANUTENÇÃO DAS CAMPANHAS PREVENTIVAS DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Recebimento de Envelopes: até as 08:50MIN do dia 21/10/2016. Abertura: às 09h00min horas do dia 21/10/2016.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e 13h00min às 17:00min e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 07 de Outubro de 2016.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 019.2016 FMEDUCA- CONSTRUÇÃO 12 SALAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 019/2016 – FMEDUCA

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para a construção de Escola de um pavimento com 12 salas de aula no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital Concorrência Pública 002/2016 FMEDUCA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: RINOVI CONSTRUTORA LTDA ME

VALOR: R\$ 3.544.848,56 (três milhões quinhentos e quarenta e quatro mil oitocentos e quarenta e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 10 (dez) meses

DATA DA ASSINATURA: 20/09/2016

Porto Belo, 20 de Setembro de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO 005.2015 FMS - PRAZO 2º - UBS SERTÃO DE SANTA LUZIA - SANTOS E SANTANA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 005/2015 – FMS– 2º TERMO ADITIVO

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto aditar o prazo de vigência ao Contrato nº 005/2015 referente a contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para a construção da unidade básica de saúde localizada no bairro Sertão de Santa Luzia no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital Tomada de Preço 004/2014 – FMS.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: SANTOS E SANTANA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA

PRAZO: 06 (seis) meses

DATA DA ASSINATURA: 01/09/2016

Porto Belo, 01 de Setembro de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO 005.2015 FMS - VALOR 3º - UBS SERTÃO DE SANTA LUZIA - SANTOS E SANTANA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 005/2015 – FMS– 3º TERMO ADITIVO

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de valor ao Contrato nº 005/2015 referente a contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para a construção da unidade básica de saúde localizada no bairro Sertão de Santa Luzia no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital Tomada de Preço 004/2014 – FMS.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: SANTOS E SANTANA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA

VALOR: R\$ 22.964,89 (vinte e dois mil novecentos e sessenta e quatro reais e oitenta e nove centavos)

DATA DA ASSINATURA: 26/09/2016

Porto Belo, 26 de Setembro de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO Nº32/2016 AQUISIÇÃO DE MADEIRA DE EUCALIPTO PARA MANUTENÇÃO DE PONTES

EDITAL Pregão Nº32/2016 de Participação EXCLUSIVA de Micro Pequenas e EPPs
CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 56/2016 de 04/01/2016 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão nº 32/2016, do tipo menor preço por item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 38/2016 e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame. AQUISICAO DE MADEIRA DE EUCALIPTO PARA MANUTENCAODE PONTES

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 21 de outubro de 2016.
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).
- c) Setor de Licitações, localizado a Sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça Leão Dehon, 50. Presidente Nereu -SC
- d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09:00 horas
- e) Abertura do processo: dia 21/10/2016 às 14:15 horas.

II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

1. III

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 32/2016.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC
ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L

B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 32/2016.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC
ENVELOPE Nº. 02 - D O C U M E N T A Ç Ã O

2.1.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.2.1 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 21 de outubro de 2016 às 14:00 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.

III - DO CREDENCIAMENTO:

2. IV

3.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

- 3.1.1 Procuração ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;
- 3.1.2 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.
- 3.1.2.1 Os documentos descritos no item 4.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.
- 3.1.3 Declaração de habilitação modelo em anexo;
- 3.1.4 Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (deve ser apresentado no momento do credenciamento, sob pena de ser desconsiderada tal condição).

3.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a

licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

Parágrafo Único: Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06) (Lei complementar 147/2014).

V - DA PROPOSTA COMERCIAL:

I

5.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item 1 - DO OBJETO e Anexo TERMO DE REFERÊNCIA, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

5.1.2.1. Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.2.3 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.3 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, noventa (90) dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.4 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida até 21 de janeiro de 2017 e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.5 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

Parágrafo único – Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte da Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.

VI - DA HABILITAÇÃO

VII

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os seguintes documentos:

6.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;

6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;

6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;

6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

6.1.6 Prova de Regularidade da Justiça do Trabalho;

6.1.7 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);

6.1.8 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;

6.1.9 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;

6.1.10 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio. (Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).

6.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

6.1.12 Certidão de negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA.

6.1.13 Certidão Simplificada expedida pela junta comercial do estado.

6.2 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.

6.3 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.

6.4 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

6.5 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro, caso necessário.

6.6 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

6.7 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 4.1.

6.8 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;

6.9 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

4. II

7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);

2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);

3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);

6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

5. IX

8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VI) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita MENOR PREÇO POR ITEM e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pela Pregoeira, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, a Pregoeira verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, a Pregoeira procederá à abertura de seu envelope nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item "7" deste Edital.

8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, a Pregoeira poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pela Pregoeira e por todos os licitantes presentes.

8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

6. X

9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.2 A adjudicação do objeto deste PREGÃO será MENOR PREÇO POR ITEM, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS: XI

7. XI

10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio da Pregoeira, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

XI - DO REGISTRO DOS PREÇOS E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Inexistindo manifestação recursal, a Pregoeira registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório e registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

XII - DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, a Prefeitura Municipal, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, respeitada a ordem de

classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas no contrato.

12.1.1. As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços no contrato, desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.

12.1.2. O contrato de Registro de Preços será assinado pelo Prefeito Municipal e pela licitante cujos preços forem registrados.

12.2. A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

12.3. O contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

12.3.1. O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não o contrato de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

12.4. Durante a vigência do Registro de Preços, os órgãos participantes convocarão os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do contrato de Registro de Preços.

12.5. A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente eventuais variações nos preços registrados.

12.5.1. Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, apurados trimestralmente pela Administração Municipal, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, com vistas a manter o mesmo equilíbrio econômico-financeiro.

12.5.2. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no jornal Diário Oficial do Estado, Mural Público Municipal, na internet página do município portal da transparência no link licitações e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

12.6. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração Municipal negociará com o fornecedor sua redução.

12.6.1. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.7. Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, uma vez frustrada a negociação, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou receber a autorização de fornecimento ou a Nota de Empenho, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, entre outros, com vistas a justificar a impossibilidade de cumprir as exigências do contrato de Registro de Preços.

12.8. Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 11.6.1 e 11.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

12.9. Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens 11.6.1 e 11.7, a Administração Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

12.10. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU procederá à revogação do contrato de Registro de Preços.

12.11. Da Ata constarão, também, as obrigações da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU e do Fornecedor.

12.12. Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

12.13. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Administração Municipal para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do contrato de Registro de Preços, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

XIII - DA CONTRATAÇÃO:XII

8. XII

13.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

XIV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:XIII

14 XIII

14.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

08
001
0026
0782
1801
2016
33903051000000
01000000

XV - DO PAGAMENTO:**15 XIV**

15.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

15.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

XVI - DO REAJUSTE:**16 XV**

16.1. O objeto licitado poderá sofrer revisão após expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

XVII - DAS PENALIDADES:XVI**17 XVI**

17.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do MUNICÍPIO, se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

XVIII - DA RESCISÃO:XVII**18 XVII**

18.1. A rescisão do presente poderá ser:

18.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 16.1 deste Edital;

18.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

18.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

XIX - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:XVIII**19 II**

19.1. A empresa vencedora obriga-se a:

19.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.3 Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de compra, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

19.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

19.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

19.1.7 Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

19.1.8 O município não arcará com despesas feitas sem ordens de compras expedidas pelo setor de compras do município.

19.1.8 Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

19.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

19.1.10 Os materiais entregues com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

19.1.11 Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;

19.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo III – Termo Referência

19.1.13 Os serviços ora contratados deverão ser realizados no Perímetro Urbano do Município de Presidente Nereu (SC).

XX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:XIX**20 XIX**

20.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

20.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no item "16" deste edital.

20.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

XXI - DA VIGÊNCIA:XX

21 XX

21.1 O objeto da licitação tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

21.2 Findo o prazo previsto para o término do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado à PREFEITURA, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto licitado, em virtude da desnecessidade.

XXII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

22 XXI

22.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

22.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

22.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

22.4 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

22.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

22.4.1 Adiada a abertura da licitação;

22.4.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

XXII

22.6 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Declaração de Retirada de Edital; (Anexado no lado externo dos envelopes).

ANEXO II - Minuta do Contrato e ata de Registro de Preços;

ANEXO III - Termo de referência;

ANEXO IV - Modelo de Declaração; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 – HABILITAÇÃO).

ANEXO V - Modelo de Credenciamento; (Anexado no lado externo dos envelopes)

ANEXO VI - Modelo de Declaração para Habilitação; (Anexado no lado externo dos envelopes).

ANEXO VII - Modelo de Declaração de Idoneidade; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO)

ANEXO VIII - Declaração de Porte Empresarial (Anexado no lado externo dos envelopes)

ANEXO IX – Modelo de Declaração de Comprometimento; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO).

ANEXO X - Proposta Comercial; (Anexado no lado interno o envelope nº. 01 - PROPOSTA).

22.7 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3362-1108 ou ainda pelo e-mail compras@presidentenereu.sc.gov.br.

22.8 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

22.9 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo esta se assim entender necessário, a qualquer tempo exigir os respectivos originais para conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no Diário Oficial do Estado, Diário oficial dos Municípios, na internet página do município no link licitações e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

PRESIDENTE NEREU-SC, 06 de outubro de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20....

DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL

Nome da empresa: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____ e-mail: _____

Pessoa de contato: _____

CNPJ da empresa: _____

Nome completo de quem retirou o edital: _____

CPF: _____

DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20... E SEUS ANEXOS.

..... (SC), _____ de _____ de 20....

Assinatura

CPF nº. _____

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20....

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/20

PREGÃO PRESENCIAL Nº/20....

PROCESSO Nº/20

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 20____, na cidade de _____, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Município de _____, devidamente representado e assistido, e a empresa _____, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº/20.... e, do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para Prefeitura Municipal, conforme os itens abaixo discriminados:

LOTE

1º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

2º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

3º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

DETALHAMENTO DE CADA ITEM PREÇO UNITÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISICAO DE MADEIRA DE EUCALIPTO PARA MANUTENCAODE PONTES

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.2. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

08
001
0026
0782
1801
2016
33903051000000
01000000

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA CONFORME ENTREGA E APRESENTAÇÃO DE DOC. FISCAL

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.
- h) Entregar os produtos somente mediante ordem de compra, sob pena do não ressarcimento pelo item entregue.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

- a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, sem ônus para Prefeitura Municipal, devendo ser expedida a nota fiscal.
- b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
 - b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
 - c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- *As inadimplências supra, bem como as penalidades conseqüentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 32/2016, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, de acordo com o art. 12 do Decreto Federal nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e demais exigências deste Edital, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

....., ____ de de 20....

Assinatura:

Prefeito Municipal Pregoeira

Assinaturas fornecedores

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na PRACA LEAO DEHON, em PRESIDENTE NEREU -SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/n - PRESIDENTE NEREU -SC, inscrita no CPF 468.408.699-20 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa,
..... pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º com sede
Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em
..... inscrita no CPF sob N.º de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISICAO DE MADEIRA DE EUCALIPTO PARA MANUTENCAO DE PONTES

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamentário:

08
001
0026
0782
1801
2016
33903051000000
01000000

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA CONFORME ENTREGA E APRESENTAÇÃO DE DOC. FISCAL

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados serão reajustados conforme autoriza a lei de licitações.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.
- h) Entregar os produtos somente mediante ordem de compra, sob pena do não ressarcimento pelo item entregue.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

- a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.
- b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 32/2016, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, de de 0000

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

ROBERTO RAIZER
Assessor Jurídico
OAB/SC 16.203

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

TERMO DE REFERÊNCIA

ITENS QTDE UNID DESCRIÇÃO DO ITEM VL. UNIT.

1	500	MT	MADEIRA DE EUCALIPTO EM TORAS MINIMO 60 CM DE TOPO ARVORE MADURA (COM MINIMO 80% CERNE).	60,00
2	150	M3	MADEIRA DE EUCALIPTO EM PRANCHAS COM 06 CM DE ESPESSURA 04 METROS DE COMPRIMENTO E NO MINIMO 20 CM DE LARGURA. COM NO MAXIMO 30% DE BRANCAL.	525,00
3	100	M3	MADEIRA DE EUCALIPTO COM 10 CM X 10 CM COM 04 METROS DE COMPRIMENTO UTILIZADO NA CONSTRUÇÃO DE MATA-BURRO.	525,00

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....
DATA

.....
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. -----, e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº./20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em _____ de _____ 20

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V,

do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL

A empresa (Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A empresa , CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

PROPOSTA COMERCIAL

(de preferência em papel timbrado da Proponente)

NOME DE EMPRESA: _____

CNPJ: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RUA: _____ Nº. _____ BAIRRO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ UF: _____ FONE: (_____) _____

Apresentamos nossa proposta para visando REGISTRO DE PREÇO para AQUISICAO DE MADEIRA DE EUCALIPTO PARA MANUTENCAO DE PONTES da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº./20, acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

ITENS QTDE UNID DESCRIÇÃO DO ITEM VL. UNIT. VL. TOTAL

1	500	MT	MADEIRA DE EUCALIPTO EM TORAS MINIMO 60 CM DE TOPO ARVORE MADURA (COM MINIMO 80% CERNE).		
2	150	M3	MADEIRA DE EUCALIPTO EM PRANCHAS COM 06 CM DE ESPESSURA 04 METROS DE COMPRIMENTO E NO MINIMO 20 CM DE LARGURA. COM NO MAXIMO 30% DE BRANCAL.		
3	100	M3	MADEIRA DE EUCALIPTO COM 10 CM X 10 CM COM 04 METROS DE COMPRIMENTO UTILIZADO NA CONSTRUÇÃO DE MATA-BURRO.		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

LOCAL E DATA:

NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO IV

RESULTADO DO PREGÃO N 31/2016 DE AQUISIÇÃO DE ESTANTES DE AÇO

RESULTADO DO PREGÃO

LICITAÇÃO: 31/2016

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da Portaria nº 56/2016.

O objeto da licitação: AQUISIÇÃO DE ESTANTES DE AÇO PARA SALA DE ARQUIVO DE DOCUMENTOS DO MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU.

Fornecedor e Itens Vencedores

Fornecedor	Item	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
ESPOMAK - COMERCIO DE MATERIAIS EQUIP.P ESCRITORIO	00001	13,00000	UN	414,0000	5.382,00

PRESIDENTE NEREU, 06 de outubro de 2016.

VALDECI JOSÉ COMANDOLI
Gerente de Licitações

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº 181, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 181, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OLI DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 806, de 27 de Novembro de 2015 e Lei nº. 836, de 05 de outubro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.367,96 (Quatro mil, trezentos e sessenta e sete reais e noventa e seis centavos), destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 04.244.0066.1.019 Aquisição de Veículo para o Fundo Municipal de Assistência Social

MODALIDADE:	(53) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	4.367,96
FONTE DE RECURSO: 01.000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	4.367,96
TOTAL GERAL			R\$	4.367,96

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 4.367,96 (Quatro mil, trezentos e sessenta e sete reais e noventa e seis centavos) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica reduzido o saldo das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 04.244.0010.1.010 Obras de Infraestrutura Social

MODALIDADE:	(28) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
MODALIDADE:	(30) 4.5.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	2.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.02 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

PROJ./ATIV.: 16.482.0012.1.012 Apoio ao Sistema Habitacional

MODALIDADE:	(55) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
MODALIDADE:	(57) 4.5.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	2.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.02 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

PROJ./ATIV.: 16.482.0033.2.033 Manutenção do Fundo Habitacional

MODALIDADE:	(60) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	367,96
FONTE DE RECURSO: 01.000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	367,96

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 07 de outubro de 2016.

Oli do Nascimento

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 134/2016

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 134/2016 firmado em 21/03/2016, com término previsto para 03/06/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JUSSARA DE FATIMA SCHEITZ portador(a) do CPF nº 032.520.379-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 134/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar, com efeitos retroativos a partir de 01/10/2016, com a seguinte redação:

"CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CEI Shirley Dolores Sedrez, em substituição a Amanda Mendes Pereira, que está em Licença Maternidade."

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/10/2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

JUSSARA DE FATIMA SCHEITZ
Contratado(a)

Rio dos Cedros

PREFEITURA

LEI ORDINÁRIA Nº 1.923, DE 22 DE SETEMBRO DE 2016. DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE MEDIDAS DE CONSCIENTIZAÇÃO, PREVENÇÃO E COMBATE AO "BULLYING" ESCOLAR NO PROJETO PEDAGÓGICO ELABORADO PELAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI ORDINÁRIA Nº 1.923, DE 22 DE SETEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE MEDIDAS DE CONSCIENTIZAÇÃO, PREVENÇÃO E COMBATE AO "BULLYING" ESCOLAR NO PROJETO PEDAGÓGICO ELABORADO PELAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º - As escolas públicas da educação básica do Município de Rio dos Cedros deverão incluir em seu projeto político pedagógico medidas de conscientização, prevenção e combate ao "bullying" escolar.

Parágrafo Primeiro - A Educação Básica é composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Parágrafo Segundo - A Instituição Escolar precisa cumprir duas funções: a sociopolítica e pedagógica, criando um ambiente coletivo de integração e desenvolvimento pleno do educando.

Art. 2º - Entende-se por "bullying" a prática de atos de violência física ou psicológica, de modo intencional e repetitivo, exercida por indivíduo ou grupos de indivíduos, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidar, agredir, causar dor, angústia ou humilhação à vítima.

Parágrafo Único - São exemplos de "bullying": acarretar a exclusão social; subtrair coisa alheia para humilhar; perseguir; discriminar; amedrontar; destroçar pertences; instigar atos violentos, inclusive utilizando-se de meios tecnológicos.

Art. 3º - Constituem objetivos a serem atingidos:

I - prevenir e combater a prática do "bullying" nas escolas;

II - capacitar docentes e equipe pedagógica para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema;

III - incluir regras contra o "bullying" no regimento interno da escola;

IV - orientar as vítimas de "bullying" visando à recuperação de sua autoestima para que não sofram prejuízos em seu desenvolvimento escolar;

V - orientar os agressores, por meio da pesquisa dos fatores desencadeantes de seu comportamento, sobre as consequências de seus atos, visando torná-los aptos ao convívio em uma sociedade pautada pelo respeito, igualdade, liberdade, justiça e solidariedade;

VI - envolver a família no processo de percepção, acompanhamento e crescimento da solução conjunta.

Art. 4º - Decreto regulamentador estabelecerá as ações a serem desenvolvidas por meio de palestras, debates, distribuição de cartilhas orientadoras aos pais, alunos e professores, entre outras iniciativas.

Art. 5º - As escolas deverão manter o histórico das ocorrências de "bullying" em suas dependências, devidamente atualizado, e enviar relatório à Secretaria Municipal de Educação, para que tomem as providências necessárias junto aos órgãos responsáveis.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão

por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 22 de setembro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar 22 de setembro 2016.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

CT Nº. 173/2016 DATA: 23/09/2016 CONTRATO: FELIPE SARMENTO MEI OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA, ELÉTRICA E LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS LEVES E PESADOS DO MUNICÍPIO

CT nº. 173/2016

DATA: 23/09/2016

CONTRATO: FELIPE SARMENTO MEI

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA, ELÉTRICA E LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS LEVES E PESADOS DO MUNICÍPIO

INÍCIO: 23/09/2016

TÉRMINO: 23/09/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 86/2016.

CT Nº. 174/2016 DATA: 23/09/2016 CONTRATO: COMERCIAL DE MOLAS MENESTRINA LTDA EPP OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA, ELÉTRICA E LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS LEVES E PESADOS DO MUNICÍPIO

CT nº. 174/2016

DATA: 23/09/2016

CONTRATO: COMERCIAL DE MOLAS MENESTRINA LTDA EPP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA, ELÉTRICA E LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS LEVES E PESADOS DO MUNICÍPIO

INÍCIO: 23/09/2016

TÉRMINO: 23/09/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 86/2016.

CT Nº. 175/2016 DATA: 23/09/2016 CONTRATO: ROTA ALTERNATIVA MECANICA LTDA ME OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA, ELÉTRICA E LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS LEVES E PESADOS DO MUNICÍPIO

CT nº. 175/2016

DATA: 23/09/2016

CONTRATO: ROTA ALTERNATIVA MECANICA LTDA ME
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA, ELÉTRICA E LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS LEVES E PESADOS DO MUNICÍPIO

INÍCIO: 23/09/2016

TÉRMINO: 23/09/2017

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 86/2016.

DECRETO Nº 2.782, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº1.863, DE 17 DE JUNHO DE 2015 DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 2.782, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº1.863, DE 17 DE JUNHO DE 2015 DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município promulgada em 04 de abril de 1990, em conformidade com o que dispõe a Lei Ordinária Municipal nº1.863, de 17 de junho de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Considerando a necessidade de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME) instituído pela Lei Ordinária Municipal nº1.863, de 17 de junho de 2015 e art.7º, § 3º da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), RESOLVE, Nomear Equipe Técnica responsável pelo monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação, composta pelos seguintes membros:

PLAUTO NERCY CAMARGO MENDES

AVALCIR BONA

GIOVANA BORGES DE LIMA LENZI

Art.2º. Compete a Equipe Técnica de acompanhamento do PME:

I. Atuar no levantamento e na sistematização de todos os dados e informações referentes ao Plano Municipal de Educação e seu contexto;

II. Contribuir para a Comissão desencadear suas proposições, respaldadas em fontes oficiais e em sintonia com o Poder Executivo;

III. Organizar os documentos oficiais e de aprofundamento para consulta da comissão e interessados, tais como: PME; leis; portarias; decretos; relatórios; peças orçamentárias(LOA, LDO, PPA...), Plano de Ações Articuladas – PAR e outros;

IV. Constituir instrumentos para coletar os dados que subsidiarão as produções das informações para o monitoramento e, posteriormente, os relatórios de avaliação garantindo fluidez e efetividade ao processo;

IV. Organizar o trabalho, distribuindo funções em consonância com os aspectos do PME em seu cotidiano, e, continuamente estudar o plano, monitorar as metas e as estratégias;

V. Reler o Plano continuamente, relacionando as metas e estratégias de forma cronológica, possibilitando melhor visualização, consulta e controle dos processos de execução;

VI. Articular o monitoramento à avaliação para subsidiar a elaboração dos instrumentos de planejamento orçamentário a serem executados, inclusive, em anos vindouros, contemplando as metas do plano de educação;

VII. Utilizar e/ou definir indicadores para aferir cada meta, sua evolução, seus entraves;

IX. Identificar em quais situações o Plano se enquadra, a saber: com metas elaboradas, utilizando indicadores e fontes sugestionadas pelo ministério da educação; metas elaboradas que dependem de indicadores e fontes próprias do Município; metas elaboradas de modo genérico, não havendo possibilidade de estabelecer indicadores;

X. Utilizar a ficha de monitoramento do Plano Municipal de Educação, organizada em três etapas propostas de trabalho;

XI. Debater o conteúdo da ficha no interior do órgão da Educação/Secretaria de Educação junto aos seus pares;

XII. Encaminhar os registros de cada etapa ao dirigente municipal de educação para validar o trabalho;

XIII. Auxiliar na elaboração de relatórios anuais de monitoramento.

Art.3º. Este DECRETO entrará em vigor na data da sua publicação

Art.4º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Município de Rio dos Cedros, 13 de Setembro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar, aos 13 de Setembro.

MARGARET SILVIA GREITER

Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 2.783, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016. INSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO COORDENADORA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº1.863, DE 17 DE JUNHO DE 2015 DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 2.783, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016.

INSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO COORDENADORA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº1.863, DE 17 DE JUNHO DE 2015 DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município promulgada em 04 de abril de 1990, em conformidade com o que dispõe a Lei Ordinária Municipal nº1.863, de 17 de junho de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Considerando a necessidade de acompanhamento e avaliação das metas e estratégias em cada nível e modalidade de ensino em conformidade com o Plano Municipal de Educação (PME) instituído pela Lei Ordinária Municipal nº1.863, de 17 de junho de 2015 e art.7º, § 3º da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), RESOLVE, Instituir e Nomear a Comissão Coordenadora para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação.

Art.2º. São atribuições da Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME:

I – Promover reuniões para estudo, análise e aprovação dos dados encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação;

II – Organizar Consulta Pública para analisar os dados preliminares do monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação;

III – Sistematizar os resultados da Consulta Pública em documento: Plano Municipal de Educação – Versão Final e encaminhar à Secretaria Municipal de Educação;

IV – Publicitar os resultados do Monitoramento do Plano Municipal de Educação.

Art.3º. Ficam designadas as seguintes instituições representantes de

classe/órgão/entidade que formarão a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação:

I – Secretaria Municipal de Educação;

a) PLAUTO NERCY CAMARGO MENDES - Titular

b) Karina teresa Felipi Scharamm - Suplente

II – Conselho Municipal de Educação - CME;

a) AVALCIR BONA - Titular

b) Joanita Odorizzi Grande - Suplente

III – Fórum Municipal de Educação;

a) GIOVANA BORGES DE LIMA LENZI

b) Silmara da Silva

Art.4º. Este DECRETO entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Município de Rio dos Cedros, 13 de Setembro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar, aos 13 de Setembro.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

LEI ORDINÁRIA Nº 1.920, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016. DENOMINA VIA PÚBLICA NO MUNICÍPIO.

LEI ORDINÁRIA Nº 1.920, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016.

Denomina via pública no Município.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º. Fica denominada de RUA TIBÉRIO BUSARELLO, neste Município de Rio dos Cedros, a rua que parte do lado ímpar da Rodovia Municipal RCD-405, Rua Vereador Nelo Floriani e se encerra com terras de Walter Mueller, com 900 metros de extensão, distando 890 metros com a Rodovia RCD 418.

Art.2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, 16 de setembro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar 16 de setembro 2016.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

LEI ORDINÁRIA Nº 1.921, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016. ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

LEI ORDINÁRIA Nº 1.921, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º. Ficam anuladas no orçamento vigente as dotações orçamentárias a seguir demonstradas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

002 – Fundo Municipal de Assistência Social

0008.0244.0140.2035 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3449000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)

..... 14.000,00

003 – Fundo Municipal da Infância e Adolescência

0008.0243.0130.2033 – Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência

3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)

..... 59.000,00

3449000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)

..... 2.500,00

Total Entidade Prefeitura

..... 75.500,00

Total Geral

..... 75.500,00

Art.2º. Com a soma das anulações do artigo anterior, ficam suplementadas as dotações orçamentárias a seguir demonstradas até o limite de:

10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

002 – Fundo Municipal de Assistência Social

0008.0244.0140.2015 – Manutenção do Cemitério Municipal

3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)

..... 2.000,00

0008.0244.0140.2035 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)

..... 61.500,00

0008.0244.0140.2041 – Manutenção da Casa da Cidadania

3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários)

..... 12.000,00

Total Entidade Prefeitura

..... 75.500,00

Total Geral

..... 75.500,00

Art.3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, 16 de setembro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar 16 de setembro 2016.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

LEI ORDINÁRIA Nº 1.922, DE 22 DE SETEMBRO DE 2016. ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

LEI ORDINÁRIA Nº 1.922, DE 22 DE SETEMBRO DE 2016.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º. Ficam anuladas no orçamento vigente as dotações orçamentárias a seguir demonstradas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros
05 – Secretaria de Educação
001 – Serviço de Ensino
0012.0361.0060.2010 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

3319000000000000 – Aplic. Diretas (1.190.000 – Tr. Fundeb – Outr. Desp. Ens.)...1.000,00
3449000000000000 – Aplic. Diretas (1.190.000 – Tr. Fundeb – Outr. Desp. Ens.).38.925,38

0012.0365.0050.2011 – Manutenção de Creches
3319000000000000 – Aplic. Diretas (1.010.000 – Rec. Impostos - Educação) 230.000,00
3449000000000000 – Aplic. Diretas (1.190.000 – Tr. Fundeb – Outr. Desp. Ens.).45.482,00

0012.0365.0050.2012 – Manutenção Centros de Educação Infantil - Jardins
3319000000000000 – Aplic. Diretas (1.190.000 – Tr. Fundeb – Outr. Desp. Ens.).1.000,00

Total Entidade Prefeitura 316.407,38

Total Geral 316.407,38

Art.2º. Com a soma das anulações do artigo anterior, ficam suplementadas as dotações orçamentárias a seguir demonstradas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros
05 – Secretaria de Educação
001 – Serviço de Ensino
0012.0361.0060.1020 – Construção e Ampliação de Escolas
3449000000000000 – Aplic. Diretas (1.190.000 – Tr. Fundeb – Outr. Desp. Ens.).86.407,38
3449000000000000 – Aplic. Diretas (1.010.000 – Rec. Impostos - Educação) 230.000,00

Total Entidade Prefeitura 316.407,38

Total Geral 316.407,38

Art.3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 22 de setembro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar 22 de setembro 2016.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

LEI ORDINÁRIA Nº 1.924, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016. INSTITUI A AVALIAÇÃO PERIÓDICA DOS PRÉDIOS ESCOLARES E DEMAIS INSTALAÇÕES FÍSICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA CIDADE DE RIO DOS CEDROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI ORDINÁRIA Nº 1.924, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016.
INSTITUI A AVALIAÇÃO PERIÓDICA DOS PRÉDIOS ESCOLARES E DEMAIS INSTALAÇÕES FÍSICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA CIDADE DE RIO DOS CEDROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam os prédios escolares e demais instalações físicas municipais no qual funcionam estabelecimentos de educação sujeitos a avaliações periódicas por meio de relatórios técnicos, informando sobre as condições estruturais e de conservação.
Parágrafo único – As avaliações periódicas estipuladas no caput deverão ser realizadas uma vez ao ano.

Art. 2º - O relatório técnico deverá compreender:
I - avaliação das condições físicas e ambientais das unidades escolares e centros municipais de educação infantil da rede municipal de ensino;
II - documentos detalhando a situação estrutural de cada unidade educacional e suas condições de funcionamento;
III - elaboração de diretrizes para reformas a serem executadas, sejam elas de curto, médio ou longo prazo.

Art. 3º - Os relatórios serão públicos, disponibilizados na página oficial da Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, publicados na imprensa oficial e enviados à Câmara Municipal.

Art. 4º - Caberá à Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, por meio de sua equipe técnica, a realização das avaliações periódicas objeto da presente Lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio dos Cedros, 28 de setembro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI
Prefeito Municipal

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar 28 de setembro 2016.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

LEI ORDINÁRIA Nº 1.925, DE 05 DE OUTUBRO DE 2016. ALTERA A LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 1.799 DE 01/10/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI ORDINÁRIA Nº 1.925, DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTERA A LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 1.799 de 01/10/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. As planilhas de valores previstos de ações por programa e exercício da Lei Ordinária Municipal nº 1.799 de 01 de outubro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2014/2017, passam a vigorar com as seguintes importâncias:

Programa	Descrição	
01	Processo Legislativo	
Cód	Ação	2017
2001	Manutenção das Atividades do Poder Legislativo	922.589,08

Programa	Descrição	
15	Gestão Administrativa e Fazendária	
Cód	Ação	2017
2090	CIMVI – Manutenção	27.192,00

Programa	Descrição	
120	Preservação ao Meio Ambiente e Saneamento	
Cód	Ação	2017
1026	CIMVI – Saneamento Básico	47.252,00

Programa	Descrição	
120	Preservação ao Meio Ambiente e Saneamento	
Cód	Ação	2017
2042	CIMVI – Resíduos Sólidos	106.080,00

Programa	Descrição	
20	Melhorias e Manutenção do Sistema Viário	
Cód	Ação	2017
2051	Aquisição de Equipamentos, Máquinas e Veículos para o Setor	185.836,98

Programa	Descrição	
90	Apoio a Cultura	
Cód	Ação	2017
2009	Manutenção do Fundo Municipal da Cultura	164.160,12

Programa	Descrição	
100	Apoio ao Desporto Amador	
Cód	Ação	2017
1005	Construção, Ampliação, Reformas de Espaços Esportivos	16.253,98

Programa	Descrição	
45	Desenvolvimento do Turismo Municipal	
Cód	Ação	2017
2089	CIMVI – Turismo	23.940,00

Programa	Descrição	
150	Atendimento Médico/Ambulatorial aos Munícipes	
Cód	Ação	2017
2014	Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde	4.678.969,02

Programa	Descrição	
150	Atendimento Médico/Ambulatorial aos Munícipes	
Cód	Ação	2017
2086	CISA - Manutenção	27.636,00

Programa	Descrição	
150	Atendimento Médico/Ambulatorial aos Munícipes	
Cód	Ação	2017
2088	CISA - Medicamentos	138.915,01

Programa	Descrição	
151	Infra Estrutura Física Tecnológica de Saúde	
Cód	Ação	2017

1025	Aquisição de Imóvel – Unidade de Saúde	47.609,62
------	--	-----------

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 05 de outubro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal de Rio dos Cedros

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar 05 de outubro de 2016.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

LEI ORDINÁRIA Nº 1.926, DE 05 DE OUTUBRO DE 2016. DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI ORDINÁRIA Nº 1.926, DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Os munícipes de Rio dos Cedros, por seus representantes aprovam e eu FERNANDO TOMASELLI Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Orçamento do Município de Rio dos Cedros, para o exercício de 2017, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017;

II a estrutura dos orçamentos;

III as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município, incluindo suas alterações;

IV as disposições sobre dívida pública municipal;

V as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VI as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VII as disposições gerais.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017, são aquelas definidas nos ANEXOS desta lei, desdobradas nos seguintes demonstrativos:

Anexo de Metas Fiscais:

Anexo I – Metas Anuais;

Anexo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Anexo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

Anexo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

Anexo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

Anexo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

Anexo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

Anexo de Metas Físicas priorizadas para 2017:

Anexo I – Metas Físicas Priorizadas para o Exercício de 2017;

Anexo de Riscos Fiscais:

Anexo - Riscos Fiscais e Providências.

Parágrafo Único - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2017 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos ANEXOS desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 3º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º – Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta 03/2008.

§ 2º – A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 5º - O orçamento para o exercício financeiro de 2017 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e seu Fundo e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 6º - A Lei Orçamentária para 2017 evidenciará a Receita de cada uma das Unidades Gestoras, em níveis gerencialmente importantes, especificando no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central aquelas vinculadas a fundos, identificando cada rubrica com o Código de Destinação de Recurso; e a Despesa de cada Unidade Gestora, por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, sendo também identificado o código de destinação de recurso, tudo conforme as Portarias MOG nº 42/1999, a Interministerial nº 163/2001 a Portaria 303/2005 e suas alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I da Lei 4.320/64 - Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II da Lei 4.320/64 - Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II da Lei 4.320/64 - Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV – Programa de Trabalho, (Anexo VI da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

V – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 - Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei 4.320/64 - Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei 4.320/64 - Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa, classificada até a modalidade de aplicação, segundo cada unidade orçamentária (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX – Sumário da Receita por Fontes e da Despesa por Funções (Art. 2º, § 1º, da Lei 4320/64);

§ 1º – O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 7º - A mensagem de encaminhamento do projeto de lei orçamentária conterá:

I – Quadro demonstrativo da evolução da Receita dos exercícios de 2013, 2014 e 2015 previsão para 2016 e 2017, com justificativa da estimativa para 2017, acompanhado de metodologia e memória de cálculo; (ART. 12, LRF);

II – Quadro demonstrativo da evolução da Despesa a nível de função dos exercícios de 2013 a 2015 e fixada para 2016 e 2017;

III – Demonstrativo da Evolução da Despesa realizada no mínimo por Categoria Econômica, dos três últimos exercícios (2013, 2014 e 2015), da fixada para o exercício corrente (2016), bem como da fixada para os exercícios de 2017;

IV – Quadro demonstrativo da evolução das receitas correntes líquidas, despesas com pessoal e seu grau de comprometimento;

V – Quadro demonstrativo da dívida fundada por contrato, com identificação dos credores, saldo em 31/07/2016.

Art. 8º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" – Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a pelo menos 0,01% da Receita Corrente Líquida prevista.

Art. 9º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde será constituída com recursos ordinários ou com recursos das transferências dos SUS, se for o caso.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10º - O Orçamento para o exercício de 2017 e sua execução, obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e Fundos. (ART. 1º, § 1º e ART. 4º, I, "a" da LRF).

Art. 11º - Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central e vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas nos Anexos e Adendos da Unidade Gestora Central definidos no Artigo 4º desta lei.

§ 1º – Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal, serem delegados a servidores municipais.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegado pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 12º - As previsões de receita para o exercício de 2017, observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º A Receita Corrente Líquida será calculada de acordo com disposto no artigo 2º, IV da Lei Complementar 101/00.

Art. 13º - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primários e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montante necessário, observando a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo (ART. 9º da LRF):

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14º – A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederão, no exercício de 2017, a 25% da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2016. (ART. 4º, § 2º da LRF)

Art. 15º – O orçamento da Unidade Gestora Central para o exercício de 2017 contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a 1% das Receitas Correntes Líquidas previstas, destinados a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme ANEXO II desta lei. (ART. 5º, III "d" da LRF)

§ 1º – Para efeito desta lei, entende-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçadas, ou orçadas a menor, e neste caso, mesmo que investimentos.

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a intempéries, passivos contingentes, conforme disposto no ANEXO desta lei, caso não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2017, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para atender eventos fiscais imprevistos, desde que constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Proposta Orçamentária para o exercício de 2017.

Art. 16º – Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 17º – O Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira, cronograma mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, bem como o Desdobramento das Metas Bimestrais de Arrecadação. (ART. 8º e 13 da LRF)

Art. 18º – Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2017 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 1º – Os recursos de Operações de Crédito, não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, a partir de seu ingresso.

§ 2º - Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, a partir de seu ingresso.

Art. 19º – A transferência de recursos do Tesouro Municipal a título de subvenção social será restrita às entidades sem fins lucrativos, dedicadas à prestação de serviços de assistência social, médica, educacional ou cultural, nos termos da Lei Federal nº. 4.320/64, que comprovem regular exercício de suas atividades no Estado de Santa Catarina, bem como a compatibilidade entre as finalidades estatutárias e o objeto do repasse e dependerá de autorização em lei específica. (ART. 4º, I, “f” da LRF)

§ 1º - Não poderá ser concedida subvenção social, contribuição e/ou auxílio à entidade que esteja em débito com relação a prestação de contas decorrentes de sua responsabilidade.

§ 2º – As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade, segundo TCE/SC. (Art. 70, Parágrafo único da CF)

§ 3º – Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotação na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade e de identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º - O disposto neste artigo não se aplica às contribuições estatutárias devidas a entidades municipalistas das quais o município for associado.

Art. 20º – Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de cada ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não excedam o valor para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF)

Art. 21º – Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito. (ART. 45 da LRF)

Art. 22º – Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF)

Art. 23º – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017 a preços correntes.

Art. 24º – Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2017, constantes no Anexo desta lei e alterações posteriores.

Art. 25º – As Destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

Art. 26º – A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único – A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação ou elemento para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto-Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (Art. 167, VI da CF).

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 27º – Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2017.

Art. 28º – As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica.

Art. 29º – A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar 101/00 e de conformidade com a Resolução do Senado Federal.

Parágrafo Único – O montante da dívida pública no exercício de 2017 não excederá o limite de 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 30º – O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo Único – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2017 ou em créditos adicionais.

Art. 31º – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF)

Art. 32º – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF)

I – eliminação das despesas com horas extras;

II – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 33º – Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Rio dos Cedros ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 34º – A verificação dos limites das despesas com pessoal será feita no final de cada semestre. (ART. 63 da LRF).

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 35º – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14 da LRF)

Art. 36º – A Dívida Ativa de valor inferior a 1,30 UFM, por contribuinte, não será encaminhada à cobrança judicial, e cancelada mediante autorização legislativa, não se constituindo em renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, §3º da Lei Complementar 101/00)

Art. 37º – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art.14, § 2º da LRF)

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38º – O Executivo Municipal enviará até o dia 15/10/2016, a proposta orçamentária à Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2016.

§ 1º – A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º - Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, em cada mês, até 1/12 das dotações, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2016, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 39º – Ficam autorizadas as despesas com juros e atualização monetária, por eventual atraso no pagamento de compromissos, decorrente de insuficiência financeira.

Art. 40º – A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas e exercer o seu controle, de forma a demonstrar o custo de cada ação ou serviço, definindo os centros de custos e a forma de apropriação destes, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 41º – Para fins de apuração do valor da despesa de depreciação poderá a Administração Municipal utilizar-se da tabela da Secretaria da Receita Federal e/ou a tabela do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 42º – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 43º – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 44º – O Município utilizará a faculdade contida no artigo 63 da Lei Complementar 101/00.

Art. 45º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Rio dos Cedros, 05 de outubro de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal de Rio dos Cedros

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar 05 de outubro de 2016.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

LEI ORDINÁRIA Nº 1.927, DE 05 DE OUTUBRO DE 2016. ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

LEI ORDINÁRIA Nº 1.927, DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º. Ficam anuladas no orçamento vigente as dotações orçamentárias a seguir demonstradas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros
05 – Secretaria de Educação
001 – Serviço de Ensino
0012.0361.0060.2010 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.010.000 – Rec. Impostos - Educação)...70.000,00

Total Entidade Prefeitura 70.000,00

Total Geral 70.000,00

Art.2º. Com a soma das anulações do artigo anterior, ficam suplementadas as dotações orçamentárias a seguir demonstradas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros
05 – Secretaria de Educação
001 – Serviço de Ensino
0012.0365.0050.2012 – Manutenção Centros de Educação Infantil - Jardins
3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.010.000 – Rec. Impostos - Educação)...40.000,00
3449000000000000 – Aplic. Diretas (1.010.000 – Rec. Impostos - Educação)...30.000,00

Total Entidade Prefeitura 70.000,00

Total Geral 70.000,00

Art.3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 05 de outubro de 2016.
FERNANDO TOMASELLI
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar 05 de outubro de 2016.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

Romelândia

PREFEITURA

DECRETO 3.760/2016

DECRETO Nº 3.760 /2016

REGULAMENTA OS SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EM AUTOMÓVEL DE ALUGUEL, DENOMINADO TÁXI INSTITUÍDO PELA LEI Nº 2.208/2016 DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA.

VALDOCI SAUL, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei.

DECRETA

Art. 1º - Fica estabelecida a quantia de 07 pontos de táxi no perímetro urbano do Município de Romelândia, localizados nos seguintes pontos

I – 01 ponto na Rua Sete de Setembro, esquina com Rua Anita Garibaldi;

II – 01 ponto na Rua 12 de Outubro, esquina com Rua Dom Pedro I;

III – 02 pontos no Bairro Floresta (COHAB);

IV – 01 ponto na Avenida Brasil, entre as esquinas da Rua Sete de Setembro e Rua Dom Pedro I;

V – 01 ponto na Rua Barão do Rio Branco, esquina com a Rua Fredolino Fell;

VI – 01 ponto na Rua Barão do Rio Branco, próximo a Unidade Básica de Saúde.

Art. 2º - No interior do Município fica estabelecido 01 ponto de táxi em cada Comunidade.

§ 1º - Nas Comunidades que possuem perímetro urbano, ficam estabelecidos 02 pontos de táxi, sendo o local do ponto a residência do permissionário prestador do serviço.

Art. 3º - A bandeira 1 compreende o horário das 06h01min até as 22h59min, e a bandeira 2 compreende o horário das 23h até as 06h.

Art. 4º - As tarifas a serem cobradas são as seguintes:

I – Tarifa no valor de R\$ 10,00 como valor máximo a ser cobrado no perímetro urbano na bandeira 1, inclusive nas Comunidades com perímetro urbano.

II – No interior em estradas não pavimentadas o valor de R\$ 1,50 por Km rodado, na bandeira 1.

III - Em estradas pavimentadas o valor de R\$ 1,00 por Km rodado, na bandeira 1.

IV- Tarifa no valor de R\$ 15,00 como valor máximo a ser cobrado no perímetro urbano na bandeira 2, inclusive nas Comunidades com perímetro urbano.

V - No interior em estradas não pavimentadas o valor de R\$ 2,25 por Km rodado, na bandeira 2.

VI - - Em estradas pavimentadas o valor de R\$ 2,00 por Km rodado, na bandeira 2.

Art. 5º - O aumento das tarifas será anualmente reajustado, a contar do mês de janeiro, com base no IGP-M, Índice Geral de Preços do Mercado.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia – SC, 07 de outubro de 2016.
VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrada e Publicada o presente Decreto em data supra.

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

DECRETO 3.761/2016

DECRETO Nº 3.761 /2016

REGULAMENTA O SISTEMA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATRAVÉS DE MOTOCICLETAS NO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA.

VALDOCI SAUL, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei.

DECRETA

Art. 1º - As tarifas a serem cobradas pelo serviço de moto-táxi no Município de Romelândia são as seguintes:

I – Tarifa no valor máximo de R\$ 5,00 a ser cobrado no perímetro urbano na bandeira 1, inclusive nas Comunidades com perímetro urbano.

II – No interior em estradas não pavimentadas o valor de R\$ 0,75 por Km rodado, na bandeira 1.

III - Em estradas pavimentadas o valor de R\$ 0,50 por Km rodado, na bandeira 1.

IV- Tarifa no valor de R\$ 10,00 como valor máximo a ser cobrado no perímetro urbano na bandeira 2, inclusive nas Comunidades com perímetro urbano.

V - No interior em estradas não pavimentadas o valor de R\$ 1,50 por Km rodado, na bandeira 2.

VI - - Em estradas pavimentadas o valor de R\$ 1,00 por Km rodado, na bandeira 2.

Art. 2º - O aumento das tarifas será anualmente reajustado, a contar do mês de janeiro, com base no IGP-M, Índice Geral de Preços do Mercado.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia – SC, 07 de outubro de 2016.
VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrada e Publicada o presente Decreto em data supra.

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

DECRETO 3.762/2016

DECRETO Nº 3.762/2016

NOMEIA LEILOEIRO DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no Uso de Suas Atribuições Legais, e de acordo com a Lei:

CONSIDERANDO, o processo licitatório nº 1748/2016 modalidade leilão nº 01/2016.

NOMEIA:

Art. 1º - DARIZ GENZ, para exercer a função de Leiloeiro no processo de licitação, modalidade Leilão a realizar-se dia 24 de outubro de 2016.

ART. 2º - O trabalho é considerado de caráter relevante, não sendo remunerado.

ART. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia - SC, 07 de outubro de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada o presente Decreto em data supra.

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

EXTRATO 1748

MUNICIPIO DE ROMELÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO 1748/2016

MODALIDADE LEILÃO Nº 01/2016

O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA (SC) realizará licitação na modalidade leilão para venda de bens inservíveis de uso da Administração Pública através de leilão público oficial on-line e presencial. Tudo em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e editais completos poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações, em horário de expediente. Fone para contato: (49) 3624-1002. A sessão publica ocorrerá dia 24/10/2016, as 14h00min junto à Câmara Municipal de Vereadores, na Rua 12 de Outubro nº 242. Romelândia (SC), 07/10/2016. Valdoci Saul. Prefeito Municipal.

Salto Veloso

PREFEITURA

LEI Nº 1582 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

LEI Nº 1582 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

EMENTA: ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA - Prefeito do Município de SALTO VELOSO - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 349.500,00 (Trezentos e Quarenta e Dois Mil e Quinhentos Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 01 - PODER LEGISLATIVO

Projeto/Atividade: 2019 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Modalidade de Aplicação: 3190.00. – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Valor: R\$ 7.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 2

Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Projeto/Atividade: 2028 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAUDE

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 20.500,00

Fonte: 1100.00000

RED: 11

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2022 – MANUT. DAS ATIV. ADM. E FINANCEIRAS

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 100.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 11

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2041 – MANUT. DAS ATIV. CULTURAIS

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 22.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 19

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2042 – MANUT. DOS SERVIÇOS URBANOS

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 100.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 103

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2046 – MANUT. DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 100.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 115

Art. 2º. Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor na anulação das seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 01 - PODER LEGISLATIVO

Projeto/Atividade: 2020 – SUBSIDIO DOS VEREADORES

Modalidade de Aplicação: 3190.00. – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Valor: R\$ 7.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 6

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2022 – MANUT. ATIV. ADM. E FINANCEIRAS

Modalidade de Aplicação: 3350.00. – TRANSFERENCIAS CORRENTES

Valor: R\$ 49.400,00

Fonte: 1100.00000

RED: 9

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2060 – MAN. DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - INVESTIMENTOS

Valor: R\$ 6.600,00

Fonte: 1100.00000

RED: 16

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2060 – MAN. DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 10.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 15

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 1017 – AMPLIAÇÃO DA REDE FISICA ESPORTIVA

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - INVESTIMENTOS

Valor: R\$ 11.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 24

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2045 – EXPANSÃO DO TURISMO LOCAL

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 4.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 23

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2047 – MAN. DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade de Aplicação: 3190.00. – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Valor: R\$ 50.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 25

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 1006 – AMPLIAÇÃO REDE FISICA ENS. FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - INVESTIMENTOS

Valor: R\$ 5.000,00

Fonte: 1101.00000

RED: 30

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 1007 – AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA EDUCAÇÃO
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - INVESTIMENTOS
Valor: R\$ 25.000,00
Fonte: 1101.00000
RED: 33

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 1008 – AMPLIAÇÃO DA REDE FISICA INFANTIL
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - INVESTIMENTOS
Valor: R\$ 5.000,00
Fonte: 1101.00000
RED: 50

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2038 – MAN. DAS ATIVIV. EDUCAÇÃO INFANTIL
Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 60.000,00
Fonte: 1101.00000
RED: 57

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2038 – MAN. DAS ATIVIV. EDUCAÇÃO INFANTIL
Modalidade de Aplicação: 4490.00. – INVESTIMENTOS
Valor: R\$ 14.600,00
Fonte: 1101.00000
RED: 60

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2040 – MAN. DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 2.500,00
Fonte: 1101.00000
RED: 63

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2039 – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 6.000,00
Fonte: 1101.00000
RED: 62

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 1002 – OBRAS DE INFRA ESTRUTURA SOCIAL
Modalidade de Aplicação: 4190.00. – INVESTIMENTOS
Valor: R\$ 10.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 57

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2024 – MANUT. DO FUNDO DE ASSIST. SOCIAL
Modalidade de Aplicação: 3350.00. – TRANSFERENCIAS CORRENTES
Valor: R\$ 5.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 70

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2024 – MANUT. DO FUNDO DE ASSIST. SOCIAL
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - INVESTIMENTOS
Valor: R\$ 3.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 72

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2025 – MANUT. DO FUNDO INF. E ADOLESCENCIA

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 33.900,00
Fonte: 1100.00000
RED: 64

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 1005 – ABASTECIMENTO DE AGUA
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - INVESTIMENTOS
Valor: R\$ 5.500,00
Fonte: 1100.00000
RED: 73

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 1014 – OBRAS DE INFRA ESTRUTURA RURAL
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - INVESTIMENTOS
Valor: R\$ 10.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 78

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 1012– SANEAMENTO BÁSICO GERAL
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - INVESTIMENTOS
Valor: R\$ 5.500,00
Fonte: 1100.00000
RED: 107

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2052 – MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA CIVIL
Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 4.500,00
Fonte: 1100.00000
RED: 91

Órgão: 13 – FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Projeto/Atividade: 2061 – MANUT. DO FUNDO DE HABITAÇÃO
Modalidade de Aplicação: 4490.00. – INVESTIMENTOS
Valor: R\$ 10.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 136

Órgão: 14 – FUNDO ESPECIAL ANTI-DROGAS
Projeto/Atividade: 2061 – MANUT. DO FUNDO ANTI-DROGAS
Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 6.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 139

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito.
Salto Veloso - SC, 07 de outubro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Santiago do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 114/2016 - DE 04 DE OUTUBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 114/2016 - DE 04 DE OUTUBRO DE 2016.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor GENECIR OTTONI e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor GENECIR OTTONI, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS II, Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, pelo período de 04 (quatro) dias, ou seja, no período de 04 de outubro de 2016 a 07 de outubro de 2016, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 04 de outubro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico / Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº113/2016 - DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº113/2016 - DE 30 DE SETEMBRO DE 2016.

Concede Licença por motivo de Casamento ao Servidor ANDERSON TISSIANI VEDANA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 77, inciso II, alínea "a" da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA EM RAZÃO DE CASAMENTO ao servidor ANDERSON TISSIANI VEDANA, ocupante do Cargo de ASSESSOR JURÍDICO, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, carga horária 20 horas semanais, pelo período de 05 (cinco) dias consecutivos, a contar do dia 30 de setembro de 2016 a 04 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 30 de Setembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico / Sec. Administração e Finanças

DECRETO Nº 277/2016 - DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 277/2016 - DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a remoção de lotação do Servidor Público Municipal ELDER CAMPANHOLO, e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com o Art. 35, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica removido por interesse público, de acordo com o Parágrafo único, Inciso I, do Artigo 35, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001, o Servidor Público Municipal ELDER CAMPANHOLO, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS I, Grupo 2, Código 02.07, Nível 27, da Lei Municipal nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores, nomeado pelo Decreto nº082/2013, de 25 de fevereiro de 2013, e atualmente lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços, através do Decreto nº053/2016, de 01 de fevereiro de 2016, retornando o mesmo, a partir do mês de outubro de 2016, para a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 30 de setembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico - Sec. Mun. de Administração e Finanças

DECRETO Nº 278/2016 - DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 278/2016 - DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a remoção de lotação do Servidor Público Municipal JULIANO JOÃO SOMAVILLA, e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com o Art. 35, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica removido por interesse público, de acordo com o Parágrafo único, Inciso I, do Artigo 35, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001, o Servidor Público Municipal JULIANO JOÃO SOMAVILLA, ocupante do Cargo de MOTORISTA, Grupo 2, Código 02.06, Nível 26, da Lei Municipal 782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores, nomeado pelo Decreto nº490/2012, de 18 de dezembro de 2012, e atualmente lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social – CRAS, através do Decreto nº077/2014 - de 01 de abril de 2014, retornando o mesmo, a partir do mês de outubro de 2016, para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 30 de setembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico - Sec. Mun. de Administração e Finanças

DECRETO Nº 276/2016 – DE 03 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 276/2016 – DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº 806/2015, de 08 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº 806/2015 de 08/12/2015, no valor de R\$ 4.600,00 (Quatro mil e seiscentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes
Função: 12 – Educação
Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA
Ação: 2.013 – Manut. Atividades da Educação Cultura e Esportes
Atividade: 2.013 – Manut. Atividades da Educação Cultura e Esportes
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00 – Aplicações Diretas R\$ 4.600,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 03 de outubro de 2016.

Registrado e Publicado em data supra. VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico / Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº 279/2016 – DE 06 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 279/2016 – DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Art. 5º e no item II do Art. 6º da Lei Municipal Nº806/2015, de 08 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº806/2015 de 08/12/2015, no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 05.00 – SECR. MUNIC. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 05.02 – Fundo Munic. de Assistência Social - FMAS
Função: 8 – Assistência Social
Sub-Função: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa: 0016 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Ação: 2.040 – Manut. Programa de Proteção Básica
Atividade: 2.040 – Manut. Programa de Proteção Básica
Da Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.35 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Para Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – D.R. 0.1.35 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 06 de Outubro de 2016.

Registrado e Publicado em data supra. VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico / Secr. de Administração e Finanças

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 009/2016

Edital de Chamamento Público n.º 009/2016 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar com dispensa de licitação, Lei n.º 11.947, de 16/07/2009, Resolução n.º 38 do FNDE, de 16/07/2009, e Resolução nº 25, de 04/07/2012.

O Município de Santiago do Sul pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Ângelo Toazza, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.781/0001-38, representado neste ato pelo Prefeito, Volmir Antonio Sotille suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art.21 da Lei 11.947/2009 e resoluções FNDE/ CD n.º 38/2009 e nº 25/2012, através da Secretaria Municipal da Educação vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, durante o ano letivo de 2016. Os Grupos Formais/Informais deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até o dia 17/10/2016, às 17:00 horas, na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, com sede à Rua Ângelo Toazza.

1. Objeto

O objeto do presente Chamada Pública é a de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios abaixo.

Produto e Descrição	Quantidade	Unidade de Comercialização	Valor Máximo(R\$) por Kg, dúzia, litro ou unidade	Total
Mandioca limpa sem casca e congelada, nova de primeira qualidade, tamanho médio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, transparente e resistente com 1 ou 2 kg, no rótulo deve conter: informações do fabricante, especificações do produto data de fabricação e prazo de validade.	50	Kg	R\$ 4,50	R\$ 225,00
Bolacha caseira de glacê, Biscoito de ótima qualidade, íntegro produzida de forma artesanal e que utilizam de insumos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos produtos industrializados, em estabelecimentos certificados e autorizados pela Vigilância Sanitária. A embalagem deve ser plástico transparente e atóxico, contendo peso, data de fabricação, prazo de validade, e a rotulagem nutricional de acordo com a legislação vigente. Em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excessos de dureza e nem apresentar-se quebradiços.	40	Kg	R\$ 14,00	R\$ 560,00
Grostoli, acondicionado em embalagens plásticas de polipropileno transparente e resistente com 1 kg. O grostoli deveser fabricado a partir de matérias sãs e limpas, isentas de matéria terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excessos de dureza e nem apresentar-se quebradiços e sem corantes artificiais.	60	Kg	R\$ 840,00	R\$ 420,00
Esfirra, acondicionada em embalagens plásticas de polipropileno transparente e resistente com 1 kg. A esfirra deverá ser fabricada a partir de matérias sãs e limpas, isentas de matéria terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excessos de dureza e nem apresentar-se quebradiços, sem corantes artificiais, recheio de peito de frango desfiado ou carne moída bovina.	400	Un	R\$ 1,00	R\$ 400,00
Cuca caseira com recheio, Cuca de ótima qualidade, íntegra produzida de forma artesanal e que utilizam de insumos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos produtos industrializados, em estabelecimentos certificados e autorizados pela Vigilância Sanitária. A embalagem deve ser plástico transparente e atóxico, contendo peso, data de fabricação, prazo de validade, e a rotulagem nutricional de acordo com a legislação vigente.	30	Un	R\$ 12,00	360,00

Macarrão caseiro com ovos tipo espaguete/macarrão/talharim, A embalagem deve estar acondicionada, plástica transparente, íntegra, descartável, atóxica, corretamente fechada. No rótulo impresso deve constar no mínimo: a denominação do produto, a data de fabricação, data de validade, lista de ingredientes, procedência e informação nutricional. Deve constar data de fabricação e data de vencimento com no mínimo 30 dias. Contendo 500 g.	150	Kg	R\$ 11,00	1.650,00
Mini pizza (sabores frango/milho/calabresa), deverá ser fabricada partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas e parasitas. Acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 1 Kg, original do fabricante, com especificações do produtor informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	700	Un	R\$ 2,75	R\$ 1.925,00
Doce de UVA, doce de fruta de ótima qualidade, íntegro, produzido de forma artesanal e que utilizam de insumos naturais, isentos de insetos, sujidades ou corpos estranhos. Embalagem em potes de plásticos ou vidros transparente, lacrado, contendo peso, data de fabricação, prazo de validade, e a rotulagem nutricional de acordo com a legislação vigente. Embalagem de 700g	20	Un	R\$ 10,00	R\$ 200,00
SUCO DE UVA INTEGRAL - Caracterização do produto: Suco de uva integral sem adição de açúcar e na sua concentração natural, não fermentado, obtida do suco da fruta, polpa ou extrato vegetal de sua origem a partir de uvas frescas e maduras. Deverá ser submetido a processo tecnológico adequado e envasado assepticamente. O produto não deverá ser adoçado com açúcar ou outros aditivos ou edulcorantes. Não serão permitidas as adições de conservantes, nem de corantes artificiais e nem de aromas artificiais. Embalagem: O produto deverá estar acondicionado em embalagens de vidro, contendo até 1,5 litro; reembaladas em caixas de papelão, contendo até 15 litros. Será considerada imprópria e será recusada, a embalagem defeituosa ou inadequada, que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração, ou que não permita o perfeito armazenamento do produto. Deverá conter rótulo com todas as informações obrigatórias. Prazo de validade: O prazo de validade mínimo será de dois anos a partir da data de entrega do produto.	100	Lts	R\$ 12,50	R\$ 1.250,00

2. Fonte de recurso

Recursos provenientes da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

3. Envelope nº. 001 – habilitação do Grupo Informal

3.1. O Grupo Informal deverá apresentar no envelope nº 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- Cópia de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Cópia da DAP principal (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF), ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;
- Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.
- Alvara de vigilância Sanitária.
- Negativa Municipal

4. Envelope nº. 002 – Projeto de Venda

4.2. No envelope nº. 002 segue a entrega do Projeto de Venda conforme anexo V da Resolução n.º 38 do FNDE, de 16/07/2009.

5. Local e periodicidade de entrega dos produtos

Os gêneros alimentícios deverão ser entregues na Escola Pequeno Cidadão situado á Rua Demétrio Moreira, Centro - Santiago do Sul, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação até o mês de Dezembro de 2016, na qual se atestará o seu recebimento.

6. Pagamento

6.1. O pagamento será realizado até 07 (sete) dias após entrega do produto, por meio de depósito bancário mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada antecipação de pagamento, para cada faturamento.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. A presente Chamada Pública poderá ser obtida na Secretaria Municipal de Santiago do Sul no horário de 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, de segunda a sexta-feira, ou através do site www.santiagodosul.sc.gov.br;

7.2. Para definição dos preços de referência deverão observar o artigo 23 da Resolução nº 38 do FNDE;

7.3. Os gêneros alimentícios da agricultura familiar não poderão ter preços inferiores aos produtos cobertos pelo Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), art. 23 § 6º, da Resolução nº 38 do FNDE, site: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar/2500755>;

7.4. Na análise das propostas e na aquisição dos alimentos, deverão ter prioridade as propostas locais;

7.5. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

7.6. O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais), por DAP por ano civil;

7.7. A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, conforme o anexo IV, da Resolução nº 38 do FNDE.

Santiago do Sul-SC, 13 de Setembro de 2016.

Volmir Antonio Sotille

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se. (no rádio, no diário oficial do município e outros)

Carine Piva

Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes

PORTARIA Nº 115/2016 - DE 04 DE OUTUBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 115/2016 - DE 04 DE OUTUBRO DE 2016.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor ODAIR JOSÉ PRATI e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor ODAIR JOSÉ PRATI, ocupante do Cargo de TÉCNICO EM AGRO-PECUÁRIA, Lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, pelo período de 07 (sete) dias, ou seja, no período de 04 de outubro de 2016 a 10 de outubro de 2016, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 04 de outubro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana

Assessor Jurídico / Sec. Administração e Finanças

São Bento do Sul

PREFEITURA

DIRETRIZES PARA MATRÍCULA DO ANO LETIVO DE 2017

DIRETRIZES PARA MATRÍCULA DO ANO LETIVO DE 2017

A Secretária Municipal de Educação no uso de suas atribuições, torna público as diretrizes que fixam datas e critérios para as matrículas/cadastros nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de São Bento do Sul, para o ano letivo de 2017.

CAPÍTULO I DO OBJETO

Art. 1º A Secretaria Municipal de Educação fixa diretrizes para o procedimento destinado à matrícula e cadastro nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino em São Bento do Sul, para o ano letivo de 2017.

Parágrafo Único – A matrícula não poderá ser vinculada à exigência de contribuição financeira.

CAPÍTULO II DA RENOVAÇÃO DA MATRÍCULA

Art. 2º A renovação da matrícula é a confirmação da matrícula para os educandos que estão cursando a Educação Básica em Unidade Escolar da Rede Municipal de Ensino. É de responsabilidade dos pais e ou responsáveis efetuar a confirmação junto à Unidade Escolar.

CAPÍTULO III DA MATRÍCULA

Art. 3º A matrícula é o ato normativo que inclui o educando no Sistema Municipal de Ensino. É dever dos pais e ou responsáveis legais efetuar a matrícula dos menores nas instituições de ensino.

§ 1º – O ingresso na Educação Infantil se dará para crianças a partir dos 4 (quatro) meses de idade.

§ 2º – A matrícula na Pré-Escola é obrigatória a toda criança a partir dos (quatro) anos de idade completos ou a completar até o dia 31 de março do ano para o qual ocorrer a matrícula.

§ 3º – A matrícula no Ensino Fundamental, com duração de 9 (nove) anos, é obrigatória a toda criança a partir dos 6 (seis) anos de idade completos ou a completar até o dia 31 de março do ano para o qual ocorrer a matrícula.

CAPÍTULO IV DO CRONOGRAMA

Art. 4º A renovação das matrículas dar-se-á de 20 a 27 de outubro de 2016, em horário escolar, quando esta ocorrer para a mesma Unidade Escolar.

Parágrafo Único: Serão consideradas renovação de matrícula aquelas que ocorrerem entre as etapas nominadas abaixo, entre Unidades Escolares diferentes, desde que dentro da Rede Municipal de Ensino e respeitado o zoneamento entre as UEs. Nestes casos, a renovação dar-se-á de 31 de outubro a 04 de novembro de 2016.

- a) Do Maternal II para Pré Escola, em Unidades Escolares diversas;
- b) Da Pré Escola para o primeiro ano do Ensino Fundamental, em Unidades Escolares diversas;
- c) Do quinto ano para o sexto ano do Ensino Fundamental, em Unidades Escolares diversas.

Art. 5º As matrículas novas para Ensino Fundamental e Pré Escola Parcial, dar-se-ão de 07 a 18 de novembro de 2016, em horário escolar.

Art. 6º Os cadastros para Educação Infantil (4 meses a 3 anos), serão realizados no período de 07 a 18 de novembro de 2016 junto ao Setor de Educação Infantil – Departamento de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, apresentando os documentos necessários conforme disposto no Capítulo V destas Diretrizes, sendo que para efetivação da matrícula será priorizada a renda familiar per capita, da menor para maior.

§ 1º A análise dos cadastros acontecerá de 21 a 25 de novembro de 2016, por Comissão designada para este fim.

§ 2º Após análise dos cadastros, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução nº 044/2011 do Conselho Municipal de Educação, a Unidade Escolar entrará em contato com os pais ou responsáveis para efetivar a matrícula, no período de 28 de novembro a 02 de dezembro de 2016.

§ 3º A partir de 21 de novembro de 2016, os novos cadastros estarão suspensos temporariamente, retornando em janeiro de 2017.

Art. 7º Os cadastros para Pré Escola e Ensino Fundamental em período integral, serão realizados no período de 07 a 18 de novembro de 2016, na própria Unidade Escolar.

Parágrafo Único: Após análise dos cadastros pela Comissão Especial de Matrícula, a Direção da Unidade Escolar entrará em contato com os pais ou responsáveis para efetivar a matrícula, que ocorrerá a partir do dia 25 de janeiro de 2017.

CAPÍTULO V DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 8º Para o cadastro de vaga na Educação Infantil (0 a 3 anos) parcial e integral, Pré-escola integral e escolas em período integral, os pais deverão comparecer com os seguintes documentos:

- I. Cópia da certidão de nascimento e ou carteira de identidade da criança (Registro Geral);
- II. Cópia de comprovante de residência;
- III. Cópia da carteira de vacinação da criança devidamente atualizada;
- IV. Cópia do comprovante de renda familiar, incluindo declaração de recebimento de pensão alimentícia, nos casos de pais divorciados ou separados (Anexo II – Resolução/CME nº 056/2014);
- V. Declaração de trabalho reconhecida em cartório, para diaristas, pedreiros, ou seja, trabalhadores autônomos, conforme modelo constante no Anexo III da Resolução/CME nº 056/2014;
- VI. Documento de guarda ou tutela dos responsáveis legais;
- VII. Comprovante de pagamento de aluguel.

Art. 9º Para a matrícula na Pré-escola parcial e no Ensino Fundamental os pais devem comparecer com os seguintes documentos:

- I. Cópia da certidão de nascimento e ou carteira de identidade da criança (Registro Geral);
- II. Cópia de comprovante de residência;
- III. Cópia da carteira de vacinação da criança devidamente atualizada;
- IV. Atestado de frequência ou histórico escolar para alunos transferidos;
- V. Documento de guarda ou tutela dos responsáveis legais.

CAPÍTULO VI DAS VAGAS/TURNOS

Art. 10. A Rede Municipal de Ensino oferta vagas nos turnos matutino, vespertino e integral, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental em Unidade Escolar próxima a residência, respeitando o zoneamento de 3 (três) quilômetros ou mais de distância residência/escola.

§ 1º – A vaga está condicionada ao número de alunos por turma, não sendo garantido o turno – matutino ou vespertino.

§ 2º – A modalidade de Educação de Jovens e Adultos é ofertada nos períodos matutino, vespertino e noturno, em sede própria.

Art. 11. O número de alunos por classe e ou turma deverão obedecer aos critérios pedagógicos que visam otimização do rendimento e da aprendizagem.

I. Educação Infantil:

a) Creche:

1. Berçário: 4 meses a 1 ano – 10 a 12 crianças;
2. Maternal I: 1 ano a 2 anos – 12 a 15 crianças;
3. Maternal II: 2 anos e 3 anos – 16 a 18 crianças.

b) Pré-Escola:

1. Pré I: 4 anos – 18 a 20 crianças;
2. Pré II: 5 anos – 20 a 25 crianças;
3. Pré Integral – 4 anos a 5 anos – 20 a 25 crianças.

II. Ensino Fundamental:

- a) 1º ano: 25 alunos;
- b) 2º ano: 28 alunos;
- c) 3º, 4º e 5º anos: 30 alunos;
- d) 6º, 7º, 8º e 9º anos: 35 alunos;
- e) Período Integral: de 20 a 25 alunos (Turma I: 1º e 2º anos, Turma II: 3º e 4º anos e Turma III: 5º e 6º anos); e
- f) Turmas multisseriadas: 20 alunos.

III. Ensino Fundamental – Educação de Jovens e Adultos as turmas serão organizadas com no mínimo 10 (dez) alunos para os Anos Iniciais e 15 (quinze) alunos para Anos Finais.

Art. 12. Para atender a demanda da matrícula, cada Unidade Escolar da Rede Municipal deverá constituir uma Comissão Especial de Matrícula formada pelo gestor da Unidade Escolar, Coordenador Pedagógico, Especialista em Assuntos Educacionais, 01 (um) ou 02 (dois) professores e 02 (dois) ou 04 (quatro) representantes de pais e ou responsáveis legais que procederão a análise e parecer do cadastro para efetivação da matrícula em período integral e/ou turno de frequência.

Art. 13. Para realizar a análise dos cadastros para Educação Infantil (4 meses a 3 anos), será constituída, por meio de Portaria emitida pela Secretaria Municipal de Educação, uma Comissão Especial para Análise de Cadastros formada por 05 (cinco) representantes de pais e ou

responsáveis legais, 05 (cinco) professores, 03 (três) gestores de Unidade Escolar e 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO VII DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 14. A Educação Infantil é ofertada em:

- I. Centros de Educação Infantil, para crianças até 03 (três) anos de idade;
- II. Pré-escolas ou Centros de Educação Infantil, para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade;
- III. Unidades Escolares de Ensino Fundamental, para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

Art. 15. A ordem de matrícula para educação infantil dar-se-á através da análise do cadastro do educando, observados os seguintes critérios:

- I. risco social;
- II. encaminhamentos técnicos do Ministério Público;
- III. da menor renda per capita para a maior renda;
- IV. pais e ou responsáveis legais trabalhadores no caso de possuírem atividade informal, estarão sujeitos à visitação de assistente social;
- V. para efetivação da matrícula será observado o zoneamento residencial.

Art. 16. A Comissão Especial de Matrícula procederá a análise e parecer do cadastro para efetivação de matrícula em período integral (Pré Escola).

CAPÍTULO VIII DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 17. O Ensino Fundamental de 9 anos será ofertado em:

- I. Escolas Básicas – ensino fundamental completo anos iniciais e anos finais;
- II. Escolas Básicas – ensino fundamental anos iniciais.

CAPÍTULO IX DO ENSINO INTEGRAL

Art. 18. A educação integral é ofertada em:

- I. Centros de Educação Infantil, para crianças até três anos de idade;
- II. Pré-Escolas ou Centros de Educação Infantil, para crianças de 4 a 5 anos de idade;
- III. Pré-Escolas nas Escolas Básicas, para crianças de 4 a 5 anos de idade, no horário de funcionamento da Unidade;
- IV. Escolas de Período Integral para crianças de 6 a 11 anos, nas Unidades Escolares contempladas pelo programa.

Art. 19. A ordem de matrícula para educação integral dar-se-á através da análise do cadastro do educando, observados os seguintes critérios:

- a) os Pais ou Responsáveis comprovadamente trabalhando;
- b) a criança deve estar sob guarda legal de um dos pais ou outro parente (avós, tios, etc), ou mesmo com família de apoio ou adotado;
- c) a família que apresentar a menor renda mensal;
- d) a família ou a criança que apresentar algum fator de risco social terá preferência na lista de candidatos;
- e) a criança deverá ter idade inferior a 12 (doze) anos (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Art. 2º). Considerando que a família não deve permitir a permanência da criança sem acompanhamento, porém, legalmente, o adolescente tem a permissão de permanecer em casa sem acompanhamento dos pais e ou responsáveis;
- f) a criança não poderá estudar em outra Unidade Escolar;
- g) a criança deverá obrigatoriamente frequentar todas as atividades curriculares e extras curriculares no contra turno, pois não são opcionais e sim parte do modelo escolar escolhido pela família. As referidas atividades no contra turno fazem parte do histórico escolar e terão controle de frequência. Caso a criança cometa faltas constantes sem justificativas (Atestado Médico) perderá a vaga.

CAPÍTULO X DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS

Art. 20. A educação de Jovens e Adultos será ofertada em sede própria.

Parágrafo Único – A matrícula será realizada na secretaria da Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos – EMEJA, para jovens e adultos com idade superior a 15 anos.

Art. 21. A matrícula será ofertada durante todo o período letivo.

Art. 22. A documentação para efetuar a matrícula será:

- I. Carteira de Identidade;
- II. CPF;
- III. Comprovante de residência;
- IV. Histórico escolar.

CAPÍTULO XI DO TRANSPORTE ESCOLAR

Art. 23. O benefício do Transporte Escolar é direito dos alunos que atendem às especificações, em conformidade com a legislação que nor-teia o recebimento financeiro dos repasses aos municípios, conforme critérios:

- I.residência em área rural e ou urbana;
- II.distância, residência/escola, de 3 (três) ou mais quilômetros;
- III.renda per capita, igual ou inferior aos valores estipulados pelo Poder Executivo Municipal;
- IV. distância, residência/escola, de 2 km (dois quilômetros) ou mais, no caso de alunos residentes em bairros que não possuam Unidades Escolares no entorno de sua comunidade ou que possuam Unidades Escolares, mas não ofereçam vagas para determinadas séries/anos.

Art. 24. Além das especificações acima, deverá ser respeitado o zoneamento de matrícula para recebimento do benefício do Transporte Escolar.

Parágrafo Único. A matrícula em escola de preferência, desde que respeitado o zoneamento é direito e dever dos pais; sendo que, os pais que optarem não matricular seus filhos na Unidade Escolar próxima à residência, estarão se responsabilizando pelo Transporte Escolar dos mesmos.

Art. 25. Alunos que residirem em Área Rural, em endereços que não oferecem Linha Coletiva de ônibus, a uma distância mínima residência/ escola de 1,5 km receberão benefício do Transporte Escolar.

Art. 26. O recebimento do benefício do Transporte Escolar, estará sujeito à deferimento ou indeferimento de cadastro, por meio do Departamento de Programas e Projetos – Coordenadoria do Transporte Escolar, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 27. O cadastro para recebimento do Transporte Escolar, deve ser preenchido no ato da matrícula e/ou rematrícula na Unidade Escolar, anexando ao cadastro: cópia de comprovante de residência, de renda familiar e termo de responsabilidade assinado pelos pais e ou responsáveis.

Art. 28. Todos os campos do cadastro devem ser preenchidos corretamente e, é responsabilidade da Unidade Escolar, encaminhá-lo à Secretaria Municipal de Educação, informando à família, que o recebimento do benefício do Transporte Escolar iniciará após a análise e dar-se-á retorno sobre deferimento ou indeferimento à Unidade Escolar.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29. É garantida a matrícula de alunos na Educação Básica a qualquer tempo.

Art. 30. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Matrícula de cada Unidade Escolar e se necessário, conjuntamente com a Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 06 de outubro de 2016

ALCIONE TERESINHA HINKE
Secretária Municipal de Educação

EDITAL Nº 10/2016

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL

Artigo 1º - A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, torna público que está disponível no site www.institutoexcelenciapr.com.br, no Anexo Único, que integra este edital, a lista de Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Edital nº 010/2016.

Artigo 2º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul - SC, 10 de Outubro de 2016.

FERNANDO TURECK
PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL -SC

ANEXO ÚNICO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS – BAIRRO 1º DE MAIO

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Curso Introdu-tório
1	5319221	14/11/1990	68226	JEAN FERNANDO DOS SANTOS	60,00	APTO
2	5311358	08/09/1990	70679	MARCELO SCHPAK	54,50	APTO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS – BAIRRO 25 DE JULHO

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Curso Introdutório
1	54962811	11/01/1991	68802	KATHLEEN CARDOSO DA SILVA	57,00	APTO
2	3271986	15/07/1978	69472	NEUZI ISABEL DE SIQUEIRA ROSA	51,50	APTO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS – BAIRRO ALPINO

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Curso Introdutório
1	4128374	19/08/1982	68809	CLEONICE BARBOZA RANK	54,00	APTO
2	4316190	15/02/1984	68697	JOSIANE BACHEL	52,00	APTO
3	4341835	30/12/1981	70376	ADRIANE TOMELIN WOHL	51,50	APTO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS – BAIRRO BOEHMERWALD

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Curso Introdutório
1	2376686	26/01/1974	69656	GILMARA DAVID DE LIMA SILVA	71,50	APTO
2	2762672	08/09/1972	70565	TANIA RENILDA NEUBAUER ZUMBACH	63,50	APTO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS – BAIRRO CENTENÁRIO

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Curso Introdutório
1	5494311	15/12/1997	70241	MATHEUS SABELSKI ALMEIDA	71,50	APTO
2	5841214	06/12/1994	68805	WILLIAN HEY	63,00	APTO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS – BAIRRO CRUZEIRO

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Curso Introdutório
1	106396485	23/05/1990	69893	TATIANE EDVACH CEZANOVSKI	66,50	APTO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS – BAIRRO MATO PRETO

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Curso Introdutório
1	10917896	10/02/1965	70314	MARI STELA MENDES BRUHMULLER	55,00	APTO
2	4174631	22/12/1982	68772	CRISTINE DE SOUZA OLEINIK	51,50	APTO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS – BAIRRO VILA PILZ

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Curso Introdutório
1	6215267	21/11/1992	69430	JESSICA DE ANDRADE	51,50	APTO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS – BAIRRO PROGRESSO

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Curso Introdutório
1	4316168	28/07/1994	70004	ANDREY LEONARDO THOMÉ	68,50	APTO
2	4963891	24/02/1990	69916	ANA PAULA ALEXIA	51,50	APTO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS – BAIRRO SERRA ALTA

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Curso Introdutório
1	4281495	11/10/1992	70247	FELIPE LUIS NUNES	63,00	APTO
2	5933738	13/08/1991	69411	MARIA HELENA DE SOUZA	60,50	APTO
3	4780655	06/03/1997	68419	HENRIQUE GOERTLER	58,00	APTO
4	4425045	01/02/1986	70466	SIMONE DE SIQUEIRA	58,00	APTO
5	4961728	25/12/1985	69636	SONIA APARECIDA BREGER DA CRUZ	57,50	APTO
6	3618577	06/10/1986	70027	FLAVIO LUIS PEREIRA	54,00	APTO
7	444431573	07/08/1984	70706	SHIRLEY NEPPEL	51,50	APTO
8	6088818	16/10/1993	68581	BEATRIZ APARECIDA DE SOUSA	51,00	APTO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS – BAIRRO URCA

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Curso Introdutório
1	5457571	28/02/1991	70648	ELISA LINZMEYER GRANEMANN DE OLIVEIRA	63,00	APTO
2	5344667	22/08/1989	68599	DANIELE CUSTODIO MACIEL PAES	62,50	APTO
3	6206193	19/12/1994	68632	ELISANGELA CHAVES JACOBOWSKI	57,50	APTO
4	5085917	27/03/1992	68111	KÁTIA REGINA LOURENÇO DA CRUZ	57,50	APTO
5	674384	05/06/1998	68963	DEBORA ALVES ROSA	52,00	APTO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS – BAIRRO VILA SÃO PAULO

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Curso Introdutório
1	3520886	04/03/1979	69705	SELMA DO ROCIO NUNES	60,00	APTO
2	5230136	14/11/1989	69092	THAIS GOES DOS SANTOS ZACZESKI	60,00	APTO
3	3271760	15/07/1977	69923	CLARICE LUSIA PREISLER	59,50	APTO
4	5494867	23/08/1988	69223	PATRICIA ALESSANDRA RODRIGUES DE SOUZA	54,50	APTO
5	6437591	02/03/1998	68629	KAMILA ALENCAR DA SILVA	52,00	APTO
6	4425046	01/04/1991	70304	SABRINE DE SIQUEIRA	52,00	APTO

CARGO: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total
1	4616744	07/12/1988	69784	KELI PEREIRA DE SOUZA DA LUZ	79,50
2	4793340	07/05/1996	70575	GABRIEL NEUMANN	79,50
3	5457424	17/11/1992	68391	FLAVIA REGINA DUMS	77,00
4	6437102	08/11/1996	70617	ERNANE LADER	71,00
5	6057192	27/06/1993	68435	VERA PATRÍCIA PILAT	71,00
6	123018389	25/11/1997	68905	ANA PAULA NASCIMENTO RADZINSKI	68,50
7	3618593	27/01/1980	70487	MICHELE MACHADO	68,50
8	4406074	31/05/1988	68454	LAYANNA STHEFANNY SANTOS	68,50
9	4777504	10/04/1990	70104	TARCILA TELES DE CAMPOS	68,00
10	65077280	01/06/1977	69555	YURY VASHCHENKO	66,00
11	6115865	10/01/1996	69190	FABRÍCIO LIDANI	66,00
12	5085012	18/08/1988	68738	JHONATA BENJAMIM DOS SANTOS	65,50
13	1095074	11/12/1968	69610	DENISE BEATRIZ HUBL	63,50
14	5085692	06/11/1997	70477	LEONARDO PLOSAI	60,50
15	5841019	27/06/1995	69762	GABRIEL KASCHMARSKY	60,00
16	5344652	25/06/1991	68551	CRISTIANE MALLMANN	60,00
17	2375579	05/08/1975	70231	MAISA ESTER ROHDE	57,50
18	3396438	10/06/1980	68479	JEFERSON BAUER	54,50
19	4707542	22/02/1982	68804	ELISIANE VARELLA	54,00
20	4281192	19/11/1987	68128	FRANCIELE FERREIRA DE LIMA	54,00
21	5230547	07/07/1989	68645	MARCOS PAULO HAMMES	54,00
22	6487034	02/10/1979	69620	CLOVIS CORDEIRO DE LIMA	54,00
23	6654406	12/01/1996	69020	MARCOS VIEIRA MACHADO	51,50
24	6612166	13/08/1996	70107	REÍLTON GOMES DE ANDRADE	51,50

ERRATA A JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 183/2016

ERRATA A JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 183/2016

No Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC nº 2097, de 06 de outubro de 2016, página 328, na publicação da JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 183/2016,

Onde se lê: "II – Contratado: FSB SERVIÇOS PÓSTUMOS LTDA - ME", leia-se: "II – Contratado: PLANALTO SERRANO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME (FUNERÁRIA TREML)".

PORTARIA Nº 12727/2016

PORTARIA Nº 12727, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016

Revoga Portaria nº 11457/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 05 de outubro de 2016, a Portaria nº 11457/2016 que designou PAULO ROBERTO SCHEIDE para responder interinamente pelo cargo de Diretor Presidente da Fundação Municipal de Desportos.

São Bento do Sul, 07 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12728/2016

PORTARIA Nº 12728, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016

Revoga Portaria nº 11458/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 06 de outubro de 2016, a Portaria nº 11458/2016 que designou OSMAR TELMA para responder interinamente pelo cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

São Bento do Sul, 07 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12729/2016

PORTARIA Nº 12729, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016

Nomeia Secretário

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 06 de outubro de 2016, LIRIO VOLPI, no cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

São Bento do Sul, 07 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12730/2016

PORTARIA Nº 12730, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016

Nomeia Diretor Presidente

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 05 de outubro de 2016, LUIS NERI PEREIRA, no cargo de Diretor Presidente da Fundação Municipal de Desportos.

São Bento do Sul, 07 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12731/2016

PORTARIA Nº 12731, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera Diretor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a partir de 07 de outubro de 2016, RAFAEL MUEHLBAUER, do cargo de Diretor do Departamento de Turismo, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

São Bento do Sul, 07 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12732/2016

PORTARIA Nº 12732, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

Designa para Desempenhar a Função de Especialista em Assuntos Educacionais

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais e nos termos do art.18, § 3º e art. 25, ambos da Lei nº 945/2004, e

Considerando o que consta no memorando interno nº 398, de 06 de outubro de 2016, oriundo do Departamento de Recursos Humanos,

RESOLVE:

Designar, a partir de 31 de março de 2016, a servidora CELINA CIESLINSKI CORDEIRO, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, para desempenhar a função de Especialista em Assuntos Educacionais, na EBM Baselisse Virmond, com gratificação de 10% (dez por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 07 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

São Cristóvão do Sul

PREFEITURA

EDITAL 29/2016 DL 5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2016 DISPENSA Nº 5/2016

O Município de São Cristóvão do Sul, torna publico a Dispensa nº 5/2016, Processo de Licitação nº 29/2016 para locação da sala para Funcionamento da Casa da Cidadania – Fórum Municipal, em favor de LUIS CARLOS PELISSARI, inscrito no CPF sob nº 384.190.170-00. São Cristóvão do Sul (SC), 01 de setembro de 2016. SISI BLIND – Prefeita Municipal

EDITAL 31/2016 DL 6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2016 DISPENSA Nº 6/2016

O Município de São Cristóvão do Sul, torna publico a Dispensa nº 2/2016, Processo de Licitação nº 12/2016 para prestação de serviço especializado de leiloeira oficial, para realização de leilão público de bens inservíveis, em favor de JULIO RAMOS LUZ, inscrito no CPF sob nº 582.420.409-82. São Cristóvão do Sul (SC), 13 de setembro de 2016. SISI BLIND – Prefeita Municipal

EDITAL 32/2016 DL 7

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2016 DISPENSA Nº 7/2016

O Município de São Cristóvão do Sul, torna publico a Dispensa nº 7/2016, Processo de Licitação nº 32/2016, para locação da sala para Funcionamento de Cursos junto à Assistência Social, em favor de MITRA DIOCESANA LAGES, inscrito no CNPJ sob nº 84.950.633/0016-37. São Cristóvão do Sul (SC), 13 de setembro de 2016. SISI BLIND – Prefeita Municipal

EDITAL 33/2016 DL 8

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2016 DISPENSA Nº 7/2016

O Município de São Cristóvão do Sul, torna publico a Dispensa nº 7/2016, Processo de Licitação nº 33/2016 para prestação de serviço de locação e atualização de sistemas de informática, em favor de BETHA SISTEMAS LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67. São Cristóvão do Sul (SC), 13 de setembro de 2016. SISI BLIND – Prefeita Municipal

EDITAL 34/2016 DL 9

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2016 DISPENSA Nº 9/2016

O Município de São Cristóvão do Sul, torna publico a Dispensa nº 9/2016, Processo de Licitação nº 34/2016 para prestação de serviço de locação e atualização de sistemas de informática, em favor de PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 95.836.771/0001-20. São Cristóvão do Sul (SC), 13 de setembro de 2016. SISI BLIND – Prefeita Municipal

São Domingos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº6.2016 - CAMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS CNPJ: 00.442.100/0001-78 RUA SÃO CRISTÓVÃO, 380 C.E.P.: 89835-000 - São Domingos - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 5/2016 - DL
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 6/2016 Data do Processo: 03/10/2016

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 6/2016

A Comissão Permanente de Licitação, da entidade CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Decreto nº. 306/2016, de 14/01/2016, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 07/10/2016, às 14:00 horas, no endereço, RUA SÃO CRISTÓVÃO, 380, São Domingos-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 5/2016-DL na modalidade Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado.

Objeto da Licitação:

Prestação de serviços relativo a pacote de viagem, para 08 (oito) passageiros, visando a participação da Câmara Jovem de São Domingos em eventos e atividades na cidade de Florianópolis-SC entre os dias 08 e 09 de Novembro de 2016, incluindo transfer São Domingos/aeroporto Chapecó/São Domingos, transfer aeroporto/hotel/aeroporto e transfer hotel/Assembleia Legislativa/hotel na cidade de Florianópolis, bem como estadia e alimentação para todo período.

São Domingos, 3 de Outubro de 2016.

BEATRIZ HENNERICH
Presidente da Comissão de Licitação

São João do Sul

PREFEITURA

LICITAÇÃO Nº 54/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 54/2016

Modalidade – Pregão Presencial nº 25/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE VEÍCULOS (CAÇAMBAS) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 08h e 15 min do dia 21/10/2016, com abertura dos envelopes prevista para as 08h e 30 min do dia 21/10/2016. A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08h às 12h e das 13h30 min às 17h 30min, ou pelo e-mail licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 07 de Outubro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

DECRETO Nº 7000/2016

DECRETO Nº 7000/2016

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 008/2015, datado de 08 de setembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica contratada para o ano letivo de 2016 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidora.

FUNCIÓNÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
FABIANA LOURDES MARIA BENTO VERMOHLER	Auxiliar de Sala	40 Horas	29/09/2016

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29/09/2016.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 7001/2016

DECRETO Nº 7001/2016

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 008/2015, datado de 08 de setembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica contratada para o ano letivo de 2016 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidora.

FUNCIÓNÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
FERNANDA CIDRAL MULLER	Professor-M	40 Horas	28/09/2016

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28/09/2016.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 7017/2016

DECRETO Nº 7017/2016

CESSA EFEITOS DO DECRETO 787/2013.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam cessados os efeitos do Decreto 787/2013 de 07 de março de 2013, que concede à servidora EDEGAR AGOSTINO KREMER, a função gratificada de Supervisora de Setor, nível FG-SU.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7019/2016

DECRETO Nº 7019/2016

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Conceder ao servidor CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA CALDAS, matrícula Nº 3.425-8, a função gratificada de Chefe de Divisão, nível FG-CH.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7024/2016

DECRETO Nº 7024/2016

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Conceder ao servidor ANDERSON SEBASTIÃO CHAVES, matrícula Nº 21.637, a função gratificada de Chefe de Divisão, nível FG-CH.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7032/2016

DECRETO Nº 7032/2016

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 7018/2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 7018 de 04 de outubro de 2016, que exonerou a Sra. ANNA PAULA DE MATOS do cargo de Coordenador de Fiscalização de Transportes – CCM 5, com lotação na Secretaria da Segurança, Defesa Social e Trânsito.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de outubro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7033/2016

DECRETO Nº 7033/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor LUIZ FERNANDO DE AQUINO do cargo de Secretário Executivo de Projetos Especiais - SM, com lotação na Secretaria Executiva de Projetos Especiais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7034/2016

DECRETO Nº 7034/2016
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado LUIZ FERNANDO DE AQUINO para o cargo em comissão de Assessor de Planejamento Urbano – CCM 8, com lotação no Gabinete do Prefeito, nos termos da Lei Complementar nº 032/2009.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7035/2016

DECRETO Nº 7035/2016
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado RODRIGO DE ANDRADE para exercer o cargo de Secretário Executivo de Projetos Especiais - SM, com lotação na Secretaria Executiva de Projetos Especiais, nos termos da Lei Complementar N.º 014, de 06 de dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7036/2016

DECRETO Nº 7036/2016

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora JULIA CRISTINA DA SILVA do cargo de COORDENADORA DE GINÁSIO – CCM 5, com lotação na Fundação Municipal de Esporte e Lazer.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7037/2016

DECRETO Nº 7037/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado JULIO CÉSAR DA SILVA para exercer o cargo de COORDENADOR DE GINÁSIO – CCM 5, com lotação na Fundação Municipal de Esporte e Lazer, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 011/2016 CONCURSO PÚBLICO 001/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 011/2016

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

A Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO dos candidatos(as) aprovados(as) no CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2016, abaixo relacionados(as), para comparecerem mediante agendamento, nos termos do item 14.1 do Edital, à Secretaria de Administração - Diretoria de Recursos Humanos - 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n - Praia Comprida - São José/SC, munidos de seus documentos pessoais para dar início a nomeação

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
MARINA PAULA DARROIT	Assistente Social	23
MAYARA ZIMMERMANN GELSLEICHTER	Assistente Social	24

São José, 06 de outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 1.295/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 1.295/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ARTIGO 66, INCISO IV DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ-SC,

RESOLVE:

I – DESIGNAR a Comissão responsável pela coordenação e análise dos requerimentos referentes ao usufruto do benefício da licença-prêmio para o ano letivo de 2017, em conformidade com o estabelecido na Portaria nº 1.294/2016, integrada pelos seguintes membros:

CARLA LÚCIA NASCIMENTO
GRAZIELA NUNES DA SILVA TESKE
JENAIR MARIA PATRÍCIO
PATRÍCIA SERRATINE DA PAIXÃO
VERA LÚCIA SABINO

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de outubro de 2016.

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação
São José - SC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 1.294/2016
ESTABELECE CRITÉRIOS PARA O USUFRUTO DO BENEFÍCIO DE LICENÇA-PRÊMIO DOS SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DE PROVI-
MENTO EFETIVO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, PARA O ANO LETIVO DE 2017.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e pelas demais disposições contidas na Legislação Municipal,
CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação e planejamento letivo e orçamentário, no usufruto do benefício de licença-prêmio dos servidores, para o ano letivo de 2016;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.761/1995, em seus artigos 112, 113 e 114 que dispõem sobre a concessão de licença – prêmio;
RESOLVE:

Art. 1º - Organizar o escalonamento de usufruto do benefício de licença-prêmio, para os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo da Secretaria da Educação interessados em usufruí-la, com base nas disposições desta Portaria.

Parágrafo único - O escalonamento de que trata o caput deste artigo não poderá exceder a 10% (dez por cento) do total dos servidores que atuam na Unidade Escolar de lotação e/ou na manutenção da Secretaria de Educação, a cada ano letivo, sendo distribuídos 5% (cinco por cento) em cada semestre letivo.

Art. 2º - Havendo servidores interessados em usufruir a licença-prêmio em percentual maior do que o limite estabelecido no § 1º do artigo anterior, deverão ser observados os seguintes critérios:

- I- Estar em efetivo exercício na função para a qual foi nomeado em concurso público;
- II- Maior tempo de serviço no município de São José (tempo de efetivo);
- III- Maior número de licenças concedidas e não usufruídas;
- IV- Maior idade (data de nascimento);
- V- Não ter aumento de carga horária para o ano letivo do usufruto da licença.

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 1.294/2016

Art. 3º - O período para solicitação de usufruto do benefício da licença-prêmio ficará a critério do servidor.

§ 1º - Recomenda-se que o período para usufruto do benefício integral (três meses) da licença-prêmio deverá coincidir com o início e/ou término do ano letivo; ou período seguido de licença gestação.

§ 2º - Ficam excetuados às normas de que trata o § 1º deste artigo, aqueles servidores que, comprovadamente, estão completando o interstício aposentatório.

§ 3º- O período de usufruto da licença-prêmio, para os servidores que desejarem o fracionamento da mesma, será entre os meses de maio e agosto.

§ 4º- Excepcionalmente, o servidor que necessitar usufruir a licença em outro período que não os relacionados acima, deverá protocolar um requerimento no centro de atendimento ao cidadão especificando os motivos do pedido. A Secretaria da Educação analisará o requerimento baseada nos seguintes critérios:

- I- A possibilidade de adequar o quadro de pessoal para garantir o desenvolvimento das atividades na unidade educativa.
- II- Respeitada a porcentagem determinada no parágrafo único do artigo 1º desta portaria.

Art. 4º - As unidades de ensino deverão promover as inscrições, para o planejamento de concessão do usufruto do benefício da licença-prêmio dos servidores estáveis, integrantes do seu quadro de pessoal, para o primeiro e segundo semestres, respectivamente, do ano letivo de 2017, no período de 10 a 25 de outubro de 2016, e encaminhar o relatório para o Setor Administrativo/Pedagógico da Secretaria de Educação, impreterivelmente até o dia 04 de novembro de 2016.

§ 1º - No documento que informa a escala, deverão constar os nomes dos servidores, a matrícula funcional, o quinquênio aquisitivo e o período de usufruto do benefício da licença-prêmio.

§ 2º - O servidor só poderá solicitar a inclusão na escala de usufruto do benefício da licença-prêmio após o deferimento de parecer, com menção ao período aquisitivo.

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 1.294/2016

§ 3º Até 15 de dezembro, a Secretaria Municipal de Educação publicará no Diário Oficial dos Municípios – DOM, divulgará na página da Prefeitura Municipal de São José e encaminhará para cada unidade de ensino, a relação dos pedidos deferidos para o usufruto da licença - prêmio no ano de 2017, constando o período da licença.

Art. 5º - Compete ao Setor de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, quando para efeito de substituição do servidor em licença - prêmio, remanejar, reorganizar e adequar o quadro de pessoal.

Art. 6º - O servidor, devidamente escalado para o usufruto do benefício da licença-prêmio, que, a pedido, precisar modificar ou interromper o seu gozo, deverá solicitar ao Setor Administrativo/Pedagógico a retificação com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do início da licença, devidamente justificada.

Parágrafo único - Iniciado o período de usufruto do benefício da licença-prêmio, de 3 (três) meses ou fracionado, este não poderá ser interrompido.

Art. 7º - Ao servidor que estiver respondendo processo de sindicância ou processo administrativo-disciplinar fica indeferido o usufruto do benefício da licença-prêmio.

Art. 8º - Não será autorizada a concessão de licença-prêmio para o servidor que alterou sua lotação e/ou aumentou a carga horária no ano letivo de 2017.

Art. 9º - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação.

Art. 10 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São José (SC), 04 de outubro de 2016.

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação
São José – SC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2016 – PROCESSO Nº 354/2016 – PROC. ADM. 17707/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2016 – Processo nº 354/2016 – Proc. Adm. 17707/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE 01 (UM) VEÍCULO DO TIPO MOTOCICLETA, MODELO BIG TRAIL, BICILÍNDRICO, 4 TEMPOS, DOHC COM REFRIGERAÇÃO, DESTINADO A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 10 de outubro de 2016 às 18h00min até dia 21 de outubro de 2016, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h00min do dia 21 de outubro de 2016. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2016 – PROCESSO Nº 495/2016 – PROC. ADM. 20531/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2016 – Processo nº 495/2016 – Proc. Adm. 20531/2016. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS (TIPO RADIAL), COM CERTIFICADO DO INMETRO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO 7º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 10 de outubro de 2016 às 18h00min até dia 21 de outubro de 2016, às 16h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 16h00min do dia 21 de outubro de 2016. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

RESOLUÇÃO Nº 015/2016/CMI

RESOLUÇÃO Nº 015/2016/CMI

DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA A APURAÇÃO DE DENÚNCIA REFERENTE À ENTIDADE REDE SOCIAL COMUNITÁRIA PRÓ-ENVELHECIMENTO SADIO DE SÃO JOSÉ, ENCAMINHADA AO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM DETRIMENTO DO MEMORANDO 1309/2016 DA PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL E DO OFÍCIO 1467/2016, PROVENIENTE DA 11ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOSÉ.

O Conselho Municipal do Idoso de São José, órgão permanente, paritário, deliberativo e consultivo, com objetivos de formular políticas públicas para o idoso, assim como exercer o controle das ações, conforme o artigo 204, II da Constituição da República, promovendo seu implemento, assegurando-lhes seus direitos sociais, promovendo sua ampla total e irrestrita cidadania, criado por força da Lei Federal n.10741/2003 (Estatuto do Idoso), regido pelas leis municipais n. 4.599/2007 (Política Municipal do Idoso) e n. 5.490/2015 (Fundo Municipal do Idoso); conforme deliberado na reunião plenária de 03 de outubro 2016,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal do Brasil;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 48 parágrafo único e o artigo 52 da lei 10741/2003;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 8º, da Lei Municipal nº 4599/2007;
CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 08/2015/CMI;
CONSIDERANDO a deliberação da Reunião Plenária Extraordinária do dia 03 de outubro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo para a apuração de denúncia referente à entidade Rede Social Comunitária Pró-envelhecimento Sadio de São José, encaminhada ao Conselho Municipal do Idoso de São José pela Secretaria de Assistência Social em detrimento do memorando 1309/2016 da procuradoria geral municipal e do ofício 1467/2016, proveniente da 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de São José.
Art. 2º - Competirá à Secretaria Executiva proceder à notificação a entidade Rede Social Comunitária Pró-envelhecimento Sadio de São José.

Art. 3º - Compete às Comissões de legislação, regulamento e normas e a comissão de ética e fiscalização apurar os fatos, objeto do presente processo administrativo.

Art. 4º - Caso verificada a veracidade dos fatos objeto do presente processo administrativo a entidade será notificada para apresentar defesa administrativa em observância ao contraditório.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 6º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 03 de outubro de 2016.

César Maximiliano Simões
Conselheiro Presidente do CMI

RESOLUÇÃO Nº 016/2016/CMI

RESOLUÇÃO Nº 016/2016/CMI

DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA A APURAÇÃO DE DENÚNCIA REFERENTE À ENTIDADE FUNDAÇÃO ESCOLA ACELINO PEREIRA – FEAP, ENCAMINHADA AO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM DETRIMENTO DO MEMORANDO 1309/2016 DA PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL E DO OFÍCIO 1467/2016, PROVENIENTE DA 11ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOSÉ.

O Conselho Municipal do Idoso de São José, órgão permanente, paritário, deliberativo e consultivo, com objetivos de formular políticas públicas para o idoso, assim como exercer o controle das ações, conforme o artigo 204, II da Constituição da República, promovendo seu implemento, assegurando-lhes seus direitos sociais, promovendo sua ampla total e irrestrita cidadania, criado por força da Lei Federal n.10741/2003 (Estatuto do Idoso), regido pelas leis municipais n. 4.599/2007 (Política Municipal do Idoso) e n. 5.490/2015 (Fundo Municipal do Idoso); conforme deliberado na reunião plenária de 03 de outubro 2016,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal do Brasil;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 48 parágrafo único e o artigo 52 da lei 10741/2003;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 8º, da Lei Municipal nº 4599/2007;
CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 08/2015/CMI;
CONSIDERANDO a deliberação da Reunião Plenária Extraordinária do dia 03 de outubro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo para a apuração de denúncia referente à entidade Fundação Escola Acelino Pereira – FEAP, encaminhada ao Conselho Municipal do Idoso São José pela Secretaria de Assistência Social em detrimento do memorando 1309/2016 da procuradoria geral municipal e do ofício 1467/2016, proveniente da 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de São José.

Art. 2º - Competirá à Secretaria Executiva proceder à notificação a entidade Fundação Escola Acelino Pereira – FEAP.

Art. 3º - Compete às Comissões de legislação, regulamento e normas e a comissão de ética e fiscalização apurar os fatos, objeto do presente processo administrativo.

Art. 4º - Caso verificada a veracidade dos fatos objeto do presente processo administrativo a entidade será notificada para apresentar defesa administrativa em observância ao contraditório.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 6º – Publique-se na forma da Lei.

São José, 03 de outubro de 2016.

César Maximiliano Simões
Conselheiro Presidente do CMI

RESOLUÇÃO Nº. 010/COMAD/2016

RESOLUÇÃO Nº. 010/COMAD/2016

APROVA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DO PLANO DE TRABALHO, ORÇAMENTO ANUAL E DOS RECURSOS FINANCEIROS DO CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS DE SÃO JOSÉ – COMAD/SJ (BIÊNIO 2015/2017).

O Conselho Municipal Antidrogas de São José – COMAD/SJ, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Municipal nº 4.047 de 17 de novembro de 2003 e, conforme aprovado na Reunião Ordinária de 27 de setembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a composição da Comissão do Plano de Trabalho, Orçamento Anual e dos Recursos Financeiros do Conselho Municipal Antidrogas de São José – COMAD/SJ (Biênio 2015/2017), com os seguintes membros:

I - César Maximiliano Simões;

II - Eliane Magalhães Rosa;

III - Carlos Alfredo Schmidt;

IV - Ozair dos Santos;

V - Vilson Simas.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José, 27 de setembro de 2016.

ELIANE MAGALHÃES ROSA
Conselheira Presidente do COMADSJ

RESOLUÇÃO Nº. 011/COMAD/2016

RESOLUÇÃO Nº. 011/COMAD/2016

APROVA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEMÁTICA DE PREVENÇÃO PRIMÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS DE SÃO JOSÉ – COMAD/SJ (BIÊNIO 2015/2017).

O Conselho Municipal Antidrogas de São José – COMAD/SJ, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Municipal nº 4.047 de 17 de novembro de 2003 e, conforme aprovado na reunião ordinária de 27 de setembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a composição da Comissão Temática de Prevenção Primária do Conselho Municipal Antidrogas de São José – COMAD/SJ – Biênio 2015/2017, com os seguintes membros:

I - Angela Gonçalves;

II- Débora Augusto da Silva e Silva;

III - Jorge Paixão de Bairros;

IV - Maria Aparecida de Souza Macedo.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José, 27 de setembro de 2016.

ELIANE MAGALHÃES ROSA
Conselheira Presidente do COMAD/SJ

RESOLUÇÃO Nº. 012/COMAD/2016

RESOLUÇÃO Nº. 012/COMAD/2016

APROVA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEMÁTICA DE PREVENÇÃO SECUNDÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS DE SÃO JOSÉ – COMAD/SJ (BIÊNIO 2015/2017).

O Conselho Municipal Antidrogas de São José – COMAD/SJ, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Municipal nº 4.047 de 17 de novembro de 2003 e, conforme aprovado na Reunião Ordinária de 27 de setembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a composição da Comissão Temática de Prevenção Secundária do Conselho Municipal Antidrogas de São José – COMAD/SJ (Biênio 2015/2017), com os seguintes membros:

- I - Antônio Martins dos Santos
- II - Hellen Cristina Ribeiro Soares
- III - Cinthia Regina Barroso
- IV - Idvânia Silveira

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José, 27 de setembro de 2016.

ELIANE MAGALHÃES ROSA
Conselheira Presidente do COMAD/SJ

RESOLUÇÃO Nº. 013/COMAD/2016

RESOLUÇÃO Nº. 013/COMAD/2016

APROVA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEMÁTICA DE PREVENÇÃO TERCIÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS DE SÃO JOSÉ – COMAD/SJ (BIÊNIO 2015/2017).

O Conselho Municipal Antidrogas de São José – COMAD/SJ, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Municipal nº 4.047 de 17 de novembro de 2003 e, conforme aprovado na Reunião Ordinária de 27 de setembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a composição da Comissão Temática de Prevenção Terciária do Conselho Municipal Antidrogas de São José – COMAD/SJ (Biênio 2015/2017), com os seguintes membros:

- I - Dâmaris Regina Zamproga;
- II - José Vitor da Silva Filho
- III - Nicolas Isoppo;
- IV - Ednilson Tadeu Menezes;
- V - Claudemir Ribeiro.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José, 27 de setembro de 2016.

ELIANE MAGALHÃES ROSA
Conselheira Presidente do COMAD/SJ

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 087/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 087/2016 - Processo nº 325/2016 – Proc. Adm. 16148/2016. Fornecedor: ILSO PFLEGER & CIA LTDA-ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA para eventual PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS LOCAIS DE RESPONSABILIDADE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 30.000,00 – trinta mil reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 5899/2016

DECRETO Nº 5.899, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE NOVO HORÁRIO DE TRABALHO PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC”.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto nos incisos IX e X do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO QUE, esta é uma das medidas de contenção de gastos que visam o reequilíbrio das contas públicas, com vistas ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal bem como por razões de interesse público e economicidade,

DECRETA:

Art. 1º. A jornada de trabalho para os Servidores Públicos Municipais de São José do Cedro passa a ser das 7 horas às 13 horas, de segunda a sexta-feira, a partir do dia 10 de outubro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (escolas e creches) e o Conselho Tutelar permanecerão com horário normal de suas atividades.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 06 de outubro de 2016.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.488, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.488, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso I, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME			
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME			
12.361.4505.2.050 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0036	190	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.263 de 23 de dezembro de 2015 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de outubro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 49/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATORIO N° 49/2016.

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO.

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", para execução de Obra de muro de contenção em alvenaria de pedra de basalto argamassadas, conforme projeto de engenharia, memorial descritivo, cronograma e orçamento em anexo, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 26/10/2016. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n.º 8.666/93, e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 10 de outubro de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH – Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 50/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2016

O Fundo Municipal de Saúde, a partir da Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço Por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais de estrutura metálica com cobertura de polícarbonato destinada a fachada para abrigo dos pacientes da Secretaria Municipal da Saúde sito a Rua Guilherme José Missen, 289, Centro do Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 07h45min do dia 24 de outubro de 2016.

Abertura: às 08h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 10 de outubro de 2016.

KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA

Gestora do Fundo

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 02/2016

RESOLUÇÃO Nº 002/2016

DISPÕE SOBRE A JORNADA DE TRABALHO, CONTROLE DE FREQUÊNCIA E “BANCO DE HORAS” DOS SERVIDORES QUE OCUPAM CARGOS COMISSIONADOS NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, RESOLUÇÃO Nº 04/92 (REGIMENTO INTERNO) E A DECISÃO UNÂNIME DOS SRS. VEREADORES,

FAÇO saber a todos os habitantes do Município de São Miguel do Oeste, que o Plenário desta Corte aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

CONSIDERANDO recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no sentido de regulamentar a jornada laboral dos servidores do Poder Legislativo Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar e organizar o seu gerenciamento no âmbito deste Tribunal;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar as atividades extraordinárias dos Servidores do Poder Legislativo que ocupam cargos Comissionados;

CONSIDERANDO os Princípios da Legalidade e da Moralidade;

CONSIDERANDO por fim, a necessidade de estabelecer medidas que visem preservar os interesses funcionais sem afetar os Princípios que regem a Administração Pública.

RESOLVE:

Art. 1º A jornada de trabalho dos servidores que ocupam Cargos Comissionados no Poder Legislativo de São Miguel do Oeste é aquela rigorosamente prevista para cada caso na Lei Complementar nº 20 /2013, observada a duração máxima de 40 (quarenta) horas semanais e, para todos os casos, o máximo de 8 (oito) horas diárias.

§ 1º A jornada excepcional de trabalho dos servidores comissionados do Poder Legislativo será regulamentada excepcionalmente pela Presidência da Casa em casos de necessidade a bem do serviço público.

§ 2º A redução ou majoração da jornada de trabalho servidores comissionados do Poder Legislativo de São Miguel do Oeste respeitará a irredutibilidade de vencimentos e será precedida de lei específica, respeitadas as ressalvas desta resolução, respeitando-se as garantias funcionais estabelecidas na LC 20/2013, o interesse público e os princípios da Administração Pública.

Art. 2º Em qualquer hipótese, fica vedado aos ocupantes de Cargos Comissionados do Poder Legislativo o recebimento de remunerações proveniente do exercício de horas extraordinárias.

§1º Os ocupantes de Cargos Comissionados do Poder Legislativo não estão obrigados a exercer atividades extraordinárias, estando vedados de registrar controle de trabalho através de “ponto” acima da jornada regular estabelecida na LC 020/2013.

§2º. Aplica-se o defeso do caput e do parágrafo anterior às sessões parlamentares por estarem inseridas nas atribuições de assessoramento exclusivo do respectivo parlamentar conforme preconiza a LC 020/2013.

§3º. Em casos excepcionais os servidores comissionados poderão ser convocados pela Presidência da Casa para participação de eventos especiais a bem do serviço público.

Art. 2º Os ocupantes de Cargos Comissionados do Poder Legislativo, cujas jornadas sejam diferenciadas do padrão de 40 (quarenta) horas

semanais, poderão cumprir turno diferenciado, compensando-se o período no prazo máximo de 30 dias contados da ocorrência, respeitando-se o interesse e a conveniência do serviço público.

Art. 3º Ponto é o registro de ingresso e saída do servidor para execução do serviço, por meio do qual se verifica, diariamente, a sua frequência.

§ 1º A utilização indevida do registro de ponto será apurada em processo administrativo disciplinar nos termos da Lei destinada aos servidores efetivos do Poder Legislativo.

§ 2º Caso ocorra registro de ponto de um servidor por outro ou de qualquer outra irregularidade relativa ao seu registro, o fato deverá ser comunicado imediatamente ao superior hierárquico para a adoção de providências.

Art. 4º A frequência do servidor deverá ser registrada exclusivamente por meio de sistema informatizado de ponto eletrônico por identificação biométrica.

§ 1º É dever dos servidores registrar diariamente sua frequência dentro do período definido como de expediente ordinário.

§ 2º O registro de frequência fora do horário de expediente ordinário, sem autorização da Presidência, deverá ser comunicado à Secretaria Executiva para que seja desconsiderado.

§ 4º O registro eletrônico de ponto será o único meio de comprovação das horas laboradas e utilizadas para efeito de serviço extraordinário, quando autorizado.

§ 5º Na impossibilidade definitiva de leitura dos dados biométricos pelo sistema de ponto eletrônico, o servidor deverá imediatamente comunicar o departamento de Recursos Humanos.

Art.7º As ausências diárias justificadas, totais ou parciais, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, poderão ser compensadas:

I – No prazo de 30 dias da ocorrência, desde haja concordância com a Secretaria Executiva;

II – até o limite do saldo do “banco de horas”;

Parágrafo único - Não havendo a compensação prevista no caput, será efetuado o desconto proporcional na remuneração do servidor, automaticamente, no mês subsequente ao fato gerador.

Art.9º Para efeitos desta Resolução, serviço extraordinário é aquele que exceder a jornada de trabalho diária, bem como aquele prestado aos sábados, domingos e feriados.

Art.10. Em casos excepcionais de emergência, a Presidência, e/ou a Secretaria da Casa poderá convocar os servidores de que trata esta resolução para prestar serviço extraordinário.

Art.11. Os serviços extraordinários prestados pelos servidores ocupantes de Cargos Comissionados do Poder Legislativo, obedecerá as regras desta Resolução e não serão remunerados, contudo, poderá haver compensação pelo critério de “banco de horas”.

Art.12. Todo e qualquer serviço extraordinário prestado por servidores comissionados só será considerado para fins de anotação de créditos em banco de horas, para compensação futura.

Parágrafo único: O serviço extraordinário prestado sem autorização será desconsiderado para qualquer finalidade.

Art.13. Para o fim de anotação de créditos em banco de horas e compensação futura, aplicar-se-á 100% (cem por cento) das horas trabalhadas que deverão ser compensadas num prazo de trinta dias da ocorrência.

Art.14. É defeso a acumulação de saldo de “banco de horas”, além da permissão desta Resolução.

Parágrafo único: Em caso de desligamento ou licença média da Câmara de vereadores, o saldo eventualmente existente no banco de horas será inutilizado, não servindo para qualquer efeito legal, sobretudo em relação a rescisão contratual ou eventuais indenizações.

Art.15. Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de setembro de 2016.

Art.16. Os casos omissos serão regulamentados pela Presidência por ato próprio e específico.

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 2016.

Vereador Idemar José Guaresi

Presidente da Câmara Municipal

Vereador Juarez da Silva

1º Secretário da Mesa Diretora

Certifico que a presente Resolução,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

Izanir Zandoná
Secretário Executivo

TERMO ADITIVO 03/2016 AO CONTRATO 008/2015 MKANET

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DE VALOR E SERVIÇOS

A câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste torna público o seguinte termo aditivo:

TERMO ADITIVO Nº 003/2016 ao contrato Nº 08/2015

Objeto: Fica suprimido do contrato o valor de R\$ 55,00 mensais e R\$ 220,00 para o ano de 2016 pelo período de setembro a dezembro de 2016, passando a vigorar a mensalidade de R\$ 350,00 a partir do mês de setembro de 2016 e assim sucessivamente dentro da vigência do contrato primitivo.

CONTRATADO: MKANET SERVIÇOS E COMERCIO DE INFORMÁTICA LTDA.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

PORTARIA N.º 319/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 319/2016

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor CARLINHO SCHMITT, ocupante do cargo de Professor II, lotado na Secretaria de Educação e Cultura.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor CARLINHO SCHMITT, pelo período de 80 (oitenta) dias, a contar da data de 04/10/2016, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de outubro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.899/2016 DE 4 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 3.899/2016 de 4 de outubro de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS

06.02.25.752.3003.2.310 - Manutenção da Iluminação Pública

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0008 - Material de Consumo R\$ 1.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS

06.02.25.752.3003.2.310 - Manutenção da Iluminação Pública

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0008 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 04 de outubro de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

NOTIFICAÇÃO 01/2016- SMSGA

NOTIFICAÇÃO 01/2016- SMSGA

Fica a empresa LB ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 08.621.772/0001-52, NOTIFICADA do inadimplemento do Contrato de nº 297/2015, firmado com o Município de Schroeder, eis que, tendo efetuado a entrega do Objeto do referido contrato, a saber, fornecimento e instalação de gerador de Energia, não cumpriu o estabelecido no anexo XI, Item 3.17.6, alínea b, do Edital de Tomada de Preços nº 08/2015_PMS, no que se refere à garantia, visto que o equipamento entregue apresenta problemas no Alternador, o que impossibilita seu uso.

Por essa notificação, a empresa terá o prazo de 10 dias uteis para adimplir o contrato, efetuando a substituição do equipamento defeituoso ou sanar o vício do produto.

Não adimplindo o contrato no prazo acima, fica a empresa desde já ciente quanto às penalidades previstas na, Cláusula Sétima do Contrato, nos termos do art. 87 da Lei e Licitações e demais cominações legais, e querendo, poderá apresentar justificativa em 10 (dez) dias uteis.

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Assim, permanecendo a Contratada inadimplente com a obrigação assumida, e a defesa se apresentada, sendo indeferida, ensejará as aplicação das sanções previstas em lei.

Schroeder, 06 de outubro de 2016.

RESOLUÇÃO Nº. 017/2016-CMS

RESOLUÇÃO Nº. 017/2016-CMS

APROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, ATRAVES DE LICITAÇÃO).

O Conselho Municipal de Saúde, por maioria dos votos dos Conselheiros presentes na reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, de 05 de outubro de 2016 RESOLVE APROVAR a contratação de serviço de ginecologia e obstetrícia, através de licitação.

Assim, a Presidente do Conselho Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo V do Art. 18 da Lei Municipal nº 1.586

de 05 de outubro de 2007, Assina a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que seja devidamente Publicada.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder/SC, 05 de outubro de 2016.

Marilei Lenzi Tomaselli

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO Nº. 018/2016-CMS

RESOLUÇÃO Nº. 018/2016-CMS

APROVAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DOS MESES DE JULHO E AGOSTO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

O Conselho Municipal de Saúde, por maioria dos votos dos Conselheiros presentes na reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, de 05 de outubro de 2016 RESOLVE APROVAR a análise das contas do fundo municipal de saúde dos meses de julho e agosto de dois mil e dezesseis .

Assim, a Presidente do Conselho Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo V do Art. 18 da Lei Municipal nº 1.586 de 05 de outubro de 2007, Assina a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que seja devidamente Publicada.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder/SC, 05 de outubro de 2016.

Marilei Lenzi Tomaselli

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

DISPENSA Nº 38/2016-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 38/2016 - DL
	Processo Nr.: 69/2016 Data: 07/10/2016

Folha: 1/2

Fornecedor: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA Endereço: V EX PAUL FRITZ KUEHNRIICH,1515 - Cidade: BLUMENAU - SC CNPJ: 03.033.589/0001-12	Código: 7270 Inscrição Estadual: 253.869.366
Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos e materiais/insumos médicos para atender a ACIP nº 0900322-15.2016.8.24.0026 para atender da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	ASPIRADOR PORTÁTIL 1,3LTS ASPIRAMAX	UN	378,60	378,60
2	1,00	NEBULIZADOR DARU NEBULAR PLUS	UN	129,55	129,55
3	1,00	FRASCO PARA ASPIRADOR POLIPROPILENO C/TAMPA 5 LT PROTEC (NÃO AUTOCLAVAVEL)	UN	150,00	150,00
4	1,00	BOLSA VÁLVULA MÁSCARA PEDIÁTRICA GOODCOME	UN	16,60	16,60
5	120,00	FRASCO DE DIETA ENTERAL 300ML BIOSANI	UN	0,79	94,80
6	240,00	EQUIPOS MACROGOTAS PARA DIETA DESCARPACK	UN	1,10	264,00
7	496,00	SONDAS PARA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 06	UN	3,96	1.964,16
8	496,00	LUVAS ESTEREIS PARA TOQUE	PAR	0,98	486,08
9	5,00	ROLO DE CADARÇO	RL	22,90	114,50
10	5,00	ROLO DE MICROPORE	RL	10,10	50,50

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação, que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA

Criança/adolescente portadora de "síndrome com malformação congênita que acometem múltiplos sistemas(CID Q.87)".

Schroeder, 7 de Outubro de 2016

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 38/2016 - DL

Processo Nr.: 69/2016
Data: 07/10/2016

Folha: 2/2

06/10/2016

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 6 de Outubro de 2016

Valor da Despesa:

3.648,79 (três mil seiscentos e quarenta e oito reais e setenta e nove centavos)

Pagamento.....:

15 dias após recebimento do documento fiscal

Seara

PREFEITURA

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 058/2016- PL 087/2016 - FORN. HC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 087/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 043/2016

Pregão Presencial nº. 058/2016

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC., neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Laci Grigolo, brasileira, casada, RG n.º 1.870.996, CPF n.º 982.428.739/68, residente e domiciliada na rua Albino Sordi, nº 69, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa HC Suprimentos Ltda – ME, CNPJ n.º 17.951.624/0001-97, estabelecida na Av. La Salle, nº. 599, bairro La Salle, nº. 818, Xanxerê, SC, neste ato representada pelo Sr. Valdoir Roberto Colli, brasileiro, divorciado, empresário, RG nº. 1.128.300 SSP/SC, CPF nº. 605.365.359-49, residente e domiciliado na Av. La Salle, nº. 599, bairro La Salle, nº. 818, Xanxerê, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 058/2016, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de cartuchos, fitas e toner para impressão, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 33.603,00 (trinta e três mil, seiscentos e três reais) são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 07/10/2016, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 06/10/2017.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 058/2016, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 07/10/2016.

Laci Grigolo
Município de Seara
Contratante

Valdoir Roberto Colli
HC Suprimentos Ltda – ME
Contratada

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 058/2016- PL 087/2016 - FORN. LEO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 087/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 043/2016

Pregão Presencial nº. 058/2016

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC., neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Laci Grigolo, brasileira, casada, RG n.º 1.870.996, CPF n.º 982.428.739/68, residente e domiciliada na rua Albino Sordi, nº 69, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Leo Guliani – ME, CNPJ n.º 15.160.300/0001-05, estabelecida na rua Erwin Johann Laier, nº. 157, bairro Da Gruta, Concórdia, SC, neste ato representada pelo Sr. Leo Guliani, brasileiro, solteiro, empresário, RG nº. 3.935.644, CPF nº. 049.432.409-09, residente e domiciliado rua Erwin Johann Laier, nº. 157, bairro Da Gruta, Concórdia, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 058/2016, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de cartuchos, fitas e toner para impressão, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 19.955,00 (dezenove mil, novecentos e cinquenta e cinco reais) são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 07/10/2016, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 06/10/2017.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 058/2016, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 07/10/2016.

Laci Grigolo
Município de Seara
Contratante

Leo Guliani
Leo Guliani – ME
Contratada

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 058/2016- PL 087/2016 - FORN. TESSARO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 087/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2016
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 043/2016
Pregão Presencial nº. 058/2016
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC., neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Laci Grigolo, brasileira, casada, RG n.º 1.870.996, CPF n.º 982.428.739/68, residente e domiciliada na rua Albino Sordi, n.º 69, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Roberto Tessaro e Cia Ltda, CNPJ n.º 85.248.680/0001-10, estabelecida na Avenida XV de Novembro, n.º. 818, centro, Joaçaba, SC, neste ato representada pelo Sr. Fabio Andre Loraschi, brasileiro, casado, RG nº. 2632264, CPF nº. 749.263.819-15, residente e domiciliado na rua Manoel França s/n, bairro Menino Deus, Joaçaba, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 058/2016, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de cartuchos, fitas e toner para impressão, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 10.665,50 (dez mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos) são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 07/10/2016, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 06/10/2017.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 058/2016, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 07/10/2016.

Laci Grigolo
Município de Seara
Contratante

Fabio Andre Loraschi
Roberto Tessaro e Cia Ltda
Contratada

ITENS P. P. Nº.058/2016- PL 087/2016 - FORN. HC

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtdde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 87/2016 Fornecedor: 12023 Licitação: 58/2016 - PR - HC SUPRIMENTOS LTDA - ME Data da Homologação: 07/10/2016									
1	74627	CARTUCHO DE IMPRESSÃO, ORIGINAL HP 122XL COD. CH563HB, PRETO, 08ML	HP	UN	50,000	0,0000	104,5000	5.225,00	Venceu
2	74628	CARTUCHO DE IMPRESSÃO, ORIGINAL HP 122XL COD. CH564HB, COLORIDO, 06ML	HP	UN	50,000	0,0000	104,0000	5.200,00	Venceu
6	74638	CARTUCHO DE IMPRESSÃO, ORIGINAL HP 22XL COD. C9352CL, COLORIDO, 11ML	HP	UN	30,000	0,0000	101,0000	3.030,00	Venceu
7	84383	CARTUCHO ORIGINAL HP 662 XL 6,5ML PRETO	HP	UN	20,000	0,0000	74,5000	1.490,00	Venceu
8	84384	CARTUCHO ORIGINAL HP 662 XL 8ML COLORIDO	HP	UN	20,000	0,0000	83,0000	1.660,00	Venceu
9	86797	TONER CB540A ORIGINAL	HP	UN	15,000	0,0000	265,0000	3.975,00	Venceu
10	86798	TONER CB541A ORIGINAL	HP	UN	5,000	0,0000	265,0000	1.325,00	Venceu
11	86799	TONER CB542A ORIGINAL	HP	UN	5,000	0,0000	265,0000	1.325,00	Venceu
12	86800	TONER CB543A ORIGINAL	HP	UN	5,000	0,0000	265,0000	1.325,00	Venceu
13	82017	TONNER HP 12A ORIGINAL	HP	UN	5,000	0,0000	245,0000	1.225,00	Venceu
16	74641	CARTUCHO DE IMPRESSÃO, ORIGINAL HP 74XL COD. CB336WL, PRETO, 18ML	HP	UN	16,000	0,0000	145,0000	2.320,00	Venceu
17	74642	CARTUCHO DE IMPRESSÃO, ORIGINAL HP 75XL COD. CB338WL, COLORIDO, 12ML	HP	UN	16,000	0,0000	148,0000	2.368,00	Venceu
29	3392372	TONER HP CE 505A HP ORIGINAL	HP	UN	1,000	0,0000	275,0000	275,00	Venceu
44	74643	CARTUCHO DE IMPRESSÃO, ORIGINAL HP 96 COD. C8767WL, PRETO, 21ML	HP	UN	10,000	0,0000	128,0000	1.280,00	Venceu
45	74644	CARTUCHO DE IMPRESSÃO, ORIGINAL HP 97 COD. C9663WL, COLORIDO, 14ML	HP	UN	10,000	0,0000	158,0000	1.580,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			33.603,00	

Seara, 7 de Outubro de 2016.

ITENS P. P. Nº.058/2016- PL 087/2016 - FORN. LEO

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 87/2016 Licitação: 58/2016 - PR Data da Homologação: 07/10/2016 Fornecedor: 12128 - LEO GULIANI - ME									
3	74639	CARTUCHO DE IMPRESSÃO, ORIGINAL HP 27 COD. C8727AL, PRETO, 10ML	HP	UN	20,000	0,0000	80,0000	1.600,00	Venceu
4	74640	CARTUCHO DE IMPRESSÃO, ORIGINAL HP 28 COD. C8728AL COLOR, 08ML	HP	UN	20,000	0,0000	95,0000	1.900,00	Venceu
5	74637	CARTUCHO DE IMPRESSÃO, ORIGINAL HP 21XL COD. C9351CL, PRETO, 12ML	HP	UN	30,000	0,0000	90,0000	2.700,00	Venceu
14	74625	CARTUCHO DE IMPRESSÃO, ORIGINAL HP 60XL COD. CG641WB, PRETO, 12ML	HP	UN	20,000	0,0000	130,0000	2.600,00	Venceu
15	74626	CARTUCHO DE IMPRESSÃO, ORIGINAL HP 60XL COD. CG644WB, COLORIDO, 11ML	HP	UN	20,000	0,0000	140,0000	2.800,00	Venceu
30	3392373	TONER HP 53A ORIGINAL	HP	UN	1,000	0,0000	313,0000	313,00	Venceu
36	3392379	CARTUCHO 105 XL- 14N0822 PRETO ORIGINAL (LEXMARK)	LEXMARK	UN	20,000	0,0000	53,9000	1.078,00	Venceu
37	3392416	CARTUCHO 100 XL CIANO 14 N 1070 ORIGINAL (LEXMARK)	LEXMARK	UN	20,000	0,0000	63,9000	1.278,00	Venceu
38	3392380	CARTUCHO 100 XL MAGENTA 14 N 1070 ORIGINAL (LEXMARK)	LEXMARK	UN	20,000	0,0000	63,9000	1.278,00	Venceu
39	3392381	CARTUCHO 100 XL AMARELA 14 N 1071 ORIGINAL (LEXMARK)	LEXMARK	UN	20,000	0,0000	63,9000	1.278,00	Venceu
46	85702	TONER COMPATÍVEL MLT 101S (SAMSUNG)	PREMIUM	UN	10,000	0,0000	89,5000	895,00	Venceu
47	86521	TONER COMPATÍVEL SAMSUNG SCX 4623F D105S	PREMIUM	UN	10,000	0,0000	89,5000	895,00	Venceu
48	81851	FITA PARA IMPRESSORA MATRICIAL EPSON LX 300	PREMIUM	UN	10,000	0,0000	12,4000	124,00	Venceu
49	3396225	FITA PARA IMPRESSORA EPSON FX 1180	PREMIUM	UN	10,000	0,0000	17,6000	176,00	Venceu
50	82689	TONNER HP 285 A COMPATÍVEL	PREMIUM	UN	10,000	0,0000	43,0000	430,00	Venceu
51	81229	TONNER COMPATÍVEL PARA IMPRESSORA - 85A HP	PREMIUM	UN	10,000	0,0000	41,0000	410,00	Venceu
52	3392415	TONNER HP 12A COMPATÍVEL	PREMIUM	UN	5,000	0,0000	40,0000	200,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->								19.955,00	

Seara, 7 de Outubro de 2016.

ITENS P. P. Nº.058/2016- PL 087/2016 - FORN. TESSARO

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 87/2016 Fornecedor: 10528 - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA Licitação: 58/2016 - PR Data da Homologação: 07/10/2016									
18	74632	CARTUCHO DE IMPRESSÃO, REMANUFATURADO HP 122XL COD. CH564HB, COLORIDO, 09ML	MASTERPRINT	UN	10,000	0,0000	48,3000	483,00	Venceu
19	74631	CARTUCHO DE IMPRESSÃO, REMANUFATURADO HP 122XL COD. CH563HB, PRETO, 19ML	MASTERPRINT	UN	10,000	0,0000	46,8000	468,00	Venceu
20	74645	CARTUCHO DE IMPRESSÃO, REMANUFATURADO HP 21XL COD. C9351CL, PRETO, 20ML	MASTERPRINT	UN	10,000	0,0000	44,0000	440,00	Venceu
21	74646	CARTUCHO DE IMPRESSÃO, REMANUFATURADO HP 22XL COD. C9352CL, COLORIDO, 12ML	MASTERPRINT	UN	10,000	0,0000	54,0000	540,00	Venceu
22	74647	CARTUCHO DE IMPRESSÃO, REMANUFATURADO HP 27 COD. C8727AL, PRETO, 14ML	MASTERPRINT	UN	10,000	0,0000	36,0000	360,00	Venceu
23	74648	CARTUCHO DE IMPRESSÃO, REMANUFATURADO HP 28 COD. C8728AL COLOR, 12ML	MASTERPRINT	UN	10,000	0,0000	54,0000	540,00	Venceu
24	74629	CARTUCHO DE IMPRESSÃO, REMANUFATURADO HP 60XL COD. CC641WB, PRETO, 20ML	MASTERPRINT	UN	10,000	0,0000	44,0000	440,00	Venceu
25	74630	CARTUCHO DE IMPRESSÃO, REMANUFATURADO HP 60XL COD. CC644WB, COLORIDO, 12ML	MASTERPRINT	UN	10,000	0,0000	55,0000	550,00	Venceu
26	74649	CARTUCHO DE IMPRESSÃO, REMANUFATURADO HP 74XL COD. CB336WL, PRETO, 25ML	MASTERPRINT	UN	10,000	0,0000	47,0000	470,00	Venceu
27	74650	CARTUCHO DE IMPRESSÃO, REMANUFATURADO HP 75XL COD. CB338WL, COLORIDO, 12ML	MASTERPRINT	UN	10,000	0,0000	49,5000	495,00	Venceu
28	82688	TONNER 2612 A COMPATÍVEL	MASETRPRINT	UN	5,000	0,0000	45,5000	227,50	Venceu
40	3392382	CARTUCHO 140 T PRETA 1401 ORIGINAL (EPSON)	EPSON	UN	20,000	0,0000	84,6000	1.692,00	Venceu
41	3392383	CARTUCHO 140 T CIANO 1402 ORIGINAL (EPSON)	EPSON	UN	20,000	0,0000	66,0000	1.320,00	Venceu
42	3392384	CARTUCHO 140 T MAGENTA 1403 ORIGINAL (EPSON)	EPSON	UN	20,000	0,0000	66,0000	1.320,00	Venceu
43	3392385	CARTUCHO 140 T AMARELA 1404 ORIGINAL (EPSON)	EPSON	UN	20,000	0,0000	66,0000	1.320,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			10.665,50	

Seara, 7 de Outubro de 2016.

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 163/2016

DECRETO Nº 163/2016 DE 30 DE SETEMBRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO
ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 1050/2015 de 10/12/2015 e Decreto nº 063/2016 de 25/04/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), nos programas e verbas abaixo discriminadas e constantes dos anexos da Lei Municipal nº 1.050/2015 de 10/12/2015,

Órgão: 10:00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 10.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.03.0001 – Superávit Recursos Ordinários

Despesa: 31 R\$ 300.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), são provenientes do Superávit Financeiro do Exercício anterior apurado pelo Decreto nº 063/2016 de 25/04/2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de setembro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Sombrio

PREFEITURA

DEC. 358/2016

DECRETO Nº 358, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do SAMAE - Serv. Autônomo Munic. de Água e Esgoto, crédito suplementar, no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

12.01 - SAMAE - Serv. Auton. Municipal de Água e Esgoto
2.035 - Operação do Sistema de Abastecimento de Água
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
..... R\$ 230.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 20.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 03 de outubro de 2016.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DEC. 359/2016

DECRETO Nº 359, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
2.048 - Manut. Convênio Rádio Patrulha
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (151) - Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

03.01 - SECRETARIA MUNIC. DE FINANÇAS
2.007 - Gestão da Secretaria de Finanças
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (20) - Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

05.04 - DIRET. DE ASSIST. TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

2.030 - Pagamento de Estagiários

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (81) - Aplicações Diretas
..... R\$ 240.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação da fonte 80 (Recursos Próprios).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 03 de outubro de 2016.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 214/2016

DECRETO Nº 214, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIANE CIMA ROOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CELSON ANTONIO FAZZIONI, Prefeito Municipal em exercício de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

Considerando a licença atividade política da servidora ELIANE CIMA ROOS até a data de 02/10/2016, fica agora concedida a Licença Maternidade da mesma.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida a Licença Maternidade a Servidora Pública Municipal ELIANE CIMA ROOS, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, pelo período de 180 dias, a contar do dia 06.09.2016 até 04.03.2017, conforme atestado médico e Registro de Nascimento em anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 03 de outubro de 2016.

CELSON ANTONIO FAZZIONI
Prefeito Municipal em exercício

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT
Chefe de Gabinete

PREGÃO PRESENCIAL 024/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo nº 044/2016

Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº 024/2016

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (CARGOS DIVERSOS).

Entrega dos envelopes: 09:00 horas do dia 24 de outubro de 2016

Abertura dos envelopes: 09:15 horas do dia 24 de outubro de 2016

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 10 de outubro de 2016.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Timbó

PREFEITURA

ATA ANÁLISE DOCUMENTOS DISPENSA 21 2016 - FCT COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2016 - FCT

Às quinze horas e quinze minutos, do sexto dia, do mês de outubro de dois mil e dezesseis, na sala de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Barbara Luiza Poffo de Azevedo e Lourdes Moser, para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação nº 21/2016 – FCT.

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa (abaixo relacionados) apresentados pela empresa SEGVILLE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI EPP:

Ato Constitutivo	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28
Certidão Simplificada – JUCESC	
Especificações do Objeto e valor estimado-Termo de Referência	
Alvará 2016 – Secretaria da Fazenda-Município de Joinville	
Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica-CNPJ	Lei 8.666/93 Art. 29, I
Declaração de Situação e Regularidade de Empresa-Serviço Público Federal	
Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal)	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 “a”
Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Municipais de Joinville	Art. 29, III – Lei 8.666/93,
Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó	Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V
Certidão Falência, Concordada e Recuperação Judicial Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	
Credenciamento – outorgado: Lorival Kopsel, que pode representar a contratada na 26ª Festa do Imigrante	
Declarações Obrigatórias	
Declarações: que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos; que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública; que o ato constitutivo é vigente; que não é impedido de transacionar com a Administração Pública e que conhece e aceita todas as condições do referido edital e anexos.	Lei n.º 8.666/1993, inciso V do artigo 27, acrescido pela Lei n.º 9.584/1999 e incisos III e IV do art.87

Da análise destes documentos observa-se que a empresa está com a documentação regular.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

MARLISE THEILACKER
Presidente
BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro
LOURDES MOSER
Membro

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 10 2016 FMS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2016 – FMS

A Central de Licitações convoca, através do presente, a licitante PANIFICADORA BOM DIA LTDA - EPP, CNPJ nº 85.302.420/0001-85 a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 14/10/2016

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17h.

Timbó, 07 de outubro de 2016.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

DECRETO NO 4296, DE 19 DE SETEMBRO DE 2016

DECRETO No 4296, DE 19 DE SETEMBRO DE 2016

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1902, de 1º de março de 2016, no âmbito do Processo nº DAP-446,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

SECRETARIA DE SAÚDE - ALMOXARIFADO		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
1619	Escrivaninha 3 gavetas	40,00
1626	Pia com tampo	50,00
1627	Pia com tampo	50,00
1643	Arquivo de aço 4 gavetas	80,00
1655	Maca	60,00
1670	Estufa	180,00
1718	Luminária de haste	15,00
1735	Ventilador	15,00
1737	Fogareiro	15,00
1753	Banco estofado	30,00
8168	Prateleiras	35,00
8169	Prateleiras	35,00
8170	Prateleiras	35,00
8171	Prateleiras	35,00
8172	Prateleiras	35,00
8173	Prateleiras	35,00
8174	Prateleiras	35,00
8175	Prateleiras	35,00
8176	Prateleiras	35,00
8177	Prateleiras	35,00
8178	Prateleiras	35,00
8179	Prateleiras	35,00
8180	Prateleiras	35,00
8181	Prateleiras	35,00
8182	Prateleiras	35,00
8183	Prateleiras	35,00
8184	Prateleiras	35,00
8185	Prateleiras	35,00
8186	Prateleiras	35,00
8187	Prateleiras	35,00
8188	Prateleiras	35,00
8180	Prateleiras	35,00
8181	Prateleiras	35,00
8182	Prateleiras	35,00
8183	Prateleiras	35,00
8184	Prateleiras	35,00
8185	Prateleiras	35,00

8186	Prateleiras	35,00
8187	Prateleiras	35,00
8188	Prateleiras	35,00
8189	Prateleiras	35,00
12637	Teclado	20,00
12641	Suporte para televisor	25,00
14248	Extintor	68,00
27527	Sirene alarme	60,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – ASSESSORIA DE IMPRENSA		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
17480	Cadeira Diretor	248,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – TESOUREARIA		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
18417	Gaveteiro	200,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – TRIBUTOS		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
10838	Aparelho telefônico	29,50
SECRETARIA DE SAÚDE - ESF "NAÇÕES"		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
15093	Armário mdf	185,00
SECRETARIA DE SAÚDE - ESF "QUINTINO BOCAIUVA"		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
1561	Mocho	20,00
15888	Ventilador	45,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – UPE ALECRIM		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
1604	Cadeira Infantil	1,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – UPE VIOLETA		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
15230	Armário Executivo	259,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – UPE HORTENSIA		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
21705	Armário	295,50
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
20175	Gabinete de computador	2.500,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - CPD		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
865	Nobreak	40,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - PATRIMONIO		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
16	Armário de madeira	45,00
33	Suporte para cpu	1,00
153	Impressora	400,00
295	Cadeira marrom	10,00
589	Impressora matricial	200,00
665	Mesa	10,00
722	Impressora matricial	200,00
732	Suporte para cpu	5,00
922	Banco	30,00
1038	Estabilizador	20,00
1045	Impressora matricial	200,00
1192	Suporte para cpu	1,00
8487	Mesa para micro	50,00
8498	Mesa	30,00
8543	Estabilizador	50,00
12125	Mesa	135,00
12131	Rack	185,00
12146	Mesa redonda	105,00
12277	Rack	162,00
12313	Gaveteiro	155,00
12411	Microfone	115,00
12412	Microfone	115,00
12586	Gaveteiro	159,00

12589	Rack	228,00
12686	Gaveteiro	140,00
14257	Gaveteiro	204,00
16524	Monitor	1.050,00
16688	Monitor	400,00
17433	Cadeira	52,00
19348	Mesa sem gaveta	50,00
8601	Balcão virelli	60,00

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
779	Mesa 3 gavetas	120,00

SECRETARIA DE SAÚDE – PRONTO SOCORRO - OASE

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
175	Cadeira	10,00
436	Cadeira giratória	40,00
1143	Mesa para micro	70,00
1185	Cadeira	10,00
1218	Cadeira	10,00
1234	Banco estofado	40,00
1235	Banco estofado	40,00
1285	Cadeira cinza	10,00
1453	Cadeira curvin	10,00
1507	Banco estofado	40,00
1813	Mesa auxiliar	45,00
1833	Escada 2 degraus	10,00
9757	Mesa sem gavetas	101,00
16254	Escada 2 degraus	48,00
17557	Teclado	30,00
21003	Teclado	30,00
24566	Banqueta giratória	115,00
24567	Banqueta giratória	115,00
24681	Hamper	81,60
24682	Hamper	81,60
24683	Hamper	81,60
24684	Hamper	81,60
24697	Suporte para soro	200,00
24700	Suporte para soro	200,00
24703	Suporte para soro	200,00
24705	Suporte para soro	200,00
24748	Braçadeira para aparelho pressão metal	90,47

SECRETARIA DE SAÚDE – BENS TRANSITÓRIOS

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
545	Telefone sem fio	40,00
1135	Calculadora olivetti	40,00
1173	Mesa para micro	120,00
1177	Armário 2 portas	60,00
1182	Suporte para CPU	5,00
1289	Mesa para Micro	90,00
1335	Mesa para Micro	90,00
1360	Mesa para Micro	70,00
1367	Mesa para Micro	60,00
1634	Estufa esterilização	180,00
1773	Mesa para Micro	70,00
1786	Arquivo de aço	80,00
1790	Televisor marca Philips	180,00
1865	Cadeira de Rodas	50,00
1873	Biombo	60,00
8255	Arquivo de aço	100,00
8265	Receptor de parabólica	100,00
10197	Aparelho de pressão	165,50
10198	Aparelho de pressão	165,50
10199	Aparelho de pressão	165,50
10200	Aparelho de pressão	165,50
10201	Aparelho de pressão	165,50

10202	Aparelho de pressão	165,50
10203	Aparelho de pressão	165,50
10204	Aparelho de pressão	165,50
10205	Aparelho de pressão	165,50
10206	Aparelho de pressão	165,50
10207	Aparelho de pressão	165,50
10208	Aparelho de pressão	165,50
10213	Arquivo de aço	155,00
10228	Banco estofado	75,00
12365	Ventilador de teto	58,60
14365	Banco de madeira	270,00
14366	Banco de madeira	270,00
14367	Banco de madeira	270,00
14368	Banco de madeira	270,00
14369	Banco de madeira	270,00
14458	Prateleira	108,00
14459	Prateleira	108,00
14468	Saída autônoma	65,00
14488	Cama de solteiro	95,00
14489	Criado mudo	84,00
14743	Biombo duplo	97,00
14761	Suporte para soro	65,00
14786	Aparelho de pressão	49,00
14788	Estetoscópio	9,92
14789	Estetoscópio	9,92
14790	Estetoscópio	9,92
14791	Estetoscópio	9,92
14792	Estetoscópio	9,92
14793	Estetoscópio	9,92
14797	Estetoscópio	13,95
15091	Cadeira fixa	39,00
15097	Mesa 1 metro bege	115,00
15107	Biombo	138,90
15630	Pia inox	75,00
15967	Conjunto estante	103,00
15976	Detector fetal	295,00
16444	Cadeira executiva	198,00
16483	Liquidificador	104,69
16531	Divisor chassi	79,00
16532	Divisor chassi	123,00
16533	Divisor chassi	134,00
16534	Divisor chassi	169,00
16535	Divisor chassi	185,00
16536	Divisor chassi	79,00
16537	Divisor chassi	123,00
16538	Divisor chassi	185,00
16541	Cone de extensão	400,00
16634	Câmera digital	735,00
16640	Beliche	175,00
16641	Beliche	175,00
16642	Beliche	175,00
16675	Aquecedor	119,00
17273	Beliche	271,00
17289	Balança de banheiro	78,00
17290	Beliche	420,00
17291	Beliche	420,00
17293	Beliche	420,00
17295	Beliche	420,00
17900	Divã clinico	170,00
17906	Carrinho para cilindro	110,00
18303	Ventilador de parede	135,50
18311	Banco 3 lugares	210,00
18444	Guia prático	74,00
18463	Cadeira tipo papai	205,00

18464	Cadeira tipo papai	205,00
18476	Cama de solteiro	95,00
18490	Dicionário	80,00
18491	Dicionário	80,00
18492	Dicionário	80,00
18570	Ambu com reservatório	121,90
18571	Ambu com reservatório	121,90
18572	Ambu com reservatório	121,90
18894	Drive combo	120,00
18991	Cilindro oxigênio	523,80
19531	Umidificador	24,31
19542	Telefone	31,90
19548	Ventilador de teto	71,05
19756	Telefone	31,00
20173	Cadeira giratória	99,00
20177	Aparelho de pressão	115,00
20178	Aparelho de pressão	115,00
20187	Aparelho de pressão	110,00
20188	Aparelho de pressão	110,00
20189	Aparelho de pressão	110,00
20190	Aparelho de pressão	110,00
20191	Aparelho de pressão	110,00
20532	Estetoscópio	50,00
20533	Estetoscópio	50,00
20534	Estetoscópio	50,00
20535	Estetoscópio	50,00
20536	Estetoscópio	50,00
21739	Respiron	17,90
21740	Infra vermelho	69,58
25917	Hub 8	38,90

SECRETARIA DE SAÚDE

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
1239	Monitor	150,00
14892	Estabilizador	58,00
16023	Microcomputador AMD	2.300,00
16137	Monitor	600,00
16365	Aparelho de telefone	34,00
18001	Microcomputador intel	2.710,00
18002	Microcomputador	2.710,00
19491	Microcomputador	1.850,00
20924	Impressora laser	629,00
20961	Microcomputador	1.690,00
20967	Microcomputador	1.690,00
20971	Microcomputador	1.690,00
21001	Microcomputador	1.690,00
23017	Teclado USB	20,00
23020	Monitor lcd	288,00
23044	Computador	584,00
23333	Aparelho de telefone	34,30
23445	Aparelho de telefone	33,00
25050	Teclado	13,50
25286	Aparelho de telefone	33,00
25979	Impressora	1,00
26015	Aparelho de telefone	29,00
26755	Aparelho de telefone	31,50
26972	Hub 8	44,00
27917	Computador	1.100,00
27923	CPU	1.100,00
27966	Mouse	10,98
28032	Teclado	18,76
28033	Teclado	18,76
28034	Teclado	18,76
28035	Teclado	18,76
28036	Teclado	18,76

28037	Teclado	18,76
28050	Aparelho de telefone	40,00
28051	Aparelho de telefone	40,00
28052	Aparelho de telefone	40,00
28053	Aparelho de telefone	40,00
28054	Aparelho de telefone	40,00
28065	Aparelho de telefone	37,00
28066	Aparelho de telefone	37,00
28067	Aparelho de telefone	37,00
28068	Aparelho de telefone	37,00
28069	Aparelho de telefone	37,00
28108	Aparelho de telefone	45,00
28109	Aparelho de telefone	45,00
28110	Aparelho de telefone	45,00
28111	Aparelho de telefone	45,00
28112	Aparelho de telefone	45,00
29064	Aparelho de telefone	37,00
19501	Cpu atx	1.075,00
25980	Impressora hp	1,00
25981	Impressora hp	1,00
25982	Impressora hp	1,00
25983	Impressora hp	1,00
25984	Impressora hp	1,00
25985	Impressora hp	1,00
25986	Impressora hp	1,00
25987	Impressora hp	1,00
25988	Impressora hp	1,00
25989	Impressora hp	1,00
25990	Impressora hp	1,00
25991	Impressora hp	1,00
26442	Computador	3.990,00
27916	Computador	1.100,00
28042	Hub 8	59,00
28043	Hub 8	59,00
28044	Hub 8	59,00
28045	Hub 8	59,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no “caput” deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de setembro de 2016; 146o ano de Fundação; 82o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO NO 4308, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

DECRETO No 4308, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1902, de 1º de março de 2016, no âmbito do Processo nº DAP-447,

DECRETA:

Art. 1o Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

SECRETARIA DE SAÚDE – U.S. ARAPONGUINHAS

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
1380	Balança Pediátrica	70,00
12699	Balança Adulta	375,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
12817	Condicionador Split	2.198,50
25020	Monitor	1.878,00
27235	Teclado	16,30
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
16613	Telefone Panasonic	492,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – E.M. " SÃO ROQUE "		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
27188	Persiana	160,56
27189	Persiana	160,56
27190	Persiana	160,56
27191	Persiana	160,56
27192	Persiana	160,56
27193	Persiana	160,56
27194	Persiana	160,56
27195	Persiana	160,56
27196	Persiana	160,56
27197	Persiana	160,56
27198	Persiana	160,56
27199	Persiana	160,56
27200	Persiana	160,56
27201	Persiana	160,56
27202	Persiana	160,56
27203	Persiana	160,56
SECRETARIA DE SAÚDE – U.S. " CAPITAIS "		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
1122	Arquivo pasta suspensa	50,00
1190	Arquivo de aço	80,00
1337	Arquivo de aço	80,00
1392	Mesa para micro	90,00
1400	Balcão prateleira	50,00
1406	Refletor odontológico	25,00
1407	Cuspideira	150,00
1449	Pia com tampo de fibra	35,00
1462	Cabideiro	10,00
1473	Cadeira cinza	10,00
1487	Cadeira cinza	10,00
1497	Cadeira giratória cinza	40,00
1742	Pia com tampo inox	50,00
1747	Mesa de madeira	5,00
1775	Armário	60,00
1843	Cadeira preta	10,00
13058	Mesa	99,00
13059	Cadeira giratória	82,00
13072	Balança pediátrica	214,14
13092	Fogão a gás	195,00
13101	Relógio ponto	744,25
13107	Balcão mdf	480,00
13114	Telefone	36,50
13260	Banco estofado preto	30,00
13839	Bebedouro	260,00
14035	Fax Panasonic	869,00
15021	Cadeira fixa	43,00
15022	Cadeira fixa	43,00
15023	Cadeira fixa	43,00
15899	Armário estante	327,00
18478	Dicionário farmaco	80,00
18487	Dicionário farmaco	80,00
18493	Dicionário farmaco	80,00

19488	Forno de micro-ondas	229,00
19489	Aparelho de dvd	119,00
20974	Teclado	30,00
26813	Teclado	20,90
26814	Teclado	20,90
26989	Suporte para coletor de material perfurocortante	20,00
26990	Suporte para coletor de material perfurocortante	20,00
27058	Fantochê	163,00
27070	Kit multimídia	136,00
27414	Telefone	39,00
27460	Termômetro	43,88

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE PATRIMÔNIO

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
18344	No Break	225,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – NEI VIDA DE CRIANÇA

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
22208	Máquina de lavar	1.379,00
22490	Berço	129,00
22491	Berço	129,00
22492	Berço	129,00
22493	Berço	129,00
22494	Berço	129,00
22495	Berço	129,00
22791	Liquidificador	93,00
25838	Carrinho de bebe	343,00
25839	Carrinho de bebe	343,00
27174	Liquidificador	65,50

FUNDO MUNICIPAL REEQ. E MELHORIA DA POLICIA MILITAR

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
9795	Teclado retrátil	0,00
11213	Cadeira giratória	107,00
12957	Persiana	81,00
12960	Persiana	81,00
12961	Cadeira giratória	120,00
15167	Estabilizador	50,00
18974	Lanterna	512,00
18975	Lanterna	799,00
18976	Lanterna	799,00
18977	Lanterna	799,00
18978	Lanterna	799,00
18979	Lanterna	799,00
18980	Lanterna	799,00
18988	Lanterna	799,00
18989	Lanterna	799,00
18990	Lanterna	799,00
23439	Filmadora	4.600,00
27326	Refresqueira Juice	1.926,00

SECRETARIA DE SAÚDE – U.S. TIROLESES

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
26015	Telefone	29,00
27489	Telefone	34,90
27740	Teclado	14,00

SECRETARIA DE SAÚDE - U.S. CAPITAIS

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
13072	Balança Pediátrica	214,14
26369	Telefone	39,00

SECRETARIA DE SAÚDE – U.S. IMIGRANTES

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
16448	Pia inox	125,00

SECRETARIA DE SAÚDE – U.S. PADRE MARTINHO STEIN

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
16365	Telefone	34,00

SECRETARIA DE SAÚDE – U.S. POMERANOS

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
----------	----------------------	----------------

26008	Telefone	29,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – UPE ALECRIM		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
2641	Cadeira pré-escolar	6,00
2650	Cadeira pré-escolar	6,00
2680	Mesa fórmica infantil	6,00
2685	Pia com tampão	50,00
21957	Aparelho de Som	175,00
21958	Aparelho de Som	175,00
22347	Impressora Samsung	530,00
24137	Cadeira pré-escolar	53,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – ESCOLA MUNICIPAL TIROLESES		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
4061	Cadeira escolar	8,00
9653	Cadeira escolar	15,00
9674	Cadeira escolar	15,00
9684	Cadeira escolar	15,00
9951	Carteira escolar	48,00
10326	Carteira escolar	23,12
10470	Cadeira escolar	15,41
11646	Carteira escolar	37,00
13346	Escritivaninha	94,99
13350	Escritivaninha	94,99
13356	Escritivaninha	94,99
13745	Fogão industrial	494,18
16178	Impressora matricial Epson	1.249,00
21082	Aparelho cd	148,90
24298	Forno elétrico	325,00
SECRETARIA DE SAÚDE – VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
1140	Armário Melanina	60,00
1306	Cadeira cinza	10,00
SECRETARIA DE SAÚDE – BENS TRANSITÓRIOS		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
306	Cadeira	10,00
1241	Estabilizador	20,00
1361	Telefone	8,00
1819	Maca	60,00
1825	Maca	60,00
5228	Cadeira	10,00
14131	Suporte para soro	36,00
14789	Estetoscópio	9,92
15082	Cadeira	39,00
15083	Cadeira	39,00
15084	Cadeira	39,00
PREFEITURA MUNICIPAL – BENS TRANSITÓRIOS		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
62	Perfurador	1,00
66	Cadeira	40,00
67	Cadeira	40,00
178	Banqueta	5,00
486	Carteira	5,00
552	Perfurador	1,00
576	Teclado	5,00
627	Grampeador	1,00
917	Carteira	1,00
947	Teclado	5,00

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no “caput” deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de setembro de 2016; 146o ano de Fundação; 82o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4295, DE 19 DE SETEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4295, DE 19 DE SETEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 2.802.649,15.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26/11/2015 e Lei nº 2844, de 15/09/2016,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2016:

04.01.012.365.0020.1015.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.1015.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.1015.	MODERNIZAÇÃO DOS NEIS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	90.932,00
0.13658	TSALÁRIO EDUCAÇÃO	35.045,30
	TOTAL	125.977,30
04.01.012.365.0020.1017.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.1017.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.1017.	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DOS NEIS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	-
0.13658	TSALÁRIO EDUCAÇÃO	381.042,41
	TOTAL	381.042,41
04.02.012.365.0020.1021.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.1021.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.1021.	MODERNIZAÇÃO DAS UPES	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	17.784,61
0.13658	TSALÁRIO EDUCAÇÃO	4.350,00
	TOTAL	22.134,61
04.02.012.365.0020.1023.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.1023.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.1023.	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS UPES	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	120.971,66
0.13658	TSALÁRIO EDUCAÇÃO	110.262,30
	TOTAL	231.233,96
04.03.012.361.0022.1025.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.1025.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.1025.	MODERNIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	523.502,76
0.13658	TSALÁRIO EDUCAÇÃO	145.664,20
	TOTAL	669.166,96
04.03.012.361.0022.1027.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.1027.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.1027.	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS ESCOLAS DE ENSINO FUND.	

400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	834.279,80
0.13658	TSALÁRIO EDUCAÇÃO	538.814,11
	TOTAL	1.373.093,91

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 2.802.649,15 (dois milhões, oitocentos e dois mil, seiscentos e quarenta e nove reais e quinze centavos), autorizado pela Lei nº 2844, de 15 de setembro de 2016, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

04.01.012.365.0020.2042.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2042.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042.	MANUTENÇÃO DOS NEI'S	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	470.000,00
0.13658	SALÁRIO EDUCAÇÃO	338.814,11
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	30.000,00
0.13658	SALÁRIO EDUCAÇÃO	124.000,00
	TOTAL	962.814,11
04.02.012.365.0020.2046.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.2046.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.2046.	MANUTENÇÃO DAS UPES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	146.000,00
0.13658	SALÁRIO EDUCAÇÃO	90.000,00
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	84.000,00
0.13658	SALÁRIO EDUCAÇÃO	24.000,00
	TOTAL	344.000,00
04.03.012.361.0022.2050.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2050.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2050.	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	603.470,83
0.13658	SALÁRIO EDUCAÇÃO	354.364,21
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	254.000,00
0.13658	SALÁRIO EDUCAÇÃO	284.000,00
	TOTAL	1.495.835,04

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de setembro de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4297, DE 19 DE SETEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4297, DE 19 DE SETEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 7.500,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

16.03.008.244.0088.2292.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.03.008.244.0088.2292.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA	
16.03.008.244.0088.2292.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.3000	RECURSOS ORDINARIOS - SUPERAVIT	7.500,00
	TOTAL	7.500,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de setembro de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4298, DE 20 DE SETEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4298, DE 20 DE SETEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 167.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 167.000,00 (cento e sessenta e sete mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

13.01.018.542.0044.1285.	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE TIMBÓ	
13.01.018.542.0044.1285.	MEIO AMBIENTE	
13.01.018.542.0044.1285.	OBRAS E CONSTRUÇÕES - FMMA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	SUPERAVIT LIVRE	167.000,00
	TOTAL	167.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de setembro de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4299, DE 21 DE SETEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4299, DE 21 DE SETEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 200.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	VINCULO LIVRE	200.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de setembro de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4300, DE 21 DE SETEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4300, DE 21 DE SETEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação por transposição no valor de R\$ 200.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26/11/2015 e Lei nº 2841, de 30/06/2016,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado por transposição no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2016:

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	VINCULO LIVRE	200.000,00
	TOTAL	200.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), autorizado pela Lei nº 2841, de 30 de junho de 2016, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	VINCULO LIVRE	172.800,00
319100.00	APLIC. DEC. OPERAÇÕES ENTRE ORGAOS	
0.30000	VINCULO LIVRE	27.200,00
	TOTAL	200.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de setembro de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4301, DE 22 DE SETEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4301, DE 22 DE SETEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 100.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26/11/2015,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2016:

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.13864	Transf - SUS/União- ATENÇÃO BASICA	100.000,00
	TOTAL	100.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLIC. DEC. OPERAÇÕES ENTRE ORGAOS	
0.13864	Transf - SUS/União- ATENÇÃO BASICA	100.000,00
	TOTAL	100.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de setembro de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4302, DE 22 DE SETEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4302, DE 22 DE SETEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 180.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26/11/2015,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2016:

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	110.000,00
	TOTAL	110.000,00
06.01.022.661.0030.2062.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.01.022.661.0030.2062.	INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
06.01.022.661.0030.2062.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	

0.10000	VINCULO LIVRE	60.000,00
	TOTAL	60.000,00
07.01.015.121.0040.2082.	SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE	
07.01.015.121.0040.2082.	PLANEJAMENTO URBANO	
07.01.015.121.0040.2082.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
	TOTAL GERAL	180.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	110.000,00
	TOTAL	110.000,00
06.01.022.661.0030.2062.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.01.022.661.0030.2062.	INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
06.01.022.661.0030.2062.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLIC. DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	60.000,00
0.10000	VINCULO LIVRE	60.000,00
	TOTAL	
07.01.015.121.0040.2082.	SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE	
07.01.015.121.0040.2082.	PLANEJAMENTO URBANO	
07.01.015.121.0040.2082.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
	TOTAL GERAL	180.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de setembro de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4303, DE 22 DE SETEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4303, DE 22 DE SETEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 37.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26/11/2015,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2016:

25.01.017.512.0100.2304.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2304.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2304.	MANUTENCAO DOS SERVIÇOS DE AGUA	

300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319100.00	APLICAÇÕES ENTRE ORGAOS RPPS	
0.30000	Superavit Financeiro Ano anterior	20.000,00
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	Superavit Financeiro Ano anterior	15.000,00
	TOTAL	35.000,00
25.03.017.512.0104.2314	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2314	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2314	MAN. DOS SERVIÇOS DE ATERRO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	2.000,00
	TOTAL	2.000,00
	TOTAL ANULADO SAMAE	37.000,00
	RESUMO POR VÍNCULO	
0.30000	Superavit Financeiro Ano anterior	2.000,00
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	37.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

25.01.017.512.0100.2304.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2304.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2304.	MANUTENCAO DOS SERVIÇOS DE AGUA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	Superavit Financeiro Ano anterior	35.000,00
25.03.017.512.0104.2314	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2314	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2314	MAN. DOS SERVIÇOS DE ATERRO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319100.00	APLICAÇÕES ENTRE ORGAOS RPPS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	2.000,00
	TOTAL	2.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO SAMAE	37.000,00
	RESUMO POR VÍNCULO	
0.30000	Superavit Financeiro Ano anterior	35.000,00
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	2.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de setembro de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4305, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4305, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 35.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

24.01.026.782.0046.2260.	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - FUMTRAN	
24.01.026.782.0046.2260.	DEMUTRAN	
24.01.026.782.0046.2260.	MANUTENÇÃO DO DEMUTRAN	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	RECURSOS ORDINARIOS – SUPERAVIT FINANCEIRO	35.000,00
	TOTAL	35.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de setembro de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4307, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4307, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 400,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas “a” e “c” da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26/11/2015,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2016:

16.01.008.244.0086.2270.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.01.008.244.0086.2270.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.244.0086.2270.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	400,00
	TOTAL	400,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

16.01.008.244.0086.2270.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.01.008.244.0086.2270.	APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DEPARTAMENTO E DOS EQUIPAMENTOS	
16.01.008.244.0086.2270.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339100.00	APLICAÇÕES DIRETAS DECORRENTES DE OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	400,00
	TOTAL	400,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de setembro de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4309, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4309, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

DELEGA competência ao Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente para firmar Termo de Compromisso ou Termo de Ajustamento de Conduta nos processos de regularização dos parcelamentos do solo irregulares, e RATIFICA os Termos de Compromisso e ou ajustamento de conduta já subscritos.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II e VII e §1º c/c art. 70, inciso I, alíneas "f" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e

Considerando a Lei Complementar nº. 346/2007, a qual dispõe sobre a possibilidade de firmar termo de ajustamento de conduta para os loteamentos protocolizados e/ou comprovadamente consolidados até 31 de julho de 1998, bem como, a Lei Complementar nº 465/2015, que em seu artigo 76 estabelece que os proprietários de parcelamentos irregulares e/ou clandestinos existentes no Município poderão firmar Termo de Compromisso ou Termos de Ajustamento de Conduta, através dos órgãos competentes;

Considerando as competências da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente definidas pela Lei Complementar nº 196/2000, das quais destacamos:

Art. 12- Compete à Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, estruturada na forma do ANEXO VII, sob a titularidade do Secretario Municipal respectivo:

I - implementar e executar a política municipal de planejamento e urbanismo, e os preceitos do Plano Diretor;

(...)

VI - apresentar, coordenar ou dar encaminhamento à projetos especiais de interesse do Município;

(...)

IX - estudar, controlar, orientar, examinar e despachar processos de obras particulares ou públicas, inclusive parcelamentos de solo, expedindo os competentes alvarás;

X - organizar, executar, avaliar, controlar, fiscalizar e regulamentar as ações municipais na área de meio ambiente e trânsito, nos limites legais e em cooperação com os demais órgãos governamentais e não-governamentais competentes;

(...)

Considerando que o Decreto nº. 3329/2013, define em seu art. 1º a competência da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente para aprovar através de certidão, todas as modalidade de parcelamento do solo, após cumpridas todas as exigências legais;

DECRETA:

Art. 1º Fica DELEGADA ao Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente a competência para firmar Termo de Compromisso ou Termo de Ajustamento de Conduta nos processos de regularização de parcelamento do solo irregulares, nos termos disciplinados na Lei Complementar nº. 346/2007 e no art. 76 da Lei Complementar 465/2015.

Art. 2º Ficam RATIFICADOS os Termos de Compromisso e/ou Ajustamento de Conduta já subscritos pelo Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, na condição de representante do Município de Timbó para regularização dos parcelamentos do solo irregulares, notadamente o seguinte:

I – Termo Extrajudicial de Compromisso de Ajustamento de Conduta – “Loteamento Ralf Bublitz e Ingo Neitzel”.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de setembro de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4306, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4306, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

Fixa preços mínimos para comercialização de material reciclado pela Divisão de Resíduos Sólidos do SAMAE, e dá outras providências.

O Prefeito de Timbó/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, incisos VII, XX, XXII e XXV, c/c art. 70, inciso I, alíneas "i" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com fundamento nos artigos 71 e 72 da Lei Orgânica do Município, nos artigos 30, inciso V, e 175 da Constituição Federal, nos artigos 9º, 13 e 29, inciso V, da Lei Federal nº 8.987, de 13/02/1995, e no artigo 17, II, "e", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, e alterações posteriores, e

Considerando-se que o Município implantou o Processo de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em 02 de Junho de 2003;

Considerando-se que através da Portaria nº SAMAE -078, de 08 de julho de 2016, foi designada Comissão Especial de Avaliação de material reciclado para fins de alienação, tendo-se recebido o respectivo Laudo de Avaliação proposto pela mesma,

DECRETA:

Art.1º Fica homologado o Laudo de Avaliação, apresentado pela Comissão Especial de Avaliação, e fixada a tabela de preços mínimos para

comercialização, pelo SAMAE, dos resíduos sólidos reciclados pela Divisão de Resíduos Sólidos

Item	Qtd	Und	Descrição	Preço Mínimo por Unidade (R\$)
001	70.000	Kg	Papelão (reciclado)	0,25
002	100.000	Kg	Papel misto (reciclado)	0,15
003	5.000	Kg	Papel Kraft (reciclado)	0,15
004	16.000	Kg	Tetra Pack (embalagem longa vida) reciclado	0,15
005	20.000	Kg	Plástico pet refrigerante	1,00
006	4.000	Kg	Plástico pet azeite	0,45
007	8.000	Kg	Plástico PP Transparente (vinagre / álcool / shampoo)	1,35
008	4.000	Kg	Plástico duro branco leitoso	1,10
009	30.000	Kg	Plástico PEAD/PEAB (PT de margarina, leitoso colorido, balde,)	0,77
010	3.000	Kg	PVC e caixa de geladeira	0,25
011	2.000	Kg	Plástico PS copinhos	0,15
012	40.000	Kg	PE filme colorido limpo/sujo	0,20
013	30.000	Kg	PP filme colorido	0,10
014	1.500	Kg	Filme cristal limpo/sujo	0,90
015	350	Peça	Vidros de conserva grande	0,95
016	900	Peça	Garraão de vidro	1,30
017	60.000	Kg	Conservas pequenas, vidros e litros diversos	0,10
018	3.000	Kg	Caco escuro (vidros e litros diversos quebrados)	0,04
019	5.000	Kg	Caco claro (vidros e litros diversos quebrados)	0,05
020	1.200	Kg	Alumínios diversos	2,50
021	5.500	Kg	Alumínios latinhas	3,00
022	1.500	Kg	Motores elétricos para desmanche	0,40
023	200	Kg	Latão (torneiras e registros)	3,00
024	25.000	Kg	Lixo eletrônico	0,05
025	350	Kg	Isopor	0,10
026	500	Kg	Fios com capa	3,50
027	4.000	Litro	Óleo cozinha usado	0,35
028	100	Kg	Antimônio	2,00
029	80	Kg	Inox	1,60
030	40.000	Kg	Latas e sucatas bruta de ferro	0,15
031	20.000	Kg	Papéis, plásticos, vidros, metais e aproximadamente trinta por cento de rejeito (lixo orgânico)	0,05
032	20.000	Kg	Papéis, plásticos, vidros, metais e aproximadamente trinta por cento de rejeito (lixo orgânico)	0,05
033	20.000	Kg	Papéis, plásticos, vidros, metais e aproximadamente trinta por cento de rejeito (lixo orgânico)	0,05
034	20.000	Kg	Papéis, plásticos, vidros, metais e aproximadamente trinta por cento de rejeito (lixo orgânico)	0,05

§1º Fica estabelecida a apresentação de novo Laudo de Avaliação pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº SAMAE -078, de 08 de julho de 2016, com validade pelo período de 06 (seis) meses, após a publicação deste decreto, com vistas à avaliação da eficiência e do interesse nas alienações e a eventual revisão dos preços mínimos fixados.

§2º O procedimento interno do SAMAE para efetivação das alienações dos materiais reciclados deverá incluir o controle de produção e pesagem dos materiais e o pagamento exclusivamente em agência bancária ou correspondente, em conta corrente específica.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Art.3º Fica revogado o Decreto nº 4.244, de 14 de Julho de 2016.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de setembro de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

EXTRATO CONTRATO 2016.147 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/147

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

CONTRATADO: Som Três Ltda ME.

OBJETO: Execução dos serviços de sonorização, iluminação cenográfica, de acordo com as especificações/quantidades/formas estabelecidas nos itens 1,2,3,4 e 5 do lote 01 do Termo de Referência, para toda 26ª Festa do Imigrante, que se realizará nos dias 07 a 12 de outubro de 2016 junto ao Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul e demais dependências, conforme a programação do evento e demais formas, condições, obrigações, responsabilidades e disposições estabelecidas no Edital de Pregão nº 18/2016.

VALOR: R\$ 25.250,00 (vinte e cinco mil duzentos e cinquenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 30/09/2016.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO CONTRATO 2016.148 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/147

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

CONTRATADO: Som Três Ltda ME.

OBJETO: Execução dos serviços de sonorização, iluminação cenográfica, de acordo com as especificações/quantidades/formas estabelecidas nos itens 1,2,3,4 e 5 do lote 01 do Termo de Referência, para toda 26ª Festa do Imigrante, que se realizará nos dias 07 a 12 de outubro de 2016 junto ao Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul e demais dependências, conforme a programação do evento e demais formas, condições, obrigações, responsabilidades e disposições estabelecidas no Edital de Pregão nº 18/2016.

VALOR: R\$ 25.250,00 (vinte e cinco mil duzentos e cinquenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 30/09/2016.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO CONTRATO 2016.149 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/149

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

CONTRATADO: Som Três Ltda ME.

OBJETO: Locação de estruturas para eventos com disponibilização de equipamentos e estrutura mínima requerida, com montagem e desmontagem e acompanhamento técnico durante todo o evento, tudo de conformidade com as especificações/quantidades/formas estabelecidas no lote 02 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital, para toda 26ª Festa do Imigrante, que se realizará nos dias 07 a 12 de outubro de 2016 junto ao Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul e demais dependências, conforme a programação do evento e demais formas, condições, obrigações, responsabilidades

e disposições estabelecidas no Edital de Pregão nº 18/2016.

VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 30/09/2016.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO CONTRATO 2016.153 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/153

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

CONTRATADA: Centro de Diversões Imperial Ltda.

OBJETO: Concessão de uso, pela CONCEDENTE a CONCESSIONÁRIA, de parte do imóvel público que guarnece o Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul, localizado na Rua Júlio Scheidemantel, s/nº, Centro, Timbó – SC, para que este último promova a instalação e o funcionamento de parque de diversões para a 26ª FESTA DO IMIGRANTE e NATAL MAIS ENCANTADO 2016, que acontecerá nos dias 07 A 12 DE OUTUBRO DE 2016 e 20 DE NOVEMBRO A 22 DE DEZEMBRO DE 2016, tudo de conformidade com o LOTE 01 e 02 do Edital de Concorrência para Concessão nº 09/2016.

VALOR: R\$ 42.578,00 (quarenta e dois mil, quinhentos e setenta e oito reais).

DATA DA ASSINATURA: 04/10/2016.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2016.114 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/114

CONTRATANTE: Município de Timbó

CONTRATADO: Empreiteira de Mão de Obra VB Ltda Epp

OBJETO: Prorrogação do prazo de execução até 10/10/2016

DATA DA ASSINATURA: 23/09/2016

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2013.139 SAMAE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/139

CONTRATANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

CONTRATADO: Sanegraph Serviços de Informática SS Ltda.

OBJETO: Prorrogação de prazo de reajuste de valor.

PRAZO: prorrogado até 30/09/2017.

REAJUSTE: reajuste percentual correspondente ao índice IPCA acumulado nos últimos doze meses.

Data da Assinatura 28/09/2016

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 11 2016 FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 11/2016 PMT
AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó/SC informa aos interessados que o Edital de Pregão Presencial n.º 11/2016, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS DESTINADOS AOS CONSULTÓRIOS DAS UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA E POLICLÍNICA DE REFERÊNCIA, sofreu alteração no descritivo e valor de referência dos itens 126, 156, 157 e 161 constantes do Anexo I, sendo correta a seguinte:

Item 126 - película radiográfica periapical infantil, formato 22mm x 35mm, caixa com 100 unidades.

Valor de referência: R\$ 211,80

Item 156 - tesoura Iris reta 12 cm

Valor de referência: R\$ 21,46

Item 157 - tesoura Iris curva 12 cm

Valor de referência: R\$ 21,46

Item 161 - verniz forrador de cavidades – frasco com 15 ml

Valor de referência: R\$ 16,21

Em atenção às alterações, prorroga-se para o dia 24/10/2016 as 08h00min a entrega dos envelopes de proposta e habilitação. A abertura da sessão fica marcada para as 08h00min da mesma data da entrega dos documentos.

Permanecem inalteradas as demais condições.

TIMBÓ/SC, 07/10/2016

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO - PREGÃO Nº 160.2014 PMT

TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, ALTERAÇÃO, ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº. 83.102.764/0001-15, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº. 700, nesta cidade, através da Secretaria da Fazenda e Administração, representada pela Secretária a Sra. MARIA ANGÉLICA FAGGIANI, abaixo denominado MUNICÍPIO e MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, CNPJ nº. 61.074.175/0001-38, com sede na Avenida das Nações Unidas, n. 11.711, Bairro Brooklin, São Paulo/SC, representada por EOZEMAR DE SOUZA, corretor de seguros, CPF nº 057.851.429-02 e RG n. 4382104 SSP/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, de conformidade com o Edital de Pregão nº. 28/2015, e com fundamento na Lei nº. 8.666/93 e alterações, e considerando que:

- a referida contratação de seguros para prédios do MUNICÍPIO decorreu de competente procedimento licitatório - Edital de Pregão nº. 160/2014;

- a solicitação/justificativa apresentada na Comunicação Interna nº 66/2016, proposta de preços de renovação de seguro patrimonial e autorização de renovação de seguro (anexas);

- que no decorrer do contrato, constatou-se a necessidade de adequações, com supressões e alterações necessários ao perfeito adimplemento do mesmo;

- o art. 6º, II da Lei nº. 8.666/93 considera a contratação de seguro como serviço ("Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se: ... II - Serviço - toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais;")

- a contratação de seguro é necessária à plena segurança no desempenho, funcionamento, operacionalização e manutenção das atividades e atribuições do MUNICÍPIO, inclusive aquelas relacionadas ao atendimento do cidadão;

- o item 11.1.3 do Edital de Pregão n. 160/2014 estabelece que a apólice de seguro é considerada contrato entre as partes e poderá ser prorrogada nos termos da Lei n. 8.666/93;

- a administração municipal sempre zelou pela manutenção de melhores e mais vantajosas condições;

- a interrupção do referido contrato de seguro acarretará ônus, encargos, prejuízos e problemas de ordem pública e administrativa, principalmente quanto à segurança na execução das atividades públicas;

- o objeto do Edital trata da prestação de serviços de natureza contínua, vez que a mesma integra o rol de atividades inerentes e necessárias a Administração Pública e, por tal motivo, passível de prorrogação contratual, conforme art. 57, II da Lei nº. 8.666/93 ("Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: ... II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;")

- a "... identificação dos serviços de natureza contínua não se faz a partir do exame propriamente da atividade desenvolvida pelos particulares, como execução da prestação contratual. A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita. Ou seja, o dispositivo abrange os serviços destinados a atender necessidades públicas permanentes, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro. ...O que é fundamental é a necessidade pública permanente e contínua a ser satisfeita através de um serviço." (JUSTEN FILHO. Marçal. Comentário a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11ª Ed. Editora Dialética. Fls. 504)

- o "... TCU admitiu a possibilidade de os contratos de serviço a serem executados de forma contínua observarem a regra do exercício financeiro, promovendo-se as prorrogações por iguais e sucessivos períodos e o último período que integra os 60 meses, por prazo menor." Fonte: TCU. Processo nº 003.100/95-2. Ata 26/2001-2ª Câmara (JACOBY FERNANDES. Jorge Ulisses. Vade-Mécum de Licitações e Contratos. 2ª Ed. Editora Forum. Fls. 808);

- os contratos de seguro, além de serem considerados serviços pelo art. 2º da Lei nº. 8.666/93, também estão diretamente vinculados as regras de direito privado e, por tal motivo, deve se observar o que estabelece o art. 62, §3º, I da Lei nº. 8.666/93 ("Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço. ... § 3º Aplica-se o disposto nos arts. 55 e 58 a 61 desta Lei e demais normas gerais, no que

couver: I - aos contratos de seguro, de financiamento, de locação em que o Poder Público seja locatário, e aos demais cujo conteúdo seja regido, predominantemente, por norma de direito privado;”);

RESOLVEM, de comum acordo, celebrar o presente TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, ALTERAÇÃO E SUPRESSÃO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

As Apólices vinculadas ao Pregão Presencial nº 160/2014 PMT terão vigência até a data de 09/02/2017.

CLAUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

Nos termos do item 11.4.2 do edital, ficam os valores das apólices inerentes ao ano de 2015 reajustados em 10,70%, conforme apólices nº. 1401/0000240/18, 1401/0000244/18, 1401/0000238/018, 1401/0000248/18, 1401/0000243/18, 1401/0000239/18, 1401/0000241/18, 1401/0000246/18, 1401/0000247/18 e 1401/0000245/18.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO

Conforme Comunicação Interna nº. 66/2016 e proposta de renovação de seguros, o objeto do Pregão Presencial n. 160/2014 – PMT, diante da necessidade de adequar os serviços fica, por intermédio deste Termo, alterado os seguintes itens:

No item 11 do lote 1 do Anexo I do Edital fica retificado o descrito de “SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PROCOM E ASSISTÊNCIA SOCIAL” para “SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO”.

O campo complemento, da tabela dados de risco, do local 11 da apólice nº 1401/0000248/18, fica por este termo alterado de Conselho Tutelar para Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Administração.

No item 37 do lote 1 do Anexo I do Edital fica retificado o descrito de “PREFEITURA MUNICIPAL – GUARITA, PATRIMÔNIO, CIDASC, JUNTA MILITAR” para “GUARITA, PATRIMÔNIO, RG E JUNTA MILITAR”.

O campo complemento, da tabela dados de risco, do local 01 da apólice nº 1401/0000240/18, fica por este termo alterado de Junta Militar para Guarita, Patrimônio, RG e Junta Militar.

No item 33 do lote 1 do Anexo I do Edital fica retificado o descrito de “NUCLÉO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NEI LAR A CRIANÇA (CASA VAZIA)” para “EDIFICAÇÃO”.

O campo complemento, da tabela dados de risco, do local 09 da apólice nº 1401/0000248/18, fica por este termo alterado de Núcleo e Educ. Infantil Nei Lar da Criança para Edificação.

No item 66 do lote 1 do Anexo I do Edital fica retificado o endereço do local de “RUA ARAPONGUINHAS, Nº 61, BAIRRO ARAPONGUINHAS, TIMBÓ/SC” para “RUA AMAZONAS, Nº 61, BAIRRO DOS ESTADOS, TIMBÓ/SC”.

O campo complemento, da tabela dados de risco, do local 03 da apólice nº 1401/0000244/18, fica por este termo alterado de Rua Araponguinhas, nº 61, Bairro Araponguinhas, Timbó/SC, para Rua Amazonas, nº 61, Bairro dos Estados, Timbó/SC.

CLÁUSULA QUARTA – DO ACRÉSCIMO

Considerando o disposto na Comunicação Interna nº 66/2016, proposta de renovação de seguros e demais anexos, ficam acrescidos os seguintes imóveis/itens:

Apólice nº 1401/0000247/18:

- Item 85 – Local 18 – USF Família Integrada – Rua Paraguai, nº 160, Bairro Imigrantes, Timbó/SC, CEP 89.120-000.
- Item 86 – Local 11 – USF Padre Martinho Stein – Rua Bahia, nº 835, Bairro Pe. Martinho Stein, Timbó/SC, CEP 89.120-000.

Apólice nº 1401/0000248/18:

- Item 87 – Local 37 – Secretária da Educação e Arquivo Histórico – Avenida General Osório, nº 100, Bairro Centro, Timbó/SC, CEP 89.120-000.

Apólice nº 1401/0000243/18

- Item 88 – Local 07 – Casa Enxaimel – Praça Frederico Donner, Bairro Centro, Timbó/SC, CEP 89.120-000.

O objeto do Edital de Pregão Presencial n. 160/2014 PMT, considerando os valores e demais condições da Comunicação Interna nº. 66/2016 e anexos, fica acrescido em R\$ 3.302,10 (três mil trezentos e dois reais e dez centavos).

CLÁUSULA QUINTA – DA SUPRESSÃO

Considerando o disposto na Comunicação Interna nº 66/2016, proposta de renovação de seguros e demais anexos, restam suprimidos os seguintes imóveis/itens:

Apólice nº 1401/0000247/18:

- Item 71 - Local 04 - USF Pomeranos, Rua Pomeranos, nº 1963, Bairro Pomeranos, Timbó/SC, CEP 89.120-000.

- Item 72 - Local 05 - USF Integrada, Rua Equador, nº 147, Bairro Imigrantes, Timbó/SC, CEP 89.120-000.

- Item 73 - Local 09 - USF Padre Martinho Stein, Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1345, Bairro Padre Martinho Stein, Timbó/SC, CEP 89.120-000.

O objeto do Edital de Pregão Presencial n. 160/2014 PMT, considerando os valores e demais condições da Comunicação Interna nº. 66/2016 e anexos, fica suprimido em R\$ 1.660,50 (um mil seiscientos e sessenta reais e cinquenta reais).

CLÁUSULA SEXTA - RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas todas as condições estabelecidas no Edital de Pregão nº. 160/2014 PMT. Por estarem acertadas as partes assinam este Termo em 04 vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Timbó, 01 de setembro de 2016.

MUNICÍPIO
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

CONTRATADA
EOZEMAR DE SOUZA

TESTEMUNHA
Nome:
CPF nº :

TESTEMUNHA
Nome:
CPF nº:

Timbó Grande

PREFEITURA

FMS PROCESSO 11/2016 DISPENSA LIC. 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2016

MODALIDADE Dispensa de Licitação N 01/2016

Fundo Municipal de Saúde de Timbó Grande torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando processo licitatório na modalidade Dispensa de licitação, com objetivo de Contratar Profissionais para Prestar Serviços de Odontologia para os munícipes de Timbó Grande. Sendo quatro profissionais de odontologia: UELITON CACIO WEIERS, JAMILE RASMUSSEN DA CRUZ, LUANA CANTARELLI DA SILVA E KELTY MARIZE DOS SANTOS GUEDES e duas auxiliares VALÉRIA VENGUE QUEIROZ e PATRICIA DE SOUZA OLIVEIRA. Maiores informações será disponibilizada junto ao Departamento de Compras ou pelo telefone (049) 3252-1278. Nos dias úteis das 14:00 às 16:30 horas.

Timbó Grande 07 outubro de 2.016.

ALMIR FERNANDES

Prefeito Municipal

Três Barras

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO N. 157/2016

DECRETO LEGISLATIVO N. 157, DE 5 DE OUTUBRO DE 2016.

REJEITA VETO TOTAL À LEI N. 3.251, DE 22 DE AGOSTO DE 2016.

O Poder Legislativo Decreta:

Art. 1º. Fica rejeitado o veto total à Lei n. 3.251, de 22 de agosto de 2016, que DISPÕE SOBRE A ORDEM CRONOLÓGICA DE ATENDIMENTO DE QUAISQUER BENEFÍCIOS PRESTADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 5 de outubro de 2016.

JOEL DA CRUZ
Presidente

Este Decreto Legislativo foi Registrado e Publicado na Secretaria de Administração desta Casa na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 6 de outubro de 2016.

CLAUDETE DA SILVA
Recepcionista e Responsável pela Ouvidoria

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2209

DECRETO Nº 2.209/2016 de 07/10/2016

DECRETA PONTO FACULTATIVO EM REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado PONTO FACULTATIVO, no dia 12 DE OUTUBRO DE 2016 (quarta-feira) dia de Nossa Senhora Aparecida e no dia 13 DE OUTUBRO DE 2016 (quinta-feira) feriado municipal, em todas as repartições públicas do Município de Treze Tílias/SC.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias aos 07 de outubro de 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO 2211

DECRETO N.º 2.211/2016 10 de Março de 2009.

“NOMEIA OS MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Municipal 810/91 de 05/12/1991,

DECRETA:

Art. 1. O Conselho Municipal de Agricultura do Município de Treze Tílias - SC, de acordo com o Artigo 6º da Lei Municipal n. 810/91 de 05/12/91, fica assim constituído:

Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente: Secretário Marcelo Mantovani;
Representante da EPAGRI: Walter Graff Zang;
Representante da CIDASC: Carlos Dresch;
Representante do Sindicato dos Trab. Rurais de Treze Tílias: Luiz João Hensel;
Representante da Linha Três Barras: Vori de Rós;
Representante da Linha São Roque: Fabiano Camarotto;
Representante da Linha Babenberg: Marcos Fiedler;
Representante do Comércio: Germano Thaler;
Representante da Medicina Veterinária: Wilson Koroll;
Representante da Cooperativa Local: Lúcio Hensel;
Representante da Linha Pinhal: Valdir Brambilla;
Representante da Linha Caçador: Idemir José Mazetto;
Representante da Agroindústria: Fabiano Falchetti.

Art. 2. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
07 de outubro de 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito

Registrado na Secretaria de Administração e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

Tunápolis

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA LOA/2017 CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Atendendo ao disposto no Artigo 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Poder Executivo Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, estará acolhendo sugestões para elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício de 2017, em AUDIÊNCIA PÚBLICA a realizar-se no dia 11 de outubro de 2016, terça feira, no Auditório Municipal, situado na Rua João Castilho, sede do Município, com início às 14 horas.

Diante do exposto, fica convocada a população tunapolitana para participar do evento.

Gabinete do Prefeito de Tunápolis, aos 07 de outubro de 2016.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas

abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis – SC, 07 de outubro de 2016.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

GAIA RODOVIAS LTDA.
CONTRATADA

Testemunhas:
Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO PROCESSO Nº 30/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO PROCESSO Nº 30/2016

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 30/2016
QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS E A EMPRESA GAIA RODOVIAS LTDA.

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado a Prefeitura Municipal de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, e de outro lado a empresa GAIA RODOVIAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.257.777.0001-24, sito na Rodovia BR 282, Km 607, s/n, no Município de Maravilha - SC, por intermédio de seu representante legal o Sr. Renato Adriano Seibt, brasileiro, portador do CPF nº 526.393.209-04, resolvem aditar o contrato administrativo nº 30/2016.

Acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao processo acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

OBJETO: O Presente contrato tem por objeto a pavimentação asfáltica das Ruas Caaró e Santo Cristo de acordo com o Contrato de Repasse nº 814654/2014 Ministério das Cidades/Caixa, Processo nº 2623.1022146-18/2014 em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 02/2016, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

Cláusula Primeira: PRAZO

Ao presente contrato fica prorrogado a vigência do prazo anteriormente fixado, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57, o prazo Contratual fica prorrogado até o dia 30 de dezembro de 2016.

As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo

União do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 52/2016

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
AVISO DE LICITAÇÃO	
Processo Adm. Nº.: 52/2016	
Edital: TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº.: 52/2016	
Tipo : Menor Preço/Preço por item	
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, DISPOSIÇÃO FINAL DO LIXO HOSPITALAR E RESÍDUOS PRODUZIDOS NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E DISPOSIÇÃO FINAL E TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE-SC.	
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 26 de outubro de 2016.	
Abertura dos Envelopes: 09:15 horas do dia 26 de outubro de 2016.	
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:00 às 13:00 horas, fone (049) 3348 1202 ou através do e-mail: compras@uniaodoeste.sc.gov.br	
União do Oeste - SC, 10 de outubro de 2016.	
EVERALDO LUIS CASONATTO	
PREFEITO MUNICIPAL	

Videira

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.039.842/0001-84, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, Bairro Alvorada, Videira, SC, CEP 89560-000, neste ato representado por seu Prefeito, senhor WILMAR CARELLI, no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização Processo Seletivo de Provas Escritas e Práticas, para preenchimento de vagas temporárias do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Videira. Este Processo Seletivo reger-se-á pela Lei Orgânica Municipal, Lei 2.369/10 e alterações, Lei Complementar 129/12 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e alterações, Lei Complementar Municipal 118/11 e alterações, Lei Complementar 130/12 – Estatuto dos Profissionais do Magistério Municipal e alterações, Lei Complementar Municipal 122/12 e alterações e no Decreto n. 10.011/12, de 27 de abril de 2012 e pelas normas estabelecidas neste Edital e demais legislação vigente e será executado pela empresa ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI – EPP (ASSCON-PP), pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Dr. Maruri, 1.204, Sala A, Centro, no Município de Concórdia, SC, CEP 89700-168, inscrita no CNPJ sob nº 17.688.208/0001-48.

1. DOS CARGOS

1.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no Anexo I deste Edital, com carga horária semanal, vencimento inicial e nível de escolaridade descritos nos mesmos.

1.2. As atribuições/condições dos cargos estão descritas no Anexo I deste Edital.

2. DAS VAGAS PARA CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

2.1. São reservadas às pessoas portadoras de deficiência, 5% (cinco por cento) das vagas do cargo oferecido ou das que vierem a surgir no prazo de validade do processo seletivo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

2.1.1. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 2.1 deste Edital resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

2.2. Considera-se pessoa portadora de deficiência aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999 e alteração.

2.3. O candidato portador de deficiência participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, obedecidos ao disposto nos itens 3.3 e 3.4 deste Edital.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições estarão abertas no período de 17 de outubro a 16 de novembro de 2016, somente via internet, pelo site www.assconpp.com.br.

3.1.1. Os candidatos sem acesso à internet poderão dispor de equipamentos e ter ajuda de pessoal treinado para orientar a sua inscrição na Biblioteca Municipal Euclides da Cunha, no período de 17 de outubro a 16 de novembro de 2016, no horário das 13h30min às 15h30min, localizada na Rua Campos Novos, nº 135, Bairro Matriz, Videira, SC.

3.2. O candidato deverá:

3.2.1. preencher integralmente o requerimento de inscrição e enviá-lo via internet;

3.2.2. imprimir o boleto bancário;

3.2.3. efetuar o pagamento da inscrição, de acordo com o valor previsto no item 4 deste Edital, utilizando o boleto bancário, até o dia 16 de novembro de 2016, em qualquer agência bancária do território nacional, observados os horários de funcionamento das mesmas ou via internet até às 23h59min.

3.2.4. O candidato portador de deficiência deverá descrever as condições especiais de que necessita para realizar a prova quando do preenchimento de sua inscrição, via internet.

3.2.4.1. O candidato portador de deficiência visual que solicitar provas e o cartão-resposta com letras ampliadas, receberá os mesmos com tamanho de letra correspondente à fonte 24 (vinte e quatro), sendo que a leitura e marcação de respostas no cartão-resposta será de sua responsabilidade.

3.2.5. Será indeferida a inscrição do candidato que indicar cargo cuja vaga não esteja prevista, deixar de indicá-lo ou que indicar mais de um cargo do mesmo nível de escolaridade.

3.2.6. Ao efetuar a inscrição o candidato está declarando formalmente que preenche as condições de inscrição exigidas no edital.

3.3. O candidato portador de deficiência deverá, após viabilizar os procedimentos do item 3.2 deste Edital e até 16 de novembro de 2016, encaminhar, via sedex, à Empresa ASSCON PP – endereço: Rua Dr. Maruri, 1.204, Sala A, Centro, no Município de Concórdia, SC, CEP 89700-168, através de requerimento:

3.3.1. atestado médico, cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital, que indique a espécie e o grau ou nível da necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doenças – CID e a provável causa da mesma;

3.3.2. Anexo IV deste Edital, preenchido e assinado, o qual contém declaração de que a deficiência não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo e declaração de que fica impedido de usufruir da condição de portador de deficiência para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

3.3.3. Os candidatos portadores de necessidades especiais, se aprovados e classificados, serão submetidos a uma junta médica oficial para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo

3.4. O candidato portador de deficiência que não apresentar o atestado médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de deficiência, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

3.5. A candidata que tiver a necessidade de amamentar durante a aplicação da prova objetiva deverá solicitar a condição especial no ato da inscrição, pelo site www.assconpp.com.br e levar um acompanhante que ficará com a guarda da criança em local reservado e diferente do local onde a prova estiver sendo realizada.

3.5.1. A amamentação se dará nos momentos que se fizerem necessários, sem a presença do acompanhante.

3.5.2. Não será concedido nenhum tipo de compensação em relação ao tempo de prova dedicado à amamentação.

3.5.3. A ausência do acompanhante para a guarda da criança impossibilitará a candidata de ausentar-se da prova escrita para amamentar.

3.6. Terá a inscrição cancelada, o candidato que efetuar o pagamento da inscrição com cheque sem provisão de fundos ou outra irregularidade que impossibilite sua compensação.

3.6.1. O Município de Videira não efetuará a devolução do valor de inscrição em nenhuma hipótese.

3.6.2. As despesas relativas à participação neste Processo Seletivo são de inteira responsabilidade do candidato.

3.7. O Município de Videira não se responsabilizará por solicitações de inscrição, via internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado no subitem 3.2.2 deste Edital.

3.8. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinam o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes.

3.9. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.10. A inscrição só poderá ser efetuada para um cargo deste Processo Seletivo.

3.11. Julgados os requerimentos de inscrição e satisfeitas as exigências, no dia 22 de novembro de 2016, será publicada a listagem preliminar dos inscritos, na forma disposta no item 11.1 deste Edital.

3.11.1. A inscrição somente será efetivada após o pagamento do valor da inscrição, conforme item 3.2.3 deste Edital. O comprovante de pagamento confirma a inscrição do candidato.

3.12. No dia 29 de novembro de 2016, após julgados os recursos, a lista dos inscritos será homologada pelo Prefeito Municipal e publicada na forma disposta no item 11.1 deste Edital.

4. DO VALOR DA INSCRIÇÃO

4.1. Os valores para inscrição neste Processo Seletivo são os seguintes:

4.1.1. R\$ 10,00 (dez reais) para os candidatos aos cargos que exijam ensino fundamental;

4.1.2. R\$ 15,00 (quinze reais) para os candidatos aos cargos que exijam ensino médio ou formação técnica;

4.1.3. R\$ 30,00 (trinta reais) para os candidatos aos cargos que exijam ensino superior.

5. DAS PROVAS

5.1. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o programa das provas – Anexos II e III deste Edital, que avaliarão as aptidões e o desempenho na função que pretendem exercer.

5.2. A 1ª fase compreende prova escrita objetiva, de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada, com apenas 1 (uma) alternativa correta, a ser aplicada para todos os candidatos.

5.2.1. Serão considerados classificados apenas os candidatos que obtiverem na Prova Escrita Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório:

5.2.1.1. nota igual ou superior a 5,00 (cinco) para os candidatos aos cargos que exigem escolaridade de nível superior, médio e técnico;

5.2.1.2. nota igual ou superior a 4,00 (quatro) para os candidatos aos cargos que exigem escolaridade de nível fundamental completo e incompleto.

5.3. A 2ª fase compreende:

5.3.1. Prova prática, de caráter classificatório e eliminatório, com nota máxima de 10,00 (dez), a ser aplicada para os cargos, na forma abaixo:

5.3.1.1. para o cargo de Mecânico de Máquinas em Geral, limitado aos 20 (vinte) primeiros colocados;

5.3.1.2. para o cargo de Motorista I – Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos, limitado aos 50 (cinquenta) primeiros colocados;

5.3.1.3. para o cargo de Motorista II – Ambulância, limitado aos 50 (cinquenta) primeiros colocados;

5.3.1.4. para o cargo de Motorista III – Ônibus, limitado aos 50 (cinquenta) primeiros colocados;
5.3.1.5. para o cargo de Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, limitado aos 50 (cinquenta) primeiros colocados;
5.3.2. O candidato que não obtiver nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova prática estará desclassificado.
5.3.2.1. Todos os candidatos empatados na última nota de classificação da 1ª fase serão admitidos a participar da Prova Prática.
5.3.3. A nota final dos cargos de Mecânico de Máquinas em Geral, Motorista I – Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos, Motorista II – Ambulância, Motorista III – Ônibus e Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes será a soma das notas da prova escrita objetiva e da prova prática, sendo que a Prova Escrita Objetiva valerá 40% (quarenta por cento) e a Prova Prática valerá 60% (sessenta por cento) da nota final.

5.4. As provas escritas terão pontuação de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), utilizando-se 2 (duas) casas decimais após a vírgula, para todos os cargos.

6. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1. A data provável para realização da Prova Escrita Objetiva é o dia 11 de dezembro de 2016 (data sujeita à alteração), com início às 8h30min e término às 11h30min (horário oficial de Brasília, DF), em local a ser definido e publicado por meio de Edital, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da realização, nos sites www.assconpp.com.br e www.videira.sc.gov.br.

6.1.2. O conteúdo programático da prova escrita objetiva está descrito no Anexo II deste Edital.

6.2. A realização da prova escrita objetiva e a metodologia das provas prática estão descritas nos Anexos II e III deste Edital.

6.3. A Prova Prática será realizada no dia 8 de janeiro de 2017, com início às 8h30min e término previsto para as 15h30min (horário oficial de Brasília, DF), no Ginásio Poliesportivo Medalhão, situado na Avenida Constantino Crestani, 825, Bairro Cidade Alta, Videira, SC, mediante agenda exposta no dia 23 de dezembro de 2016, na forma prevista no item 11.1 deste Edital, indicando os horários e os locais em que cada candidato deverá comparecer.

6.4. O gabarito provisório e o caderno de questões da prova escrita objetiva serão disponibilizados, no dia 11 de dezembro de 2016, a partir das 19h, no site www.assconpp.com.br.

6.5. No dia 20 de dezembro de 2016 será publicado o gabarito definitivo, observado o disposto no item 11.1 deste Edital, e a lista dos classificados para realizarem a Prova Prática, observado o disposto no item 5 deste Edital.

6.6. As notas finais das provas escritas objetivas e práticas, com a respectiva classificação preliminar dos candidatos, serão publicadas nos locais indicados no item 11.1 deste Edital, no dia 17 de janeiro de 2017.

6.7. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

6.7.1. com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo, em conformidade com o art. 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso;

6.7.2. que obtiver melhor nota nas questões de Conhecimentos Específicos;

6.7.3. que obtiver melhor nota nas questões de Conhecimentos Gerais/Atualidades;

6.7.4. com maior idade (contada na data de abertura das inscrições deste Processo Seletivo).

6.8. Persistindo o empate, será realizado sorteio, em ato público, em local e data anunciados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência, na forma do item 11.1 deste Edital.

6.9. O não comparecimento do candidato, em qualquer das fases deste Processo Seletivo, implicará sua desclassificação.

6.10. A lista dos aprovados, homologada pelo Prefeito, será publicada no dia 26 de janeiro de 2017, nos locais previstos no item 11.1 deste Edital.

7. DO REGIME JURÍDICO

7.1. Os aprovados e habilitados e classificados neste Processo Seletivo serão regidos pelas disposições da Lei Municipal nº 2369/2010 e alterações.

7.1. As contratações serão formalizadas mediante contrato administrativo, aplicando-se aos contratados, os mesmos deveres, obrigações, proibições e responsabilidades previstas nas disposições do Estatuto dos Servidores Públicos.

7.2. Os servidores contratados pelo Município de Videira, SC, terão como regime de previdência o Regime Geral de Previdência Social – RGPS/Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, sendo assegurado ao contratado a sua filiação de acordo com a legislação federal vigente.

8. DOS RECURSOS

8.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

8.1.1. do presente Edital;

8.1.2. do não deferimento do pedido de inscrição;

8.1.3. da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;

8.1.4. da classificação nas provas prática;

8.1.5. da discordância da aplicação da prova prática;

8.1.6. da classificação final.

8.2. Os recursos provenientes deste Edital deverão ser efetuados pelo site www.assconpp.com.br, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a partir da publicação do ato que deu causa.

9. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA

9.1. Para a investidura na função pública, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir, mediante fornecimento de cópias legíveis dos seguintes documentos, acompanhados dos originais quando necessário, observando o disposto no subitem 10.4 deste Edital:

I – ser brasileiro nato ou naturalizado;

II – ter idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da posse;

III – encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;

IV – estar quites com as obrigações militares e eleitorais;

V – possuir os requisitos de escolaridade exigidos para o seu exercício;

VI – atender às exigências especiais para seu provimento, previstos na legislação específica de âmbito municipal;

VII – não ter sido demitido de serviço público Federal, Estadual ou Municipal, com impedimento de exercer função pública;

VIII – apresentar os seguintes documentos:

a) Carteira de Trabalho;

b) PIS/PASEP;

c) 1 (uma) foto 3x4;

d) comprovante de residência;

e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda;

f) cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, grupo sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;

g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);

h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido neste Edital de Processo Seletivo);

i) Comprovante de inscrição no órgão de classe, quando for o caso

j) para as áreas de saúde e educação: carteira de saúde ou exame VDRL;

k) Exame Toxicológico, para os cargos de Motoristas, conforme art. 168, §6º, Da Consolidação das Leis do Trabalho (incluído pela Lei Federal n. 13.103/2015);

IX – ter aptidão para o exercício da função comprovada pela junta médica oficial do município, através de inspeção médica;

X – fornecer com exatidão todos os demais dados necessários para o preenchimento da ficha de Inscrição;

XI – conhecer e estar de acordo com as exigências do edital.

9.2. Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos do item 9 deste Edital serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para a nomeação.

9.3. Os documentos previstos no item 9 deste Edital deverão ser apresentados no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data do recebimento do ofício de convocação, sob pena de exclusão do processo seletivo.

9.4. O não cumprimento dos requisitos necessários impossibilitará a nomeação do candidato.

9.5. Não será nomeado o candidato classificado que tenha sido demitido em razão de Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância, no Município de Videira, SC, nos últimos 5 (cinco) anos.

10. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

10.1. O Processo Seletivo terá validade por 1 (um) ano contado a partir da data de publicação da homologação final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município de Videira, SC.

10.2. A aprovação neste Processo Seletivo não caracterizará direito à nomeação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade do Município de Videira, SC, respeitada a classificação obtida.

10.3. Não poderão participar do Processo Seletivo os membros de quaisquer das comissões deste Processo Seletivo e os profissionais responsáveis pela elaboração das provas escrita e prática, assim como seus parentes consanguíneos ou por afinidade, em linha reta ou colateral, até segundo grau.

10.4. O candidato aprovado que não se apresentar no setor de Recursos Humanos do Município de Videira, SC, no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento do ofício de convocação, comprovando todas as condições e exigências dispostas no item 9 deste Edital, mediante a apresentação dos documentos solicitados, ou não for encontrado no endereço constante no requerimento de inscrição, perderá a vaga conquistada neste Processo Seletivo, sendo chamado o classificado imediatamente seguinte.

10.4.1. A convocação dos candidatos será feita, primeiramente por meio de contato telefônico e não obtendo êxito, através de carta registrada, com base nos dados informados na ficha de inscrição ou posteriormente atualizados. É responsabilidade exclusiva do candidato manter seus dados atualizados.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A lista de inscritos, os gabaritos e os cadernos de questões da prova escrita objetiva, as notas das provas práticas, a lista de classificados, suas respectivas homologações e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo, serão publicados nos sites www.assconpp.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br.

assconpp.com.br e www.videira.sc.gov.br.

11.1.1. A homologação da lista dos aprovados, que será dar por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo, além dos locais anteriores, será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

11.1.2. Será publicado extrato deste Edital em jornal de circulação local do Município de Videira, SC.

11.1.3. O caderno de questões e o gabarito serão publicados apenas nos sites www.assconpp.com.br e www.videira.sc.gov.br.

11.2. A critério do Município de Videira, SC, e mediante ato justificado, de interesse público, poderá ser chamado número maior de classificados do que a vaga contida neste Edital.

11.3. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado, na forma do item 11.1 deste Edital.

11.4. É de responsabilidade dos candidatos acompanharem as publicações relativas à este Edital de Concurso Público pelos sites www.assconpp.com.br, www.videira.sc.gov.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br.

11.5. Os casos não previstos, relativos à realização deste Processo Seletivo, serão resolvidos pela Comissão Fiscalizadora, designada pela Administração Municipal de Videira, SC, pela Portaria nº 0645/2016, de 9 de agosto de 2016, juntamente com a empresa ASSCON-PP.

11.6. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Processo Seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Videira, SC.

11.7. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

11.7.1. Anexo I – Quadro de vagas a serem preenchidas e atribuições/condições de trabalho dos cargos;

11.7.2. Anexo II – Conteúdo programático da prova escrita;

11.7.3. Anexo III – Normas para realização das provas;

11.7.4. Anexo IV – Declaração para candidatos portadores de deficiência;

11.7.5. Anexo V – Cronograma.

Videira, SC, 10 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito de Videira

ANEXO I

Título I

QUADRO DE VAGAS A SEREM PREENCHIDAS

Cargo	Nº de vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento Inicial – R\$	Nível de Escolaridade
Agente Administrativo II	1 + CR	40h	R\$ 1.360,10	Ensino Médio Completo
Agente Operacional de Vigilância	1 + CR	40h	R\$ 880,00	Ensino Fundamental Incompleto
Agente Social	1 + CR	40h	R\$ 1.360,10	Ensino Médio Completo
Assistente Social	1 + CR	40h	R\$ 3.572,06	Nível Superior em Serviço Social e registro no CRESS/SC
Auxiliar de Serviços Gerais	1 + CR	40h	R\$ 880,00	Ensino Fundamental Incompleto
Auxiliar Operacional	1 + CR	40h	R\$ 880,00	Ensino Fundamental Incompleto
Borracheiro	1 + CR	40h	R\$ 1.776,83	Ensino Fundamental Incompleto
Enfermeiro	1 + CR	40h	R\$ 3.572,06	Nível Superior em Enfermagem, com registro no COREN/SC
Mecânico de Máquinas em Geral	1 + CR	40h	R\$ 1.776,83	Ensino Fundamental Completo
Médico	1 + CR	40h	R\$ 15.798,73	Nível Superior em Medicina e registro no respectivo órgão de classe
Médico Ginecologista Obstetra	1 + CR	20h	R\$ 9.027,85	Nível Superior em Medicina com especialização em ginecologia e obstetrícia e registro no CRM/SC
Médico Pediatra	1 + CR	20h	R\$ 9.027,85	Nível Superior em Medicina com especialização em pediatria e registro no CRM/SC
Médico Psiquiatra	1 + CR	20h	R\$ 9.027,85	Nível Superior em Medicina com especialização em psiquiatria e registro no CRM/SC
Motorista I – Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos	1 + CR	40h	R\$ 1.626,05	Ensino Médio Completo e Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “D”
Motorista II – Ambulância	1 + CR	40h	R\$ 1.626,05	Ensino Médio Completo e Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “D”
Motorista III – Ônibus	1 + CR	40h	R\$ 1.626,05	Ensino Médio Completo e Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “D”

Cargo	Nº de vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento Inicial – R\$	Nível de Escolaridade
Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes	1 + CR	40h	R\$ 1.626,05	Ensino Fundamental Incompleto e Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “C”
Odontólogo	1 + CR	40h	R\$ 3.572,06	Nível Superior em Odontologia com registro no respectivo órgão de classe
Nutricionista	1 + CR	40h	R\$ 3.572,06	Nível Superior em Nutrição e registro no CFN
Psicólogo	1 + CR	40h	R\$ 3.572,06	Nível Superior em Psicologia com registro no CRP/SC
Técnico de Enfermagem	1 + CR	40h	R\$ 1.350,64	Nível Médio com registro no COREN/SC
Técnico de Higiene Dental	1 + CR	40h	R\$ 1.658,69	Nível Médio com registro no Conselho Regional de Odontologia

Título II

ATRIBUIÇÕES/CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CARGOS Previstas na Lei Complementar nº 118/11 e alterações

AGENTE ADMINISTRATIVO II:

1. Executar ligações telefônicas, transmissões e recebimento de mensagens por telefone, fax e internet;
2. Recepcionar clientes e visitantes, procurando identificá-los, averiguando suas pretensões, para prestar-lhes informações, receber recados ou encaminhá-los a pessoas ou setores procurados;
3. Executar registro, controle, digitação, arquivo, de todo e qualquer serviço de caráter administrativo;
4. Operar computadores digitais, acionando os dispositivos de comando e periféricos, observando e controlando as etapas de programação dentro dos critérios definidos;
5. Preencher formulários, fichas, cartões e transcrever atos oficiais;
6. Codificar dados e documentos; providenciar material de expediente;
7. Auxiliar na coordenação de eventos e promoções em geral;
8. Operar adequadamente equipamentos de sonorização;
9. Efetuar levantamentos, anotações, cálculos e registros simples;
10. Redigir informações rotineiras e relatórios; preencher guias e requisições;
11. Informar processos administrativos;
12. Interpretar quadros e levantamentos de dados simples; analisar alternativas de serviços;
13. Assistir Superiores;
14. Receber, conferir e relacionar materiais de consumo responsabilizando-se pelo seu controle e levantamento das necessidades;
15. Realizar trabalhos de protocolo, preparo, seleção, classificação, registro, coleção e arquivamento de processos, documentos e fichas;
16. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
17. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
18. Executar tarefas correlatas.

AGENTE OPERACIONAL DE VIGILÂNCIA:

1. Executar a ronda diurna ou noturna nas dependências de edifícios e áreas adjacentes, verificando se portas, janelas, portões e outras vias de acesso estão fechadas corretamente, examinando as instalações hidráulicas e elétricas e constatando irregularidades para possibilitar a tomada de providências necessárias a fim de evitar depredações, pichações, algazaras, entrada de pessoas estranhas, roubos e prevenir incêndios e outros danos;
2. Vigiar parques, praças e reservas do meio ambiente;
3. Controlar a movimentação de pessoas, veículos e materiais;
4. Zelar pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos;
5. Atender os visitantes, identificando-os e encaminhando-os aos setores procurados;
6. Investigar todas as condições anormais que tenha observado;
7. Comunicar a pessoa ou órgão competente, informando das ocorrências do seu setor, para permitir a tomada de providências adequadas a cada caso;
8. Responder as chamadas telefônicas e anotar recados;
9. Cumprir todas as determinações emanadas de seu superior hierárquico e;
10. Executar outras atividades correlatas.

AGENTE SOCIAL:**1. Quanto ao cuidado das crianças e adolescentes:**

- a) informar-se sobre as crianças e adolescentes;
- b) cuidar da aparência e higiene pessoal;
- c) observar os horários das atividades diárias;
- d) ajudar a criança, no banho, na alimentação, no andar e nas necessidades fisiológicas;
- e) estar atento às ações das crianças;
- f) verificar as informações dadas pelas crianças e adolescentes;
- g) informar-se do dia-a-dia das crianças e dos adolescentes no retorno de sua folga;
- h) relatar o dia-a-dia das crianças e adolescentes à Coordenação;
- i) educar a criança e o adolescente nos deveres da casa e comunitários;
- j) manter o lazer e a recreação no dia-a-dia;
- k) desestimular a agressividade de criança.

2. Quanto a promoção do bem-estar:

- a) ouvir as crianças e adolescentes respeitando sua necessidade individual de falar;
- b) dar apoio psicológico e emocional;
- c) ajudar a recuperação da auto-estima, dos valores e da afetividade;
- d) promover momentos de afetividade;
- e) estimular a independência;
- f) orientar crianças e adolescentes na sua necessidade espiritual e religiosa;

3. Quanto a cuidar da alimentação de crianças e adolescentes:

- a) participar na elaboração do cardápio;
- b) verificar a despensa;
- c) observar a qualidade e a validade dos alimentos;
- d) preparar a alimentação;
- e) servir a refeição em ambientes e em porções adequadas;
- f) estimular e controlar a ingestão de líquidos e de alimentos variados;
- g) reeducar os hábitos alimentares da criança, jovens, adolescentes.

3. Quanto aos cuidados da saúde:

- a) observar temperatura, urina, fezes e vômitos;
- b) controlar e observar a qualidade do sono;
- c) ajudar nas terapias ocupacionais e físicas;
- d) ter cuidados especiais com deficiências e dependências físicas das crianças e adolescentes;
- e) observar alterações físicas e de comportamento;
- f) lidar com comportamentos compulsivos e evitar ferimentos;
- g) controlar guarda, horário e ingestão de medicamentos, bem como acompanhar em consultas e atendimentos médico-hospitalar;
- h) relatar a orientação médica aos responsáveis;
- i) seguir a orientação médica.

4. Quanto ao incentivo a cultura e educação:

- a) estimular o gosto pela música, dança e esporte;
- b) selecionar jornais, livros e revistas de acordo com a idade;
- c) ler histórias e textos para criança e adolescentes;
- d) orientar as crianças e os adolescentes nos deveres educacionais, morais e cívicos;
- e) ajudar nas tarefas escolares;
- f) participar da elaboração do projeto de vida da criança e do adolescente.

5. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;**6. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;****7. Executar outras atividades correlatas.**

ASSISTENTE SOCIAL:

1. Planejar e desenvolver atividades voltadas ao atendimento das necessidades básicas do servidor nas áreas de saúde, alimentação, transporte, educação, assistência, família e habitação;
2. Implementar formas de participação dos servidores da Administração Municipal, dentro de sua estrutura formal e informal;
3. Atender em nível individualizado e/ou agrupar situações problemáticas que refletem e/ou decorrem das relações do servidor com o trabalho, como: readaptação profissional, aposentadoria, relacionamento profissional, alcoolismo, acidente de trabalho etc.;
4. Discutir e orientar os servidores sobre seus direitos e deveres, de forma que estes se autodeterminem, quanto à vida funcional;
5. Articular junto a outras Secretarias e órgãos do Município a implantação de projetos na área social;
6. Articular com outras instituições a troca de informações, realização de trabalhos conjuntos, elaboração de novas propostas e encaminhamento de clientela para equacionamento dos problemas sociais do Município;
7. Desenvolver e avaliar estudos, levantamentos e pesquisas voltadas para o conhecimento da realidade social local;
8. Aplicar técnicas de pesquisa social para aprimorar as atividades de assistência social;
9. Participar na organização e realização de eventos populares;
10. Realizar estudos e diagnósticos dos fatos e fenômenos sociais das comunidades, visando a intervenção junto às pessoas ou grupos afetados pelas mesmas;
11. Repassar informações para a população sobre recursos institucionais existentes no Município, através de atendimentos individualizados, dos grupos, postos de saúde e escolas;
12. Realizar atendimento à população carente, através de acompanhamento e encaminhamento de casos sociais, jurídicos e outros e, da prestação de auxílio de acordo com os recursos e critérios estabelecidos;
13. Promover triagem e encaminhamento de desabrigados e desassistidos a entidades próprias, providenciando internamento e abrigo;
14. Propor e organizar trabalhos de formação profissional para adolescentes e adultos, considerando as ofertas no mercado de trabalho e os interesses da população;
15. Realizar trabalhos com crianças e adolescentes nos termos da legislação específica (Estatuto da Criança e do Adolescente);
16. Assessorar a organização de mutirões, cooperativas e outras formas associativas populares, para solução de problemas da população menos favorecida;
17. Supervisionar voluntários, estagiários e auxiliares que contribuem na execução de trabalhos da área de Serviço Social;
18. Intermediar a relação poder público/comunidade, detectando focos de carência a fim de garantir um atendimento eficaz;
19. Participar de equipes interdisciplinares, assegurando um trabalho articulado e de acordo com as diretrizes estabelecidas;
20. Participar e contribuir para a consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às ações integradas de saúde e às intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município;
21. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
22. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
23. Executar outras atividades correlatas.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

1. Remover o pó dos móveis, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os;
2. Limpar escadas, pisos, paredes, janelas, calçadas, banheiros, copas, varrendo-os, encerando-os ou passando aspirador de pó;
3. Limpar utensílios como: cinzeiros, lixeiros, objetos de adorno, vidros, entre outros;
4. Arrumar banheiros, limpando-os com sabão, detergente e desinfetante, reabastecendo-os de papel higiênico, toalhas e sabonetes;
5. Queimar o lixo contaminado do serviço de saúde nos incineradores apropriados, separando as agulhas, vidros, medicamentos e vacinas vencidas, em recipientes apropriados para encaminhar ao aterro sanitário;
6. Coletar o lixo e depositá-lo nas lixeiras;
7. Preparar e servir chá, café ou água;
8. Lavar as roupas das crianças, lençóis, cobertores, toalhas e demais roupas usadas nas creches municipais e nos serviços de saúde;
9. Auxiliar os professores nas creches: cuidando das crianças, colocando-as para dormir, alimentando-as, trocando fraldas, entre outras, excluído o suporte pedagógico;
10. Retirar as roupas do varal, passá-las a ferro, esterilizá-las e guardá-las nas respectivas salas;
11. Efetuar contagem das roupas lavadas e passadas para controle das mesmas;
12. Executar serviços de limpeza da área externa das creches e escolas, postos de saúde e prédios municipais, varrendo ou lavando calçadas, pátios, paredes, janelas, como também roçando e capinando;
13. Auxiliar na preparação de refeições, e merendas escolares, descascando e cortando verduras e temperos, lavando e secando louças, servindo as refeições, merendas e fazendo a limpeza da cozinha;
14. Fazer pequenos reparos, tais como: consertos de móveis, aparelhos elétricos, troca de lâmpadas, torneiras, dentre outros, quando solicitado;
15. Auxiliar na execução dos trabalhos de almoxarifado, no recebimento, armazenagem e distribuição dos materiais e/ou equipamentos;
16. Regar e cuidar de flores e demais vegetação ornamental nas áreas interna e externa dos prédios municipais;
17. Transportar, carregar e descarregar viaturas, arrumar móveis, equipamentos, volumes e materiais em geral;
18. Executar serviços de coleta e entrega de documentos, processos, correspondências, encomendas e outros afins dirigindo-se aos locais solicitados, recebendo e/ou entregando o material, objetivando atender as solicitações e necessidades administrativas da Administração Municipal;
19. Preparar e servir refeições, conforme instruções e cardápios pré-estabelecidos;
20. Recolher, lavar, secar e guardar utensílios de copa e cozinha;
21. Executar serviços de conservação e limpeza da copa e cozinha;
22. Elaborar pedidos de material para merenda;
23. Anotar o cardápio e a quantidade dos alimentos utilizados, para fins de controle;
24. Receber, guardar os alimentos recebidos;
25. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
26. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
27. Executar outras atividades correlatas.

AUXILIAR OPERACIONAL:

1. Exercer ou auxiliar na execução de quaisquer tarefas que não exijam qualificação profissional e/ou experiência prévia;
2. Abrir, fechar e limpar valas, desobstruindo caixas de captação e bueiros, entre outros;
3. Carregar e descarregar viaturas em geral;
4. Executar serviços de conservação e limpeza de estradas, jardins, praças, vias, logradouros e cemitérios públicos, terrenos baldios e outros, tapando buracos, capinando, roçando, varrendo, pintando meio fio e troncos de árvores, bem como a remoção de entulhos;
5. Operar roçadeiras nos serviços de limpeza de jardins e outros logradouros públicos;
6. Auxiliar na implantação e manutenção de estradas, executando serviços inerentes a sua função;
7. Podar, plantar e regar folhagens, árvores, grama, flores, entre outros, em parques, jardins e logradouros públicos;
8. Auxiliar calceteiros e pedreiros no preparo de argamassa, concreto e nos serviços de pavimentação, carregando materiais, equipamentos e ferramentas peculiares ao trabalho;
9. Executar serviços de limpeza de terrenos;
10. Auxiliar carpinteiros e encanadores na execução de pequenos trabalhos e reparos como montagem e desmontagem de andaimes, palcos, instalações de tubulações e outros similares;
11. Auxiliar o trabalho de operação da usina de asfalto limpando e/ou untando com óleo rolos, telas do silo, caminhões e alimentando o silo manualmente com brita e areia quando necessário;
12. Executar serviços de horta, virando e adubando a terra, capinando, plantando, transplantando mudas de verduras e legumes e regando os canteiros quando necessários;
13. Auxiliar o mecânico nos serviços de manutenção e reparo das viaturas municipais;
14. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
15. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
16. Executar outras atividades correlatas.

BORRACHEIRO:

1. Realizar trabalhos braçais que exijam conhecimento em borracharia;
2. Conduzir ao local de trabalho equipamentos técnicos;
3. Executar tarefas, tais como: confecção e conserto de capas e estofados;
4. Acender forjas; vulcanizar e recauchutar pneus e câmaras;
5. Engraxar, lubrificar e zelar pelo funcionamento e limpeza de equipamentos, veículos e máquinas utilizados ou em uso;
6. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
7. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
8. Executar outras atividades correlatas.

ENFERMEIRO:

1. Efetuar levantamentos e diagnósticos, junto as equipes locais de saúde, das unidades da região correspondente, essenciais ao planejamento estabelecendo objetivos e metas para os serviços de saúde, especificamente para a área de enfermagem;
2. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade;
3. Organizar sistema adequado de registro de atividade junto aos postos de saúde, recebendo e assegurando o encaminhamento de dados de interesse aos órgãos competentes e promovendo orientação sobre a importância do registro de dados ao pessoal de enfermagem, em especial;
4. Implementar as ações de saúde pública de acordo com as Ações Integradas de Saúde e as diretrizes municipais de saúde, em especial aquelas relacionadas ao plano de enfermagem, e participar das atividades programáticas intra-institucionais e interinstitucionais;
5. Elaborar estudos, que visem o aperfeiçoamento contínuo das atividades de enfermagem;
6. Realizar supervisão periódica das ações de saúde pertinentes a enfermagem, acompanhando e orientando a execução de atividades a nível local nas atividades de consulta de enfermagem, e consulta pré-natal;
7. Supervisionar as atividades de imunização provendo as necessidades de serviço de modo a garantir a ampliação da cobertura vacinal;
8. Contribuir ativamente para a implementação das atividades de vigilância epidemiológica de doenças infecto-contagiosas e de vigilância epidemiológica nutricional;
9. Participar das atividades desenvolvidas pela Municipalidade no sentido de promoção à ações de saneamento e de proteção e recuperação do meio ambiente;
10. Garantir as ações de promoção da saúde da mulher e da criança junto à população, de acordo com as diretrizes do Sistema Municipal de Saúde;
11. Realizar periodicamente avaliação das ações de saúde implantadas na região, com a participação das equipes locais e regionais de saúde;
12. Participar e contribuir para a consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município;
13. Executar consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem;
14. Prestar consulta de enfermagem e fazer prescrição da assistência de enfermagem, inclusive efetuando cuidados de enfermagem de maior complexidade de técnica e que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas;
15. Prescrever medicamentos previamente estabelecidos em programas de saúde pública ou em rotina aprovada pela instituição de saúde;
16. Prestar assistência de enfermagem à gestante, parturiente, puérpera e ao recém-nascido, inclusive prestando assistência obstétrica em situação de emergência;
17. Participar de programas e nas atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco;
18. Participar na elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de enfermagem;
19. Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução COFEN 160);
20. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
21. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
22. Executar outras atividades correlatas.

MECÂNICO DE MÁQUINAS EM GERAL:

1. Inspecionar veículos em geral, diretamente ou utilizando aparelhos específicos, a fim de detectar as causas da anormalidade de funcionamento;
2. Desmontar, limpar, reparar, ajustar e montar carburadores, peças de transmissão, diferencial e outras que requeiram exame, seguindo técnicas apropriadas e utilizando ferramental necessário;
3. Revisar motores e peças diversas, utilizando ferramentas manuais, instrumentos de medição e controle, e outros equipamentos necessários, para aferir-lhes as condições de funcionamento;
4. Regular, reparar e, quando necessário, substituir peças dos sistemas de freio, ignição, alimentação de combustível, transmissão, direção, suspensão e outras, utilizando ferramentas e instrumentos apropriados, para recondicionar o equipamento e assegurar seu funcionamento regular;
5. Montar motores e demais componentes do equipamento, guiando-se por esquemas, desenhos e especificações pertinentes, para possibilitar sua utilização;
6. Fazer reparos simples no sistema elétrico de veículos;
7. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
8. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
9. Executar outras atribuições inerentes ao cargo.

MÉDICO:

1. Prestar atendimento clínico a níveis de unidades básicas de saúde a pacientes em demanda espontânea, cuja origem é variada e incerta, responsabilizando-se integralmente pelo tratamento clínico dos mesmos;
2. Atender prioritariamente os pacientes de urgência e emergência identificados pelo enfermeiro classificador de risco;
3. Realizar consultas e procedimentos nas unidades de saúde, quando necessário, no domicílio do paciente;
4. Garantir a continuidade da atenção médica ao paciente grave, até a sua recepção por outro médico nos serviços de urgência ou na remoção e transporte de pacientes críticos a nível intermunicipal, regional e estadual, prestar assistência direta aos pacientes nas ambulâncias, realizar os atos médicos possíveis e necessários, até a sua recepção por outro médico;
5. Prestar assistência aos casos básicos de manifestação de doenças e perturbações mentais, solicitando apoio da equipe de saúde mental, quando necessário;
6. Prescrever medicamentos observando a padronização de condutas médicas e de uso de medicamentos da Prefeitura Municipal;
7. Registrar corretamente os dados referentes ao atendimento médico, utilizando o Boletim de Atendimento Médico Diário, o Boletim de Atendimento Médico Mensal e demais formulários;
8. Incentivar e participar ativamente na formação e acompanhamento dos grupos na comunidade (gestantes, nutrizes, CLIS e outros);
9. Participar e contribuir com as ações de saúde destinadas aos escolares da rede municipal de ensino;
10. Realizar atendimento individual, coletivo e matricial para pacientes em todas as faixas etárias e para todos os tipos de problemas dentro da complexidade do nível de atenção da sua atuação, inclusive de situações emergenciais e inesperadas;
11. Realizar consultas e procedimentos nas unidades de saúde, quando necessário, no domicílio do paciente;
12. Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências;
13. Encaminhar o paciente aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência;
14. Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;
15. Verificar e atestar óbito;
16. Realizar consultas, exames clínicos, solicitar exames subsidiários, analisar e interpretar seus resultados; emitir diagnósticos; prescrever tratamentos; orientar os pacientes, aplicar recursos da medicina preventiva ou curativa para promover, proteger e recuperar a saúde do cidadão;
17. Encaminhar pacientes de risco aos serviços de maior complexidade para tratamento e ou internação hospitalar, caso indicado;
18. Preencher os documentos inerentes à atividade de assistência pré-hospitalar à atividade do médico, realizar registros adequados sobre os pacientes, em fichas de atendimentos e prontuários assim como outros determinados pela Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social;
19. Dar apoio a atendimentos de urgência e emergência nos eventos externos de grande porte, de responsabilidade da Prefeitura Municipal;
20. Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho e executar outras tarefas correlatas à sua área de competência;
21. Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade;
22. Obedecer ao Código de Ética Médica;
23. Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

MÉDICO GINECOLOGISTA OBSTETRA:

1. Realizar consultas clínicas e examinar os pacientes fazendo inspeção, palpação e toque, para avaliar as condições gerais dos órgãos;
2. Realizar consultas e procedimentos nas unidades de saúde, quando necessário, no domicílio do paciente;
3. Encaminhar os pacientes aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência;
4. Realizar exames específicos de colposcopia, colpocitologia utilizando colposcópio e lâminas, para fazer diagnóstico preventivo de afecções genitais e orientação terapêutica;
5. Fazer cauterização do colo uterino, empregando termacautério ou outro processo, para tratar as lesões existentes;
6. Realizar assistência integral à saúde da mulher, inclusive com avaliação ginecológica, exame preventivo do câncer ginecológico e mamas e coleta de material para colcicitopatologia oncológica, quando indicado;
7. Participar da equipe de Saúde Pública, propondo ou orientando condutas, para promover programas de prevenção do câncer ginecológico e das mamas ou de outras doenças que afetam a área genital;
8. Colher secreções vaginais ou mamárias, para encaminhá-las a exame laboratorial, para auxiliar no diagnóstico;
9. Fazer a anamnese, exame clínico e obstétrico e requisitar ou realizar testes de laboratório, valendo-se de técnicas usuais, para compor o quadro clínico da paciente e diagnosticar a gravidez;
10. Requisitar exames de sangue, fezes e urina e interpretar os resultados dos mesmos, comparando-os com os padrões normais, para prevenir e/ou tratar anemias, sífilis, parasitoses;
11. Controlar a evolução da gravidez, realizando exames periódicos, verificando a mensuração uterina, o foco fetal, a pressão arterial e o peso para prevenir ou tratar as intercorrências clínicas ou obstétricas;
12. Prescrever medicamentos observando a padronização de condutas médicas e de uso de medicamentos da Prefeitura Municipal;
13. Indicar o tipo de parto atentando para as condições de pré-natal ou do período de parto, para assegurar resultados satisfatórios;
14. Realizar o exame pós-natal, fazendo a avaliação clínica e ginecológica, para verificar a recuperação do organismo materno;
15. Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências;
16. Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho e executar outras tarefas correlatas à sua área de competência;
17. Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade;
18. Obedecer ao Código de Ética Médica;
19. Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

MÉDICO PEDIATRA:

1. Prestar atendimento de passíveis de tratamento a níveis de pronto atendimento e unidades básicas de saúde pediátrico, em demanda espontânea, cuja origem é variada e incerta, responsabilizando-se integralmente pelo tratamento clínico dos mesmos;
2. Realizar consultas e procedimentos nas unidades de saúde e, quando necessário, no domicílio do paciente;
3. Encaminhar o paciente aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência;
4. Em caso de urgência e emergência, na falta de um médico clínico no local, ou em caso de real necessidade de atendimento rápido a pacientes com risco de vida, deve o médico pediatra atender o paciente sem distinção de idade, até que outro profissional assuma o caso;
5. Atender prioritariamente os pacientes de urgência e emergência identificados pelo enfermeiro;
6. Realizar consultas, exames clínicos, solicitar exames subsidiários, analisar e interpretar seus resultados, emitir diagnósticos, prescrever tratamentos, orientar os pacientes, aplicar recursos da medicina preventiva ou curativa para promover, proteger e recuperar a saúde do cidadão;
7. Prescrever medicamentos observando a padronização de condutas médicas e de uso de medicamentos da Prefeitura Municipal;
8. Encaminhar pacientes de risco aos serviços de maior complexidade para tratamento e ou internação hospitalar, caso indicado;
9. Garantir a continuidade da atenção médica ao paciente grave, até a sua recepção por outro médico nos serviços de urgência ou na remoção e transporte de pacientes críticos a nível intermunicipal, regional e estadual, prestar assistência direta aos pacientes nas ambulâncias, realizar os atos médicos possíveis e necessários, até a sua recepção por outro médico;
10. Preencher os documentos inerentes à atividade de assistência pré-hospitalar à atividade do médico;
11. Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências;
12. Dar apoio a atendimentos de urgência e emergência nos eventos externos de grande porte, de responsabilidade da administração;
13. Realizar registros adequados sobre os pacientes, em fichas de atendimentos e prontuários assim como outros determinados pela Secretaria Municipal de Saúde;
14. Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho e executar outras tarefas correlatas à sua área de competência;
15. Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade;
16. Obedecer ao Código de Ética Médica;
17. Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

MÉDICO PSIQUIATRA:

1. Promover ações em saúde que propicie o bem estar dos usuários, efetuando atendimentos médicos, nos diferentes níveis de atenção;
2. Emitir pareceres. Prescrever medicamentos e outros, utilizando-se da medicina preventiva e/ou terapêutica;
3. Prestar a plena atenção aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde, encaminhando pacientes para atendimento especializado, requerendo pareceres técnicos (contra-referência) e ou exames complementares, analisando e interpretando exames diversos, para estabelecer o diagnóstico, prognóstico e plano de tratamento, em conformidade com os ditames do código de ética médica do Conselho Federal de Medicina;
4. Manter o registro dos usuários atendidos (prontuário), incluindo a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução, procedimentos tomados, a fim de efetuar a orientação terapêutica adequada;
5. Emitir atestados de saúde, aptidão física e mental, óbito e outros em acordo com sua atribuição técnica com a finalidade de atender determinações legais. Prestar informações e orientações à população, visando proporcionar troca de conhecimentos, divulgar fatores de riscos e outros, participando dos grupos e/ou reuniões comunitárias;
6. Realizar exames de sanidade mental quando for solicitado;
7. Participar de equipes interdisciplinares e multiprofissionais, realizando atividades em conjunto, tais como: visitas médicas, discussão de casos, reuniões administrativas, visitas domiciliares etc.
8. Difundir os conhecimentos médicos preparando material didático, promovendo aulas, palestras, desenvolvendo pesquisas, participando de encontros, congressos e demais eventos na área;
9. Solicitar, quando necessário, exames complementares e pareceres de especialistas para melhor elucidação dos casos;
10. Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental.
11. Dar apoio a atendimentos de urgência e emergência nos eventos externos de grande porte, de responsabilidade da Instituição.
12. Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho e executar outras tarefas correlatas à sua área de competência
13. Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade
14. Obedecer ao Código de Ética Médica.
15. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho e executar outras tarefas correlatas à sua área de competência;
16. Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade;
17. Obedecer ao Código de Ética Médica;
18. Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

MOTORISTA I – VEÍCULOS DE PASSEIO, VANS E UTILITÁRIOS PEQUENOS:

1. Dirigir veículos de pequeno porte, e utilitários; tais como: carros de passeio, vans e utilitários pequenos;
2. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores;
3. Efetuar pequenos reparos de emergência e limpeza;
4. Reportar defeitos aos encarregados da manutenção;
5. Providenciar abastecimento, controle de revisões e manutenção preventiva;
6. Auxiliar na carga e descarga de mercadorias, materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados;
7. Transportar cargas ou pessoas, dentro e fora do Município;
8. Zelar pela guarda de materiais, equipamentos e acessórios bem como responsabilizar-se pelos mesmos;
9. Executar pequenas atividades administrativas como encaminhar ou buscar orçamentos, levar e buscar documentos cartoriais, judiciais e outros do gênero dentro e fora do Município, assinando, se necessário, dando a contra fé como servidor público;
10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
11. Executar tarefas correlatas.

MOTORISTA II – AMBULÂNCIA:

1. Dirigir veículos de ambulância;
2. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores;
3. Efetuar pequenos reparos de emergência e limpeza;
4. Reportar defeitos aos encarregados da manutenção;
5. Providenciar abastecimento, controle de revisões e manutenção preventiva;
6. Auxiliar na carga e descarga de mercadorias, materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados;
7. Transportar cargas ou pessoas, dentro e fora do Município;
8. Levar ou trazer resultados de exames de pacientes dentro e fora do Município;
9. Providenciar o embarque e desembarque de pessoas com problemas de saúde e dificuldade de locomoção para o interior da ambulância carregando-as na maca bem como transportá-las para o interior das residências, dos ambulatorios, hospitais e outros locais pertinentes;
10. Zelar pela guarda de materiais, equipamentos e acessórios bem como responsabilizar-se pelos mesmos;
11. Participar de cursos de primeiros socorros para operar a ambulância;
12. Prestar primeiros socorros às vítimas em trânsito no veículo sob sua responsabilidade;
13. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
14. Executar tarefas correlatas;

MOTORISTA III – ÔNIBUS:

1. Dirigir veículos de transporte coletivo de pessoas;
2. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores;
3. Efetuar pequenos reparos de emergência e limpeza;
4. Reportar defeitos aos encarregados da manutenção;
5. Providenciar abastecimento, controle de revisões e manutenção preventiva;
6. Auxiliar na carga e descarga de mercadorias, materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados;
7. Transportar cargas ou pessoas, dentro e fora do município;
8. Providenciar o embarque e desembarque de pessoas com problemas de saúde e dificuldade de locomoção para o interior do ônibus auxiliando-as a adentrar para o interior das residências, dos ambulatórios, hospitais e outros locais pertinentes;
9. Zelar pela guarda de materiais, equipamentos e acessórios bem como responsabilizar-se pelos mesmos;
11. Participar de cursos de primeiros socorros quando solicitados;
12. Prestar primeiros socorros às vítimas em trânsito no veículo sob sua responsabilidade;
13. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
14. Executar tarefas correlatas.

MOTORISTA IV – CAMINHÕES E CAMINHONETES:

1. Dirigir veículos tais como caminhões e caminhonetes;
2. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores;
3. Efetuar pequenos reparos de emergência e limpeza;
4. Reportar defeitos aos encarregados da manutenção;
5. Providenciar abastecimento, controle de revisões e manutenção preventiva;
6. Auxiliar na carga e descarga de mercadorias, materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados;
7. Transportar cargas, dentro e fora do Município;
8. Auxiliar carga e descarga, quando necessário;
9. Transportar materiais orgânicos, inorgânicos e minerais, tais como: cascalho, terra, areia, brita, resíduos domésticos sólidos, líquidos e outros materiais, bem como a distribuição de asfalto e emulsões correlatas;
10. Zelar pela guarda de materiais, equipamentos e acessórios bem como responsabilizar-se pelos mesmos;
11. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
12. Executar outras atividades correlatas.

NUTRICIONISTA:

1. Efetuar levantamentos e diagnósticos, junto às equipes locais de saúde, das unidades da região correspondente, essenciais ao planejamento, estabelecendo objetivos e metas para o serviço de saúde, especialmente no que se refere às atividades inerentes à alimentação e nutrição;
2. Prestar atendimento ambulatorial de dietoterapia à população, garantindo o registro das consultas e elaborando os movimentos referentes as estas consultas;
3. Implementar as ações de saúde pública de acordo com as diretrizes municipais de saúde, e participar das atividades programáticas intrainstitucionais e interinstitucionais;
4. Elaborar, junto aos profissionais de saúde local, regional e central, estudos e padronização relativas às atividades de nutrição e alimentação, buscando o aperfeiçoamento contínuo dos manuais de condutas dos serviços municipais de saúde;
5. Coordenar e supervisionar os programas de suplementação alimentar (PSA), implantados na rede de saúde, articulando-se com as demais instituições envolvidas no programa, Segundo as diretrizes Municipais de Saúde;
6. Administrar o PSA, prestando contas do consumo de alimentos, do número de beneficiários, dos desligamentos etc., às demais entidades envolvidas no programa;
7. Garantir as ações de promoção da saúde da mulher e da criança junto à população, de acordo com as diretrizes municipais de saúde;
8. Participar de projetos de pesquisa que envolvam a ciência da nutrição;
9. Emitir parecer técnico, quando solicitado, em assuntos relacionados a área de alimentação e nutrição;
10. Promover orientações junto aos órgãos municipais quanto à escolha, aquisição e estocagem de alimentos, bem como quanto à preparação, higiene e conservação dos mesmos;
11. Inspeccionar, junto aos órgãos que preparam merendas e alimentos, o processamento dos mesmos, os equipamentos utilizados na sua elaboração e a qualidade dos insumos e ingredientes utilizados;
12. Elaborar dietas para programas de merenda ou suplementação alimentar e assemelhados, e inspecionar o seu cumprimento;
13. Elaborar e desenvolver o treinamento de pessoal encarregado de preparar merendas e alimentos, observando o nível de rendimento, habilidade e higiene;
14. Disseminar técnicas de nutrição e alimentação, através de cursos, palestras e outros eventos assemelhados;
15. Estudar os hábitos alimentares e o estado nutricional da população, propondo medidas que visem a erradicação da desnutrição e deficiência alimentar;
16. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
17. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
18. Executar outras atividades correlatas.

ODONTÓLOGO:

1. Realizar levantamento epidemiológico para traçar o perfil de saúde bucal da população adstrita;
2. Realizar os procedimentos clínicos definidos na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde - NOB/SUS 96 - e na Norma Operacional Básica da Assistência à Saúde (NOAS);
3. Realizar o tratamento integral, no âmbito da atenção básica para a população adstrita;
4. Encaminhar e orientar os usuários que apresentem problemas complexos a outros níveis de assistência, assegurando seu acompanhamento, seguindo o manual de especialidades em Saúde Bucal e o caderno nº 17 de atenção básica saúde bucal (Ministério da Saúde);
5. Realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências/emergências;
6. Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;
7. Prescrever medicamentos e outras orientações na conformidade dos diagnósticos efetuados;
8. Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência;
9. Executar as ações de assistência integral, aliado a atuação à saúde coletiva, assistindo famílias, indivíduos ou grupo específicos, de acordo com planejamento local;
10. Coordenar ações coletivas voltadas para promoção e prevenção em saúde bucal;
11. Programar e supervisionar o fornecimento de insumos para as ações coletivas nos bairros e escolas do Município.
12. Capacitar as equipes de Saúde da Família no que se refere às ações educativas e preventivas em saúde bucal;
13. Supervisionar o trabalho realizado pelo Técnico em Saúde Bucal TSB e a auxiliar de Saúde Bucal- ASB;
14. Realizar, também, atendimentos de acordo com o que preconiza o Programa Saúde da Família, zelar e realizar a manutenção possível e pertinente para o funcionamento dos equipamentos periféricos;
15. Realizar, caso solicitado, tomadas radiográficas, profilaxias, moldagens para próteses e protocolos necessários para a confecção das mesmas;
16. Realizar, caso solicitado, auditorias e perícias odontológicas;
17. Administrar local e condições de trabalho, adotando medidas de precaução universal de biossegurança e assessoria nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
18. Atuar de acordo com o que é regido pelo disposto na lei 5081 de 24/08/1966, respeitando o código de ética odontológico e CRO-SC;
19. Executar outras atividades correlatas a função e ou determinadas pelo superior imediato e Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.
20. Coordenar ações coletivas voltadas para promoção e prevenção em saúde bucal.

PSICÓLOGO:

1. Realizar entrevistas psicológicas com o objetivo de seleção ou remanejamento de servidores;
2. Elaborar e implantar programas e projetos de treinamento de desenvolvimento de pessoal;
3. Acompanhar os treinandos nos cursos e avaliar os resultados dos treinamentos dos servidores;
4. Aplicar métodos e técnicas da psicologia do trabalho, para possibilitar o ajustamento do servidor no trabalho;
5. Participar da elaboração e aplicação de testes de seleção, de acordo com a função do cargo a ser preenchido;
6. Prestar assistência psicológica nas unidades de ensino municipal, fornecendo subsídios técnicos para orientação do processo ensino-aprendizagem;
7. Orientar e assistir aos professores e auxiliares de sala, quanto a sua postura diante das crianças com problemas emocionais e/ou psicomotores;
8. Sistematizar com a colaboração do professor o processo de acompanhamento do aluno em todos os aspectos de seu desenvolvimento;
9. Informar os pais sobre a ação educativa da escola para que possam acompanhar com mais segurança os aspectos psico-pedagógicos da educação de seus filhos;
10. Contribuir para o funcionamento da equipe multiprofissional da área da saúde, com estudos e trabalhos grupais, com o enfoque psicológico das perturbações da saúde;
11. Orientar no atendimento aos casos de perturbações psíquicas, nas ações de prevenção às doenças e perturbações mentais e nas ações de promoção da saúde mental;
12. Orientar as ações de reabilitação e ressocialização dos doentes e perturbados mentais, principalmente os egressos de hospitais psiquiátricos;
13. Participar na realização de diagnóstico de comunidade;
14. Participar de estudos de técnicas psicoterápicas alternativas;
15. Participar de estudos de ervas medicinais;
16. Assessorar tecnicamente as diversas áreas da municipalidade em questões psicológicas;
17. Realizar estudos psicológicos de interesse dos diversos órgãos da municipalidade;
18. Participar de estudos de técnicas grupais;
19. Supervisionar as atividades de estagiários de psicologia;
20. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
21. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
22. Executar outras atividades correlatas.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM:

1. Preparar o atendimento ambulatorial, responsabilizando-se pelo preparo e esterilização do material e equipamento a serem utilizados;
2. Receber, conferir e armazenar material de consumo, de expediente e medicamentos utilizados no atendimento;
3. Assistir ao Enfermeiro no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem;
4. Executar ações assistenciais de técnico de enfermagem;
5. Participar da programação da assistência de enfermagem;
6. Participar da orientação e supervisão do trabalho de enfermagem em grau auxiliar;
7. Atender os pacientes nas unidades de atendimento, tomando conhecimento do caso e resolvendo-o ou, de acordo com a complexidade, encaminhando-o ao profissional competente, ao serviço médico local ou aos serviços de emergência hospitalares;
8. Preencher, após conferir, movimento de estoques ou arquivo de receita, o mapa mensal de consumo de medicamentos;
9. Realizar serviços de assistência de enfermagem no que se refere a nebulizações (inaloterapia), curativos e retiradas de pontos, injeções, imunizações, orientações sobre aleitamento materno, pré-natal, puericultura, vacinação, desidratação e cuidados com doenças infecto-contagiosas, orientações gerais sobre cuidados de saúde e visita domiciliar, verificação e registro de sinais vitais, coleta e encaminhamento de material para exames laboratoriais, quando solicitado, coleta de material para exames de colpocitologia oncótica, quando indicado, encaminhando aos responsáveis ao Nível Central e efetuando registro em fichas e livros;
10. Auxiliar a equipe multiprofissional local e regional de saúde no atendimento às necessidades da comunidade;
11. Contribuir para organização e orientação de grupos de saúde na comunidade;
12. Promover o bom relacionamento entre a comunidade e o serviço de saúde;
13. Requisitar imediatamente, após avaliação de necessidades ou detecção de problemas, os reparos ou reposição de material permanente avariado, à enfermeira, ao médico ou ao dentista supervisor;
14. Participar da equipe de saúde;
15. Participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pela Prefeitura Municipal;
16. Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos profissionais de Enfermagem;
17. Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
18. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
19. Executar outras atividades correlatas.

TÉCNICO DE HIGIENE DENTAL:

1. Participar do treinamento de atendentes de consultórios dentários;
2. Colaborar nos programas educativos de saúde bucal;
3. Colaborar nos levantamentos e estudos epidemiológicos;
4. Educar e orientar os pacientes ou grupos de pacientes sobre prevenção e tratamento das doenças bucais;
5. Fazer a demonstração de técnicas de escovação;
6. Supervisionar, sob delegação, o trabalho das atendentes de consultórios dentários;
7. Proceder à conservação e a manutenção do equipamento odontológico;
8. Instrumentar o cirurgião dentista junto a cadeira operatória;
9. Fazer a tomada e revelação de radiografias;
10. Realizar testes de vitalidade pulpar;
11. Realizar a remoção de indutos, placas e cálculos supragengivais;
12. Inserir e condensar substâncias restauradas;
13. Proceder a limpeza e anti-sepsia do campo operatório antes e após os atos cirúrgicos bem como remover suturas;
14. Preparar materiais restauradores de modelagens, confeccionar modelos e preparar molduras;
15. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
16. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
17. Executar outras atividades correlatas.

ANEXO II**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ESCRITA**

CONHECIMENTOS COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO E INCOMPLETO: AGENTE OPERACIONAL DE VIGILÂNCIA, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR OPERACIONAL, BORRACHEIRO, MECÂNICO DE MÁQUINAS EM GERAL E MOTORISTA IV

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de texto(s). Sílabas e divisão silábica. Classes gramaticais: Substantivo, gênero (masculino e feminino), número (singular e plural) e grau (diminutivo e aumentativo). Classificação do substantivo (próprio, comum e coletivo). Adjetivo (número e gênero).

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES: Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, econômicos, sociais e atuais do Município de Videira (SC). Atualidades econômicas e políticas, em nível local e nacional.

HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO: Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para os trabalhos de limpeza e conservação externos como capina, recolhimento de resíduos, trabalhos de alvenaria e pintura. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Riscos na utilização de ferramentas, utensílios e máquinas no trabalho, cuidados que devemos tomar. Cuidados no manuseio de energia elétrica. Cuidados no trânsito (pedestre) e no transporte coletivo. O que fazer no caso de um acidente: engasgos, queimaduras, choque elétrico, atropelamento, etc.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AGENTE OPERACIONAL DE VIGILÂNCIA: Noções de segurança no trabalho: EPIS - Equipamentos de Proteção Individual; Regras de Segurança; Relações interpessoais; Ética profissional; Noções acerca das funções inerentes ao cargo, tais como: Técnicas e Métodos de Segurança e Vigilância; Prevenção de acidentes; Primeiros socorros; Atitudes diante de incêndios (uso de extintores); Conhecimentos básicos inerentes à área de atuação, especificamente sobre serviços de vigia e de vigilância (desarmada) de bens públicos móveis e imóveis, sejam patrimoniais ou de domínio público; conhecimentos acerca das formas de comunicação dos atos de depredação do patrimônio público, inclusive do patrimônio, histórico e cultural e das formas de comunicação das tentativas de arrombamento de portas, janelas, guaritas, outros e outros acessos aos prédios públicos municipais; conhecimentos sobre equipamentos necessários ao exercício das atribuições do cargo, bem como sua manutenção e conservação; conhecimentos sobre o controle de entrada e saída de pessoas e veículos nos locais de vigilância e da forma e meios para a comunicação de anormalidades e ocorrências diversas, no local e horário de trabalho.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS: Noções de higiene e limpeza. Conservação das instalações prediais. Materiais de limpeza e sua utilização. Destinação do lixo. Equipamentos para a segurança e higiene. Limpeza dos diferentes espaços. Limpeza de pisos, tapetes, móveis e objetos diversos; limpeza de paredes, tetos, portas, rodapés, luminárias, vidraças e persianas; limpeza de ralos, caixa de gordura, vasos e pias. Polimento de objetos, peças e placas de metal; Transporte de móveis, máquinas e utensílios. Uso e cuidados com materiais de limpeza e higiene, detergente, desinfetante e defensivo. Zelo do patrimônio. Ética profissional e ética no serviço público. Regras de hierarquias no serviço público municipal. Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho.

AUXILIAR OPERACIONAL: Noções básicas de conservação e manutenção de logradouros públicos. Noções básicas de higiene e limpeza. Cuidados elementares para com o patrimônio. Utilização de materiais e equipamento de limpeza, guarda e armazenagem de materiais e utensílios. Noções sobre preparação de covas, valas e canteiros. Conhecimentos práticos sobre funcionamento de máquina roçadeiras. Serviços relativos à jardinagem e gramados em geral. Limpeza e escavação de terrenos. Noções sobre os traços de argamassa e concreto mais utilizados na construção civil. Noções sobre colocação de telhas e cumeeiras de barro e de fibrocimento. Conhecimentos sobre nivelamento do solo com areia ou terra e o assentamento de paralelepípedos ou blocos de concreto. Ferramentas manuais normalmente utilizadas em atividades agrícolas: tipos, formas de uso, cuidados, preparação e manutenção para o uso. Noções básicas de segurança. Relações humanas. Noções de Qualidade e Produtividade.

BORRACHEIRO: Realizar manutenção de equipamentos, montar e desmontar pneu e alinhamento. Controlar a vida útil e utilização do pneu. Trocar e ressarcar pneu. Consertar pneus a frio e a quente, reparar câmara de ar, balancear conjunto de roda e pneu. Prestar socorro a veículos. Normas de higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Noções de segurança no trabalho e prevenção de acidentes. Regras de hierarquias no serviço público municipal. Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho.

MECÂNICO DE MÁQUINAS EM GERAL: Sistema de admissão e escapamento, sistema de refrigeração, sistema de alimentação, sistema de lubrificação, sistema elétrico, conjunto de direção, pneus (alinhamento, balanceamento, função, tempos, rodízios) motores (tipos, tempo, regulagem e peças), carrocerias (função), EPIs, noções de segurança no trabalho, primeiros socorros. Reparos e ajustamento de motores a combustão de baixa e alta compressão, movidos a gasolina, óleo diesel ou outros conjuntos mecânicos de automóveis, caminhões, tratores, patrol, rolo compactador, geradores de eletricidades e outros. Consertos de transmissão hidramática, tubo compressor, sistema de comando hidráulico e outros. Equipamentos que auxiliam no desenvolvimento do trabalho. Relações Humanas e interpessoais. Lei Complementar nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira. Lei Orgânica do Município de Videira.

MOTORISTA IV: Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, atualização e Legislação Complementar. Resoluções do CONTRAN. Primeiros socorros. Noções básicas de: mecânica, operação e manutenção preventiva dos equipamentos automotivos. Conhecimento de sistema de funcionamento dos componentes dos equipamentos como: leitura do painel, nível de óleo, de água, condições de freio, pneus, etc. Diagnósticos de falhas de funcionamento dos equipamentos. Lubrificação e conservação do veículo. Normas de segurança do trabalho e do trânsito e uso de equipamentos de proteção individual. Noções básicas de direção defensiva.

CONHECIMENTOS COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO: AGENTE ADMINISTRATIVO II, AGENTE SOCIAL, MOTORISTA I – VEÍCULOS DE PASSEIO, VANS E UTILITÁRIOS PEQUENOS, MOTORISTA II – AMBULÂNCIA, MOTORISTA III – ÔNIBUS, TÉCNICO DE ENFERMAGEM E TÉCNICO DE HIGIENE DENTAL

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de texto. Significação das Palavras: Sinônimos, antônimos, sentido próprio e figurado das palavras. Ortografia. Pontuação. Acentuação. Grafia das palavras. Morfologia. Emprego dos pronomes. Emprego dos verbos. Regras gramaticais. Regência nominal e verbal. Concordância nominal e verbal. Emprego dos porquês. Crase. Linguagem figurada. Conotação e denotação. Vícios de linguagem.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES: Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, institucionais, econômicos, sociais e atuais do Município, da microrregião, da região, do Estado de Santa Catarina, da Região Sul, do País e em nível global. Identificação de autoridades do Governo Federal, do Governo do Estado e do Município, relacionadas ao Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, segundo os respectivos cargos, ou mesmo de autoridades de outros países, ou de lideranças de influência regional, nacional ou mundial. Aspectos contemporâneos da humanidade. Conhecimentos históricos, geográficos, políticos e político-administrativos, em geral; conhecimentos atuais sobre meio ambiente, aquecimento global, fontes de energia, notadamente, as renováveis. Atualidades econômicas e políticas, em nível local, regional, estadual, nacional e mundial.

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA: Sistema Operacional – Características da interface gráfica: manipulação de janelas, acesso a menus, uso do mouse, área de trabalho, barra de tarefas e de inicialização rápida. Botão Iniciar: programas, documentos recentes, painel de controle, impressoras, desligar. Utilização do Explorer: operações com arquivos e pastas, atalhos, modos de visualização, unidades de rede, lixeira. Acessórios do Windows: calculadora, bloco de notas, paint. Editores de Textos - Manipulação de documentos: novo, salvar,

abrir, imprimir, proteger com senha, propriedades. Formatação de documentos: fonte, espaçamento, parágrafo, tabulação, maiúsculas e minúsculas, marcadores e numeração. Edição de documentos: localizar e substituir texto, selecionar, recortar, copiar, colar, numerar páginas, trabalhar com cabeçalho e rodapé, inserir figuras, quebrar páginas. Exibição de documentos: modo normal, layout de impressão, zoom, tela inteira. Configuração de documentos: margens, tamanho do papel, orientação para impressão. Tabelas: criar tabela, selecionar, inserir e eliminar células, formatar tabela, classificar. Ferramentas adicionais: verificar ortografia, corrigir palavras automaticamente, definir idioma, trabalhar com mala direta. Planilhas Eletrônicas – Área de trabalho: células, linhas e colunas, deslocamento do cursor na planilha, área de impressão, barra de edição, pastas de trabalho. Células: selecionar, copiar, recortar, colar, transpor, limpar, eliminar, proteger, inserir dados. Formatação de células e planilhas: formatar números, textos, datas e moedas, alinhamento, borda, fonte, padrões, formatação condicional. Utilização da Internet e Correio Eletrônico– Navegação: noções sobre endereços, configuração do browser, acessar links, avançar, retroceder e recarregar páginas, favoritos, download e upload de arquivos, gerenciamento pop-ups e cookies. Correio eletrônico: endereços de e-mail, escrever e enviar mensagens, anexar arquivos. - Versões dos softwares utilizados no programa: a) Sistema operacional Windows XP e Windows 7; b) Editores de textos e planilhas eletrônicas Microsoft Office XP, Microsoft Office 2007 e BR Office 2.0; c) Browser Internet Explorer 8.0 ou superior e Google Chrome.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AGENTE ADMINISTRATIVO II: Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Dos Direitos Sociais – Da Nacionalidade – Dos Direitos Políticos – Dos Municípios – Da Administração Pública – Dos Servidores Públicos. Generalidades Administrativas e Contábeis. Conhecimentos Básicos sobre Licitações (Lei 8.666/93). Correspondência Oficial. Conhecimento de arquivo, redação administrativa, carta comercial, requerimento, circular, memorando, ofícios, telegrama. Correio eletrônico. Conhecimento das rotinas de expedição de correspondência. Noções gerais de relações humanas. Conhecimentos gerais das rotinas administrativas. Lei Complementar nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira. Lei Orgânica do Município de Videira.

AGENTE SOCIAL: Legislação da Educação (Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96). LOAS / PNAS / NOBSUAS – (Lei Orgânica da Assistência Social - Lei nº 8.742/93; Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004). Políticas de Saúde e Sistema Único de Saúde (SUS). Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/90. Lei nº 8.842/94 - Política Nacional do Idoso. Constituição Federal - Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos; Direitos Sociais; Nacionalidade e Cidadania; Direitos e Partidos Políticos; Artigos 205 a 214 (com as Emendas). Lei Complementar nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira. Lei Orgânica do Município de Videira.

MOTORISTA I – VEÍCULOS DE PASSEIO, VANS E UTILITÁRIOS PEQUENOS: Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, atualização e Legislação Complementar. Resoluções do CONTRAN. Primeiros socorros. Noções básicas de: mecânica, operação e manutenção preventiva dos equipamentos automotivos. Conhecimento de sistema de funcionamento dos componentes dos equipamentos como: leitura do painel, nível de óleo, de água, condições de freio, pneus, etc. Diagnósticos de falhas de funcionamento dos equipamentos. Lubrificação e conservação do veículo. Normas de segurança do trabalho e do trânsito e uso de equipamentos de proteção individual. Noções básicas de direção defensiva. Lei Complementar nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira. Lei Orgânica do Município de Videira.

MOTORISTA II – AMBULÂNCIA: Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, atualização e Legislação Complementar. Resoluções do CONTRAN. Primeiros socorros. Noções básicas de: mecânica, operação e manutenção preventiva dos equipamentos automotivos. Conhecimento de sistema de funcionamento dos componentes dos equipamentos como: leitura do painel, nível de óleo, de água, condições de freio, pneus, etc. Diagnósticos de falhas de funcionamento dos equipamentos. Lubrificação e conservação do veículo. Normas de segurança do trabalho e do trânsito e uso de equipamentos de proteção individual. Noções básicas de direção defensiva. Lei Complementar nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira. Lei Orgânica do Município de Videira.

MOTORISTA III – ÔNIBUS: Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997, atualização e Legislação Complementar. Resoluções do CONTRAN. Primeiros socorros. Direção defensiva; Noções gerais de circulação e conduta; Noções de mecânica de autos; Noções de primeiros socorros; Manutenção e Limpeza de veículos. Lei Complementar nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira. Lei Orgânica do Município de Videira.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM: Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica. Esquema de vacinação – controle de doenças sexualmente transmissíveis. Orientação às gestantes no pré-natal. Precauções Universais, desinfecção e uso de aparelhos e utensílios. Saúde Pública e saneamento básico. Conhecimentos sobre: Hipercalcemia, Cianose, Tuberculose pulmonar e seu tratamento, Pneumonias, Varizes esôfago – gástricas, Rubéola, Alcalose respiratórias, Parada circulatória, Meningite. Causas de mortalidade infantil. Generalidades e conceitos fundamentais. As atribuições do profissional da categoria. Conhecimentos das técnicas de enfermagem (fundamentos de enfermagem). Normas de biossegurança. Assistência à saúde do adulto (problemas respiratórios, cardiológicos, diabetes mellitus, hipertensão arterial, etc.). Assistência à saúde da mulher, (pré-natal, preventivo do câncer do colo de útero e mama, planejamento familiar, etc.). Assistência à saúde da criança e do adolescente. Assistência à saúde mental. Assistência ao paciente hospitalizado. Precauções universais, desinfecções de utensílios. Saúde Pública. Sistema único de Saúde – SUS – princípios e diretrizes. Noções de vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis. Equipe de saúde e equipe de enfermagem. Programa da saúde da família – estratégia de reorientação do modelo assistencial. Esquema de vacinação – doenças parasitárias. Métodos contraceptivos. Rotinas Básicas: Pressão arterial – Temperatura, Acomodação de pacientes ao leito. Locais e forma de administração de remédios, aparelhos e utensílios. Verificação de trabalho de parto. Sintomas em parada cardiorrespiratória, choque circulatório. Doenças sexualmente transmissíveis, tipos, forma de contágio e prevenção. Unidades de transformação (g, mg, l, ml e cm³). Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica. Administração e Planejamento do Serviço de Enfermagem. Lei Complementar nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira. Lei Orgânica do Município de Videira.

TÉCNICO DE HIGIENE DENTAL: Higiene Dentária: doença periodontal; medidas de prevenção e controle das doenças bucais (cárie e doença periodontal). 2 - Odontologia Social: processo saúde/doença; epidemiologia em saúde bucal; políticas de saúde; organização e

planejamento de serviços de saúde. 3 - Materiais, equipamentos e instrumental: funcionamento, conservação e manutenção do equipamento; materiais odontológicos; instrumental odontológico; ergonomia. 4 - Fundamentos de Enfermagem: medidas de biossegurança em odontologia; primeiros socorros; anatomia bucal e dental. 5- Técnicas Auxiliares de Odontologia: radiologia dentária; técnicas de restaurações plásticas e de proteção do processo dentina-polpa; técnicas de laboratório em prótese dental; teste de vitalidade pulpar. Lei Complementar nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira. Lei Orgânica do Município de Videira.

CONHECIMENTOS COMUM AOS CARGOS DENÍVEL SUPERIOR: ASSISTENTE SOCIAL, ENFERMEIRO, MÉDICO, MÉDICO GINECOLOGISTA OBSTETRA, MÉDICO PEDIATRA, MÉDICO PSIQUIATRA, NUTRICIONISTA, ODONTÓLOGO E PSICÓLOGO

LÍNGUA PORTUGUESA: Compreensão e interpretação de texto. Significação das palavras: Sinônimos, antônimos, sentido próprio e figurado das palavras. Ortografia. Pontuação. Acentuação gráfica. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações). Concordância verbal e nominal. Crase. Emprego dos verbos. Regras gramaticais. Emprego dos porquês. Linguagem figurada. Conotação e denotação. Vícios de linguagem.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES: Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, institucionais, econômicos, sociais e atuais do Município, da microrregião, da região, do Estado de Santa Catarina, da Região Sul, do País e em nível global. Identificação de autoridades do Governo Federal, do Governo do Estado e do Município, relacionadas ao Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, segundo os respectivos cargos, ou mesmo de autoridades de outros países, ou de lideranças de influência regional, nacional ou mundial. Aspectos contemporâneos da humanidade. Conhecimentos históricos, geográficos, políticos e político-administrativos, em geral; conhecimentos atuais sobre meio ambiente, aquecimento global, fontes de energia, notadamente, as renováveis. Atualidades econômicas e políticas, em nível local, regional, estadual, nacional e mundial.

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA: Sistema Operacional – Características da interface gráfica: manipulação de janelas, acesso a menus, uso do mouse, área de trabalho, barra de tarefas e de inicialização rápida. Botão Iniciar: programas, documentos recentes, painel de controle, impressoras, desligar. Utilização do Explorer: operações com arquivos e pastas, atalhos, modos de visualização, unidades de rede, lixeira. Acessórios do Windows: calculadora, bloco de notas, paint. Editores de Textos - Manipulação de documentos: novo, salvar, abrir, imprimir, proteger com senha, propriedades. Formatação de documentos: fonte, espaçamento, parágrafo, tabulação, maiúsculas e minúsculas, marcadores e numeração. Edição de documentos: localizar e substituir texto, selecionar, recortar, copiar, colar, numerar páginas, trabalhar com cabeçalho e rodapé, inserir figuras, quebrar páginas. Exibição de documentos: modo normal, layout de impressão, zoom, tela inteira. Configuração de documentos: margens, tamanho do papel, orientação para impressão. Tabelas: criar tabela, selecionar, inserir e eliminar células, formatar tabela, classificar. Ferramentas adicionais: verificar ortografia, corrigir palavras automaticamente, definir idioma, trabalhar com mala direta. Planilhas Eletrônicas – Área de trabalho: células, linhas e colunas, deslocamento do cursor na planilha, área de impressão, barra de edição, pastas de trabalho. Células: selecionar, copiar, recortar, colar, transpor, limpar, eliminar, proteger, inserir dados. Formatação de células e planilhas: formatar números, textos, datas e moedas, alinhamento, borda, fonte, padrões, formatação condicional. Utilização da Internet e Correio Eletrônico– Navegação: noções sobre endereços, configuração do browser, acessar links, avançar, retroceder e recarregar páginas, favoritos, download e upload de arquivos, gerenciamento pop-ups e cookies. Correio eletrônico: endereços de e-mail, escrever e enviar mensagens, anexar arquivos. - Versões dos softwares utilizados no programa: a) Sistema operacional Windows XP e Windows 7; b) Editores de textos e planilhas eletrônicas Microsoft Office XP, Microsoft Office 2007 e BR Office 2.0; c) Browser Internet Explorer 8.0 ou superior e Google Chrome.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ASSISTENTE SOCIAL: História e reconceitualização do Serviço Social. O Serviço Social no Brasil. Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. Trabalho e Serviço Social. Planejamento e Serviço Social. O código de ética profissional do assistente social. Instituições Públicas e Políticas Públicas. Relação Estado / Sociedade. Pobreza e desigualdade social no Brasil. Etapas/fases do processo de política pública: formulação, implementação, execução, acompanhamento, monitoramento, avaliação. Gestão social das Políticas Públicas: elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais. Pesquisa em Serviço Social. Conselhos e Conferências. Lei Orgânica da Saúde, Sistema Único de Saúde - SUS, Lei Orgânica da Assistência Social, Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Redes de atendimento. Desenvolvimento local: concepção de território, participação no poder local, planejamento participativo, plano diretor, questões sociais urbanas e rurais. Família: As novas modalidades de família, metodologias de abordagem familiar. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso. Declaração dos Direitos Humanos. Lei Complementar nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira. Lei Orgânica do Município de Videira.

ENFERMEIRO: Assistência de enfermagem à criança, ao adulto e ao idoso. Promoção, recuperação e reabilitação da saúde. Necessidades biopsicossociais do indivíduo nas diferentes faixas etárias. Enfermagem médico-cirúrgica: Patologia e procedimentos. Enfermagem em saúde pública. Enfermagem em pediatria: patologias e procedimentos. Enfermagem e saúde mental. Enfermagem em gineco-obstetrícia: procedimentos. Prevenção e controle de infecções. Administração de medicamentos. Assistência de enfermagem ao paciente crítico. Administração em Enfermagem. Liderança. Enfermagem em neonatologia: patologias e procedimentos. Enfermagem de emergências. Processo de enfermagem. Legislação e Saúde Pública: Legislação aplicada ao desempenho profissional. Conceitos de saúde pública e saúde coletiva. Conceitos dos princípios da Reforma Sanitária. Educação em saúde. SUS e política nacional de saúde. Ações de atenção à saúde da criança, escolar, adolescente, mulher, homem, idoso. DST/AIDS, mental, tuberculose, hanseníase. Ações de Atenção à Vigilância em Saúde: a) Vigilância Epidemiológica; b) Vigilância Sanitária e Ambiental; c) Vigilância à Saúde do Trabalhador. Ética Profissional. Lei Complementar nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira. Lei Orgânica do Município de Videira.

MÉDICO: Legislação: Lei Orgânica do Município; Estatuto do Servidor Público Lei Complementar nº 129/12, De 14 De Dezembro De 2012; Políticas de Saúde: Políticas de Saúde no Brasil. Sistema Único de Saúde (SUS) e municipalizações. Constituição Federal de 1988: Seção II da Seguridade Social, Título VIII da Ordem Social, Lei Orgânica de Saúde nº 8080/90 e suas posteriores alterações. Evolução histórica da organização do sistema de saúde no Brasil e a construção do Sistema Único de Saúde - seus princípios, suas diretrizes e seu arcabouço legal; As normas operacionais do SUS; A questão do controle social; O paradigma da promoção da saúde; A estratégia de saúde da família - sua

evolução, seus princípios e sua aplicação. Municipalização da Saúde. Situação da Saúde no Brasil. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; Crimes contra a saúde pública – Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Clínica Médica: Prontuário Médico; Reanimação Cardiorrespiratória; Preenchimento de Declaração de Óbito; Doenças de Notificação Compulsória; Noções de Farmacologia; Emergências hospitalares; Conceitos Fundamentais das Diversas Especialidades Clínicas. Ações de Vigilância Epidemiológica e Imunização. Noções Básicas de Toxicologia Ambiental e Saúde Ocupacional. Noções Básicas de Urgência/Emergência na Prática Médica. - Reanimação Cardior-respiratóriacerebral. Emergência Hipertensiva. Infarto agudo do miocárdio. Arritmias cardíacas paroxísticas. Insuficiência cardíaca. Edema agudo de pulmão. Insuficiência respiratória. Pneumonias. Insuficiência renal aguda. Emergências urológicas: cólica nefrética, retenção urinária, hematuria e infecções. Hemorragia digestiva. Enterocolopatias. Colecistite aguda. Lesões agudas da mucosa gastroduodenal. Meningites. Septicemias. Profilaxia de raiva e tétano. Descompensações no paciente diabético. Acidente vascular cerebral. Estado epilético. Intoxicações agudas. Acidentes por animais peçonhentos. Choque. Traumatismo crânio encefálico. Traumatismo abdominal. Traumatismo torácico. Embolia pulmonar. Ressuscitação cardiopulmonar Acesso vascular: indicações e técnicas. Distúrbios do equilíbrio ácido-básico: interpretação de gasometria arterial. Desequilíbrio hidro-eletrolítico. Conduta quanto a ferimentos superficiais: indicação de sutura, antibioticoterapia, profilaxia antitetânica e antirrábica. O paciente politraumatizado: avaliação inicial; tratamento do choque hemorrágico; avaliação inicial do traumatismo crânio-encefálico. Doenças cardiovasculares: avaliação inicial de precordialgias; crônica, avaliação do paciente com hemoptise. Doenças do aparelho digestivo: esofagites; corpo estranho no esôfago; doença ulcerosa péptica; sangramento digestivo alto e baixo; avaliação inicial do abdome agudo; apendicite; megacolo, volvo de sigmoide; diarreias agudas; pancreatites agudas e crônicas; colecistites; hepatopatias agudas e crônicas. Doenças do aparelho gênito-urinário: infecções alta e baixa; litíase; orquiepididimites; insuficiência renal aguda e crônica. Ginecologia e obstetrícia: avaliação inicial de sangramento vaginal e infecção urinária durante a gravidez. Doenças infectocontagiosas: DST. AIDS, meningites virais e bacterianas, meningococcemia, tétano, choque séptico. Doenças do sistema endócrino: cetoacidose diabética, descompensação diabética hiperosmolar. Doenças neurológicas: AVC, epilepsias. Oftalmologia e otorrinolaringologia: sinusites, diagnóstico diferencial de hiperemias oculares. Urgências e emergências: reanimação cardiopulmonar. Avaliação e tratamento inicial do paciente em choque. Imobilizações e cuidados no local do acidente. Atendimento inicial ao paciente traumatizado. Diagnóstico e tratamento inicial das emergências diabéticas. Anafilaxia e reações alérgicas agudas. Controle agudo da dor. Diagnóstico e tratamento inicial das síndromes coronárias agudas. Diagnóstico e tratamento inicial da embolia de pulmão. Insuficiência respiratória aguda. Hemorragias digestivas. Anestesia para realização de suturase drenagem de abscessos. Principais problemas médicos relacionados aos idosos. Rastreamento de doenças cardiovasculares e do câncer. Prevenção do câncer. Exame periódico de saúde. Promoção da saúde: controle da obesidade, tabagismo e vacinação. Lei Complementar nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira. Lei Orgânica do Município de Videira. infarto do miocárdio; insuficiência cardíaca congestiva e edema agudo de pulmão; embolia pulmonar; emergência hipertensiva; insuficiência arterial aguda; trombose venosa profunda. Doenças respiratórias: pneumonias, tuberculose, pneumotórax, asma, doença pulmonar obstrutiva.

MÉDICO GINECOLOGISTA OBSTETRA: Lei Orgânica do Município; Estatuto do Servidor Público Lei Complementar Nº 129/12, De 14 De Dezembro De 2012; Políticas de Saúde: Políticas de Saúde no Brasil. Sistema Único de Saúde(SUS) e municipalizações. Constituição Federal de 1988: Seção II da Seguridade Social, Título VIII da Ordem Social, Lei Orgânica de Saúde nº 8080/90 e suas posteriores alterações. Evolução histórica da organização do sistema de saúde no Brasil e a construção do Sistema Único de Saúde -seus princípios, suas diretrizes e seu arcabouço legal; As normas operacionais do SUS; A questão do controle social; O paradigma da promoção da saúde; A estratégia de saúde da família – sua evolução, seus princípios e sua aplicação. Municipalização da Saúde. Situação da Saúde no Brasil. Código de Ética Médica Estadiamento do câncer genital e mamário. Câncer do colo uterino. Hiperplasia endometrial. Carcinoma do endométrio. Câncer de ovário. Síndrome do climatério. Osteoporose pós menopáusia. Distúrbios do sono no climatério. Acompanhamento do paciente sobreposição hormonal. Fisiologia menstrual. Amenorreia. Disfunção menstrual. Anovulação crônica. Dismenorreia. Síndrome pré-menstrual. Endometriose. Hiperprolactinemia. Tumor de ovário com atividade endócrina. Citopatologia genital. Lesões benignas da vulva e da vagina. Lesões benignas do colúterino. Cervicites. Infecção do trato genital inferior pelo HPV: Diagnóstico e tratamento. Métodos moleculares de diagnóstico em patologia do trato genital inferior. Corrimento genital. Infecção genital baixa. Salpingite aguda. Dor pélvica crônica. Doenças benignas do útero. Prolapso genital eroturas perineais. Incontinência urinária de esforço. Infecção urinária na mulher. Bexiga hiperativa. Câncer de mama. Mamografia e USG (indicações, técnicas e interpretação). Lesões não palpáveis de mama: diagnóstico e conduta. Terapêutica sistêmica do carcinoma de mama. Neoplasias benignas de mama: fibroadenoma, papiloma e tumores filodes. Alteração funcional benigna da mama. Mastites e cistos mamários. Fluxos papilares. Mastalgias cíclicas e acíclicas. Procedimentos invasivos em mastologia. Ultrassom de mama: indicação e técnica. Procedimentos invasivos dirigidos pela mamografia e ultrassom. Lei Complementar nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira. Lei Orgânica do Município de Videira.

MÉDICO PEDIATRA: Lei Orgânica do Município; Estatuto do Servidor Público Lei Complementar Nº 129/12, De 14 De Dezembro De 2012; Políticas de Saúde: Políticas de Saúde no Brasil. Sistema Único de Saúde (SUS) e municipalizações. Constituição Federal de 1988: Seção II da Seguridade Social, Título VIII da Ordem Social, Lei Orgânica de Saúde nº 8080/90 e suas posteriores alterações. Evolução histórica da organização do sistema de saúde no Brasil e a construção do Sistema Único de Saúde - seus princípios, suas diretrizes e seu arcabouço legal; As normas operacionais do SUS; A questão do controle social; O paradigma da promoção da saúde; A estratégia de saúde da família – sua evolução, seus princípios e sua aplicação. Municipalização da Saúde. Situação da Saúde no Brasil. Código de Ética Médica Crescimento e desenvolvimento. Icterícia neonatal. Infecções perinatais. Imunizações. Anemias carenciais e anemias hemolíticas. Púrpuras, tumores comuns na infância. Doenças de notificação compulsória. Infecções de vias superiores. Infecções de vias aéreas inferiores. Asma brônquica. Patologias alérgicas na infância. Distúrbios hidroeletrólíticos e ácido-básico. Terapia de hidratação oral e parenteral. Síndrome da má absorção aguda e crônica. Infecção urinária. Glomerulites e hipertensão arterial. Osteoartrites. Infecções de partes moles. Antibioticoterapia. Doenças parasitárias. Queimaduras. Intoxicações exógenas. Hepatites. Doenças do tecido conjuntivo. Doenças exantemáticas. Mordeduras humanas e por animais. A criança vitimizada. Patologias cirúrgicas comuns na infância. Síndromes nefrótica e nefrítica. Septicemia e choque séptico. Diabetes melitus e cetoacidose diabética. Parada cardiorrespiratória. Insuficiência cardíaca. Cardiopatias congênitas. Malformações congênitas comuns. Convulsão. Lei Complementar nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira. Lei Orgânica do Município de Videira.

MÉDICO PSIQUIATRA: Lei Orgânica do Município; Estatuto do Servidor Público Lei Complementar Nº 129/12, De 14 De Dezembro De 2012; Políticas de Saúde: Políticas de Saúde no Brasil. Sistema Único de Saúde (SUS) e municipalizações. Constituição Federal de 1988: Seção II da Seguridade Social, Título VIII da Ordem Social, Lei Orgânica de Saúde nº 8080/90 e suas posteriores alterações. Evolução

histórica da organização do sistema de saúde no Brasil e a construção do Sistema Único de Saúde - seus princípios, suas diretrizes e seu arcabouço legal; As normas operacionais do SUS; A questão do controle social; O paradigma da promoção da saúde; A estratégia de saúde da família - sua evolução, seus princípios e sua aplicação. Municipalização da Saúde. Situação da Saúde no Brasil. Código de Ética Médica Psicologia médica. Psiquiatria social e comunitária. Interconsulta e psiquiatria de hospital geral. Epidemiologia psiquiátrica. Transtornos mentais orgânicos. Transtornos mentais decorrentes do uso de álcool e drogas. Esquizofrenia. Transtornos do humor. Transtornos ansiosos. Transtornos alimentares. Transtornos da personalidade. Transtornos mentais da infância e adolescência. Urgências psiquiátricas. Psico-farmacologia. Eletroconvulsoterapia. Noções psicodinâmicas de funcionamento mental. Noções de técnica psicanalítica e psicoterápicas. Noções de psicanálise e modalidades psicoterápicas psicodinâmicas. Desenvolvimento psíquico. Adolescência e conflito emocional. Equipe multidisciplinar e manejo psicodinâmico de pacientes internados e ambulatoriais. Lei Complementar nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira. Lei Orgânica do Município de Videira.

NUTRICIONISTA: O exercício da profissão de nutricionista. Regulamentação da profissão de nutricionista. Código de ética do nutricionista. Condições higiênicas-sanitárias dos alimentos. Manual de boas práticas nos serviços de alimentação. Avaliação de perigos e pontos críticos. Contaminação dos alimentos. Higiene do manipulador. Higiene na operação de preparo dos alimentos. Fatores ligados à presença, número e proporção dos micro-organismos. Cálculo para dimensionamento do pessoal e número de substitutos. Educação em serviço e treinamento. Custos e produtividade no serviço de alimentação controle de qualidade. Planejamento de um lactário. Fator de correção dos alimentos. Cálculo do número de refeições diárias. Nutrição nas diferentes fases de vida: infância, adolescência, adulto, idoso. Peso, estatura, percentual de gordura corporal. Nutrição na gravidez. Nutrição maternoinfantil. Cuidado nutricional em doenças de má-absorção, Anemia, Câncer e AIDS. Cuidado nutricional em doenças gastrointestinais. Equilíbrio de energia e manejo do peso. Cálculo das necessidades energéticas e planejamento de dieta para portadores de doenças inflamatórias do Intestino, Diabetes Mellitus, Renais agudos e crônicos. Hepatopatias agudas e crônicas. Desnutrição. Planejamento alimentar nos pacientes com cardiopatia aguda e crônica. Pneumopatias agudas e crônicas. Nutrição nas doenças gastrointestinais. Macronutrientes e Oligoelementos. Nutrição e Atividade física. Anorexia e Bulimia. Cuidado nutricional para recém-nascido de baixo peso e alto risco. Indicações e técnicas de ministração de nutrição enteral. Vias de acesso e complicações em nutrição enteral e parenteral. Nutrição enteral e parenteral em Pediatria, insuficiência renal, hepática e cardíaca. Nutrição e saúde coletiva. Epidemiologia nutricional. Interações entre drogas e alimentos/ nutrientes. Nutrição e saúde oral. Nutrição e hipertensão. Nutrição e doenças reumáticas saúde psíquica. Planejamento de cardápios para escolares. Nutrição e saúde psíquica. Educação nutricional para coletividades. NASF (núcleo de apoio à saúde da família). Programa Nacional de Alimentação Escolar. Segurança Alimentar e Nutricional. Lei Complementar nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira. Lei Orgânica do Município de Videira.

ODONTÓLOGO: Sistema Único de Saúde (SUS): Lei Federal 8.080/90 e 8.142/90. Política Nacional de Atenção Básica (Portaria n. 648/GM de 28/03/2006). Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão (Portaria n. 399/GM, de 22/02/2006, e Portaria n. 699/GM, de 30/03/2006). Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Portaria n. 154, de 24/01/2008, e suas alterações). **ODONTOLOGIA PREVENTIVA e SAÚDE BUCAL COLETIVA e CLÍNICA INTEGRAL:** Formação e composição da saliva. Etiologia e comportamento da cárie dental. Filosofia de tratamento integral. Noções de microbiologia bucal, placa dental, saliva, dieta, higiene bucal. Quimioprofilaxia da cárie dentária. Risco de cárie e atividade cariogênica. Diagnóstico e prognóstico de cárie. Métodos e mecanismos de ação do flúor. Plano de tratamento integrado em odontologia. Biossegurança em odontologia. Processo saúde doença. Promoção e educação em saúde. Exercício ético e legal da odontologia no Brasil. **PERIODONTIA:** Epidemiologia da doença periodontal. Anatomia do periodonto. Patogenia da doença periodontal. Inter-relação periodontia e demais áreas da odontologia. Cirurgia periodontal. **ODONTOPEDIATRIA:** Características da Infância à adolescência e suas dinâmicas de mudanças. Patologias e anomalias em Odontopediatria. Uso de antimicrobianos. Hábitos bucais. Morfologia da superfície oclusal. Trauma dental na dentição decídua. Controle da dor e tratamentos indicados aos paciente odontopediátricos. Abordagens preventivas e clínicas em odontopediatria. Doenças bucais e manifestações sistêmicas. Tratamento não invasivo. **ODONTOGERIATRIA:** Processo de envelhecimento. Odontologia geriátrica. Aspectos psicológicos relacionados o idoso. Atenção de saúde ao idoso. **DENTÍSTICA RESTAURADORA:** Propriedades, indicações e técnicas e uso das resinas compostas, amálgamas e cimento ionômeros de vidro. Restaurações diretas em dentes anteriores fraturados. Noções de oclusão e procedimentos clínicos de tratamento das disfunções. Abordagem de dentes tratados endodonticamente. Sistemas adesivos odontológicos. Clareamento de dentes vitais e não vitais. **PSICOLOGIA NA ODONTOLOGIA:** Formação de vínculo no atendimento odontológico. Relação paciente-profissional. Controle do comportamento. Desenvolvimento humano. Dinâmica familiar. Conceitos de stress e sua relação com a saúde bucal. **FARMACOLOGIA:** Farmacologia aplicada ao atendimento odontológico e suas implicações clínicas. Farmacologia geral. Princípios gerais do uso correto de fármacos para o tratamento da dor. Anestésicos locais. Antimicrobianos de uso corrente em odontologia. **ENDODONTIA:** Métodos de diagnóstico. Materiais para a proteção do complexo dentino-pulpar. Tratamento conservador da polpa dentária. Traumatismos alvéolo-dentário. Doenças da polpa e periápice. Urgências em endodontia. **EXODONTIA:** Anatomia aplicada. Indicações e contra-indicações. Exames complementares. Assepsia e barreiras de proteção. Técnicas Operatórias. Pós-operatório em exodontia. **PATOLOGIA BUCAL:** Tumores benignos e malignos da cavidade bucal, suas incidências, características clínicas, tratamento e prognóstico. Lesões cancerizáveis. Lesões císticas. Epidemiologia. Infecções bacterianas. Doenças fúngicas e protozoárias. Infecções virais. Patologia das glândulas salivares. Ética no trabalho.

PSICÓLOGO: Histórico da Psicologia; Métodos da Psicologia; O Arco reflexo; A Inteligência; A Motivação e a Aprendizagem; O processo de aprendizagem segundo Piaget; A Personalidade; A sensação e a percepção; A Psicanálise; O Gestalt - Terapia; O Behaviorismo; Os testes psicológicos; Etiologia das Deficiências Mentais; Desordens da Personalidade; Deficiências Mentais; Conhecimentos em Psicomotricidade; Psicoterapia de grupo; Desenvolvimento infantil; Psicoterapia Breve; Orientação Familiar; sistema de RH: conceitos e objetivos desenvolvimento organizacional; recrutamento de RH: conceito e execução; etapas do processo de recrutamento, fontes de recrutamento, previsão de recursos humanos; seleção de pessoal: conceito, técnicas de seleção, entrevista de seleção, objetivos e tipos de entrevista; testes de seleção: conceito e espécies; treinamento de pessoal: conceito, importância e objetivos, levantamento das necessidades de treinamento, planejamento, organização, execução e avaliação do treinamento; Avaliação de desempenho: conceito e objetivos métodos de avaliação de desempenho, entrevistas nas avaliações de desempenho; psicologia do desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e emocional; avaliações psicológicas: fundamentos das medidas psicológicas; qualidade de vida no trabalho; saúde coletiva: políticas de saúde mental; saúde mental e trabalho; gestão de pessoas, organização, inteligência emocional, gestão de marketing pessoal e conceito metacompetência. Lei Complementar nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira. Lei Orgânica do Município de Videira.

NORMAS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS**Título I****NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA**

Na realização da prova escrita, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de ser desclassificado no certame:

1. A data provável para realização da Prova Escrita Objetiva é o dia 11 de dezembro de 2016 (data sujeita à alteração), com início às 8h30min e término às 11h30min (horário oficial de Brasília, DF), em local a ser definido e publicado por meio de Edital, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da realização, nos sites www.assconpp.com.br e www.videira.sc.gov.br.

1.1. A abertura dos portões acontecerá às 7h30min.

1.2. O fechamento dos portões acontecerá às 8h20min.

1.3. A prova terá duração máxima de 3 (três) horas e mínima de 1 (uma) hora.

2. O candidato deverá comparecer no local da prova, convenientemente trajado, portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica de tubo transparente, com tinta azul ou preta;

2.1. são considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

2.2. não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

3. A prova será composta por questões de múltipla escolha com 5 (cinco) alternativas de resposta cada, sendo que apenas 1 (uma) alternativa estará correta, na forma abaixo:

3.1. para os candidatos aos cargos de Agente Operacional de Vigilância, Auxiliar de Serviços Gerais, Auxiliar Operacional e Borracheiro:

CONTEÚDO	Nº de Questões	Peso	Pontos
Língua Portuguesa	5	0,40	2,00
Conhecimentos Gerais e Atualidades	5	0,40	2,00
Higiene e Segurança do Trabalho	5	0,40	2,00
Conhecimentos Específicos	5	0,80	4,00
Total:	20	-	10,00

3.2. para os candidatos ao cargo de Mecânico de Máquinas em Geral:

CONTEÚDO	Nº de Questões	Peso	Pontos
Língua Portuguesa	5	0,40	2,00
Conhecimentos Gerais e Atualidades	5	0,40	2,00
Higiene e Segurança do Trabalho	5	0,40	2,00
Conhecimentos Específicos	5	0,80	4,00
Total:	20	-	10,00

3.3. para os candidatos aos cargos de Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes:

CONTEÚDO	Nº de Questões	Peso	Pontos
Língua Portuguesa	5	0,40	2,00
Conhecimentos Gerais e Atualidades	5	0,40	2,00
Higiene e Segurança do Trabalho	5	0,40	2,00
Conhecimentos Específicos	5	0,80	4,00
Total:	20	-	10,00

3.4. para os candidatos aos cargos de Motorista I – Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos, Motorista II – Ambulância e Motorista III – Ônibus:

CONTEÚDO	Nº de Questões	Peso	Pontos
Língua Portuguesa	5	0,30	1,50
Conhecimentos Gerais e Atualidades	5	0,20	1,00
Informática	5	0,30	1,50
Conhecimentos Específicos	15	0,40	6,00
Total:	30	-	10,00

3.5. para os candidatos aos cargos de Agente Administrativo II, Agente Social, Técnico de Enfermagem e Técnico de Higiene Dental:

CONTEÚDO	Nº de Questões	Peso	Pontos
Língua Portuguesa	5	0,30	1,50

CONTEÚDO	Nº de Questões	Peso	Pontos
Conhecimentos Gerais e Atualidades	5	0,20	1,00
Informática	5	0,30	1,50
Conhecimentos Específicos	15	0,40	6,00
Total:	30	-	10,00

3.6. para os candidatos aos cargos de Assistente Social, Enfermeiro, Médico, Médico Ginecologista Obstetra, Médico Pediatra, Médico Psiquiatra; Nutricionista, Odontólogo e Psicólogo:

CONTEÚDO	Nº de Questões	Peso	Pontos
Língua Portuguesa	5	0,20	1,00
Conhecimentos Gerais e Atualidades	5	0,20	1,00
Informática	5	0,20	1,00
Conhecimentos Específicos	25	0,28	7,00
Total:	40	-	10,00

4. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de ficar excluído do Processo Seletivo:

- 4.1. comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Processo Seletivo, bem como consultar livros ou apontamentos;
- 4.2. ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;
- 4.3. portar telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação.

5. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova.

6. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 2 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos.

7. Todas as respostas da prova deverão ser transportadas para o cartão-resposta.

7.1. Não serão computadas as questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.

8. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos.

9. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se do local. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram.

10. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal o caderno da prova e o cartão-resposta devidamente preenchido.

10.1. Caso o candidato não entregar o cartão-resposta ou o caderno de prova será eliminado automaticamente deste Processo Seletivo.

11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as suas provas e retirar-se definitivamente do local simultaneamente, depois de haver rubricado envelope lacrado, contendo todas as provas e cartões-resposta daquela sala.

12. É terminantemente proibida a inserção e qualquer forma de sinal ou marca, sobre os cartões-resposta, que possa ser interpretada como identificação de determinado candidato.

12.1. Se for constatada qualquer inserção de sinal ou marca no cartão-resposta o candidato será automaticamente desclassificado do processo seletivo.

Título III

METODOLOGIA DE APLICAÇÃO DAS PROVAS PRÁTICAS

Na prova prática serão avaliados os conhecimentos específicos, as habilidades e aptidões que o candidato possui para desempenhar as atribuições do cargo, com ênfase na especialidade para o qual está sendo selecionado, conforme atribuições/responsabilidades que constam no Anexo I deste Edital.

O candidato deverá dirigir o veículo de acordo com as normas estabelecidas pela Lei nº 9503/1997 – Código de Trânsito Brasileiro. A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado e seguindo a Resolução CONTRAN nº 168, de 14 de dezembro de 2004 e alterações, atribuindo-se penalidades graves, médias e leves para cada infração cometida, em consonância com o art. 19, com perdas dos pontos correspondentes.

1. Metodologia de aplicação da prova prática

1.1. Os candidatos aos cargos de Mecânico de Máquinas em Geral, Motorista I – Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos, Motorista II – Ambulância, Motorista III – Ônibus e Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes deverão apresentar quando da realização da prova prática CNH, na categoria mínima específica no Anexo I deste Edital, obedecida à legislação de trânsito e categoria, conforme o tipo de veículo a ser conduzido, sob pena de eliminação do Processo Seletivo.

1.1.1. O candidato que não estiver portando CNH, na categoria mínima necessária, não poderá, sob qualquer hipótese, realizar a prova prática.

1.1.2. Nas provas que exigirem o emprego de equipamentos de elevado valor, pertencentes ou sob a responsabilidade do Município ou da entidade que realiza o certame, poderá ser procedida, a critério da fiscalização, a imediata exclusão do candidato que demonstre não possuir a necessária capacidade no seu manejo, sem risco de danificá-los.

1.2. Os candidatos deverão comparecer aos locais designados para a prova prática, munidos de documento oficial de identificação com fotografia conforme item 2 do Título I deste Anexo, sob pena de eliminação do Processo Seletivo.

1.3. As provas consistirão em:

1.3.1. para os candidatos ao cargo de Mecânico de Máquinas em Geral: A prova prática consistirá em desmontar e montar lonas de freio em um caminhão da frota da Prefeitura Municipal de Videira. Duração da Prova: tempo estimado 30 minutos. Fatores mínimos a serem avaliados: I – Habilidades ao executar a tarefa proposta; II – Produtividade; III – Técnica/Aptidão/Eficiência;

1.3.2. para os candidatos aos cargos de Motorista I – Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos, Motorista II – Ambulância e Motorista III – Ônibus: Na prova prática deve o candidato dirigir o veículo de acordo com as normas estabelecidas pela Lei 9503/97 - Código de Trânsito Brasileiro. A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado e seguindo a Resolução CONTRAN nº 168, de 14 de dezembro de 2004 e alterações, atribuindo-se penalidades graves, médias e leves para cada infração cometida, em consonância com o art. 19, com perdas dos pontos correspondentes. Somente poderá participar da prova o candidato que estiver portando carteira nacional de habilitação, no mínimo, correspondente à exigida para o exercício da função. Duração da prova: mínimo de 10 minutos e máximo de 20 minutos por candidato. Fatores mínimos a serem avaliados: I – Habilidades ao executar a tarefa proposta; II – Produtividade; III – Técnica/Aptidão/Eficiência, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro e Resolução CONTRAN nº 168, de 14 de dezembro de 2004 e alterações.

1.3.3. para os candidatos ao cargo de Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes: Na prova prática deve o candidato dirigir o veículo de acordo com as normas estabelecidas pela Lei 9503/97 – Código de Trânsito Brasileiro. A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado e seguindo a Resolução CONTRAN nº 168, de 14 de dezembro de 2004 e alterações, atribuindo-se penalidades graves, médias e leves para cada infração cometida, em consonância com o art. 19, com perdas dos pontos correspondentes. Somente poderá participar da prova o candidato que estiver portando carteira nacional de habilitação, no mínimo, correspondente à exigida para o exercício da função. Duração da Prova: mínimo de 10 minutos e máximo de 20 minutos por candidato. Fatores mínimos a serem avaliados: I – Habilidades ao executar a tarefa proposta; II – Produtividade; III – Técnica/Aptidão/Eficiência, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro e Resolução CONTRAN nº 168, de 14 de dezembro de 2004 e alterações.

1.4. Será utilizado o seguinte formulário para realização das provas práticas dos candidatos aos cargos de Motorista I – Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos, Motorista II – Ambulância, Motorista III – Ônibus e Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes

Nome do Candidato: _____

Cargo: _____

Nº de Inscrição: _____

1. Caso o candidato ultrapasse o tempo máximo destinado para a realização do teste será desclassificado.

2. A prova prática constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas individualmente pelo candidato, previamente elaboradas pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo mínimo de 10 (dez) minutos e máximo de 20 (vinte) minutos para a execução da prova.

3. Para a prova prática será atribuída nota de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), e será avaliado de acordo com as normas, sendo que o candidato que não obtiver nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova prática estará desclassificado do certame.

4. Durante a realização da prova prática é proibido fumar, usar equipamento de som, ingerir medicamento ou qualquer tipo de alimento, exceto água.

5. Antes de iniciar cada um dos testes práticos o avaliador fará um teste, in loco, dos conhecimentos e do domínio prático operacional do candidato, relativamente ao veículo, máquina/equipamento que irá realizar a prova. Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Processo Seletivo.

6. A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento da máquina/equipamento utilizado.

7. Fatores a serem avaliados, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro e Resolução CONTRAN nº 168, de 14 de dezembro de 2004 e alterações:

I – verificação do veículo (pneus, água, óleo, bateria);

II – habilidades ao operar o veículo em segurança, sensibilidade aos comando fim de curso;

III – aproveitamento do veículo;

IV – produtividade;

V – técnica/aptdão/eficiência.

8. Os candidatos serão avaliados no exame de direção veicular em função da pontuação negativa por faltas, erros, ou procedimentos inadequados, cometidos durante todas as etapas do exame, sendo que a pontuação terá a escala negativa, atribuindo-se a seguinte pontuação:

I – uma falta eliminatória: reprovação;

II – uma falta grave: 2 (dois) pontos negativos;

III – uma falta média:1(um) ponto negativo;

IV – uma falta leve:0,5 (zero vírgula cinco) ponto negativo;

9. A nota final da prova prática será obtida pela média aritmética das notas atribuídas ao candidato, (pontuadas pela aplicação dos quesitos descritos no item anterior, subtraídas as notas com escala negativa pelas faltas, erros ou procedimentos inadequados cometidos).

Critério de pontuação/avaliação

Na prova prática, o candidato será avaliado conforme itens abaixo, atribuindo-se a ele nota máxima de 2 (dois) pontos por cada item a ser avaliado:

1	Descrição	Ótimo 2 pontos	Bom 1,5 ponto	Regular 1 ponto	Ruim 0,5 ponto	Péssimo 0,0 ponto
	Verificação do veículo (pneus, água, óleo, bateria)					

Tempo de prova: _____ m _____ s

Nota pontuada:

Observações:

APTO ()

INAPTO ()

2	Descrição	Ótimo 2 pontos	Bom 1,5 ponto	Regular 1 ponto	Ruim 0,5 ponto	Péssimo 0,0 ponto
	Habilidades ao operar o Veículo, painel de instruções, sensibilidade comandos fim de curso					

Nota pontuada:

Observações:

APTO ()

INAPTO ()

3	Descrição	Ótimo 2 pontos	Bom 1,5 ponto	Regular 1 ponto	Ruim 0,5 ponto	Péssimo 0,0 ponto
	Aproveitamento do veículo					

Nota pontuada:

Observações:

APTO ()

INAPTO ()

4	Descrição	Ótimo 2 pontos	Bom 1,5 ponto	Regular 1 ponto	Ruim 0,5 ponto	Péssimo 0,0 ponto
	Produtividade/segurança para posicionamento do veículo					

Nota pontuada:

Observações:

APTO ()

INAPTO ()

5	Descrição	Ótimo 2 pontos	Bom 1,5 ponto	Regular 1 ponto	Ruim 0,5 ponto	Péssimo 0,0 ponto
	Técnica/Aptidão/Eficiência do veículo					

Nota pontuada:

Observações:

APTO ()

INAPTO ()

2.1.FaltasEliminatórias:

Descrição	SIM	NÃO
a) Avançou o sinal vermelho		

b)	Avançou a via preferencial		
c)	Entrou na contramão		
d)	Excedeu a velocidade indicada para a via		
e)	Avançou sobre o meio-fio		
f)	Provocou acidente durante a realização do exame		
g)	Cometeu qualquer outra infração de trânsito de natureza gravíssima		

2.2. Faltas Graves:

Descrição	SIM	NÃO
a)	Desobedeceu à sinalização da via, ou ao agente da autoridade de trânsito	
b)	Não observou as regras de ultrapassagem ou de mudança de direção	
c)	Não deu preferência de passagem ao pedestre que estava atravessando a via transversal para onde se dirige o veículo, ou ainda quando o pedestre não havia concluído a travessia, avançou com o veículo	
d)	Não sinalizou com antecedência a manobra pretendida ou a sinalizou incorretamente	
e)	Não usou devidamente o cinto de segurança e EPIs– Equipamento de Proteção Individual	
f)	Perdeu o controle da direção do veículo/máquina em movimento	
g)	Cometeu qualquer outra infração de trânsito de natureza grave	

2.3. Faltas Médias:

Descrição	SIM	NÃO
a)	Executou o percurso da prova, no todo ou parte dele, sem estar o freio de mão inteiramente livre	
b)	Trafegou em velocidade inadequada para as condições adversas do local, da circulação, do veículo e do clima	
c)	Interrompeu o funcionamento do motor, sem justa razão, após o início da prova	
d)	Fez conversão incorretamente	
e)	Usou buzina sem necessidade ou em local proibido	
f)	Desengrenou o veículo nos declives	
g)	Colocou o veículo em movimento, sem observar as cautelas necessárias	
h)	Usou o pedal da embreagem, antes de usar o pedal de freio nas frenagens	
i)	Entrou nas curvas com a engrenagem de tração do veículo em ponto neutro	
j)	Engrenou ou utilizou as marchas de maneira incorreta, durante o percurso	
k)	Cometeu qualquer outra infração de trânsito de natureza média	

2.4. Faltas Leves:

Descrição	SIM	NÃO
a)	Provocou movimentos irregulares no veículo, sem motivo justificado	
b)	Ajustou incorretamente o banco de veículo destinado ao condutor	
c)	Não ajustou devidamente os espelhos retrovisores	
d)	Apoiou o pé no pedal da embreagem com o veículo engrenado e em movimento	
e)	Utilizou ou Interpretou incorretamente os instrumentos do painel do veículo	
f)	Deu partida ao veículo com a engrenagem de tração ligada	
g)	Tentou movimentar o veículo com a engrenagem de tração em ponto neutro	
h)	Cometeu qualquer outra infração de natureza leve	

NOTA FINAL GERAL:

Observações e opinião do técnico responsável pela avaliação:

Videira, SC, ____/____/2017.

Assinatura do candidato:

Assinatura do fiscal:

ANEXO IV

DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO	
Nome do Candidato:	
Nº da Inscrição:	

Cédula de Identidade:	
Cargo pretendido:	

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.3 do Edital de Processo Seletivo nº 001/2016, do Município de Videira, SC, e para que surta os efeitos legais que:

- a deficiência que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo de descrito acima;
- fico impedido de usufruir da condição de portador de deficiência para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

Videira, SC, ____ de _____ de 2016.

ASSINATURA DO CANDIDATO**ANEXO V****CRONOGRAMA (sujeito à alterações)**

DATA	ATO
10.10.2016	Publicação do Edital de Processo Seletivo
11 e 13.10.2016	Prazo para impugnação do Edital
17.10 a 16.11.2016	Período de Inscrições
16.11.2016	Data limite para pagamento da inscrição, utilizando o boleto bancário em qualquer agência bancária do território nacional, observados os horários de funcionamento das mesmas ou via internet até às 23h59min
22.11.2016	Publicação da lista preliminar dos inscritos
23 e 24.11.2016	Prazo para recurso do não deferimento dos pedidos de inscrição
29.11.2016	Homologação da lista definitiva de inscritos
30.11.2016	Divulgação do Local da Prova
11.12.2016, com início às 8h30min e término às 11h30min	Realização das provas escritas
11.12.2016, a partir das 19h	Publicação dos gabaritos preliminares da prova escrita e dos cadernos de prova
12 e 13.12.2016	Prazo para recurso da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova escrita objetiva
20.12.2016	Publicação dos gabaritos definitivos, nota final das provas escrita e da lista preliminar de classificados
21 e 22.12.2016	Prazo de recurso lista de classificados
23.12.2016	Publicação da agenda da prova prática
8.1.2017, com início às 8h30min e término previsto às 15h30min	Realização das provas práticas
9 e 10.1.2017	Prazo para recursos das provas práticas
17.1.2017	Publicação das notas finais das provas escrita e prática, com a respectiva classificação preliminar dos aprovados
18 e 19.1.2017	Prazo de recurso lista de classificados
26.1.2017	Homologação do resultado final, com eventuais recursos julgados

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0014/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0014/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FERNANDA PINTO LEGNANI

CPF: 047.079.219-14

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2016 até 08 de dezembro de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0066/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0066/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CAMILA GAVASSO MOREIRA

CPF: 081.605.989-63

OBJETO: Alteração da justificativa de "e tendo em vista parecer jurídico n. 195/2013; fica assegurada à estabilidade da funcionária que está grávida, até a data prevista, da licença maternidade" para: "e fica assegurada a contratação da funcionária até 09 de fevereiro de 2017, referente à estabilidade de 5 (cinco) meses após o parto".

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2016 até 09 de fevereiro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0150/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0150/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JULIANA MARIA SOARES DOS SANTOS
CPF: 941.917.949-49
VIGÊNCIA: de 23 de fevereiro de 2015 até 23 de novembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0165/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0165/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: TUANE CRISTINE SAVIAN
CPF: 070.117.789-69
VIGÊNCIA: de 09 de março de 2016 até 04 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0172/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0172/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELIANE APPI LEITE
CPF: 026.315.609-57
VIGÊNCIA: de 02 de março de 2015 até 08 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0273/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0273/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GIZELAINE MARIA DE ANDRADE
CPF: 023.497.069-31
VIGÊNCIA: de 09 de junho de 2016 até 04 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 029/16

RESOLUÇÃO 029/2016-CMAS

Dispõe sobre a nomeação da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Videira/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e pela Lei Municipal 162, de 20 de novembro de 1996, com suas alterações,

Considerando a redação do art. 23, do Decreto Municipal 9.754/11, de 04 de agosto de 2011, o qual disciplina que "competem às Comissões, partes delegadas auxiliares do Plenário, verificar, vistoriar, fiscalizar e emitir pareceres sobre as matérias que lhes forem distribuídas ou atribuídas, na forma deste Regimento, podendo emitir memorandos, assinados pelo presidente da respectiva Comissão";

Considerando o disposto no art. 24, I, do Decreto Municipal 9.754/11, de 04 de agosto de 2011, o qual reza que "as Comissões do CMAS serão: I - Permanentes";

Considerando o disposto no art. 25, III, do Decreto Municipal 9.754/11, de 04 de agosto de 2011, o qual traz que "as Comissões Permanentes serão em número de três, assim denominadas: III - Comissão Permanente de Normas e Regulamentação - CPNR";

Considerando a redação do art. 23, § 3º, do Decreto Municipal 9.754/11, de 04 de agosto de 2011, o qual disciplina que "os componentes das Comissões serão nomeados pelo Presidente do

Conselho, por meio de resolução";

Considerando o disposto no art. 23, § 1º, do Decreto Municipal 9.754/11, de 04 de agosto de 2011, o qual dispõe que "as Comissões Permanentes e Especiais serão compostas por quatro conselheiros, escolhidos pelo Plenário, observando-se a paridade entre os representantes governamentais e não-governamentais"; e,

Considerando a constatação de erro material na Resolução 025/2016-CMAS,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, nos termos da Ata 225/2015-CMAS, de 08/09/2016, os Conselheiros Alvaír Lirio Barzotto, Fabio de Oliveira Wonzoski Junior, Rosa Maria dos Santos e Rosana Somensi para comporem a Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Videira/SC.

Art. 2º. As atribuições da Comissão são aquelas constantes no Regimento Interno no CMAS de Videira/SC (Decreto Municipal 9.754/11).

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução 025/2016-CMAS.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira/SC, 03 de outubro de 2016.

Ademar Gaedke

Presidente do CMAS de Videira/SC

RETIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 19/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 19/2016 – PMV

RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que ficam ALTERADOS os subitens 5.1.1, 5.1.3, 5.2.1, 5.2.2, 5.2.4, 5.2.5 e 5.2.6 e ACRESCENTADO o subitem 5.2.7 da Planilha Orçamentária e, em consequência, ficam ALTERADOS o Cronograma físico-financeiro e o item 4.17 do edital de Tomada de Preços nº 19/2016 - PMV, o qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A ETAPA 01 (AMPLIAÇÃO FUNDOS DA EDIFICAÇÃO) DO PROJETO DE REFORMA, AMPLIAÇÃO E READEQUAÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS VITÓRIA - CEVI, ÁREA DE AMPLIAÇÃO: 222,31M², DE ACORDO COM O PROJETO BÁSICO. Ficam alterados também a data e horário do recebimento dos envelopes de documentação e proposta, passando a ser o dia 31/10/2016 às 13:00:00h. O Edital retificado em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: www.videira.sc.gov.br, link "Transparência". Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, Alvorada, no horário das 12h30min às 18h30min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 07 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

DECRETO Nº 049/2016

DECRETO N. 049, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA REDUÇÃO DE DESPESAS DE PESSOAL, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, usando de suas atribuições legais conferidas pelo art. 79, inciso VI e 109, inciso I, alínea “a” da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que os Entes Federativos estão passando por anormalidade na situação econômico-financeira, atingindo de forma direta o município;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas administrativas imediatas, para redução de despesas, sendo dever do administrador defender e zelar pelo bom e regular funcionamento dos bens e serviços em prol da comunidade;

CONSIDERANDO que as medidas ora apresentadas visam melhor adequar essas situações à realidade econômico-financeira do Município de Vitor Meireles (SC), sem prejuízo da prestação de serviços perante a coletividade;

CONSIDERANDO a avaliação das metas fiscais do 2º quadrimestre de 2016 e recomendação por comunicação interna da controladoria interna do Município;

CONSIDERANDO a previsão contida no art. 169, §§ 3º e 4º da Constituição Federal, que determinam as medidas a serem tomadas pelo gestor público para adequação das despesas nos parâmetros e limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000;

DECRETA:

Art. 1º - Fica vedado à Administração Pública, durante a vigência deste Decreto, qualquer ato que importe em:

I - Contratação de horas extras, salvo para o Médico Veterinário, os Motoristas das Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, e nos casos de necessidade temporária, de relevante interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, ou ainda nas situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 2º - Fica estabelecido HORÁRIO DE TRABALHO E TURNO ÚNICO a ser cumprido, temporariamente, aos funcionários vinculados à Secretaria de Obras e Serviços Públicos, bem como dos Operadores de Máquinas da Secretaria Municipal de Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente, devendo ser cumpridas da seguinte forma:

I – Das 7h00min às 12h30min, 5 (cinco) dias por semana;

II - Caminhão pipa de segunda a sexta-feira, das 7h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, e no sábado das 7h00min às 10h00min, mediante escala formulada pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos;

III – Eventual hora extra será compensada em dias de semana não trabalhados, na forma do art. 48, § 4º da Lei Complementar Municipal n. 007/2003;

IV - Todos os demais setores administrativos da Prefeitura e suas Secretarias cumprirão expediente de acordo com o decreto nº 003/2016.

Art. 3º - Os motoristas da Secretaria de Saúde poderão cumprir sua jornada em turno com escala de trabalho 12 x 36 horas, com direito ao adicional pela prestação de serviço extraordinário caso exceda às 12 horas de trabalho, mediante escala formulada pela Secretaria de Saúde.

Art. 4º - O presente Decreto e as medidas administrativas que dispõe, vigorará até dia 31 de dezembro de 2016, findo os quais serão restabelecidos os horários normais, salvo se for necessária a manutenção da redução.

Art. 5º - Os servidores poderão ser convocados para prestarem serviços além do horário estabelecido no artigo 2º do presente Decreto, sendo consideradas como extraordinárias somente as horas que excederem a jornada semanal de trabalho estabelecida para o cargo/servidor nos respectivos Planos de Carreira.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor a partir de 10 de outubro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 7 de outubro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

PUBLICADO E REGISTRADO NA DATA

VITOR MEIRELES, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011

PORTARIA Nº 192/2016

PORTARIANº 192/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

AMPLIAR CARGA HORÁRIA:

de acordo com o Artigo 27, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: AMANDA BOGO

Cargo: PROFESSOR NÍVEL II – ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário – ACT, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria 016/2016, de 01 de fevereiro de 2016, passando de 30 (trinta) para 35 (trinta e cinco) horas semanais, a partir de 05 de outubro de 2016 até 21 de outubro de 2016. A ampliação de 05 (cinco) horas da carga horária se dá pela substituição ao servidor WAGNER DE BRITO, afastado para tratamento de saúde, com a disciplina de Educação Física, no CEI Chapeuzinho Vermelho, prorrogado automaticamente conforme o período de afastamento do servidor.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 05 de outubro de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 07 DE OUTUBRO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 193/2016

PORTARIANº 193/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

AMPLIAR CARGA HORÁRIA:

de acordo com o Artigo 27, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: ROSILENA MEDEIROS DA SILVA FAUSTO

Cargo: PROFESSOR NÍVEL III – ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário – ACT, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria 040/2016, de 22 de fevereiro de 2016, passando de 10 (dez) para 15 (quinze) horas semanais, a partir de 05 de outubro de 2016 até 21 de outubro de 2016. A ampliação de 05 (cinco) horas da carga horária se dá pela substituição ao servidor WAGNER DE BRITO, afastado para tratamento de saúde, com a disciplina de Educação Física, no CEI Chapeuzinho Vermelho, prorrogado automaticamente conforme o período de afastamento do servidor.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 05 de outubro de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 07 DE OUTUBRO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 0086/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0086/2016, tendo como objeto a Aquisição de 25 (vinte cinco) unidades de Bota Táctica Robusta (Descrição completa Anexo I), destinadas aos Policiais do policiamento ostensivo, da 4ª Companhia da Polícia Militar de Xanxerê/2ºBPM. O recebimento das propostas será até as 09h45min, do dia 21 de Outubro de 2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10h00min do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 07 de Outubro de 2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0033/2016

MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC

Processo nº 0142/2016 – Dispensa de Licitação nº 0033/2016

O Município de Xanxerê, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ademir José Gasparini, justifica a Dispensa de Licitação, para Contratação de Assessoria para Elaboração do Plano Municipal Decenal dos Direitos da Criança e Adolescente no Município de Xanxerê, em conformidade com o Plano Nacional e as Resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, no valor total de R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais), com a Empresa ISMAEL FRANCISCO DE SOUZA MEI, CNPJ 18.147.283/0001-64. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 24, inciso II. Xanxerê/SC, 05/10/2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0008/2016

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0008/2016

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Terramax Construções e Obras LTDA.

Objeto: Execução de Obras de Pavimentação Asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária sobre terra em Diversas Ruas do Perímetro Urbano de Xanxerê, totalizando 3.420,45 m de extensão.

Fica prorrogado o prazo de Execução dos serviços, constante na cláusula segunda do contrato originário por mais 05 meses, contados a partir de 21/08/2016 vigorando até 20/01/2017, conforme requerimento da contratada e ofício do setor de engenharia anexos ao termo aditivo.

Xanxerê-SC, 20 de agosto de 2016. Ademir J Gasparini - Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0069/2016

Extrato de Contrato nº 0069/2016

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: ISMAEL FRANCISCO DE SOUZA MEI - CNPJ 18.147.283/0001-64

Objeto: Contratação de Assessoria para Elaboração do Plano Municipal Decenal dos Direitos da Criança e Adolescente no Município de Xanxerê, em conformidade com o Plano Nacional e as Resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

- CONANDA

Valor total: R\$ 7.600,00 Prazo vigência: Até 28 de fevereiro de 2017.

Xanxerê-SC, 05 de outubro 2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº RH-AJG 352/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 352/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09. RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 13.10.2016 a 11.11.2016, a Servidora Pública Municipal Sra. HELENA MARIA DE DEUS DA SILVA, brasileira, portadora da CI nº 1.783.550 e CPF nº 600.397.879-15, nomeada conforme Decreto nº BLB 028/2009 no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLARES com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n. 0003817/2016 datado de 06.10.2016.

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de: 02.02.2012 a 01.02.2015 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 07 de outubro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AJG 353/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 353/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09. RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 60 (sessenta) dias a partir de 10.10.2016 a 08.11.2016 e 09.11.2016 a 08.12.2016, a Servidora Pública Municipal Sra. ALICE REGINA GIOTTI, nacionalidade brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora da CI nº 4.164.861 e CPF nº 051.903.309-40, nomeada conforme Decreto nº BLB 035/2009, no cargo de NUTRICIONISTA, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n. 0003810/2016, datado de 06.10.2016.

A Licença Prêmio concedida refere-se ao período de:
09.02.2009 a 08.02.2012 = 30 dias
09.02.2012 a 08.02.2015 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 07 de outubro de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AJG 354/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG Nº 354/2016

DETERMINAR O AFASTAMENTO PREVENTIVO DE CONSELHEIRO TUTELAR.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC;
No uso de suas atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o afastamento do conselheiro tutelar, que está sendo processado administrativamente, por meio do Processo Administrativo nº 001/2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o afastamento preventivo do conselheiro tutelar, ALVAIR ALVES, inscrito no CPF sob o nº 933.442.879-15, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de 03.10.2016, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos administrativos ao dia 03.10.2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 07 de outubro de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AJG 355/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG Nº 355/2016

DETERMINAR O AFASTAMENTO PREVENTIVO DE CONSELHEIRA TUTELAR.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC;
No uso de suas atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o afastamento da conselheira tutelar, que está sendo processada administrativamente, por meio do Processo Administrativo nº 002/2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o afastamento preventivo da conselheira tutelar, MARLETE APARECIDA ALVES, inscrita no CPF sob o nº 022.354.619-48, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de 03.10.2016, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos administrativos ao dia 03.10.2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 07 de outubro de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AJG 356/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ
XANXERÊ - SC

PORTARIA Nº RH-AJG 356/2016

DESIGNAR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei nº AM 2.907/06.

RESOLVE:

DESIGNAR, para desempenhar funções na vigilância sanitária Municipal, a Servidora Pública Municipal, a Sra. ADRIANA REGINA FAVRETTO, brasileira, solteira, residente e domiciliada no Município de Xanxerê - SC, (a), portadora do CPF nº 050.535.009-24, CI nº 3.555.415 e CRF/SC 71.35, nomeada conforme Decreto nº BLB 271/2011, com 40 (quarenta) horas semanais, no cargo de FARMACÊUTICA, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 07 de outubro de 2016.
ADEMIR JOSE GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AJG 357/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ
XANXERÊ - SC

PORTARIA Nº RH-AJG 357/2016

DESIGNAR O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei nº AM 2.907/06.

RESOLVE:

DESIGNAR, para desempenhar funções na vigilância sanitária Municipal, o Servidor Público Municipal, o Sr. GILBRAIR PAULO DE CARVALHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Xanxerê - SC, portador do CPF nº 016.390.459-61, CI nº

3.406.844-9, nomeado conforme Decreto nº AM 082/2003, com 40 (quarenta) horas semanais, no cargo de TÉCNICO AGROPECUÁRIO, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 07 de outubro de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AJG 358/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

XANXERÊ - SC

PORTARIA Nº RH-AJG 358/2016

DESIGNAR O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei nº AM 2.907/06.

RESOLVE:

DESIGNAR, para desempenhar funções na vigilância sanitária Municipal, o Servidor Público Municipal, o Sr. JACIR BARELA, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Xanxerê – SC, portador do CPF nº 774.451.559-53, CI nº 17ª/R-2.722.826, nomeado conforme Decreto nº AM 276/2007, com 40 (quarenta) horas semanais, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 07 de outubro de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AJG 359/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

XANXERÊ - SC

PORTARIA Nº RH-AJG 359/2016

DESIGNAR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei nº AM 2.907/06.

RESOLVE:

DESIGNAR, para desempenhar funções na vigilância sanitária Municipal, a Servidora Pública Municipal, a Sra. ROSANE RIGONI, brasileira, solteira, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portador do CPF nº 871.015.999-15, CI nº 12/R-2. 999.956, COREN/SC 006.003, nomeada conforme Decreto nº BLB 119/2010, com 40 (quarenta) horas semanais, no cargo de ENFERMEIRA, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 07 de outubro de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AJG 360/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

XANXERÊ - SC

PORTARIA Nº RH-AJG 360/2016

DESIGNAR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei nº AM 2.907/06.

RESOLVE:

DESIGNAR, para desempenhar funções na vigilância sanitária Municipal, a Servidora Pública Municipal, a Sra. SHEYLA SCALABRIN MONTEIRO, brasileira, solteira, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora do CPF nº 913.140.389-15, CI nº 6.442.922-1, nomeada conforme Decreto nº BLB 269/2010, com 40 (quarenta) horas semanais, no cargo de FISCAL DE OBRAS, vinculada a Secretaria Municipal de Obras Transportes e Serviços.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 07 de outubro de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AJG 361/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

XANXERÊ - SC

PORTARIA Nº RH-AJG 361/2016

DESIGNAR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei nº AM 2.907/06.

RESOLVE:

DESIGNAR, para desempenhar funções na vigilância sanitária Municipal, a Servidora Pública Municipal, a Sra. TATIANE ALVES DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora do CPF nº 087.833.459-90, CI nº 5.373.581, nomeada conforme Decreto nº AJG 134/2015, com 40 (quarenta) horas semanais, no cargo de TÉCNICO EM ALIMENTOS, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 07 de outubro de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AJG 362/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 362/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09.
RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 10 (dez) dias a partir de 17.10.2016 a 26.10.2016, ao Servidor Público Municipal Sr. REINALDO DE SIQUEIRA MAIA, brasileiro, portador da CI nº 4.065.185 e CPF nº 088.236.848-62, nomeado conforme Decreto nº AM 093/2003 no cargo de PROFESSOR MODALIDADE ESPORTIVA NÍVEL FUNDAMENTAL MÉDIO, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretária Municipal de Esportes.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n. 0003826/2016 datado de 07.10.2016.

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de:
10.03.2003 a 24.07.2006 = 10 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 07 de outubro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE 0008/2016

AVISO DE INEXIGIBILIDADE 0008/2016

O MUNICIPIO DE XAXIM ATRAVÉS DE SEU PREFEITO COMUNICA A PRESENTE INEXIGIBILIDADE, A SABER:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 0008/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0147/2016

HOMOLOGAÇÃO: 07/10/2016

Fornecedor: Jovelino Piovesana

CPF: 226.187.839-72

OBJETO: Aquisição de cascalho para manutenção de estradas municipais

FUNDAMENTO: CAPUT do art. 25, da Lei Federal 8.666/93.

Xaxim-SC, 07 de outubro de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Decreto 334

DECRETO N° 334/2016

Altera Decreto nº 332/2016, que estabelece horário de funcionamento dos serviços públicos municipais e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, de acordo com atribuições inerentes a seu cargo, embasado no Artigo 66, VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescido o inciso V, ao artigo 1º do Decreto nº 332/2016, de 05 de outubro de 2016, conforme segue:

Art. 1º Fica estabelecido pelo presente decreto, horário de funcionamento dos Serviços Públicos Municipais, a partir de 10 de outubro de 2016, com expediente das 07h às 13:00h, exceto:

...

V – Os CRAS e o CREAS que trabalharão normalmente das 08h às 11h45min e das 13h15min às 17h30min.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 06 de outubro de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

Consórcios

ARIS

PORTARIA DIRETOR GERAL 020/2016 - EXONERAÇÃO DA SRA. GRASIELE HOFFMANN DO CARGO PÚBLICO DE CONTADOR DA ARIS

PORTARIA/Diretor Geral nº 20/2016

Exoneração da Sra. Grasielle Hoffmann do cargo público de Contador da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS).

O Diretor geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Adir Faccio, no uso da sua atribuição e na forma do artigo 40, XII e XXI do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS,
RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a Sra. Grasielle Hoffmann, matrícula nº 124, inscrita no CPF sob nº 072.747.579-70, do cargo público de Contador da ARIS a partir do dia 11/10/2016.

Art. 2º Este ato entrará em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 06 de outubro de 2016.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

REQUERIMENTO DE EXONERAÇÃO DE CARGO PÚBLICO

REQUERIMENTO DE EXONERAÇÃO DE CARGO PÚBLICO –
GRASIELE HOFFMANN

Ao Diretor Geral

Sr. Adir Faccio

Eu, Grasielle Hoffmann, portador do CPF nº 072.747.579-70, venho respeitosamente, por motivos de ordem particular, requerer exoneração do cargo público de Contador a partir do dia 11 de outubro de 2016.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Florianópolis, 06 de outubro de 2016.

GRASIELE HOFFMANN

Deferido por:

ADIR FACCIO

Diretor Geral

CIGA

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2016

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2016

(MUDANÇA DE DATA DA REUNIÃO)

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), no uso de suas atribuições previstas no art. 20, I, do Contrato de Consórcio do CIGA, visando atender ao disposto no art. 19 e no art. 24 do Contrato de Consórcio Público do CIGA,

CONVOCA:

Os senhores prefeitos pertencentes ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal do CIGA para a reunião extraordinária, a realizar-se na cidade de Florianópolis/SC.

Data: 14 de outubro de 2016 (sexta-feira)

Cidade: Florianópolis/SC

Horário: 14h00min

Local: Sede do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA

Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, bairro Canto, Florianópolis – SC

Ordem do dia:

- Lançamento do aplicativo mobile de notas fiscais eletrônicas de serviços;
- Definição sobre a mudança do integrador municipal da REDESIM;
- Definição dos novos valores do sistema integrador municipal para 2017;
- Deliberação sobre a Cooperação com o CREA/SC em troca de informações de obras públicas e utilização do PGO do CIGA;
- Deliberação sobre a cooperação tecnológica com o consórcio CISMEP/MG;
- Assuntos gerais.

Aproveitamos para lembrar que no mesmo dia acontece a Assembleia da FECAM as 10h00 conforme edital 11/2016.

Florianópolis, 07 de setembro de 2016.

Ludovino Labas

Prefeito de Lebon Régis

Presidente do CIGA

CIMVI

LICITAÇÃO Nº 016/2016 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2016

Através do presente termo, fica adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 016/2016, consoante ata de julgamento.

Timbó, 07 de Outubro de 2016.

PATRICIA BARBARESCO

Pregoeira

Ciente da adjudicação

LUIZ CLÁUDIO KADES

Advogado

OAB/SC nº 17.692

LICITAÇÃO Nº 016/2016 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2016

Tendo em vista a decisão proferida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, designados através da Resolução nº 144 de 04 de janeiro de 2016,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor(es) da licitação, objeto do Pregão Presencial nº 016/2016, o(s) participante(s):

PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA	R\$ 0,63/KG
------------------------------------	-------------

Timbó, 07 de Outubro de 2016.

Hartwig Persuhn

Presidente

CIS/AMUREL

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO - 45/2016 - FC CLÍNICA DE OLHOS LTDAS EDUARDO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 45/2016.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: FC CLÍNICA DE OLHOS LTDA. EPP

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, cirurgia de catarata.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009 e 001/2012).

Data da Assinatura: 10/08/2016.

Assinantes: Antônio Felipe Sobrinho pelo Contratante e, Fernanda Caetano Porto pelo Contratado.

CODEPLAN

EXTRATO PROCESSO LICITATORIO 02/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº 02/2016.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

O CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO PLANALTO NORTE - CODEPLAN, através de seu PREGOEIRO, torna público, para o conhecimento dos interessados que será realizado PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE", a ser processado e julgado pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, conforme condições estabelecidas no presente Edital e de acordo com o disposto na Lei Federal nº 10.520 de 17/07/02, E, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores e legislação complementar vigente e pertinente à matéria, destinado ao REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (VEÍCULOS AUTOMOTORES, LUXIMETROS, MEDIDORES PH, TERMOMETROS DIGITAIS, GPS e outros) para a estruturação do Sistema Unificado de atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA – do Território do Planalto Norte conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: às 09h00min do dia 25/10/2016, NO PROTOCOLO GERAL DO CODEPLAN, JUNTO A RECEPÇÃO DA AMPLANORTE – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO NORTE CATARINENSE. INÍCIO DA SESSÃO DE CREDENCIAMENTO, ABERTURA DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE PREÇOS: a partir das 09h05min do dia 25/10/2016. LOCAL: SEDE DA CODEPLAN/AMPLANORTE, SITO A RUA PROFESSORA MARIA DO ESPÍRITO SANTO, 400 – CENTRO MAFRA/SC.

ACESSO ÀS INFORMAÇÕES REFERENTES AOS JULGAMENTOS: www.diariomunicipal.sc.gov.br e www.amplanorte.org.br;

Mafra, 10 de outubro de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Presidente CODEPLAN

CIGAMERIOS**ERRATA I DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 05- 2016**

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS
CIGAMERIOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 006/2016
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2016

“SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS”

ERRATA I

O Presidente do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público, com amparo na legislação vigente, retifica a descrição do Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2016, do dia 03 de outubro de 2016, com extrato (aviso) publicado no Diário Oficial dos Municípios na Edição nº 2095, do dia 04 de outubro de 2016 e postado na íntegra no site mantenedor do CIGAMERIOS www.amerios.org.br e no site da plataforma www.bnc.org.br, a qual passa a obter a seguinte alteração na redação:

1. Na página 1, onde se lê:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 05/10/2016 até às 08h00min do dia 14/10/2016.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 09h00min do dia 14/10/2016.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h01min horas do dia 14/10/2016.

Leia-se: RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 07/10/2016 até às 08h00min do dia 19/10/2016.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 09h00min do dia 19/10/2016.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h01min horas do dia 19/10/2016.

2. Na página 7, onde se lê: 7.23 – POSTERIORMENTE, OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DEVERÃO SER ENCAMINHADOS EM ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 21 DE OUTUBRO DE 2016, ATÉ AS 17h00min, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS CORRIGIDA, PARA O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS:

Leia-se: 7.23 – POSTERIORMENTE, OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DEVERÃO SER ENCAMINHADOS EM ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 26 DE OUTUBRO DE 2016, ATÉ AS 17h00min, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS CORRIGIDA, PARA O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS:

3. No Termo de Referência, item 4.1, altera a descrição dos itens que passam a obter a seguinte redação:

4. ITEM	UND.	QUAN.	DESCRIÇÃO	ITEM EDITAL DE CHAMAMENTO N. 0001/2015
1	Und	364	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015) PARA PNEU 1000.20	2
2	Und	32	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015) PARA PNEU 12.4 - 24 AGRÍCOLA	6
3	Und	111	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015) PARA PNEU 12.5 /80-18	7
4	Und	24	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015) PARA PNEU 12-16.5 AGRICOLA	8
5	Und	24	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015) PARA PNEU 1300 - 24	9
6	Und	40	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015) PARA PNEU 14.9 - 24 AGRÍCOLA	10
7	Und	10	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015) PARA PNEU 14.9 - 28 AGRÍCOLA	11
8	Und	209	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015) PARA PNEU 1400 - 24	12
9	Und	10	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015) PARA PNEU 16.9 - 28 AGRÍCOLA	14
10	Und	90	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015) PARA PNEU 17.5 - 25	16
11	Und	40	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015) PARA PNEU 18.4 - 30 AGRÍCOLA	17
12	Und	16	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015) PARA PNEU 18.4 - 34 AGRÍCOLA	18
13	Und	126	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015) PARA PNEU 19.5 - 24	19
14	Und	28	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015) PARA PNEU 23.1-26 AGRICOLA	20
15	Und	24	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015) PARA PNEU 275/80R22,5	22
16	Und	16	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015) PARA PNEU 295/80R22,5	23
17	Und	8	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015) PARA PNEU 700-16	24
18	Und	40	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015) PARA PNEU 750-16	25
19	Und	54	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015) PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO	26
20	Und	50	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015) PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO LONGO	27
21	Und	100	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015) PARA PNEU 900.20	28
22	Und	40	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015) PARA PNEU 900-16 AGRÍCOLA	29
23	Und	25	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015) PARA PNEU ARO 13 AUTOMOVEI	30
24	Und	42	CÂMARA DE AR NOVA (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015) PARA PNEU ARO 14 AUTOMOVEI	31

25	Und	40	PNEU 12.4-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015) TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	34
26	Und	104	PNEU 175/65R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	35
27	Und	34	PNEU 18.4-30 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, PARA TRATOR, 14 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	36
28	Und	10	PNEU 18.4-30 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	37
29	Und	18	PNEU 18.4-34 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	38
30	Und	100	PNEU 185/65R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	39
31	Und	11	PNEU 185/70R13 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	40
32	Und	22	PNEU 19.5L-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	41
33	Und	64	PNEU 19.5-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, PARA RETRO, 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	42
34	Und	16	PNEU 195/80R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 106 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	43
35	Und	84	PNEU 215/75R17.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO DE 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	44
36	Und	12	PNEU 23.1-30 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	47
37	Und	16	PNEU 23.1-26 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	48
38	Und	8	PNEU 235/75R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	51
39	Und	86	PNEU 275/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	54
40	Und	44	PNEU 295/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	55
41	Und	58	PNEU 295/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 26 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	56
42	Und	30	PNEU 9x17,5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, PARA TRATOR, 6 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 850KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	58
43	Und	194	PNEU 1000-20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	59
44	Und	174	PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	60
45	Und	116	PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	61
46	Und	34	PNEU 12.5/80-18 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, PARA RETRO, 10/12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	62
47	Und	56	PNEU 12.5/80-18 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, PARA RETRO, 14 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	63
48	Und	104	PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	64

49	Und	48	PNEU 165/70R13 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	66
50	Und	299	PNEU 175/70R13 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	67
51	Und	188	PNEU 175/70R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	68
52	Und	20	PNEU 175/70R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, PARA AUTOMOVÉL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	69
53	Und	12	PNEU 175/80R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	70
54	Und	50	PNEU 185/60R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	71
55	Und	156	PNEU 185/70R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	72
56	Und	22	PNEU 205/70R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	73
57	Und	192	PNEU 205/75R16, NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	74
58	Und	174	PNEU 215/75R17.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	76
59	Und	10	PNEU 235/75R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	77
60	Und	64	PNEU 275/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	79
61	Und	21	PNEU 295/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	80
62	Und	54	PNEU 295/80R22.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	81
63	Und	34	PNEU 750-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, PARA IMPLEMENTO, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	84
64	Und	46	PNEU 750-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, PARA IMPLEMENTO, 16 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	85
65	Und	43	PNEU 750-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, 12 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	86
66	Und	50	PNEU 750-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	87
67	Und	98	PNEU 1000-20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	91
68	Und	106	PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	92

69	Und	100	PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	93
70	Und	82	PNEU 1000R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 24MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	94
71	Und	22	PNEU 12-16.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, PARA RETRO, 14 LONAS, INDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	102
72	Und	14	PNEU 1300-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	106
73	Und	2	PNEU 14.9-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	110
74	Und	58	PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	112
75	Und	20	PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 16 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	113
76	Und	12	PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 12 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	114
77	Und	16	PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), COM 20 LONAS	115
78	Und	9	PNEU 1400-24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), COM 28 LONAS	117
79	Und	20	PNEU 1400R24 G2 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), 16 LONAS RADIAL COM CARCAÇA DE AÇO PARA TRACÇÃO DE MOTONIVELADORA ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 25,5 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	118
80	Und	76	PNEU 1400R24, NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, PARA MOTONIVELADORA, 16 LONAS, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	119
81	Und	4	PNEU 16.9-28, NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), PARA RETROESVAVADEIRA (R4) 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	123
82	Und	6	PNEU 17.5-25 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 14 LONAS, INDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	125
83	Und	40	PNEU 17.5-25 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, 20 LONAS, SULCO COM NO MÍNIMO 25MM DE PROFUNDIDADE, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	126
84	Und	28	PNEU 17.5-25 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, INDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	127
85	Und	85	PNEU 185/65R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	129
86	Und	20	PNEU 185/70R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	130
87	Und	28	PNEU 19.5R24 R4 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), 16 LONAS RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM PARA TRACÇÃO TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	133
88	Und	24	PNEU 195/55R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 85 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	134
89	Und	83	PNEU 195/60R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	135
90	Und	102	PNEU 195/65R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	136
91	Und	28	PNEU 195/70R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 104 ÍNDICE DE VELOCIDADE R APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	137
92	Und	83	PNEU 205/55R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	139
93	Und	20	PNEU 205/75R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	140

94	Und	44	PNEU 215/75R17.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	146
95	Und	12	PNEU 215/80R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	147
96	Und	44	PNEU 225/70R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	149
97	Und	12	PNEU 225/65R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	150
98	Und	4	PNEU 225/75R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	151
99	Und	40	PNEU 225/75R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	152
100	Und	4	PNEU 235/75R15 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	155
101	Und	12	PNEU 265/75R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	159
102	Und	8	PNEU 750-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 114, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	162
103	Und	24	PNEU 750R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	164
104	Und	70	PNEU 900R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	166
105	Und	74	PNEU 900R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE E CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	167
106	Und	30	PNEU 900R20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 11,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	168
107	Und	264	PROTETOR 1000 - 20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015)	184
108	Und	26	PROTETOR 1300 - 24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015)	186
109	Und	60	PROTETOR 1400 - 24 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015)	187
110	Und	40	PROTETOR 750 -16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015)	188
111	Und	46	PROTETOR 900- 20 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015)	189
112	Und	18	PROTETOR PARA PNEU 17.5-25 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015)	190
113	Und	2	PNEU 18.4-30 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	
114	Und	8	PNEU 165/70R14 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	
115	Und	72	PNEU 1000-20 COMUM, NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	
116	Und	10	PNEU 205/60R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015), TIPO A, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	
117	Und	12	PNEU 20.5-25 L3 (ROLO), NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2014 OU 2015)	
118	Und	20	PNEU 750-16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	
119	Und	12	PNEU 9X/17.5 CONVENCIONAL NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2016/2017) COM 12 LONAS APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, PNEU COMUM USADO NA DIANTEIRA DE MICROONIBUS.	
120	Und	8	PNEU 10-16.5 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2016/2017) 10 LONAS PARA BOB CAT	

121	Und	26	PNEU 1000R20 RADIAL NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2016/2017) TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, CAPACIDADE DE CARGA 3000/2725, INDICE DE VELOCIDADE K (110), PROFUNDIDADE SULCO 19.9MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	
122	Und	44	PNEU 1000R20 RADIAL NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2016/2017) TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, CAPACIDADE DE CARGA 3000/2725, INDICE DE VELOCIDADE K (110), PROFUNDIDADE SULCO 25.3MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	
123	Und	6	PNEU 185 R14, C 102/100R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (KOMBI)	
124	Und	8	PNEU 295/80R22.5 RADIAL NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2016/2017), TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, INDICE DE CARGA 152, INDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	
125	Und	16	PNEU 295/80R22.5 RADIAL NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2016/2017), TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, INDICE DE CARGA 152, INDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 26MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	
126	Und	4	PNEU 255/70 R16 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2016/2017)	
127	Und	6	PNEU 225/45 R17 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO 2016/2017)	
128	Und	8	PNEU 12.5/80-18 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, PARA RETRO 12 LONAS INDUSTRIAL. INDICE DE CARGA 2065 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	
129	Und	2	PNEU 14.9-26 NOVO (ANO DE FABRICAÇÃO: 2016 OU 2017), TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS INDICE DE CARGA 1.700 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	
130	Und	4	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9-26 AGRICOLA	
131	Und	4	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5-24	

As demais cláusulas do Edital n. 05/2016 ficam inalteradas.

Maravilha/SC, 07 de outubro de 2016.

ROGÉRIO PERIN

Presidente do CIGAMERIOS

Prefeito de FLOR DO SERTÃO/SC